ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 55
Brasília - DF, terça-feira, 21 de março de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 7
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 11
Ministério da Fazenda 12
Ministério da Integração Nacional 16
Ministério da Justiça e Segurança Pública 17
Ministério da Saúde 21
Ministério de Minas e Energia 25
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 34
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 73
Ministério do Esporte 83
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 84
Ministério do Trabalho 88
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 92
Ministério Público da União 93
Tribunal de Contas da União 94
Poder Judiciário 95
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 95

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 753**, de 19 de dezembro de 2016, publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para dispor sobre compartilhamento de recursos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 754**, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 755**, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 756**, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 do mesmo mês e ano, que "Altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 757**, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 do mesmo mês e ano, que "Institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 758**, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 do mesmo mês e ano, que "Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 759**, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 760**, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei n º 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 761**, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, que "Altera o Programa de que trata a Lei n º 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 13, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 762**, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei n º 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei n º 9.432, de 8 de janeiro de 1997", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2017

O *PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL*, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 763**, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei n º 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 764**, de 26 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público, em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 765**, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 do mesmo mês e ano, que "Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 766**, de 4 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 767**, de 6 de janeiro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei n º 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 768**, de 2 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 do mesmo mês e ano, que "Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.007, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, em decorrência do disposto no Decreto nº 8.785, de 10 de junho de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - do FNDE para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) dois DAS 101.3;

b) quatro DAS 101.2; e

c) um DAS 101.1; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o FNDE:

a) dois DAS 102.3; e

b) quatro DAS 102.2.

Art. 3º Ficam remanejadas, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o FNDE, na forma do Anexo IV, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, as seguintes Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - quatro FCPE 101.3;

II - oito FCPE 101.2;

III - cinco FCPE 101.1;

IV - uma FCPE 102.3;

V - seis FCPE 102.2; e

VI - uma FCPE 102.1.

Parágrafo único. Ficam extintos vinte e cinco cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo IV.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão que deixam de existir na Estrutura Regimental do FNDE por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do FNDE deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Presidente do FNDE publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo II, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagas, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Presidente do FNDE editará regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do FNDE, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, no prazo de sessenta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O regimento interno conterá o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do FNDE.

Art. 7º O Presidente do FNDE poderá, mediante alteração do regimento interno, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE, desde que não sejam alteradas as unidades da estrutura organizacional básica especificadas na Tabela "a" do Anexo II e sejam mantidos as categorias, os níveis e os quantitativos previstos na Tabela "b" do Anexo II, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 27 de março de 2017.

Art. 9º Fica revogado o Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012.

Brasília, 20 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
José Mendonça Bezerra Filho
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, vincula-se ao Ministério da Educação e tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Parágrafo único. O FNDE tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O FNDE tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente do FNDE: Gabinete;

II - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna;

c) Diretoria de Administração;

d) Diretoria de Tecnologia e Inovação; e

e) Diretoria Financeira;

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Ações Educacionais;

b) Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais; e

c) Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios; e

IV - órgão colegiado: Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º O FNDE será dirigido por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado da Educação e nomeado na forma da legislação em vigor.

§ 1º A nomeação do Procurador-Chefe será precedida de indicação do Advogado-Geral da União, conforme o disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

§ 2º A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe, precedidas de aprovação pelo Conselho Deliberativo, serão submetidas pelo Presidente do FNDE à aprovação do Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU.

§ 3º Os demais cargos em comissão e funções de confiança serão providos na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
Do Órgão Colegiado

Art. 4º O Conselho Deliberativo do FNDE, órgão de deliberação superior, será constituído por dez membros e terá a seguinte composição:

I - Ministro de Estado da Educação;

II - o Presidente do FNDE;

III - o Procurador-Chefe do FNDE;

IV - o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação;

V - o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

VI - o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;

VII - o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

VIII - o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação;

IX - o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; e

X - o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

§ 1º A Presidência do Conselho Deliberativo do FNDE será exercida pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE será substituído, em suas ausências ou em seus impedimentos legais, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação e os demais membros, por seus substitutos, na forma da legislação em vigor.

§ 3º O Conselho Deliberativo do FNDE se reunirá, em caráter ordinário, no mínimo, anualmente e, em caráter extraordinário, quando convocado pelo seu Presidente ou por meio de requerimento aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

§ 4º As reuniões do Conselho Deliberativo do FNDE serão instaladas com a presença mínima de seis de seus membros.

§ 5º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes e caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE, além do voto comum, o voto de qualidade.

CAPÍTULO V
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Do órgão de assistência direta e imediata ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Presidente do FNDE em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e do despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do FNDE em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Ministro de Estado da Educação atinentes ao Congresso Nacional;

III - planejar e supervisionar as atividades relacionadas aos processos de organização e modernização da gestão no âmbito do FNDE;

IV - coordenar e supervisionar as atividades do planejamento governamental e do planejamento estratégico institucional;

V - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação social e de ouvidoria do FNDE;

VI - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do FNDE; e

VII - secretariar o Conselho Deliberativo do FNDE.

Seção II
Dos órgãos seccionais

Art. 6º À Procuradoria Federal junto ao FNDE, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o FNDE, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação do FNDE quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do FNDE e aplicar, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração de liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE, para inscrição em dívida ativa e cobrança;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal; e

VI - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros.

Art. 7º À Auditoria Interna compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

II - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias e fiscalizações, identificar e avaliar os controles internos e a política de gestão de riscos, e recomendar, quando couber, ações preventivas e corretivas aos diversos setores do FNDE;

III - propor ações para o aperfeiçoamento de procedimentos de controle e de gestão do FNDE;

IV - avaliar os controles internos da gestão do FNDE quanto à eficácia, à eficiência, à efetividade e à economicidade;

V - obter junto a fontes externas informações para confirmar a fidedignidade das evidências obtidas internamente;

VI - propor ações integradas entre o FNDE e outras instituições com o objetivo de aperfeiçoar as atividades de controle e fiscalização e de combate à fraude;

VII - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual do FNDE e sobre as tomadas de contas especiais, em conformidade com a legislação vigente;

VIII - elaborar o planejamento anual de atividades da unidade, nos termos das normas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e promover sua execução e a sua atualização quando necessário; e

IX - elaborar o relatório anual de atividades de auditoria interna e promover a sua disponibilização à alta gestão do FNDE e a sua divulgação, nos termos das normas do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. A Auditoria Interna vincula-se, administrativamente, ao Conselho Deliberativo do FNDE, observado o disposto no art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 8º À Diretoria de Administração compete:

I - administrar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, de serviços gerais e de documentação e arquivos, no âmbito do FNDE;

II - administrar e executar as atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e inovação institucional, em articulação com a Presidência do FNDE;

III - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão de compras, contratos governamentais, patrimônio e almoxarifado do FNDE; e

IV - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes às demais ações logísticas, de manutenção e de conservação das instalações físicas, transporte vertical, e de contratações para suporte às atividades do FNDE.

Art. 9º À Diretoria de Tecnologia e Inovação compete:

I - prover serviços e soluções em tecnologia da informação para apoiar as estratégias e os objetivos institucionais do FNDE;

II - estabelecer diretrizes para implantação de métodos e processos de tecnologia da informação;

III - administrar e executar as atividades relacionadas com o sistema federal dos recursos de tecnologia da informação e os serviços essenciais para o seu funcionamento;

IV - administrar as informações digitais de propriedade ou sob custódia do FNDE;

V - planejar e supervisionar as atividades de segurança da informação adstritas à tecnologia da informação do FNDE;

VI - apoiar a prospecção e implantação de soluções de tecnologia da informação para rede pública de educação; e

VII - apoiar a elaboração e a revisão do planejamento estratégico institucional.

Art. 10. À Diretoria Financeira compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de planejamento, orçamento, contabilidade e de programação e execução orçamentária e financeira das ações do FNDE;

II - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades relativas à prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE, relativos a programas e projetos educacionais, e à adoção das medidas de exceção, nos casos em que couber;

III - supervisionar e acompanhar as atividades de elaboração do processo de prestação de contas ordinárias anual do FNDE;

IV - articular, planejar, supervisionar a elaboração de informações e relatórios gerenciais relacionados ao planejamento governamental e à execução orçamentária e financeira, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão; e

V - articular-se com as demais unidades do FNDE, com os órgãos de controle e, na qualidade de órgão seccional, com os órgãos setorial e central dos sistemas federais de planejamento, orçamento, contabilidade, logística e de programação financeira, para viabilizar a execução das ações, dos projetos e dos programas educacionais do FNDE.

Seção III
Dos órgãos específicos singulares

Art. 11. À Diretoria de Ações Educacionais compete planejar e coordenar a normatização e a execução:

I - dos programas de livros didáticos, bibliotecas escolares e materiais complementares, destinados a estudantes e professores da educação básica e de outros segmentos da rede pública de ensino;

II - do programa nacional de alimentação escolar, conforme princípios e diretrizes baseados nas políticas nacionais de educação, alimentação e nutrição, segurança alimentar, saúde, agricultura e desenvolvimento social, em articulação com a sociedade civil e as redes de ensino; e

III - dos programas de assistência financeira para manutenção e melhoria da gestão e da infraestrutura e transporte escolar.

Art. 12. À Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais compete:

I - gerir e executar os acordos de cooperação técnica internacional, na área de educação, sob a responsabilidade do FNDE;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução, no âmbito do FNDE, das ações de programas e projetos educacionais realizados em parceria com as Secretarias, as fundações e as autarquias do Ministério da Educação e com outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

III - coordenar a execução da assistência financeira prestada pelo FNDE por meio de seus programas e projetos educacionais, nos diferentes níveis e modalidades, conforme legislação vigente;

IV - prestar assistência financeira e suporte técnico aos projetos educacionais nas modalidades de Educação Básica, Educação Especial, Educação Indígena, Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica;

V - prestar assistência financeira e suporte técnico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na execução de projetos educacionais para a melhoria da infraestrutura das redes públicas e comunitárias de ensino;

VI - coordenar, monitorar e estabelecer parâmetros técnicos para a execução dos programas e dos projetos educacionais;

VII - fomentar ações que estimulem a melhoria da gestão, por meio de processos de formação continuada à distância, na execução, no monitoramento, na avaliação e no controle social dos programas e das ações educacionais junto ao sistema público de ensino e à sociedade civil envolvida; e

VIII - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação das ações do Plano de Ações Articuladas, nas áreas de Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação, e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, e dos demais projetos educacionais definidos em conjunto com o Ministério da Educação.

Art. 13. À Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios compete:

I - planejar, coordenar e monitorar:

a) as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies;

b) as ações de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - Fundeb;

c) as ações de acompanhamento da arrecadação e de distribuição das quotas-partes do salário-educação e as ações do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - Siope;

d) as ações de transferências de recursos suplementares a entes federativos e entidades parceiras em programas e projetos educacionais regidos por legislação específica; e

e) as ações de pagamento de bolsas e auxílios no âmbito de programas e projetos educacionais geridos pelo FNDE; e

II - propor normas para a operacionalização dos repasses, dos fundos, das transferências diretas e do pagamento de bolsas, benefícios e auxílios.

Seção IV
Do órgão colegiado

Art. 14. Ao Conselho Deliberativo do FNDE compete deliberar sobre:

I - a assistência financeira prestada pelo FNDE aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não governamentais para ações e projetos educacionais;

II - a concessão de bolsas de estudo ou de auxílio relativas a programas destinados ao desenvolvimento da educação;

III - a apreciação da proposta de nomeação e exoneração do Auditor-Chefe; e

IV - a aprovação das contas do Presidente do FNDE.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE terá suas normas de funcionamento, as quais integrarão o regimento interno do FNDE, aprovadas na forma estabelecida no § 5º do art. 4º.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 15. Ao Presidente do FNDE incumbe:

I - representar o FNDE, podendo constituir mandatário para esse fim;

II - dirigir as atividades do FNDE de acordo com a finalidade da Autarquia;

III - cumprir e difundir as normas emanadas do Ministério da Educação em sua área de atuação;

IV - enviar a prestação de contas e o relatório anual de atividades ao Ministério da Educação para posterior julgamento pelo Tribunal de Contas da União;

V - constituir grupos de trabalho, comissões e comitês de apoio consultivo e designar os seus membros, observada a legislação pertinente;

VI - ratificar os atos de dispensa e de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, de acordo com a legislação vigente; e

VII - decidir, em última instância, os recursos administrativos afetos ao FNDE.

Art. 16. Aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suas unidades, em suas áreas de competência;

II - decidir os recursos administrativos afetos à sua área de atuação;

III- aprovar a análise técnica da prestação de contas de programas e projetos educacionais afetos à sua área de atuação; e

IV - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas áreas de competência.

Parágrafo único. Ao Procurador-Chefe, ao Chefe de Gabinete e ao Auditor-Chefe incumbe o cumprimento das atribuições a que se referem os incisos I, II e IV do **caput**.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO

Art. 17. Constituem o patrimônio do FNDE os bens e os direitos de sua propriedade, os que lhe sejam transferidos e doados ou aqueles que venha a adquirir.

Parágrafo único. Os bens e os direitos do FNDE deverão ser utilizados exclusivamente no cumprimento de suas finalidades.

Art. 18. Constituem recursos financeiros do FNDE:

I - recursos orçamentários que lhe forem consignados pela União;

II - receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e doações de fontes internas e externas;

III - receitas próprias;

IV - saldos econômicos e financeiros verificados nos balanços anuais;

V - receitas patrimoniais; e

VI - receitas eventuais e outros recursos que lhe sejam destinados a qualquer título.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/FG
	1	Presidente	DAS 101.6
	4	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	FCPE 102.2
GABINETE	1	Chefe	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	4		FG-1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	DAS 101.5
	2		FG-1
	1	Subprocurador	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento Jurídico	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2		FG-1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	11		FG-1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Mercado, Qualidade e Compras	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Articulação e Contratos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	2		FG-1
Coordenação-Geral de Governança	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DIRETORIA FINANCEIRA	1	Diretor	DAS 101.5
	8		FG-1
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Execução e Operações Financeiras	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS	1	Diretor	DAS 101.5
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	7		FG-1
Coordenação-Geral dos Programas do Livro	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	9		FG-1
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS E BENEFÍCIOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	4		FG-1
Coordenação-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Concessão e Controle do Financiamento Estudantil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	7	35,28	7	35,28
DAS 101.4	3,84	25	96,00	25	96,00
DAS 101.3	2,10	32	67,20	26	54,60
DAS 101.2	1,27	31	39,37	19	24,13
DAS 101.1	1,00	10	10,00	4	4,00
		-			
DAS 102.4	3,84	4	15,36	4	15,36
DAS 102.3	2,10	3	6,30	4	8,40
DAS 102.2	1,27	3	3,81	1	1,27
DAS 102.1	1,00	2	2,00	1	1,00
SUBTOTAL 1		118	281,59	92	246,31
FCPE 101.3	1,26	-	-	25	31,50
FCPE 101.2	0,76	-	-	42	31,92
FCPE 101.1	0,60	-	-	21	12,60
		-			
FCPE 102.3	1,26	-	-	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	-	-	6	4,56
FCPE 102.1	0,60	-	-	1	0,60
SUBTOTAL 2		-	-	96	82,44
FG-1	0,20	49	9,80	49	9,80
SUBTOTAL 3		49	9,80	49	9,80
FCFNDE 3	1,26	21	26,46	-	-
FCFNDE 2	0,76	34	25,84	-	-
FCFNDE 1	0,60	16	9,60	-	-
SUBTOTAL 4		71	61,90	-	-
TOTAL		238	353,29	237	338,55

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO EM DECORRÊNCIA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016, E SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REDUZIDO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO FNDE PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA O FNDE (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.3	2,10	2	4,20	-	-
DAS 101.2	1,27	4	5,08	-	-
DAS 101.1	1,00	1	1,00	-	-
DAS 102.3	2,10	-	-	2	4,20
DAS 102.2	1,27	-	-	4	5,08
SUBTOTAL		7	10,28	6	9,28
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = a - b)				1	1,00
VALOR TOTAL DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 8.785, DE 10 DE JUNHO DE 2016 (d)					330,37
SALDO DE DAS-UNITÁRIO A SER REMANEJADO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DE SUAS ENTIDADES VINCULADAS (d - c)					329,37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O FNDE	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.3	1,26	4	5,04
FCPE 101.2	0,76	8	6,08
FCPE 101.1	0,60	5	3,00
FCPE 102.3	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	6	4,56
FCPE 102.1	0,60	1	0,60
SALDO DO REMANEJAMENTO		25	20,54

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-3	2,10	5	10,50
DAS-2	1,27	14	17,78
DAS-1	1,00	6	6,00
TOTAL		25	34,28

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

a partir de 31 de março de 2017, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro, o General de Brigada ANTONIO JOSÉ GONÇALVES PINTO.

Brasília, 20 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2017, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército DÉCIO LUÍS SCHONS; e
General de Exército CÉSAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA;

II - ao grau de Grande-Oficial:

General de Divisão HILDO VIEIRA PRADO FILHO;
General de Divisão LAÉLIO SOARES DE ANDRADE;
General de Divisão JOSÉ EDUARDO PEREIRA;
General de Divisão GUIDO AMIN NAVES;
General de Divisão DOUGLAS BASSOLI;
General de Divisão ANDRÉ LUÍS NOVAES MIRANDA;
General de Divisão LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO;
General de Divisão MARCOS ANDRÉ DA SILVA ALVIM;
General de Divisão DECÍLIO DE MEDEIROS SALES; e
General de Divisão CARLOS ALBERTO MANSUR; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada EDUARDO WOLSKI;
General de Brigada JOSIAS PEDROTTI DA ROSA;
General de Brigada RAUL RODRIGUES DE OLIVEIRA;
General de Brigada MIRIANO VALDONI EDER;
General de Brigada RIDAUTO LÚCIO FERNANDES;
General de Brigada OMAR ZENDIM;
General de Brigada JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA;
General de Brigada ALEXANDRE FERNANDES LOBO NOGUEIRA;
General de Brigada MARCELO ARANTES GUEDON;
General de Brigada JOSÉ EDUARDO LEAL DE OLIVEIRA;
General de Brigada CARLOS HENRIQUE TECHE;
General de Brigada RODRIGO PEREIRA VERGARA;
General de Brigada JOSÉ RICARDO VENDRAMIN NUNES;
General de Brigada PEDRO CELSO COELHO MONTENEGRO;
General de Brigada GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES;
General de Brigada CRISTIANO PINTO SAMPAIO;
General de Brigada SERGIO DOS SANTOS SZELBRACIKOWSKI; e
General de Brigada ANTONIO JOSÉ GONÇALVES PINTO.

Brasília, 20 de março de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 7, de 11 de janeiro de 2017. Resolução nº 1, de 11 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 20 de março de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

Instituir o Comitê Gestor de Informações Energéticas, com a finalidade de garantir a integração, coerência, qualidade e oportunidade de informações e estatísticas energéticas, necessárias à formulação de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, o art. 14, parágrafo único, do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, e considerando que

o Ministério de Minas e Energia promove, por meio de seus órgãos e empresas vinculadas, diversos estudos e análises orientadas para o planejamento do setor energético. Para tanto, busca continuamente dados técnicos e de mercado, compatibiliza suas metodologias e contextos, e promove articulações com os detentores desses dados;

este Ministério é encarregado, por ser signatário dos acordos de cooperação, de enviar informações energéticas para países e organizações internacionais;

a coparticipação dos diferentes agentes do setor energético possibilita ao Ministério de Minas e Energia estabelecer um processo abrangente, democrático e transparente no trato de produção e disseminação de informações energéticas; e

as ações colegiadas na definição de conteúdo das bases de dados e competências, na uniformização de critérios de depuração de dados e na definição de cronogramas de compromissos, vão possibilitar agilidade e qualidade na produção e disseminação das informações energéticas, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor de Informações Energéticas - CGIE, de cunho permanente, que terá como finalidade garantir a integração, coerência, qualidade e tempestividade de informações e estatísticas energéticas necessárias à formulação das políticas públicas pertinentes.

Parágrafo único. A finalidade a que se refere o **caput** inclui, entre outras medidas, o desenvolvimento das seguintes atividades:

I - articulação de órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

II - regulamentação dos processos de levantamento e tratamento de dados;

III - manutenção e atualização de bases de dados no MME; e

IV - revisão, quando couber, de práticas, critérios e metodologias com vistas ao aperfeiçoamento das informações e estatísticas de dados.

Art. 2º O CGIE será composto por representantes, titulares e suplentes, indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério de Minas e Energia:

a) Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Energético - SPE, que o coordenará;

b) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG;

c) Secretaria de Energia Elétrica - SEE;

d) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM;

II - Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

III - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -ANP;

IV- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

V - Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM;

VI - Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e

VII - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 1º O CGIE poderá convidar, para participar de reuniões e apresentar sugestões, especialistas de notório saber e representantes de outros órgãos, entidades, bem como da sociedade civil e associações com atuação compatível com o tema.

§ 2º As despesas relativas à participação dos membros do CGIE serão custeadas pelos órgãos e entidades que representam.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO INCRA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.22 da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no DOU de 12 de janeiro de 2017, combinado com o Art. 130 do Regimento Interno, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 1 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Santa Maria Agrobal 05, com área de 986,2522 ha, localizado no município de Lago Verde Estado Maranhão, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 26 de dezembro de 2011, cuja imissão na posse se deu em 27 de janeiro de 2014, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SIPIUnet, conta 12321.01.00 - status "em processo de incorporação".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise processo administrativo INCRA Nº 54230.0000173/2017-08 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 63(sessenta e três) unidades agrícolas familiares, tendo em vista o Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel - LVA.

Art. 2º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(12)/F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural(SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento Santa Maria Agrobal 05, Código SIPRA MA1015600, área 986,2522 ha(novecentos e oitenta e seis hectares, vinte e cinco ares, vinte e dois centiares)ha, localizado no município de Lago Verde Estado do Maranhão a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º. Providenciar a comunicação à Prefeitura Municipal a criação deste Projeto de assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GEORGE DE MELO ARAGÃO

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 17 de março de 2017

Entidade: AR CONTADORES vinculada à AC DIGITAL
Processo nº: 00100.000066/2016-47

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-107/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CONTADORES vinculada à AC DIGITAL na cadeia da AC SOLUTI com instalação técnica situada na Avenida Getúlio Vargas, n° 901, Complemento 501, Menino Deus, Porto Alegre/RS, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR TEC SAFE vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA
Processo nº: 00100.000131/2016-34

No termo do Parecer CGAF/DAFN/ITI-035/2017, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR TEC SAFE vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA na cadeia da AC CERTISIGN com instalação técnica situada na Rua Conselheiro Laurindo, n° 809, Sala 610, Centro, Curitiba/PR, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 57, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.000164/2006-15, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento BR SC 0280 da empresa CCPU CONTROLE DE PRAGAS, TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS LTDA, CNPJ 02.495.188/0006-26, localizada à Rodovia Jorge Lacerda, 1235, Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até cento e vinte (120) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JACIR MASSI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 23, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/10, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Instrução Normativa nº 36, de 24 de novembro de 2009, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21026.000954/2017-51, resolve:

Art. 1º Credenciar a entidade de pesquisa CROPSOLUTIONS - PESQUISA, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n° 20.200.540/0001-26, localizada na Estrada Velha São Gabriel/Campo Grande, Km 08, no município de São Gabriel D'Oeste/MS, para, na qualidade de entidade privada de pesquisa, realizar pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica e fitotoxicidade para fins de registro.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.121, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 01250.011856/2017-88, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV ALIANÇA PAULISTA S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SOROCABA, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, no município de JANIRU, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando à retransmissão de seus próprios sinais .

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que, no prazo de até nove meses antes da data do desligamento do sinal sinal analógico na referida localidade, a entidade apresente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.143, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de AVAÍ, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.008656/2016-67 e da Nota Técnica nº 3318/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.144, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de BOREBI, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.008658/2016-56 e da Nota Técnica nº 3176/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.153, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de AVARÉ, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.000478/2016-26 e da Nota Técnica nº 3198/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.154, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar MODELO FM LTDA - EPP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de MOCAJUBA, Estado do PARÁ, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TELEVISÃO LIBERAL LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 07 (sete), no município de BELÉM, estado do PARÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.004606/2016-19 e da Nota Técnica nº 5089/2017/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.161, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ITARARÉ, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.008659/2016-09 e da Nota Técnica nº 3193/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 84, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53554.000677/2016-13

Recorrente/Interessado: ULISSES COSTA DE ALMEIDA - ME. CNPJ/MF nº 08.830.352/0001-86. Conselheiro Relator: Otavio Luiz Rodrigues Junior. Fórum Deliberativo: Reunião nº 821, de 9 de março de 2017

EMENTA: PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS. COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO REPRESSIVA DE ATIVIDADES CLANDESTINAS. TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA A PRESTADORES DE SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO MOMENTO DE REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO NÃO CONFIGURA OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. NÃO SÃO ABUSIVOS O LACRE OU A APREENSÃO DE EQUIPAMENTO UTILIZADO NA PRESTAÇÃO CLANDESTINA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PODER DE POLÍCIA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE NÃO COMPROVADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. 1. Pedido de anulação de atos administrativos praticados por agentes de fiscalização, pelos Gerentes Regionais no estado de Minas Gerais (GR04) e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (GR07) e pelo Gerente da Unidade Operacional no estado do Espírito Santo (UO02.1). 2. O ato administrativo pode ser anulado por provocação de particular, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeira de 1999,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 3. O pedido de anulação é o instrumento adequado para as situações nas quais o administrado representa em face da ilegalidade do ato administrativo. 4. Reiteração de argumentos já apresentados em outro processo administrativo e que já foram objeto de análise e decisão da Administração Pública. 5. A competência das Gerências Regionais e das Unidades Operacionais para executar atividades de fiscalização e elaborar Relatórios de Fiscalização não está adstrita às irregularidades de caráter técnico, conforme arts. 194 e 198 do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. 6. A Superintendência de Fiscalização (SFI) é competente para instaurar, instruir e decidir processos que versem sobre infração de exploração de serviço de telecomunicações sem a devida autorização. 7. O propósito da Anatel nos atos contestados foi apurar a ocorrência de prestação clandestina do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). A ausência de notificação das empresas fiscalizadas ou do Requerente, em momento anterior às ações de fiscalização, não configura ofensa ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório. 8. Não são abusivos os atos de lacre ou apreensão de equipamentos quando se constata seu uso na prestação clandestina de serviços de telecomunicações. 9. Pedido de Anulação indeferido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 47/2017/SEI/OR (SEI nº 1206714), integrante deste acórdão, indeferir o Pedido de Anulação.

Participaram da deliberação o Presidente Juarez Quadros do Nascimento e os Conselheiros Igor Vilas Boas de Freitas, Anibal Diniz, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Leonardo Euler de Morais.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

DESPACHO

O Gerente Regional Interino da Anatel nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos): 53566.000420/2016-22; 53563.000699/2015-93; 53566.001409/2013-37; 53566.000370/2016-83; 53563.000758/2016-12; 53000.051238/2010; 53563.001535/2015-83; 53563.000077/2012-12; 53560.002155/2016-77; 53560.200303/2015-36; 53566.000455/2016-61; 53560.002806/2016-29; 53560001806/2012-88; 53566000222/2014-05; 53563000073/2012-34; 53560002974/2016-14; 53566000539/2016-03; 53563.000146/2013-79; 53566.001097/2013-61; 53563.001779/2008-37; 53566.001019/2012-86; 53566.000855/2015-96; 53560.003496/2016-60; 53560.003460/2016-86; 53563.001721/2015-12; 53566.000538/2016-51; 53563.000391/2012-03; 53566.000404/2012-14; 53566.000931/2013-00; 53566.000547/2016-41; 53560.002784/2016-05; 53560.002810/2016-97; 53563.000600/2015-53; 53560.002508/2012.

CARLOS BEZERRA BRAGA

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 7.350, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/1007-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 15 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.307 - Processo nº 53500.047704/2017-28. Expede autorização à COMFIBRANET TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.195.851/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.308 - Processo nº 53500.044655/2017-71. Expede autorização à M A DE LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 21.557.477/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.309 - Processo nº 53500.045637/2017-15. Expede autorização à M K DOS ANJOS SILVA INFORMATICA, CNPJ/MF nº 26.594.939/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.328 - Processo nº 53500.048002/2017-61. Expede autorização à DAILSON A.S.VIEIRA - ME, CNPJ/MF nº 08.630.101/0001-58, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.338 - Processo nº 53500.000989/2017-33. Expede autorização à TARCISIO DANTAS RIBEIRO - ME, CNPJ/MF nº 06.065.802/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.355 - Processo nº 53500.045769/2017-39. Expede autorização à M S TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.592.961/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.358 - Processo nº 53500.047705/2017-72. Expede autorização à HIGH SPEED PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.551.514/0001-75, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.359 - Processo nº 53500.048926/2017-68. Expede autorização à CMC TELECOM EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 25.316.717/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.363 - Processo nº 53500.048705/2017-90. Expede autorização à M.S DE MATOS - ME, CNPJ/MF nº 18.861.403/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.366 - Processo nº 53500.048459/2017-76. Expede autorização à SOLUCOES EM TECNOLOGIA E SISTEMAS GLAUTIER EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 10.990.858/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.374 - Processo nº 53500.046614/2017-10. Expede autorização à NOVA TV ART COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 19.549.848/0001-00, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.067, DE 8 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.011739/2017-14, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4521/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art.1o Declarar extinta, a partir de 23 de julho de 2004, a autorização outorgada à Associação Cotia de Comunicação para a execução do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Cotia, estado de São Paulo, por meio da Portaria no 1720, de 23 de novembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 1993.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 870, DE 9 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.009795/2017-99, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de CAPIVARI/SP, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 13 de março de 2017

Nº 149 - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.025064/2015-21, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos do NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PORANGABA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 25 (vinte e cinco), nos termos da Nota Técnica nº 1845/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 181, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
164981 - Restauração da Antiga Intendência de São José do Norte - Fase 1 Cobertura e Reforço Estrutural
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400224463201691
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.640.649,79
Prazo de Captação: 21/03/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta cultural tem por finalidade a execução da fase 01 de restauração da edificação da Antiga Intendência localizada na cidade de São José do Norte/RS, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul - IPHAE. O processo completo de restauração será subdividido em 04 etapas de obra. A Fase 1 refere-se a Restauração da cobertura e reforço estrutural do prédio.

PORTARIA Nº 182, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 130322 - Um Toque de Vida 2013, publicado na portaria nº 0175/13 de 09/04/2013, no D.O.U. em 10/04/2013, para Um Toque de Vida .

Art. 2º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 130322 - Um Toque de Vida 2013, publicado na portaria nº 0175/13 de 09/04/2013, publicada no D.O.U. em 10/04/2013.

Onde se lê: Implementar quatro cursos de música: violão, teclado, percussão e flauta. Sendo realizado dois cursos em cada cidade: Várzea Alegre, Cedro, Tauá e Aracati; totalizando 8 cursos com 10 alunos cada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leia-se: Implementar quatro cursos de música: violão, teclado, percussão e flauta. Totalizando 8 cursos que serão distribuidos nos municípios de: Aracati/CE, Cedro/CE, Cabedelo/PB e Natal/RN. Cada curso terá 10 alunos e as aulas serão gratuitas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
159382 - BANDA TRICORDIANA 2016
Cedros Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.134.274/0001-24
Cidade: Três Corações - MG;
Valor Reduzido: R$ 168.950,00
Valor total atual: R$ 303.050,00

PORTARIA Nº 184, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

CLAUDIA MUSSI VIEGAS	05016127930	Artes Cênicas	Teatro	Nível II
JANAINA LINS DE ALENCAR	30701326859	Artes Visuais	Design - Moda - Exposição de Artes - Doações de Acervos de Artes Visuais - Projeto educativo de artes visuais - Projeto de fomento à cadeia produtiva arte visual.	Nível II

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 39, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O(A) SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.313, de 16 de dezembro de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 164399 - Cinema e Reflexão 2017 (título provisório), publicado na portaria nº 0117/16 de 12/12/2016, no D.O.U. em 13/12/2016, para Cinema e Reflexão.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

PORTARIA Nº 40, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O(A) SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.313, de 16 de dezembro de 2016 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
164662 - 8 ½ ? Festa do Cinema Italiano ? Brasil - 2017
Tommaso Mottironi 85621072049
CNPJ/CPF: 13.187.019/0001-30
Cidade: Torres - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 31/10/2017
163431 - Festival Cine Friburgo
Arturius Produções Cinematográficas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 21.276.107/0001-37
Cidade: São Gonçalo - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 31/10/2017
160090 - Folia de Reis, Uma Jornada de Fé
NEUZA MARIA DE OLIVEIRA VIDOLIN
CNPJ/CPF: 040.045.498-09
Cidade: Osasco - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 31/12/2017
162097 - Leo Megga faz a festa
Leonardo Rodrigues Silva
CNPJ/CPF: 075.914.147-98
Cidade: São Gonçalo - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 31/12/2017
161949 - Luiz Cruls, O Cientista da República
Animatográfo Cinema e Vídeo LTDA
CNPJ/CPF: 01.643.386/0001-12
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 30/09/2017
1510042 - MULTI CINE ITINERANTE - ANO 02
Multiplicando Talentos
CNPJ/CPF: 09.008.738/0001-70
Cidade: Criciúma - SC;
Prazo de Captação: 01/02/2017 à 31/12/2017
162421 - Projeto Boneca Chiquita
Maria Luiza Candeu Zang
CNPJ/CPF: 033.729.719-30
Cidade: São José dos Pinhais - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2017 à 31/12/2017

MACHADO DE ASSIS
Patrono da Imprensa Nacional
Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.
Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.
MACHADO DE ASSIS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
1º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 44/CPRJ, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Declaração de Perdimento e Leilão

O CAPITÃO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO no uso das suas atribuições legais estabelecidas no Regulamento das Capitanias dos Portos,

Considerando o que consta no parágrafo 2º do artigo 17 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, Considerando que o proprietário declarou o abandono do navio,

Considerando o que consta no Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 185 de 21/10/2016, no qual foi garantido à empresa JEDANA SHIPPING COMPANY LIMITED, o contraditório e a ampla defesa, Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais e instâncias administrativas, resolve:

Art. 1º DECLARAR perdida a embarcação AMAZON CHIEFTAIN, nº 381-E00596-8, de propriedade da empresa JEDANA SHIPPING e incorporá-la aos bens da união ou leiloá-la, nos termos do parágrafo 2º do artigo 17 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra SERGIO RENATO
BERNA SALGUEIRINHO

SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 22/DADM, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Inscrição de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.634, de 06 de maio de 2016, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art.1º Alterar a denominação nos CNPJ nº 00.394.502/0507-53 e CNPJ 19.418.876/0001-80, pertencentes a Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha, para Diretoria de Gestão de Programas da Marinha.

Art. 2º Alterar o endereço no CNPJ nº 0.394.502/0507-53, para Esplanada dos Ministérios, s/nº - Bloco N, 1º andar, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70055-900.

Art. 3º Alterar o endereço no CNPJ nº 19.418.876/0001-80, para Ilha das Cobras, s/nº, edifício 8, 2º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20091-000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V Alte (IM) SÉRGIO LUIZ DE ANDRADE

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 62/DPC, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Dispensa embarcação do serviço de praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar do serviço de praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JEFFERSON DA SILVA MIRANDA (CIR: 021P2001098492) e pelo Capitão de Longo Curso RICARDO DE MENEZES SIQUEIRA (CIR: 381P2001247848), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
FAR STAR	381E009271	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Vitória (ES)

Art. 2º A dispensa do serviço de praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada do serviço de praticagem deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 115, datada de 18 de abril de 2016, publicada no DOU de 22 de abril de 2016.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 63/DPC, 20 DE MARÇO DE 2017

Credencia a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Artigo 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30), resolve:

Art. 1º Credenciar a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), CNPJ 33.798.026/0001-86, no município do Rio de Janeiro/RJ, para ministrar os cursos do EPM, a seguir relacionados, qualquer que seja a natureza dos cursos, se do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM):

- Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Máquinas (APAQ-I M);
- Curso de Aperfeiçoamento para 2º Oficial de Náutica (APNT);
- Curso de Aperfeiçoamento para 2º Oficial de Máquinas (APMA);
- Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO);
- Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM);
- Curso de Atualização de Práticos (ATPR);
- Curso Especial Básico de Automação (CEBA);
- Curso Especial Avançado de Posicionamento Dinâmico (EAPD);
- Curso Especial Básico de Posicionamento Dinâmico (EBPD);
- Curso Especial de Operações com Cargas Perigosas no Trabalho Aquaviário (EOCA);
- Curso Especial de Cuidados Médicos (ESCM);
- Curso Especial Básico de Navio Tanque para Gás Liquefeito (EBGL);
- Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM-B);
- Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica (ACON-B);
- Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção Convés (CAAQ-I C);
- Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção Máquinas (CAAQ-I ME);
- Curso de Adaptação a 2º Oficial de Máquinas (ASOM); e
- Curso de Adaptação a 2º Oficial de Náutica (ASON).

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução "Almirante GRAÇA ARANHA" (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Art. 3º Deverão ser observadas pela FEMAR as demais recomendações e prescrições da NORMAM-30, em particular, a celebração de acordo administrativo com o OE vinculado, ressaltando que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos podem ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a FEMAR deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a FEMAR a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedado negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a FEMAR à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, no período em que vigorar a Portaria, resultarão no descredenciamento da FEMAR.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação do Acordo Administrativo no DOU, podendo ser renovado por igual período, devendo o Acordo com o OE ser firmado no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1235/SECMA/MD, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O CHEFE DE LOGÍSTICA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa GEOAMBIENTE SENSORIAMENTO REMOTO LTDA., com sede social na Av. Shishima Hifumi nº 2911, Módulo M201/M202, 2º andar, 3º pavimento, Parque Tecnológico UNIVAP, Urbanova, São José dos Campos - SP, CEP: 12.244-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.033.757/0001-81, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "C".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 13 de março de 2022.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante de Esquadra LEONARDO PUNTEL

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 380, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e no Parecer nº 001/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201355643, e diante da conformidade do Estatuto da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, a do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), com sede na rua Major Gote, nº 808, no bairro Caiçaras, município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, com sede no mesmo município e estado.

Art. 2º As atividades presenciais obrigatórias serão desenvolvidas na sede da instituição e nos polos de apoio presencial constantes do anexo desta Portaria.

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

1. Rua Sete de Setembro, Nº 17, Quadra 11, Bairro Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo;

2. Rua Padre Manoel, Nº 118, Bairro Centro, Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais;

3. Avenida Doutor José de Magalhães Pinto, Nº 1041, até 1477/1478, Bairro Giovanini, Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais;

4. Rua Matosinhos, Nº 293, Bairro Matosinhos, Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais;

5. Praça Coronel Hermógenes, Nº 90, Bairro Centro, Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais;

6. Rua Coronel Domiciano, Nº 121, Bairro Centro, Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais;

7. Rua Cândido Neiva, Nº 66, Bairro Centro, Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais;

8. Praça Monsenhor Tiago, Nº 403, Bairro Centro, Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais;

9. Avenida Otávio Carneiro, Nº 652, Bairro Centro, Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais;

10. Rua Coronel Frederico Coelho, Nº 136, Bairro Centro, Município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais;

11. Rua Isaura Resende, Nº 39, Bairro Centro, Município de Ubá, Estado de Minas Gerais e,

12. Avenida Fernando Vilela, Nº 2030, Bairro Oswaldo Rezende, Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

PORTARIA Nº 381, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CES nº 1/2010, e no Parecer nº 800/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201356268, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte, situada à Rua Nossa Senhora do Carmo, s/n, bairro Franciscanos, município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, CEP 63020-180, mantida pela SER Educacional S.A., com sede no município de Recife, estado de Pernambuco.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 382, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 15/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 200814009, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica recredenciado o Centro de Ensino Superior de Ilhéus, com sede na Rodovia Ilhéus-Olivença, s/n, Km 2,5, bairro Jardim Atlântico II, no município de Ilhéus, estado da Bahia, mantido pelo CESUPI Centro de Ensino Superior de Ilhéus Ltda. - ME, com sede no município de Ilhéus, estado da Bahia.

Art. 2º O recredenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de março de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 001/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), com sede na rua Major Gote, nº 808, no bairro Caiçaras, município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, com sede no mesmo município e estado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com abrangência de atuação em sua sede e nos seguintes polos de apoio presencial: 1. Rua Sete de Setembro, Nº 17, Quadra 11, Bairro Centro, Município de Bauru, Estado de São Paulo; 2. Rua Padre Manoel, Nº 118, Bairro Centro, Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais; 3. Avenida Doutor José de Magalhães Pinto, Nº 1041, até 1477/1478, Bairro Giovanini, Município de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; 4. Rua Matosinhos, Nº 293, Bairro Matosinhos, Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais; 5. Praça Coronel Hermógenes, Nº 90, Bairro Centro, Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais; 6. Rua Coronel Domiciano, Nº 121, Bairro Centro, Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais; 7. Rua Cândido Neiva, Nº 66, Bairro Centro, Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais; 8. Praça Monsenhor Tiago, Nº 403, Bairro Centro, Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais; 9. Avenida Otávio Carneiro, Nº 652, Bairro Centro, Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais; 10. Rua Coronel Frederico Coelho, Nº 136, Bairro Centro, Município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais; 11. Rua Isaura Resende, Nº 39, Bairro Centro, Município de Ubá, Estado de Minas Gerais, e 12. Avenida Fernando Vilela, Nº 2030, Bairro Oswaldo Rezende, Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC), conforme consta do processo e-MEC nº 201355643.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 15/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao recredenciamento do Centro de Ensino Superior de Ilhéus, com sede na Rodovia Ilhéus-Olivença, s/n, Km 2,5, bairro Jardim Atlântico II, no município de Ilhéus, estado da Bahia, mantido pelo CESUPI Centro de Ensino Superior de Ilhéus Ltda. - ME, com sede no município de Ilhéus, estado da Bahia, pelo prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 200814009.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 303/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC, expressa na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, para autorizar a oferta do curso de graduação em Direito, bacharelado, da Faculdade São Vicente, com sede na Rua Padre Soares Pinto, nº 314, bairro Centro, no município de Pão de Açúcar, no estado de Alagoas, mantida pela Sociedade Educacional e Assistencial da Paróquia de Pão de Açúcar, com sede no mesmo município e estado, com oitenta vagas anuais, conforme consta do Processo nº 00732.002475/2016-41.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 800/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, favorável ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Juazeiro do Norte, situada à Rua Nossa Senhora do Carmo, s/n, bairro Franciscanos, município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, CEP 63020-180, mantida pela SER Educacional S.A., com sede no município de Recife, estado de Pernambuco, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, fixado pela então vigente Portaria Normativa nº 2, de 4 de janeiro de 2016, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201356268.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 372/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à autorização para que Paula Freitas Barrocas, portadora da Cédula de Identidade nº 2005010029739, SSP/CE, inscrita no CPF sob o nº 012.258.763-46, estudante regularmente matriculada no curso de Medicina da Universidade Potiguar - UNP, com sede no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, realize, em caráter excepcional, cinquenta por cento do Estágio Curricular Supervisionado (internato) na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC, com sede no município de Fortaleza, no estado do Ceará, devendo a requerente cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da UNP, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio, bem como a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos no âmbito desta autorização, conforme consta do Processo nº 23001.000259/2016-11.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 558/2011, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE), para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), do Ministério da Educação, expressa na Portaria n° 1.914/2010, para autorizar a expedição e registro de diploma dos ingressantes até o ano de 2008 do curso de Turismo, bacharelado, oferecido pela Universidade Severino Sombra, conforme consta nos autos do Processo eMEC nº 20078219.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 630/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão expressa na Portaria SERES no 701, de 1o de outubro de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Psicologia, bacharelado, com duzentas e quarenta vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade Maurício de Nassau de São Luís, localizada na Rua Ignácio Mourão Rangel nº 39, Quadra 36, Parque Jaracati, Renascença, município de São Luís, estado do Maranhão, mantida pela Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. - SESPS, com sede na Rua Delmiro Gouveia no 800B, Coroa do Meio, município de Aracaju, estado de Sergipe, conforme consta do Processo nº 23001.000173/2015-16.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 723/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pelo Centro de Educação de Rolim de Moura Ltda. para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito os termos da Portaria SERES nº 135, de 6 de maio de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, e determinando que a SERES proceda, junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira-INEP, nova visita de avaliação in loco para verificação das condições atuais de autorização do curso de Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade São Paulo, mantida pelo Centro de Educação de Rolim de Moura Ltda., com sede no município de Rolim de Moura, no estado de Rondônia, conforme consta do Processo nº 00732.000051/2017-23.

MENDONÇA FILHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS PIÚMA

PORTARIA Nº 64, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A DIRETORA GERAL DO CAMPUS PIÚMA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 1070, de 05 de junho de 2014, da Reitora deste Ifes e com base no contido no processo nº 23185.000120/2017-48, resolve:

I - Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital nº 01/2017, conforme relação abaixo:

Curso/Disciplina: FÍSICA - 40 h

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
PI012017013	Nestor Cifuentes Taborda	69,40	1º
PI012017011	Junior Diniz Toniato	64,60	2º
PI012017015	Gorki Pomar Andreatta e Silva	48,80	3º
PI012017016	Rogerio Lucio de Almeida	*	Não habilitado
PI012017014	Leandro Silva Amorim	*	Não habilitado
PI012017007	Michelle Pereira Babisk	*	Não habilitado
PI012017004	Roberto Fontana	*	Não habilitado
PI012017006	Anderson Pinheiro de Souza	*	Não habilitado

CLÁUDIA DA SILVA FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 999, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 23421.004238.2017-13, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

I - DELEGAR COMPETÊNCIA aos Diretores-Gerais dos Campi Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, João Câmara, Ipanguaçu, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi e Santa Cruz, para, no âmbito da administração dos respectivos Campi, além das competências que lhe são atribuídas pelo art. 61 do Regimento Geral do IFRN e pela Portaria nº 1787/2013-Reitoria/IFRN, de 30 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 3 de janeiro de 2014, praticarem os seguintes atos:

Presidir sessão solene de formatura (cursos técnicos e de educação continuada);

Presidir sessões simples de colação de grau (cursos superiores de graduação); e

Presidir, quando da impossibilidade do Reitor ou de seu Substituto Eventual, sessões solenes de colação de grau.

II - ESTABELECER que, no exercício da competência ora delegada, deverão ser observados, rigorosamente, toda a legislação pertinente à matéria e procedimentos internos deste Instituto Federal.

WYLLYS ABEL FARKATT TABOSA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 20 de março de 2017

Decide o Processo MEC n° 23000.017779/2011-69.

Nº 45 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2° e 4° da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e arts. 46 a 52 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com base na Nota Técnica nº 45/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I - Sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 252, de 2011, restituindo as 150 (cento e cinquenta) vagas anuais e a prerrogativa de autonomia em relação ao curso de graduação, bacharelado em Fonoaudiologia (cód. 73262), ofertado no Município Manaus - AM, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE - UNINORTE (cód. 1422).

II - Seja arquivado o Processo MEC n° 23000.017779/2011-69, com fundamento expresso no art. 52 do Decreto nº 5.773, de 2006.

III - Seja mantido o trâmite do Processo e-MEC nº 201201428, para a renovação do reconhecimento do curso, vedados o cancelamento ou arquivamento.

IV - Seja notificada a Instituição do teor da decisão, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 207/2013-CONSEPE, de 17 de dezembro de 2013, referente à homologação do resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, objeto do Edital nº 033/2013-PROGESP, publicada no DOU nº 247, de 20/12/2013, Seção 1, p. 28, ONDE SE LÊ: "Departamento/Unidade: Departamento Toco-Ginecologia - Campus de Natal/RN; Área: Expressão Visual I e II/Fundamentos da Linguagem Virtual; Classe/RT: Adjunto A/20h; Classif.: Não houve aprovação", LEIA-SE: "Departamento/Unidade: Departamento Toco-Ginecologia - Campus de Natal/RN; Área: Obstetrícia; Classe/RT: Adjunto A/20h; Classif.: Não houve aprovação"

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA 197, DE 17 DE MARÇO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do e do item 14.5 do Edital do Concurso, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 12 meses, a partir de 24 de maio de 2017, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Engenharia Mecânica, do Centro Tecnológico, campo de conhecimento: Processos de Fabricação/Máquinas de Usinagem (e Conformação)/Processos de Fabricação, Seleção Econômica, processo 23080.029644/2015-27, objeto do Edital n° 154/DDP/2015 de 14 de dezembro de 2015, e homologado pela Portaria n° 544/DDP/2016 publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2016.

Art. 2º Prorrogar por 12 meses, a partir de 24 de maio de 2017, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Engenharia Mecânica, do Centro Tecnológico, campo de conhecimento: Metalurgia de Transformação/Soldagem, Processo 23080.056861/2015-90, objeto do Edital n° 154/DDP/2015 de 14 de dezembro de 2015, e homologado pela Portaria n° 543/DDP/2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2016, retificada pela Portaria nº 566/DDP/2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2016

PATRICIA CRISTIANA BELLI

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamentos, Abertos ao Público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores nas datas, horários e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2016/2965 - Zeinal Abedin Mohamed Bava

Data: 25.04.2017 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Procuradora: Danielle Oliveira Barbosa

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade de Zeinal Abedin Mohamed Bava por infração ao disposto no inciso IV do art. 48 da Instrução CVM nº 400/03, por ter-se manifestado na mídia, na qualidade de presidente da OI S.A., sobre a oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da companhia, durante o período vedado pelo referido dispositivo regulamentar.

Acusado	Advogado
Zeinal Abedin Mohamed Bava	Não constituiu advogado.

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2013/13172 - OSX Brasil S.A.

Data: 25.04.2017 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Procuradora: Milla Aguiar

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: utilização de informação privilegiada (infração aos artigos 155, §1º, da Lei nº 6.404/76 e 13, caput, da Instrução CVM nº 358/2002).

Acusado	Advogado
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa OAB/RJ nº 112.989 Juliana Dal Sasso OAB/RJ nº 167.645

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2014/3624 - GWI Asset Management S.A.

Data: 09.05.2017 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Procuradora: Luciana Gabriel Dayer

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade da GWI Asset Management S.A. e de Mu Hak You por infração aos artigos 65, inciso XIII, combinado com o art. 88, caput, e 65-A, inciso I, da Instrução CVM nº 409/2004.

Acusados	Advogados
GWI Asset Management S.A.	Ana Maria Loureiro Recart OAB/SP nº 163.197 Karen Sanchez Guimarães OAB/SP nº 271.037
Mu Hak You	Ana Maria Loureiro Recart OAB/SP nº 163.197 Karen Sanchez Guimarães OAB/SP nº 271.037

Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2014/10290 - UNICASA Indústria de Móveis S.A.

Data: 09.05.2017 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Procuradora: Leonardo Montanholi

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: utilização de informação privilegiada (infração aos artigos 155, §1º, da Lei nº 6.404/76 e 13, caput, da Instrução CVM nº 358/2002).

Acusados	Advogados
Frank Zietolie	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730
Juvenil Antônio Zietolie	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730

Rio de Janeiro-RJ, 20 de março de 2017.

JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO

Chefe

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 155, DE 3 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONSTRUÇÃO CIVIL. TRABALHADORES QUE PRESTAM SERVIÇOS A VÁRIAS EMPRESAS CONTRATANTES NUMA MESMA COMPETÊNCIA. REMUNERAÇÃO. ELABORAÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO E GFIP.

A contratada ficará dispensada de elaborar folhas de pagamento e GFIP com informações distintas por estabelecimento ou obra de construção civil em que realizar tarefa ou prestar serviços se, e somente se, ocorrerem de forma concomitante as seguintes situações: (i) comprovadamente, o mesmo segurado ou equipe de trabalho realizar tarefa ou prestar serviço em vários estabelecimentos ou obras de uma mesma contratante ou de vários contratantes; (ii) a individualização da remuneração desses segurados for inexeqüível; (iii) a tarefa ou serviço contratado for realizado por etapas, numa mesma competência, e (iv) os serviços não componham o Custo Unitário Básico (CUB).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 32, I e V; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 135, caput e parágrafo único; 331; 332; 334, caput e parágrafo único; e, 356, caput e parágrafo único.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 175, DE 14 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: Imposto sobre a renda de Pessoa Física-IRPF

EMENTA: RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DATIVO RECEBIDOS VIA AÇÃO JUDICIAL. ANOS-CALENDÁRIO ANTERIORES. INCIDÊNCIA NA FONTE.

O responsável pela retenção do Imposto sobre a Renda na fonte, na forma prevista no art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988, deverá identificar, no montante de rendimentos pagos, a quantidade de meses a que se referem os rendimentos, tomando em conta a data em que os valores deveriam ter sido adimplidos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.713, de 1998, arts. 7º, II, e 12-A; Lei nº 11.482, de 2007, art. 1º; Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto sobre a Renda - RIR/1999), arts. 45, I, 620 e 628.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta que versar sobre fato objeto de litígio, de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial, ou versar sobre fato disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, V; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, IV e VII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO EXTERIOR

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.046, DE 14 DE MARÇO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. DIREITO DE CRÉDITO. INSUMOS. DIVERSOS ITENS.

Por falta de previsão legal específica e por não se enquadrarem como insumos na sistemática não cumulativa, não podem ser descontados créditos em relação: a) aos gastos com passagens, transporte e hospedagem em hotéis para funcionários, os quais tenham de se deslocar até o local da respectiva prestação do serviço; b) aos valores das despesas efetuadas com o fornecimento de alimentação aos empregados, adquirida de outras pessoas jurídicas ou fornecida pela própria empresa; c) aos serviços prestados pelo agente marítimo, ainda que pessoa jurídica domiciliada no País; d) aos valores das despesas realizadas com a contratação de empresas que prestam serviços de comunicação entre a embarcação e a base de operações e as autoridades marítimas; e) aos valores das despesas realizadas com a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI); e f) aos gastos efetuados com seguros de qualquer espécie, obrigatórios ou não, seja para as embarcações, ou para proteção da carga.

Vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 7, de 23 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2016.

Parcialmente vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 106, de 27 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 05 de maio de 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º,II; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, I, "b", e §4º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA. DIREITO DE CRÉDITO. INSUMOS. DIVERSOS ITENS.

Por falta de previsão legal específica e por não se enquadrarem como insumos na sistemática não cumulativa, não podem ser descontados créditos em relação: a) aos gastos com passagens, transporte e hospedagem em hotéis para funcionários, os quais tenham de se deslocar até o local da respectiva prestação do serviço; b) aos valores das despesas efetuadas com o fornecimento de alimentação aos empregados, adquirida de outras pessoas jurídicas ou fornecida pela própria empresa; c) aos serviços prestados pelo agente marítimo, ainda que pessoa jurídica domiciliada no País; d) aos valores das despesas realizadas com a contratação de empresas que prestam serviços de comunicação entre a embarcação e a base de operações e as autoridades marítimas; e) aos valores das despesas realizadas com a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI); e f) aos gastos efetuados com seguros de qualquer espécie, obrigatórios ou não, para as embarcações, ou para proteção da carga.

Vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 7, de 23 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2016.

Parcialmente vinculada à Solução de Divergência Cosit nº 106, de 27 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 05 de maio de 2015.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º,II; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b", e §5º.

OTHONIEL LUCAS DE SOUSA JUNIOR
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Declara canceladas Certidões Conjuntas Positivas Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitidas indevidamente.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, declara:

Art. 1º CANCELADA de ofício a Certidão Conjunta Positiva Com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de código de controle 997E.2C88.A7CC.2C88 emitida em 15/03/2017, às 12:29:06, no atendimento prestado pela RFB por meio do CAC referente à Pessoa Jurídica POSTO COMERCIAL UNB LTDA - EPP, CNPJ 09.386.909/0001-02.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no artigo 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no Processo Administrativo de n° 12539.720245/2016-33, declara:

Art. 1º EXCLUÍDA de ofício do SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica A. C. RIBEIRO ELETRÔNICOS - ME, CNPJ nº 17.489.138/0001-07, em razão do disposto no inciso VII do art. 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º A exclusão tem efeitos a partir de 01/07/2016, ficando a empresa impedida de optar pelo regime simplificado nos 3 (três) anos-calendário seguintes, consoante o previsto no § 1º do art. 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do art. 15 do Decreto nº 70.235/1972 e do art. 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 15 DE MARÇO DE 2017

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-processo nº 10183.720220/2017-62, declara:

Art. 1°. Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA TERRANOVA LTDA - COOPERNOVA
CNPJ: 24.702.037/0001-20
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 175, de 12 de setembro de 2016, seção 3, pág. 6.
Período de vigência do Projeto: 01/09/2016 a 31/08/2018.

Art. 2°. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA-GO, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1. 751, de 03 de outubro de 2014 e, ainda, os fatos apurados no processo n. 10120-721. 408/2017-62.

Art. 1º Declarar CANCELADAS as Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com os códigos de controles, 3CA1. 8F39. 544D. EE25,4491. A6B2. D77D. 2516,E6CA. 1DEE. 4B45. B28A,520B. 34C9. D3A1. A4FA,0663. 03C7. FAEF. 8BD2,E907. D905. 7BF4. 7B5B,434D. 2138. 8179. 2086,E55C. 88EA. DE80. 8647,AB4A. B8A2. 2078. C541, EDD4. 9B10. 40DE. 140F, emitidas indevidamente em 04/07/2016, 07/07/2016, 08/07/2016, 13/07/2016, 18/07/2016, 20/07/2016, 19/12/2016, 22/12/2016, 26/12/2016 e 29/12/2016, respectivamente, em favor do contribuinte Hospcom Equipamentos Hospitalares Ltda - EPP, CNPJ 05. 743. 288/0001-08.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda da pessoa que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o disposto no inciso II, do artigo 40 c/c inciso II do art. 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, nos termos do art. 40, caput, c/c 2o. do art. 42 da IN e considerando o processo administrativo nº 10283.720897/2017-72, declara:

Artigo 1º. Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda, da pessoa jurídica TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ - 04.605.595/0001-60, por omissão de declarações em 2 (dois) exercícios consecutivos.

Artigo 2º. Inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essa pessoa jurídica a partir da data da publicação deste Ato.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Declara o cancelamento do Registro Especial para realizar operações com papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art.302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e no disposto no artigo 7º, IV, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações, declara:

Art. 1º. Fica revogado o Registro Especial de Usuário nº UP-02103/00011, empresa jornalística ou editora que

explore a indústria de livro, jornal ou periódicos (UP), de 25 de agosto de 2010, publicado em 30 de agosto de 2010, de

acordo com o disposto no artigo 7º, IV, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações e

no processo administrativo número 10218.720784/2016-70, a saber:

Empresa: ABIANCY CARDOSO ROSA SALAME

CNPJ: 02.937.158/0001-18

Endereço: Rua Miguel Davi, n° 1.467, Bairro Novo Horizonte. Marabá-PA. CEP 68.503-000

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR VINICIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo da SRRF04 nº 01, de 9 de março de 2017 publicado no DOU nº 50 de 14 de março de 2017 , seção 1 , página 44, no artigo 2º onde se lê: "A empresa ora habilitada utilizará o código de recinto alfandegado 0417700.." , leia-se: " A empresa ora habilitara usará o código de recinto alfandegado 4921101 .."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta no processo administrativo 10540.721175/2014-12, declara:

Art. 1º. Habilitada a pessoa jurídica SANTA COLOMBA AGROPECUARIA LTDA, CNPJ 03.785.640/0001-42, situada à Estrada Cocos/Mambai, S/N, Km 170, Fazenda Campo Novo, Zona Rural, Cocos-BA, CEP: 47680-000, titular do projeto de irrigação por aspersão (pivô central), ao Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nos exatos termos da Portaria nº 233, de 18 de junho de 2014, expedida pelo Ministério da Integração Nacional e publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2014.

Art. 2º. O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura, conforme artigo 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ SILVA REIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Declara nula a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica 18.667.320/0001-65, em razão de duplicidade de inscrição para o mesmo estabelecimento.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 314 e o inciso I do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, declara:

Art. 1º Nula, nos termos do inciso I do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica 18.667.320/0001-65, em razão de terem sido atribuídos, para o mesmo estabelecimento, dois números de inscrição no CNPJ (18.667.320/0001-65 e 07.773.804/0001-72), de acordo com os elementos constantes do processo número 10.640.721.633/2014-87.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 17 de outubro de 2016, nos termos do § 2º do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 27 de setembro de 2016.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 008.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 008 de 17 de Janeiro de 2017, EXCLUSIVAMENTE em relação a IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DE BANDEIRA DO SUL, CNPJ 19.111.566/0001-19, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 45.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720848/2015-81e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 45 de 19 de Agosto de 2015, EXCLUSIVAMENTE em relação a GROUS REPRESENTAÇÕES LTDA EPP, CNPJ 03.484.882/0001-04, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 006.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 006 de 05 de Janeiro de 2017, EXCLUSIVAMENTE em relação a CLINICA DE FISIOTERAPIA E HABILITAÇÃO LTDA ME, CNPJ 19.220.581/0001-03, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 92.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 92 de 27 de Outubro de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a CLEVER PORFIRIO GARCIA ME, CNPJ 20.692.364/0001-97, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 84.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 84 de 28 de Setembro de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a ASSOSSIAÇÃO CASA LAR - COLINHO DE MÃE, CNPJ 18.611.648/0001-60, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Declara inapta a inscrição da entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de acordo com a Instrução Normativa nº 1.634 de 2016 com alterações da instrução Normativa RFB nº 1684, de 29 de dezembro de 2016.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso da competência prevista na Portaria DRF/VIT/ES nº 196 de 27.12.2012, tendo em vista o disposto no art 81,§ 5º da Lei nº 9.430/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.941/2009 e nos artigos 40, inciso II,42,inciso I e §§ da IN RFB Nº 1.634/2016 com alterações da Instrução Normativa RFB nº 1684,de 29 de dezembro de 2016 e , considerando a Representação Fiscal lavrada em 22/02/2017 no Processo Adminstrativo nº15586.720.054/2017-85 , declara:

Art.1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 13.263.869/0001-70, da pessoa jurídica JPN RECICLAVEIS LTDA-ME, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º Serão considerados Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica JPN RECICLAVEIS LTDA -ME, CNPJ nº 13.263.869/0001-70, a partir da publicação da data de publicação deste ADE.

ERIVAN LUIS GARIOLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a Base Aérea de São Paulo (ALA 13), em caráter excepcional, a realizar as operações que especifica nos dias 20 e 21/03/2017.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013, declara:

Art.1º Fica a BASE AÉREA DE SÃO PAULO (ALA 13), situada em Cumbica - município de Guarulhos/SP, autorizada a realizar, em caráter excepcional, no dia 20 de março de 2017, operação de desembarque, procedente de Buenos Aires - Argentina, e no dia 21 de março de 2017, operação de embarque, com destino a Abu Dhabi - Emirados Árabes Unidos, prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, relativamente à aeronave transportando a Comitiva do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos.

Art.2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos nos dias 20 e 21 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 6, de 17 de março de 2017, publicado no DOU de 20 de março de 2017, Seção 1, página 56.

Onde se lê: "Art. 1º Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO - IP/08128/00119 para operar com PAPEL IMUNE, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento abaixo indicado: ...";

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Leia-se: " Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR - IP-08128/00119 para operar com PAPEL IMUNE, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento abaixo indicado: ..."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Registro Especial a que estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA-SP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 328, inciso II, do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010 (Regulamento do IPI - RIPI/2010), considerando o que determina a Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13853.720023/2017-00:

Art. 1º Declara INSCRITA, sob o nº GP 08123/056, no Registro Especial obrigatório ao qual estão sujeitos os estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos nos termos da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, o seguinte estabelecimento comercial:

ARNALDO JOSE PETRUCCI BATISTELLA - ME

CNPJ Nº 18.224.643/0001-84

RUA RUA FAUSTO FABBRI, nº 200 - DISTRITO INDUSTRIAL - BRODOWSKI/SP - CEP.: 14.340-000

ATIVIDADE: GRÁFICA (GP), nos termos da IN RFB nº 976/2009 e alterações, artº 1º, §1º, inciso V.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ROGER AUGUSTO GOULART SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

PORTARIA Nº 29, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Marília/SP exclui pessoa Jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARILIA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso XI, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, TRANSPORTADORA BANDEIRANTES LTDA - ME, CNPJ 49.128.960/0001-20, com efeitos a partir de 1º de março de 2017, conforme o despacho decisório exarado no processo administrativo n° 13830.720300/2017-34.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 7 DE MARÇO DE 2017

Cancelamento de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento nos dispositivos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 20 de janeiro de 2010 e art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º. Declarar cancelada de ofício a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 003342016-88888422, expedida em 23 de dezembro de 2016, abaixo relacionada, em conformidade com os dados constantes do respectivo dossiê administrativo:

CEI Nº	CONTRIBUINTE	DOSSIÊ Nº
51.238.18422/75	MAEDA INCORPORADORA E CONSTRUTORA EIRELI - ME	10100.006246/0217-95

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o Registro Especial concedido nos termos da IN RFB nº 1.432/2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 10010.034522/0916-82, declara:

Alterada a inscrição nº 08110/0036 no Registro Especial de Produtor e de Engarrafador de produtos que trata a IN RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, do estabelecimento da empresa HGR Beverages Industria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda, CNPJ nº 03.903.863/0001-67, com endereço na Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 8001, bairro Canguera, São Roque-SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013 e alterações posteriores, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Este registro abrange os produtos abaixo descritos:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
BEBIDA ALCOOL.MISTA DE VINHO TINTO COM SUCO DE GRAPE FRUIT, XAROPE DE GRAPE FRUIT ECHOPP GAS.	THE WINE DRINK GRAPE COOL	Garrafa Long Neck 290 ml
BEBIDA ALCOOL.MISTA DE VINHO BRANCO COM SUCO DE GRAPE FRUIT, XAROPE DE GRAPE FRUIT ECHOPP GAS	THE WINE DRINK GRAPE COOL	Garrafa Long Neck 290 ml
VINHO BRANCO FRISANTE DEMI SEC FINO	DONATELLA PROSECCO	660 ml
VINHO BRANCO FRISANTE SUAVE FINO	DONATELLA PROSECCO	660 ml
VINHO ROSE FRISANTE SUAVE FINO	DONATELLA	660 ml
BEBIDA ALCOOLICA MISTA GASEIFICADA	AZUMA KIRIN SPARKLING	275 ml
BEBIDA ALCOOLICA MISTA GASEIFICADA	AZUMA KIRIN SPARKLING PERA	275 ml
BEBIDA ALCOOLICA MISTA GASEIFICADA	AZUMA KIRIN SPARKLING GRAPE FRUIT	275 ml

Fica revogado o Ato Declaratório Executivo n° 187, de 09 de novembro de 2010.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

PORTARIA Nº 11, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por restar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, considerando o não recolhimento das prestações devidas, por cinco meses consecutivos, pela empresa optante, a pessoa jurídica VARIETA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ 89.942.254/0001-32, conforme contido no processo administrativo n° 11030.720214/2017-11.

Art. 2° É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 15 dias, contado da data de publicação desta Portaria, no Diário Oficial da União (DOU), apresentar recurso administrativo.

Art. 3° Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto, nos termos do art. 5º, §2º da Resolução CG/REFIS nº 9, de 12 de janeiro de 2001 (alterada pela Resolução CG/REFIS nº 20, de 27 de setembro de 2001), a exclusão do REFIS será definitiva.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO TESSARO RAMOS
Delegado

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 179, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 67.467.095 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e noventa e cinco) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 244.576.787,66 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1/3/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2008	1º/1/2038	3,625127	6.991	25.343,26
1º/1/2009	1º/1/2039	3,625127	27.439	99.469,85
1º/1/2010	1º/1/2040	3,625127	14.229	51.581,93
1º/1/2011	1º/1/2041	3,625127	6.173	22.377,90
1º/1/2014	1º/1/2044	3,625127	17.666	64.041,49
1º/1/2015	1º/1/2045	3,625127	2.609.787	9.460.809,31
1º/1/2016	1º/1/2046	3,625127	64.784.810	234.853.163,92
TOTAL			67.467.095	244.576.787,66

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 133, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.001505/88-40 sob o comando SEI nº 409468875, resolve:

Art. 1º Aprovar o do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão do Plano Losango I - Parte Suplementar, CNPB nº 1990.0004-11, administrado pela Multibra Instituidor - Fundo Múltiplo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 183, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 300707/78 sob o comando SEI nº 00187317, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a IBM Global Financing Brasil Administração e Serviços LTDA., CNPJ nº 24.870.113/0001-06, e a Proxxi Tecnologia LTDA., CNPJ nº 47.379.565/0016-71, na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da IBM Brasil - CNPB nº 1996.0003-65, e a Fundação Previdenciária IBM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.841, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.612733/2016-72, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo conselho de administração da CAIXA SEGURADORA S.A., com sede em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 03.730.204/0001-76:

I -abertura de nova filial, no endereço Rua Elvira Ferraz, n° 68, 6o andar, Parte B, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04552-040.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.843, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.609862/2016-83, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela Diretoria da SOMPO SEGUROS S.A., sociedade seguradora, com sede na cidade de Sio Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.383.493/0001-80:

I - encerramento da filial Nova lguaçu, inscrita no CNPJ sob no 61 .383.493/0096-41, localizada na Rua Dom Walmor n.º 383, 4º andar, salas 404 e 405, Centro, Nova lguaçu - RJ, CEP 26215-220.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.844, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.603084/2017-08, resolve:

Art. 1° Aprovar a deliberação de encerramento da Filial Belo Horizonte Centro Automotivo, CNPJ 33.041.062/0584-41, tomada em Reunião de Diretoria realizada em 6 de fevereiro de 2017, pelos diretores da SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.845, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep nº 15414.613310/2016-70, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela diretoria da SOMPO SEGUROS S.A., sociedade seguradora, com sede na cidade de Sio Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.383.493/0001-80:

I - aprovar a alteração de endereço da Filial Uberlândia, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.383.493/0067-07, a partir de 19/12/2016, de: Av. Governador Rondon Pacheco n.º 2340, Vila Saraiva, Uberlândia/MG, CEP 38408-404, para Av. Governador Rondon Pacheco, n.º 2111, Bairro Lídice, Uberlândia/MG, CEP 38400-050.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria Susep/Diorg n. 240, de 6 de março de 2017, publicada no DOU de 9 de março de 2017, seção 1, página 105, no artigo 1º, onde se lê: "20 de dezembro de 2016", leia-se: "30 de dezembro de 2016".

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 203, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Torna sem efeito a Portaria nº 71, de 20 de fevereiro de 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e n. Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n. 71, de 20 de fevereiro de 2017, publicada indevidamente no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 42.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 20 de março de 2017

Homologação de Decisão Colegiada

Processo nº 59400.001973/2016-71
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
Assunto: Alienação de imóvel de Registro Imobiliário Patrimonial - RIP n. 2859.00015.500-6 que contém os Bens Imóveis - Bis de n. 953.805, 967.394, 967.395, 953.800, 953.802, 953.803, 953.804 e 967.393, localizados na cidade de Santana do Ipanema/AL.
FUNDAMENTO: Art. 22, parágrafo primeiro, da Lei n. 4229, de 1º de junho de 1963.

Considerando o disposto no PARECER N. 00207/2016/CAJ/PF-DNOCSSEDE/PGF/AGU e no PARECER N. 00002/2017/CONJUR/Min/CGU/AGU, homologo a decisão da Diretoria Colegiada no sentido de alienar os imóveis em questão com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c o art. 22, parágrafo primeiro, da Lei n. 4.229, de 1º de junho de 1963.

HELDER BARBALHO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 91, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Publiciza a pactuação das metas institucionais da Avaliação de Desempenho, no âmbito do DNOCS, para 8º Ciclo da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e 6º Ciclo da Gratificação de Desempenho dos Cargos Específicos - GDACE.

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, no exercício das suas atribuições legais e em consonância com o§2º, Art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Publicizar a pactuação das metas institucionais, no âmbito do DNOCS, para realização da Avaliação de Desempenho do Oitavo Ciclo GDPGPE E DO Sexto Ciclo GDACE, visando ao atendimento às disposições normativas que regulamentam as gratificações mencionadas.

Art. 2º As metas referidas no Art. 1º encontram-se devidamente estabelecidas no Anexo I desta Portaria e foram delineadas mediante alinhamento teórico prévio e oficina de construção conjunta, fulcrando-se nos objetivos estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégicos da Autarquia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos imediatos retroativos a partir do dia 22 de fevereiro de 2017.

ANEXO I

PACTUAÇÃO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 8º CICLO GDPGPE E 6º CICLO GDACE - 22/02/2017 A 21/02/2018

METAS GLOBAIS					
Nº	ÁREA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	INDICADOR	FORMULA
1	DA	Desenvolver Competências técnicas e gerenciais	Realizar 30% (trinta por cento) dos cursos apontados como de maior demanda no PBC 2016-2017	Cursos realizados	(Cursos realizados/ total dos apontados como de maior demanda no PBC 2016-2017) x 100
2	DI	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	Implantar 200 (duzentos) quilômetros de adutoras na região semiárida	Quilômetros implantados	Somatório de quilômetros implantados
3			Realizar 20% (vinte por cento) de execução física das obras de acumulação de água em andamento	Execução física realizada	(Execução física realizada dividida pela execução física prevista) x 100
4			Executar 60% (sessenta por cento) das obras de recuperação de 06 barragens na área de influência do PISF	Percentual de barragens recuperadas	Média aritmética dos percentuais das barragens recuperadas
5	DP	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	Distribuir 20 (vinte) milhões de alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
6			Titularizar 150 (cento e cinquenta) lotes de irrigantes	Lotes titularizados	Somatório de CDRU e escritura pública
7			Celebrar 04 (quatro) Contratos de Cessão de Uso das infraestruturas de uso comum e apoio à produção dos PPI	Contrato celebrado	Somatório de contrato celebrado

METAS INTERMEDIÁRIAS					
Nº	ÁREA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	META	INDICADOR	FORMULA
1	DGP	Desenvolver Competências técnicas e gerenciais	Realizar 01 (um) levantamento de necessidade de capacitação	Levantamento realizado	Somatório de levantamento realizado
2	DRL	Implementar um modelo de excelência de gestão	Avaliar e reavaliar 10% (dez por cento) dos Registro Imobiliários Patrimonial - RIPs	RIPs avaliados e reavaliados	(Nº de RIPs avaliados e reavaliados dividido pelo Nº total de RIPs) x 100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3	DRF	Implementar efetivamente o monitoramento da execução orçamentária e financeira	Elaborar 04 (quatro) relatórios quanto à execução orçamentária financeira por ação	Relatórios Elaborados	Somatório dos relatórios realizados
4	PF/DNOCS	Implementar um modelo de excelência de gestão	Atender, até 31/12/2017, 100 das demandas que ingressarem na PF/DNOCS até o dia 15 de dezembro de 2017	Demandas atendidas	(Demandas atendidas dividido pelas demandas que ingressarem até 15/12/2017) x 100
5	AUDI		Elaborar 01 (um) Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para 2018	Plano elaborado	Somatório de plano elaborado
6	DTO	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	Instruir 150 (cento e cinquenta) processos para realizar a titularização dos lotes de irrigantes	Processos instruídos	Somatório de processos instruídos
7	DPA		Capacitar 500 pessoas (estudantes, produtores, profissionais afins)	Pessoas capacitadas	Somatório de pessoas capacitadas
8	DEP	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	Elaborar 05 Termos de Referência para projetos básicos de licitação visando à recuperação de barragens no PISF	Termos elaborados	Somatório de Termos de Referência elaborados
9	DOB		Fiscalizar 200 (duzentos) quilômetros de implantações de adutoras	Quilômetros fiscalizados	Somatório de quilômetros fiscalizados
10	DPO	Otimizar o monitoramento e a execução orçamentária e financeira	Realizar 2 (duas) reuniões com intuito de proceder a apresentação e o fechamento da execução orçamentária e financeira	Reuniões realizadas	Somatório de reuniões realizadas
11	DGE	Implementar um modelo de excelência de gestão	Executar 20% das ações do PDTI	Percentual de ações executadas	(Nº de ações executadas)/Nº de ações planejadas) x 100
12	CEST/AL	Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de áreas suscetíveis à escassez hídrica	Distribuir 1.000.000 (um milhão) alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
13	CEST/BA		Distribuir 120 (cento e vinte) tratores agrícolas, visando à melhoria da agricultura familiar	Tratores agrícolas distribuídos	Somatório de tratores agrícolas distribuídos
14	CEST/CE		Distribuir 342 materiais, compreendendo equipamentos hidromecânicos e caixas d'água	Materiais distribuídos	Somatório de materiais distribuídos
15	CEST/MG		Atender 200 (duzentas) famílias quanto ao fornecimento de tubos e caixas d'água para abastecimento de água	Famílias atendidas	Somatório de famílias atendidas
16	CEST/PB		Inspecionar 25 (vinte e cinco) barragens	Barragens inspecionadas	Somatório de barragens inspecionadas
17	CEST/PE		Implantar 15 (quinze) km de adutora	Kms de adutoras implantadas	Somatório de Kms de adutoras implantadas
18	CEST/PI		Distribuir 5.000.000 (cinco milhões) alevinos	Alevinos distribuídos	Somatório de alevinos distribuídos
19	CEST/RN		Perfurar 50 (cinquenta) poços por meio de execução direta e Termo de Cooperação Técnica	Poços perfurados	Somatório de poços perfurados
20	CEST/SE		Instalar 100 (cem) cisternas	Cisternas instaladas	Somatório de cisternas instaladas

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

PORTARIA Nº 92, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Publiciza a consolidação do resultado das metas institucionais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS do 7º Ciclo GDPGPE e 5º Ciclo GDACE.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, no exercício das suas atribuições legais e em consonância com o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público, na forma do Anexo I desta Portaria, o resultado das metas de desempenho institucional alcançadas no âmbito deste Departamento, referente ao 7º Ciclo GDPGE e 5º Ciclo GDACE, correspondente ao período de 22/02/2016 a 21/02/2017, para fins de cálculo do pagamento das Gratificações de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e de Cargos específicos - GDACE.

Art. 2º A GDPGPE e a GDACE serão pagas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, conforme o inciso I do Decreto nº 7.133/2010 e inciso XLIX do art. 1º do Decreto nº 77.849/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

RESULTADO DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 6º CICLO GDPGPE E 4º CICLO GDACE - 22/02/2015 A 21/02/2016

METAS GLOBAIS					
Nº	ÁREA	ATIVIDADE ESTRATÉGICA	META	Indicador	META ATINGIDA
1	DA	Otimização patrimonial do DNOCS	Submeter 10 imóveis não-operacionais para homologação do Ministério da Integração Nacional com vistas à alienação	Imóveis submetidos ao MI para homologação	21
2	DI	Recuperação de barragens de PISF	Elaborar 3 projetos básicos de licitação visando à recuperação de barragens	Projetos básicos de licitação elaborado	4
3	DI	Supervisão e Acompanhamento das obras de recuperação de barragens na área do PISF	Desenvolver 1 projeto básico de licitação com vistas à supervisão, ao acompanhamento e à recuperação de barragens do PISF	Projeto básico desenvolvido	2
4	DI	Melhoria de oferta de água no Norte de Minas Gerais	Criar 1 projeto básico de licitação visando à construção da barragem Congonhas	Projeto básico criado	1
5	DP	Distribuição de alevinos	Distribuir 16.000.000 de alevinos	Alevinos distribuídos	20.542.303
6	DP	Regularização fundiária	Titularizar 100 lotes	Lotes titularizados	102
7	DP	Licenciamento Ambiental de Perímetros Irrigados	Encaminhar 3 licenciamentos de perímetros irrigados para SEMACE	Licenciamentos encaminhados	3

METAS INTERMEDIÁRIAS					
Nº	ÁREA	ATIVIDADE ESTRATÉGICA	META	INDICADOR	META ATINGIDA
1	DGP	Operacionalização de Controle de Ponto	Implantar 5 sistemas eletrônicos nas Coordenadorias	Sistemas de ponto implantados	8
2	drl	Avaliação dos imóveis patrimoniais do DNOCS	Avaliar 100% do RIP pertencente ao DNOCS, em 31.12.2016, com vistas ao cumprimento da Lei 10.204/2001	RIP avaliado	112,5%
3	DRF	Avaliação de prestação de contas convênio	Analisar 78% processos de prestação de contas referente ao ciclo atual mais o remanescente do ciclo anterior	Prestação de contas analisada	91,04%
4	CAJ	Manifestação em processos de contratação	Atender, até o dia 31/12/2016, 100% das demandas que ingressarem na CAJ até o dia 15/12/2016	Demandas atendidas	99,69%
5	CCD	Ingresso com as ações de desapropriação e análise de processos	Atender tempestivamente 100% da demanda de desapropriação judicial e administrativa	Demandas atendidas	99,14%
6	DTO	Celebração de contratos com organizações de produtores de projetos públicos de irrigação	Celebrar 06 contratos de cessão de uso de infraestrutura de uso comum dos projetos de irrigação com as organizações de produtores.	Contratos de cessão de uso celebrados	6
7	DPA	Capacitação de pessoas (produtores, técnicos, estudantes etc)	Capacitar 300 (trezentas) pessoas para produção de pescado	Pessoas capacitadas	761
8	DEP	Estudos e Projetos	Elaborar 15 relatórios dos projetos de recuperação de barragens	Relatórios de recuperação de barragens elaborados	34
9	DOB	Especialização de obras e serviços de engenharia	Fiscalizar a implantação de 8 empreendimentos	Empreendimentos fiscalizados	20
10	DPO	Implementação e execução de ações orçamentárias	Elaborar 1 relatório anual da execução das ações orçamentárias do DNOCS	Relatórios elaborados	1
11	DGE	Otimização da tecnologia da informação	Executar 30% das ações previstas no PETI/PDTI 2016-2019	Ação PETI/PDTI executada	28%
12	CEST/AL	Incremento da pesca e da aquicultura	Distribuir 1.200.000 de alevinos	Alevinos distribuídos	1.560.000
13	CEST/BA	Ampliação da oferta de água	Perfurar 50 poços	Poços perfurados	52
14	CEST/CE	Distribuição de alevinos	Distribuir 8.000.000 de alevinos	Alevinos distribuídos	10.247.250
15	CEST/MG	Distribuição de águas	Atender 200 famílias através de rede de distribuição de água	Famílias atendidas	1.336
16	CEST/PB	Inspeção de barragens	Inspecionar 25 barragens	Barragens Inspecionadas	32
17	CEST/PE	Ampliação do fornecimento de água	Executar 25 Kms de adução do sistema adutor do Pajeú	Kms do sistema adutor executados	36,35
18	CESTPI	Distribuição de alevinos	Distribuir 6.000.000 alevinos	Alevinos Distribuídos	6.089.613
19	CEST/RN	Perfuração de poços	Perfurar 50 poços	Poços perfurados	51
20	CEST/SE	Ampliação do fornecimento de água	Executar 03 Kms de adutoras	Kms de adutora executados	3,698

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 763, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/100940 - DPF/VDC/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBAVIG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.999.424/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 342/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.184, DE 3 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/99572 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0010-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 135/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.205, DE 6 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12699 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3000 (três mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.251, DE 8 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11414 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAJAI ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA, CNPJ nº 03.043.201/0001-64 para atuar em Santa Catarina.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.268, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10734 - DPF/VDC/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA GIDEÃO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.698.638/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 539/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.275, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6622 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0006-73, para exercer a(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial na Bahia.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.276, DE 9 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12160 - DPF/CRU/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PAJEU ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA - EPP, CNPJ nº 16.960.717/0001-15, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

6 (seis) Revólveres calibre 38

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

2800 (duas mil e oitocentas) Munições calibre 12

45000 (quarenta e cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.317, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11602 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MD SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 94.308.798/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 572/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.320, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2737 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANCIA STV LTDA, CNPJ nº 93.542.520/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 567/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.324, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11334 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CBV COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.-ME, CNPJ nº 19.513.686/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 563/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.327, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14411 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FERRAMENTAS GEDORE DO BRASIL S/A., CNPJ nº 96.736.350/0001-90 para atuar no Rio Grande do Sul.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.339, DE 13 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5210 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB RS- SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 568/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.351, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/3887 - DPF/XAP/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 82.891.805/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 431/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.355, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14567 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRUST - JCS VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 19.231.415/0001-02, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

12 (doze) Revólveres calibre 38

216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre 38

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.367, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14666 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CIVAM - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE VIGILANTES DO AMAPÁ LTDA - ME, CNPJ nº 05.421.289/0001-36, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

256 (duzentas e cinquenta e seis) Munições calibre 12

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

9103 (nove mil e cento e três) Gramas de pólvora

50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.371, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/5475 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIELO - SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.524.503/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 569/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.373, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/2773 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 314/2017 (CNPJ nº 07.957.111/0001-30); nº 258/2017 (CNPJ nº 07.957.111/0002-10); nº 315/2017 (CNPJ nº 07.957.111/0006-44); nº 259/2017 (CNPJ nº 07.957.111/0007-25) e nº 260/2017 (CNPJ nº 07.957.111/0008-06).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.378, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/6980 - DPF/GRA/PR, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESTSEG VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 02.906.848/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 527/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.380, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/7722 - DPF/BRU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONECTADA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ nº 23.154.745/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 559/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.382, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/8924 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PLIMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 14.125.403/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 542/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.393, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/10899 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESMALTEC S/A., CNPJ nº 02.948.030/0002-30 para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 611/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.395, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14750 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0002-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 581/2017 (CNPJ nº 12.137.071/0002-09) e nº 607/2017 (CNPJ nº 12.137.071/0005-43).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.396, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/13466 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TX2 FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.218.765/0001-90, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
21000 (vinte e uma mil) Espoletas calibre 38
15000 (quinze mil) Estojos calibre 38
9774 (nove mil e setecentos e setenta e quatro) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.400, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/69883 - DPF/GVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BROMO SEGURANÇA E VIGILANCIA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 16.919.666/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 608/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.412, DE 15 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11776 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERES SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.917.508/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 612/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.432, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14979 - DPF/PAT/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FSEG CURSOS EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES LIMITADA ME, CNPJ nº 05.853.950/0001-82, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.435, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/15769 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FIEL CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.520/0001-93, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
25000 (vinte e cinco mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
2000 (duas mil) Buchas calibre 12
20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12
2000 (duas mil) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.437, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/14132 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SENTICOM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.454.062/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 630/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO DA CHEFE

Declara que o correto nome do naturalizando, incluído na Portaria da SNJC nº 155, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 14 de julho de 2016 é MAURICE JOZEF AHSMAN e não conforme constou. Processo: 08505108096201579

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.006275/2017-15 - JOSE PEDRO MACHADO BRANDÃO BASTOS

Processo Nº 08000.006136/2017-91 - CORELIN PEREZ RUDAS

Processo Nº 08000.003687/2017-01 - NATHALIE DE GOUVEIA, NÉLIO ANTONIO ANDRADE DE MENDONÇA

Processo Nº 08000.003507/2017-83 - HUIMING GU

Processo Nº 08000.058097/2016-27 - YOSHITSUGU YAMAZAKI

Processo Nº 08505.316718/2016-11 - IGNACIO CERVELLO ALONSO

Processo Nº 08260.004312/2016-17 - YAIZA PRIETO GARCIA

Processo Nº 08505.065825/2014-12 - LUIS FILIPE COELHO BARRETO

Processo Nº 08505.040800/2014-06 - MARIA ANA CAMARA PIMENTA

Processo Nº 08362.004083/2014-12 - HARALD WEINERT

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Outrossim, informo que os(a) estrangeiros(a) deverão ser autuados(a) considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81, abaixo relacionados:

Processo: 08000.006216/2017-47 - MARCELLO RICCARDO GARRITANO

Processo: 08000.058776/2016-04 - OTTO HANS HIEKE, JIANGHONG FAN

Processo: 08000.057759/2016-41 - ALESSANDRO ROTTA

Processo: 08000.057504/2016-89 - MARIA CINTA DEL PILAR BARBER SANZ

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2015, Seção 1, pag. 32. Processo Nº 08505.084014/2013-21 - JUNIOR VINICIO DIAZ BEITA, ANDRES DIAZ MENDEZ. CINTHYA MARIA MENDEZ HERNANDEZ

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2015, Seção 1, pag. 32. Processo Nº 08505.083470/2013-54 - MARIO ANTONIO FARIAS ARELLANO, PAOLA CAREAGA SANCHEZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pag. 52. Processo Nº 08505.066299/2014-08 - MIGUEL ANGEL LOPEZ OCHOA, MONICA GUADALUPE ROJAS CALLEJA, MIGUEL ANGEL LOPEZ ROJAS, JUAN PABLO LOPEZ ROJAS

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2015, Seção 1, pag. 32. Processo Nº 08391.008529/2013-50 - ALESSANDRO BARTOLOTTA

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 16/07/2015, Seção 1, pag. 18. Processo Nº 08390.006319/2014-18 - DIEGO DANIEL MARQUES LOURENÇO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2015, Seção 1, pag. 32. Processo Nº 08505.110107/2013-19 - LUCIANO LALLI

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 08/06/2015, Seção 1, pag. 32. Processo Nº 08505.083620/2013-20 - ORIOL BARBERÁ MASATS

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pag. 54. 08460.022905/2014-39 - KJELD SENNEJUNKER

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do(a) estrangeiro(a) na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, CONVALIDO a decisão de deferimento do pedido de Transformação de Visto Temporário-Item V em Permanente, publicada no Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pag. 51. Processo Nº 08505.041533/2014-86 - JOANA FILIPA DA SILVA LUIZ

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o interessado não cumpriu integralmente a exigência formulada por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.058219/2016-85 - MOHAMMAD REZA SAADATMAND, JULIE LOUISE SAADATMAND

Processo Nº 08506.008292/2016-15 - PETRA HEILTJE OUDMAN

Processo Nº 08270.002074/2016-88 - TAESUNG KIM

Processo Nº 08505.124713/2015-83 - JIRI GALATIK

Processo Nº 08102.011501/2015-70 - HUA YIN, ZHICHENG YIN

Processo Nº 08297.006891/2015-26 - NUNO ALEXANDRE CAMPOS PEREIRA DA SILVA

Processo Nº 08072.003415/2015-98 - WEI WANG

Processo Nº 08460.053904/2015-17 - DANIELA SORAIA ALVES LOPES

Processo Nº 08506.006756/2015-78 - WILLIAM JAMES FADGEN

Processo Nº 08354.007110/2015-99 - GUY SCOTT HUDSON, ANA BERTHA BALDERAS ESPINOSA

Processo Nº 08070.000010/2016-07 - RICARDO ALEXANDRE MORAIS ALVES FERREIRA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo estrangeiro, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 07/10/2016, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.038693/2015-18 - NUNO FILIPE DA CONCEIÇÃO ANDRADE

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento formulado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País foi protocolado na data anterior ao deferimento do requerimento, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 08/07/2015, Seção 1, pág. 43, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08505.139517/2013-41 - DANIELE BERARDI

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2016, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.016953/2016-77 - MANUEL FERNANDO RISQUEZ HERNANDEZ

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2016, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.015889/2016-15 - LAURA GIUSEPPINA NARDI FERNANDEZ

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 20/06/2016, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.015888/2016-62 - NATHALIA ANDREINA SEGOVIA MEDINA

Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 14/03/2016, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido. Processo Nº 08000.010062/2015-26 - ZHONGQIANG HU

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único, do Decreto n° 86.715/81, DEFIRO o pedido de mudança de empregador do processo abaixo relacionado:

Processo Nº 46094.000070/2017-13:

Processo Nº 47041.000516/2017-98 - JOÃO PAULO PEREIRA MATOS DA COSTA, até 29/10/2017.

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 64, parágrafo único, do Decreto n° 86.715/81, DEFIRO a prorrogação do visto temporário-item V dos processos abaixo relacionados:

Processo Nº 46094.000072/2017-11:

Processo Nº 47038.000593/2017-05 - ASHIT JAYANTH BOLAR, até 05/03/2018

Processo Nº 47038.000562/2017-46 - NARESH KUMAR JOGINDER BATRA, até 02/04/2019

Processo Nº 47038.000594/2017-41 - SAMY LAURENT HABIB BENESTAN, até 05/03/2019

Processo Nº 47038.000663/2017-17 - Ricaurte Rene Rodriguez Rivera, até 25/03/2019

Processo Nº 47038.000665/2017-14 - Rogelio Balace Arellano, até 03/11/2017

Processo Nº 47038.000666/2017-51 - Rodrigo Jr. Bale Gumban, até 21/04/2019

Processo Nº 47038.000667/2017-03 - Peter Macleod, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000669/2017-94 - Frédéric Bernard Christian Larsonneur, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000670/2017-19 - Elissavet Klonopoulou, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000671/2017-63 - Ronald Charles Stolk, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000672/2017-16 - Rui Manuel Cordeiro Custódia Rua Faceira, até 21/03/2018

Processo Nº 47038.000673/2017-52 - Matthieu Kevin Christophe Furey, até 18/11/2018

Processo Nº 47038.000674/2017-05 - Eoin O'sullivan, até 18/11/2018

Processo Nº 47038.000675/2017-41 - Massimo Fruzzetti, até 18/11/2018

Processo Nº 47038.000676/2017-96 - Gennaro Capezzuto, até 18/11/2018

Processo Nº 47038.000677/2017-31 - Dan Radu, até 18/11/2018

Processo Nº 47038.000678/2017-85 - Mihai Dulgheroiu, até 04/09/2017

Processo Nº 47038.000679/2017-20 - Aleksey Viktorovic Verstakov, até 02/03/2019

Processo Nº 47038.000680/2017-54 - Rosario Cardozo, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000681/2017-07 - Kirk Julian Lobo, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000682/2017-43 - Dipak Uttam Nikam, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000683/2017-98 - Suresh Perayil, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000684/2017-32 - Abhinav Kumar, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000685/2017-87 - Punit Kumar, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000686/2017-21 - Sanjoy Bhattacharya, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000687/2017-76 - Akshay Deepak Ingrole, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000688/2017-11 - Musalayya Mylapilli, até 28/09/2017

Processo Nº 47038.000689/2017-65 - Ramkumar Kizhakkuveettil, até 20/06/2017

Processo Nº 47038.000690/2017-90 - Amit Kumar Bhuker, até 26/09/2017

Processo Nº 47038.000691/2017-34 - Nikhil Shashank Pednekar, até 26/09/2017

Processo Nº 47038.000692/2017-89 - Dillip Kumar Mallick, até 04/08/2017

Processo Nº 47038.000698/2017-56 - MATTHEW JOHN WELLS, até 20/05/2019

Processo Nº 47038.000708/2017-53 - Nestor Jr. Alcujeres Belina, até 04/04/2019

Processo Nº 47038.000709/2017-06 - Kevin Spencer Cutler, até 15/05/2018

Processo Nº 47038.000712/2017-11 - HUNTER EDWARD KARASS, até 27/07/2018

Processo Nº 47038.000713/2017-66 - ERIC MICHAEL STEEVES, até 27/07/2018

Processo Nº 47038.000717/2017-44 - Vincent Sales Acabado, até 24/11/2017

Processo Nº 47038.000723/2017-00 - WOJCIECH ROBERT RZESZOWSKI, até 15/12/2017

Processo Nº 47038.000724/2017-46 - LUKASZ KONRAD JARZYNOWSKI, até 15/12/2017

Processo Nº 47038.000725/2017-91 - ADAM ANTONI DENZ, até 15/12/2017

Processo Nº 47038.000728/2017-24 - SUJIT MALCHUS DASGUPTA, até 20/08/2019

Processo Nº 47038.000734/2017-81 - JEROME FRANÇOIS MARIE OLLAGNON, até 22/04/2019

Processo Nº 47038.000735/2017-26 - Marko Kalas, até 04/09/2017

Processo Nº 47038.028287/2016-44 - ANTONIO TATAY GARCIA, até 12/01/2018

Processo Nº 47038.028288/2016-99 - OIHANA ARRATIBEL ALKORTA, até 04/01/2018

Processo Nº 47038.028290/2016-68 - EMANUEL KLAUS GUNTER UHLMANN - ate 19/12/2017

Processo Nº 47038.000140/2017-71 - AMIYA KUMAR PATRO, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000141/2017-15 - MAH KIM PENG, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000142/2017-60 - AZMI BIN YAHYA, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000143/2017-12 - CHAN THEN LOWI, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000144/2017-59 - SUDHIR SADANAND ACHARYA, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000145/2017-01 - WONG PATRICK, até 18/04/2018

Processo Nº 47038.000146/2017-48 - CHARNSAK MONGKOLBORERUK, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000147/2017-92 - WONG CHOON MING, até 24/04/2018

Processo Nº 47038.000148/2017-37 - CHEW SEE HIAN, até 18/04/2018

Processo Nº 47038.000149/2017-81 - RENGARAJ PITCHAI PILLAI, até 25/04/2018

Processo Nº 47038.000150/2017-14 - JIAN XU, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000153/2017-40 - CHUA CHOU YONG, até 19/05/2018

Processo Nº 47038.000154/2017-94 - MOH JUAN LUAN, até 24/04/2018

Processo Nº 47038.000155/2017-39 - TUN TUN WIN, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000156/2017-83 - SOE MIN HLAING, até 27/05/2018

Processo Nº 47038.000158/2017-72 - ZHANHAI DU, até 02/07/2018

Processo Nº 47038.000159/2017-17 - FUGUI MU, até 10/06/2018

Processo Nº 47038.000164/2017-20 - ZHIPENG DONG, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000165/2017-74 - HANGANG JIANG, até 29/05/2018

Processo Nº 47038.000166/2017-19 - SHITENG LYU, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000169/2017-52 - BENJUN SHI, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000170/2017-87 - FENGYU YAO, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000172/2017-76 - XIN JIN, até 28/05/2018

Processo Nº 47038.000174/2017-65 - MINGQIANG GU, até 02/07/2018

Processo Nº 47038.000376/2017-15 - JENS OLSCHEWSKI, até 11/03/2018

Processo Nº 47038.000378/2017-04 - Cátia Cristiana Marques Pinto, até 11/12/2018

Processo Nº 47038.000421/2017-23 - CARL GEORGE UPTON, até 21/06/2017

Processo Nº 47038.000424/2017-67 - ALEXANDRE JOÃO DA ROCHA OLIVEIRA, até 29/03/2018

Processo Nº 47038.000426/2017-56 - VESA ANTERO LAVIKAINEN, até 09/02/2018

Processo Nº 47038.000433/2017-58 - HAIMING SHA, até 28/06/2017

Processo Nº 47038.000434/2017-01 - PENGFEI HU, até 27/06/2017

Processo Nº 47038.000437/2017-36 - WEI XU, até 07/06/2017

Processo Nº 47038.000441/2017-02 - MINGXIANG JI, até 28/06/2017

Processo Nº 47038.000442/2017-49 - GEORG HECKMEIER - 1 Ano(s)
Processo Nº 47038.000469/2017-31 - JUSTIN DANIEL WAGNER, até 14/06/2017
Processo Nº 47038.000477/2017-88 - NARENDRA JAKKAMPUDI - 1 Ano(s)
Processo Nº 47038.000495/2017-60 - LEONARD LEANDER HILLIARD JR, até 08/03/2018
Processo Nº 47038.000513/2017-11 - LUCA CRESPI, até 15/03/2018
Processo Nº 47038.000162/2017-31 - CYRIL GUY QUERAN, até 11/01/2019
Processo Nº 47038.000279/2017-14 - Alexandre, Gabriel, André Guinut, até 03/03/2019

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 22/02/2017, Seção 1, pág. 46.
Onde se lê: Processo N 47038.000248/2017-63 - ROY WYNANT, até 27/02/2017;
Leia-se: Processo N 47038.000248/2017-63 - ROY WYNANT, até 26/02/2019.
No Diário Oficial da União de 03/03/2017, Seção 1, pág. 68.
Onde se lê: Processo Nº 08000.055333/2016-53 - ADRIEN PAUL PHILIPPE DELMONTTE.
Leia-se: Processo Nº 08000.055333/2016-53 - ADRIEN PAUL PHILIPPE DELMOTTE.
No Diário Oficial da União de 06/02/2017, Seção 1, pág. 54.
Onde se lê: Processo Nº 08702.300499/2016-22 - DUARTE FERNANDES;
Leia-se: Processo Nº 08702.300499/2016-22 - LUIS FILIPE DUARTE FERNANDES.
No Diário Oficial da União de 21/02/2017, Seção 1, pág. 35.
Onde se lê: Processo nº 08461.007246/2014-09 - MANUEL ANTOINE BERNARD PEIRO, ELISE ANA MARIE LUOISE CARPENTIER, ZOE JULIA ANNIE PEIRO;
Leia-se: Processo nº 08461.007246/2014-09 - MANUEL ANTOINE BERNARD PEIRO, ELISE ANA MARIE LOUISE CARPENTIER, ZOE JULIA ANNIE PEIRO.
No Diário Oficial da União de 10/07/2015, Seção 1, pág. 51.
Onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionado(s):
Processo N° 08000.004125/2014-24 - MARCUS RONALD ALBERT HOLMES.
Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Visto item V, do processo abaixo relacionado:
Processo N° 08000.004125/2014-24 - MARCUS RONALD ALBERT HOLMES, até 28/06/2015.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 53, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: PITANGA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Drama Filmes/Gangazumbaproduções/Paraguassu Produções
Diretor(es): Beto Brant/Camila Pitanga
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.014608/2017-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O PODEROSO CHEFINHO (THE BOSS BABY, Estados Unidos da América - 2016)
Diretor(es): Tom Mcgrath
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.015951/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UTERUS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Volante/Pedro Antoniutti/Felipe Rosa/Edison Rodrigues
Diretor(es): Pedro Antoniutti
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000283/2017-79
Requerente: PEDRO ANTONIUTTI DE SOUSA

Conjunto de Episódios: NINO: VIAGEM AO CONHECIMENTO (Brasil - 2016/2017)
Episódio(s): 01 A 03
Produtor(es): Ronaldo Zenobio Darwich
Diretor(es): Ronaldo Zenobio Darwich
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura/Infantil
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000291/2017-15
Requerente: Z1 PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA

Filme: ELON NÃO ACREDITA NA MORTE (Brasil - 2016)
Produtor(es): Entre Filmes Producoes Ltda - ME
Diretor(es): Ricardo Alves Jr.
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Sexo Explícito e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000292/2017-60
Requerente: VITRINE FILMES LTDA

Filme: AS FALSAS CONFIDÊNCIAS (LES FAUSSES CONFIDENCES, França - 2016)
Produtor(es): Ideale Production
Diretor(es): Luc Bondy
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000330/2017-84
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

ALESSANDRA XAVIER NUNES

DESPACHOS DA DIRETORA ADJUNTA
Em 20 de março de 2017

Nº 128/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.004195/2002-60
Título: HIDDEN AND DANGEROUS
A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;
CONSIDERANDO o jogo HIDDEN AND DANGEROUS foi classificado antes de 2012 com base em critérios de classificação obsoletos, que já foram revistos e estão disponíveis no Guia Prático de Classificação Indicativa de março de 2012.
CONSIDERANDO que se torna incoerente que os jogos antigos fiquem com classificação mais alta mesmo depois que a reforma dos critérios permita uma classificação menor, resolve:
Em nova análise da obra, determinar a revisão da classificação indicativa para "não recomendado para menores de catorze anos", por conter "Violência".

Nº 131/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.015558/2017-58
Trailer: "ATÔMICA" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:
Indeferir o pedido de reconsideração do trailer, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de catorze anos", por conter: violência, conteúdo sexual e drogas lícitas.

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No inciso XVII, do art. 1º, da Portaria/SE nº 1.074, de 8 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 9 de dezembro de 2016, Seção 1, páginas 116 a 118, onde se lê: "1.099.805,02 (um milhão, noventa e nove mil, oitocentos e cinco reais e dois centavos)", leia-se: "913.709,96 (novecentos e treze mil, setecentos e nove reais e noventa e seis centavos)".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO - RE N° 757, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 921, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, considerando a decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1001156-30.2017.4.01.3400, em tramitação na Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Região, no sentido de deferir parcialmente a liminar para "determinar que a autoridade impetrada exare um novo parecer atendo-se às suas atribuições funcionais, referente à anuência prévia, sem se manifestar acerca da patenteabilidade, no prazo de 30 dias após a intimação desta decisão", em relação aos pedidos de patente PI 0419345-8, PI 0419342-3, PI 0419343-1 e PI 0419344-0, resolve:
Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente PI 0419345-8, PI 0419342-3, PI 0419343-1 e PI 0419344-0, nos termos da decisão judicial liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1001156-30.2017.4.01.3400, em tramitação na Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Região.
Art. 2º Determinar a remessa dos autos dos pedidos de patente PI 0419345-8, PI 0419342-3, PI 0419343-1 e PI 0419344-0 para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA FERRARI ANDREOTTI

ANEXO

NÚMERO DO PEDIDO PI 0419342-3
DEPOSITANTE GILEAD PHARMASSET LLC (US)
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
NÚMERO DO PEDIDO PI 0419343-1
DEPOSITANTE GILEAD PHARMASSET LLC (US)
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
NÚMERO DO PEDIDO PI 0419344-0
DEPOSITANTE GILEAD PHARMASSET LLC (US)
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
NÚMERO DO PEDIDO PI 0419345-8
DEPOSITANTE GILEAD PHARMASSET LLC (US)
PROCURADOR DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 806, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD_DN 132/2017, realizado em 01 de março de 2017 e Circuito Deliberativo - CD_DN 136/2017, realizado em 06 de março de 2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Empresa: A. R. MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 24.732.780/0001-22
Processo: 25351.542996/2016-02
Expediente do Recurso: 0124292/17-0
Parecer: 005/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

Empresa: SHARLAB BRASIL MATERIAL PARA LABORATÓRIOS S/A
CNPJ: 64.568.710/0001-03
Processo: 25351.549187/2016-61
Expediente do Recurso: 249433/17-7
Parecer: 007/2017 - COARE/DIMON
Decisão: POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO Nº 807, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD_DN 121/2017, realizado em 17 de fevereiro de 2017, e com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: AGAPÉ INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA.
CNPJ: 08.540.561/0001-95
Processos nº: 25351.554203/2015-91
Expediente n.º: 1375632/16-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do Pedido de revisão, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer Técnico n.º 002/2017 - CRCOS/DIARE/GECOS.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 753, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando que o medicamento Cytotec contém a substância misoprostol constante da lista C1 da Portaria 344/1998 de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e que de acordo com o art. 25, parágrafo único dispõe que "As vendas de medicamentos a base da substância Misoprostol constante da lista "C1" (outras substâncias sujeitas a controle especial) deste Regulamento Técnico, ficarão restritas a estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados e credenciados junto a Autoridade Sanitária competente.";

considerando a comprovação da divulgação irregular por meio do sítio eletrônico "https://abortonanuvem.com/pt-br/" do produto Cytotec (misoprostol) cujo registro está cancelado no Brasil, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação e comercialização do produto Cytotec (misoprostol), divulgado por meio do site "https://abortonanuvem.com/pt-br/".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 754, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, de 23 de fevereiro de 2017,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, X e XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o cancelamento do Certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa Hospira Healthcare Índia Pv. Ltd, concedido pela Resolução RE nº 816, de 01 de abril de 2016, tendo em vista o descumprimento do § 2º, Art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da importação de todos os medicamentos fabricados pela empresa Hospira Healthcare Índia Pv. Ltd, localizada em Plot nº B3-B4, B11-B14, B21-B23 and B31 & B33, Sipcot Industrial Park, Irungattukottai, Sriperumbudur (TK.), Kancheepuram District - 602 105, Índia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 756, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, V e VI, e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 140, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa LAMBEDOR ARTESANAL 17 ERVAS 200g, pela empresa Margareth S. Guimarães, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto LAMBEDOR ARTESANAL 17 ERVAS 200g, bem como de todos os demais produtos sujeitos à vigilância sanitária fabricados pela empresa Margareth S. Guimarães (CNPJ inválido 06.415.129/0001-66, conforme rótulo do produto), supostamente localizada na Fazenda Nova Canaã, s/n, BR 308 - BA.

Art. 2º Determinar ainda, a apreensão do citado produto, em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União - DOU n° 54, de 20 de março de 2017, seção 1, pág. 70 e suplemento pág. 59
Onde se lê: RESOLUÇÃO - RE N° 672, DE 17 DE MARÇO DE 2017
Leia-se: RESOLUÇÃO - RE N° 755, DE 17 DE MARÇO DE 2017

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 518, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Segunda Reunião Ordinária realizada nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15a Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Saúde Bucal - CISB de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado.

Resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CISB, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 12 (doze) titulares e 10 (dez) suplentes constituída da seguinte forma:

Coordenador: Federação Interestadual dos Odontologistas - FIO

Coordenador Adjunto: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP

- Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL
- Associação Brasileira de Autismo - ABRA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS
- Conselho Federal de Odontologia - CFO
- Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - CONTER
- Federação Nacional dos Odontologistas- FNO
- Secretaria de Atenção à Saúde SAS/MS
- Secretaria de Atenção à Saúde SAS/MS
- Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil - FENACELBRA

Suplentes

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
- Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI/CUT
- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG
- Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES/MS
- Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS
- Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC
- Fundação Nacional de Saúde - FUNASA/MS
- Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa
- Conselho Federal de Nutricionistas - CFN

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CISB e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Fica revogada a Resolução CNS no 481, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 518, de 3 de junho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 519, DE 3 DE JUNHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Segunda Reunião Ordinária realizada nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15a Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena - CISI de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado.

Resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CISI, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 15 (quinze) titulares e 10 (dez) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

Coordenador: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Coordenador Adjunto: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS

- Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL
- Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
- Conselho Federal de Psicologia - CFP
- Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI
- Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS
- Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS
- Pastoral da Criança
- Região Centro-Oeste
- Região Nordeste
- Região Sudeste
- União Nacional dos Estudantes - UNE

II - Suplentes

- Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
- Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS
- Conselho Federal de Farmácia - CFF
- Conselho Federal de Nutricionistas - CFN
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Articulação Brasileira de Gays - Artgay
- Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CISI e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Fica revogada a Resolução CNS no 483, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 519, de 3 de junho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 521, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15ª Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Atenção a Saúde nos Ciclos de Vida - CIASCV de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado.

Resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CIASCV, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 18 (dezoito) titulares e 16 (dezesseis) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

Coordenador: Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDINAPI/FS

Coordenador Adjunto: Pastoral da Criança

- Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz
- Associação Brasileira de Autismo - ABRA
- Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP
- Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa
- Conselho Federal de Nutricionistas - CFN
- Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil - FENACELBRA
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL
- Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
- Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE
- Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS
- Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS
- Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados - CSH/SAS/MS
- Movimento Nacional de População de Rua - MNPR
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Pastoral da Pessoa Idosa - PPI
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI/CUT

II - Suplentes

- Articulação Nacional de Luta contra Aids - ANAIDS
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO
- Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
- Associação de Diabetes Juvenil - ADJ
- Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- Federação Interestadual dos Odontologistas - FIO
- Conselho Federal de Farmácia - CFF
- Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI
- Coordenação Geral da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (CGSCAM/DAPES/SAS/MS)
- Departamento de Atenção Básica/SAS/MS
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA
- Movimento Popular de Saúde - MOPS
- União Brasileira de Mulheres - UBM
- Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CIASCV e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Ficam revogadas as Resoluções CNS no 469, de 7 de agosto de 2013 e no 489, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 521, de 8 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 522, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7º, III e no Capítulo III da Resolução CNS nº 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS nº 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15ª Conferência Nacional de Saúde (Resolução nº 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Atenção a Saúde das Pessoas com Deficiência - CIASPD - de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado, resolve:

Art. 1º Aprovar a reestruturação da CIASPD, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 12 (doze) titulares e 10 (dez) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

Coordenador: Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF

Coordenador Adjunto: Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO

- Associação Brasileira de Autismo - ABRA
- Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia - ABENFISIO
- Associação Brasileira de Ostomizados - ABRASO
- Confederação Nacional da Indústria - CNI
- Conselho Federal de Enfermagem - COFEN
- Federação Brasileira de Hemofilia - FBH
- Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla - MOPEM

II - Suplentes

- Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz
- Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL
- Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
- Ministério da Educação - MEC
- Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência - SDH
- Associação das Pioneiras Sociais - SARAH/DF
- Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP/SGEP/MS
- Coordenação-Geral de Gestão da Atenção Básica - CGGAB/DAB/SAS/MS
- Coordenação-geral de Atenção Domiciliar - CGAD/DAB/SAS/MS

Art. 2º Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CIASPD e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º Ficam revogadas as Resoluções CNS nº 471, de 7 de agosto de 2013 e nº 489, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS nº 522, de 8 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 523, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15a Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019;

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde de Pessoas com Patologias - CIASPP - de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado; e

Considerando que este CNS deliberou, em sua Ducentésima Octogésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2017, pela ampliação de mais uma vaga na titularidade da comissão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CIASPP, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 19 (dezenove) titulares e 16 (dezesseis) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

- Coordenador - Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS - ANAIDS
- Coordenador Adjunto - Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla - MOPEM
- Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz
- Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE
- Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
- Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB
- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC
- Conselho Federal de Enfermagem - COFEN
- Conselho Federal de Psicologia - CFP
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS
- Federação Brasileira de Hemofilia - FBH
- Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil - FENACELBRA
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL
- Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA
- Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
- Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Associação Brasileira Superando o Lúpus - ABSL
- Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes - FENAD

II - Suplentes

- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Associação de Diabetes Juvenil - ADJ
- Associação Nacional de Travestis e Transexual - ANTRA
- Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP
- Conselho Federal de Farmácia - CFF
- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO
- Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA
- Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE
- Pastoral da Saúde Nacional
- Rede Nacional de Pessoas Trans - Rede Trans Brasil
- Rede Nacional Lai Lai Apejo
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI/CUT
- Movimento Brasileiro de Luta Contra Hepatites Virais - MBHV
- Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS
- Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CIASPP e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Ficam revogadas as Resoluções CNS no 477, de 7 de agosto de 2013, no 479, de 7 de agosto de 2013 e no 487, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 523, de 8 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 524, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15a Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica - CICTAF - de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado, resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CICTAF, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 18 (dezoito) titulares e 16 (dezesseis) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

- Coordenador - Conselho Federal de Farmácia - CFF
- Coordenador Adjunto - Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
- Associação Brasileira da Rede Unida - REDE UNIDA
- Associação de Diabetes Juvenil - ADJ
- Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES
- Confederação Nacional da Indústria - CNI
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS
- Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS
- Federação Brasileira de Hemofilia - FBH
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL
- Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Pastoral da Saúde Nacional
- Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - UNASUS

II - Suplentes

- Associação Brasileira de Alzheimer - Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAz
- Associação Brasileira de Autismo - ABRA
- Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas-ABFH
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP
- Confederação Nacional do Comércio - CNC
- Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV
- Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA
- Federação Interestadual dos Odontologistas - FIO
- Federação Nacional dos Médicos Veterinários - FENAMEV
- Departamento de Gestão da Saúde Indígena - Assistência Farmacêutica - DGSI-AF/SESAI
- Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla - MOPEM
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS
- Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CICTAF e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Fica revogada a Resolução CNS nº 386, de 14 de junho de 2007, e no 488, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 524, de 8 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 525, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15ª Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS - CIEPCSS - de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado, resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CIEPCSS, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 12 (doze) titulares e 10 (dez) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

Coordenador: Associação Brasileira da Rede Unida - REDE UNIDA

Coordenador Adjunto: União de Negros pela Igualdade - UNEGRO

- Pastoral da Saúde Nacional
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
- Rede Nacional de Pessoas Trans - Rede Trans Brasil
- Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde - ANEPS
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS
- Associação de Fisioterapeutas do Brasil - AFB
- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS

II - Suplentes

- Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Pastoral da Pessoa Idosa
- Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
- Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA
- Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR
- Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - CONTER
- Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - UNASUS

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CIEPCSS e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Fica revogada a Resolução CNS no 490, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 525, de 8 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 526, DE 8 DE JULHO DE 2016

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Ducentésima Octogésima Terceira Reunião Ordinária realizada nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto no 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o previsto no art. 7o, III e no Capítulo III da Resolução CNS no 407, de 12 de setembro de 2008, que versam sobre a composição, organização e funcionamento das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Considerando que a Resolução CNS no 513, de 6 de maio de 2016, inovou na normatização das Comissões Intersetoriais do CNS, modificando, inclusive, as nomenclaturas e representações sociais em cada Comissão;

Considerando que as Comissões são constituídas pelo CNS, a partir das necessidades do Pleno e são instâncias para ampliar a participação de sujeitos sociais, instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com repercussão nos determinantes sociais da saúde, o que representa o fortalecimento do controle social e dos movimentos e entidades sociais que participam do SUS;

Considerando que é necessário aperfeiçoar e potencializar as Comissões do CNS;

Considerando as propostas e diretrizes da 15a Conferência Nacional de Saúde (Resolução no 507, de 16 de março de 2016) e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019; e

Considerando a necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade (População Negra; LGBT; População em Situação de Rua; Campo, Floresta e Águas; Povos e Comunidades Tradicionais) - CIPPE; de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões intersetoriais deste colegiado.

Resolve:

Art. 1o Aprovar a reestruturação da CIPPE, para o exercício do mandato de 2016 a 2018, com a composição de 18 (dezoito) titulares e 16 (dezesseis) suplentes constituída da seguinte forma:

I - Titulares

- Coordenador: Rede Nacional de Pessoas Trans - Rede Trans Brasil
- Coordenador Adjunto: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Articulação Nacional de Luta contra Aids - ANAIDS
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- Conselho Federal de Psicologia - CFP
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA
- Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes - FENAFAL
- Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
- Secretaria Executiva - SE/MS
- Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP/SGEP/MS
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - MORHAN
- Movimento Nacional de População de Rua - MNPR
- Rede Nacional Lai Lai Apejo
- União Brasileira de Mulheres - UBM
- União de Negros Pela Igualdade - UNEGRO

Suplentes

- Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM
- Conselho Federal de Odontologia - CFO
- Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina - DENEM
- Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE
- Força Sindical
- Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça e Cidadania
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI/MEC
- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDSA
- Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas - REDE SAPATÁ
- Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDINAPI/FS
- Federação Interestadual dos Odontologistas - FIO
- União Nacional dos Estudantes - UNE
- Associação Brasileira de Odontologia - ABO
- Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES

Art. 2o Poderão ser convidados representantes de instituições, das entidades e de áreas do Ministério da Saúde, com atuação respectiva a temáticas tratadas pela CIPPE e que sejam imprescindíveis para o andamento dos trabalhos da Comissão.

Art. 3o Ficam revogadas as Resoluções CNS no 470, de 7 de agosto de 2013 e no 486, de 7 de agosto de 2013.

Art. 4o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS no 526, de 08 de julho de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 540, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Octogésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº. 5.839, de 11 de julho de 2006, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

Considerando o disposto no artigo 74 da Resolução CNS n.º 407, de 12 de setembro de 2008, que assegura ao CNS a prerrogativa de organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator/a um ou mais conselheiros/as por ele/ela designado/a;

Considerando o inciso III do art. 5º da Resolução CNS n.º 500 de 12 de fevereiro de 2015, que definiu as conferências livres, compreendidas como debates, encontros e plenárias, enquanto estratégias de mobilização do controle social;

Considerando que o Planejamento 2016-2019 do CNS definiu como um dos seus objetivos "instituir uma Política de Comunicação Social do CNS em defesa do SUS e do Direito à Saúde" e indicou a convocação da primeira conferência nacional livre de comunicação em saúde, resolve:

Aprovar a realização da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (1ª CNLCS) nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2017.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 1ª CNLCS tem por objetivos:

I - Subsidiar as ações do Controle Social em temas relativos à comunicação em saúde;

II - Aproximar o conceito de acesso à informação ao conceito de direito de acesso à saúde;

III - Estabelecer parâmetros de comunicação a serem utilizados por comunicadores e militantes em saúde, nas diversas plataformas de produção, edição e disseminação de informações;

IV - Lançar as bases de um sistema comum de comunicação em rede, por todo o país, para compartilhamento de informações e experiências em saúde pública, bem como de experiências exitosas no SUS;

V - Consolidar uma narrativa contra hegemônica de conteúdos positivos sobre o SUS, a partir de estratégias de disseminação de conteúdo via redes próprias.

CAPÍTULO II

DO TEMA

Art. 2º A 1ª CNLCS tem como tema: "Direito à informação, garantia de direito à saúde".

CAPÍTULO III

DA MOBILIZAÇÃO

Art. 3º Fica criada a Comissão de Mobilização, que terá a atribuição de articular, junto às entidades com assento no Conselho Nacional de Saúde, a participação de seus representantes na 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde.

Parágrafo único. A Comissão de Mobilização será formada por quatro Conselheiros/as Nacionais de Saúde: Priscilla Viegas Barreto de Oliveira (representante do segmento dos profissionais de saúde), Antônio Muniz da Silva e Paula Jhons (representantes do segmento dos usuários) e um representante do segmento do gestor/prestador de serviço (a indicar).

RONALD FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho

Homologo a Resolução CNS n.º 540, de 27 de janeiro de 2017, nos termos do Decreto de Delegação de Competência, de 12 de novembro de 1991.

RICARDO BARROS
Ministro de Estado da Saúde

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU nº 35, de 17 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 246, onde se lê:

Ref.: Processo nº 25000.063353/2011-11.

Interessado: DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME

Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria GM/MS n.º 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.652.874/0001-87, localizada no Município de NOVO CRUZEIRO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui tem Farmácia Popular.

Leia-se:

Ref.: Processo nº 25000.063353/2011-11.

Interessado: DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME

Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria GM/MS n.º 111/2016, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.602.294/0001-04, localizada no Município de NOVO CRUZEIRO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui tem Farmácia Popular.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.224, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005014/2016-81. Interessada: EDP Bandeirante Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da EDP Bandeirante Energia S.A, de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV RAC Embraer 1-2, localizada no estado de São Paulo.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.231, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005930/2016-11. Interessada: Canarana Transmissora de Energia S/A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Canarana 230/138KV - 3 x 40 MVA.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.234, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos: 48500.004713/2016-11, 48500.004714/2016-58 e 48500.004715/2016-01. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços nas Subestações Anhanguera, Cabreúva e Penápolis sob sua responsabilidade; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.205, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005487/2016-88. Interessados: Agentes de Geração e Comercializadores de Energia Elétrica. Objeto: Adequa a Resolução Homologatória nº 2.190, de 13 de dezembro de 2016, em decorrência de modificações ocorridas na representação do custo de déficit de energia, implementadas pela Resolução nº 07, de 14 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Política Energética.

A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 14 de março de 2017

Nº 686 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005242/2012-27, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em face do Auto de Infração nº 087/2015-SFE, mantendo a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 15.346.789,45 (quinze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), o qual deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 689 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002238/2015-50, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, em face do Auto de Infração n° 66/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência de não conformidades registradas em ação fiscalizadora, para, no mérito negar-lhe provimento e manter a multa no valor de R$ 303.103,96 (trezentos e três mil, cento e três reais e noventa e seis centavos), valor esse que deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 691 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004446/2016-74, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A. - ITE em face ao Auto de Infração nº 101/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência de não conformidades registradas em ação fiscalizadora, para, no mérito negar-lhe provimento e manter a multa no valor de R$ 75.599,06 (setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e seis centavos), valor esse que deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 695 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002984/2015-43, decide conhecer e negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Sistema de Transmissão Nordeste S/A - STN em face do Despacho nº 3.954/2015, que manteve a apuração da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI aplicada aos desligamentos verificados em 07/03/2015, às 07h19min.

Nº 698 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005417/2008-10, resolve: (i) indeferir a emissão de autorização para implantar e explorar a PCH Cantu 1 em favor da BE - Empresa de Estudos Energéticos S.A.; (ii) revogar os Despachos n° 3.400, de 12 de setembro de 2008; n° 3.829, de 8 de outubro de 2009; e n° 1.978, de 18 de junho de 2015, referentes ao Registro Ativo, ao Aceite e à aprovação do Projeto Básico da PCH Cantu 1, respectivamente; e (iii) disponibilizar o eixo da PCH Cantu 1 a qualquer interessado.

Nº 708 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006657/2014-80, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. em face do Auto de Infração nº 029/2014-SFG, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, mantendo a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 1.058.665,85 (um milhão, cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), o qual deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 717 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001212/2016-75, decide: conhecer e dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Prefeitura Municipal de Sales - SP, em face de decisão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, que considerou improcedente o pleito de reclassificação e devolução de valores cobrados de Unidades Consumidoras pela Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, no sentido de (i) reformar a decisão da ARSESP para determinar que a Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE proceder o reenquadramento da unidade consumidora UC nº 41713860 para a classe iluminação pública; (ii) determinar que a distribuidora providencie a devolução das quantias indevidamente cobradas e recebidas a maior, e (iii) determinar que esta decisão deve ser cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

Nº 725 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.003033/2016-72, decide negar provimento à solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Transmissão nº 1/2007-ANEEL celebrado com a Jauru Transmissora de Energia S.A. - JTE.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de março de 2017

Nº 737 - Processo nº 48500.007836/2008-96. Interessado: Construmil Construtora e Terraplanagem Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Serra do Divisor, com 7.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.037454-7.01, localizada no rio Cana Brava, integrante da sub-bacia 21, na bacia hidrográfica do rio Tocantins , no município de Flores de Goiás, estado de Goiás.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 17 de março de 2017

Nº 738 - Processo nº 48500.003811/2012-08. Interessado: Companhia Brasileira de Engenharia, Participações e Negócios S.A. - COBRAPAR. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Gameleira, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035112-1.01, localizada no rio São Bartolomeu, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Luziânia, estado de Goiás.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 744 - Processo nº: 48500.005651/2001-81. Interessada: Monel Monjolinho Energética S.A. Decisão: registrar a alteração da denominação da UHE Alzir dos Santos Antunes, objeto do Contrato de Concessão nº 18/2002 - ANEEL, de 23 de abril de 2002, outorgada à empresa Monel Monjolinho Energética S.A. por meio do Decreto s/nº, de 2 de abril de 2002, e registrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.RS.028562-5.01, para UHE Monjolinho.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2017

Nº 739 - Processo nº: 48500.001524/2017-60. Interessada: Genpower Participações S.A. Decisão: autorizar Genpower Participações S.A., outorgada conforme Portaria MME nº 530, de 23 de novembro de 2015, a realizar estudos geológicos e topográficos necessários à elaboração do projeto para implantação da Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, interligando a Subestação Elevadora da UTE Porto de Sergipe I ao barramento de 500 kV da Subestação Jardim, a sobrepassar os municípios de Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro, no estado de Sergipe.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 20 de março de 2017

Nº 770 - Processo nº: 48500.001563/2017-67. Interessada: Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. Decisão: (i) aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 007/2016, elaborado pela Santa Lucia Transmissora de Energia S.A., em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 007/2016.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2017

Nº 775 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Cooperativa de Desenvolvimento Social Entre Rios Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 21 de março de 2017. Usina: PCH Buricá. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 700 kW cada, totalizando 1.400 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Municípios de Independência e Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2017

N° 767 - Processo nº 48500.000732/2017-41. Interessados: Eletrobras Distribuição Piauí e Prefeitura Municipal de Teresina. Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

N° 768 - Processo nº 48500.001918/2016-37. Interessados: Copel Distribuição S/A e Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão/PR. Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de março de 2017

N° 743 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 3.924/2016, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.005242/2016-51, decide por indeferir o pleito da Companhia Hidroelétrica do São Francisco para expurgo de registro de ultrapassagem do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST contratado pela Usina Hidrelétrica Paulo Afonso III referente a setembro de 2011.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº275	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000302/2017 - 00	RENOLIT LX R EP 2	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5509
	48600.000307/2017 - 24	RENOLIT SPA 32	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5507
	48600.000303/2017 - 46	RENOLIT H 442 BR	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5508
Nº276	INDÚSTRIA PETROQUIMICA DO SUL LTDA - CNPJ nº 92.678.432/0001-74					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000059/2017 - 11	LOTUS STREET SINTÉTICO SN	SAE 5W30	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18080
	48600.000058/2017 - 77	LOTUS STREET SINTÉTICO SN	SAE 5W40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18080
Nº277	INGERSOLL RAND IND. COM. SERV. DE AR CONDICIONADO, AR COMPRIMIDO E REFRIGERAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 01.610.517/0001-65					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003560/2016 - 59	OIL 0317	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18093
	48600.003559/2016 - 24	OIL 0315	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18092
	48600.003558/2016 - 80	OIL 0020E	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18091

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº278	INGERSOLL RAND IND. COM. SERV. DE AR CONDICIONADO, AR COMPRIMIDO E REFRIGERAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 01.610.517/0001-65					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003556/2016 - 91	OIL 0078	ISO 32	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18089
	48600.003554/2016 - 00	OIL 203-0964	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18087
	48600.003555/2016 - 46	OIL 0192	ISO 32	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18088
	48600.003557/2016 - 35	OIL 0025E	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18090
Nº279	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000381/2017 - 41	PETRONAS ATO	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	17820
	48600.000380/2017 - 04	PETRONAS ATO	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	17820
	48600.000378/2017 - 27	PETRONAS GENRAIL 6	SAE 40		ÓLEO LUBRIFICANTE	18081
	48600.000379/2017 - 71	PETRONAS GENRAIL 6	SAE 20W40		ÓLEO LUBRIFICANTE	18081
Nº280	RICOM COMERCIO DE MAQUINAS E SERVICOS LTDA - CNPJ nº 03.522.731/0001-95					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000560/2017 - 88	RS10000 PLUS	ISO 32	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18094

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 20 de março de 2017

Nº 272 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE	CESSIONÁRIA	PRAZO	VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	Paulínia	SP	PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 00.175.884/0002-04	AGILE LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LTDA 10.911.906/0001-11	25/01/2022	Gasolina A:15 Diesel AS500:20 Diesel AS10:10 EAC:5 EHC:20 B100:3	48610.002319/2017-74
2	Uberaba	MG	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA. 01.256.137/0001-74	ZEMA CIA. DE PETRÓLEO 00.647.154/0001-70	04/06/2023	Gasolina C:10 Diesel BS500:10 Diesel BS10:10	48610.010445/2011-15
3	Uberaba	MG	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA. 01.256.137/0001-74	ZEMA CIA. DE PETRÓLEO 00.647.154/0015-75	01/09/2026	Gasolina C:30 Diesel BS500:30 Diesel BS10:30	48610.010445/2011-15
4	Ribeirão Preto	SP	RUFF CJ IDSTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 00.756.149/0011-77	PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL LTDA 02.123.223/0003-33	28/02/2020	Gasolina A:30 Diesel AS500:45 Diesel AS10:25 EAC:15 EHC:25 B100:10	48610.002493/2017-17
5	Ribeirão Preto	SP	RUFF CJ IDSTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 00.756.149/0011-77	RUMOS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA 10.767.247/0001-91	28/02/2020	Gasolina A:10 Diesel AS500:10 Diesel AS10:5 EAC:5 EHC:5 B100:5	48610.002521/2017-04
6	Arujá	SP	ARAIS LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI 20.051.217/0001-38	PETROZARA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.275.017/0006-91	01/02/2020	EHC:50	48610.011238/2014-12
7	Vila Velha	ES	OILTANKING TERMINAIS LTDA. 04.409.230/0003-21	ATLANTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 05.552.292/0001-99	31/03/2018	Gasolina A:4235 Diesel AS500:3505 Diesel AS10:2070 EAC:500 EHC:200 B100:200	48610.007641/2011-02

Nº 273 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento rodoviário listados a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE	CESSIONÁRIA	PRAZO	MOVIMENTAÇÃO MENSAL (m³)	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0003-88	20/03/2019	Gasolina A:1350 Diesel AS500:730 Diesel AS10:215	48610.006062/2009-10
2	Jequié	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0004-69	20/03/2019	Gasolina A:1975 Diesel AS500:1470 Diesel AS10:400	48610.002175/2015-94
3	Jequié	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0008-30	20/03/2019	Gasolina A:595 Diesel AS500:525 Diesel AS10:145	48610.003453/2015-21
4	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	TEMAPE - TERMINAIS MARÍTIMOS DE PERNAMBUCO S.A. 02.639.582/0004-29	20/03/2019	Gasolina A:1090 Diesel AS500:710 Diesel AS10:275	48610.003463/2011-32
5	Jequié	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	HORA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.299.645/0003-64	20/03/2019	Gasolina A:600 Diesel AS500:470 Diesel AS10:150	48610.000635/2012-05
6	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.683.557/0003-07	20/03/2019	Gasolina A:1060 Diesel AS500:765 Diesel AS10:185	48610.006064/2009-17
7	Jequié	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.683.557/0005-60	20/03/2019	Gasolina A:1190 Diesel AS500:1075 Diesel AS10:145	48610.002180/2015-05
8	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.909.530/0016-69	20/03/2019	Gasolina A:1205 Diesel AS500:640 Diesel AS10:210	48610.006063/2009-64
9	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. 05.482.271/0009-00	20/03/2019	Gasolina A:1760 Diesel AS500:990 Diesel AS10:360	48610.006059/2009-04
10	Camaçari	BA	BRASKEM S.A. (central petroquímica) 42.150.391/0001-70	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0011-98	01/10/2018	Gasolina A:8000	48610.002491/2017-28
11	Camaçari	BA	BRASKEM S.A. (central petroquímica) 42.150.391/0001-70	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0007-01	01/10/2018	Gasolina A:5000	48610.002491/2017-28
12	Camaçari	BA	BRASKEM S.A. (central petroquímica) 42.150.391/0001-70	PETROBAHIA S.A. 01.125.282/0006-20	01/10/2018	Gasolina A:3000	48610.002491/2017-28
13	Uberlândia	MG	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0012-01	DISTRIBUIDORA MONTEPETRO DE PETRÓLEO LTDA. 01.911.853/0003-00	31/12/2017	Gasolina A:280 Diesel AS500:660	48610.005453/2010-51
14	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0822-48 (Refinaria)	COPERCANA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 10.204.914/0001-28	31/03/2019	Diesel AS10:390	48610.012363/2013-69
15	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0008-77	20/03/2019	Gasolina A:2925 Diesel AS500:2250 Diesel AS10:710	48610.009905/2010-73

16	São José dos Campos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0822-48 (Refinaria)	DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA. 01.256.137/0007-60	31/01/2018	Gasolina A:150 Diesel AS500:150 Diesel AS10:350	48610.000414/2015-71
17	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	COPERCANA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 10.204.914/0001-28	31/03/2019	Diesel AS10:150	48610.008137/2015-45
18	Itabuna	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0015-54	ATLANTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA 05.552.292/0003-50	28/02/2018	Gasolina A:2980 Diesel AS500:1215 Diesel AS10:445	48610.006067/2009-42
19	Jequié	BA	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0013-92	TOTAL DISTRIBUIDORA S.A. 01.241.994/0002-81	20/03/2019	Gasolina A:3100 Diesel AS500:3225 Diesel AS10:675	48610.004717/2015-63
20	Guarulhos	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	ASTER PETRÓLEO LTDA. 02.377.759/0016-08	31/03/2019	Diesel AS10:150	48610.006758/2015-94

Nº 274 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna público o distrato do contrato de cessão de espaço listado a seguir:

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE	CESSIONÁRIA	PRAZO	VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)	PROCESSO ADMINISTRATIVO
1	Araucária	PR	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0021-47	IMPERIAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA 06.240.179/0003-00	-	-	48610.010225/2016-98

MARIA INÊS SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 62/2017-SEDE-DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
826.423/2007-ANGELIN PICHORIN-ALVARÁ N° 6712 Publicado DOU de 15/6/2009- Onde se lê: "... numa área de 263,09 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 258,42 ha,..."
886.468/2007-CESAR CASSOL-ALVARÁ N° 499 Publicado DOU de 26/2/2016- Onde se lê: "... numa área de 9660,11 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 9371,27 ha,..."
826.723/2010-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-ALVARÁ N° 11050 Publicado DOU de 23/10/2013- Onde se lê: "... numa área de 526,35 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 44,54 ha,..."
826.218/2011-COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-ALVARÁ N° 14047 Publicado DOU de 12/9/2011- Onde se lê: "... numa área de 259,72 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 50,12 ha,..."
826.482/2011-VALDEMIRO GRANDE-ALVARÁ N° 14063 Publicado DOU de 12/9/2011- Onde se lê: "... numa área de 256,38ha, ...", Leia-se: ".,. numa área de 22,17 ha,..."
826.133/2012-FÁBIO LUIS PEREIRA-ALVARÁ N° 6294 Publicado DOU de 1/11/2012- Onde se lê: "... numa área de 867,8 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 817,82 ha,..."
826.580/2012-AREIAL DO VALE LTDA-ALVARÁ N° 3025 Publicado DOU de 1/4/2013- Onde se lê: "... numa área de 185 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 86,01 ha,..."
826.139/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-ALVARÁ N° 9035 Publicado DOU de 9/9/2013- Onde se lê: "... numa área de 180,51 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 131,69 ha,..."
826.176/2013-PEDREIRAS IAPÓ LTDA. EPP-ALVARÁ N° 8186 Publicado DOU de 27/8/2013- Onde se lê: "... numa área de 871,49 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 644,85 ha,..."
826.245/2013-AREIAL DO VALE LTDA-ALVARÁ N° 7019 Publicado DOU de 16/7/2013- Onde se lê: "... numa área de 837,09 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 787,22 ha,..."
826.653/2013-HELIO RICARDO ADAMIO-ALVARÁ N° 10574 Publicado DOU de 21/10/2013- Onde se lê: "... numa área de 831,73 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 732,58 ha,..."
826.351/2014-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-ALVARÁ N° 8073 Publicado DOU de 12/9/2014- Onde se lê: "... numa área de 171,25 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 121,45 ha,..."
826.359/2014-JOSÉ MAURI ZAMPIERI-ALVARÁ N° 11101 Publicado DOU de 5/12/2014- Onde se lê: "... numa área de 355,38 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 295,61 ha,..."
826.503/2014-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-ALVARÁ N° 9689 Publicado DOU de 17/10/2014- Onde se lê: "... numa área de 525,24 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 49,99 ha,..."
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
826.508/2009-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N° 5133 Publicado DOU de 1/6/2010- Onde se lê: "... numa área de 57,26 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 44,19 ha,..."
826.194/2010-ALBAGEO GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-ALVARÁ N° 9735 Publicado DOU de 25/8/2010- Onde se lê: "... numa área de 33,78 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 13,38 ha,..."
826.404/2011-BENTONITA DO BRASIL MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N° 11553 Publicado DOU de 10/8/2011- Onde se lê: "... numa área de 985,55 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 55,74 ha,..."
826.406/2011-BENTONITA DO BRASIL MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N° 11555 Publicado DOU de 10/8/2011- Onde se lê: "... numa área de 945,42 ha, ...", Leia-se: "... numa área de 54,66 ha,..."

RELAÇÃO Nº 64/2017-SEDE-DF

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
850.313/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
850.266/2002-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
844.073/2013-RENAGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA. ME.- NOT. N°16/2016 e 17/2016
844.029/2014-ARNON MARINHO SARMENTO DE ARAÚJO- NOT. N°12/2016
844.107/2014-D&D TERRAPLENAGEM LTDA.- NOT. N°19/2016
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
844.073/2013-RENAGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA. ME.- AI N°02/2016
844.029/2014-ARNON MARINHO SARMENTO DE ARAÚJO- AI N°03/2016
844.107/2014-D&D TERRAPLENAGEM LTDA.- AI N°08/2016
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
844.073/2013-RENAGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA. ME.- AI N°02/2016
844.029/2014-ARNON MARINHO SARMENTO DE ARAÚJO- AI N°03/2016
844.107/2014-D&D TERRAPLENAGEM LTDA.- AI N°08/2016
Torna sem efeito Notificação Administrativa(905)
844.176/2011-EXTRACAO IPIRANGA LTDA- NOT. N°22/2016

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 9/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:

Processo de Cobrança nº 997.772/2011 - Titular: Mineração Nemer Ltda- CNPJ: 27.444.751/0001-53 - NFLDP nº 1055/2011 - Valor: R$ 304.776,30

Processo de Cobrança nº 997.773/2011 - Titular: Mineração Nemer Ltda- CNPJ: 27.444.751/0001-53 - NFLDP nº 1054/2011 - Valor: R$ 5.767,20

Processo de Cobrança nº 997.774/2011 - Titular: Mineração Nemer Ltda- CNPJ: 27.444.751/0001-53 - NFLDP nº 1053/2011 - Valor: R$ 34.060,95

Processo de Cobrança nº 997.775/2011 - Titular: Mineração Nemer Ltda- CNPJ: 27.444.751/0001-53 - NFLDP nº 1056/2011 - Valor: R$ 169.553,67

Processo de Cobrança nº 997.544/2011 - Titular: Embramar Empresa Brasileira de Mármores Ltda- CNPJ: 27.256.056/0001-68 - NFLDP nº 792/2011 - Valor: R$ 11.728,64

Processo de Cobrança nº 997.578/2011 - Titular: Guimar Guidi Mármores Ltda- CNPJ: 32.394.843/0001-06 - NFLDP nº 811/2011 - Valor: R$ 239,83

Processo de Cobrança nº 997.579/2011 - Titular: Granova Granitos e Mármores do Brasil Ltda - CNPJ: 03.879.503/0001-77 - NFLDP nº 813/2011 - Valor: R$ 168.316,10

Processo de Cobrança nº 996.897/2012 - Titular: Cerâmica Imperial Ltda- CNPJ: 27.357.433/0001-55 - NFLDP nº 400/2012 - Valor: R$ 1.122,94

Processo de Cobrança nº 996.907/2012 - Titular: Itaúnas Mineração Ltda- CNPJ: 01.714.477/0001-00 - NFLDP nº 380/2012 - Valor: R$ 3.598,37

RELAÇÃO Nº 14/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.109/2016-GRANITOS MONTANHA LTDA-OF. N°0364/2017-DNPM/ES.
896.281/2016-CERÂMICA LIDER LTDA-OF. N°0294/2017-DNPM/ES.
896.290/2016-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°0302/2017-DNPM/ES.
896.294/2016-EDGLEY ANDRADE DA ROCHA.-OF. N°0368/2017-DNPM/ES.
896.295/2016-EDGLEY ANDRADE DA ROCHA.-OF. N°0370/2017-DNPM/ES.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
896.478/2014-IGOR MAGALHÃES BARROS
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.478/2008-RIO DOCE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0282/2017-DNPM/ES
896.844/2008-MINERAÇÃO AGUIAR LTDA-OF. N°0362/2017-DNPM/ES.
896.670/2009-MINERAÇÃO VALLE GRANDE LTDA ME-OF. N°0247/2017-DNPM/ES.
896.698/2009-PLEIADES MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°0251/2017-DNPM/ES.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
896.066/2010-C & C MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1736/2014 -SR-DNPM/ES.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.601/2011-MARCIO COSTA SCHWENCK- Cessionário:VALDECIR FRANCISCO MONGIM- CPF ou CNPJ 970.383.937-15- Alvará n°1.881/2012
896.150/2014-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.- Cessionário:BELGA EMPREENDIMENTOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 18.474.573/0001-12- Alvará n°6.661/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
896.670/2009-MINERAÇÃO VALLE GRANDE LTDA ME- Área de 397,18 HA para 158,53 HA-GRANITO
896.221/2011-MINERAÇÃO R.R. LTDA- Área de 1.327,91 HA para 997,88 HA-GRANITO
896.196/2012-MINERADORA E AREAL SANTO ANTÔNIO LTDA ME- Área de 279,46 HA para 49,11 HA-AREIA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

896.001/1999-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-GRANITO

896.192/2004-MINERAÇÃO PANAMÁ LTDA. ME.-GRANITO

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

896.275/2010-CERÂMICA SANTA MARIA LTDA-EPP-AI N°0091/2017-SR-DNPM/ES

896.031/2011-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-AI N°0124/2017-SRDNPM/ES.

896.120/2011-JOSÉ ESMERALDO DE FREITAS-AI N°0125/2017-SRDNPM/ES.

896.150/2011-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-AI N°0113/2017-SRDNPM/ES.

896.180/2011-JP MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA EPP-AI N°0129/2017-SRDNPM/ES.

896.190/2011-COMANDO COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-AI N°0112/2017-SRDNPM/ES.

896.235/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°0116/2017-SRDNPM/ES.

896.271/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°0115/2017-SRDNPM/ES.

896.326/2011-MARCUS VINICIUS COELHO DE OLIVEIRA LOPES-AI N°0114/2017-SRDNPM/ES.

896.360/2011-RTS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME-AI N°0126/2017-SRDNPM/ES.

896.363/2011-RTS SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME-AI N°0128/2017-SRDNPM/ES.

896.368/2011-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-AI N°0117/2017-SRDNPM/ES.

896.379/2011-STYLLO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA-AI N°0134/2017-SRDNPM/ES.

896.383/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-AI N°0133/2017-SRDNPM/ES.

896.406/2011-STYLLO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA-AI N°0118/2017-SRDNPM/ES.

896.409/2011-FABIO ASSIS DE OLIVEIRA-AI N°0136/2017-SRDNPM/ES.

896.450/2011-GUSTAVO DA SILVA-AI N°0135/2017-SRDNPM/ES.

896.500/2011-AREIAL PEDRA BRANCA LTDA ME.-AI N°0119/2017-SRDNPM/ES.

896.501/2011-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-AI N°0132/2017-SRDNPM/ES.

896.551/2011-CERAMICA SANTA LUZIA LTDA-ME-AI N°0120/2017-SRDNPM/ES.

896.569/2011-BARBOSA ROEPKE MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°0121/2017-SRDNPM/ES.

896.530/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°0108/2017-SR-DNPM/ES

896.461/2013-PRANSAL INDUSTRIA CERAMICA LTDA EPP-AI N°0110/2017-SR-DNPM/ES

896.108/2014-FUNDAMENTAL PERFURAÇÃO E GRANITOS LTDA ME-AI N°0111/2017-SR-DNPM/ES

896.128/2014-MINERACAO KNUPP EIRELI EPP-AI N°0109/2017-SR-DNPM/ES

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

896.067/2009-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. - AI N°183/2016

896.070/2009-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. - AI N°184/2016

896.077/2009-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. - AI N°185/2016

896.078/2009-MORAES E VIDAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA DE NEGÓCIOS LTDA. - AI N°186/2016

896.546/2009-TELMO JOSE FIORETTI - AI N°225/2016

896.728/2009-ELIAS ALVES PEREIRA - AI N°276/2016

896.812/2009-GUARÁ STONES MINERAÇÃO LTDA - AI N°278/2016

896.991/2009-CARLOS PARAIZO - AI N°212/2016

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

890.089/1985-RED GRANITI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°0356/2017-DNPM/ES.

890.088/1989-MINERAÇÃO SANTA RITA LTDA-OF. N°0381/2017-DNPM/ES.

896.031/2010-MONTE NEGRO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA-OF. N°0248/2017-DNPM/ES.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

896.331/1998-AROGRAN GRANITOS LTDA.-OF. N°0351/2017-DNPM/ES.

Nega provimento ao recurso interposto(2075)

890.250/1991-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

896.316/2015-AREIA RIO DOCE LTDA-OF. N°0334/2017-DNPM/ES.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2077)

896.049/2012-MINERAÇÃO AGUIAR LTDA-OF. N°0361/2017-DNPM/ES.

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

896.009/2017-CONSTRUTORA ATERPA SA-OF. N°0310/2017-DNPM/ES.

896.010/2017-CONSTRUTORA ATERPA SA-OF. N°0313/2017-DNPM/ES.

RELAÇÃO Nº 15/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que foi acatada parcialmente a(s)defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:

Processo de Cobrança nº 996.908/2012 - Titular: Tracomal Norte Granitos Ltda- CNPJ: 05.950.723/0001-75 - NFLDP nº 379/2012 - Valor: R$ 28.077,71

CARLOS ROBERTO RAFAEL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(134)

860.218/2016-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°994/2016/DNPM/DTM-GO

860.254/2016-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°995/2016/DNPM/DTM-GO

Fase de Disponibilidade

Declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)

860.071/2004-Areia Barra Azul Extração e Comércio Ltda-Areia

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

860.071/2004-CATALANA IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO E CONST LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

809.177/1972-UIRAPURU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°213/2017/DTM-GO

861.629/2009-CALCILÂNDIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°211/2017/DTM-GO

861.496/2014-PEDREIRA ANAPOLIS LTDA-OF. N°207/2017/DTM-GO

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

860.485/2014-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-OF. N°210/2017/DTM-GO-180 dias

Reitera exigência(366)

860.485/2014-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-OF. N°209/2017/DTM-GO-60 dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

809.177/1972-UIRAPURU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°214/2017/DTM-GO

861.629/2009-CALCILÂNDIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°212/2017/DTM-GO

861.496/2014-PEDREIRA ANAPOLIS LTDA-OF. N°208/2017/DTM-GO

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

860.406/1998-WESLEY JOSE DA SILVA - ME-OF. N°201/2017/DTM-GO

860.411/1998-WESLEY JOSE DA SILVA - ME-OF. N°201/2017/DTM-GO

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

862.748/2008-CLEVES ARAUJO BARBOSA- Registro de Licença N°:227/2010 - Vencimento em 20/10/2018

860.673/2009-RAFILI EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES EIRELI ME- Registro de Licença N°:131/2009 - Vencimento em 13/12/2017

860.696/2009-JOSEANE RAMOS DE BARCELOS ALMEIDA- Registro de Licença N°:026/2011 - Vencimento em 13/02/2019

861.026/2009-MAURO SILVEIRA PINTO SOBRINHO- Registro de Licença N°:007/2012 - Vencimento em 07/06/2019

861.370/2009-ALICE TELES GOMES- Registro de Licença N°:148/2011 - Vencimento em 20/09/2018

861.300/2011-BENILSON MACÊDO GUIMARÃES- Registro de Licença N°:151/2012 - Vencimento em 24/08/2021

861.380/2011-GILBERTO BARBOSA DE AVELAR- Registro de Licença N°:136/2011 - Vencimento em 30/12/2020

862.277/2011-ARILDO PEREIRA DUARTE- Registro de Licença N°:98/2015 - Vencimento em 23/12/2020

862.506/2011-EMERSON PINHEIRO ROSA ME- Registro de Licença N°:136/2012 - Vencimento em 10/11/2020

862.882/2011-TM EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N°:281/2012 - Vencimento em 16/11/2021

862.896/2011-VALDOMIRO DAMIÃO DE SIQUEIRA ME- Registro de Licença N°:214/2012 - Vencimento em 10/12/2017

860.247/2012-ANÍSIO SANCHES D'ABADIA- Registro de Licença N°:227/2012 - Vencimento em 24/11/2018

860.826/2012-PEDRO RIOS BRANDÃO- Registro de Licença N°:59/2013 - Vencimento em 16/12/2017

860.827/2012-PEDRO RIOS BRANDÃO- Registro de Licença N°:60/2013 - Vencimento em 02/12/2017

860.976/2012-CATALANA IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO E CONST LTDA- Registro de Licença N°:107/2014 - Vencimento em 01/01/2020

861.632/2012-CERÂMICA CALIFÓRNIA LTDA ME- Registro de Licença N°:28/2016 - Vencimento em 05/12/2017

861.671/2012-MARIA HELENA MARTINS DE MENDONÇA- Registro de Licença N°:312/2012 - Vencimento em 03/02/2018

861.824/2012-RONIER ETERNO DA SILVA- Registro de Licença N°:219/2014 - Vencimento em 13/08/2020

862.132/2012-JOÃO LANCISIO BATISTA ME- Registro de Licença N°:229/2013 - Vencimento em 13/12/2017

860.424/2013-DIVINO CÉLIO NEVES- Registro de Licença N°:198/2014 - Vencimento em 14/12/2020

860.662/2013-CONSTRUSOLO LTDA- Registro de Licença N°:65/2014 - Vencimento em 09/12/2020

861.834/2013-CARLUCIO RODRIGUES MIRANDA- Registro de Licença N°:191/2015 - Vencimento em 04/07/2017

861.847/2013-JESIEL MORAES MENEZES ME- Registro de Licença N°:55/2014 - Vencimento em 10/08/2018

860.150/2014-KALIL NESSRALLA NETTO- Registro de Licença N°:66/2015 - Vencimento em 12/12/2020

860.156/2014-BALTAZAR JOSÉ GOMES- Registro de Licença N°:175/2015 - Vencimento em 29/11/2018

860.195/2014-MAURO SILVEIRA PINTO SOBRINHO- Registro de Licença N°:121/2015 - Vencimento em 23/11/2019

860.628/2014-LAGOA EMPREENDIMENTOS LTDA.- Registro de Licença N°:173/2016 - Vencimento em 07/12/2017

860.652/2014-JOÃO ONORO DOS SANTOS- Registro de Licença N°:12/2016 - Vencimento em 17/02/2018

860.730/2014-LUIS CARLOS ERCULINO- Registro de Licença N°:150/2015 - Vencimento em 16/06/2018

861.094/2014-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR- Registro de Licença N°:22/2016 - Vencimento em 19/05/2018

861.302/2014-ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA- Registro de Licença N°:176/2015 - Vencimento em 10/01/2018

861.468/2014-BELCHIOR DE SOUZA- Registro de Licença N°:174/2015 - Vencimento em 01/12/2018

861.565/2014-GILBERTO BRAZ DOS SANTOS- Registro de Licença N°:66/2016 - Vencimento em 30/08/2018

860.016/2015-JOSE RODRIGUES DE LEMOS- Registro de Licença N°:161/2015 - Vencimento em 10/05/2017

860.429/2015-REJANE GARCIA LOPES- Registro de Licença N°:169/2016 - Vencimento em 20/02/2018

860.496/2015-FABRICIO LOPES VIEIRA- Registro de Licença N°:58/2016 - Vencimento em 12/01/2019

860.525/2015-MINERAÇÃO PEDRA FORTE LTDA ME- Registro de Licença N°:104/2016 - Vencimento em 31/12/2017

860.977/2015-NOVA PIRATININGA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E INCORPORACOES LTDA- Registro de Licença N°:47/2016 - Vencimento em 15/12/2022

860.978/2015-NOVA PIRATININGA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E INCORPORACOES LTDA- Registro de Licença N°:33/2016 - Vencimento em 15/12/2020

861.133/2015-ARMANDO DE OLIVEIRA- Registro de Licença N°:202/2015 - Vencimento em 31/12/2018

861.375/2015-GAMELEIRA ENERGETICA LTDA- Registro de Licença N°:84/2016 - Vencimento em 07/11/2017

860.267/2016-FERNANDO LOPES PEREIRA- Registro de Licença N°:191/2016 - Vencimento em Indeterminado

Da provimento ao recurso interposto(754)

860.906/2007-JOFEGE MINERAÇÃO LTDA

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)

860.742/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARI

Fase de Requerimento de Licenciamento

Nega provimento ao recurso interposto(1170)

862.212/2012-ANTÔNIO HELENA JUDICE

861.280/2015-MINERAÇÃO HP LTDA EPP

RELAÇÃO Nº 43/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Adher Empreendimentos LTDA. - 861272/12 - A.I. 89/17, 860782/13 - A.I. 121/17

Alex Dias Couto - 860523/16 - A.I. 226/17

Alexandre Luiz Ribeiro de Freitas Nery Alve - 860396/10 - A.I. 1/17

Alto Collina Mineradora LTDA. - 862898/11 - A.I. 51/17, 860225/12 - A.I. 68/17, 861038/13 - A.I. 125/17

Cezar Pereira de Souza - 860278/12 - A.I. 71/17

Cleonice Gomides de Carvalho - 862527/11 - A.I. 38/17

Cominge Prestadora de Serviços LTDA. me - 860194/15 - A.I. 166/17, 860196/15 - A.I. 167/17

Edson da Silva - 862168/11 - A.I. 14/17, 862169/11 - A.I. 15/17, 862170/11 - A.I. 16/17

Juliano Xavier Frausino Barnabe - 860328/15 - A.I. 172/17, 860006/15 - A.I. 162/17

Marcos Alcoforado Maranhão sá - 860860/14 - A.I. 156/17

Maria Elizabet da Silveira Cardoso - 860296/12 - A.I. 72/17

Mbac Desenvolvimento S.A. - 861632/13 - A.I. 127/17, 861633/13 - A.I. 128/17, 861634/13 - A.I. 129/17, 861635/13 - A.I. 130/17, 860685/14 - A.I. 144/17, 860686/14 - A.I. 145/17

Mhp Representações Ltda - 860149/15 - A.I. 165/17

Mirom Osito Ribeiro - 860893/15 - A.I. 194/17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Paulo Luis Pinto - 861582/14 - A.I. 160/17
Robson Antônio Guimarães - 861413/13 - A.I. 126/17
Seta Mineração Ltda - 861756/13 - A.I. 132/17, 861757/13 - A.I. 133/17, 861810/13 - A.I. 134/17, 861811/13 - A.I. 135/17, 860271/12 - A.I. 70/17

RELAÇÃO Nº 46/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Abadio Alves Teles - 862438/11 - A.I. 27/17
ad Bras Mineradora Ltda - 861335/09 - A.I. 2/17
Adauto Celso Medeiros - 862255/11 - A.I. 23/17
Campinorte Mineração S.a - 862487/11 - A.I. 35/17, 862488/11 - A.I. 36/17
Cerâmica Catalão Ltda - 862250/11 - A.I. 20/17
Eden Maciel Dos Santos - 862153/11 - A.I. 13/17
Edvair Alves de Oliveira - 862437/11 - A.I. 26/17
Honorato Materiais Para Construção Ltda - 861732/11 - A.I. 9/17, 861733/11 - A.I. 10/17
Itafós Mineração S.A. - 860806/10 - A.I. 3/17
Jair Rodrigues de Paulo - 860782/11 - A.I. 5/17
Jamil Morue - 862141/11 - A.I. 11/17, 862152/11 - A.I. 12/17, 862253/11 - A.I. 21/17, 862254/11 - A.I. 22/17
Joon Jaime Rodrigues Debtil - 862664/11 - A.I. 39/17
José Maria Barros - 861710/11 - A.I. 8/17
Luis Eduardo Alves Ferreira - 862246/11 - A.I. 18/17
Mineração Batalha e Participações Ltda me - 862335/11 - A.I. 25/17
Mineração Diamantina Ltda - 862249/11 - A.I. 19/17, 862244/11 - A.I. 17/17
Mineração Eldorado Ltad me - 861246/11 - A.I. 7/17
Msf Mineração S.A. - 862459/11 - A.I. 28/17, 862462/11 - A.I. 29/17, 862463/11 - A.I. 30/17, 862467/11 - A.I. 31/17, 862473/11 - A.I. 32/17, 862475/11 - A.I. 33/17, 862476/11 - A.I. 34/17
Muriqui Mineradora Ltda - 862332/11 - A.I. 24/17
Osvaldo Pontes de Carvalho - 862503/11 - A.I. 37/17
Sergio Loureiro Valente - 860413/11 - A.I. 4/17
Votorantim Metais Zinco s a - 861196/11 - A.I. 6/17

RELAÇÃO Nº 48/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antonio Rosa Finho - 860182/12 - A.I. 61/17
Claudio Medeiros de Azevedo - 862966/11 - A.I. 53/17
Devani Miranda - 860183/12 - A.I. 62/17
Flávio Leandro Palmerston Abrantes - 860019/12 - A.I. 54/17
Fornecedora Silva Ltda - 860266/12 - A.I. 69/17
Francisco Lauriano da Fonseca - 860472/12 - A.I. 75/17, 860473/12 - A.I. 76/17, 860474/12 - A.I. 77/17
Geane de Jesus Lima - 860439/12 - A.I. 74/17
Giovani Miguel Bonomi - 862794/11 - A.I. 47/17, 862795/11 - A.I. 48/17
Jamil Morue - 860050/12 - A.I. 56/17, 860063/12 - A.I. 57/17, 860115/12 - A.I. 58/17, 860116/12 - A.I. 59/17, 860193/12 - A.I. 64/17, 860194/12 - A.I. 65/17
João Clevis Filho - 862711/11 - A.I. 40/17
Leonardo Marques da Silva - 860202/12 - A.I. 66/17
Marcos Antonio Machado Filho - 860143/12 - A.I. 60/17
Mineração Diamantina Ltda - 862766/11 - A.I. 41/17, 862767/11 - A.I. 42/17, 862768/11 - A.I. 43/17, 862769/11 - A.I. 44/17, 862770/11 - A.I. 45/17, 862787/11 - A.I. 46/17, 862830/11 - A.I. 49/17
Mineração Fronteira LTDA. - 860041/12 - A.I. 55/17
Mineração Rio Claro Ltda - 862918/11 - A.I. 52/17
Mineradora Vera Cruz LTDA. - 860224/12 - A.I. 67/17
Onilson Paulo Goulart - 860334/12 - A.I. 73/17
Paulo Sepúlveda Almendra - 862888/11 - A.I. 50/17
Votorantim Metais Zinco s a - 860186/12 - A.I. 63/17

RELAÇÃO Nº 49/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
André Luiz de Deus Maciel - 861465/12 - A.I. 91/17
Campinorte Mineração S.a - 860644/12 - A.I. 82/17, 860848/12 - A.I. 84/17, 860993/12 - A.I. 88/17
Celmo Geraldo Amorim - 860933/12 - A.I. 86/17
Edivan Enes Oliveira da Silva - 861642/12 - A.I. 92/17
Francisco Lauriano da Fonseca - 860475/12 - A.I. 78/17, 860502/12 - A.I. 79/17
Ical Indústria de Calcinação LTDA. - 860023/13 - A.I. 93/17, 860024/13 - A.I. 94/17, 860025/13 - A.I. 95/17, 860026/13 - A.I. 96/17, 860027/13 - A.I. 97/17, 860033/13 - A.I. 98/17, 860034/13 - A.I. 99/17, 860041/13 - A.I. 100/17, 860042/13 - A.I. 101/17, 860051/13 - A.I. 102/17, 860052/13 - A.I. 103/17, 860053/13 - A.I. 104/17, 860054/13 - A.I. 105/17, 860055/13 - A.I. 106/17, 860056/13 - A.I. 107/17, 860057/13 - A.I. 108/17, 860058/13 - A.I. 109/17, 860059/13 - A.I. 110/17, 860060/13 - A.I. 111/17, 860061/13 - A.I. 112/17
Joon Jaime Rodrigues Debtil - 860594/12 - A.I. 80/17
Mineração Brasil Central Ltda - 860902/12 - A.I. 85/17
Ozimar Ferreira da Silva - 860623/12 - A.I. 81/17
Robson Antônio Guimarães - 861284/12 - A.I. 90/17
Sebastião Pires de Moraes - 860840/12 - A.I. 83/17
Sevan Naves - 860970/12 - A.I. 87/17

RELAÇÃO Nº 50/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adelar Roberto Jung - 860397/14 - A.I. 141/17
Albert Rodrigues de Sousa - 860950/13 - A.I. 123/17
Amâncio Gomes Correa - 860390/13 - A.I. 118/17
Amanda Regina Andrade me - 860435/13 - A.I. 119/17
André Luiz de Deus Maciel - 860383/14 - A.I. 140/17
Cocal Gold Mining Ltda - 862048/13 - A.I. 138/17, 862049/13 - A.I. 139/17
Eduardo Bonifacio Ferreira - 860774/14 - A.I. 146/17
Fortuna Mineração Ltda - 861861/13 - A.I. 136/17
Geoex Geologia e Exploração Mineral Ltda - 860724/13 - A.I. 120/17
Ical Indústria de Calcinação LTDA. - 860062/13 - A.I. 113/17, 860063/13 - A.I. 114/17, 860064/13 - A.I. 115/17, 860068/13 - A.I. 116/17, 860077/13 - A.I. 117/17
Jorge Canedo Riesco de Matos - 861448/14 - A.I. 159/17
Lucia Helena Piovezani Ferreira - 860951/13 - A.I. 124/17
Marcio Zago Santos - 860845/14 - A.I. 147/17
Maurício Machado Vitti - 861169/14 - A.I. 157/17
Morro Negro Mineração e Participações LTDA. - 860822/13 - A.I. 122/17
Orlando Alves Lessa Filho - 860618/14 - A.I. 143/17
Platinus Empreendimentos e Participações Ltda - 860850/14 - A.I. 148/17, 860851/14 - A.I. 149/17, 860852/14 - A.I. 150/17, 860853/14 - A.I. 151/17, 860854/14 - A.I. 152/17, 860855/14 - A.I. 153/17, 860856/14 - A.I. 154/17, 860857/14 - A.I. 155/17
r Cristino Barbosa Comercial de Cascalho - 861334/14 - A.I. 158/17
Rafael Figueiredo Curcio - 861750/13 - A.I. 131/17
Vale do Itiquira Agregados Minerais Ltda - 860568/14 - A.I. 142/17
Valter da Costa Oliveira me - 861992/13 - A.I. 137/17

RELAÇÃO Nº 54/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Carlos Francisco Belem Teles - 860405/15 - A.I. 175/17
Claudinei Marcio Jaroski - 860571/15 - A.I. 179/17
David Rezende Menegaz - 860954/15 - A.I. 195/17
Edson da Silva Ferro Filho - 860371/15 - A.I. 173/17
gb Locadora e Equipamentos Construções Ltda - 860115/15 - A.I. 164/17
Gold Mineração Extração e Comercialização Ltda - 860639/15 - A.I. 180/17, 860640/15 - A.I. 181/17, 860641/15 - A.I. 182/17, 860642/15 - A.I. 183/17, 860992/15 - A.I. 196/17, 860993/15 - A.I. 197/17, 860994/15 - A.I. 198/17, 860669/15 - A.I. 185/17, 860670/15 - A.I. 186/17, 860671/15 - A.I. 187/17, 860672/15 - A.I. 188/17, 860737/15 - A.I. 189/17, 860738/15 - A.I. 190/17, 860739/15 - A.I. 191/17, 860740/15 - A.I. 192/17
Ítala Diana Almeida Silva Oliveira - 860652/15 - A.I. 184/17
Joon Jaime Rodrigues Debtil - 860565/15 - A.I. 178/17
Jorge Canedo Riesco de Matos - 860012/15 - A.I. 163/17, 860398/15 - A.I. 174/17
Paulo Ferreira de Souza - 860891/15 - A.I. 193/17
Planalto Transportadora Ltda - 860237/15 - A.I. 169/17, 860003/15 - A.I. 161/17
Ranier Alves da Rocha - 860518/15 - A.I. 177/17
Tropical Importação e Exportação Ltda - 860326/15 - A.I. 170/17, 860327/15 - A.I. 171/17
Vemar Rio Piloes Ltda - 860411/15 - A.I. 176/17
Votorantim Metais Zinco s a - 860235/15 - A.I. 168/17

RELAÇÃO Nº 55/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ademir Dos Santos Virgens - 860441/16 - A.I. 225/17
Agropecuária Rei Davi Ltda - 860800/16 - A.I. 231/17
Carlos Alberto Gianesella Taurisano - 860373/16 - A.I. 221/17
Djalpar Participações e Empreendimentos Ltda - 860403/16 - A.I. 222/17
Edeiacal Mineração LTDA. - 860363/16 - A.I. 220/17
Expedito Stival Sobrinho - 861060/15 - A.I. 201/17
Fabio de Castro Moura - 860326/16 - A.I. 219/17
Francisco de Assis Alves - 860099/16 - A.I. 208/17
Geraldo Magela Rodrigues Pereira - 860438/16 - A.I. 224/17
Gold Mineração Extração e Comercialização Ltda - 860995/15 - A.I. 199/17, 860996/15 - A.I. 200/17
Granunes Mineração e Exportação LTDA. - 860281/16 - A.I. 217/17
Gustavo Beilich Sartoretto - 860233/16 - A.I. 213/17, 860234/16 - A.I. 214/17
Helen Marcela Vasconcelos de Moraes - 860262/16 - A.I. 216/17
Jaime de Melo Reis - 860240/16 - A.I. 215/17
Jcrm Mineração Eireli - 860181/16 - A.I. 211/17
Jose Euripedes de Lima - 860721/16 - A.I. 228/17
Lemos CONST. TRANSP. Areia e Cascalho Ltda - 860209/16 - A.I. 212/17
Marcos Correia da Silva - 860732/16 - A.I. 229/17, 860741/16 - A.I. 230/17
Neli Nunes Dos Anjos - 860290/16 - A.I. 218/17
Odinei Tadeu de Arruda - 860170/16 - A.I. 210/17
Paulo Ferreira de Souza - 860038/16 - A.I. 204/17, 860079/16 - A.I. 205/17
Rosilene Pereira da Costa - 860086/16 - A.I. 206/17, 860087/16 - A.I. 207/17, 860147/16 - A.I. 209/17
Rudinei Luis Kasper - 860014/16 - A.I. 203/17
Tatiana da Silva - 860418/16 - A.I. 223/17
v & a. Extração e Comércio de Areia e Cascalho Ltda - 860694/16 - A.I. 227/17
Vale do Itiquira Agregados Minerais Ltda - 860808/16 - A.I. 232/17
Walcio José da Rocha Lima - 861130/15 - A.I. 202/17

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.711/2016-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.533/2014-ORLANDO ARISTIDES ARCE MORALES
826.978/2014-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP
826.398/2015-HENRIQUE COELHO
826.445/2015-NORBERTO PINZ
826.765/2015-ELIAS JOSE BATISTA
826.070/2016-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA.
826.227/2016-E.B. PERES & CIA LTDA
826.279/2016-CCT INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA
826.333/2016-IVO RUBENS LECHINEWSKI
826.422/2016-GEOPETRUM GEOLOGIA MEIO AMBIENTE E AGRIMENSURA
826.436/2016-GERVASIO ERNEGA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.544/2016-MARCELO DA SILVA ERRERA-OF. N°101/2017/DGTM/DNPM/PR
826.544/2016-MARCELO DA SILVA ERRERA-OF. N°71/2017/DGTM/DNPM/PR
826.617/2016-GEOPETRUM GEOLOGIA MEIO AMBIENTE E AGRIMENSURA-OF. N°87/2017/DGTM/DNPM/PR
826.652/2016-LUIZ CLAUDIO CHAVES XAVIER ME-OF. N°88/2017/DGTM/DNPM/PR
826.670/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°97/2017/DGTM/DNPM/PR
826.674/2016-FABIO ROBERTO LOCH-OF. N°107/2017/DGTM/DNPM/PR
826.704/2016-AREAL QUATRO HAGÁ LTDA-OF. N°98/2017/DGTM/DNPM/PR
826.709/2016-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°99/2017/DGTM/DNPM/PR
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
826.239/2015-PAVIMENTAÇÕES E TERRAPLENAGENS SCHMITT LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.267/2005-MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA OLIVEIRA-OF. N°324/2017
826.390/2009-RODOLFO WEIBER-OF. N°323/2017
Não conhece requerimento protocolizado(270)
826.942/2011-ROQUE DAGA
826.104/2013-DAVI REIS MESSAGGI
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.430/2013-ROSI LEDA TRZASKOS GITICOVSKI-Cessionário:Francisco José Giticovski Me- CPF ou CNPJ 24.971.799/0001-21- Alvará n°9025/2013
826.798/2014-OSMAR COTA FREIRE- Cessionário:Freire Empreendimentos e Terraplenagem Ltda- CPF ou CNPJ 13.107.911/0001-64- Alvará n°2007/2015
826.628/2015-CESAR AUGUSTO STRAPASSOLA- Cessionário:Hobi S/A Mineração de Areia e Concreto- CPF ou CNPJ 81.639.791/0001-04- Alvará n°730/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.694/2003-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-Cascalho e Basalto
826.118/2004-TERCILA POLI ANDREIS-Areia
826.408/2013-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-Calcário
826.505/2014-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-Calcário
826.434/2015-ELLO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI ME-Calcário
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.036/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

826.871/2013-GUSTAVO RODRIGUES ALVES CASTRO
826.873/2013-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
826.317/2011-M.F. Cardoso Locações de Máquinas Ltda. ME- Substância Aprovada:Basalto e Cascalho
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.027/1997-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°630/2017
826.407/2007-MINERAÇÃO MORRETES LTDA.-OF. N°617/2017
826.283/2012-ROBERTO MASSOCATO EI-OF. N°622/2017
826.568/2012-JOÃO MARIA FERNANDES-OF. N°618/2017
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
826.313/1999-CAS COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°604/2012/DNPM/PR
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
820.324/1979-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N° 156/2017
826.936/1994-PEDREIRA INGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N° 157/2017
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
826.365/2007-ANTONIO MORO & CIA. LTDA.- AI Nº 577/2016, 578/2016, 579/2016 e 580/2016
Nega provimento a defesa apresentada(476)
826.498/1999-MINERAÇÃO SÃO JUDAS LTDA.
826.658/2003-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.365/2007-ANTONIO MORO & CIA. LTDA.
826.127/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.130/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.133/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
826.134/2008-AREAL SANTA BÁRBARA LTDA EPP.
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
826.004/2013-MINERADORA SERRA DA AREIA LTDA ME- Cessionário:Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda- CNPJ 03.222.465/0001-85- Registro de Licença n°52/2013- Vencimento da Licença: 12/12/2022
826.198/2014-MINERADORA SERRA DA AREIA LTDA ME- Cessionário:Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda- CNPJ 03.222.465/0001-85- Registro de Licença n°15/2014- Vencimento da Licença: 10/02/2024
826.967/2014-PEDRO MACHADO & GOMES LTDA ME- Cessionário:Rodrigues & Vissoto Ltda Me- CNPJ 25.285.613/0001-43- Registro de Licença n°34/2015- Vencimento da Licença: 12/12/2017
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.698/2016-MUNICÍPIO DE MARMELEIRO-OF. N°90/2017/DGTM/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.660/2016-JOSÉ MARCOS MENI MINERAÇÃO ME-OF. N°86/2017/DGTM/DNPM/PR
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
826.868/2012-LUIS ANTONIO BARBOSA
826.783/2016-L. M. DE OLIVEIRA NONIS ME
Indefere requerimento de licença - área sem oneração(2096)
826.809/2016-DIOMAR ZAMPIERI

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
803.006/2017-FELIPE BUSATTO
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
803.087/2003-J FERNANDO TAJRA REIS
803.089/2003-J FERNANDO TAJRA REIS
803.282/2006-J FERNANDO TAJRA REIS
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.003/2007-INVESTMINE MINERAÇÃO LTDA
803.208/2007-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.
803.008/2008-PI4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.009/2008-PI4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.010/2008-PI4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.134/2008-PI4 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
803.142/2008-EXPONENCIAL GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA
803.315/2008-EXPONENCIAL GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA
803.320/2008-MT4 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.
803.734/2008-EXPONENCIAL GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA
803.200/2009-VALVERDE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA
803.210/2012-FARTURA E SÃO LOURENÇO GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
803.232/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
803.425/2013-JOÃO LUIZ CARVALHO DA SILVA
803.003/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A
803.029/2014-COHISO CONSTRUÇÃO HIDROGEOLOGIA E SONDAGEM
803.046/2014-HELDER PINHEIRO TELES DE VASCONCELOS
803.103/2014-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.029/2017-EDSON DE SOUSA BRITO-Registro de Licença N°5/2017 de 09/03/2017-Vencimento em 16/06/2026
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
803.341/2006-JRR CASTRO ME-OF. N°141/2017
804.462/2008-CERÂMICA IDEAL EIRELI ME-OF. N°142/2017
803.210/2010-JRR CASTRO ME-OF. N°141/2017
803.468/2010-PLINIO ALMEIDA BOSON-OF. N°139/2017
803.486/2011-JRR CASTRO ME-OF. N°141/2017
803.362/2013-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°140/2017
803.455/2013-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°140/2017
803.026/2014-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°140/2017
803.076/2014-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°140/2017
803.087/2014-CROMO CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°140/2017
803.285/2014-PLINIO ALMEIDA BOSON-OF. N°139/2017
803.174/2015-AROLDO MAGALHAES VELOSO ME-OF. N°138/2017

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 20/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.417/2016-ANTK NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA
810.928/2016-CCM ENGENHARIA LTDA ME
810.972/2016-COMMEPP MINERAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS LTDA
811.098/2016-CCM ENGENHARIA LTDA ME
811.145/2016-CCM ENGENHARIA LTDA ME
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.320/2015-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA.
811.435/2015-RENI DA SILVA BRAGA
811.782/2015-ERNANDES MATIOLLA PRUDÊNCIO
810.316/2016-ERCI NUNES DE OLIVEIRA
810.321/2016-PI MINERACAO LTDA
810.548/2016-COMERCIAL VILLA SERCO LTDA
810.549/2016-COMERCIAL VILLA SERCO LTDA
810.990/2016-PATRICIA HORBACH ME
811.009/2016-FABIO LUIZ TROIAN
811.026/2016-A. J. MIGLIAVACCA LTDA.
811.052/2016-LEILA MARIA DA SILVA JACOBS
811.058/2016-H. H. SCHUCH
811.075/2016-CERÂMICA KASPARY LTDA
811.133/2016-LEONARDO GONÇALVES FOLETTO
811.142/2016-LEONARDO GONÇALVES FOLETTO
811.212/2016-ECOPAC MINERAÇÃO LTDA
811.225/2016-EXTRAÇÃO BRASIL LTDA ME
811.236/2016-MOISES FELL
811.237/2016-PAULO ANDRÉ MEYRER
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
810.186/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.187/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.190/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.191/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.193/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.194/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.196/2014-SIDINEI MARTINIACKI
810.813/2016-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
811.113/2010-VENDA VELHA MINERADORA LTDA -AI N°261/2016
Nega provimento a defesa apresentada(242)
811.113/2010-VENDA VELHA MINERADORA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.719/2003-ASSOC. COMERC. INDUST. AGROP E DE SERVIC. DE GETULIO VARGAS- Cessionário:Getulio Vargas Empreendimentos Turisticos S.A.- CPF ou CNPJ 07.202.211/0001-17- Alvará n°1907/2004
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
811.483/1996-MINERALBRAZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA-Água Mineral
810.105/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.106/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.107/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.108/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.109/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.110/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.111/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.112/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.113/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
810.115/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.098/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.099/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.100/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.101/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.102/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.103/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.104/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.684/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.686/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.687/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.692/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.715/2011-ARO MINERAÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.501/2007-ALENCASTRO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°159/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.051/2000-MINERADORA DE ÁGUAS SERRA DAS ANTAS LTDA.- Fonte Justiça e Fraternidade - Serra Maior - 500 ml com e sem gás; 1,5 litros com e sem gás- SÃO MARCOS/RS

RELAÇÃO Nº 22/2017

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo nº 910.342/2016 Notificado EMPRESA MINERADORA IJUÍ LTDA CNPJ/CPF 90.211.046/0001-42 NFLDP nº 395/2016 Valor: R$ 3.552.823,26

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
816.433/1973-AURORA COMÉRCIO DE ARGILA LTDA EPP- AI Nº 1604/2016 e 1605/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
815.621/2012-INDUGRAMAR LTDA EPP - AI N°774/2016
Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
815.362/2014-PEDRAS SUL LTDA ME -AI N°1/2017

RELAÇÃO Nº 48/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(1984)
Relação n° 17/2017-Publicada no DOU de 17/02/2017- Processo nº 815.762/2001 - Evento nº 291
Relação n° 10/2017-Publicada no DOU de 31/01/2017- Processo nº 815.018/2013 - Evento nº 644
Relação n° 10/2017-Publicada no DOU de 31/01/2017- Processo nº 815.030/2013 - Evento nº 644

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relação n° 10/2017-Publicada no DOU de 31/01/2017- Processo nº 815.039/2013 - Evento nº 644
Relação n° 19/2017-Publicada no DOU de 17/02/2017- Processo nº 815.621/2016 - Evento nº 638

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 23/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Camar Extração de Areia e Pedregulho Ltda me - 820048/11 - A.I. 100/17
Egeminas Mineração LTDA. - 820372/06 - A.I. 106/17
Empreendimentos Imobiliários Itapetininga Ltda - 820080/02 - A.I. 105/17
Extração de Areia e Pedra Longuini LTDA. - 820234/06 - A.I. 97/17, 820235/06 - A.I. 98/17
Fama Extração e Comercio de Minerais Transporte e Terraplenagem Ltda - 820271/11 - A.I. 103/17
Ivan Franco Dornelles de Carvalho - 820335/11 - A.I. 104/17
Jair Possos me - 820261/11 - A.I. 101/17
Lucinei Galhardi Construção Epp - 820270/11 - A.I. 110/17
Mineração São Thomaz Ltda - 821036/10 - A.I. 99/17
Mônica Azoulay da Paz - 821190/10 - A.I. 107/17
Nova Estrada e Construções Ltda - 820267/11 - A.I. 109/17
Paulo Rubens Sanches Sanchez - 820269/11 - A.I. 102/17
São Martinho S.A. - 820297/11 - A.I. 111/17
Valdomiro Poliselli Junior - 820237/11 - A.I. 108/17

RELAÇÃO Nº 24/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
820.196/2005-MINERAÇÃO ASTRAL LTDA EPP -AI N°74/2014-DFISC/DNPM/SP
821.083/2011-EDUARDO DIAS ROXO NOBRE -AI N°67/14-DFISC/DNPM/SP
Nega provimento a defesa apresentada(242)
820.196/2005-MINERAÇÃO ASTRAL LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.039/2003-RENE MAKSYMCZUK HELENE-OF. N°237/17-DFISC/DNPM/SP - 01.03.17
820.501/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°252/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.502/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°247/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.503/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.-OF. N°246/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.667/2009-NELSON FERNANDO MORAIS-OF. N°250/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.758/2009-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA.-OF. N°251/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.853/2010-CONSTRUTORA JÚLIO & JÚLIO LTDA-OF. N°248/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
820.854/2010-CONSTRUTORA JÚLIO & JÚLIO LTDA-OF. N°249/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
821.138/2010-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°242/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.524/2008-EXTRATIVA DE ARGILA TAUBATÉ LTDA- Área de 126,99 para 42,85-Argila (industrial)
820.886/2009-PENINSULA S A- Área de 106,19 para 50,00-Granito (britado-construção civil), Areia (construção civil|) e Saibro
820.560/2013-MINERADORA AVARÉ LTDA ME- Área de 247,63 para 83,98-Argila (industrial)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.987/2011-JOELMA CÂNDIDO LOPES DE LA RUA EPP-Diabásio (britado-construção civil)
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.272/2010-PERASSOLI & PERASSOLI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
820.616/2007-VALE DO PAITITI LTDA ME-ALVARÁ N°4311/2012
820.553/2008-EDVALDO JOSÉ PASCON-ALVARÁ N°296/2012
820.598/2010-VALE DO PAITITI LTDA ME-ALVARÁ N°3182/2012
820.888/2010-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-ALVARÁ N°10.444/2011
820.163/2013-VALE DO PAITITI LTDA ME-ALVARÁ N°1332/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
820.622/2004-CARMO AUGUSTO FERREIRA PEDRAS - ME. - AI N°58/14-DFISC/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.290/1970-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-Fonte Santa Inês - Marca: Suprema - embalagem de 510 ml (sem gás e gaseificada artificialmente)- MARTINÓPOLIS/SP
821.383/1999-BEBIDAS POTY LTDA- Fonte das Flores - Marca: Cristalins - embalagem de 500 ml (gaseificada artificialmente)- POTIRENDABA/SP
821.275/2000-MINERADORA ÁGUA DA SERRA LTDA. ME- FONTE PÉ DE SERRA - marcas "Puritá Ouro", "Água de Salomão" e "Universal": recipientes de 10 L e 20 L, sem gás.- SÃO PEDRO/SP
820.267/2004-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-Fonte Água do Castelo (Poço) - Marca: Santa Inês - embalagem de 20L (sem gás)- PRESIDENTE PRUDENTE/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
807.144/1977-BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA.- AI Nº 21/2014-DFISC/DNPM/SP, 22/2014-DFISC/DNPM/SP, 23/2014-DFISC/DNPM/SP e 24/2014-DFISC/DNPM/SP
800.530/1978-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- AI Nº 727/2016-DFISC/DNPM/SP e 728/2016-DFISC/DNPM/SP
820.650/1982-ÁGUAS MINERAIS BACCARELLI LTDA-AI Nº 20/2014-DFISC/DNPM/SP
820.674/1997-FAZEMOS INCORPORADORA LTDA- AI Nº 03/14-DFISC/DNPM/SP e 04/14-DFISC/DNPM/SP
821.097/1997-MINERADORA SERRA AZUL GENUÍNA LTDA- AI Nº 711/2016-DFISC/DNPM/SP e 712/2016-DFISC/DNPM/SP
820.371/1998-MINERAÇÃO ALFAGRES LTDA- AI Nº 11/2014-DFISC/DNPM/SP
820.258/2003-BARROFORTE COMERCIO, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA ME- AI Nº 33/14-DFISC/DNPM/SP e 699/15-DFISC/DNPM/SP
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
821.891/1998-FOUNTAIN ÁGUA MINERAL LTDA- AI N° 44/14-DFISC/DNPM/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
009.238/1957-EMPRESA DE MINERAÇÃO E ÁGUAS MINERAIS DI BELLO LTDA-OF. N°255/17-DFISC/DNPM/SP
014.438/1967-LINDOYANA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°285/17-DFISC/DNPM/SP - 09.03.17
816.094/1970-EMPRESA DE MINERAÇÃO E ÁGUAS MINERAIS DI BELLO LTDA-OF. N°263/17-DFISC/DNPM/SP
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.-OF. N°256/17-DFISC/DNPM/SP
800.530/1978-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-OF. N°300/17-DFISC/DNPM/SP
820.518/1981-MINERAÇÃO JOANA LEITE LTDA-OF. N°257/17-DFISC/DNPM/SP
820.870/1988-ÀGUAS PETRÓPOLIS PAULISTA LTDA-OF. N°268/17-DFISC/DNPM/SP - 03.03.17
820.649/1993-VILA MAR EMPRESA DAS ÁGUAS MINERAIS E NATURAIS LTDA-OF. N°254/17-DFISC/DNPM/SP
820.728/1995-CONCRYEL PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°258/17-DFISC/DNPM/SP
820.184/1996-AGUABOA MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°259/17-DFISC/DNPM/SP
820.243/1997-MINERAÇÃO MEIA LUA LTDA-OF. N°262/17-DFISC/DNPM/SP - 02.03.17
820.060/1999-MINERAÇÃO MEIA LUA LTDA-OF. N°262/17-DFISC/DNPM/SP - 02.03.17
821.409/2001-MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL SANCHES LTDA-OF. N°264/17-DFISC/DNPM/SP
820.311/2002-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL PIRASSUNUNGA LTDA-OF. N°260/17-DFISC/DNPM/SP
820.961/2003-CAPORANGA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°261/17-DFISC/DNPM/SP
820.159/2005-DUAS MATAS AGRÍCOLA LTDA-OF. N°253/17-DFISC/DNPM/SP - 27.02.17
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
812.094/1973-RIUMA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°269/17-DFISC/DNPM/SP - 07.03.17
812.095/1973-RIUMA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°269/17-DFISC/DNPM/SP - 07.03.17
Nega provimento a defesa apresentada(476)
800.530/1978-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA
820.371/1998-MINERAÇÃO ALFAGRES LTDA
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
800.530/1978-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA- AI N°6/2014-DFISC/DNPM/SP
820.674/1997-FAZEMOS INCORPORADORA LTDA- AI N°719/2016-DFISC/DNPM/SP
821.097/1997-MINERADORA SERRA AZUL GENUÍNA LTDA- AI N°710/2016-DFISC/DNPM/SP
821.409/2001-MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL SANCHES LTDA- AI N°612/16-DFISC/DNPM/SP
820.258/2003-BARROFORTE COMERCIO, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA ME- AI N°858/2016-DFISC/DNPM/SP

PAULO AFONSO RABELO

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR
RELAÇÃO Nº 63/2017-SEDE-DF

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
850.313/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-"TORNO SEM EFEITO o ato de publicação referente aos processos DNPM nºs 850.313/2001 e 850.266/2002, no Diário Oficial da 20/3/2017, Seção I, Pág. 97, Relação nº 59/2017 - Sede-DF, que determinou a interdição de lavra ilegal, em virtude de terem sido relacionados indevidamente. (340)"
850.266/2002-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-"TORNO SEM EFEITO o ato de publicação referente aos processos DNPM nºs 850.313/2001 e 850.266/2002, no Diário Oficial da 20/3/2017, Seção I, Pág. 97, Relação nº 59/2017 - Sede-DF, que determinou a interdição de lavra ilegal, em virtude de terem sido relacionados indevidamente. (340)"

ALOISIO SOUZA DE JESUS E CRUZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 70, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005824/2016-37, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote I do Leilão nº 013/2015-ANEEL, de titularidade da empresa ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.224.629/0001-46, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 13/2016-ANEEL, celebrado em 2 de setembro de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de dezembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
ETAP - Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.		25.224.629/0001-46
03 - Logradouro		04 - Número
Rua Gomes de Carvalho.		1.996
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
Conjunto 151, 15º Andar, Sala P.	Vila Olímpia	04547-006
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
São Paulo	SP	(11) 4571-2400
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Lote I do Leilão nº 013/2015-ANEEL (Contrato de Concessão nº 13/2016-ANEEL, celebrado em 2 de setembro de 2016).	
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote I do Leilão nº 013/2015-ANEEL, compreendendo: I - Linha de Transmissão João Câmara II - João Câmara III, em 230 kV, Circuito Duplo, primeiro e segundo Circuito, com extensão aproximada de dez quilômetros, com origem na Subestação João Câmara II e término na Subestação João Câmara III; II - Pátio novo de 230 kV na Subestação João Câmara III, transformação 500/230 kV, (9+1R) x 300 MVA; e III - Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Equipamentos de Compensação de Reativos, Conexões de Reatores, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.	
Período de Execução	De 20/8/2016 a 27/12/2019.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	
12 - REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Marcelo Patrício Fernandes Costa.		CPF: 719.034.614-72.
Nome: Carlos Manuel da Silva Graça.		CPF: 430.095.497-68.
Nome: Alberto Buttler Ribeiro.		CPF: 014.212.038-39.
Nome: Renata Ferreira de Carvalho.		CPF: 170.034.758-63.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	159.376.476,00.	
Serviços	109.372.000,00.	
Outros	45.144.500,00.	
Total (1)	313.892.976,00.	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	146.211.979,00.	
Serviços	105.379.922,00.	
Outros	45.144.500,00.	
Total (2)	296.736.401,00.	

PORTARIA Nº 71, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005962/2016-16, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PB.032544-9.01, de titularidade da empresa Coremas III Geração de Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.342.513/0001-49, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 210, de 31 de maio de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Coremas III Geração de Energia SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Coremas III Geração de Energia SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Coremas III Geração de Energia SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Coremas III Geração de Energia SPE Ltda.		24.342.513/0001-49
03 - Logradouro		04 - Número
Sítio Mãe D'Água		s/nº
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
	Zona Rural	58770-000
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Coremas	PB	(11) 3546-0900
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	UFV Coremas III (Autorizada pela Portaria MME nº 210, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015-ANEEL).	
Descrição do Projeto	Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas III, compreendendo: I - trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 13.8/69 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de dez quilômetros e cem metros de extensão, em Circuito Simples e uma Subestação de 69/230 kV, que se conectará ao Barramento de 230 kV da Subestação Coremas, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.	
Período de Execução	De 01/02/2017 a 01/11/2018.	
Localidade do Projeto	Município de Coremas, Estado da Paraíba.	
12 - REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Sérgio Guaraciaba Martins Reinas.		CPF: 255.227.618-06.
Nome: Ademar Alves dos Santos Filho.		CPF: 140.957.694-91.
Nome: Camila Cristiane Domingues.		CPF: 288.615.818-62.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	108.524.635,47	
Serviços	29.783.148,40	
Outros	6.555.000,00	
Total (1)	144.862.783,87	
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	98.486.106,69	
Serviços	27.028.207,18	
Outros	5.948.662,50	
Total (2)	131.462.976,37	

PORTARIA Nº 72, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005963/2016-61, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PB.032926-6.01, de titularidade da empresa Coremas II Geração de Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.285.242/0001-83, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 370, de 19 de julho de 2016, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Coremas II Geração de Energia SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Coremas II Geração de Energia SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Coremas II Geração de Energia SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Coremas II Geração de Energia SPE Ltda.		14.285.242/0001-83
03 - Logradouro		04 - Número
Sítio Mãe D'Água		s/nº
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
	Zona Rural	58770-000
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Coremas	PB	(11) 3546-0900
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	UFV Coremas II (Autorizada pela Portaria MME nº 370, de 19 de julho de 2016 - Leilão nº 08/2015-ANEEL).	
Descrição do Projeto	Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas II, compreendendo: I - trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 13.8/69 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de dez quilômetros e cem metros de extensão, em Circuito Simples e uma Subestação de 69/230 kV, que se conectará ao Barramento de 230 kV da Subestação Coremas, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.	
Período de Execução	De 01/02/2017 a 01/08/2017.	
Localidade do Projeto	Município de Coremas, Estado da Paraíba.	
12 - REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Sérgio Guaraciaba Martins Reinas.		CPF: 255.227.618-06.
Nome: Ademar Alves dos Santos Filho.		CPF: 140.957.694-91.
Nome: Camila Cristiane Domingues.		CPF: 288.615.818-62.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens	108.524.635,47	
Serviços	62.776.648,40	
Outros	6.555.000,00	
Total (1)	177.856.283,87	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	98.486.106,69
Serviços	56.969.808,43
Outros	5.948.662,50
Total (2)	161.404.577,62

PORTARIA Nº 73, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005964/2016-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PB.032311-0.01, de titularidade da empresa Coremas I Geração de Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.285.232/0001-48, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 220, de 15 de maio de 2015, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2016 e são de exclusiva responsabilidade da Coremas I Geração de Energia SPE Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Coremas I Geração de Energia SPE Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Coremas I Geração de Energia SPE Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Coremas I Geração de Energia SPE Ltda.		14.285.232/0001-48
03 - Logradouro		04 - Número
Sítio Mãe D'Água		s/nº
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
	Zona Rural	58770-000
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Coremas	PB	(11) 3546-0900

11 - DADOS DO PROJETO	
Nome do Projeto	UFV Coremas I (Autorizada pela Portaria MME nº 220, de 15 de maio de 2015 - Leilão nº 08/2014-ANEEL).
Descrição do Projeto	Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Coremas I, compreendendo: I - trinta Unidades Geradoras de 1.019 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 13.8/69 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de dez quilômetros e cem metros de extensão, em Circuito Simples e uma Subestação de 69/230 kV, que se conectará ao Barramento de 230 kV da Subestação Coremas, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.
Período de Execução	De 01/02/2017 a 01/10/2017
Localidade do Projeto	Município de Coremas, Estado da Paraíba.

12 - REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Sérgio Guaraciaba Martins Reinas.	CPF: 255.227.618-06.
Nome: Ademar Alves dos Santos Filho.	CPF: 140.957.694-91.
Nome: Camila Cristiane Domingues.	CPF: 288.615.818-62.

13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	108.524.635,47
Serviços	29.783.148,40
Outros	6.555.000,00
Total (1)	144.862.783,87
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	98.486.106,69
Serviços	27.028.207,18
Outros	5.948.662,50
Total (2)	131.462.976,37

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 115, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, na forma dos anexos I a XI.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS será editado em portaria específica.

Art. 2º O anexo XII contém o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.949, de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 120, de 12 de junho de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I - DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, a ele diretamente subordinado, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional, observadas as competências dos órgãos essenciais da Presidência da República;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;

V - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério;

VI - assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos orçamentos gerais do SESI, do SESC e do SEST;

VII - coordenar, orientar e acompanhar os temas relacionados à área internacional de interesse do Ministério;

VIII - organizar informações de programas e ações da Estratégia Fome Zero; e

IX - coletar e administrar as informações relacionadas à execução das políticas públicas conduzidas pelo Ministério, municiando o Ministro de Estado com os dados que reflitam aquela execução e auxiliem na tomada de decisões.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2° O Gabinete do Ministro tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral de Agenda

1.1. Coordenação de Apoio Logístico da Agenda

2. Assessoria Técnica e Administrativa

2.1. Coordenação de Apoio da Assessoria Técnica e Administrativa

3. Assessoria de Comunicação Social

4. Assessoria Internacional

5. Assessoria Parlamentar e Federativa

5.1. Divisão de Redação Legislativa da Assessoria Parlamentar e Federativa

5.2. Serviço de Apoio Administrativo da Assessoria Parlamentar e Federativa

Art. 3° O Gabinete do Ministro é dirigido por Chefe de Gabinete, as Assessorias por Chefe de Assessoria, a Coordenação-Geral por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, a Divisão e o Serviço por Chefe cujos cargos em comissão serão providos na forma da legislação pertinente.

Art. 4° O Chefe de Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado, por meio de Portaria, pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Agenda compete:

I - organizar e acompanhar as atividades oficiais do Ministro de Estado;

II - assistir ao Chefe de Gabinete no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Ministro de Estado;

III - preparar e organizar solenidades e recepções do Ministro de Estado a autoridades em visita ao Ministério; e

IV - organizar e coordenar solenidades, eventos, exposições, palestras e seminários do Ministério e seus institutos, em conjunto com outras unidades do Ministério ou outras instituições.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Logístico da Agenda compete:

I - coordenar, acompanhar e controlar as atividades de apoio logístico necessário à preparação da agenda oficial do Ministro de Estado;

II - manter e controlar o cadastro dos pedidos de audiência;

III - processar os convites recebidos pelo Ministro de Estado;

IV - preparar e expedir correspondências e convites do Ministro de Estado; e

V - organizar e manter banco de dados de autoridades.

Art. 7º À Assessoria Técnica e Administrativa compete:

I - apoiar, coordenar, orientar e acompanhar a execução de serviços concernentes à administração de pessoal, material, patrimônio, logística, informática e serviços gerais do Gabinete do Ministro, observando as normas das respectivas unidades setoriais do Ministério;

II - elaborar, revisar e supervisionar documentos relativos à Assessoria Técnica e Administrativa, ao Ministro de Estado e a outras unidades vinculadas ao Gabinete do Ministro;

III - controlar, atualizar e gerenciar a operacionalização da execução das atividades informatizadas no âmbito do Gabinete do Ministro;

IV - apoiar na redação e revisão dos atos normativos referentes ao Ministério, bem como recebê-los e enviá-los aos órgãos competentes e proceder a sua articulação junto a esses órgãos;

V - gerenciar, revisar, providenciar e monitorar a publicação oficial e a divulgação das matérias que necessitem da aprovação do Ministro de Estado;

VI - preparar, conferir, encaminhar e acompanhar as propostas de concessões de diárias nacionais e internacionais e as requisições de passagens para os servidores do Gabinete do Ministro; e

VII - apoiar as unidades do Gabinete do Ministro, prestando lhes informações quando solicitadas, no que se refere à elaboração de expedientes e atos normativos nos padrões oficiais.

Art. 8º À Coordenação de Apoio da Assessoria Técnica e Administrativa compete:

I - apoiar a Assessoria Técnica e Administrativa nas atividades que lhe forem atribuídas;

II - coordenar o recebimento, registro, expedição e arquivo dos documentos relativos ao Gabinete do Ministro; e

III - apoiar, em conjunto com a área competente, na preparação de atos referentes à frequência, licença médica, escala, férias e substituições eventuais dos servidores do Gabinete do Ministro.

Art. 9º À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - assessorar, planejar, promover e executar as atividades de comunicação social no âmbito do Ministério, no que compete às ações relacionadas com imprensa, publicidade, relações públicas e mídias digitais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos de comunicação social, para serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado;

III - promover a divulgação da imagem do Ministério para os públicos interno e externo; e

IV - coordenar, administrar e executar as atividades de publicidade e propaganda do Ministério, incluindo as autorizações de trabalho, veiculações na mídia, aceitação de serviços com prévia aprovação do Ministro de Estado e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 10. À Assessoria Internacional compete:

I - assessorar o Gabinete do Ministro e demais unidades do Ministério quanto à atuação internacional, nos aspectos de relacionamento bilateral e multilateral, cooperação e cumprimento de acordos internacionais;

II - coordenar, acompanhar e supervisionar o relacionamento de âmbito internacional desenvolvido pelas unidades integrantes da estrutura do Ministério, inclusive na execução das ações e atividades relacionadas com a cooperação internacional;

III - conceber e propor a realização de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros, destinados ao desenvolvimento social, de relevância econômica, social e estratégica para o País; e

IV - analisar e emitir parecer técnico sobre convites, comunicações e outros documentos internacionais recebidos pelas autoridades do Ministério.

Art. 11. À Assessoria Parlamentar e Federativa compete:

I - atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e demais dirigentes, quanto às atividades do Congresso Nacional relativas a matérias e proposições de interesse do Ministério;

II - assistir e acompanhar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério quando comparecerem ao Congresso Nacional e em audiências concedidas a parlamentares;

III - acompanhar o processo legislativo das proposições em tramitação no Congresso Nacional;

IV - acompanhar e examinar matérias e pronunciamentos de parlamentares no âmbito dos plenários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional e das Comissões, relacionadas a interesses do Ministério;

V - coordenar o atendimento das solicitações, interpelações, Requerimentos de Informações e Indicações, junto às unidades do Ministério, das demandas do legislativo, de expedientes de parlamentares, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e da Casa Civil da Presidência da República, submetendo ao Ministro de Estado as respostas elaboradas;

VI - desenvolver e manter atualizado o sistema de informações para controle e processamento de informações pertinentes às atividades parlamentares;

VII - divulgar informações parlamentares no âmbito do Ministério, relativas às atividades do Congresso Nacional;

VIII - assessorar o Ministro de Estado na articulação das políticas do Ministério com o Congresso Nacional e entes federados;

IX - assessorar o Ministro de Estado na interlocução com os órgãos do Governo Federal nas ações apresentadas por parlamentares que tenham impacto nas relações federativas;

X - assessorar o Ministro de Estado na interlocução com os órgãos da Presidência da República, em especial a Subsecretaria de Assuntos Federativos vinculada à Secretaria de Relações Institucionais, para auxiliar na consecução da ação governamental junto aos entes federados e à sociedade, visando ao aperfeiçoamento do pacto federativo; e

XI - subsidiar o Gabinete do Ministro e as Secretarias do Ministério no encaminhamento das demandas parlamentares de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios visando apoiar processos de cooperação e facilitar o acesso às ações e programas do Ministério.

Art. 12. À Divisão de Redação Legislativa da Assessoria Parlamentar e Federativa compete:

I - consolidar os pareceres técnicos às proposições legislativas a serem encaminhadas à Secretaria de Relações Institucionais e à Casa Civil da Presidência da República;

II - elaborar sinopse de pronunciamentos dos parlamentares e de outros assuntos de interesse do Ministério, ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;

III - consolidar os pareceres referentes aos Requerimentos de Informação e Indicações a serem encaminhados à Primeira-Secretaria do Congresso Nacional e à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, respectivamente; e

IV - elaborar e revisar documentos afetos à Assessoria Parlamentar e Federativa.

Art. 13. Ao Serviço de Apoio Administrativo da Assessoria Parlamentar e Federativa compete:

I - organizar, registrar e controlar os documentos, processos e arquivos da Assessoria Parlamentar e Federativa; e

II - controlar o uso de materiais de escritório e a manutenção dos equipamentos da Assessoria Parlamentar e Federativa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 14. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do respectivo Gabinete;

II - organizar a agenda do respectivo Gabinete;

III - praticar os atos de administração geral do respectivo Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do respectivo Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes e dar encaminhamento aos assuntos tratados no respectivo Gabinete.

Art. 15. Aos Chefes de Assessoria incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas Assessorias;

II - assessorar o Chefe de Gabinete na supervisão das atividades dos setores que integram as Assessorias; e

III - assessorar diretamente o Ministro de Estado em suas demandas e necessidades.

Art. 16. Ao Assessor Especial de Controle Interno incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de competência do controle interno;

II - orientar os administradores de bens e recursos públicos do Ministério nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestação de contas;

III - submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de Tomadas e Prestações de Contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

IV - auxiliar os trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República;

V - acompanhar a implementação, pelos órgãos e unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União;

VI - coletar informações dos órgãos da jurisdição para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades do Ministério;

VII - dar encaminhamento às diligências remetidas ao Ministro de Estado, no âmbito do controle interno;

VIII - apoiar as unidades do Ministério nos assuntos pertinentes à legalidade e controle;

IX - requisitar informações, documentos e providências aos demais órgãos do Ministério, para o cumprimento de suas atribuições; e

X - assessorar o Ministro de Estado e apoiar as Secretarias em assuntos pertinentes a mecanismos de participação e controle social das políticas públicas do Ministério.

Art. 17. Ao Coordenador-Geral e Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;

II - assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

III - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e

V - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.

Art. 18. Ao Chefe de Divisão e Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 19. Aos Assessores Especiais, Assessores, Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O Ministro de Estado, a seu critério, poderá delegar a seus Assessores Especiais a coordenação das Assessorias do Gabinete, passando os Chefes das respectivas Assessorias a responderem diretamente ao Assessor Especial designado.

Art. 21. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pelo Chefe do Gabinete do Ministro.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Assessoria Especial de Controle Interno - AECI compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

II - apoiar o Ministro de Estado no pronunciamento estabelecido no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em Conselhos e Comitês, nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República e do Relatório de Gestão das unidades jurisdicionadas do Ministério;

V - prestar orientação técnica na elaboração e revisão de normas internas e de manuais;

VI - apoiar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução entre as unidades responsáveis por assuntos relacionados a ética, ouvidoria e correição no Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério, e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI tem a seguinte estrutura:

1.Coordenação-Geral de Controle Interno I

2.Coordenação-Geral de Controle Interno II

Art. 3º A AECI é dirigida por Chefe de Assessoria, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, cujos Cargos em Comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4° O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e Coordenadores-Gerais serão, em suas faltas ou impedimentos, substituídos por servidor indicado pelo Chefe da Assessoria à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Controle Interno I - CGCI I compete:

I - assistir o Chefe da Assessoria na direção e na execução das atividades afetas à AECI;

II - auxiliar o Chefe da Assessoria na realização dos procedimentos necessários à elaboração do pronunciamento ministerial previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - Apoiar na orientação das unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República e do Relatório de Gestão das unidades jurisdicionadas do Ministério e, quando for o caso, auxiliar as áreas na correção de eventuais impropriedades e/ou irregularidades identificadas;

IV - auxiliar os gestores de programas do Ministério na definição de mecanismos de controle, planos de avaliação e de instrumentos que permitam a realização do acompanhamento da execução, e participar, complementarmente, na avaliação da execução dos recursos públicos;

V - manter interlocução com as unidades do Ministério, promovendo o monitoramento das recomendações emanadas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU e das demandas dos órgãos de defesa do Estado;

VI - subsidiar o Chefe da Assessoria a respeito das inovações de orientações, normas e entendimentos jurisprudenciais acerca das atividades de auditoria, controles internos e transparência;

VII - subsidiar o Chefe da Assessoria na articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Controle Interno II - CGCI II compete:

I - assistir o Chefe da Assessoria na direção e na execução das atividades afetas à AECI;

II - auxiliar o Chefe da Assessoria no apoio às ações de capacitação relacionadas às áreas de controle, risco, transparência e integridade, a serem desenvolvidas no âmbito do Ministério;

III - analisar, sob a ótica do controle interno, processos e procedimentos de compras e contratações de bens e serviços, convênios e instrumentos congêneres, apoiando na orientação às unidades do Ministério quanto ao aperfeiçoamento de controles internos e aprimoramento da instrução processual;

IV- auxiliar os gestores do Ministério no aperfeiçoamento da gestão pública, por meio da análise de atos normativos específicos e da revisão de manuais e roteiros de procedimentos;

V - promover a articulação entre as áreas do Ministério quanto à observância de orientações e ao cumprimento de normativos cabíveis à Tomada de Contas Especial;

VI - subsidiar o Chefe da Assessoria a respeito das inovações de orientações, normas e entendimentos jurisprudenciais acerca das atividades de transparência, integridade, governança e gestão de riscos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 7º Ao Assessor Especial de Controle Interno incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Assessoria Especial.

Art. 8º Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas a sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes a sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 9° Aos Assessores Técnicos incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Assessoria Especial de Controle Interno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, a ele diretamente subordinada, tem por competência:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assessorar o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais e de organização e inovação institucional;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais;

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério;

VI - receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações e sugestões da sociedade referentes às ações do Ministério;

VII - articular e estabelecer cooperações, estudos e parcerias com órgãos e entidades, visando organizar, identificar e apoiar os empreendimentos e ações que permitam o aproveitamento de oportunidades para a inclusão produtiva ou entrada no mercado de trabalho do público beneficiário dos programas do Ministério;

VIII - manter articulação com agentes financeiros externos, organismos internacionais e órgãos da administração pública, quanto aos projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional; e

IX - instaurar sindicância ou processo administrativo disciplinar quando houver indícios de irregularidades.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, da Administração de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP e de Organização e Inovação Institucional - SIORG, por intermédio da Diretoria de Tecnologia da Informação, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2° A Secretaria-Executiva tem a seguinte estrutura:

1.Gabinete

2.Coordenação-Geral de Apoio Administrativo

3.Corregedoria

4.Coordenação-Geral da Central de Relacionamento

5.Ouvidoria Social e Previdenciária

5.1.Coordenação-Geral da Ouvidoria Social

5.1.1.Divisão de Informações Gerais, Atendimento, Monitoramento e Apoio Administrativo

5.1.2.Divisão de Planejamento Estratégico, Projetos e Inovação

5.1.3.Divisão de Transparência e Acesso à Informação

5.2.Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária

5.2.1.Divisão de Informações Gerenciais, Procedimentos Administrativos e Monitoramento

5.2.2.Divisão de Procedimentos, Atendimento, Análise e Avaliação

6.Diretoria de Cooperação Técnica

6.1.Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento Acordos de Cooperação Técnica

6.2.Coordenação-Geral de Execução de Acordos de Cooperação Técnica

6.2.1. Coordenação de Licitações e Contratos de Acordos de Cooperação Técnica

6.2.2. Coordenação de Contratação de Consultores de Acordos de Cooperação Técnica

6.3.Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Financeira Acordos de Cooperação Técnica

7.Diretoria de Tecnologia da Informação

7.1.Coordenação-Geral de Sistemas

7.1.1. Coordenação de Sistemas de Inclusão e Assistência Social

7.1.2. Coordenação de Sistemas de Transferência de Renda e Desenvolvimento Humano

7.1.3. Coordenação de Sistemas de Segurança Alimentar e Sistemas Internos

7.2.Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança

7.2.1. Coordenação de Sustentação da Tecnologia da Informação

7.2.2. Coordenação de Segurança da Informação e Projetos

7.2.3. Coordenação de Atendimento e Suporte Técnico

7.3.Coordenação-Geral de Banco de Dados

7.3.1. Coordenação de Administração de Banco de Dados

7.3.2. Coordenação de Integração de Dados e Serviços

7.3.3. Coordenação de Análise e Interoperabilidade de Dados

8.Subsecretaria de Assuntos Administrativos

8.1.Coordenação-Geral de Recursos Humanos

8.1.1.Serviço de Legislação

8.1.2.Serviço de Saúde e Seguridade Social

8.1.3.Divisão de Concessão de Diárias e Passagens

8.1.4. Coordenação de Gestão de Pessoas

8.1.4.1.Divisão de Cadastro e Pagamento

8.1.4.2.Serviço de Cadastro

8.1.4.3.Serviço de Pagamento

8.1.5. Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

8.1.5.1.Divisão de Desenvolvimento de Pessoas

8.2.Coordenação-Geral de Logística e Administração

8.2.1. Coordenação de Documentação e Arquivo

8.2.1.1.Divisão de Arquivo

8.2.1.2.Divisão de Protocolo

8.2.2. Coordenação de Serviços Gerais

8.2.2.1.Divisão de Serviços Gerais

8.2.3. Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações

8.2.3.1.Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos

8.2.3.1.1.Serviço de Manutenção Predial

8.2.3.2.Divisão de Desenvolvimento de Projetos

8.2.3.3.Divisão de Telecomunicações

8.2.3.3.1.Serviço de Controle de Telefonia

8.2.4. Coordenação de Material e Patrimônio

8.2.4.1.Divisão de Suprimento e Patrimônio

8.2.4.1.1.Serviço de Almoxarifado

8.2.5. Coordenação de Gestão Condominial

8.3.Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

8.3.1. Coordenação de Compras e Licitações

8.3.1.1.Divisão de Compras

8.3.1.2.Divisão de Licitação

8.3.2. Coordenação de Contratos

8.3.2.1.Divisão de Elaboração e Registros Contratuais

8.3.2.1.1.Serviço de Acompanhamento Contratual

8.3.2.2.Divisão de Gestão e Acompanhamento

8.3.3. Coordenação de Execução Orçamentaria e Financeira

8.3.3.1.Divisão de Execução Orçamentária

8.3.3.2.Divisão de Execução Financeira

9.Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

9.1.Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação

9.1.1. Coordenação de Planejamento e Avaliação

9.1.2. Coordenação de Gestão de Informação Estratégica

9.2.Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

9.2.1. Coordenação de Orçamento e Finanças

9.2.1.1.Divisão de Execução Orçamentária

9.2.1.2.Divisão de Execução Financeira

9.2.2. Coordenação de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira

9.2.3. Coordenação de Contabilidade

9.3.Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional

9.3.1. Coordenação de Gerenciamento de Projetos

9.3.2. Coordenação de Inovação e Sistematização de Procedimentos Organizacionais

Art. 3° A Secretaria-Executiva será dirigida por Secretário-Executivo, as Subsecretarias por Subsecretário, as Diretorias por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, o Gabinete, as Divisões e os Serviços por Chefes, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4° O Secretário-Executivo e o Subsecretário de Assuntos Administrativos, em suas faltas ou impedimentos, serão substituídos, respectivamente, pelo Secretário-Executivo Adjunto e pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos Adjunto.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 5° Ao Gabinete compete:

I - promover a articulação e integração interna e externa para a implementação de programas e projetos de interesse do Ministério, inclusive entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria-Executiva;

II - assistir ao Secretário-Executivo no desempenho de suas funções;

III - gerenciar e coordenar as indicações das representações do Ministério em órgãos colegiados, inclusive nos conselhos das empresas estatais e das entidades do Sistema S; e

IV - gerenciar e coordenar as atividades administrativas no âmbito da Secretaria-Executiva, com assessoria da Coordenação-Geral de Apoio Administrativo.

Art. 6º À Coordenação-Geral de Apoio Administrativo compete:

I - planejar, orientar e acompanhar a execução de serviços concernentes à administração de pessoal, material, patrimônio, protocolo, logística, informática e serviços gerais do Gabinete da Secretaria-Executiva, observando as normas das respectivas unidades setoriais do Ministério;

II - coordenar, dirigir e supervisionar o apoio técnico-administrativo, bem como elaborar, examinar e revisar atos administrativos e documentos encaminhados ao Gabinete da Secretaria-Executiva, procedendo ao seu recebimento, registro, expedição, resposta e arquivo, quando for o caso;

III - controlar, atualizar e gerenciar a operacionalização da execução das atividades informatizadas no âmbito do Gabinete da Secretaria-Executiva;

IV - gerenciar, preparar, conferir, encaminhar e acompanhar demandas recebidas dos órgãos de controle interno e externo, bem como de outros órgãos judiciais, de controle social e do Ministério Público, recepcionadas pelo Gabinete da Secretaria-Executiva, incluindo a verificação do cumprimento dos prazos e proceder à articulação junto aos órgãos demandantes, com apoio da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, da Consultoria Jurídica - CONJUR e demais áreas competentes;

V - gerenciar, revisar, providenciar e monitorar atos e publicações oficiais e a divulgação das matérias que necessitem da aprovação do Secretário-Executivo;

VI - gerenciar, preparar, conferir, encaminhar, acompanhar e operacionalizar as requisições de concessões de diárias e passagens nacionais e internacionais no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito do Gabinete da Secretaria-Executiva, observando a legislação vigente; e

VII - no âmbito de sua competência, prestar apoio e orientação às unidades vinculadas à Secretaria-Executiva, prestando-lhes informações quando solicitadas, no que se refere à elaboração de expedientes e atos normativos nos padrões oficiais.

Art. 7º À Corregedoria compete:

I - orientar, controlar e fiscalizar a conduta funcional dos servidores;

II - planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, de acordo com as normas do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

III - cadastrar no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGUPAD as informações sobre as sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados;

IV - requerer, no interesse da atividade correicional, dados, informações e registros contidos nos sistemas e arquivos para instruir processo administrativo;

V - propor a adoção de medidas para corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público;

VI - receber e examinar as denúncias e representações propostas contra servidores e promover, quando for o caso, sua imediata apuração;

VII - arquivar as representações sobre irregularidades, quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, por falta de objeto;

VIII - analisar e opinar sobre a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar quando houver indícios de irregularidades;

IX - acompanhar os trabalhos das comissões disciplinares; e

X - requerer, no interesse da atividade correcional e aval das respectivas chefias, a participação de outros servidores que demonstrem perfil colaborativo, para participarem em comissões disciplinares.

Art. 8º À Coordenação-Geral da Central de Relacionamento compete:

I - gerir e manter a Central de Relacionamento do Ministério, inclusive quanto ao acompanhamento, supervisão e prestação de informações técnicas relativas aos instrumentos necessários às atividades da Coordenação-Geral;

II - gerenciar a qualidade do atendimento prestado pela Central de Relacionamento do Ministério;

III - acompanhar e supervisionar a evolução dos atendimentos realizados pela Central de Relacionamento;

IV - manter registro histórico e estatístico das demandas recebidas pela Central de Relacionamento nos diversos canais de comunicação, disponibilizando-o às Secretarias do Ministério;

V - analisar, planejar, adequar e aperfeiçoar a capacidade de atendimento da Central de Relacionamento à demanda existente;

VI - propor evoluções e melhorias no sistema de informações utilizado para registro das demandas recebidas pela Central de Relacionamento;

VII - analisar, testar e propor melhorias ao atendimento eletrônico da Central de Relacionamento, inclusive por meio da integração de serviços digitais;

VIII - coordenar, supervisionar e acompanhar a elaboração do conteúdo da base de conhecimento, o qual subsidia o atendimento aos usuários da Central de Relacionamento; e

IX - prestar assessoria às Secretarias do Ministério em assuntos que envolvam a Central de Relacionamento.

Art. 9º À Ouvidoria Social e Previdenciária compete:

I - receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações, sugestões, críticas e elogios referentes às ações do Ministério;

II - planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da Ouvidoria, no âmbito do Ministério;

III - oficiar as autoridades competentes, cientificando-as das questões apresentadas, e requisitar informações e documentos; e, sendo o caso, recomendar a instauração de procedimentos administrativos para o exame técnico das questões e a adoção de medidas para prevenção de falhas e omissões responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

IV - estabelecer canais de comunicação com o cidadão, que venham facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução dos pleitos;

V - coordenar, acompanhar e supervisionar o serviço de informações ao cidadão, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VI - assessorar a autoridade de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no exercício de suas atribuições;

VII - facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática de sua missão institucional, bem como dos serviços oferecidos ao cidadão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Ministério e de suas atribuições em conjunto com outros órgãos do governo federal; e

IX - promover de forma permanente e sistemática a articulação com os órgãos do Ministério.

Art. 10. À Coordenação-Geral da Ouvidoria Social compete:

I - assegurar o adequado tratamento das reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios referentes às políticas sociais do Ministério, após adotar os procedimentos necessários em cada caso;

II - propor, no seu âmbito de atuação, normas e procedimentos padrões com vistas a assegurar o adequado tratamento das demandas;

III - receber e encaminhar à Ouvidoria Social e Previdenciária denúncias informadas acerca da inadequada prestação do serviço público, no âmbito de sua atuação;

IV - estabelecer e manter canais de comunicação permanente, imparcial e transparente com os cidadãos que buscam os serviços ofertados no âmbito das políticas sociais do MDSA;

V - assessorar a Ouvidoria Social e Previdenciária na coordenação, acompanhamento e supervisão do Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito do MDSA;

VI - prover informações à Ouvidoria Social e Previdenciária para o assessoramento da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação, no exercício de suas atribuições, no âmbito do MDSA;

VII - apoiar, no que couber, a atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária na promoção e qualificação do atendimento aos cidadãos;

VIII - apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos programas e serviços prestados no âmbito das políticas sociais do MDSA;

IX - promover diálogos com as demais áreas do Ministério com vistas a assegurar o caráter resolutivo das respostas às manifestações referentes às políticas sociais do MDSA; e

X - assegurar o sigilo das manifestações de acordo com a legislação em vigor, sendo preservada a identidade do autor da denúncia, salvo sua expressa solicitação em sentido contrário.

Art. 11. À Divisão de Informações Gerenciais, Atendimento, Monitoramento e Apoio Administrativo compete:

I - produzir diagnósticos e relatórios a partir das manifestações registradas no sistema eletrônico de gestão das manifestações;

II - monitorar o desempenho das áreas técnicas do Ministério quanto à qualidade e à tempestividade das respostas às manifestações de ouvidoria;

III - receber, analisar, encaminhar e responder denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios referentes às políticas sociais do Ministério;

IV - elaborar e manter atualizados os manuais de fluxos e procedimentos para o adequado tratamento das manifestações referentes às políticas sociais do MDSA;

V - monitorar o atendimento prestado ao cidadão, assegurando a qualidade, efetividade e humanização da comunicação;

VI - acompanhar as melhorias do sistema eletrônico de gestão das manifestações, propondo novas funcionalidades com vistas a aprimorar o gerenciamento das manifestações;

VII - sistematizar dados e informações com vistas a subsidiar ações da Divisão de Planejamento Estratégico, Projetos e Inovação; e

VIII - gerir a agenda institucional, bem como prestar apoio administrativo para organização de eventos, reuniões, capacitações e outras atividades, no âmbito da sua atuação.

Art. 12. À Divisão de Planejamento Estratégico, Projetos e Inovação compete:

I - elaborar, executar, monitorar e avaliar Plano de Trabalho anual, apresentando objetivos, metas, prazos e indicadores, conforme normativos pertinentes no âmbito de sua atuação;

II - articular e propor pesquisas de satisfação acerca do atendimento prestado pela Coordenação-Geral da Ouvidoria Social, no âmbito das políticas sociais do MDSA;

III - articular e organizar a atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária, no âmbito de sua competência, em espaços de representação institucional ou de participação social, inter ou intraministerial;

IV - organizar, quando necessário, capacitações e oficinas internas visando o fomento ao diálogo da Ouvidoria Social e Previdenciária com as áreas do Ministério, o aprimoramento da linguagem cidadã e a humanização do atendimento, no âmbito de sua competência;

V - incentivar a inovação nos instrumentos de atendimento ao cidadão, no âmbito de sua atuação;

VI - realizar e propor ações de comunicação interna, no âmbito de sua atuação.

Art. 13. À Divisão de Transparência e Acesso à Informação compete:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação relativa às políticas sociais ofertadas pelo MDSA;

II - receber, registrar, analisar e responder pedidos de acesso à informação referentes às políticas sociais do MDSA;

III - orientar as áreas do Ministério acerca do adequado atendimento aos pedidos de informação pública referente às políticas sociais do MDSA;

IV - promover e organizar, quando necessário, capacitações de servidores e funcionários do Ministério com vistas a aprimorar, no âmbito do Ministério, a transparência ativa e passiva;

V - apoiar, no que couber, o assessoramento da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação, no âmbito do MDSA;

VI - elaborar, periodicamente, diagnósticos e relatórios gerenciais, com vistas a melhorar a tramitação interna dos pedidos;

VII - fomentar a transparência ativa, no âmbito das políticas sociais do MDSA, observando as salvaguardas legais; e

VIII - propor normas e procedimentos que visem padronizar a atuação interna do SIC do MDSA.

Art. 14 À Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária compete:

I - assegurar o adequado tratamento das reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios, referentes aos serviços do Seguro Social, após adotar os procedimentos necessários em cada caso;

II - executar as normas e procedimentos, de atividades de Ouvidoria, estabelecidos pela Ouvidoria Social e Previdenciária, no âmbito de sua atuação;

III - subsidiar a Ouvidoria Social e Previdenciária com dados e informações para a prevenção de falhas e omissões na prestação do serviço público, no âmbito de sua atuação;

IV - manter canais de comunicação permanente, imparcial e transparente, sob a forma de pós-atendimento, com os cidadãos que buscam os serviços ofertados pelo Seguro Social;

V - propiciar a transparência das informações, observadas as salvaguardas legais, no âmbito de sua atuação;

VI - prover de informações à Ouvidoria Social e Previdenciária para o assessoramento da autoridade da Lei de Acesso à Informação, no exercício de suas atribuições, no âmbito de sua atuação;

VII - apoiar, no que couber, a atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária na simplificação e qualificação do atendimento aos cidadãos, bem como na promoção da sua missão institucional;

VIII - apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pelo Seguro Social;

IX - promover diálogos com a rede de atendimento do Seguro Social com vistas a assegurar o caráter resolutivo das respostas às manifestações;

X -elaborar, executar, monitorar e avaliar Plano de Trabalho anual, apresentando objetivos, metas, prazos e indicadores, conforme normativos pertinentes, no âmbito de sua atuação;

XI - propor pesquisas de satisfação acerca do atendimento prestado pela Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária;

XII - articular e organizar a atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária em espaços de representação institucional ou de participação social, no âmbito de sua competência;

XIII - organizar, quando necessário, capacitações e oficinas internas visando fomentar o diálogo da Ouvidoria Social e Previdenciária com as áreas do Seguro Social, aprimorar a linguagem cidadã e a humanização do atendimento, no âmbito de sua competência;

XIV - incentivar a inovação nos instrumentos de atendimento ao cidadão;

XV - assegurar o sigilo das manifestações de acordo com a legislação em vigor, sendo preservada a identidade do autor da denúncia, salvo sua expressa solicitação em sentido contrário;

VI - realizar e propor ações de comunicação interna, no âmbito de sua atuação.

Art. 15 À Divisão de Informações Gerenciais, Procedimentos Administrativos e Monitoramento compete:

I - produzir relatórios e diagnósticos técnicos e gerenciais, a partir das manifestações processadas em sistema, no seu âmbito de atuação;

II - monitorar o desempenho das áreas técnicas solucionadoras do Seguro Social quanto à qualidade e à tempestividade das respostas às manifestações de ouvidoria, no âmbito de sua competência;

III - administrar o sistema de ouvidoria, e controlar acesso aos demais sistemas coorporativos utilizados em conformidade com as unidades competentes, no âmbito de sua competência;

IV - subsidiar a manutenção das publicações nos ambientes de Internet e Intranet utilizados pela Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária; e

V - realizar pesquisas de satisfação acerca do atendimento prestado pela Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária.

Art. 16 À Divisão de Procedimentos, Atendimento, Análise e Avaliação compete:

I - receber, cadastrar, analisar, encaminhar e responder, as denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios, recebidos pelos canais oficiais, referentes aos serviços oferecidos pelo Seguro Social;

II - elaborar e manter atualizados os manuais de procedimentos e tratamento das manifestações de ouvidoria e os manuais de instruções para respostas à ouvidoria, levando em consideração a legislação atual, normas e instruções do Seguro Social; e

III - avaliar a produtividade e qualidade dos envolvidos na execução dos serviços, e sugerir ações necessárias, no âmbito de sua competência;

Art. 17. À Diretoria de Cooperação Técnica compete:

I - planejar e coordenar técnica e administrativamente os projetos de cooperação técnica financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo com organismo internacional;

II - apoiar o planejamento, acompanhar e monitorar os acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério;

III - assessorar a Secretaria-Executiva e demais autoridades do Ministério em assuntos de natureza técnico-administrativa e financeira relativos aos projetos financiados com recursos externos ou objeto de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério;

IV - subsidiar a Secretaria-Executiva no que diz respeito ao provimento de informações de planejamento, acompanhamento e monitoramento dos acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério;

V - coordenar, planejar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à execução físico-financeira dos projetos financiados com recursos externos ou objeto de cooperação técnica com organismos internacionais;

VI - supervisionar a elaboração dos planos operativos anuais, planos de aquisições e programação orçamentária e financeira dos projetos financiados com recursos externos ou objeto de cooperação técnica com organismos internacionais;

VIII - supervisionar a elaboração e aprovar os documentos relacionados à prestação de contas físico-financeira dos projetos financiados com recursos externos ou objeto de cooperação técnica com organismos internacionais; e

IX - manter articulação com agentes financeiros externos, organismos internacionais e órgãos da administração pública no exercício das competências previstas nos incisos I e II.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento de Acordos de Cooperação Técnica compete:

I - orientar as secretarias finalísticas quanto aos documentos necessários na celebração de projetos financiados com recursos externos ou objeto de acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério por parte das secretarias beneficiárias;

II - coordenar a elaboração dos planos anuais de aquisições e os planejamentos junto às secretarias finalísticas de projetos financiados por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional, bem como suas modificações e relatórios demonstrativos de execução físico-financeira;

III - examinar as propostas de contratação ou aquisição das áreas técnicas em acordo com os objetivos e resultados previstos para os projetos financiados por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional, assim como sua previsão no planejamento anual aprovado;

IV - verificar o cumprimento das metas previstas nos projetos financiados com recursos externos ou objeto de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais, e em projetos que sejam objeto de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério;

V - elaborar, em conjunto com as áreas técnicas, e analisar os relatórios de progresso a serem entregues aos agentes financeiros externos e organismos internacionais de cooperação técnica, à Agência Brasileira de Cooperação e aos órgãos de controle da administração pública federal; e

VI - verificar os relatórios de cumprimento de objeto produzidos no âmbito de acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério.

Art. 19 - À Coordenação-Geral de Execução de Acordos de Cooperação Técnica compete:

I - apoiar as secretarias beneficiárias dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e de projetos financiados com recursos externos na elaboração e revisão de termos de referência e especificações técnicas com vistas à aquisição ou contratação no âmbito destes projetos;

II - aprovar os termos de referência e especificações técnicas à luz das normas e procedimentos de cooperação internacional com agentes externos financiadores e organismos internacionais;

III - realizar os processos seletivos e licitatórios e sua respectiva contratação de acordo com as normas e procedimentos de cooperação internacional com agentes externos financiadores e organismos internacionais;

IV - supervisionar e monitorar a execução dos contratos firmados por meio dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e de projetos financiados com recursos externos;

V - orientar, coordenar e monitorar as atividades relacionadas com a concessão de diárias de viagem e requisições de passagens aéreas e respectivas prestações de contas, financiadas com recursos dos acordos, para consultores, colaboradores individuais e participantes de eventos relacionados aos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e de projetos financiados com recursos externos; e

VI - registrar, no âmbito de sua competência, a execução dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e de projetos financiados com recursos externos nos sistemas da administração pública federal e dos organismos internacionais.

Art. 20 - À Coordenação de Licitações e Contratos de Acordos de Cooperação Técnica compete:

I - orientar as secretarias quanto à execução das atividades relativas às aquisições de bens, serviços e seleção de consultorias de pessoa jurídica;

II - analisar termos de referência e especificações técnicas propondo adequações às áreas demandantes e certificando suas conformidades quanto aos aspectos formais estabelecidos e a legislação aplicável;

III - realizar pesquisa de preços junto ao mercado e outros órgãos públicos com propósito de instruir processos de aquisição, bem como para subsidiar renovações, repactuações e concessão de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - planejar, coordenar, orientar, controlar, acompanhar e assessorar na execução das atividades relativas à gestão de contratos administrativos e procedimentos licitatórios, no âmbito de sua competência;

V - realizar, no âmbito da sua competência, os atos administrativos, internos e externos, necessários à formalização de contratos, aditivos, acordos e demais instrumentos congêneres bem como os atos relativos aos procedimentos licitatórios e às contratações;

VI - manter a guarda de garantias contratuais;

VII - manter contato com organismos internacionais e agentes externos financiadores para envio de relatórios e demais comunicações necessárias;

VIII - intermediar as comunicações entre as áreas demandantes, os licitantes e os organismos internacionais e agentes externos financiadores; e

IX - registrar, no âmbito de sua competência, a execução nos sistemas da administração pública federal e dos organismos internacionais.

Art. 21 - À Coordenação de Contratação de Consultores de Acordos de Cooperação Técnica compete:

I - orientar e apoiar as áreas demandantes quanto à execução das atividades relativas à contratação de consultorias de pessoas físicas;

II - analisar termos de referência, propondo adequações às áreas demandantes para promover sua melhor compatibilidade com as normas vigentes e o respectivo Projeto;

III - verificar, junto à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, sobre a existência de servidores disponíveis no Ministério que preencham os requisitos e detenham habilidades para realizar as atividades previstas no termo de referência;

IV - planejar, coordenar, orientar, controlar, acompanhar e assessorar na execução das atividades relativas à contratação de consultorias de pessoas físicas; e

V - realizar, no âmbito da sua competência, os atos administrativos, internos e externos, necessários à formalização de contratos de consultoria de pessoas físicas, aditivos, acordos e demais instrumentos congêneres.

VI - registrar, no âmbito se sua competência, a execução nos sistemas da administração pública federal e dos organismos internacionais.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Financeira de Acordos de Cooperação Técnica compete:

I - coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira, bem como as prestações de contas dos projetos financiados por recursos externos ou objeto de cooperação técnica com organismo internacional;

II - apoiar as áreas técnicas executoras dos projetos internacionais no que se refere à programação orçamentária e financeira anual dos projetos de cooperação técnica;

III - elaborar relatórios de informação financeira solicitados pelos bancos financiadores em caso de acordos de empréstimo;

IV - elaborar demonstrativos de prestação de contas de gastos periódicos, conforme previsão nos projetos financiados por recursos externos ou objeto de cooperação técnica com organismo internacional;

V - revisar as informações financeiras enviadas pelos organismos internacionais para prestação de contas; e

VI - verificar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira, bem como as prestações de contas dos projetos de acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério.

Art. 23. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração de Recursos da Informação e Informática;

II - propor diretrizes e implementar a política de tecnologia da informação no âmbito do Ministério;

III - coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e contratações de tecnologia da informação do Ministério;

IV - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação, junto a órgãos do governo e da sociedade civil;

V - formular critérios de avaliação da gestão de tecnologia da informação no âmbito do Ministério, em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;

VI - planejar, coordenar, acompanhar e estimular a execução de atividades na área de tecnologia da informação quanto a estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento e à absorção de novas tecnologias;

VII - identificar parcerias tecnológicas e propor acordos de cooperação com outras entidades governamentais para o desenvolvimento de tecnologias úteis no contexto de modernização do Ministério;

VIII - implantar as políticas e diretrizes de segurança da informação, em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;

IX - elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação do Ministério;

X - coordenar o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, análises e modelagem de dados e informações no âmbito do Ministério;

XI - estabelecer diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação;

XII - dar suporte aos projetos de tecnologia da informação e aos procedimentos de gerenciamento de projetos, incluindo a utilização de ferramentas e a integração das práticas de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação no Ministério;

XIII - subsidiar a alta administração e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na tomada de decisões referentes aos projetos de tecnologia da informação;

XIV - elaborar o planejamento estratégico de tecnologia da informação e a implantação de governança no Ministério;

XV - responsabilizar-se pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério e de entidades externas ao Ministério;

XVI - divulgar as ações de TI no âmbito do Ministério, em estreita atuação com a Assessoria de Comunicação Social;

XVII - definir e adotar metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas tecnologias da informação, no âmbito do Ministério;

XVIII - propor à Subsecretaria de Assuntos Administrativos as adequações das instalações físicas que envolvam a utilização dos equipamentos de informática;

XIX - articular com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos para promover a capacitação da equipe da Diretoria, bem como os treinamentos em tecnologia da informação; e

XX - supervisionar e autorizar os procedimentos necessários para a certificação digital no âmbito do Ministério.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Sistemas compete:

I - planejar, coordenar, implementar e manter os projetos de tecnologia da informação que envolvam a especificação, o desenvolvimento e a integração de sistemas de informação;

II - coordenar e manter as informações sobre os projetos de sistemas de informação do Ministério, segundo as orientações internas quanto ao modelo de gerenciamento de projetos;

III - acompanhar, controlar e gerenciar os serviços de tecnologia da informação contratados, compatíveis com as competências da Coordenação-Geral;

IV - elaborar normas, padrões e metodologias relativos ao desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito do Ministério;

V - apoiar a definição e a disseminação dos processos e metodologias de gestão de projetos e de demandas, promovendo sua padronização;

VI - acompanhar a utilização e a operação dos sistemas de informação desenvolvidos localmente e os adquiridos de terceiros pelo Ministério;

VII - promover a gestão do conhecimento relativa aos sistemas de informação no âmbito do Ministério;

VIII - promover a avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de informação, incorporando ou adaptando tecnologias, metodologias e ferramentas que promovam a qualidade e a produtividade;

IX - participar da avaliação e decisão sobre a aquisição de sistemas de informação desenvolvidos por terceiros para uso no âmbito do Ministério;

X - identificar as necessidades dos usuários relacionadas à alteração, adaptação, reestruturação e otimização dos sistemas de informação em operação, assim como as necessidades de adequação de seus respectivos ambientes de produção; e

XI - Promover estudos para avaliação e aquisição de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de sistemas informatizados.

Art. 25. À Coordenação de Sistemas de Inclusão e Assistência Social compete:

I - apoiar no planejamento, orientação, execução e controle das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, no âmbito de sua área de atuação;

II - seguir e apoiar a elaboração de normas, padrões e metodologias relativas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito de sua área de atuação;

III - auxiliar na avaliação e no aperfeiçoamento dos sistemas de informação, incorporando ou adaptando tecnologias, metodologias e ferramentas que promovam a qualidade e a produtividade;

IV - assessorar e acompanhar, dentro de sua área de atuação, a utilização e a operação dos sistemas de informação desenvolvidos localmente e os adquiridos de terceiros pelo Ministério;

V - auxiliar na realização de estudos para avaliação e aquisição de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de sistemas informatizados;

VI - auxiliar na gestão do conhecimento relativa aos sistemas de informação no âmbito de sua área de atuação; e

VII - auxiliar na identificação das necessidades dos usuários relacionadas à alteração, adaptação, reestruturação e otimização dos sistemas de informação em operação, assim como as necessidades de adequação de seus respectivos ambientes de produção.

Art. 26. À Coordenação de Sistemas de Transferência de Renda e Desenvolvimento Humano compete:

I - apoiar no planejamento, orientação, execução e controle das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, no âmbito de sua área de atuação;

II - seguir e apoiar a elaboração de normas, padrões e metodologias relativas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito de sua área de atuação;

III - auxiliar na avaliação e no aperfeiçoamento dos sistemas de informação, incorporando ou adaptando tecnologias, metodologias e ferramentas que promovam a qualidade e a produtividade;

IV - assessorar e acompanhar, dentro de sua área de atuação, a utilização e a operação dos sistemas de informação desenvolvidos localmente e os adquiridos de terceiros pelo Ministério;

V - auxiliar na realização de estudos para avaliação e aquisição de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de sistemas informatizados;

VI - auxiliar na gestão do conhecimento relativa aos sistemas de informação no âmbito de sua área de atuação; e

VII - auxiliar na identificação das necessidades dos usuários relacionadas à alteração, adaptação, reestruturação e otimização dos sistemas de informação em operação, assim como as necessidades de adequação de seus respectivos ambientes de produção.

Art. 27. À Coordenação de Sistemas de Segurança Alimentar e Sistemas Internos compete:

I - apoiar no planejamento, orientação, execução e controle das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, no âmbito de sua área de atuação;

II - seguir e apoiar a elaboração de normas, padrões e metodologias relativas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito de sua área de atuação;

III - auxiliar na avaliação e no aperfeiçoamento dos sistemas de informação, incorporando ou adaptando tecnologias, metodologias e ferramentas que promovam a qualidade e a produtividade;

IV - assessorar e acompanhar, dentro de sua área de atuação, a utilização e a operação dos sistemas de informação desenvolvidos localmente e os adquiridos de terceiros pelo Ministério;

V - auxiliar na realização de estudos para avaliação e aquisição de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de sistemas informatizados;

VI - auxiliar na gestão do conhecimento relativa aos sistemas de informação no âmbito de sua área de atuação; e

VII - auxiliar na identificação das necessidades dos usuários relacionadas à alteração, adaptação, reestruturação e otimização dos sistemas de informação em operação, assim como as necessidades de adequação de seus respectivos ambientes de produção.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança compete:

I - assessorar na proposição de soluções e na elaboração de projetos de tecnologia da informação necessários ao Ministério;

II - assessorar na proposição da padronização de hardware e software para a rede de dados corporativa do Ministério, bem como de ações de normatização para uso e manutenção de recursos de tecnologia da informação;

III - assessorar a Diretoria na definição e manutenção da arquitetura das soluções em níveis de hardware e software e infraestrutura de comunicação de dados;

IV - assessorar no desenvolvimento e implementação das políticas de segurança da rede corporativa do Ministério;

V - assessorar no planejamento da gestão de segurança em tecnologia da informação;

VI - assessorar na definição das diretrizes, métodos e procedimentos gerais de segurança em tecnologia da informação no Ministério;

VII - apoiar os processos de implementação de segurança em tecnologia da informação no Ministério;

VIII - implantar, gerenciar e manter os ambientes operacionais das redes de comunicação de dados e o sistema de segurança das informações existentes no Ministério, bem como todas as suas conexões com o ambiente externo, garantindo a disponibilidade e integridade dos dados, informações e aplicações;

IX - acompanhar e gerenciar os serviços de tecnologia da informação contratados, compatíveis com as competências da Coordenação-Geral;

X - supervisionar a proposição das adequações das instalações físicas que envolvam a utilização dos equipamentos de informática;

XI - supervisionar a realização dos testes de aceitação de equipamentos de rede;

XII - supervisionar as atividades de suporte técnico e manutenção de equipamentos de informática;

XIII - coordenar os procedimentos necessários para a certificação digital no âmbito do Ministério; e

XIV - administrar os recursos de tecnologia da informação - hardware e software, no âmbito do Ministério.

Art. 29. À Coordenação de Sustentação da Tecnologia da Informação compete:

I - assessorar na implementação e administração das redes de dados corporativa, de comunicação de dados e suas interligações;

II - realizar, juntamente com os fornecedores, os testes de aceitação de equipamentos de rede;

III - assessorar na proposição de soluções de melhorias relacionadas às redes de comunicação de dados;

IV - assessorar na proposição das adequações das instalações físicas que envolvam a utilização dos equipamentos de informática;

V - coordenar os projetos de infraestrutura da rede de dados coorporativos do Ministério;

VI - implementar e acompanhar as manutenções na rede física de comunicação de dados do Ministério;

VII - monitorar a rede de dados coorporativa do Ministério, avaliando o seu desempenho, identificando e solucionando problemas;

VIII - orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suporte técnico e manutenção de servidores de informática;

IX - instalar e manter a infraestrutura de tecnologia da informação existente, bem como lhe dar suporte;

X - atender e acompanhar às solicitações de serviços, incidentes e problemas, no âmbito da rede de dados corporativa do Ministério;

XI - implantar e administrar serviços na rede de dados corporativa do Ministério;

XII - disponibilizar, operar e sustentar os recursos tecnológicos para os ambientes de desenvolvimento, teste, homologação e produção.

XIII - assessorar o gerenciamento do uso dos recursos de tecnologia da informação; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIV - monitorar as atividades de backups dos programas e das bases de dados dos sistemas do Ministério;

Art. 30. À Coordenação de Segurança da Informação e Projetos compete:

I - coordenar os projetos de segurança da informação, no âmbito do Ministério;

II - coordenar a equipe de resposta e tratamento de incidentes de segurança na rede de dados corporativa do Ministério;

III - acompanhar a implementação de mecanismos de autenticação e assinatura com certificados digitais;

IV - pesquisar, propor e implementar políticas e soluções que visem resguardar a segurança física e lógica para os recursos de tecnologia da informação da rede corporativa do Ministério;

V - propor normas operacionais e de utilização adequada dos recursos de tecnologia da informação e zelar pelo seu fiel cumprimento;

VI - elaborar projetos com especificações técnicas para processos de aquisição de produtos e contratação de serviços de infraestrutura em tecnologia da informação;

VII - pesquisar, identificar, testar, avaliar e recomendar padrões tecnológicos para adoção no ambiente de rede corporativa;

VIII - propor soluções de modernização e ampliação dos recursos de tecnologia da informação para infraestrutura, contendo especificações técnicas dos elementos:

a) hardware;

b) software básico;

c) rede de computadores.

IX - realizar acompanhamentos da segurança dos equipamentos servidores e estações de trabalho contra vírus e ataques externos; e

X - disseminar a cultura de segurança da informação no âmbito do Ministério.

Art. 31. À Coordenação de Atendimento e Suporte Técnico compete:

I - zelar pelo atendimento das demanda dos usuários, conforme ordem de priorização estabelecida na política de tecnologia da informação do Ministério;

II - registrar e controlar a demanda de atendimento, que envolva recursos de tecnologia da informação;

III - prestar suporte em recursos de tecnologia da informação;

IV - realizar, periodicamente, inventário de recursos de tecnologia da informação, incluindo o levantamento da comunidade usuária, os recursos tecnológicos alocados a cada um e sua localização física, registrando os resultados em ferramenta adequada;

V - elaborar relatórios de situação e cenários das demandas de recursos de tecnologia da informação; e

VI - subsidiar a área responsável pelo controle patrimonial do Ministério com informações técnicas sobre recursos de tecnologia da informação.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Banco de Dados compete:

I - Elaborar e propor normas, padrões e procedimentos necessários para criação, utilização, administração e manutenção das bases de dados, no âmbito do Ministério;

II - assessorar na proposição e coordenar a integração de sistemas e serviços em consonância com o modelo corporativo de dados do Ministério;

III - identificar as necessidades dos usuários relacionadas ao desenvolvimento, alteração e otimização de bancos de dados dos sistemas do Ministério;

IV - apoiar a proposição e implementação de modelo de administração de dados, no âmbito do Ministério;

V - atuar na administração do modelo de dados corporativo, promovendo sua disseminação e integração;

VI - acompanhar e gerenciar os serviços de tecnologia da informação contratados, relacionados às competências da Coordenação-Geral de Banco de Dados;

VII - articular-se com a Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança nas ações relativas à segurança das bases de dados corporativas do Ministério;

VIII - articular-se com a Coordenação-Geral de Sistemas nas ações relativas à modelagem dedados, arquitetura e implementação de soluções que utilizam as bases de dados do Ministério;

IX - promover a padronização das nomenclaturas das bases de dados e a administração da extração, transformação e carga de dados do Ministério;

X - apoiar a definição e a implantação das políticas de interoperabilidade de dados e informações públicas, no âmbito do Ministério;

XI - elaborar projetos com especificações técnicas para processos de aquisição de produtos e contratação de serviços de banco de dados;

XII - apoiar a realização de batimentos e cruzamento de dados em atendimento a auditorias e a demandas das áreas gestoras de negócio do Ministério; e

XIII - promover a organização de bases de dados para a disponibilização de informações estratégicas para tomada de decisão das áreas finalísticas do Ministério.

Art. 33. À Coordenação de Administração de Banco de Dados compete:

I - auxiliar no controle e monitoramento da administração dos bancos de dados existentes na rede de dados corporativa do Ministério;

II - auxiliar na implementação, manutenção e otimização dos recursos de infraestrutura relacionados aos bancos de dados corporativos do Ministério;

III - auxiliar no gerenciamento e monitoramento das permissões de acesso dos sistemas corporativos, garantindo a segurança de sua operação;

IV - auxiliar na manutenção da infraestrutura necessária de banco de dados para o processamento e a integridade dos dados e informações;

V - assessorar no monitoramento e otimização dos recursos tecnológicos relacionados aos sistemas gerenciadores dos bancos de dados corporativos do Ministério;

VI - analisar, validar e implementar nas bases de dados do Ministério manutenções corretivas e evolutivas de dados ou de estruturas de dados referentes a demandas negociais dos usuários e de requisitos de sistemas;

VII - auxiliar na realização de batimentos e cruzamento de dados em atendimento a auditorias e a demandas das áreas gestoras de negócio do Ministério; e

VIII - auxiliar no gerenciamento da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos bancos de dados do Ministério.

Art. 34. À Coordenação de Integração de Dados e Serviços compete:

I - auxiliar no desenvolvimento de projetos de estruturação de banco de dados;

II - auxiliar no gerenciamento da administração de dados, com vistas à integridade, qualidade, segurança e disponibilidade das informações do Ministério;

III - auxiliar no gerenciamento dos modelos de dados visando a sua racionalização e padronização, promovendo o compartilhamento de dados e estruturas sempre que necessário;

IV - realizar o gerenciamento dos metadados e do catálogo de dados do Ministério;

V - apoiar na definição e gerenciamento da estrutura das bases de dados históricas, analíticas, preditivas e de apoio à decisão;

VI - auxiliar na definição, implementação e gerenciamento do barramento corporativo de dados; e

VII - apoiar a Coordenação-Geral na padronização das nomenclaturas das bases de dados e administração da extração, transformação e carga de dados do Ministério.

Art. 35. À Coordenação de Análise e Interoperabilidade de Dados compete:

I - auxiliar no gerenciamento de projetos para automação de integração de dados destinada aos programas e ações do Ministério e da Administração Pública;

II - auxiliar na definição e a implantação das políticas de interoperabilidade de dados e informações públicas, no âmbito do Ministério;

III - auxiliar no gerenciamento de extrações de dados, de forma sistematizada e controlada;

IV - auxiliar na definição de padrões e políticas governamentais para a interoperabilidade de dados, observando as diretrizes de governo estabelecidas e os mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas;

V - auxiliar na implementação e no gerenciamento da estrutura de serviços, em arquitetura orientada a serviços;

VI - auxiliar a organização de bases de dados para a disponibilização de informações estratégicas para tomada de decisão das áreas finalísticas do Ministério; e

VII - auxiliar na verificação e melhoria da qualidade dos dados produzidos internamente e importados de fontes externas.

Art. 36. À Subsecretaria de Assuntos Administrativos compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos, bem como as relacionadas com os Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal e de Serviços Gerais;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I, bem como informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;;

III - promover a elaboração e consolidar os planos e os programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - supervisionar as atividades de capacitação, saúde e seguridade social dos servidores do Ministério, incluindo a avaliação de desempenho individual e progressão funcional;

V - supervisionar as atividades atinentes à administração de materiais, obras e serviços, transporte, telecomunicações, protocolo, documentação, arquivo, manutenção predial e serviços gerais; e

VI - supervisionar as atividades referentes à gestão administrativa em contratos e em procedimentos de licitação, incluindo as referentes à sua execução orçamentária e financeira.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Recursos Humanos compete:

I - apoiar a Subsecretaria no assessoramento da Secretaria-Executiva, órgão setorial do SIPEC, na gestão do sistema;

II - elaborar atos de gestão de recursos humanos;

III - aplicar as normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, assim como orientar e fiscalizar o seu cumprimento;

IV - propor diretrizes gerais quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos;

V - gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e valorização relativos aos recursos humanos do Ministério;

VI - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de recrutamento, seleção, capacitação, cadastro, pagamento e legislação de pessoal, saúde e seguridade social;

VII - propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, no âmbito do Ministério;

VIII - assessorar na supervisão dos processos de avaliação de desempenho, bem como no estágio probatório e a avaliação para fins de progressão funcional e promoção;

IX - orientar as ações de adequação e distribuição dos servidores;

X - elaborar proposta para subsidiar a realização de concursos públicos para provimento de cargos pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério ou para processos seletivos simplificados para contratação de temporários;

XI - supervisionar o programa de estágio remunerado; e

XII - gerenciar o pagamento de diárias e emissão de passagens.

Art. 38. Ao Serviço de Legislação compete:

I - orientar e prestar assessoramento técnico quanto aos procedimentos administrativos que envolvam a área de recursos humanos;

II - organizar, controlar e manter atualizado os acervos relativos à legislação, doutrina e jurisprudência e demais regulamentos relativos a recursos humanos, no âmbito do Ministério;

III - subsidiar a Coordenação-Geral de Recursos Humanos no atendimento das diligências e determinações dos órgãos fiscalizadores e normativos; e

IV - assessorar na elaboração de consultas aos órgãos competentes, visando dirimir dúvidas ou interpretações em matéria de pessoal; e

V - analisar questões encaminhadas pela entidade vinculada ao Ministério quanto à aplicação de legislação de pessoal, propondo orientações ou subsidiando na decisão quanto ao envio ao órgão central do SIPEC.

Art. 39. Ao Serviço de Saúde e Seguridade Social compete:

I - instruir os processos referentes à saúde e seguridade social do servidor e prestar as informações para o seu andamento;

II - executar ações direcionadas ao servidor e seus dependentes referentes à qualidade de vida e assistência à saúde;

III - atualizar o cadastro no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal, relativamente aos auxílios, benefícios, licenças, concessões e participação no Plano de Assistência à Saúde dos servidores;

IV - elaborar atos relativos aos auxílios, benefícios, licenças, concessões e previdência dos servidores; e

V - realizar medidas visando à integração social, ao ajustamento e à readaptação funcional.

Art. 40. À Divisão de Concessão de Diárias e Passagens compete:

I - gerir e supervisar a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito do Ministério, em articulação com o órgão central, oferecendo suporte técnico às unidades proponentes;

II - acompanhar e analisar as prestações de contas de viagens;

III - encaminhar para publicação em Boletim de Serviço relação de concessões concessão de diárias;

IV - proceder aos atos necessários à concessão dos créditos do Ministério referentes a bilhetes de passagens e diárias não utilizadas;

V - controlar a execução orçamentária das dotações destinadas à concessão de passagens aéreas, bem como das diárias das unidades gestoras sobre sua administração; e

VI - assessorar na elaboração de consultas aos órgãos competentes, visando dirimir dúvidas ou interpretações em matéria de diárias e passagens.

Art. 41. À Coordenação de Gestão de Pessoas compete:

I - coordenar, orientar e controlar as atividades relativas a cadastro, pagamento, benefícios, remuneração de servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão do Ministério; e

II - subsidiar, dentro de sua área de atuação, a elaboração dos planos anual e plurianual e da proposta orçamentária.

Art. 42. À Divisão de Cadastro e Pagamento compete:

I - proceder às ações de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, registrando e controlando os dados orçamentários, financeiros e individuais;

II - acompanhar e controlar o reembolso do pagamento dos servidores cedidos e requisitados; e

III - elaborar as certidões, declarações e informações relativas aos servidores;

IV - realizar o registro de admissão, desligamento e aposentadoria de servidores no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC; e

V - efetuar a publicação de portarias e atos internos no Boletim de Pessoal e Serviços.

Art. 43. Ao Serviço de Cadastro compete:

I - organizar e manter atualizado o arquivo e pastas de assentamentos funcionais dos servidores ativos;

II - prestar informações necessárias ao enquadramento e a classificação de cargos de servidores;

III - executar as atividades operacionais de atualização no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal, relativamente aos registros funcionais e pessoais;

IV - controlar e registrar a frequência dos servidores ativos;

V - proceder à elaboração das certidões, declarações e informações relativas aos servidores; e

VI - preparar e executar as ações de cadastro relativas à concessão de auxílios e benefícios.

Art. 44. Ao Serviço de Pagamento compete:

I - executar as atividades relativas ao pagamento de pessoal e à respectiva execução orçamentária e financeira;

II - instruir e efetuar cálculos para pagamento de servidor; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - acompanhar, manter e atualizar o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, quanto às rotinas de pagamento de servidor.

Art. 45. À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - elaborar e monitorar a execução de planos e programas de capacitação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNDP, as diretrizes estratégicas e política de capacitação do MDSA;

II - analisar demandas das unidades do MDSA relativas a capacitação e desenvolvimento de pessoas;

III - coordenar os processos de avaliação de desempenho, estágio probatório e avaliação para fins de progressão funcional e promoção;

IV - coordenar e gerenciar o programa de estágio remunerado; e

V - coordenar o programa de qualidade de vida no âmbito do MDSA.

Art. 46. À Divisão de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - realizar o levantamento das necessidades de desenvolvimento e capacitação dos servidores do MDSA;

II - viabilizar a participação dos servidores nos eventos de capacitação, adotando os procedimentos necessários e articulando-se com entidades promotoras e facilitadores;

III - executar procedimentos relativos à avaliação de desempenho, estágio probatório e avaliação para fins de progressão funcional e promoção;

IV - executar os procedimentos de controle e acompanhamento inerentes ao programa de estágio remunerado;

V - promover as ações do programa de qualidade de vida; e

VI - promover a ambientação dos servidores, visando sua integração ao Ministério.

Art. 47. À Coordenação-Geral de Logística e Administração compete:

I - apoiar a Subsecretaria no assessoramento à Secretaria-Executiva, órgão setorial do Sistema de Administração de Serviços Gerais, na gestão do sistema;

II - planejar, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à administração de materiais, obras e serviços, transporte, telecomunicações, protocolo, documentação, arquivo, manutenção predial e serviços gerais;

III - analisar os procedimentos, rotinas, formulários e documentos, exigências legais e regulamentares, com vistas à racionalização e ao permanente aperfeiçoamento dos processos de trabalho da área;

IV - expedir atos e documentos oficiais relacionados à destinação e alienação de bens móveis administrados pelo Ministério ou que a ele se encontrem submetidos e aqueles considerados inservíveis ou antieconômicos, com a prévia autorização e aprovação da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

V - proceder à instrução dos processos de compra de material e acompanhamento e execução de obras e serviços; e

VI - coordenar a elaboração de análise de necessidade de espaço, elaboração de leiautes, análise de viabilidade técnica e econômica, bem como sua execução nos componentes administrativos.

Art. 48. À Coordenação de Documentação e Arquivo compete coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades da área de documentos, protocolos e arquivos.

Art. 49. À Divisão de Arquivo compete:

I - arquivar, preservar ou eliminar documentos e processos nos prazos determinados, zelando por sua segurança e guarda;

II - atualizar o sistema com registros de toda a documentação e processos arquivados na unidade;

III - prestar orientação técnica e normativa, relacionada ao arquivamento de documentos, às unidades do Ministério;

IV - elaborar e propor a tabela de temporalidade dos documentos do Ministério, de acordo com a regulamentação do Conselho Nacional de Arquivo - CONARQ; e

V - desenvolver as atividades da subcomissão de coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.

Art. 50. À Divisão de Protocolo compete:

I - receber, numerar, registrar, controlar e prestar informações de documentos e processos;

II - classificar os documentos e processos e distribuí-los às áreas competentes;

III - receber e distribuir os periódicos, inclusive o Diário Oficial da União;

IV - proceder à expedição de documentos, por meio de registros postais e malotes oficiais;

V - analisar as necessidades de aquisição e utilização de equipamentos para o registro, acompanhamento e controle de documentação; e

VI - gerir os sistemas informatizados inerentes às funções setoriais de documentação.

Art. 51. À Coordenação de Serviços Gerais compete:

I - coordenar e monitorar os serviços de reprografia, de brigadistas, de copeiragem, de vigilância, de recepção, de confecção de carimbo e chaveiros, bem como as atividades de conservação e limpeza de bens móveis, assim como zelar pelas instalações do Ministério;

II - acompanhar os serviços de transporte do Ministério;

III - zelar pela manutenção e conservação de veículos oficiais do Ministério;

IV - receber as solicitações de serviços de transporte em veículos oficiais e programar o seu atendimento;

V - elaborar, controlar e manter sob guarda o plano anual de aquisição de veículos, ficha de cadastro de veículo oficial, mapa de controle de veículo oficial, termo de vistoria, quadro demonstrativo de veículo alienado, mapa demonstrativo de desempenho da frota e o termo de cessão/doação;

VI - acompanhar os serviços de impressão de publicações, das edições de livros, coletâneas, boletins, folhetos, legislação, portarias e outros, de interesse do Ministério;

VII - manter, conservar e executar os serviços de reprografia; e

VIII - organizar, manter, conservar e armazenar as publicações do Ministério em local apropriado para posterior distribuição por parte das secretarias finalísticas.

Art. 52. À Divisão de Serviços Gerais compete:

I - acompanhar as atividades de conservação e limpeza de bens móveis e nas instalações do Ministério;

II - controlar o acesso à garagem, bem como, elaborar estudo de distribuição das vagas aos servidores;

III - fiscalizar os serviços de copeiragem e acompanhar a entrega de insumos;

IV - supervisionar os serviços dos bombeiros civis e solicitar ao setor competente as adequações nas instalações do Ministério, em conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e demais normas de edificações;

V - coordenar as atividades relacionadas à recepção no atendimento do público interno e externo;

VI - fiscalizar e acompanhar os serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna nas unidades do Ministério de forma a garantir a segurança dos imóveis, do Patrimônio da União e a incolumidade física das pessoas;

VII - autorizar o acesso às instalações do Ministério em dias não úteis e após expediente; e

VIII - controlar e autorizar a utilização das áreas comuns, que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 53. À Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações compete coordenar, controlar e monitorar a execução das atividades de obras, instalações, manutenção predial, serviços de engenharia e telecomunicações.

Art. 54. À Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos compete:

I - acompanhar e orientar as atividades de manutenção das instalações;

II - supervisionar a execução de contratos de serviços de engenharia e de arquitetura nas dependências do Ministério; e

III - promover a execução de projetos de ocupação de espaços físicos elaborados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos.

Art. 55. Ao Serviço de Manutenção Predial compete:

I - auxiliar a Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos nas atividades de manutenção predial nos imóveis sob a responsabilidade do Ministério; e

II - auxiliar a Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos na promoção da execução de projetos de ocupação de espaços físicos elaborados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos.

Art. 56. À Divisão de Desenvolvimento de Projetos compete:

I - elaborar estudos e projetos necessários ao planejamento de contratações de soluções inerentes a adequação, ocupação e melhorias de espaços físicos e instalações, no âmbito das sedes deste Ministério;

II - elaborar projetos de ocupação de espaços físicos, no âmbito das sedes deste Ministério;

III - controlar e acompanhar a execução de projetos de ocupação de espaços físicos, no âmbito das sedes deste Ministério; e

IV - manter sob sua guarda as plantas e especificações das instalações físicas utilizadas pelo Ministério.

Art. 57. À Divisão de Telecomunicações compete:

I - assegurar o funcionamento contínuo dos serviços de telefonia fixa e móvel;

II - acompanhar as despesas e disponibilizar aos usuários responsáveis as faturas referentes às contas de telefone, para atesto, observando os limites de gastos no âmbito do Ministério;

III - elaborar e fornecer o termo de responsabilidade de aparelho de telefonia móvel, mantendo-o em arquivo atualizado; e

IV - orientar os usuários de telefonia móvel quanto ao correto uso dos aparelhos telefônicos.

Art. 58. Ao Serviço de Controle de Telefonia compete:

I - acompanhar e controlar a instalação e reparos de linhas telefônicas; e

II - orientar os usuários de telefonia fixa quanto ao correto uso dos aparelhos telefônicos.

Art. 59. À Coordenação de Material e Patrimônio compete:

I - coordenar, controlar e monitorar a execução das atividades da área de suprimento e patrimônio;

II - receber as compras de materiais permanentes e de consumo no âmbito do Ministério;

III - monitorar a classificação, o registro, o cadastramento, o controle da guarda, a alienação e o armazenamento de bens patrimoniais do Ministério; e

IV - monitorar o deslocamento e o registro da movimentação de bens patrimoniados entre os setores do Ministério.

Art. 60. À Divisão de Suprimento e Patrimônio compete:

I - classificar, registrar, cadastrar, controlar a guarda, alienação e o armazenamento de bens patrimoniais;

II - registrar e implementar o relatório anual de inventário de bens patrimoniais, tomando as providências necessárias;

III - assessorar na proposição do calendário de compras;

IV - providenciar o transporte de cargas e mobiliário de servidores nomeados e exonerados que fazem jus ao serviço; e

V - proceder ao deslocamento e ao registro da movimentação de bens patrimoniados entre os setores do Ministério.

Art. 61. Ao Serviço de Almoxarifado compete:

I - controlar e executar as atividades referentes à administração de material de consumo, mantendo atualizado o controle físico e contábil do material em estoque;

II - emitir Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA, contemplando as incorporações e baixas realizadas;

III - propor a alienação de material inservível ou fora de uso;

IV - orientar, racionalizar e otimizar a aquisição, utilização de materiais de consumo e a sua distribuição; e

V - assessorar na proposição do calendário de compras de bens de consumo para o Ministério.

Art. 62. À Coordenação de Gestão Condominial compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as atividades relativas à administração e manutenção das instalações;

II - acompanhar a execução de obras, serviços de engenharia e projetos, patrimônio, segurança, elevadores e serviços comuns; e

III - auxiliar a Coordenacao de Serviços Gerais na implementação e distribuição das vagas de garagem.

Art. 63. À Coordenação-Geral de Licitações e Contratos compete:

I - planejar, coordenar, orientar, controlar, acompanhar e assessorar na execução das atividades relativas à gestão de contratos administrativos e procedimentos licitatórios, incluindo as referentes à execução orçamentária e financeira, no âmbito das unidades gestoras sob sua administração;

II - gerenciar, coordenar, controlar e acompanhar as demandas e fluxos dos processos de aquisições e contratações, mediante licitações, adesões, dispensas e inexigibilidades de licitação;

III - realizar, no âmbito da sua competência, os atos administrativos, internos e externos, necessários à formalização de contratos, aditivos, acordos e demais instrumentos congêneres bem como os atos relativos aos procedimentos licitatórios e às contratações;

IV - acompanhar sistematicamente a legislação e as normas vigentes que regulam os procedimentos de aquisições e contratações, assegurando o seu cumprimento; e

V - coordenar e supervisionar a instauração dos processos administrativos sancionadores.

Art. 64. À Coordenação de Compras e Licitações compete:

I - assessorar no gerenciamento, controle e acompanhamento da execução das atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios;

II - realizar, no âmbito da sua competência, todos os atos administrativos, internos e externos, necessários e adequados aos procedimentos licitatórios no âmbito da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

III - acompanhar a análise de recursos e representações relativos às licitações e compras;

IV - prestar apoio e orientar as unidades do Ministério na elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência, objetivando a instrução adequada dos procedimentos licitatórios; e

V - gerenciar e supervisionar a adequada instrução processual, visando à autorização para abertura dos procedimentos licitatórios.

Art. 65. À Divisão de Compras compete:

I - receber, analisar e instruir os processos de aquisições e contratações de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

II - instruir processos de adesões a Atas de Registros de Preços;

III -; realizar cotações de preços junto a fornecedores e órgãos da Administração Pública, inclusive no Portal de Compras do Governo Federal - ComprasNet, para instrução dos processos de aquisição e contratações;

IV - promover o cadastramento de Dispensas e Inexigibilidades de licitações, bem como realizar demais procedimentos necessários nos sistemas ComprasNet e SIASG; e

V - elaborar relatórios relativos às aquisições/contratações diretas e adesões, sempre que solicitado.

Art. 66. À Divisão de Licitação compete:

I analisar, orientar e propor adequações nos Projetos Básicos e Termos de Referências, visando à formalização e a instrução adequada para abertura do procedimento licitatório;

II - elaborar minutas de atos convocatórios e instrumentos congêneres;

III - analisar, instruir e elaborar respostas aos questionamentos e impugnações de editais, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação, consultando a área demandante, quando necessário;

IV - prestar apoio administrativo às comissões permanentes de licitações, comissões especiais e pregoeiros;

V - instruir e extrair informações dos processos, para elaboração de notas técnicas, visando subsidiar a Consultoria Jurídica, nas em respostas aos mandados de segurança e correlatos; e

VI - realizar consultas sobre a situação de empresas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, para instrução processual; e

VII - propor abertura de processo administrativo sancionador, visando apuração de conduta de licitantes durante o procedimento licitatório, quando identificada possível infração à legislação.

Art. 67. À Coordenação de Contratos compete:

I - apoiar na execução das atividades relacionadas aos contratos de responsabilidade da Subsecretaria;

II - supervisionar, coordenar, acompanhar e orientar as atividades dos Gestores e Fiscais de Contratos;

III - analisar, apoiar na instauração dos processos administrativos sancionadores;

IV - analisar e apoiar na elaboração de contratos, termos aditivos, distratos e instrumentos congêneres;

V - acompanhar os prazos de vigência contratual e a instauração de novo procedimento, quando for o caso; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - acompanhar as providências para a assinatura dos atestados de capacidade técnica.

Art. 68. À Divisão de Elaboração e Registros Contratuais compete:

I - analisar e emitir parecer, na sua esfera de atuação, quanto às solicitações de contratação, prorrogação, alterações qualitativas e quantitativas dos contratos de responsabilidade da Subsecretaria;

II - elaborar contratos, termos aditivos, distratos e instrumentos congêneres, mantendo os seus registros;

III - providenciar as assinaturas das partes constantes nos instrumentos contratuais;

IV - providenciar a publicação dos atos contratuais e instrumentos congêneres na imprensa oficial;

V - analisar, conferir e emitir parecer exclusivamente sobre os cálculos relativos à concessão de repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de responsabilidade da Subsecretaria; e

VI - registrar todos os contratos e cronogramas de desembolso no SIASG.

Art. 69. Ao Serviço de Acompanhamento Contratual compete:

I - analisar, instruir e acompanhar os processos administrativos sancionadores relacionadas aos contratos de responsabilidade da Subsecretaria;

II - executar as penalidades aplicadas pelo Ordenador de Despesas aos fornecedores por descumprimento de obrigações contratuais;

III - registrar e providenciar o encaminhamento dos contratos, termos aditivos, distratos e instrumentos congêneres aos respectivos fornecedores;

IV - proceder ao cálculo das garantias e multas contratuais; e

V - solicitar e manter o controle das garantias contratuais, informando os prazos de encerramento, bem como proceder a sua devolução e deflagrar os procedimentos para a sua renovação, se for o caso.

Art. 70. À Divisão de Gestão e Acompanhamento compete:

I - providenciar o encaminhamento dos contratos, termos aditivos, distratos e instrumentos congêneres aos respectivos gestores;

II - controlar o prazo de vigência dos contratos, deflagrando os procedimentos para sua renovação, quando for o caso;

III - manter em arquivo documentos relativos ao controle e acompanhamento das despesas de contratos, visando à elaboração de demonstrativos;

IV - realizar pesquisa de mercado junto a órgãos públicos e empresas, com o propósito de subsidiar as renovações, repactuações, alterações qualitativas e quantitativas e concessão de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

V - cadastrar os fiscais/gestores contratuais no SIASG;

VI - auxiliar os gestores e/ou fiscais nas atividades atinentes à execução contratual;

VII - elaborar e acompanhar a publicação das portarias de designação de gestores e fiscais de contratos em Boletim de Serviço;

VIII - acompanhar e controlar os saldos de empenhos;

IX - acompanhar os pagamentos de contratos, com elaboração de relatórios; e

X - elaborar atestados de capacidade técnica mediante subsídios dos gestores e/ou fiscais contratuais.

Art. 71. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - coordenar, avaliar e orientar as atividades de execução orçamentária e financeira no âmbito das unidades gestoras sob sua administração;

II - coordenar e orientar a elaboração da proposta orçamentária anual das unidades gestoras sob sua administração, bem como promover a sua consolidação;

III - orientar as unidades gestoras sob sua administração, quanto à observância das diretrizes, normas e instruções emanadas do órgão central e setorial do Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI;

IV - manter a guarda das garantias contratuais; e

V - propor a abertura de créditos adicionais.

Art. 72. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - elaborar proposta orçamentária anual, referente às atividades da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos;

II - fornecer informações aos setores competentes sobre a disponibilidade orçamentária;

III - manter o controle dos saldos de empenho, acompanhando e controlando a movimentação de créditos e a execução orçamentária;

IV - executar os créditos orçamentários sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e os que para ela forem movimentados;

V - propor medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária;

VI - identificar a necessidade de abertura de créditos adicionais;

VII - controlar o registro da conformidade de operadores e conformidade de gestão; e

VIII - encaminhar as notas de empenhos aos fornecedores, para confirmação das aquisições e contratações.

Art. 73. À Divisão de Execução Financeira compete:

I - proceder às atividades de execução financeira das despesas sob a gestão da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos;

II - elaborar proposta de programação financeira, relativa aos assuntos de sua esfera de competência;

III - examinar os processos de pagamento das despesas a cargo das unidades gestoras sob sua administração, bem como proceder à correspondente liquidação;

IV - prestar informações e elaborar proposição quanto aos processos de pagamento das despesas a cargo das unidades gestoras sob sua administração, para aprovação do Ordenador de Despesa; e

V - registrar a conformidade de gestão dos atos e fatos da gestão financeira no sistema SIAFI das unidades gestoras sob sua administração.

Art. 74. À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:

I - planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira e de organização e inovação institucional;

II - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central dos sistemas mencionados no inciso I, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior, bem como acompanhar as metas e os resultados da execução desses planos e programas em articulação com as demais Secretarias do Ministério;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação física, orçamentária e financeira de projetos e atividades;

VI - realizar as tomadas de contas especiais dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

VII - acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

VIII - supervisionar o registro da situação do patrimônio da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência;

IX - planejar, coordenar e promover a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, quanto à padronização dos procedimentos e atividades relacionadas à operacionalização do mesmo;

X - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central do SICONV, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

XI - apoiar tecnicamente o Gabinete do Ministro no levantamento de informações de programas e ações da Estratégia Fome Zero, no que tange ao orçamento e execução;

XII - realizar a instrução processual como subsídio ao Gabinete do Ministro na aprovação dos orçamentos gerais do SESI, do SESC e do SEST; e

XIII - assessorar a Secretaria-Executiva na elaboração do seu Relatório de Gestão anual.

Art. 75. À Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação compete:

I - supervisionar e coordenar a elaboração, o monitoramento, o acompanhamento, a avaliação e a revisão do Plano Plurianual - PPA, e dos demais planos de governo, no âmbito do Ministério;

II - coordenar a elaboração e a gestão do planejamento estratégico do Ministério;

III - conduzir a elaboração de estudos e pesquisas de interesse do Ministério em todas as suas áreas de atuação.

IV - coordenar a elaboração da Mensagem Presidencial e do Relatório de Atuação Governamental da Prestação de Contas Presidencial;

IV - apoiar as Secretarias do Ministério, bem como os demais executores de políticas planos e programas, nas atividades de planejamento e avaliação,, mediante a realização de estudos, seminários e atividades afins;

V - apoiar a elaboração dos planos gerenciais, o monitoramento e a avaliação dos programas do Plano Plurianual - PPA, bem como oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos; e

VI - identificar e propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do Sistema Federal de Planejamento e de Orçamento no âmbito do Ministério.

VII - supervisionar as atividades de abertura e padronização de Programas do Portal dos Convênios do Governo Federal - SICONV;

VII - supervisionar a relação dos usuários cadastrados no SICONV, bem como os perfis disponibilizados, informando as alterações necessárias à unidade cadastradora do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no Ministério; e

IX - acompanhar o registro da situação do patrimônio da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Art. 76. À Coordenação de Planejamento e Avaliação compete:

I - apoiar a elaboração do Plano Plurianual - PPA e dos demais planos de governo no âmbito do Ministério, bem como promover o monitoramento e a avaliação dos mesmos;

II - promover a integração das ações do processo de avaliação e monitoramento, no âmbito do Plano Plurianual;

III - apoiar a elaboração e a gestão do planejamento estratégico do Ministério;;

IV - propor metodologias e procedimentos relativos ao acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos programas e ações do Ministério; e

V - coordenar a informação sobre os programas e ações do Ministério, constantes do Plano Plurianual e demais planos de governo.

Art. 77. À Coordenação de Gestão de Informação Estratégica compete:

I - assessorar na condução da elaboração de estudos e pesquisas de interesse do Ministério em todas as suas áreas de atuação.

II - auxiliar na a elaboração da Mensagem Presidencial e do Relatório de Atuação Governamental da Prestação de Contas Presidencial;

III - estabelecer comunicação e intercâmbio de informações com órgãos externos, demais entes federativos e organizações da sociedade civil , sobre assuntos pertinentes ao desenvolvimento social; e

IV - organizar e atualizar as publicações no âmbito da Subsecretaria, disponibilizando-as nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 78. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar as atividades orçamentárias e de programação financeira relativas ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério;

II - praticar os atos de gestão necessários à programação orçamentária e financeira dos recursos alocados ao orçamento do Ministério;

III - acompanhar e orientar o processo de elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentaria Anual, no âmbito do Ministério;

IV - analisar e avaliar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Ministério, propondo as alterações que se fizerem necessárias no decurso do exercício;

V - apoiar tecnicamente a Subsecretaria quanto aos levantamentos de informações visando à aprovação dos orçamentos gerais do SESI, do SESC e do SEST pelo Gabinete do Ministro;

VI - apoiar tecnicamente a Subsecretaria quanto aos levantamentos de informações sobre programas e ações da Estratégia do Fome Zero;

VII - apoiar tecnicamente a Subsecretaria quanto ao acompanhamento dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

VIII - supervisionar a instauração dos processos de tomada de contas especiais no âmbito do Ministério; e

IX - auxiliar a Subsecretaria no levantamento de informações necessárias à elaboração do Relatório de Gestão Anual da Secretaria-Executiva.

Art. 79. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I - analisar, planejar, avaliar e coordenar a programação e a execução orçamentária e financeira, propondo as alterações que se fizerem necessárias no decurso do exercício;

II - coordenar, orientar e consolidar a elaboração da proposta orçamentária das unidades do Ministério, bem como a solicitação de créditos adicionais; e

III - analisar e avaliar a execução das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no âmbito do Ministério.

Art. 80. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - analisar e consolidar a proposta orçamentária e os créditos adicionais;

II - realizar a movimentação de créditos orçamentários para as unidades gestoras do Ministério; e

III - elaborar, analisar e consolidar a programação e execução orçamentária de acordo com as normas vigentes.

Art. 81. À Divisão de Execução Financeira compete:

I - promover e manter atualizadas as Propostas de Programação Financeira do Ministério junto à Secretaria do Tesouro Nacional;

II - compatibilizar os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional com a efetiva necessidade de desembolso das unidades do Ministério; e

III - realizar a movimentação financeira de repasse e subrepasse para as diversas unidades gestoras do Ministério.

Art. 82. À Coordenação de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - suprir a Coordenação-Geral e a Subsecretaria de informações gerenciais, de forma sistematizada, com vistas à melhoria do desempenho da execução orçamentária e financeira do Ministério;

II - avaliar o desempenho da execução orçamentária e financeira, em conjunto com as Unidades Gestoras do Ministério; e

III - propor, implementar e manter sistemas próprios de acompanhamento da execução orçamentária e financeira e de outros recursos de interesse do Ministério.

Art. 83. À Coordenação de Contabilidade compete:

I - orientar e supervisionar as atividades inerentes à contabilidade analítica dos órgãos e entidades vinculadas;

II - acompanhar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do sistema de contabilidade federal, supervisionando os seus registros;

III - analisar as contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Ministério;

IV - proceder à conformidade contábil do Ministério;

V - instruir os processos de tomadas de contas especiais no âmbito do Ministério;

VI - acompanhar de forma sistemática as conformidades de registro de gestão;

VII - cadastrar e manter as senhas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, do SIAFI Gerencial e do sistema "Senha Rede" das unidades gestoras do Ministério, bem como cadastrar os respectivos cadastradores, mantendo sistemático controle das fichas cadastrais e da conformidade mensal dos operadores; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - elaborar e analisar indicadores contábeis e de gestão de sua área de atuação.

Art. 84. À Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional compete:

I - propor ações e sugerir prioridades nas atividades de organização e de inovação institucional do Ministério;

II - identificar e sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

III - supervisionar a elaboração de projetos de redesenho e melhoria de processos de trabalho, visando ao melhor desempenho das funções institucionais do Ministério;

IV - orientar e apoiar na sistematização, padronização e implantação de técnicas de gestão visando o melhor desempenho das funções institucionais do Ministério; e

V - supervisionar e orientar a elaboração de projetos de estruturação organizacional, bem como os processos de elaboração, revisão e atualização de regimentos internos, no âmbito do Ministério.

Art. 85. À Coordenação de Gerenciamento de Processos e Projetos compete:

I - promover e apoiar medidas que visem ao aperfeiçoamento do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;

II - promover o intercâmbio de informações com outros órgãos da Administração Pública, instituições nacionais e estrangeiras, com vistas à identificação das melhores práticas de gestão e/ou experiências profissionais;

III - acompanhar as atividades operacionais do SIORG;

IV- coordenar e orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão, que visem à melhoria de fluxo dos processos;

V - propor, disseminar e disponibilizar metodologias e ferramentas de gerenciamento de projetos no âmbito do Ministério;

VI - acompanhar e avaliar a aplicação do gerenciamento de projetos junto às unidades do Ministério;

VII - acompanhar e avaliar o portfólio de projetos do Ministério

Art. 86. À Coordenação de Inovação e Sistematização de Procedimentos Organizacionais compete:

I - propor e coordenar os processos e projetos de inovação e organização institucional e a aplicação de metodologias de gerenciamento de processos de negócio, de projetos e da qualidade no âmbito do Ministério;

II - definir e prestar orientação acerca de metodologias relativas ao gerenciamento de processos de negócio, observando o ciclo de vida dos processos, o que envolve desde a análise, desenho, modelagem, implantação, monitoramento, correção e avaliação de desempenho dos processos institucionais do Ministério ;

III - propor, acompanhar e orientar as unidades do Ministério no desenvolvimento de atividades que visem à simplificação, inovação e racionalização de procedimentos, métodos e fluxos de trabalho;

IV - promover estudos e ações voltadas à melhoria da estrutura organizacional por meio da Inovação;

V - participar da elaboração, revisão e atualização dos regimentos internos das unidades integrantes da estrutura básica do Ministério;

VI - organizar e manter atualizado banco de dados sobre estrutura e regimento do Ministério;

VII - coordenar e orientar a elaboração de manuais de normas e procedimentos administrativos com vistas à melhoria da gestão organizacional; e

VII - organizar e manter atualizado o arquivo de normas, legislação e atos administrativos que estejam, direta ou indiretamente, relacionados à área de organização e modernização administrativa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 87. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução dos programas e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva;

IV - aplicar penalidades disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão até 30 dias;

V - julgar os processos disciplinares com proposta de arquivamento; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 88. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 89. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do respectivo Gabinete;

II - organizar a agenda do Gabinete da Secretaria-Executiva;

III - supervisionar e orientar os atos de administração geral no âmbito do Gabinete da Secretaria-Executiva;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete da Secretaria-Executiva; e

V - supervisionar e dirigir o despacho de processos, documentos e expedientes e dar encaminhamento aos assuntos tratados no âmbito do Gabinete da Secretaria-Executiva; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 90. Aos Subsecretários incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas à sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes à sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 91. Ao Subsecretário de Assuntos Administrativos Adjunto incumbe, especificamente, auxiliar o Subsecretário de Assuntos Administrativos no planejamento, na orientação e na direção das atividades do órgão.

Art. 92. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 93. Aos Diretores de Programa e aos Gerentes de Projetos incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades que lhes foram atribuídas pelo seu superior imediato.

Art. 94. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;

II - assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

III - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e

V - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.

Art. 95. Ao Corregedor incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades da Corregedoria.

Art. 96. Ao Ouvidor Social e Previdenciário incumbe:

I - assistir ao Secretário-Executivo na execução de suas atribuições, especificamente no que concerne aos assuntos relativos à área de atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária;

II - representar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário junto a entidades e organizações nacionais e internacionais, nos assuntos relativos à área de atuação de Ouvidorias;

III - promover os entendimentos com os dirigentes dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas nos assuntos relativos à área de atuação da Ouvidoria Social e Previdenciária;

IV - atender às partes interessadas, cidadãos, órgãos internos e entidades externas, em assuntos a cargo da Ouvidoria; e

V - encaminhar os assuntos tratados no âmbito da Ouvidoria.

Parágrafo único. A intervenção do Ouvidor Social e Previdenciário não suspenderá ou interromperá quaisquer ações administrativas em curso, salvo aquelas, que a juízo do Ministro de Estado, após justificativa circunstanciada da área responsável e da Ouvidoria, representarem dano ou risco ao interesse público.

Art. 97. Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 98. Aos Assessores, Assessores Técnicos e Assistentes incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério;

VI - examinar, prévia e conclusivamente:

a) os textos de edital de licitação, bem como os dos respectivos contratos a serem publicados e celebrados;

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade, ou se decida a dispensa de licitação; e

c) os textos de edital de seleção pública, convênios e instrumentos congêneres a serem firmados;

VII - elaborar estudos e preparar informações de natureza jurídica por solicitação do Ministro de Estado;

VIII - orientar quanto à forma pela qual devam ser prestadas informações e cumpridas decisões judiciais que as unidades da Procuradoria-Geral da União entendam prontamente exequíveis;

IX - prestar subsídios com elementos de fato e de direito necessários à atuação judicial dos membros da Advocacia-Geral da União nas questões relacionadas às competências do Ministério;

X - atuar em conjunto com os representantes judiciais da União, especialmente quanto ao preparo de teses jurídicas em ações judiciais;

XI - examinar processos administrativos e disciplinares, recursos, pedidos de reconsideração, de revisão e outros atos jurídicos;

XII - fornecer subsídios para a atuação da Consultoria-Geral da União em assuntos de sua competência;

XIII - promover o intercâmbio de dados e informações com outras unidades da Advocacia-Geral da União e com unidades jurídicas de entidades e instituições da Administração Pública e dos demais Poderes; e

XIV - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da Advocacia-Geral da União. Parágrafo único. A Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário é subordinada administrativamente ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, sem prejuízo das atribuições institucionais e subordinação técnica, coordenação, orientação, supervisão e fiscalização da Advocacia-Geral da União. Art. 2º As controvérsias de interpretação entre a Consultoria Jurídica junto ao Ministério e outras Consultorias Jurídicas, órgãos equivalentes ou demais unidades da Advocacia-Geral da União, deverão ser encaminhadas à unidade competente da Consultoria-Geral da União. Parágrafo único. Outras questões jurídicas controvertidas e relevantes, ainda que circunscritas à Consultoria Jurídica junto ao Ministério, poderão ser encaminhadas à unidade competente da Consultoria-Geral da União.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A Consultoria Jurídica tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete;

1.1. Coordenação de Apoio Administrativo;

2. Coordenação-Geral de Atos Normativos e Judiciais;

3. Coordenação-Geral Jurídica de Convênios;

4. Coordenação-Geral de Contratos, Licitações e Pessoal;

5. Coordenação-Geral de Relacionamento com o INSS;

6. Coordenação-Geral de Processo Administrativo Disciplinar;

Art. 4º A Consultoria Jurídica é dirigida por Consultor Jurídico, o Gabinete por Chefe, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral e a Coordenação por Coordenador, cujos cargos em comissão serão providos na forma da legislação pertinente.

Art. 5º O Consultor Jurídico será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor designado pelo Ministro de Estado. Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 4º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES Art. 6º Ao Gabinete do Consultor Jurídico compete:

I - auxiliar direta e imediatamente o Consultor Jurídico, inclusive na coordenação administrativa;

II - coordenar as atividades de recebimento, codificação, análise, seleção, movimentação, expedição e arquivo de documentos;

III - propor a otimização das rotinas, da organização das agendas de compromissos e atualização dos contatos profissionais;

IV - elaborar o plano de ação da Consultoria;

V - elaborar relatórios sobre as atividades da Consultoria;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - acompanhar a política de capacitação dos servidores em exercício na Consultoria Jurídica, bem como articular com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA ou com a Advocacia Geral da União os treinamento necessários;

VII - acompanhar e analisar pedidos de representação judicial e extrajudicial junto à Advocacia-Geral da União; e

VIII consolidar e difundir informativos que possam contribuir para a atualização técnica dos servidores.

Art. 7º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - organizar o recebimento, registro e acompanhamento do trâmite dos processos e documentos recebidos e remetidos pela Consultoria Jurídica;

II - elaborar minutas, expedir e arquivar documentos;

III - organizar e preservar o arquivo e o acervo bibliográfico da Consultoria Jurídica;

IV - controlar a publicação de atos oficiais de interesse da Consultoria Jurídica;

V - realizar as atividades de controle patrimonial e funcional;

VI - manter o controle estatístico dos processos e das manifestações jurídicas, a fim de municiar o envio mensal de produção da unidade à ConsultoriaGeral da União;

VII - manter cadastro, em condições de pronta consulta, do quadro de advogados públicos em exercício na Consultoria Jurídica, preparando os atos de encaminhamento referentes às frequências, licenças, comunicações de férias, alteração de exercício e outros pertinentes;

VIII - instituir, sob orientação do Consultor Jurídico, critérios, procedimentos e modelos para:

a) conservação, controle e atualização do acervo da biblioteca da Consultoria; e

b) cadastro, sistematização, organização e atualização da coletânea de doutrina, jurisprudência, legislação e atos normativos de autoria ou interesse específico à atuação dos advogados; e

IX - exercer a gestão dos sistemas informatizados no âmbito da Consultoria Jurídica.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Atos Normativos e Judiciais compete:

I - assistir ao Consultor Jurídico no exame e interpretação de decisões judiciais;

II - requisitar às unidades do Ministério elementos, informações e outros subsídios atinentes às ações judiciais de interesse da União;

III - promover articulação com outras unidades da Advocacia-Geral da União com vistas à otimização dos esforços destinados à elaboração da defesa da União;

IV - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério e os determinados pela Advocacia-Geral da União;

V - orientar as autoridades quanto ao exato cumprimento das ordens e decisões judiciais, observados os atos normativos que regem a matéria;

VI - zelar pelo atendimento das ordens, decisões judiciais e outras demandas;

VII - manter atualizadas as informações atinentes aos processos judiciais relevantes de interesse do Ministério;

VIII - acompanhar e orientar a aplicação dos pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IX - analisar processos e documentos, bem como emitir manifestações referentes a assuntos de natureza judicial;

X - proceder a estudos e propor medidas com vistas à prevenção de litígios;

XI - controlar os prazos para remessa de informações ou o cumprimento de decisões do Poder Judiciário e de solicitações emanadas do Poder Público ou de outros órgãos competentes;

XII - examinar as minutas de projetos de lei, decretos e demais atos normativos de interesse do Ministério;

XIII - elaborar estudos e manifestações sobre sanção ou veto de projetos de lei que contenham assuntos de interesse do Ministério;

XIV - elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação afeta à área finalística do Ministério;

XV - executar atividades relacionadas à análise de processos e documentos referentes a pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes à sua área de atuação; e

XVI - sugerir medidas para corrigir distorções ou introduzir modificações necessárias ao aprimoramento dos instrumentos legais pertinentes à atuação do Ministério.

Art. 9º À CoordenaçãoGeral Jurídica de Convênios compete:

I - executar as atividades inerentes à análise jurídica de processos e documentos referentes a convênios ou instrumentos congêneres, inclusive celebrados com organismos internacionais, que envolvam:

a) instrumentos públicos de seleção de entidades para a celebração;

b) minutas de instrumentos e aditivos a serem celebrados;

c) fundamento e forma jurídica de atos administrativos;

d) controle da legalidade de atos administrativos; e

e) pedidos de reconsideração, recursos ou representações;

II - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

III - acompanhar e orientar a aplicação dos pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IV - elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação concernente à sua área de atuação;

V - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos a convênios e instrumentos congêneres;

VI - examinar as minutas de projetos de lei, decretos e demais atos normativos de interesse do Ministério, concernentes à sua área de atuação;

VII - proceder a estudos e propor medidas com vistas à prevenção de litígios concernente à sua área de atuação; e

VIII - controlar os prazos para remessa de informações ou o cumprimento de decisões e de solicitações emanadas do Poder Público ou de outros órgãos competentes na sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Contratos, Licitações e Pessoal compete:

I - executar as atividades relacionadas à análise jurídica de processos e documentos referentes a:

a) instrumentos convocatórios de licitação relativos à aquisição de bens ou contratação de obras e serviços;

b) situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação relativas à aquisição de bens e contratação de obras e serviços;

c) legalidade dos contratos e demais ajustes a serem celebrados no âmbito do Ministério;

d) assuntos administrativos relacionados a pessoal;

e) fundamento e forma jurídica de atos relacionados à gestão administrativa;

f) controle da legalidade de atos relacionados à gestão administrativa;

g) pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes a sua área de atuação; e

h) patrimônio, orçamento e demais assuntos relacionados à gestão administrativa;

II - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

III - acompanhar e orientar a aplicação dos pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IV - elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação concernente à sua área de atuação;

V - requisitar às unidades do Ministério elementos, informações e outros subsídios atinentes às ações judiciais relacionados a licitações e contratos;

VI - analisar processos e documentos, bem como emitir manifestações referentes a assuntos de natureza judicial, que tratem de licitações e contratos, orientando as autoridades quanto ao exato cumprimento das ordens e decisões judiciais;

VII - examinar as minutas de projetos de lei, decretos e demais atos normativos de interesse do Ministério, concernentes à sua área de atuação;

VIII - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos à sua área de atuação;

IX - proceder a estudos e propor medidas com vistas à prevenção de litígios concernente à sua área de atuação; e

X - controlar os prazos para remessa de informações ou o cumprimento de decisões e de solicitações emanadas do Poder Público ou de outros órgãos competentes na sua área de atuação.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Relacionamento com o INSS compete:

I - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, em questões jurídicas relativas à supervisão ministerial do INSS;

II - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do Ministério em questões jurídicas de legislação de pessoal, licitações, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres, relativos às entidades vinculadas, exceto às relativas a procedimentos administrativos disciplinares;

III - coordenar, orientar e revisar a emissão de pareceres em questões jurídicas relativas à supervisão ministerial do INSS, a serem submetidos à aprovação do Consultor Jurídico;

IV - examinar Projetos de Lei, de Medida Provisória, de Decreto e outros atos normativos que envolvam a supervisão ministerial do INSS, inclusive no que se refere a convenções, tratados e demais atos normativos internacionais;

V - coordenar e orientar a preparação de informações a serem prestadas em Juízo ou à Advocacia-Geral da União para defesa da União, em sua área de competência;

VI - elaborar estudos sobre questões jurídicas relativas à supervisão ministerial do INSS, por solicitação do Consultor Jurídico; e

VII - examinar ordens e sentenças judiciais em sua área de competência, orientando quanto ao seu exato cumprimento.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Processo Administrativo Disciplinar compete:

I - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do Ministério e da entidade a ele vinculada em questões jurídicas de natureza disciplinar;

II - coordenar, orientar e revisar a emissão de pareceres e de informações em matéria disciplinar a serem submetidos à aprovação do Consultor Jurídico;

III - pronunciar-se sobre a legalidade de procedimentos administrativos disciplinares e de sindicância, pedidos de reconsideração e revisão, recursos hierárquicos e outros atos administrativos disciplinares a serem decididos pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário ou outras autoridades competentes do Ministério;

IV - coordenar e orientar a preparação de informações a serem prestadas à Advocacia-Geral da União e ao Poder Judiciário para defesa da União, em sua área de competência;

V - coordenar o exame de ordens e sentenças judiciais relativas à matéria disciplinar e orientar quanto ao seu exato cumprimento;

VI - elaborar e examinar portarias e outros atos que tratem de matéria disciplinar, a serem assinados pelo Ministro ou outras autoridades competentes do Ministério; e

VII - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Consultor Jurídico.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS INTEGRANTES DA CONSULTORIA JURÍDICA

Art. 13. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico, direto e imediato, ao Ministro de Estado;

II - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas firmadas pela Advocacia-Geral da União;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, desde que aprovado o entendimento pelo Ministro de Estado e quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados pelas autoridades da Advocacia-Geral da União;

V - apreciar manifestações jurídicas elaboradas no âmbito da Consultoria Jurídica;

VI - planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Consultoria Jurídica;

VII - distribuir internamente os membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica necessários ao seu regular funcionamento;

VIII - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas internamente;

IX - identificar teses jurídicas sobre determinada matéria, elaboradas no âmbito da Consultoria Jurídica, que estejam em divergência com as produzidas por outro órgão jurídico;

X - encaminhar à unidade competente da Consultoria-Geral da União a controvérsia jurídica estabelecida entre a Consultoria Jurídica e as demais unidades da Advocacia-Geral da União;

XI - informar ao Consultor-Geral da União a existência de processos relevantes;

XII - prestar informações para a defesa da União em juízo e orientar as autoridades do Ministério a respeito do exato cumprimento de decisões judiciais, quando for o caso;

XIII - propor aos órgãos assessorados as alterações legislativas necessárias ao aprimoramento das políticas públicas em curso;

XIV - formalizar recomendações jurídicas a serem dirigidas aos órgãos do Ministério;

XV - dirigir-se aos titulares dos órgãos do Ministério, alertando quanto ao prazo para o cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de processos submetidos à sua apreciação;

XVI - designar Conciliador para atuar em processos encaminhados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal; e

XVII - desenvolver outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo Consultor-Geral da União.

Art. 14. Ao Chefe de Gabinete do Consultor Jurídico incumbe:

I - auxiliar direta e imediatamente o Consultor Jurídico, inclusive na coordenação administrativa;

II - ssessorar o Consultor Jurídico na identificação de teses jurídicas sobre determinada matéria, elaboradas no âmbito da Consultoria Jurídica, que estejam em divergência com as produzidas por outro órgão jurídico;

III - propor ao Consultor Jurídico o encaminhamento à unidade competente da Consultoria-Geral da União da controvérsia jurídica estabelecida entre a Consultoria Jurídica e as demais unidades da Advocacia-Geral da União;

IV - propor a otimização das rotinas administrativas do Gabinete e dos demais setores da Consultoria Jurídica;

V - acompanhar a política de capacitação do quadro de pessoal em exercício na Consultoria Jurídica;

VI - coordenar a elaboração de relatórios sobre as atividades da Consultoria Jurídica;

VII - consolidar e difundir informativos que possam contribuir para a atualização dos servidores; e

VIII - desempenhar outras atividades que lhe tiverem sido atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 15. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes às respectivas áreas de atuação;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades;

III - requisitar às unidades do Ministério elementos, informações e outros subsídios atinentes às ações judiciais de interesse da União;

IV - zelar pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da respectiva área de atuação; e

V - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 16. Ao Coordenador incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas à sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes à sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 17. Aos Assessores Técnicos e Assistentes incumbem assistir ao superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. As consultas serão encaminhadas ao Consultor Jurídico pelo Ministro de Estado, Secretário-Executivo, SecretárioExecutivo Adjunto, Secretários Nacionais, Subsecretários, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social e Chefe do Gabinete do Ministro ou seus substitutos eventuais.

§ 1º As consultas serão autuadas em processo administrativo, devidamente instruído, com os documentos previstos na legislação pertinente, contendo:

I - a identificação do setor de origem responsável pela propositura;

II - exposição clara do assunto e de seu objeto;

III - a justificativa de sua necessidade e, quando couber, o ato normativo que o ampare;

IV - a aprovação expressa da autoridade responsável, quando o pronunciamento for originário de setor subordinado;

V - pronunciamento das áreas técnicas; e

VI - indicação precisa da questão objeto do esclarecimento jurídico.

§ 2º Os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento do órgão técnico, deverão estar instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, obrigatoriamente, dentre outros aspectos pertinentes, a indicação funcional-programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas.

§ 3º Poderá a Consultoria Jurídica restituir à origem os processos para complementação da instrução na forma deste artigo.

Art. 19. O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro de Estado, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério.

Art. 20. O Consultor Jurídico poderá expedir instruções complementares a este Regimento, estabelecendo normas operacionais internas à Consultoria Jurídica para a execução de serviços a ela afetos.

Art. 21. Na distribuição dos processos e das consultas serão observados o volume de serviço e sua complexidade, bem como as competências das Coordenações, dos membros e demais integrantes do quadro suplementar da Advocacia-Geral da União.

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Agrário, tem por competência:

I - assistir ao Ministro de Estado na formulação e implementação da política nacional de renda de cidadania;

II - planejar, normalizar e coordenar a implementação das ações estratégicas da política nacional de renda de cidadania;

III - planejar, implementar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar, em nível nacional o Programa Bolsa Família, de forma articulada com os entes federados, na forma da legislação vigente;

IV - articular o Programa Bolsa Família com as políticas e os programas dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais;

V - orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à política nacional de renda de cidadania;

VI - disponibilizar informações que subsidiem o desenvolvimento de estudos e análises estratégicas sobre renda de cidadania, nos termos da legislação aplicável;

VII - articular o Programa Bolsa Família com os demais programas sociais do Ministério e do Governo, com o objetivo de integrar interesses convergentes na área de renda de cidadania;

VIII - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho, para desenvolver estudos e análises estratégicas sobre renda de cidadania; e

IX - manter articulação com os demais programas sociais do Governo, com o objetivo de integrar ações na área de renda de cidadania.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania tem a seguinte estrutura:

1.Gabinete

1.1.Coordenação de Apoio Administrativo

2.Departamento de Operação

2.1.Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada

2.1.1.Coordenação de Atendimento

2.1.1.1.Divisão de Acompanhamento e Apoio Financeiro à Gestão Descentralizada

2.2.Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização

2.2.1.Coordenação de Fiscalização

2.2.1.1.Divisão de Apoio à Fiscalização

2.2.2.Coordenação de Acompanhamento

2.2.3.Coordenação de Produção e Qualificação de Informações

2.2.3.1.Divisão Apoio Administrativo

2.3.Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

2.3.1.Coordenação de Orçamento e Finanças

2.3.1.1.Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

2.4.Coordenação-Geral de Gestão e Acompanhamento de Contratos com o Agente Operador

2.4.1.Divisão de Gestão e Acompanhamento do Contrato com o Agente Operador

3.Departamento de Benefícios

3.1.Coordenação Executiva

3.1.1.Serviço de Apoio Administrativo

3.2.Coordenação-Geral de Administração de Benefícios

3.2.1.Coordenação de Análise e Estudos

3.2.1.1.Divisão de Acompanhamento Operacional

3.3.Coordenação-Geral de Gestão e Análise de Informações

3.3.1.Coordenação de Articulação Institucional

3.4.Coordenação-Geral de Gerenciamento e Produção de Dados

3.4.1.Coordenação de Gestão de Dados

3.4.2.Coordenação de Operacionalização de Benefícios

3.5.Coordenação-Geral de Cooperação e Suporte Operacional

3.5.1.Coordenação de Comunicação e Relacionamento

3.5.1.1.Divisão de Comunicação

3.5.1.1.1.Serviço de Atendimento

4.Departamento do Cadastro Único

4.1.Coordenação-Geral de Operacionalização do Cadastro Único

4.1.1.Coordenação de Operação do Cadastro Único

4.1.2.Coordenação Técnica do Cadastro Único

4.2.Coordenação-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro

4.2.1.Coordenação de Qualificação do Cadastro Único

4.2.2.Coordenação de Acompanhamento do Cadastro Único

4.2.2.1.Divisão de Atendimento

4.3.Coordenação-Geral de Gestão de Processos de Cadastramento

4.3.1.Coordenação de Processos de Cadastramento

4.3.1.1.Divisão de Apoio à Capacitação

4.3.1.2.Divisão de Atendimento

4.4.Coordenação-Geral de Apoio à Integração de Ações

4.4.1.Coordenação de Apoio à Integração de Ações

5.Departamento de Condicionalidades

5.1.Coordenação-Geral de Operacionalização das Condicionalidades

5.2.Coordenação-Geral de Acompanhamento das Condicionalidades

5.2.1.Coordenação de Acompanhamento das Condicionalidades

5.2.1.1.Divisão de Apoio ao Monitoramento das Condicionalidades

5.3.Coordenação-Geral de Articulação Intersetorial

5.3.1.Coordenação de Articulação Intersetorial

5.4.Coordenação-Geral de Integração e Análise de Informações

5.4.1.Coordenação de Integração e Análise de Informações

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e os Serviços por Chefe, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º O Secretário Nacional de Renda de Cidadania será, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo Secretário-Adjunto da Secretaria.

§ 1º O Chefe do Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Secretário Nacional de Renda de Cidadania à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades da Secretaria;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário;

IV - assistir ao Secretário em suas funções de representação política, social e administrativa; e

V - prestar apoio técnico e coordenar o apoio administrativo, assim como examinar e revisar os atos administrativos encaminhados ao Secretário.

VI - coordenar as ações de capacitação internas e externas, em articulação com os Departamentos, em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, quando couber; e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

VII - desenvolver e implementar estratégias que promovam a participação social no âmbito do Programa Bolsa Família. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

Art. 6º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar, promover e executar as atividades de comunicação administrativa, administração de pessoal, protocolo, patrimônio e materiais da Secretaria; e

II - fornecer apoio logístico necessário ao funcionamento da Secretaria.

Art. 7º Ao Departamento de Operação compete:

I - efetuar a execução orçamentária, contábil e financeira do Programa Bolsa Família, transferindo recursos financeiros para o pagamento dos benefícios às famílias, para a remuneração do agente operador e para o apoio à gestão descentralizada do Programa;

II - fiscalizar e acompanhar ações realizadas na gestão do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único e dos Programas Remanescentes, nos níveis municipal, estadual e do Distrito Federal, nos termos da legislação vigente;

III - acompanhar e apoiar a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, por meio da articulação com Estados, Municípios e Distrito Federal, na forma da legislação vigente;

IV - implementar os mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família;

V - acompanhar e zelar pela observância da qualidade dos serviços prestados pelo agente operador do Programa Bolsa Família, bem como realizar a fiscalização da execução do contrato;

VI - propor normas para os mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, bem como das atividades de acompanhamento da execução local; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

VII - supervisionar as propostas de aplicação de penalidades quando da detecção de irregularidades.

VIII - supervisionar as ações e procedimentos de apuração de recebimento indevido com dolo dos benefícios do Programa Bolsa Família, conforme determinado pela legislação vigente; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

IX - promover a notificação de beneficiários do Programa Bolsa Família para apresentação de defesa quanto a indícios de recebimento indevido de benefício; e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

X - submeter à decisão do Secretário Nacional de Renda de Cidadania as propostas de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, quanto ao recebimento indevido de benefícios do Programa Bolsa Família. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

Art. 8º À Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada compete:

I - planejar e implementar os procedimentos para a adesão dos entes federados ao Programa Bolsa Família;

II - assessorar na proposição e promoção de ações de acompanhamento e apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único e dos Programas Remanescentes;

III - assessorar na proposição da normatização dos mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família; e

IV - coordenar o atendimento aos entes federados em relação ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único.

Art. 9º À Coordenação de Atendimento compete apoiar na coordenação e no desenvolvimento das ações necessárias ao atendimento aos entes federados em relação ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único.

Art. 10. À Divisão de Acompanhamento e Apoio Financeiro à Gestão Descentralizada compete:

I - realizar os procedimentos operacionais necessários à adesão dos entes federados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único;

II - auxiliar na coordenação e manutenção das informações atualizadas acerca dos gestores municipais e estaduais e das Coordenações Intersetoriais do Programa Bolsa Família;

III - identificar, em parceria com as Coordenações Estaduais do Programa Bolsa Família, mecanismos de apoio e acompanhamento à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único em seus respectivos territórios;

IV - auxiliar na proposição e desenvolver instrumentos para orientação aos Municípios na gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único;

V - realizar os procedimentos operacionais necessários ao pagamento do apoio financeiro à gestão descentralizada aos entes federados; e

VI - apoiar na proposição de alterações na normatização dos mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizada.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização compete:

I - assessorar na proposição das normas aplicáveis às atividades de acompanhamento da execução local, por Estados, Distrito Federal e Municípios do Programa Bolsa Família e Remanescentes;

II - planejar, executar e consolidar os resultados dos trabalhos de fiscalização e acompanhamento, bem como supervisionar o atendimento das recomendações formuladas para sanear as falhas e disfunções constatadas;

III - apurar as denúncias relacionadas ao recebimento indevido de benefícios do Programa Bolsa Família encaminhadas à Secretaria;

IV - coordenar o procedimento de apuração de recebimento indevido com dolo dos benefícios do Programa Bolsa Família, conforme determinado pela legislação vigente; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

V - propor penalidades compensatórias estabelecidas em lei, nos casos em que as irregularidades detectadas representem prejuízo material e significativo ao erário federal;

VI - requerer informações sobre o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas instâncias de controle social, formalmente constituída, de forma a subsidiar a sua atuação no que se refere à fiscalização e acompanhamento do Programa Bolsa Família;

VII - acionar a Instância de Controle Social para, no âmbito de sua competência, identificar eventuais irregularidades relacionadas ao Programa Bolsa Família;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - auxiliar na elaboração de resposta às solicitações e questionamentos formais que forem endereçados à Secretaria e que se refiram a infrações relacionadas ao Programa Bolsa Família;

IX - solicitar as informações necessárias à condução dos trabalhos de fiscalização e acompanhamento às entidades públicas, bem como àquelas instituídas pelo Poder Público, que tenham sob sua guarda e responsabilidade valores e atividades relacionadas ao Programa Bolsa Família, aos Programas Remanescentes e ao Cadastro Único;

X - propor diligências aos gestores municipais e estaduais do Programa Bolsa Família e aos governos municipais, estaduais e distrital, com adesão ao Programa Bolsa Família, no âmbito dos procedimentos administrativos de fiscalização e acompanhamento instaurados;

XI - manifestar-se, conclusivamente, sobre questões de acompanhamento e fiscalização, relacionadas ao Programa Bolsa Família, que lhe sejam submetidas;

XII - assessorar na comunicação dos resultados dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento, relacionados ao Programa Bolsa Família, aos requerentes do Poder Público; e

XIII - propor a realização de procedimentos de fiscalização e acompanhamento in loco.

Art. 12. À Coordenação de Fiscalização compete:

I - realizar os procedimentos de competência da Senarc necessários que auxiliem na apuração de denúncias relacionadas à participação de gestor ou técnico da gestão municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no recebimento indevido de benefícios do Programa, incluindo a proposição de ações de sindicância por parte do Poder Executivo local, a notificação para apresentação de defesa pelo administrado e a aplicação das penalidades estabelecidas da legislação aplicável;

II - realizar as ações necessárias que auxiliem na apuração do recebimento indevido com dolo dos benefícios do Programa Bolsa Família, incluindo a proposição de diligências à gestão local, de notificação de beneficiários para apresentação de defesa e ressarcimento ao erário.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

III - apoiar a Coordenação-Geral na elaboração de respostas aos questionamentos formais endereçados à Secretaria e que se refiram a assuntos de fiscalização do Programa Bolsa Família, conforme estabelecido na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004;

IV - propor a conclusão dos procedimentos de apuração de recebimento indevido com dolo dos benefícios do Programa Bolsa Família previstos nos art. 14 e 14-A da Lei nº 10.836, de 2004, quanto à aplicação de penalidades, à repercussão em benefícios recebidos pela família e ao arquivamento de processos; e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

V - subsidiar a Coordenação-Geral na comunicação dos resultados dos procedimentos de fiscalização aos requerentes do Poder Público.

Art. 13. À Divisão de Apoio à Fiscalização compete:

I - executar atividades de suporte aos trabalhos de fiscalização, bem como auxiliar no atendimento das recomendações formuladas pelo Coordenador de Fiscalização; e

II - apoiar a Coordenação na execução das ações necessárias à apuração de denúncias, à cobrança de ressarcimento de benefícios recebidos indevidamente e à aplicação de penalidades previstas na legislação aplicável.

Art. 14. À Coordenação de Acompanhamento compete:

I - apoiar o planejamento, a execução e a consolidação dos resultados dos trabalhos de acompanhamento;

II - realizar diligências junto aos municípios submetidos à fiscalização por órgãos de controle, assim como a análise preliminar de seus resultados, necessária à apuração de denúncias de recebimento indevido com dolo dos benefícios do Programa Bolsa Família.

III - consolidar informações para o atendimento às solicitações de informações referentes às recomendações e consultas recebidas de órgãos de controle sobre os procedimentos em tratamento na Coordenação; e

IV - manifestar-se sobre questões de acompanhamento que lhe sejam submetidas.

Art. 15. À Coordenação de Produção e Qualificação de Informações compete:

I - realizar pesquisas em sistemas e bases de dados e o tratamento de dados necessários à qualificação de informações para a instrução dos processos da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização;

II; - elaborar relatórios com informações quantitativas e qualitativas sobre os procedimentos necessários ao funcionamento da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização; e

III - coordenar, promover e executar as atividades de controle de documentos e expedientes administrativos no âmbito da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização.

Art 16. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - proceder ao registro, à autuação e à distribuição de documentos e demais expedientes no âmbito da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização; e

II - organizar e manter atualizado os arquivos e os sistemas de informação da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - promover, no âmbito da Senarc, os atos de suporte à atuação das unidades seccionais dos sistemas federais de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Administração Pública Federal;

II - exercer a função de unidade gestora executora dos recursos que lhe forem descentralizados para a execução do Programa Bolsa Família e demais ações implementadas pela Secretaria;

III - elaborar o planejamento da execução orçamentária e financeira das unidades gestoras sob sua administração, em articulação permanente com as áreas de gestão orçamentária e financeira da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério; e

IV - produzir, na forma que lhe for determinada, dados e informações necessárias à formulação, implementação e avaliação de atividades de planejamento, orçamento e finanças concernentes a ações executadas direta ou indiretamente pela Secretaria.

Art. 18. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I - realizar a compatibilização das normas orçamentárias e financeiras às diretrizes do Programa Bolsa Família;

II - executar orçamentária e financeiramente os créditos que lhe forem descentralizados ou disponibilizados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério;

III - produzir relatórios de acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos que lhe forem descentralizados ou disponibilizados;

IV - produzir, quando lhe seja requerido, as informações necessárias ao reajustamento e renegociação de contratos firmados no âmbito do Programa Bolsa Família; e

V - produzir informações quanto ao desempenho físico e financeiro dos Programas de Transferência de Renda; e

VI - proceder à emissão de empenho e à liquidação das despesas de recursos alocados na unidade gestora sob sua responsabilidade.

Art. 19. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - manter atualizadas informações técnicas e legais sobre as atividades inerentes aos sistemas federais integrados de gestão da Administração Pública Federal, referentes à execução orçamentária e financeira da unidade gestora sob sua responsabilidade.

II - revisar os dados bancários dos processos de pagamento, bem como das devoluções bancárias em geral;

III - proceder à análise posterior dos documentos emitidos na execução orçamentária e financeira da unidade gestora da Secretaria, de forma a proceder aos respectivos registros de conformidade de gestão; e

IV - manter o rol de responsáveis da Secretaria devidamente atualizado nas formas estabelecidas nos ditames legais.

Art. 20. À Coordenação-Geral de Gestão e Acompanhamento de Contratos com o Agente Operador compete: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

I - planejar, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades relacionadas à gestão e acompanhamento do contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

II - assessorar a fiscalização do contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

III - fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos prazos contratuais para a entrega de produtos e serviços pelo Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

IV - propor e acompanhar a execução das penalidades no âmbito do contrato com o Agente Operador;

V - subsidiar a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Contrato Caixa - CFACC e demais comissões que venham a ser criadas no âmbito do contrato com o Agente Operador na instauração e instrução de processos administrativos; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

VI - acompanhar os prazos de vigência contratual;

VII - coordenar as atividades executivas necessárias ao funcionamento da CFACC e demais comissões que venham a ser criadas no âmbito do contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

VIII - promover estudos e avaliações sobre a melhoria dos processos, produtos e serviços decorrentes do contrato com o Agente Operador em colaboração com as demais áreas do Ministério que realizam o recebimento dos serviços prestados na operacionalização das Ações de Transferência de Renda e do Cadastro Único; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

IX - assessorar a proposição, promoção e execução de atividades relacionadas ao acompanhamento e à fiscalização do contrato de prestação de serviços das Ações de Transferência de Renda e do Cadastro Único realizado entre o MDSA e o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

X - realizar estudos para subsidiar a concessão de eventuais reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de prestação de serviços com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

XI - promover a elaboração de propostas de renovação do contrato para operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, de seus termos aditivos, distratos, apostilamentos e instrumentos congêneres; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

XII- coordenar outras ações decorrentes da relação contratual entre o MDSA e o Agente Operador, que lhe sejam solicitadas pelo Departamento de Operação;

XIII - promover cálculos dos valores de faturamento e suas atualizações monetárias;

XIV - instaurar processo quanto à restituição ao MDSA de benefícios do Programa Bolsa Família pagos indevidamente, por erros de responsabilidade do Agente Operador, identificados em processos específicos de ateste; e

XV - promover estudos orçamentários e financeiros quanto à execução contratual entre o MDSA e o Agente Operador. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

Art. 21. À Divisão de Gestão e Acompanhamento do Contrato com o Agente Operador compete: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

I - auxiliar a Coordenação-Geral nas atividades relacionadas à gestão e acompanhamento do contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

II - auxiliar a Coordenação-Geral na fiscalização do contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

III - receber e analisar a manifestação das áreas técnicas responsáveis pelos atestes dos Itens Tarifários, Indicadores de Nível de Serviços e Relatórios dos Instrumentos de Gestão, Relatórios de Gestão e outros itens contratuais com vistas à elaboração minuta de parecer a ser submetido às Comissões de que trata o inc. IV do art. 20; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

IV - acompanhar e monitorar o cumprimento dos prazos e procedimentos administrativos previstos no contrato com o Agente Operador; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

V - produzir relatórios de acompanhamento quantitativo e financeiro dos produtos e serviços do contrato com o Agente Operador das Ações de Transferência Direta de Renda e do Cadastro Único com base nas informações recebidas do contratado e das demais áreas do MDSA;

VI - elaborar documentos técnicos para subsidiar o posicionamento da Coordenação-Geral; e

VII - realizar outras atividades relacionadas à execução do contrato entre o MDS e o Agente Operador, que lhe sejam solicitadas pelo Coordenação-Geral de Gestão e Acompanhamento do Contrato com o Agente Operador;

VIII - proceder ao cálculo das multas contratuais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8180.htm

Art. 22. Ao Departamento de Benefícios compete:

I - gerenciar a concessão de benefícios do Programa Bolsa Família, observando a disponibilidade orçamentário-financeira e as normas aplicáveis;

II - administrar os benefícios concedidos às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, coordenando as atividades necessárias à geração periódica da folha de pagamento de benefícios;

III - acompanhar a operação da logística de pagamento de benefícios realizada pelo agente operador do Programa Bolsa Família no tocante:

a) à disponibilização e adequação dos canais e meios de pagamento; e

b) à entrega, ativação e demais ações de gestão de cartões de pagamento do Programa Bolsa Família;

IV - promover e acompanhar ações relacionadas à utilização de serviços bancários e financeiros dos beneficiários do Programa Bolsa Família e à participação em ações de educação financeira;

V - planejar a estratégia de revisão de elegibilidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

VI - coordenar os processos de integração do Programa Bolsa Família a outros programas de transferência de renda com condicionalidades de âmbito estadual, municipal ou do Distrito Federal;

VII - aperfeiçoar os instrumentos de gestão e de sistemas de informação utilizados na gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

VIII - monitorar e avaliar os processos e atividades da gestão de benefícios do Programa Bolsa Família; e

IX - fomentar estudos e pesquisas relacionadas à gestão de benefícios do Programa Bolsa Família com vistas à melhoria de sua qualidade, efetividade e eficiência.

Art. 23. À Coordenação Executiva compete:

I - supervisionar as atividades de apoio administrativo;

II - gerenciar projetos estratégicos para o aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família;

III - elaborar os relatórios de gestão das atividades do Departamento de Benefícios, consolidar documentos e relatórios afetos à gestão do Programa Bolsa Família; e

IV - gerenciar a agenda do Departamento de Benefícios.

Art. 24. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - organizar a agenda do Diretor;

II - administrar o fluxo de entrada e saída dos documentos do Departamento de Benefícios;

III - operar os sistemas de tramitação de documentos e de concessão de passagens e diárias; e

IV - organizar o acervo de expedientes do Departamento de Benefícios.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Administração de Benefícios compete:

I - analisar os resultados dos processos de ingresso, manutenção e monitoramento do Programa Bolsa Família;

II - analisar os resultados das ações de repercussão na administração de benefícios, e demais processos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

III - gerenciar, em conjunto com demais Departamentos da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, o processo de revisão cadastral das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

IV - elaborar estudos e estatísticas sobre a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

V - consolidar e dar publicidade às informações e dados estatísticos da gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

VI - coordenar os fluxos de exceção dos processos da gestão de benefícios nas situações de emergência e de calamidade pública;

VII - monitorar e supervisionar as atividades referentes à logística de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - monitorar o processo de inclusão bancária dos beneficiários do Programa Bolsa Família;

IX - monitorar a efetividade de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família; e

X - monitorar a disponibilidade e regularidade dos canais e meios de pagamento do Programa Bolsa Família.

Art. 26. À Coordenação de Análise e Estudos compete:

I - elaborar relatórios técnicos referentes aos resultados dos processos de ingresso, manutenção, monitoramento e repercussões dos processos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

II - elaborar relatórios técnicos referentes aos resultados dos processos:

a) de inclusão bancária dos beneficiários;

b) de efetividade de pagamento dos benefícios; e

c) de disponibilidade e regularidade dos canais e meios de pagamento do Programa Bolsa Família;

III - formular, propor e aperfeiçoar indicadores de gestão de benefícios; e

IV - assessorar na interlocução com demais órgãos do poder público e instituições de pesquisa para a elaboração de estudos orientados para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 27. À Divisão de Acompanhamento Operacional compete:

I - planejar, no âmbito do Departamento de Benefícios, o processo de revisão cadastral do Programa Bolsa Família, e propor sua execução;

II - assessorar na interlocução com o agente operador do Programa Bolsa Família referente aos processos de inclusão bancária, efetividade de pagamento, à disponibilidade e regularidade dos canais e meios de pagamento do Programa Bolsa Família; e

III - interagir com as coordenações estaduais, do Distrito Federal e gestões municipais nos assuntos concernentes aos fluxos de exceção dos processos da gestão de benefícios nas situações de emergência e de calamidade pública.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Gestão e Análise de Informações compete:

I - gerenciar demandas por informações originadas de coordenações estaduais, do Distrito Federal, gestões municipais e dos demais órgãos e entidades do poder público, decorrentes dos processos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família;

II - gerenciar demandas originadas dos mecanismos assegurados pela Lei de Acesso à Informação - LAI e do gabinete da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;

III - elaborar e consolidar atos normativos concernentes à gestão do Programa Bolsa Família;

IV - coordenar e monitorar o Plano de Ação do Departamento e acompanhar a sua execução;

V - monitorar a gestão dos programas complementares de transferência de renda integrados ao Programa Bolsa Família; e

VI - monitorar o "Calendário de Gestão" no âmbito do Departamento de Benefícios.

Art. 29. À Coordenação de Articulação Institucional compete:

I - auxiliar no gerenciamento do relacionamento institucional e monitorar e avaliar a conformidade dos serviços prestados pelo agente operador do Programa Bolsa Família no âmbito do Departamento de Benefícios;

II - articular no âmbito do Departamento de Benefícios o processo de negociação do contrato com o agente operador, programas complementares de transferência de renda integrados, e demais contratos vinculados ao Programa Bolsa Família; e

III - gerir, no âmbito do Departamento de Benefícios, os contratos e parcerias firmados com entidades credenciadas, institutos de pesquisas, universidades e organismos internacionais.

Art. 30. À Coordenação-Geral de Gerenciamento e Produção de Dados compete:

I - gerenciar a execução do ingresso e a manutenção de famílias na folha de pagamento do Programa Bolsa Família;

II - executar os fluxos de exceção dos processos da gestão de benefícios nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - gerenciar as atividades do "Calendário Operacional";

IV - subsidiar a análise do nível de serviços prestados pelo agente operador e dos itens tarifários referentes à folha e operações de pagamento e emissão de cartões às famílias beneficiárias;

V - gerenciar os processos de recebimento, armazenamento e tratamento, quando necessário, de bases e arquivos sob responsabilidade do Departamento de Benefícios; e

VI - coordenar as ações de aprimoramento tecnológico afetos à gestão de benefícios.

Art. 31. À Coordenação de Gestão de Dados compete:

I - monitorar a disponibilidade dos sistemas informatizados de suporte à gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família;

II - acompanhar ações de aprimoramento tecnológico dos sistemas informatizados sob responsabilidade do Departamento de Benefícios;

III - receber e validar bases de dados e arquivos gerados pelo agente operador do Programa Bolsa Família relacionados à gestão de benefícios;

IV - receber bases de dados arquivos gerados por outros órgãos e entidades do poder público afetos à gestão de benefícios; e

V - atestar a análise do nível de serviços prestados pelo agente operador e dos itens tarifários referentes à folha e operações de pagamento e emissão de cartões às famílias beneficiárias.

Art. 32. À Coordenação de Operacionalização de Benefícios compete:

I - operacionalizar as ações de manutenção de benefícios do Programa Bolsa Família;

II - monitorar junto ao agente operador do Programa Bolsa Família os arquivos de manutenção da folha de pagamento; e

III - executar as atividades do "Calendário Operacional".

Art. 33. À Coordenação-Geral de Cooperação e Suporte Operacional compete:

I - produzir informações e orientações para as coordenações estaduais, do Distrito Federal, gestões municipais, e demais órgãos e entidades do poder público concernentes aos benefícios do Programa Bolsa Família; e

II - gerir processos de comunicação com os beneficiários e com o agente operador do Programa Bolsa Família;

III - elaborar conteúdo de material didático sobre a gestão de benefícios; e

IV - realizar a interlocução com a área de formação e disseminação para o desenvolvimento das atividades de capacitação relacionadas à gestão de benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 34. À Coordenação de Comunicação e Relacionamento compete:

I- elaborar material informativo sobre a gestão de benefícios aos beneficiários do Programa Bolsa Família;

II - auxiliar na elaboração do conteúdo para formulação de material didático sobre a gestão de benefícios;

III - subsidiar a preparação de material informativo sobre a gestão de benefícios a serem divulgadas interna e externamente;

Art. 35. À Divisão de Comunicação compete:

I - elaborar conteúdos de comunicação para as coordenações estaduais, do Distrito Federal, gestões municipais, e demais órgãos e entidades do poder público concernentes aos benefícios do Programa Bolsa Família; e

II- verificar a aderência da prestação de informações pela Central de Atendimento do MDSA com as orientações prestadas pelo Departamento de Benefícios.

Art. 36. Ao Serviço de Atendimento compete elaborar respostas às demandas das coordenações estaduais, do Distrito Federal, gestões municipais, e demais órgãos e entidades do poder público concernentes aos benefícios do Programa Bolsa Família.

Art. 37. Ao Departamento do Cadastro Único compete:

I - gerir, em nível nacional, os sistemas e bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, zelando pela preservação dos aspectos éticos e de privacidade das famílias nele inscritas, assim como pela fidedignidade, qualidade e atualidade de seus registros;

II - definir padrões tecnológicos para o Cadastro Único, assim como especificar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas e aplicativos de entrada e tratamento de informações daquele Cadastro;

III - propor, desenvolver, sistematizar e disseminar estratégias e metodologias de cadastramento, inclusive no que se refere aos povos e populações tradicionais e específicos e aos casos de populações mais vulneráveis;

IV - orientar e acompanhar os processos de cadastramento e de manutenção das informações cadastrais realizados pelos Municípios;

V - monitorar o uso das informações contidas no Cadastro Único, de forma a:

a) estimular o seu uso por outros órgãos e instituições das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, principalmente nos processos de planejamento, gestão e implementação de programas sociais voltados à população de baixa renda;

b) incentivar os entes federados a promoverem a atualização continuada dos registros cadastrais e a realizarem a gestão do Cadastro Único em sua respectiva esfera; e

c) desenvolver e implementar metodologias de auditoria do Cadastro Único;

VI - atualizar e manter, em parceria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as estimativas de população pobre para o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família; e

VII - disponibilizar as informações do Cadastro Único aos órgãos do Governo Federal e aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Operacionalização do Cadastro Único compete:

I - coordenar a implementação, atualização e documentação dos sistemas de informação do Cadastro Único;

II - propor soluções de informática para o aprimoramento do Cadastro Único e apoiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas para interfaces com os programas usuários;

III - propor as especificações do conteúdo técnico e da lógica das funcionalidades para o sistema de informática do Cadastro Único e outros sistemas da Secretaria;

IV - acompanhar o atendimento das especificações técnicas e lógicas do Cadastro Único pelo agente operador; e

Art. 39. À Coordenação de Operação do Cadastro Único compete:

I - executar as ações necessárias ao aprimoramento da manutenção do Sistema do Cadastro Único;

II - realizar as atividades de interface tecnológica entre a base do Cadastro Único com outras bases de dados;

III - acompanhar a execução da prestação de serviços do agente operador para operacionalização do Cadastro Único; e

IV - organizar as informações sobre as atividades das coordenações.

Art. 40. À Coordenação Técnica do Cadastro Único compete:

I - apoiar ações de aprimoramento tecnológico do sistema Cadastro Único;

II - elaborar relatórios técnicos de requisitos para o Sistema do Cadastro Único;

III - acompanhar o recebimento, a carga no ambiente tecnológico do Ministério, a implantação de melhorias, a manipulação e a transmissão para instituições que demandam a base de dados do Cadastro Único disponibilizada mensalmente pelo agente operador do Cadastro Único;

IV - elaborar projeto executivo e projeto básico para contratação de serviços necessários para a operacionalização do sistema do Cadastro Único; e

V - acompanhar as demandas de versionamento do sistema do Cadastro Único junto ao agente operador.

Art. 41. À Coordenação-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro compete:

I - produzir informações, análises de estatísticas e interpretação de dados, usando como base os dados disponíveis na Secretaria, outras instituições e em outros sistemas referenciais, em articulação com outras áreas deste Ministério;

II - elaborar estudos e análises e assessorar na disseminação de informações, provenientes do Cadastro Único;

III - propor parâmetros para o processo de qualificação das informações registradas no Cadastro Único e dos processos de averiguação cadastral; e

IV - avaliar a conformidade e qualidade do Cadastro Único, definindo estratégias para assegurar a confiabilidade e a qualificação das informações nele registradas; e

VI - trabalhar, em parceria com o IBGE, na produção de estimativas de população em situação de pobreza e baixa renda.

Art. 42. À Coordenação de Qualificação do Cadastro Único compete:

I - propor parâmetros para o exame da consistência das informações do Cadastro Único em estreita articulação com as outras coordenações;

II - examinar as informações constantes no banco de dados e emitir pareceres e relatórios;

III - elaborar estudos e análises dos dados do Cadastro Único em comparação com outras bases e registros administrativos do governo; e

IV - propor metodologia de cruzamentos de dados e realizar análises para o processo de Averiguação Cadastral.

Art. 43. À Coordenação de Acompanhamento do Cadastro Único compete:

I - proceder à busca de informações nas bases de dados para atendimento de consultas específicas de usuários internos e externos;

II - acompanhar a divulgação das informações produzidas pela Secretaria relativas ao Cadastro Único, em articulação com outras coordenações;

III - manter atualizadas as informações do Cadastro Único disponibilizadas na página eletrônica do Ministério; e

IV - acompanhar estudos e análises das informações e dos dados registrados no Cadastro Único

Art. 44. À Divisão de Atendimento compete:

I - organizar informações das atividades e projetos da Coordenação-Geral; e

II - prestar apoio técnico administrativo-operacional aos coordenadores;

Art. 45. À Coordenação-Geral de Gestão de Processos de Cadastramento compete:

I - propor o aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados no Cadastro Único, e melhorias dos sistemas informatizados, quando necessárias;

II - monitorar a qualidade da gestão do Cadastro Único nas esferas estadual, municipal e do Distrito Federal e propor ações para o seu aprimoramento;

III - orientar os gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal quanto à gestão e a operacionalização do Cadastro Único;

IV - coordenar e zelar pela padronização dos conceitos e instrumentos utilizados na coleta de informações;

V - apoiar os processos de capacitação dos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal quanto à operacionalização e gestão do Cadastro Único;

VI - propor normativos e instruções operacionais e elaborar materiais de divulgação sobre a gestão e operacionalização do Cadastro Único; e

VII - propor ações para a melhoria dos processos de cadastramento e de manutenção das informações cadastrais realizados pelos Municípios.

Art. 46. À Coordenação de Processo de Cadastramento compete:

I - desenvolver e acompanhar estudos e pesquisas para o monitoramento e aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados do Cadastro Único;

II - propor, disseminar e monitorar estratégias de melhoria dos processos de gestão do Cadastro Único pelos entes federados municipais e do Distrito Federal;

III - articular-se com órgãos internos, municípios, estados e Distrito Federal para a qualificação da rede de atendimento do Cadastro Único;

IV - monitorar as ações de inclusão, atualização e exclusão cadastral no âmbito dos Municípios e do Distrito Federal feitas pelos entrevistadores e operadores do Cadastro Único;

V - articular soluções para prover infraestrutura de conectividade para acesso aos sistemas informatizados pelas gestões municipais do Cadastro Único; e

VII - propor normativos e elaborar documentos operacionais relativos ao Cadastro Único.

Art. 47. À Divisão de Apoio à Capacitação compete:

I - elaborar, atualizar e validar materiais instrucionais sobre o Cadastro Único; e

II - apoiar e contribuir para a melhoria dos processos de capacitação de gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal relativos ao Cadastro Único.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 48. À Divisão de Atendimento compete:

I - organizar e responder às demandas externas de cidadãos, órgãos e entidades e gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal sobre gestão e operacionalização do Cadastro Único;

II - receber, analisar e atestar solicitações de formulários de cadastramento; e

III - apoiar a Assessoria de Comunicação com informações sobre gestão e operacionalização do Cadastro Único para atualização da página eletrônica do Ministério e contribuir para as ações de divulgação do Cadastro Único.

Art. 49. À Coordenação-Geral de Apoio à Integração de Ações compete:

I - articular-se com órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil no desenvolvimento e aprimoramento permanente de estratégias diferenciadas de cadastramento de segmentos de povos e comunidades tradicionais ou específicos;

II - atuar junto aos Estados, Municípios e Distrito Federal, órgãos e entidades e instâncias de controle social com atividades de sensibilização, orientação e estímulo à adoção de estratégias diferenciadas de cadastramento;

III - promover, articular e orientar sobre o uso do Cadastro Único por seus programas usuários, de acordo com as regras estabelecidas para o instrumento;

IV - propor critérios, mecanismos e procedimentos para atuação integrada dos programas usuários do Cadastro Único; e

V - manter atualizadas as informações do Cadastro Único disponibilizadas na página eletrônica do Ministério e apoiar a produção de material de capacitação em relação às informações de grupos populacionais tradicionais e específicos e programas usuários do Cadastro Único;

Art. 50. À Coordenação de Apoio à Integração de Ações compete:

I - analisar e monitorar dados sobre os grupos populacionais tradicionais e específicos, a fim de orientar seus processos de cadastramento; e

II - produzir indicadores que retratem o cadastramento das populações específicas e apoiar os processos de capacitação para cadastramento de grupos populacionais tradicionais e específicos; e

III - acompanhar e propor estratégias para o atendimento aos programas que utilizam os dados do Cadastro Único.

Art. 51. Ao Departamento de Condicionalidades compete:

I - definir e implementar, em articulação com os órgãos setoriais envolvidos, o processo de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, fixando procedimentos e instrumentos para a gestão das informações;

II - implementar, gerir e supervisionar o acompanhamento das condicionalidades, em articulação com os órgãos setoriais envolvidos;

III - analisar e sistematizar as informações referentes ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família;

IV - articular-se com órgãos setoriais envolvidos e com outras esferas de governo, a fim de:

a) planejar e implementar ações de acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de maior risco e vulnerabilidade social; e

b) integrar e promover políticas públicas no âmbito do Governo Federal, visando ao desenvolvimento de capacidades das famílias beneficiárias;

V - planejar e implementar ações de apoio ao fortalecimento do controle social do Programa Bolsa Família e articular as ações de controle social de políticas públicas que tenham interface com o Programa Bolsa Família;

VI - identificar, sistematizar e divulgar boas experiências de gestão do Programa Bolsa Família, gerindo e compartilhando com os entes federados informações sobre essas práticas;

VII - planejar e promover, em articulação com outras áreas da Secretaria e do Ministério, processos de capacitação dos agentes envolvidos na gestão do Programa Bolsa Família, assim como apoiar os processos de capacitação realizados pelos entes federados;

VIII - desenvolver conteúdos, em articulação com outras áreas da Secretaria, para a capacitação operacional de gestores;

IX - desenvolver ações de apoio e fortalecimento das instâncias de controle social do Programa Bolsa Família, assim como de articulação entre estas e outros conselhos de controle social de políticas públicas que tenham interface com o Programa;

X - coordenar a orientação às instâncias de controle social quanto aos temas sob sua responsabilidade;

XI - gerenciar e manter atualizada a base de informações sobre instâncias de controle social do Programa Bolsa Família; e

XII - propor e promover práticas e atividades de acompanhamento do Programa Bolsa Família, a serem executadas pelas instâncias de controle social.

Art. 52. À Coordenação-Geral de Operacionalização das Condicionalidades compete:

I - articular-se com os órgãos e entidades envolvidos no acompanhamento das condicionalidades para assegurar a efetividade de sua operacionalização;

II - gerenciar e propor o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das condicionalidades, ;

III - orientar os usuários quanto à utilização dos sistemas de gestão das condicionalidades;

IV - identificar o público e disponibilizar a relação de beneficiários para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e para utilização por outros programas e ações,

V - receber e tratar as informações registradas pelos órgãos setoriais envolvidos no acompanhamento das condicionalidades;

VI - gerar informações sobre o descumprimento de condicionalidades de forma a subsidiar a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família; e

VII - gerir e disponibilizar informações para apoiar ações intersetoriais de saúde, educação e assistência social, integradas à gestão de condicionalidades.

Art. 53. À Coordenação-Geral de Acompanhamento das Condicionalidades compete:

I - auxiliar na definição do modelo de gestão e na implementação do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, em conjunto com os órgãos setoriais envolvidos;

II - apoiar a gestão municipal no acompanhamento das condicionalidades das populações tradicionais e específicas;

III - acompanhar, orientar e apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no registro periódico de dados das condicionalidades, em parceria com os órgãos setoriais envolvidos;

IV - articular, com as unidades responsáveis pelos serviços socioassistenciais, a priorização do atendimento, nesses serviços, dos beneficiários do Programa Bolsa Família que estejam descumprindo as condicionalidades;

V - propor, orientar e apoiar estratégias e ações, em parceria com os órgãos setoriais e unidades federadas, visando a reforçar o acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, a partir das informações resultantes do acompanhamento das condicionalidades; e

VI - orientar os responsáveis pelo Programa Bolsa Família em Estados, Municípios e Distrito Federal quanto à utilização dos sistemas de gestão das condicionalidades.

Art. 54. À Coordenação de Acompanhamento das Condicionalidades compete apoiar a Coordenação-Geral na implementação do processo de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família estabelecendo procedimentos e instrumentos para a gestão.

Art. 55. À Divisão de Apoio ao Monitoramento das Condicionalidades compete oferecer o suporte necessário à Coordenação de Acompanhamento de Condicionalidades para operacionalização de suas ações.

Art. 56. À Coordenação-Geral de Articulação Intersetorial compete:

I - assessorar na elaboração de estratégias de ações de articulação intersetorial junto às áreas de educação, saúde e assistência social;

II - assessorar na promoção de ações de articulação intersetorial de políticas e programas estratégicos das áreas de educação, saúde e assistência social que contribuam para atingir os objetivos das condicionalidades; e

III - monitorar o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação e assistência social, por meio das ações de articulação intersetorial, em conjunto com as áreas envolvidas.

Art. 57. À Coordenação de Articulação Intersetorial compete apoiar a Coordenação-Geral de Articulação Intersetorial na implementação das estratégias relativas às ações de articulação intersetorial no âmbito do Programa Bolsa Família.

Art. 58. À Coordenação-Geral de Integração e Análise de Informações compete:

I - produzir, analisar e disponibilizar informações sobre condicionalidades visando a dar suporte ao processo decisório;

II - propor e implementar indicadores com base nos resultados do acompanhamento das condicionalidades e em informações de outras bases de dados;

III - realizar e apoiar estudos e avaliações relacionadas às condicionalidades e seus desdobramentos, em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, quando couber; e

IV - dar suporte às demais unidades da Secretaria quanto às informações de condicionalidades.

Art. 59. À Coordenação de Integração e Análise de Informações compete apoiar a Coordenação-Geral na construção de indicadores e na realização de estudos e análises de dados que subsidiem o processo de acompanhamento das condicionalidades e as ações de articulação intersetorial.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 60. Ao Secretário Nacional de Renda de Cidadania incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades e projetos das respectivas unidades organizacionais da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões relacionadas à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e às programações orçamentária e operacional;

V - apresentar ao órgão competente relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;

VI - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria, consoante normas específicas;

VII - coordenar as ações da Secretaria, quando de atuação junto aos organismos e fóruns internacionais;

VIII - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o território nacional e internacional; e

IX - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

Art. 61. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 62. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - organizar a agenda do Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes da Secretaria.

Art. 63. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 64. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;

II - assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

III - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e

V - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.

Art. 65. Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 66. Aos Assessores, Assessores Técnicos e Assistentes incumbe assistir ao superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, compete:

I - definir diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, considerando a articulação de suas funções de proteção social, defesa social e vigilância social;

II - coordenar a formulação e a implementação da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, observando as propostas das conferências nacionais e as deliberações do CNAS;

III - implementar e garantir o funcionamento do Sistema Único Nacional de Proteção Social, baseado na cidadania e na inclusão social, mediante a unificação e descentralização de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;

IV - definir as condições e o modo de acesso aos direitos relativos à assistência social, visando a sua universalização entre todos os que necessitem de proteção social, observadas as diretrizes emanadas do CNAS;

V - garantir e regular a implementação de serviços e programas de proteção social básica e especial, a fim de prevenir e reverter situações de vulnerabilidade, riscos sociais e desvantagens pessoais;

VI - coordenar a gestão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, articulando-o aos serviços e programas da assistência social e das demais políticas públicas com vistas à inclusão das pessoas idosas e com deficiência;

VII - regular os benefícios eventuais, com vistas à cobertura de necessidades humanas na ocorrência de contingências sociais;

VIII - regular e implementar a vigilância social no âmbito do SUAS;

IX - formular diretrizes para acompanhamento, controle, financiamento e orçamento da Política Nacional de Assistência Nacional;

X - acompanhar e avaliar a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

XI - atuar no âmbito das políticas socioeconômicas setoriais com vistas à integração das políticas sociais para o atendimento das demandas de proteção social e enfrentamento da pobreza;

XII - coordenar, administrar e manter o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações do Sistema Único de Assistência Social - CadSUAS, em articulação com os órgãos gestores estaduais, municipais, do Distrito Federal e Conselhos de Assistência Social;

XIII - apoiar técnica e financeiramente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação dos serviços e programas de proteção básica e especial, dos projetos de enfrentamento à pobreza e das ações assistenciais de caráter emergencial;

XIV - apoiar técnica e financeiramente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação de projetos de organização e aprimoramento da gestão do SUAS;

XV - regular as relações entre os entes públicos federados, entidades e organizações não-governamentais na prestação de serviços socioassistenciais;

XVI - incentivar a criação de instâncias públicas de defesa dos direitos dos usuários dos programas, serviços e projetos de assistência social;

XVII - articular e coordenar ações de fortalecimento das instâncias de participação e de deliberação do SUAS;

XVIII - formular política para a formação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

XIX - desenvolver estudos e pesquisas, em conjunto com o órgão competente do Ministério e com instituições de ensino e de pesquisa, para subsidiar a formulação de políticas;

XX - fornecer subsídios ao Gabinete do Ministro quanto aos orçamentos gerais do SESI, SESC e SEST, em matéria relativa à assistência social;

XXI - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho, para desenvolver estudos e análises estratégicas sobre assistência social;

XXII - manter articulação com os demais programas sociais do Governo, com o objetivo de integrar ações na área de assistência social; e

XXIII - elaborar e promover, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o aperfeiçoamento da legislação e a atualização e a revisão dos planos de benefícios da previdência social.

XXIV - monitorar a implementação dos serviços , programas e projetos socioassistenciais no âmbito do Distrito Federal e territórios.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Nacional de Assistência Social tem a seguinte estrutura:

1.Gabinete

1.1.Coordenação de Apoio Administrativo

2.Coordenação-Geral de Gestão Interna

2.1.Coordenação Técnica de Apoio à Gestão Interna

2.2.Coordenação de Acompanhamento de Demandas do Controle Interno e Externo

3.Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social

3.1.Divisão de Gestão de Documentos e Protocolo

3.1.1.Serviço de Análise Técnica

3.2.Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira e Contábil

3.2.1.Coordenação de Contabilidade

3.2.2.Coordenação de Orçamento e Finanças

3.2.2.1.Divisão de Execução Orçamentária

3.2.2.2.Divisão de Execução Financeira

3.2.3.Coordenação de Gestão e Processamento de Transferências

3.2.3.1.Divisão de Processamento de Transferências

3.2.3.2.Divisão de Monitoramento de Transferências

3.3.Coordenação-Geral de Gestão de Transferências Voluntárias

3.3.1. Coordenação de Gestão e Processamento de Transferências Voluntárias

3.3.1.1.Divisão de Análise de Transferências Voluntárias

3.3.2. Coordenação de Acompanhamento da Execução de Transferências Voluntárias

3.3.3. Divisão Acompanhamento de Execução de Transferências Voluntárias

3.4.Coordenação-Geral de Prestação de Contas

3.4.1.Coordenação de Análise de Prestação de Contas de Transferências Voluntárias

3.4.1.1.Divisão de Análise de Prestação de Contas de Transferência Voluntária

3.4.2.Coordenação de Análise de Prestação de Contas de Repasse Fundo a Fundo

3.4.2.1.Divisão de Análise de Prestação de Contas de Repasse Fundo a Fundo

3.4.3.Coordenação de Monitoramento e Controle

3.4.3.1.Divisão de Acompanhamento de Diligência e Controle

3.5.Coordenação-Geral de Apoio a Projetos

3.5.1.Coordenação de Avaliação e Suporte a Projetos

4.Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

4.1.Coordenação-Geral de Regulação do SUAS

4.1.1.Coordenação de Assuntos Normativos do SUAS

4.2.Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

4.2.1.Coordenação de Acompanhamento da Gestão do Trabalho do SUAS

4.3.Coordenação-Geral de Gestão Descentralizada e Participação Social

4.3.1.Coordenação de Apoio ao Controle Social e à Gestão Descentralizada

4.4.Coordenação-Geral de Rede e Sistemas de Informações do SUAS

4.4.1.Coordenação da Rede SUAS

4.5.Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial

4.5.1.Coordenação de Serviços de Vigilância Social

5.Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários

5.1.Coordenação-Geral de Regulação e Análise Normativa

5.1.1.Coordenação de Regulação e Análise Normativa

5.2.Coordenação-Geral de Benefícios Assistenciais

5.2.1.Coordenação de Benefícios Assistenciais

5.3.Coordenação-Geral de Gestão da Informação e Controle de Benefícios

5.3.1.Coordenação de Gestão da Informação e Controle de Benefícios

5.4.Coordenação-Geral de Articulação e Ações Intersetoriais

5.4.1.Coordenação de Articulação e Ações Intersetoriais

5.5.Coordenação-Geral de Benefícios Previdenciários

5.5.1.Coordenação de Gestão Estratégica

5.5.2.Coordenação de Supervisão e Acompanhamento

6.Departamento de Proteção Social Básica

6.1.Coordenação-Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias

6.1.1.Coordenação de Serviços Socioassistenciais a Famílias

6.2.Coordenação-Geral de Ações Complementares de Proteção Social Básica

6.2.1.Coordenação de Ações Complementares de Proteção Social Básica

6.3.Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

6.3.1.Coordenação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

7.Departamento de Proteção Social Especial

7.1.Coordenação-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos

7.1.1.Coordenação de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos

7.2.Coordenação-Geral de Serviços de Acolhimento

7.2.1.Coordenação de Serviços de Acolhimento

7.3.Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais

7.3.1. Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais

8.Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS

8.1.Coordenação-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS

8.2.Coordenação-Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social

8.2.1.Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e o Serviço por Chefe, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º O Secretário Nacional de Assistência Social será, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo Secretário-Adjunto da Secretaria.

§ 1º O Chefe do Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Secretário Nacional de Assistência Social à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Secretário e o Secretário-Adjunto no exercício de suas atribuições;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades da Secretaria;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário e do Secretário-Adjunto;

IV - acompanhar assuntos relativos a acordos de cooperação técnica e missões internacionais, em conjunto com a Assessoria Internacional do Ministério, quando envolver assuntos afetos à Secretaria;

V - assistir ao Secretário e ao Secretário-Adjunto em suas funções de representação política, social e administrativa;

VI - coordenar e acompanhar, em conjunto com as demais unidades da Secretaria, o processo de elaboração e a execução do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, relativo à Secretaria, em articulação com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

VII - coordenar a elaboração de planos, relatórios e demais documentos relativos ao ciclo orçamentário, inclusive as informações que compõem o Relatório Anual de Gestão da Secretaria e do FNAS;

VIII - coordenar o processo de planejamento e acompanhar a execução de projetos de cooperação internacional, em articulação com as unidades da Secretaria, com a Diretoria de Cooperação Técnica da Secretaria-Executiva e a Assessoria Internacional, do Ministério;

IX - assessorar o Secretário e o Secretário-Adjunto em assuntos afetos a convênios e instrumentos congêneres, bem como na autorização para doação de bens adquiridos com recursos desses instrumentos, a serem firmados em ações relativas à Secretaria;

X - executar as atividades de redação, revisão e exame de documentos, expedientes e atos normativos submetidos ao Secretário;

XI - coordenar e acompanhar a participação e representar a Secretaria em órgãos colegiados;

XII - coordenar as atividades referentes à gestão de pessoas e de apoio logístico afetas à Secretaria;

XIII - coordenar, em articulação com as demais unidades da Secretaria, a realização de eventos relativos à Assistência Social;

XIV - coordenar a concessão de diárias e passagens no âmbito da Secretaria, bem como sua prestação de contas; e

XV - promover ações voltadas à melhoria da gestão e à simplificação de procedimentos e normas de interesse da Secretaria.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar e executar as atividades de apoio administrativo necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete;

II - receber, selecionar, registrar, classificar, expedir, arquivar e conservar correspondências, documentos e processos, mantendo arquivo organizado e atualizado da documentação recebida e expedida no âmbito do Gabinete;

III - executar as atividades referentes à requisição, à recepção, à guarda, à distribuição e ao controle do estoque do material de consumo de responsabilidade do Gabinete;

IV - controlar e acompanhar as requisições referentes a material de consumo e a material permanente da Secretaria;

V - acompanhar a tramitação de documentação de interesse do Gabinete; e

VI - apoiar o Gabinete nas atividades de concessão de diárias e passagens no âmbito da Secretaria e suas respectivas prestações de contas.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar e centralizar o recebimento e o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo nos assuntos de competência da Secretaria, incluindo a verificação do cumprimento dos prazos e implementação de ações;

II - apoiar tecnicamente a Secretaria na produção de informações e de documentos aos órgãos de controle interno e externo;

III - promover diligências junto aos Estados, Municípios e Distrito Federal, visando ao atendimento dos pedidos de informações e de documentos oriundos dos órgãos de controle interno e externo;

IV - solicitar às unidades da Secretaria o envio de subsídios necessários ao atendimento dos pedidos de informações e/ou de documentos oriundos dos órgãos de controle interno e externo; e

V - acompanhar e disseminar as decisões judiciais e acórdãos do Tribunal de Contas da União, bem como atender a determinações judiciais formalmente encaminhadas à Secretaria.

Art. 8º À Coordenação Técnica de Apoio à Gestão Interna compete:

I - apoiar tecnicamente a Coordenação-Geral na produção de informações e de documentos e nas atividades relativas ao controle e acompanhamento de relatórios de fiscalização oriundos dos órgãos de controle interno e externo, bem como de decisões judiciais e acórdãos que envolvam a Secretaria;

II - elaborar e propor à Coordenação-Geral ações para a realização de diligências, junto aos Estados, Municípios e Distrito Federal, visando à apuração de denúncias e ao saneamento das impropriedades e/ou irregularidades apontadas nos relatórios de fiscalização e/ou auditoria oriundos dos órgãos de controle interno e externo; e

III - analisar a documentação e/ou subsídios enviados pelos Departamentos da Secretaria, pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, relacionados à apuração de denúncias e ao saneamento das impropriedades e/ou irregularidades identificadas nos relatórios de fiscalização oriundos dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 9º À Coordenação de Acompanhamento de Demandas do Controle Interno e Externo compete:

I - apoiar a Coordenação-Geral na execução de atividades relativas ao atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle interno e externo e de outras atividades necessárias ao seu funcionamento;

II - receber, selecionar, registrar e acompanhar as correspondências, documentos e processos, oriundos dos Departamentos da Secretaria, dos órgãos de controle interno e externo, bem como de demais instâncias que demandem diligências, informações, orientações, ações de controle e fiscalização e planos de providências afetos à Secretaria, mantendo controle sobre os prazos estabelecidos;

III - controlar e acompanhar o atendimento dos prazos de diligências realizadas junto aos Estados, Municípios e Distrito Federal, propondo nova diligência sobre eventual descumprimento de prazos; e

IV - receber, catalogar e registrar as decisões judiciais e acórdãos do Tribunal de Contas da União, encaminhadas formalmente à Secretaria.

Art. 10. À Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social compete:

I - gerenciar, coordenar, processar e controlar as atividades de planejamento e execução orçamentária, financeira e contábil do FNAS;

II - estabelecer normas e critérios para o gerenciamento das fontes de arrecadação e a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros relativos ao FNAS;

III - planejar, coordenar, processar, orientar e supervisionar as atividades de repasse regular e automático dos recursos dos serviços da assistência social e de convênios, contratos e outros instrumentos congêneres;

IV - contribuir para a implementação de mecanismos de controle, fiscalização, monitoramento e avaliação da gestão financeira do SUAS;

V - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de prestação de contas e de tomada de contas especial dos recursos do SUAS alocados ao FNAS;

VI - orientar os entes federados quanto à prestação de contas relativas aos recursos transferidos pelo FNAS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - promover as atividades de cooperação técnica nas áreas orçamentária, financeira e contábil para subsidiar a formulação e a implementação de políticas de assistência social;

VIII - coordenar, elaborar e subsidiar a realização de estudos e pesquisas necessários ao processo de financiamento da Política Nacional de Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

IX - contribuir para o aprimoramento dos sistemas operacionais e gerenciais de processamento de dados, da despesa e da prestação de contas referentes aos repasses do FNAS para os fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal quanto aos serviços, programas, projetos e atividades;

X - encaminhar ao CNAS relatórios gerenciais trimestrais e anuais da realização orçamentária e financeira do FNAS;

XI - colaborar na definição dos critérios de partilha dos recursos do SUAS; e

XII - prestar apoio técnico aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal na organização e execução de ações referentes à gestão dos respectivos Fundos.

Art. 11. À Divisão de Gestão de Documentos e Protocolo compete:

I - analisar, selecionar, registrar, controlar e promover as atividades inerentes ao recebimento, movimentação, anexação e expedição de documentos, e a autuação e digitalização de processos no âmbito do FNAS;

II - gerenciar e manter arquivo da documentação e dos processos no âmbito do FNAS;

III - gerenciar a movimentação interna e externa de processos;

IV - manter os sistemas internos alimentados e atualizados; e

V - administrar materiais e patrimônio do FNAS, de acordo com as normas e diretrizes vigentes.

Art. 12. Ao Serviço de Análise Técnica compete:

I - apoiar a execução e o acompanhamento das atividades do FNAS; e

II - subsidiar a Diretoria-Executiva na elaboração de relatórios informativos e gerenciais.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil compete:

I - gerenciar as informações de caráter orçamentário, financeiro e contábil do FNAS;

II - Supervisionar e realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do FNAS do Sistema de Contabilidade Federal;

III - apresentar, em conjunto com as demais unidades da Secretaria, propostas para o Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, nas ações relativas ao FNAS;

IV - acompanhar, controlar e manter registro sobre a execução das ações orçamentárias relativas ao FNAS e fornecer subsídios para elaboração do relatório de gestão da SNAS;

V - atuar de forma integrada com o órgão setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério, para acompanhamento e cumprimento das orientações relativas à programação e execução orçamentária e financeira do FNAS;

VI - supervisionar a elaboração da proposta de abertura de créditos adicionais e demais alterações nas leis orçamentárias relativas ao FNAS;

VII - manter informações atualizadas sobre o processo orçamentário e financeiro do FNAS;

VIII - acompanhar, analisar e avaliar sistematicamente a execução orçamentária e financeira dos serviços, programas, projetos e demais ações do FNAS;

IX - subsidiar e orientar o ordenador de despesas no que se refere ao cumprimento da legislação vigente sobre a execução orçamentária;

X - coordenar e orientar as atividades de melhoria do sistema informatizado para operacionalização das transferências regulares e automáticas na modalidade fundo a fundo;

XI - supervisionar a atividade de apoio técnico à estruturação e funcionamento dos fundos de assistência social;

XII - acompanhar as atividades de cadastro dos fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal no CadSUAS;

XIII - supervisionar as atividades de análise dos normativos dos fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal;

XIV - subsidiar a Diretoria-Executiva em resposta às demandas dos órgãos de controle interno e externo no que se refere à execução orçamentária e financeira; e

XV - propor critérios de fiscalização in loco, para verificação e acompanhamento das transferências realizadas no âmbito da FNAS.

Art. 14. À Coordenação de Contabilidade compete:

I - verificar e acompanhar a execução de recursos descentralizados pelo FNAS para outras Unidades Gestoras, orientando quanto aos procedimentos contábeis a serem adotados;

II - analisar e proceder aos registros contábeis referentes à execução orçamentária e financeira do FNAS;

III - acompanhar as atividades de Tomada de Contas Especial, em conjunto com a Coordenação-Geral de Prestação de Contas;

IV - realizar as atividades de registros de conformidade de gestão e contábil;

V - realizar conciliações bancárias;

VI - controlar, manter e guardar a documentação contábil referente à execução orçamentária e financeira do FNAS; e

VII - gerar e expedir os comprovantes anuais de rendimentos pagos e de retenção de impostos e contribuições das pessoas físicas e jurídicas, sem vínculos empregatícios no âmbito do FNAS.

Art. 15. À Coordenação de Orçamento e Finanças compete:

I - coordenar a elaboração da programação financeira dos recursos do FNAS;

II - gerenciar a execução orçamentária e financeira do FNAS, em consonância com as normas vigentes;

III - apoiar as atividades relacionadas à elaboração do Plano Plurianual, da Proposta de Lei Orçamentária Anual, da programação financeira e das alterações de créditos orçamentários, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos central e setorial dos Sistemas de Planejamento e Orçamento; e

IV - fornecer subsídios aos órgãos setoriais do Ministério relacionados à execução orçamentária e financeira do FNAS.

Art. 16. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - efetuar a execução orçamentária dos programas e ações do FNAS, com vistas à transferência de recursos aos Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

II - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual do FNAS;

III - acompanhar a execução das alterações da programação orçamentária anual;

IV - auxiliar na definição da programação orçamentária das despesas;

V - realizar o monitoramento, avaliação e controle das despesas relativas aos serviços, programas, projetos e ações no âmbito do FNAS;

VI - manter informações atualizadas acerca do processo orçamentário do FNAS, de forma a atender às demandas internas e externas;

VII - elaborar e acompanhar as solicitações de créditos adicionais;

VIII - fornecer à Coordenação-Geral informações referentes à execução orçamentária, para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da SNAS;

IX - monitorar o processamento dos dados referentes à transferência de recursos do FNAS;

X - promover o registro e o controle das operações relativas à administração orçamentária; e

XI - promover os detalhamentos e os remanejamentos dos recursos necessários à execução dos créditos orçamentários no âmbito do FNAS.

Art. 17. À Divisão de Execução Financeira compete:

I - elaborar e acompanhar a programação financeira;

II - acompanhar a movimentação de recursos financeiros do FNAS;

III - efetuar e monitorar a execução financeira do FNAS;

IV - efetuar a transferência de recursos para cofinanciamento das ações de assistência social desenvolvidas de forma descentralizada;

V - emitir os demonstrativos gerais e analíticos da execução financeira do FNAS;

VI - monitorar o processamento dos dados referentes à transferência de recursos do FNAS;

VII - subsidiar a Coordenação-Geral no fornecimento de informações referentes à execução financeira, para a elaboração do Relatório de Gestão da Secretaria; e

VIII - divulgar aos entes conveniados as transferências de recursos do FNAS.

Art. 18. À Coordenação de Gestão e Processamento de Transferências compete:

I - acompanhar e propor melhorias à operacionalização do sistema informatizado de transferência de recursos do FNAS para os Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, destinados ao cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais;

II - atender às demandas referentes aos processos de transferências regulares e automáticas na modalidade fundo a fundo;

III - monitorar as transferências de recursos financeiros na modalidade fundo a fundo;

IV - divulgar os valores dos recursos repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento federal;

V - solicitar às instituições financeiras que possuam acordo de cooperação com o MDSA a abertura e efetuar o controle de contas correntes para transferências de recursos do FNAS;

VI - efetuar o cadastro dos Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal no CadSUAS; e

VII - prestar apoio técnico, inclusive por meio de compartilhamento de tecnologia, à estruturação e funcionamento dos fundos de assistência social quanto à aplicação adequada de recursos provenientes do FNAS, em conformidade com as regulações vigentes.

Art. 19. À Divisão de Processamento de Transferências compete:

I - adotar as providências necessárias ao repasse de recursos regulares e automáticos fundo a fundo, de acordo com as informações encaminhadas pelos Departamentos da Secretaria;

II - processar, por meio de sistema informatizado, os dados necessários à transferência de recursos do FNAS

III - monitorar o processamento dos dados referentes à transferência de recursos do FNAS;

IV - acompanhar e controlar às transferências realizadas; e

V - manter registros atualizados acerca das transferências realizadas pelo FNAS.

Art. 20. À Divisão de Monitoramento de Transferências compete:

I - colaborar com as atividades de execução e acompanhamento das transferências de recursos pelo FNAS;

II - propor melhorias, correções e retificações necessárias ao processo de transferência de recursos do FNAS.

III - acompanhar o saldo das contas bancárias dos Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

IV - monitorar o processamento dos dados referentes à transferência de recursos do FNAS;

V - acompanhar a execução financeira dos recursos repassados, de modo a verificar a regularidade das movimentações; e

VI - emitir relatórios de acompanhamento das transferências de recursos.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Gestão de Transferências Voluntárias compete:

I - coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao financiamento da política de assistência social por meio de Transferências Voluntárias, inclusive pela celebração de convênios, contratos e instrumentos congêneres no âmbito do FNAS;

II - coordenar, orientar e acompanhar as atividades relativas à celebração, publicação, acompanhamento da execução e vigência de convênios, contratos e instrumentos congêneres no âmbito do FNAS;

III - propor critérios de fiscalização in loco, para verificação e acompanhamento dos convênios firmados;

IV - propor o encaminhamento dos resultados das fiscalizações realizadas às instâncias competentes, principalmente quando verificadas irregularidades;

V - proceder à análise e à elaboração de pareceres, relatórios, material de orientação, normativos, publicações, planos de trabalho e documentos similares relativos às Transferências Voluntárias, no âmbito de sua competência;

VI - participar da definição de diretrizes de instrução, acompanhamento, execução e prorrogação de convênios e contratos;

VII - supervisionar a fiscalização da execução dos recursos repassados mediante convênios, contratos de repasses ou outros instrumentos congêneres realizados pelo FNAS;

VIII - submeter à instância superior a aprovação dos relatórios de fiscalização sobre a aplicação dos recursos transferidos pelo FNAS;

IX - acompanhar a situação de regularidade e adimplência das entidades convenentes, junto aos sistemas informatizados da Administração Pública Federal;

X - propor ao ordenador de despesas e acompanhar a instauração de Tomada de Contas Especial em situações de irregularidades e/ou impropriedades na aplicação dos recursos transferidos por intermédio do FNAS, quando o instrumento encontrar-se em fase de execução; e

XI - subsidiar a Diretoria-Executiva em resposta às demandas dos órgãos de controle interno e externo, no que se refere às Transferências Voluntárias de recursos.

Art. 22. À Coordenação de Gestão e Processamento de Transferências Voluntárias compete:

I - apoiar na elaboração e publicação da Sistemática Anual, contendo instruções para apresentação de projetos a serem financiados com recursos do FNAS;

II - realizar os procedimentos necessários ao atendimento de demandas dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em consonância com os critérios de partilha de recursos, disponibilidade orçamentária e financeira e demais normativas vigentes afetas à área;

III - elaborar minutas de termos de compromisso, contratos, convênios, extratos e demais instrumentos afetos a sua área de competência; e

IV - apoiar a coordenação e execução das atividades de instrução e análise de processos para formalização dos instrumentos de Transferência Voluntária.

Art. 23. À Divisão de Análise de Transferências Voluntárias compete:

I - receber e cadastrar os processos relativos à solicitação de formalização de instrumentos de Transferência Voluntária;

II - formalizar, analisar, instruir e acompanhar a tramitação de processos relativos à transferência de recursos da União oriundos de Transferências Voluntárias, inclusive mediante convênios, contratos e instrumentos congêneres afetos à área de assistência social;

III - realizar os procedimentos necessários à formalização dos instrumentos, inclusive quanto à necessidade de solicitação do pronunciamento da Consultoria Jurídica do MDSA, do envio para assinatura das partes interessadas, e da publicação do extrato do convênio no Diário Oficial da União; e

V - apoiar no atendimento das demandas relativas à orientação dos gestores estaduais e municipais de assistência social, quanto à aplicação adequada de recursos provenientes do FNAS, no tocante às Transferências Voluntárias.

Art. 24. À Coordenação de Acompanhamento da Execução de Transferências Voluntárias compete:

I - elaborar sistemática de acompanhamento da execução de convênios, contratos de repasse ou ajustes, contendo instruções e orientações para a correta execução dos projetos, bem como divulgar informações referentes à legislação vigente aos convenentes;

II - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos repassados mediante convênios e contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres realizados pelo FNAS;

III- apoiar as atividades de apoio técnico aos entes federados no que se refere às Transferências Voluntárias;

IV - propor critérios para as fiscalizações in loco, e auxiliar a definição de quando estas são cabíveis; e

V - submeter à Coordenação-Geral os relatórios e pareceres sobre a aplicação dos recursos transferidos pelo FNAS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25. À Divisão de Acompanhamento de Execução de Transferências Voluntárias compete:

I - auxiliar na orientação aos entes federados quanto à correta execução dos recursos repassados;

II - realizar o acompanhamento e monitoramento da execução dos convênios e contratos no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV);

III - realizar fiscalizações in loco, emitindo relatórios e pareceres referentes a Transferências Voluntárias; e

IV - efetuar os procedimentos referentes às solicitações de prorrogações de prazos de vigência e alterações no projeto original.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Prestação de Contas compete:

I - supervisionar e orientar as atividades relacionadas à análise e ao acompanhamento de prestações de contas de convênios, contratos, instrumentos congêneres e transferências regulares e automáticas, efetuadas pelo FNAS;

II - encaminhar ao ordenador de despesas o parecer acerca das prestações de contas de competência do FNAS, para deliberação quanto a sua aprovação ou reprovação;

III - encaminhar ao ordenador de despesas a proposta de instauração de Tomada de Contas Especial em situações de irregularidades e/ou impropriedades na aplicação dos recursos transferidos por intermédio do FNAS, quando da análise da prestação de contas de sua competência;

IV - acompanhar a instauração, a análise e a finalização dos processos de abertura de Tomada de Contas Especial, quando da análise da prestação de contas de recursos transferidos pelo FNAS;

V - propor critérios para as fiscalizações in loco e definição de quando estas são cabíveis;

VI - auxiliar a Diretoria-Executiva na elaboração de subsídios ao Relatório de Gestão da Secretaria;

VII - orientar os gestores estaduais e municipais de assistência social, quanto à prestação de contas de recursos provenientes do FNAS; e

VIII - subsidiar a Diretoria-Executiva em resposta às demandas dos órgãos de controle interno e externo no tocante à prestação de contas dos recursos transferidos.

Art. 27. À Coordenação de Análise de Prestação de Contas de Transferências Voluntárias compete:

I - coordenar e acompanhar a análise da prestação de contas dos recursos repassados pelo FNAS mediante convênios, contratos e instrumentos congêneres;

II - apoiar na elaboração da Sistemática Anual, com instruções para apresentação de prestação de contas dos convênios, contratos e instrumentos congêneres firmados com recursos do FNAS;

III - coordenar e sistematizar os procedimentos de análise e emissão de parecer sobre as prestações de contas apresentadas pelos entes que recebem recursos repassados diretamente pelo FNAS;

IV - auxiliar na proposição de critérios de fiscalização in loco para verificação do cumprimento dos convênios, contratos e instrumentos congêneres firmados com recursos transferidos pelo FNAS, quando da análise da prestação de contas;

V - acompanhar o controle de prazos e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, contratos e instrumentos congêneres;

VI - controlar e manter atualizada a situação de regularidade e adimplência dos entes convenentes, junto aos sistemas informatizados da Administração Pública Federal;

VII - apoiar a Coordenação-Geral no levantamento de informações que visem atender demandas dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - elaborar Nota de Informação nos casos de feitos judiciais, a ser encaminhada à Consultoria Jurídica do Ministério; e

IX - realizar diligências junto aos gestores municipais e estaduais quanto às irregularidades ou impropriedades nas prestações de contas dos convênios, contratos e instrumentos congêneres firmados com recursos transferidos pelo FNAS, bem como quanto a informações complementares.

Art. 28. À Divisão de Análise de Prestação de Contas de Transferência Voluntária compete:

I - orientar os convenentes na elaboração e apresentação das prestações de contas de transferências voluntárias;

II - submeter à Coordenação a análise das prestações de contas dos recursos transferidos, por meio de transferência voluntária, pelo FNAS; e

III - controlar prazos e realizar cobrança de prestação de contas das transferências voluntárias efetuadas pelo FNAS.

Art. 29. À Coordenação de Análise de Prestação de Contas de Repasse Fundo a Fundo compete:

I - coordenar e acompanhar a análise da prestação de contas dos recursos transferidos de forma regular e automática pelo FNAS;

II - apoiar a elaboração da Sistemática Anual, com instruções para apresentação das prestações de contas dos recursos transferidos de forma regular e automática pelo FNAS;

III - coordenar e sistematizar os procedimentos de análise e emissão de parecer sobre a prestação de contas apresentada pelos entes que recebem recursos repassados de forma regular e automática pelo FNAS;

IV - apoiar a orientação e acompanhamento das atividades de prestação de contas dos recursos transferidos de forma regular e automática pelo FNAS;

V - controlar prazos e realizar cobrança de prestação de contas das transferências regulares e automáticas efetuadas pelo FNAS;

VI - apoiar a Coordenação-Geral no levantamento de informações que visem atender demandas dos órgãos de controle interno e externo, na área de sua competência;

VII - elaborar Nota de Informação nos casos de feitos judiciais, a ser encaminhada à Consultoria Jurídica do Ministério; e

VIII - realizar diligências junto aos gestores municipais e estaduais quanto às irregularidades ou impropriedades nas prestações de contas das transferências regulares e automáticas efetuadas pelo FNAS, bem como quanto a informações complementares.

Art. 30. À Divisão de Análise de Prestação de Contas de Repasse Fundo a Fundo compete:

I - analisar e emitir parecer da prestação de contas das transferências regulares e automáticas;

II - orientar os gestores municipais e estaduais na elaboração e na apresentação das prestações de contas na área de sua competência; e

III - submeter à Coordenação a análise das prestações de contas dos recursos transferidos pelo FNAS.

Art. 31. À Coordenação de Monitoramento e Controle compete:

I - realizar levantamentos periódicos de informações gerenciais para elaboração de relatórios para subsidiar a Coordenação-Geral de Prestação de Contas;

II - auxiliar a Coordenação-Geral no subsídio à elaboração do Relatório de Gestão da SNAS, nos assuntos relativos ao atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo;

III - monitorar e coordenar o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo afetos ao FNAS;

IV - subsidiar a Coordenação-Geral nas respostas às demandas dos órgãos de controle interno e externo, afetas ao FNAS; e

V- acompanhar e catalogar decisões do Tribunal de Contas da União que subsidiem a análise de prestação de contas, na área de sua competência.

Art. 32. À Divisão de Acompanhamento de Diligência e Controle compete:

I - registrar, acompanhar e promover atendimento das solicitações de fiscalização e/ou auditorias e diligências advindas dos órgãos de controle interno e externo, afetas ao FNAS;

II - subsidiar a Coordenação nas respostas às demandas dos órgãos de controle interno e externo, afetas ao FNAS;

III - acompanhar e controlar o cumprimento das recomendações decorrentes de fiscalizações, auditorias e diligências de questões afetas ao FNAS; e

IV - acompanhar as demandas dos órgãos de controle interno e externo, nos assuntos de competência do FNAS.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Apoio a Projetos compete:

I - elaborar, em conjunto com as demais unidades da Secretaria, instrumentos relativos a Transferências Voluntárias

II- apoiar as atividades de apoio técnico aos entes federados no que se refere às Transferências Voluntárias;

III - manifestar acerca das análises e pareceres relativos à compatibilidade do mérito social das propostas apresentadas por Estados, Municípios e Distrito Federal, com a Política Nacional de Assistência Social;

IV - prover suporte e orientação técnica, quando demandado, aos Estados, Municípios e Distrito Federal na elaboração de projetos;

V - manifestar-se quanto às solicitações de alterações nos projetos e instrumentos originalmente apresentados; e

VI - subsidiar a Diretoria-Executiva em resposta às demandas dos órgãos de controle interno e externo, no âmbito de sua competência.

Art. 34. À Coordenação de Avaliação e Suporte a Projetos compete:

I - contribuir na elaboração de atos normativos, manuais de orientação, formulários e instrumentais relativos a Transferências Voluntárias;

II - apoiar a orientação aos Estados, Municípios e Distrito Federal quanto à apresentação de propostas que visem ao financiamento de projetos, por meio de Transferências Voluntárias;

III - analisar e emitir pareceres relativos à compatibilidade do mérito social das propostas, apresentadas por Estados, Municípios e Distrito Federal, com a Política Nacional de Assistência Social;

IV - elaborar projetos sugestivos na área programática de atuação do FNAS;

V - prover suporte técnico na elaboração de Planos de Fiscalização e na seleção dos municípios a serem fiscalizados em razão de projetos financiados com recursos do FNAS;

VI - monitorar, acompanhar e avaliar o andamento da execução dos projetos financiados com recursos do FNAS, com a emissão de relatórios; e

VII - supervisionar, analisar e manifestar-se quanto a atos decorrentes da celebração de contratos de repasse ou ajustes, que envolvam a execução de projetos financiados com recursos do FNAS, quando demandado.

Art. 35. Ao Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social compete:

I - implementar, acompanhar e avaliar a gestão do SUAS;

II - regular as ações de gestão do SUAS e as relações entre os entes públicos federados e as entidades e organizações de assistência social;

III - propor instrumentos de regulamentação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, quanto aos aspectos de sua gestão;

IV - apoiar e fomentar os instrumentos de gestão participativa;

V - participar da formulação de critérios de partilha de recursos de cofinanciamento federal para Estados, Municípios e Distrito Federal;

VI - participar da formulação de diretrizes para participação do Governo Federal, dos Estados e Municípios no financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, em consonância com o modelo de gestão do SUAS;

VII - organizar, implementar e manter o sistema nacional de informação do SUAS e a Rede SUAS, com vistas à produção de dados em todo o território nacional;

VIII - coordenar e subsidiar a realização de estudos e pesquisas do processo de planejamento, implementação e normalização da Política Nacional de Assistência Social;

IX - apoiar e acompanhar os Estados e Municípios na implantação e implementação dos princípios e diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS;

X - propor normas e diretrizes, planejar, coordenar, acompanhar e executar as ações e os serviços de vigilância social;

XI - estabelecer os padrões de tipificação de vulnerabilidades, riscos, eventos, agravos, violações de direitos e demandas sociais;

XII - participar da definição de normas e padrões sobre a qualidade de serviços socioassistenciais prestados aos usuários;

XIII - prestar apoio técnico a Estados, Municípios e ao Distrito Federal na organização e execução de ações referentes à gestão do SUAS;

XIV - apoiar outros Departamentos da Secretaria na regulamentação e na gestão das ações de assistência social;

XV - formular, coordenar e implementar a política de educação permanente no âmbito do SUAS;

XVI - formular indicadores e executar o monitoramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e

XVII - formular e gerir o Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGDSUAS.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Regulação do SUAS compete:

I - realizar articulação e interlocução com os demais Departamentos da Secretaria e unidades do Ministério, visando à regulamentação das ações de assistência social para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social;

II - assessorar nas ações de regulamentação da relação intergestores para a gestão de serviços e ações de abrangência nacional e regional;

III - incentivar, fomentar e apoiar ações de regulamentação da assistência social, inclusive ações descentralizadas no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal;

IV - assessorar e acompanhar proposições que visem a estruturação e o fortalecimento das instâncias de negociação e pactuação do SUAS e as representações colegiadas dos Secretários de Assistência Social de estados, municípios e do Distrito Federal;

V - fomentar e acompanhar as ações de regulamentação promovidas pelas Comissões Intergestores Bipartite - CIB;

VI - apreciar os atos normativos do SUAS propostos pela Secretaria;

VII - propor e conduzir a agenda regulatória do SUAS em articulação com as demais unidades da Secretaria;

VIII - prestar apoio técnico na interlocução com a Assessoria Parlamentar e demais unidades do Ministério acerca dos assuntos legislativos afetos à política de assistência social;

IX - prestar apoio técnico à Secretaria e às instâncias nacionais de pactuação e deliberação do SUAS nos assuntos normativos e legislativos de interesse da política de assistência social;

X - promover a interlocução do SUAS com o Sistema de Justiça, no âmbito das políticas de Assistência Social;

XI - apoiar o Departamento no monitoramento do cumprimento, aplicabilidade e efeitos das normativas do SUAS; e

XII - realizar a gestão do acervo normativo do SUAS.

Art. 37. À Coordenação de Assuntos Normativos do SUAS compete:

I - apoiar tecnicamente as ações de regulamentação para o fortalecimento e consolidação do SUAS;

II - elaborar os pareceres técnicos às proposições legislativas de interesse do SUAS em articulação com as demais unidades da Secretaria;

III - organizar e registrar as informações referentes a análise, manifestação e tramitação das proposições legislativas de interesse do SUAS;

IV - realizar a revisão final da técnica legislativa das propostas de Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; e

V - proceder à elaboração de pareceres, notas técnicas, relatórios, material de orientação, publicação e outros documentos relativos a assuntos de sua competência.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente compete:

I - fomentar e acompanhar a implementação da Gestão do Trabalho no SUAS;

II - coordenar e fomentar em âmbito nacional a implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS;

III - planejar, coordenar e desenvolver ações visando o aprimoramento e à integração nacional dos respectivos Planos de Capacitação e de Educação Permanente;

IV - promover articulações com entidades e instituições relevantes para o aprimoramento da educação permanente e da gestão do trabalho no SUAS;

V - apoiar os estados, municípios e o Distrito Federal na implementação e fortalecimento das ações e normas relacionadas à gestão do trabalho e educação permanente do SUAS;

VI - apoiar e acompanhar estados, municípios e o Distrito Federal na implementação de políticas e ações de valorização dos trabalhadores do SUAS, em especial na instituição de planos de carreira, cargos e salários;

VII - exercer a função de Secretaria-Executiva da Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS;

VIII - apoiar e acompanhar estados, municípios e Distrito Federal no planejamento e implementação das respectivas mesas de negociação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - fomentar a utilização de instrumentos e práticas de registro de informação inerentes à atuação do profissional na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e

X - propor parâmetros para a atuação interprofissional, apoiando a construção dos processos de trabalho das equipes de referência.

Art. 39. À Coordenação de Acompanhamento da Gestão do Trabalho do SUAS compete:

I - apoiar técnica e operacionalmente as ações afetas a educação permanente no SUAS;

II - auxiliar no fomento à implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS;

III - apoiar no planejamento para realização de capacitações em âmbito nacional afetas a Educação Permanente no SUAS;

IV - monitorar e acompanhar a implementação dos Planos de Educação Permanente;

V - fomentar e monitorar banco de dados dos profissionais do SUAS, capacitados por meio das ações de educação permanente, em âmbito nacional; e

VI - proceder à elaboração de pareceres, notas técnicas, relatórios, material de orientação, publicação e outros documentos relativos a assuntos de sua competência.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Gestão Descentralizada e Participação Social compete:

I - promover a articulação e integração entre os entes federados na gestão do SUAS;

II - desenvolver ações para o aprimoramento da gestão descentralizada do SUAS;

III - exercer a função de Secretaria Técnica da CIT;

IV - gerir e acompanhar a operacionalização dos incentivos financeiros à gestão descentralizada do SUAS;

V - fomentar e apoiar a participação social na política de assistência social;

VI - promover ações de fortalecimento dos conselhos de assistência social;

VII - monitorar a implementação das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social;

VIII - incentivar e apoiar a criação de instrumentos e processos de gestão participativa em âmbito local, regional e nacional;

IX - apoiar a Secretaria na interlocução com o CNAS;

X - promover a elaboração de materiais informativos sobre a política de assistência social para os usuários;

XI - apoiar o Departamento na gestão do CadSUAS;

Art. 41. À Coordenação de Gestão Descentralizada do SUAS compete:

I - apoiar na promoção de ações de desenvolvimento das capacidades de gestão do SUAS nos municípios, estados e Distrito Federal;

II - auxiliar no fomento à incorporação de métodos e técnicas de gestão no âmbito do SUAS;

III - assessorar na coordenação e articulação da oferta de apoio técnico integrado da Secretaria aos estados e Distrito Federal, inclusive quanto à gestão municipal;

IV - acompanhar e apoiar as representações colegiadas de gestores da assistência social;

V - coordenar no âmbito da Secretaria o processo de elaboração, implementação e monitoramento dos Pactos de Aprimoramento do SUAS;

VI - fortalecer o uso dos Planos de Assistência Social como instrumentos de gestão e controle social;

VII - produzir, receber, organizar e salvaguardar a documentação oficial da Secretaria Técnica da CIT;

VIII - acompanhar e apoiar as Comissões Intergestores Bipartite, zelando pelo efetivo funcionamento das instâncias de pactuação do SUAS;

IX - proceder à elaboração de pareceres, notas técnicas, relatórios, material de orientação, publicação e outros documentos relativos a assuntos de sua competência; e

Art. 42. À Coordenação-Geral de Rede e Sistemas de Informações do SUAS compete:

I - coordenar, em âmbito nacional, a gestão dos dados, do Sistema de Informação do SUAS - Rede SUAS;

II - realizar a gestão da autorização de acesso a Rede SUAS;

III - organizar a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados da rede de assistência social;

IV - apoiar o planejamento e o desenvolvimento dos sistemas de informação do SUAS;

V - emitir parecer sobre os projetos afetos à Rede SUAS;

VI - propor e acompanhar a regulamentação do funcionamento dos sistemas da Rede SUAS e aprovar manuais técnicos;

VII - gerir, propor, desenvolver, homologar e acompanhar aplicativos, ferramentas e sistemas inerentes à Rede SUAS;

VIII - propor e promover ações de apoio à comunicação e fomentar a disseminação das informações derivadas da Rede SUAS;

IX - prestar o apoio técnico para os órgãos gestores e conselhos de Assistência Social estaduais, municipais e do Distrito Federal;

X - realizar a comunicação e divulgação das informações e orientações relacionadas a Rede SUAS;

XI - analisar e prospectar novas tecnologias de informação e comunicação para aplicação no SUAS; e

XII - implantar e coordenar o observatório virtual do SUAS.

Art. 43. À Coordenação de Processos Comunicacionais em Rede compete:

I - acompanhar e publicizar informações sobre serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais entre outras ações relacionadas à gestão da informação do SUAS;

II - prestar assessoramento aos órgãos gestores e conselhos de assistência social estaduais, municipais e do Distrito Federal no que tange à alimentação e utilização dos sistemas da Rede SUAS;

III - elaborar manuais técnicos, informativos, orientações e comunicados relativos à Rede SUAS para divulgação junto a técnicos e gestores do SUAS;

IV - auxiliar nas ações de apoio à comunicação e fomentar a disseminação das informações derivadas da Rede SUAS;

V - auxiliar na gestão do observatório virtual do SUAS;

VI - auxiliar na gestão de aplicativos, ferramentas e sistemas inerentes à Rede SUAS;

VII - auxiliar na gestão da autorização de usuários dos sistemas da Rede SUAS;

VIII - proceder à elaboração de pareceres, notas técnicas, relatórios, material de orientação, publicação e outros documentos relativos a assuntos de sua competência; e

Art. 44. À Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar e executar as ações de vigilância socioassistencial;

II - fomentar a implementação e o desenvolvimento da vigilância socioassistencial nos estados, municípios e Distrito Federal;

III - promover e realizar estudos e ações para a identificação e enfrentamento das situações de riscos e vulnerabilidade social;

III - estabelecer articulações intersetoriais para a identificação e enfrentamento das situações de riscos e vulnerabilidade social;

IV - gerir nacionalmente, no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema de notificações para eventos de enfrentamento da violência e violação de direitos, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação;

V - produzir indicadores e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social e para a redução dos danos;

VI - formular, calcular e analisar indicadores para o diagnóstico, planejamento, gestão e monitoramento do SUAS;

VII - propor os padrões de tipificação de vulnerabilidades, riscos, eventos, agravos, violações de direitos e demandas sociais;

VIII - estabelecer padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial;

IX - estabelecer padrões e procedimentos de registros das informações das ofertas socioassistencias;

X - coordenar o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS;

XI - apoiar o Departamento na gestão do Sistema de Cadastro do SUAS - CadSUAS;

XII - apoiar os processos de planejamento nacionais no âmbito do SUAS, por meio de aporte de informações e metodologias;

XIII - orientar os estados, municípios e Distrito Federal quanto aos processos de diagnóstico, planejamento e monitoramento no âmbito do SUAS;

XIV - fomentar a incorporação e implementação de métodos e técnicas de planejamento na gestão do SUAS; e

XV - realizar estudos relativos à oferta e à demanda de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Art. 45. À Coordenação de Vigilância Sociassistencial compete:

I - apoiar a gestão do sistema de notificações para eventos de violação de direitos;

II - prestar apoio técnico, implementação e desenvolvimento da vigilância socioassistencial nos estados, municípios e Distrito Federal;

III - realizar a mobilização, coleta, registro, e tratamento das informações do Censo SUAS;

IV - apoiar o estabelecimento de padrões e procedimentos de registros de informações das ofertas socioassistenciais;

V - apoiar na realização da gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial do SUAS no CadSUAS; e

VI - proceder à elaboração de pareceres, notas técnicas, relatórios, material de orientação, publicação e outros documentos relativos a assuntos de sua competência.

Art. 46. Ao Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários compete:

I - coordenar e implementar o BPC e orientar a operacionalização dos benefícios eventuais da assistência social, articulando-os aos programas e serviços de proteção social e demais políticas sociais;

II - gerir o BPC, junto aos órgãos responsáveis pela operacionalização, compreendendo a sua concessão, manutenção e reavaliação;

III - acompanhar a manutenção da Renda Mensal Vitalícia - RMV;

IV - fornecer subsídios e participar da formação dos agentes envolvidos na operacionalização, reavaliação e controle dos benefícios;

V - propor, desenvolver e acompanhar estudos, pesquisas e sistematização de dados e informações sobre os benefícios eventuais e de prestação continuada da assistência social;

VI - disponibilizar dados do Cadastro do BPC de forma a subsidiar a oferta e inclusão dos beneficiários nos serviços;

VII - implementar e manter sistema de informações e bancos de dados sobre os benefícios da assistência social, com vistas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações, bem como a regulamentação e controle dos benefícios;

VIII - propor, implementar e acompanhar ações de controle, bem como coordenar o processo de reavaliação periódica dos benefícios, determinado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

IX - atuar junto ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e aos três níveis de governo, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão do BPC da assistência social;

X - prestar apoio técnico a Estados, Municípios e ao Distrito Federal na organização e execução de ações referentes aos benefícios assistenciais;

XI - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social nas áreas de benefícios;

XII - disseminar materiais de apoio e informações sobre os benefícios e ações intersetoriais; e

XIII - apoiar as ações dos conselhos de políticas públicas e de direitos para o cumprimento de sua função de controle social em matéria relativa aos benefícios.

Art. 47. À Coordenação-Geral de Regulação e Análise Normativa compete:

I - acompanhar e participar da regulamentação, implementação e avaliação da gestão integrada entre benefícios e serviços, em conjunto com os demais departamentos da Secretaria;

II - normatizar critérios e procedimentos de acesso, concessão, manutenção, cessação, suspensão e revisão do Benefício de Prestação Continuada;

III - apreciar e apresentar manifestação acerca demandas relacionadas às normativas dos benefícios;

IV - assessorar na proposição da legislação relativa aos benefícios com vistas ao seu aprimoramento;

V - acompanhar, analisar e apresentar manifestação quanto às demandas judiciais, em conjunto com a Consultoria Jurídica, relativas aos benefícios; e

VI - assessorar na proposição e elaboração de atos normativos relacionados às ações, projetos e programas intersetoriais relacionados aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

Art. 48. À Coordenação de Regulação e Análise Normativa compete:

I - assessorar a Coordenação-Geral na elaboração de análise das normativas e manifestações técnicas relacionadas à matéria de benefícios; e

II - apoiar as demais Coordenações-Gerais em matérias relativas à regulação e análise normativa dos benefícios.

Art. 49. À Coordenação-Geral de Benefícios Assistenciais compete:

I - assessorar na coordenação e implementação do Benefício de Prestação Continuada, integrando-o aos demais programas e serviços no âmbito do SUAS;

II - acompanhar e avaliar a operacionalização e a revisão do Benefício de Prestação Continuada;

III - assessorar na articulação com outros órgãos, instituições e demais Secretarias no âmbito do Ministério para aprimoramento das ações de gestão e operacionalização dos benefícios assistenciais;

IV - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária anual, bem como acompanhar e avaliar a execução física, orçamentária e financeira do Benefício de Prestação Continuada, da Renda Mensal Vitalícia e do Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso;

V - prestar apoio técnico para organização e execução de ações referentes aos benefícios assistenciais e promover a capacitação aos envolvidos na operacionalização e revisão dos benefícios assistenciais e no acompanhamento dos beneficiários;

VI - assessorar na proposição, implementação e acompanhamento de ações de controle e fiscalização, bem como propor a intervenção em situações que indiquem irregularidades na oferta e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada, da Renda Mensal Vitalícia e do Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso;

VII - fornecer subsídio com vistas ao cumprimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo sobre os benefícios assistenciais que estão sob a gestão do Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários; e

VIII - atender e acompanhar as demandas de informação referentes aos benefícios assistenciais.

Art. 50. À Coordenação de Benefícios Assistenciais compete:

I - assessorar a Coordenação-Geral na elaboração de estudos técnicos e na análise e projeções orçamentárias dos benefícios assistenciais; e

II - apoiar as demais coordenações em matérias relativas aos benefícios assistenciais.

Art. 51. À Coordenação-Geral de Gestão da Informação e Controle de Benefícios compete:

I - acompanhar o desenvolvimento, a implementação e a manutenção dos sistemas de informação e dos bancos de dados com vistas à regulação, controle, acompanhamento e avaliação dos benefícios;

II - fortalecer o intercâmbio entre os sistemas de informações e os bancos de dados de benefícios, bem como de outras políticas públicas, com vistas ao controle e avaliação;

III - acompanhar o cruzamento contínuo das bases de dados para controle e revisão dos benefícios;

IV - desenvolver ações visando à padronização e à qualificação dos dados cadastrais dos beneficiários;

V - propor, desenvolver e acompanhar estudos periódicos sobre a cobertura, focalização e impacto dos benefícios para subsidiar o aperfeiçoamento permanente da gestão; e

VI - tratar e analisar dados, informações e indicadores estratégicos de gestão, bem como produzir relatórios referentes aos benefícios.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 52. À Coordenação de Gestão da Informação e Controle de Benefícios compete:

I - assessorar a Coordenação-Geral no levantamento de informações e na elaboração de análises de dados acerca dos benefícios;

II - apoiar a Coordenação-Geral na organização e manutenção dos bancos de dados; e

III - apoiar as demais coordenações em matérias relativas à gestão da informação e controle de benefícios.

Art. 53. À Coordenação-Geral de Articulação e Ações Intersetoriais compete:

I - propor e implementar ações que favoreçam o acesso dos beneficiários e de suas famílias aos serviços e programas no âmbito da política de assistência social e das demais políticas públicas, em conjunto com outras áreas da Secretaria;

II - assessorar na articulação com as demais Secretarias no âmbito do Ministério, bem como com outros órgãos e instituições para aprimoramento da oferta integrada de benefícios e serviços;

III - elaborar orientações técnicas e prestar apoio técnico aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal acerca da oferta dos programas intersetoriais;

IV - promover a capacitação dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de ações, projetos e programas intersetoriais;

V - acompanhar e participar da implementação e avaliação da gestão integrada entre benefícios e serviços, em conjunto com os demais Departamentos da Secretaria; e

VI - contribuir na definição de diretrizes das ações socioassistenciais, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto do Idoso e demais legislações correlatas aos benefícios de competência do Departamento.

Art. 54. À Coordenação de Articulação e Ações Intersetoriais compete:

I - assessorar a Coordenação-Geral na elaboração de orientações técnicas acerca dos programas intersetoriais e da oferta integrada de serviços e benefícios; e

II - apoiar as demais coordenações em matérias relativas à articulação e no planejamento e desenvolvimento de ações intersetoriais.

Art. 55. À Coordenação-Geral de Benefícios Previdenciários compete:

I - apoiar no planejamento e na avaliação das diretrizes gerais de atuação do INSS;

II - apoiar na supervisão, formulação, coordenação e gestão estratégica dos programas e das atividades do INSS;

III - apoiar na supervisão do cumprimento da política do Governo Federal no que se refere às ações de Previdência na área de benefícios previdenciários;

IV - articular-se com os órgãos competentes para promover a participação do Ministério no âmbito do Conselho Nacional de Previdência - CNP e em outros fóruns de debates cujas deliberações impactem na atuação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS;

V- acompanhar e auxiliar a articulação do INSS com os órgãos competentes pela formulação da política da Previdência;

VI - subsidiar o Ministério nas proposições acerca do aperfeiçoamento da legislação e da atualização e da revisão dos planos de benefícios da Previdência junto aos órgãos competentes pela formulação da política de Previdência;

VII - sistematizar, em conjunto com outras aéreas do Ministério, informações dos programas e das atividades do INSS e do CRSS; e

VIII- apresentar manifestação técnica e respostas a expedientes e pleitos relacionados à execução dos programas e das atividades do INSS e do CRSS.

Art. 56. À Coordenação de Gestão Estratégica compete assessorar a Coordenação-Geral no levantamento de informações e na elaboração de análises de dados em matérias relativas às diretrizes gerais de atuação do INSS.

Art. 57. À Coordenação de Supervisão e Acompanhamento compete assessorar a Coordenação-Geral no levantamento de informações e na elaboração de análises de dados em matérias relativas à supervisão e ao acompanhamento dos programas e das atividades do INSS.

Art. 58. Ao Departamento de Proteção Social Básica compete:

I - planejar, regular, coordenar e orientar a execução dos serviços, programas e projetos destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras;

II - definir diretrizes para a organização do conjunto de serviços e programas de Proteção Social Básica, tendo como referência a matricialidade sociofamiliar e o território;

III - definir diretrizes e acompanhar a inclusão de comunidades tradicionais nos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica;

IV - estabelecer mecanismos de controle, monitoramento e avaliação dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica;

V - propor critérios de partilha de recursos de cofinanciamento federal para Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de sua competência;

VI - formular diretrizes para participação do Governo Federal, dos Estados e Municípios no financiamento dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica;

VII - prestar apoio técnico aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal na organização e execução de ações de Proteção Social Básica;

VIII - acompanhar a execução físico-financeira de serviços e projetos da Proteção Social Básica;

IX - coordenar e organizar as informações e produzir dados com vistas ao monitoramento, apoio técnico e aprimoramento da Proteção Social Básica;

X - contribuir para a implementação de sistema de informações e dados sobre os serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica;

XI - propor e participar de estudos e pesquisas para subsidiar as ações relativas à Proteção Social Básica;

XII - promover, subsidiar e participar de atividades de capacitação para aperfeiçoamento da gestão, regulação e desenvolvimento de serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica do SUAS;

XIII - definir diretrizes para o funcionamento dos centros públicos de Proteção Social Básica;

XIV - manter articulação e interlocução com outras políticas públicas com vistas à efetivação da intersetorialidade nas ações da Proteção Social Básica; e

XV - prestar informações que subsidiem respostas às demandas dos órgãos de controle internos e externos; e

XVI - fornecer subsídios com vistas à elaboração do plano plurianual, orçamento, relatório de gestão, balanço geral da União.

Art. 59. À Coordenação-Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias compete:

I - propor diretrizes e assessorar no planejamento e regulação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e dos Serviços executados por Equipes Volantes e sua forma de organização no território;

II - elaborar propostas e procedimentos operacionais de normatização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

III - propor critérios, parâmetros, etapas e procedimentos para expansão do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e dos Serviços executados por Equipes Volantes;

IV - assessorar na articulação e interlocução com outras políticas públicas com vistas à efetivação da intersetorialidade nos serviços socioassistenciais a famílias;

V - coordenar o apoio técnico aos Estados nas funções de acompanhamento, monitoramento e assessoramento aos Municípios, no que concerne aos serviços socioassistenciais a famílias, ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e aos Serviços executados por Equipes Volantes;

VI - coordenar o acompanhamento do Distrito Federal na implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

VII - elaborar materiais de orientação técnica sobre os serviços socioassistenciais às famílias, o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, os Serviços executados por Equipes Volantes e sobre o Centro de Referência de Assistência Social;

VIII - realizar capacitação dos Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

IX - contribuir para a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

X - coordenar o acompanhamento da execução física e manter o Departamento informado acerca das transferências de recursos mensais para o cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e dos Serviços executados por Equipes Volantes; e

XI - coordenar a integração dos serviços socioassistenciais às famílias com os demais programas socioassistenciais.

Art. 60. À Coordenação de Serviços Socioassistenciais a Famílias compete:

I - auxiliar na elaboração de propostas e procedimentos operacionais de normatização do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

II - subsidiar na definição de critérios, parâmetros, etapas e procedimentos para expansão do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e dos Serviços executados por Equipes Volantes;

III - realizar apoio técnico aos Estados nas funções de acompanhamento, monitoramento e assessoramento aos Municípios, no que concerne aos serviços socioassistenciais às famílias;

IV - acompanhar o Distrito Federal na implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

V - auxiliar na elaboração de materiais de orientação técnica sobre os serviços socioassistenciais às famílias, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e sobre o Centro de Referência de Assistência Social;

VI - apoiar na capacitação de Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, em parceria com Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VII - auxiliar na formulação de indicadores de monitoramento e avaliação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, dos Serviços executados por Equipes Volantes e do Centro de Referência de Assistência Social;

VIII - acompanhar a execução física e manter a Coordenação-Geral informada acerca das transferências de recursos mensais para o cofinanciamento de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e dos Serviços executados por Equipes Volantes; e

IX - acompanhar a integração dos serviços socioassistenciais às famílias com os demais programas socioassistenciais

Art. 61. À Coordenação-Geral de Ações Complementares de Proteção Social Básica compete:

I - assessorar no planejamento, regulação e orientação da execução de ações complementares de Proteção Social Básica e sua forma de organização no território;

II - elaborar propostas e procedimentos operacionais de normatização de ações complementares de Proteção Social Básica;

III - assessorar na articulação e interlocução de ações complementares de Proteção Social Básica com outras políticas públicas com vistas à efetivação da intersetorialidade;

IV - coordenar o apoio técnico aos Estados nas funções de acompanhamento, monitoramento e assessoramento aos Municípios, no que concerne às ações complementares de Proteção Social Básica;

V - coordenar o acompanhamento do Distrito Federal na implementação de ações complementares de Proteção Social Básica;

VI - elaborar materiais de orientação técnica sobre ações complementares de Proteção Social Básica;

VII - realizar capacitação dos Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VIII - contribuir para a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação das ações complementares de Proteção Social Básica; e

IX - coordenar a integração das ações complementares de Proteção Social Básica com os demais programas socioassistenciais.

Art. 62. À Coordenação de Ações Complementares de Proteção Social Básica compete:

I - auxiliar na elaboração de propostas e procedimentos operacionais de normatização de ações complementares de Proteção Social Básica;

II - realizar apoio técnico aos Estados nas funções de acompanhamento, monitoramento e assessoramento aos Municípios, no que concerne às ações complementares de Proteção Social Básica;

III - acompanhar o Distrito Federal na implementação de ações complementares de Proteção Social Básica;

IV - auxiliar na elaboração de materiais de orientação técnica sobre as ações complementares de Proteção Social Básica;

V - apoiar na capacitação de Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, em parceria com Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VI - auxiliar na formulação de indicadores de monitoramento e avaliação de ações complementares de Proteção Social Básica; e

VII - acompanhar a integração das ações complementares de Proteção Social Básica com os demais programas Socioassistenciais.

Art. 63. À Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos compete:

I - propor diretrizes, assessorar no planejamento e na regulação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e sua forma de organização no território;

II - elaborar proposta de normatização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

III - propor diretrizes e normativas de funcionamento de centros de convivência, financiados com recursos federais, destinados à oferta do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos;

IV - propor critérios, parâmetros, etapas e procedimentos para expansão do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

V - coordenar o apoio técnico aos Estados em suas funções de acompanhamento e assessoramento aos Municípios, no que concerne aos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos;

VI - coordenar o acompanhamento do Distrito Federal na implementação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;

VII - elaborar materiais de orientação técnica sobre os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;

VIII - gerir e propor melhorias do sistema de informação e monitoramento, para o acompanhamento do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos;

IX - realizar capacitação dos Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

X - contribuir para a formulação de indicadores de monitoramento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, em conjunto com Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

XI - manter o Departamento informado acerca das transferências de recursos mensais para o cofinanciamento de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; e

XII - coordenar a integração dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com os demais programas socioassistenciais.

Art. 64. À Coordenação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos compete:

I - auxiliar na proposição de diretrizes e no planejamento e regulação do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos e sua forma de organização no território;

II - apoiar na elaboração de proposta de normatização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

III - contribuir para a elaboração de diretrizes e normativas para a organização da oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em centros de convivência, financiados com recursos federais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - colaborar na proposição de critérios, parâmetros, etapas e procedimentos para expansão do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

V - apoiar o aperfeiçoamento e acompanhar a gestão do sistema de informação e monitoramento, para acompanhamento do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos;

VI - prestar assistência aos Estados e Distrito Federal na operação do sistema de informação e monitoramento, para acompanhamento do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos;

VII - realizar o apoio técnico aos Estados em suas funções de acompanhamento e assessoramento aos Municípios, no que concerne ao serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos;

VIII - realizar o acompanhamento do Distrito Federal na implementação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;

IX - colaborar com a elaboração de materiais de orientação técnica sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

X - colaborar com a realização de capacitação dos Estados e Distrito Federal, na sua área de competência, e em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

IX - apoiar na formulação de indicadores de monitoramento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

X - manter a Coordenação-Geral informada acerca das transferências de recursos para o cofinanciamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; e

XI - apoiar na coordenação da integração dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com os demais programas socioassistenciais.

Art. 65. Ao Departamento de Proteção Social Especial compete:

I - planejar, coordenar, regular e orientar a execução dos serviços, programas e projetos destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, de trabalho infantil, tráfico de pessoas, entre outras situações de violação dos direitos;

II - estabelecer mecanismos de controle, monitoramento e avaliação dos serviços e programas e projetos de Proteção Social Especial;

III - propor critérios de partilha de recursos de cofinanciamento federal para os Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de sua competência;

IV - estabelecer critérios e definir procedimentos para participação do Governo Federal, no financiamento dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Especial nos Estados, Municípios e Distrito Federal;

V - manter articulação e interlocução com outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos humanos com vistas à efetivação da intersetorialidade nas ações da Proteção Social Especial;

VI - definir diretrizes para a organização do conjunto de serviços e programas de proteção social especial, tendo como referência a unidade, a descentralização e a regionalização das ações;

VII - prestar assessoramento técnico aos Estados, Municípios e Distrito Federal na organização e implementação das ações de Proteção Social Especial;

VIII - acompanhar a execução físico-financeira de serviços e projetos da Proteção Social Especial;

IX - coordenar, organizar as informações e produzir dados com vistas ao monitoramento, apoio técnico e aprimoramento da Proteção Social Especial;

X - contribuir com a implementação do sistema de informações e dados sobre os serviços e programas, com vistas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações da Proteção Social Especial;

XI - subsidiar e participar de atividades de capacitação para aperfeiçoamento dos serviços e programas de Proteção Social Especial;

XII - propor e promover estudos e pesquisas para subsidiar as ações relativas à Proteção Social Especial;

XIII - apoiar estratégias de mobilização social pela garantia de direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos; e

XIV - apoiar a mobilização dos Estados, Municípios e Distrito Federal para a participação em campanhas de interesse à Proteção Social Especial;

XV - subsidiar a SNAS no processo de elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual relativas às ações de Proteção Social Especial;

XVI - formular, em conjunto com as demais Coordenações-Gerais do Departamento, com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, indicadores de monitoramento e avaliação dos serviços e ações de Proteção Social Especial; e

XVII - organizar o fluxo e distribuição de documentos, correspondências e processos no âmbito do Departamento de Proteção Social Especial por meio dos sistemas de informações vigentes.

Art. 66. À Coordenação-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos compete:

I - assessorar na proposição, planejamento e coordenação das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade, tendo por referência as unidades de atendimento, sua forma de organização no território e a descentralização;

II - assessorar na elaboração de proposta de normatização da relação entre os entes federados, no que tange às unidades de referência acerca das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

III - subsidiar a definição de parâmetros para implantação das unidades de referência e de critérios de partilha de recursos para a expansão do cofinanciamento federal, destinados às ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

IV - elaborar e revisar normas e procedimentos operacionais das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade, adequando-os ao SUAS;

V - elaborar parâmetros de orientação aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal no que se refere às ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade;

VI - contribuir para a regulamentação de padrões de qualidade das unidades e serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

VII - subsidiar o Departamento de Proteção Social Especial acerca da execução físico-financeira relacionada a Proteção Social Especial de Média Complexidade;

VIII - apoiar as ações de capacitação, desenvolvidas pelo Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, destinadas a Estados, Municípios e Distrito Federal, referente às ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Art. 67. À Coordenação de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos compete:

I - prestar apoio técnico bem como auxiliar na orientação e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, relativas à Proteção Social Especial de Média Complexidade;

II - subsidiar o aprimoramento de mecanismos, procedimentos e sistemas de informação voltados ao acompanhamento das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

III - assessorar na formulação de indicadores de monitoramento e avaliação dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

IV - proceder à análise e elaboração de pareceres, relatórios e documentos técnicos relativos às ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade; e

V - subsidiar a Coordenação-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos acerca da execução físico-financeira relacionada a Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Art. 68. À Coordenação-Geral de Serviços de Acolhimento compete:

I - assessorar na proposição, planejamento e coordenação das ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e sua forma de organização no território;

II - assessorar na elaboração da proposta de normatização da relação entre os entes federados, no que tange às ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

III - elaborar e contribuir nas definições dos critérios e parâmetros das ações para expansão dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

IV - assessorar na elaboração e revisão de normas e procedimentos operacionais das ações sob sua responsabilidade, adequando-os ao SUAS;

V - elaborar parâmetros de orientação e de reordenamento dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, assessorando os Estados, Municípios e o Distrito Federal;

VI - contribuir para a regulamentação de padrões de qualidade dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

VII - elaborar material de orientações técnicas sobre os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

VIII - apoiar as ações de capacitação, desenvolvidas pelo Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, destinadas a Estados, Municípios e Distrito Federal, referente às ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

IX - formular, em conjunto com a Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, indicadores de monitoramento e avaliação dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; e

X - subsidiar o Departamento de Proteção Social Especial acerca da execução físico-financeira relacionada a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 69. À Coordenação de Serviços de Acolhimento compete:

I - auxiliar nas orientações e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos Estados, Municípios e Distrito Federal relativas aos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

II - assessorar, em conjunto com a Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, na formulação de indicadores de monitoramento e avalição dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; e

III - proceder à análise e elaboração de pareceres, relatórios e documentos técnicos relativos à Proteção Social Especial de Alta Complexidade; e

IV - subsidiar o aprimoramento de mecanismos, procedimentos e sistemas de informação voltados ao acompanhamento das ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

V - subsidiar a Coordenação Geral de Serviços de Acolhimento acerca da execução físico-financeira relacionada a Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Art. 70. À Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais compete:

I - coordenar, assessorar na proposição e planejamento da oferta do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial;

II - atuar de forma articulada com os demais órgãos governamentais e não governamentais responsáveis pelas politicas afins às ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial;

III - elaborar proposta de normatização, orientações técnicas, revisão e procedimentos operacionais das ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetorias de Proteção Social Especial, adequando-os ao SUAS;

IV - apoiar as ações de capacitação desenvolvidas pelo Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação nos Estados, Municípios e Distrito Federal em ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial;

V - formular, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, indicadores de monitoramento e avaliação das ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade e das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais;

VI - subsidiar o Departamento de Proteção Social Especial acerca da execução físico-financeira relacionada a medidas socioeducativas e Programas Intersetoriais;

VII - elaborar e contribuir nas definições dos critérios e parâmetros das ações para expansão do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial;

VIII - elaborar parâmetros de orientação e de reordenamento do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial, assessorando os Estados, Municípios e o Distrito Federal; e

IX - contribuir para a regulamentação de padrões de qualidade do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade e das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial.

Art. 71. À Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais compete:

I - assessorar na proposição, planejamento e coordenação da oferta do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais de Proteção Social Especial;

II - contribuir na elaboração da proposta de normatização, orientações técnicas, revisão e procedimentos operacionais das ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade, ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais, adequando-os ao SUAS;

III - colaborar na política de capacitação, desenvolvida pelo Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação nos Estados, Distrito Federal e Municípios, para as ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade e nas ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais;

IV - contribuir, em conjunto com o Departamento de Gestão do SUAS e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, na formulação de indicadores de monitoramento e avaliação das ações do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade , ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais;

V - gerir sistemas de gestão de informações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e demais Programas Intersetoriais; e

VI - subsidiar a Coordenação-Geral acerca da execução físico-financeira relacionada a medidas socioeducativas e programas intersetoriais

Art. 72. Ao Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - implantar, gerir e manter atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social, em articulação com conselhos e órgãos gestores da assistência social;

II - proceder à certificação das entidades beneficentes de assistência social que prestam serviço ou realizam ações assistenciais, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

III - propor parâmetros e procedimentos para o estabelecimento da vinculação das entidades socioassistenciais privadas ao SUAS;

IV - propor critérios para a inscrição dos serviços, programas e projetos das entidades de assistência social junto aos Conselhos de Assistência Social; e

V - avaliar a compatibilidade de bens importados com as finalidades das entidades e organizações de assistência social, de que trata o art. 141, § 2º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 73. À Coordenação-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS compete:

I - assessorar na proposição de parâmetros e procedimentos para o estabelecimento da vinculação das entidades socioassistenciais privadas ao SUAS;

II - assessorar o Departamento na proposição de critérios para a inscrição dos serviços, programas e projetos das entidades de assistência social, junto aos Conselhos de Assistência Social e ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III - auxiliar na implantação, gerência e atualização do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social, em articulação com conselhos e órgãos gestores da assistência social; e

IV - assessorar na proposição de mecanismos para a articulação da Secretaria com a Rede Socioassistencial Privada do SUAS, bem como procedimentos para o seu reordenamento.

Art. 74. À Coordenação-Geral de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social compete:

I - receber e proceder à análise e emissão de parecer técnico nos pedidos de concessão e de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social;

II - instaurar diligência para a complementação de documentos ou informações nos processos de certificação de entidade beneficente de assistência social

III - receber as representações e supervisões extraordinárias interpostas contra decisões de concessão ou renovação da certificação, proferidas no âmbito do Ministério;

IV - propor procedimentos e mecanismos de supervisão ordinária das entidades certificadas, com o objetivo de verificar a manutenção das condições e requisitos que fundamentaram a certificação, bem como iniciar processo de supervisão ordinária para verificação do cumprimento das condições que ensejaram a certificação ou por indicio de irregularidade;

V - solicitar manifestação do Ministério da Educação e/ou do Ministério da Saúde, em se tratando de processos de certificação de entidade que atue em mais de uma área, além da área de assistência social;

VI - manifestar-se nos processos de certificação que tramitam no Ministério da Educação e/ou no Ministério da Saúde, quando se tratar de entidade que atue, também, na área de assistência social;

VII - propor o encaminhamento de processos de certificação ao Ministério responsável pela área de atuação preponderante da entidade, quando se entender que esta não corresponde à área de assistência social; e

XI - assessorar a Diretoria do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS no encaminhamento de informações relativas à certificação para o Conselho Nacional de Assistência Social e para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 75. À Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social compete:

I - arquivar, localizar e manter a organização dos processos de certificação de entidade beneficente de assistência social e dos processos de compatibilidade de bens importados;

II - gerir e manter atualizada a base de informação sobre os processos de certificação de entidade beneficente de assistência social e dos processos de compatibilidade de bens importados;

III - disponibilizar no sítio do MDSA as informações sobre a fase dos processos de certificação de entidade beneficente de assistência social;

IV - promover a publicação, no Diário Oficial da União, da decisão do Secretário Nacional de Assistência Social relativa ao deferimento, indeferimento ou cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;

V - notificar os interessados da decisão de deferimento, indeferimento ou cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; e

VI - assessorar a Coordenação-Geral no encaminhamento de informações relativas à certificação para o Conselho Nacional de Assistência Social e para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 76. Ao Secretário Nacional de Assistência Social incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades e projetos das respectivas unidades organizacionais da Secretaria Nacional de Assistência Social;

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e às programações orçamentária e operacional;

V - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Assistência Social;

VI - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria, consoante normas específicas;

VII - coordenar as ações da Secretaria na atuação junto aos organismos e fóruns internacionais;

VIII - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o território nacional e internacional;

IX - decidir sobre os processos de certificação de entidades beneficentes de assistência social;

X - cancelar a certificação de entidades beneficentes de assistência social, quando ficar comprovado o descumprimento dos requisitos necessários a sua concessão ou manutenção;

XI - reconsiderar, quando for o caso, decisões de indeferimento de concessão, de renovação ou de cancelamento de certificação de entidades beneficentes de assistência social;

XII - encaminhar ao Ministro de Estado os recursos contra as decisões relativas à certificação das entidades beneficentes de assistência social, que não tenham sido reconsideradas;

XIII - emitir declaração quanto à compatibilidade da natureza, da qualidade e da quantidade dos bens de origem estrangeira, objeto de desembaraço aduaneiro, doados às entidades ou organizações de assistência social, as suas finalidades essenciais, bem como reconsiderar as decisões de indeferimento; e

XIV - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Art. 77. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 78. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - organizar a agenda do Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes da Secretaria.

Art. 79. Aos Diretores e Diretor-Executivo incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 80. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;

II - assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

III - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e

V - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.

Art. 81. Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 82. Aos Assessores, Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Agrário, tem por competência:

I - planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de segurança alimentar e nutricional de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecidas pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010;

I - promover o acesso à alimentação adequada e saudável, o apoio à produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos; a educação alimentar e nutricional, a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais, o acesso à água e o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;

III - fomentar e manter integração com outros órgãos e entidades do Governo federal para a execução das ações decorrentes das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - fomentar e manter parcerias com os Estados, Distrito Federal, Municípios, Cooperativas e organizações da sociedade civil para a execução das ações decorrentes das diretrizes apontadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - fomentar a oferta de bens e serviços públicos para as populações em insegurança alimentar e nutricional, considerando-se a diversidade étnica, cultural e regional da população brasileira;

VI - prestar suporte técnico e assessoramento à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - apoiar a estruturação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de forma coordenada com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional;

VIII - apoiar a estruturação dos sistemas estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional nos termos da Lei nº 11.346, de 2006;

IX - planejar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações de segurança alimentar e nutricional;

X - coordenar e secretariar o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, conforme o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012;

XI - promover o mapeamento da população em insegurança alimentar e nutricional do país;

XII - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho dos programas e ações de sua competência, para a realização do monitoramento e avaliação;

XIII - acompanhar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, interagindo com as diretrizes políticas por ele definidas, em consonância com diretrizes governamentais; e

XIV - estabelecer diretrizes relativas ao recebimento, à gestão e à destinação dos bens doados à Estratégia Fome Zero, garantindo sua melhor utilização para os beneficiários dos programas do Ministério.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional terá a seguinte estrutura:

1.Gabinete

1.1.Coordenação de Apoio Técnico Administrativo

2.Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

2.1.Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade

2.2.Coordenação de Formalização de Instrumentos para Transferência de Recursos

2.3.Coordenação de Prestação de Contas

3.Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

3.1.Coordenação de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

4.Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

4.1.Coordenação de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

5.Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva

5.1.Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar

5.1.1.Coordenação de Apoio à Estruturação da Produção

5.1.2.Coordenação de Apoio ao Desenvolvimento Territorial e Inovação

5.2.Coordenação-Geral de Acesso à Água

5.2.1.Coordenação de Acesso à Água para o Consumo Humano

5.2.2.Coordenação de Acesso à Água para a Produção de Alimentos

5.3.Coordenação-Geral de Fomento à Produção para o Autoconsumo

5.3.1.Coordenação de Fomento à Produção para o Autoconsumo

5.3.2.Coordenação de Articulação e Apoio as Ações de Fomento à Produção para o Autoconsumo

5.4.Coordenação-Geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais

5.4.1.Coordenação de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais

6.Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar

6.1.Coordenação de Compras Institucionais

6.2.Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar

6.2.1.Coordenação de Articulação Federativa

6.3.Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar

6.3.1.Coordenação de Monitoramento

6.3.2.Coordenação de Gestão da Informação

6.4.Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.4.1.Coordenação de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite

6.5.Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos

6.5.1.Coordenação de Aquisição e Distribuição de Alimentos

6.5.2.Coordenação de Monitoramento e Apoio à Aquisição e Distribuição de Alimentos

7.Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares

7.1.Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

7.1.1.Coordenação de Apoio aos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

7.1.2.Coordenação de Apoio à Integração dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

7.1.3.Coordenação de Monitoramento dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

7.2.Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional

7.2.1.Coordenação de Apoio à Educação Alimentar e Nutricional

7.3.Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais

7.3.1.Coordenação de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais

7.4.Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

7.4.1.Coordenação de Apoio ao Monitoramento da Agricultura Urbana e Periurbana

8.Departamento de Mobilidade Social, Micro e Pequenos Negócios para a Segurança Alimentar

8.1.Coordenação-Geral de Micro e Pequenos Negócios para a Inclusão Produtiva

8.2.Coordenação-Geral de Programas para Políticas de Responsabilidades Social e Ambiental

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral e as Coordenações por Coordenador, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo Secretário-Adjunto da Secretaria.

§ 1º O Chefe do Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar e coordenar a programação e a integração das atividades técnicas e de gestão da Secretaria;

II - coordenar e desenvolver as atividades concernentes às relações institucionais da Secretaria com as demais áreas do Ministério;

III - centralizar e organizar, no âmbito interno da Secretaria, as interfaces de relacionamento e de trabalho em conjunto e compartilhado com as demais unidades do Ministério;

IV - coordenar e articular, junto às Diretorias e à Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, a elaboração do planejamento da Secretaria no que concerne à estruturação do sistema de informações técnicas, legais e gerenciais, à manutenção da base de conhecimento da Secretaria e à gestão dos recursos tecnológicos;

V - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, agenda, audiências, viagens e demais atividades do Secretário, bem como o preparo e o despacho dos respectivos expedientes;

VI - assistir ao Secretário em sua representação política, social e administrativa;

VII - orientar e controlar as atividades administrativas, as rotinas e as práticas de trabalho no âmbito do Gabinete;

VIII - assistir ao Secretário na coordenação de estudos relacionados à gestão interna e às áreas de atuação da Secretaria;

IX - coordenar a elaboração dos relatórios técnicos e de gestão da Secretaria; e

X - planejar, coordenar e centralizar o recebimento e o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo nos assuntos de competência da Secretaria, incluindo a verificação do cumprimento dos prazos e implementação de ações, bem como solicitar às unidades da Secretaria o envio de subsídios necessários ao atendimento dos pedidos de informações e de documentos.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo compete:

I - planejar, integrar, promover e executar as ações relativas a recursos humanos, patrimoniais, orçamentários, financeiros, tecnológicos, informacionais e logísticos relacionados à gestão interna da Secretaria;

II - assessorar na proposição de diretrizes e no estabelecimento de normas e procedimentos padrões para a elaboração e implementação das atividades relacionadas à gestão interna da Secretaria;

III - organizar o recebimento, registro e acompanhamento do trâmite dos processos e documentos recebidos e remetidos pela Secretaria;

IV - controlar a publicação de atos oficiais de interesse da Secretaria; e

V - gerenciar, promover e executar a triagem de informações institucionais de interesse da Secretaria.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - gerenciar as informações de caráter orçamentário e financeiro da Secretaria;

II - apresentar, em conjunto com as demais unidades da Secretaria, propostas de alterações do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, nas ações referentes à Secretaria;

III - acompanhar o desenvolvimento das metas previstas para as ações orçamentárias e fornecer subsídios para elaboração do relatório de gestão da Secretaria;

IV - atuar de forma integrada com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, órgão setorial do Ministério;

V - supervisionar, acompanhar, analisar, avaliar e informar sistematicamente a execução orçamentária e financeira dos programas e ações da Secretaria;

VI - subsidiar e orientar o ordenador de despesas no que se refere ao cumprimento da legislação vigente sobre a execução orçamentária e financeira; e

VII - submeter ao ordenador de despesas a análise das prestações de contas de instrumentos de repasse voluntário.

Art. 8º À Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - elaborar a programação financeira dos recursos da Secretaria;

II - acompanhar e orientar a execução orçamentária e financeira da Secretaria;

III - apoiar as atividades relacionadas à elaboração do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual, da programação financeira anual e da solicitação de créditos adicionais da Secretaria, segundo as diretrizes emanadas dos Órgãos Central e Setorial dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira;

IV - fornecer subsídios e elaborar documentos de assessoramento aos órgãos setoriais do Ministério, nos assuntos relacionados à execução orçamentária e financeira da Secretaria;

V - acompanhar e cumprir as orientações relativas à programação e execução orçamentária e financeira da Secretaria, em consonância com as diretrizes emanadas dos Órgãos Central e Setorial dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira;

VI - verificar e acompanhar o desempenho das unidades gestoras vinculadas à Secretaria sobre os procedimentos contábeis a serem adotados;

VII - orientar a análise dos procedimentos contábeis adotados, sugerindo correção das impropriedades;

VIII - acompanhar as atividades de registros de conformidade de gestão e contábil;

IX - analisar as conciliações bancárias da Secretaria; e

X - controlar, manter e guardar a documentação contábil da Secretaria.

Art. 9º À Coordenação de Formalização de Instrumentos para Transferências de Recursos compete:

I - coordenar e executar os atos relacionados à formalização de convênios e instrumentos congêneres referentes a ações da Secretaria;

II - subsidiar as áreas finalísticas da Secretaria para a correta formalização de convênios, contratos e outros instrumentos congêneres às transferências voluntárias de recursos e seus processos;

III - providenciar a publicação de extratos de convênios, termos de parceria, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres;

IV - conduzir o processo de nomeação de gestores de convênios, contratos, termos de parceria e similares, providenciando a elaboração do instrumento pertinente e sua publicação;

V - providenciar a doação dos bens remanescentes de processos cuja prestação de contas final tenha sido aprovada; e

VI - providenciar o arquivamento dos processos após seu encerramento.

Art. 10. À Coordenação de Prestação de Contas compete:

I - propor critérios para análise e fiscalização, inclusive in loco, dos aspectos financeiros da prestação de contas dos recursos transferidos pela Secretaria;

II - promover as diligências relativas aos aspectos financeiros da prestação de contas dos convênios, contratos e instrumentos congêneres firmados pela Secretaria;

III - analisar, sob os aspectos financeiros, a prestação de contas dos recursos repassados pela Secretaria, mediante convênios e instrumentos congêneres;

IV - submeter ao Coordenador-Geral a análise das prestações de contas referidas no inciso III;

V - encaminhar ao Coordenador-Geral a prestação de contas para registros ou solicitação de instauração de Tomada de Contas Especial;

VI - propor o encaminhamento às instâncias competentes, para providências, dos relatórios de fiscalização in loco que apresentarem irregularidades nos aspectos financeiros, acompanhados dos respectivos processos dos instrumentos de repasse voluntário, incluindo a prestação de contas; e

VII - fornecer subsídios à Coordenação-Geral no assessoramento ao Gabinete da Secretaria na elaboração de documentos para responder às demandas e auditorias de órgãos de controle interno e externo que sejam relacionadas à prestação de contas de recursos repassados pela Secretaria.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - estimular, no âmbito da Secretaria, o desenvolvimento, a padronização e a integração dos serviços de produção e disseminação de informações;

II - gerenciar e orientar a utilização de sistemas informacionais da Secretaria, promovendo a integração sistêmica entre as bases de dados de informações;

III - promover a ampliação e modernização de sistemas de disseminação de informações da Secretaria;

IV - monitorar e avaliar, em conjunto com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, os programas, projetos e demais ações da Secretaria;

V - apoiar o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão e monitoramento dos Programas da Secretaria e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VI - promover a análise dos indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional, assim como de programas inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e

VII - contribuir com estudos e subsidiar a implementação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 12. À Coordenação de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - auxiliar na manutenção dos sistemas informacionais existentes no âmbito da Secretaria;

II - subsidiar o desenvolvimento, a padronização e a integração dos serviços de produção e disseminação de informações;

III - sistematizar e consolidar as informações referentes ao monitoramento de programas e ações no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

IV - subsidiar a elaboração de indicadores para o aprimoramento dos serviços ofertados no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - apoiar a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional no cumprimento das atribuições previstas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007 e nº Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010;

II - coordenar o processo de mobilização e formalização dos Estados, Municípios e Distrito Federal para adesão e participação visando à implementação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - fomentar a institucionalização e implementação, no território nacional, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de apoio à consolidação dos componentes estaduais, municipais e distrital do Sistema;

V - coordenar e promover a realização de seminários, oficinas, ações de capacitação e formação de gestores públicos e representantes da sociedade civil relativos à implementação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - definir formas de financiamento e supervisionar a execução de recursos repassados para a implementação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o território nacional;

VII - apoiar a articulação da Secretaria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

IX - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

X - Elaborar resoluções, documentos, normas e regulamentações voltadas à implementação Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos entes federados.

Art. 14. À Coordenação de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - articular e gerenciar a execução dos recursos repassados para a implementação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o território nacional;

II - emitir pareceres e relatórios técnicos relacionados à regulamentação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o território nacional;

III - auxiliar a Coordenação-Geral na relação federativa da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; e

IV - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes aos assuntos afetos à Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 15. Ao Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva compete:

I - coordenar ações de fomento à produção de alimentos visando o autoconsumo e o acesso à alimentação adequada e saudável da população em situação de insegurança alimentar;

II - implementar ações visando a organização de sistemas produtivos e a inclusão produtiva da população para fortalecer a segurança alimentar;

III - implementar e coordenar ações de promoção da segurança alimentar para ampliação do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos;

IV - planejar, coordenar e acompanhar a implementação de ações de segurança alimentar e nutricional, nas estratégias de desenvolvimento territorial;

V - apoiar a difusão e multiplicação de iniciativas inovadoras em segurança alimentar e nutricional; e

VI - planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à segurança alimentar das comunidades, alimentação dos povos e comunidades tradicionais.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - coordenar a implementação de programas, projetos e ações de estruturação produtiva de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de iniciativas de mobilização, capacitação, assistência técnica e investimentos, fortalecendo o processo de inclusão produtiva;

II - subsidiar a articulação com órgãos federais e demais instituições públicas e privadas objetivando a elaboração de mecanismos inovadores que permitam a estruturação da produção dos empreendimentos da agricultura familiar, dos povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais;

III - apoiar ações de identificação e estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade brasileira, que sejam de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares e que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes;

IV - apoiar o planejamento e a implementação de ações de inclusão produtiva e de estruturação da produção no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial;

V - organizar e sistematizar as informações técnicas e gerenciais dos programas, projetos e ações de estruturação da produção e inclusão produtiva; e

VI - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes à Estruturação da Produção Familiar.

Art. 17. À Coordenação de Apoio à Estruturação da Produção compete:

I - assessorar na coordenação e supervisão da implementação de programas, ações e projetos de promoção de inclusão produtiva para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - auxiliar na execução de estudos e prospecções acerca das ações de estruturação e inclusão produtiva na perspectiva da inovação na execução dos programas, projetos e ações sob sua responsabilidade;

III - operacionalizar ações para fortalecer mobilização, capacitação, assistência técnica e investimentos aos produtores, fortalecendo o processo de inclusão produtiva; e

IV - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres referentes à estruturação da produção, bem como analisar, sob aspectos da execução física, as prestações de contas referentes aos programas de inclusão produtiva.

Art. 18. À Coordenação de Apoio ao Desenvolvimento Territorial e Inovação compete:

I - auxiliar no planejamento e na implementação de programas, projetos e ações de promoção de inclusão produtiva articulada a estratégias de desenvolvimento territorial;

II - estimular e apoiar a implementação e estruturação de consórcios públicos, com personalidade jurídica de direito público, na perspectiva do fortalecimento das ações de segurança alimentar e nutricional, em estreita articulação com instituições federais com competências afins;

III - apoiar a difusão e multiplicação de iniciativas inovadoras em segurança alimentar e nutricional na perspectiva da estruturação e inclusão produtiva, em estreita cooperação com instituições federais, particularmente de ciência e tecnologia, trabalho e emprego e economia solidária;

IV - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos da execução física, as prestações de contas referentes ao Desenvolvimento Territorial e Inovação; e

V- coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes ao Desenvolvimento Territorial e Inovação.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Acesso à Água compete:

I - desenvolver mecanismos e prospectar tecnologias de acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento social;

II - coordenar ações de acesso à água para consumo humano e a produção de alimentos para a população rural visando à promoção da segurança alimentar e nutricional;

III - supervisionar programas, projetos e ações de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos;

IV - organizar e sistematizar informações técnicas e gerenciais dos programas, ações e projetos de acesso à água;

V - identificar e demandar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar e subsidiar a formulação de políticas de acesso à água no âmbito da segurança alimentar e nutricional;

VI - apoiar o Departamento na articulação das ações de acesso à água junto a outros órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como com entidades privadas, na perspectiva da defesa do direito humano à alimentação adequada; e

VII - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes ao acesso à água.

Art. 20. À Coordenação de Acesso à Água para Consumo Humano compete:

I - planejar, executar e acompanhar os programas, projetos e ações de acesso à água para consumo humano;

II - produzir informações técnicas e gerenciais relativas à execução dos programas, projetos e ações de acesso à água para o consumo humano;

III - apoiar na promoção e incentivo às iniciativas de troca de experiência entre os diversos atores e parceiros das ações de acesso à água para consumo humano;

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na articulação das ações que promovam acesso à água, para o consumo humano, com os entes federados e a sociedade civil; e

V - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos da execução física, as prestações de contas referentes ao acesso à água para consumo humano.

Art. 21. À Coordenação de Acesso à Água para Produção de Alimentos compete:

I - planejar, executar e acompanhar os programas, projetos e ações de acesso à água para produção de alimentos;

II - produzir informações técnicas e gerenciais relativas à execução dos programas, projetos e ações de acesso à água para produção de alimentos, gerenciando, inclusive, sistemas de monitoramento e execução dos programas, projetos e ações sob sua responsabilidade;

III - promover, incentivar e apoiar iniciativas de troca de experiência entre os diversos atores e parceiros das ações de acesso à água para produção de alimentos;

IV - auxiliar a Coordenação-Geral no apoio ao Departamento na articulação de ações que promovam acesso à água para produção de alimentos, com os entes federados e a sociedade civil; e

V - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos da execução física, as prestações de contas referentes ao acesso à água para produção de alimentos.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Fomento à Produção para o Autoconsumo compete:

I - coordenar o desenho, a implementação e o monitoramento de programas, projetos e ações de fomento à produção de alimentos para o autoconsumo;

II - coordenar a execução das atividades do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário;

III - apoiar o Departamento nas instâncias de gerenciamento, coordenação e monitoramento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;

IV - supervisionar a execução dos recursos repassados para a implementação e gestão do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e

V - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes ao fomento à produção para o autoconsumo.

Art. 23. À Coordenação de Fomento à Produção para o Autoconsumo compete:

I- acompanhar a execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais junto ao agente operador; e

II - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes ao Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Art. 24. À Coordenação de Articulação e Apoio às Ações de Fomento à Produção para o Autoconsumo compete:

I - apoiar a Coordenação-Geral no acompanhamento e no monitoramento dos programas, projetos e ações de fomento às atividades produtivas rurais;

II - apoiar a Coordenação-Geral na realização de estudos para subsidiar a elaboração e a implementação de programas, projetos e ações que visem garantir o fomento à produção para o autoconsumo;

III - elaborar conteúdos que subsidiem os serviços de assistência técnica voltados ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e

IV - prover a Coordenação-Geral de informações, com vistas à elaboração de estratégias que estimulem práticas agroecológicas no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais compete:

I - assessorar na articulação e implementação de políticas públicas de fomento e estruturação produtiva para a promoção da segurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais, por meio da identificação e elaboração de ações/programas, projetos e ações adequados às especificidades histórico-culturais dos povos e comunidades tradicionais;

II - estimular a integração entre Estados, Municípios, Distrito Federal e organizações da sociedade civil com vistas à formulação e implementação de ações de segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais;

III - colaborar para ampliação do acesso dos povos e comunidades tradicionais às políticas de segurança alimentar e nutricional;

IV - assessorar na promoção da articulação com órgãos federais, com vistas a promover a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais com vistas a promover a inclusão produtiva com ênfase na promoção de Segurança Alimentar e Nutricional; e

V - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de ações e programas direcionados ao Apoio dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 26. À Coordenação de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais compete:

I - incentivar a produção e beneficiamento de alimentos diversificados, saudáveis e culturalmente adequados nos territórios tradicionais como estratégia de promoção da soberania alimentar;

II - auxiliar no planejamento, coordenação e supervisão da implementação de programas e ações de segurança alimentar e nutricional, voltados aos povos e comunidades tradicionais;

III - auxiliar a Coordenação-Geral na articulação com Estados, Municípios, Distrito Federal, e organizações da sociedade civil visando implementar políticas e programas de segurança alimentar e nutricional voltados a povos e comunidades tradicionais; e

IV - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos da execução física, as prestações de contas referentes aos povos e comunidades tradicionais.

Art. 27. Ao Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar compete:

I - promover o apoio à produção, comercialização e distribuição de alimentos;

II - promover articulação com os entes federativos visando a implementação de sistemas locais de abastecimento;

III - apoiar o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos na formulação de ações do Governo federal relacionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

IV - propor diretrizes concernentes ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

V - implementar e supervisionar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no que se refere ao atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e ao fomento da inclusão socioeconômica dos agricultores familiares;

VI - promover a implementação de sistemas de acompanhamento da execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

VII - planejar e acompanhar as iniciativas de compras institucionais de agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais para o abastecimento alimentar;

VIII - realizar articulações junto a outras políticas e ações governamentais com vistas à potencialização de ações nas regiões com maior índice de insegurança alimentar e nutricional; e

IX - proceder ao recebimento, à gestão e à destinação dos bens doados à Estratégia Fome Zero, garantindo sua melhor utilização para beneficiários dos programas do Ministério.

Art. 28. À Coordenação de Compras Institucionais compete:

I - assessorar o Departamento nas relações e articulações com órgãos públicos para as Compras Institucionais e o abastecimento alimentar;

II - acompanhar, monitorar e apoiar a implementação e o funcionamento de sistemas de acompanhamento da execução da modalidade compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar junto aos órgãos e instituições parceiras;

III - desenvolver estudos prospectivos para qualificar as ações das compras institucionais por órgãos públicos;

IV - articular o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar a outras políticas e ações de compras governamentais e privadas com vistas à potencialização de ações de abastecimento alimentar; e

V -propor normas, instruções e diretrizes concernentes às ações de aquisição e distribuição de alimentos.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar compete:

I - coordenar as relações e articulações com entes da federação para o abastecimento alimentar através de termos de adesão;

II - acompanhar e monitorar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar nos entes federados que aderiram ao Programa;

III - desenvolver estudos prospectivos para qualificar as ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

IV - articular o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar a outras políticas e ações de compras governamentais e privadas com vistas à potencialização de ações nas regiões com maior índice de insegurança alimentar e nutricional;

V -propor normas, instruções e diretrizes concernentes às ações de aquisição e distribuição de alimentos; e

VI - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução dos Termos de Adesão

Art. 30. À Coordenação de Articulação Federativa compete:

I - assessorar à Coordenação-Geral nas relações e articulações com os entes federados para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

II - acompanhar e monitorar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar nos entes federados que aderiram ao Programa; e

III - apoiar a Coordenação-geral na articulação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar a outras políticas e ações de compras governamentais e privadas com vistas à potencialização de ações nos entes federados com maior índice de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar compete:

I - apoiar a implementação e o funcionamento de sistemas de acompanhamento da execução do Termo de Adesão nos entes parceiros

II - desenvolver estudos prospectivos para qualificar as ferramentas de gestão e transparência da informação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, nos assuntos afetos à Coordenação-Geral;

III -propor normas, instruções e diretrizes concernentes ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e aos sistemas de acompanhamento da execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

IV - gerar informações e relatórios relacionados à execução do Programa de Aquisição de Alimentos para apoio ao Departamento; e

V - coordenar o desenvolvimento de capacitações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Art. 32. À Coordenação de Monitoramento compete:

I - assessorar a coordenação e gerenciamento dos convênios e instrumentos congêneres referentes à aquisição de alimentos da agricultura familiar e ações de apoio e operacionalização dessas aquisições, no âmbito das ações de segurança alimentar e nutricional e abastecimento alimentar;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - assessorar no monitoramento da execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

III -assessorar na proposição de normas, instruções e diretrizes concernentes às ações de aquisição e distribuição de alimentos.

IV - assessorar e acompanhar o desenvolvimento de capacitações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

Art. 33. À Coordenação de Gestão da Informação

I - assessorar no monitoramento de projetos e ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

II - sistematizar e consolidar as informações referentes ao monitoramento de programas e ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;

III - subsidiar a elaboração de indicadores para o aprimoramento dos serviços ofertados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; e

IV - assessorar a coordenação-geral na implementação de sistemas de acompanhamento da execução e gestão da informação do Termo de Adesão.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite compete:

I - assessorar no planejamento, coordenação, apoio, acompanhamento e monitoramento da execução de ações e atividades do Programa de Aquisições de Alimentos - PAA no que se refere ao incentivo à produção e ao consumo de leite;

II - propor normas, instruções e diretrizes concernentes ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar relativos ao Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; e

III - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes ao Incentivo a Produção e ao Consumo de Leite.

IV - coordenar a gestão e prestação de contas dos convênios e instrumentos congêneres, sob aspectos da execução física, referentes à aquisição de alimentos da agricultura familiar e ações de apoio e operacionalização dessas aquisições.

Art. 35. À Coordenação de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite compete:

I - assessorar na coordenação e na execução de projetos e ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar relativos ao Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite;

II - assessorar no monitoramento de projetos e ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar relativos ao Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; e

III - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos compete:

I - coordenar as relações e articulações com órgãos e instituições para fortalecimento das compras públicas da agricultura familiar;

II - acompanhar e monitorar a execução das Compras Públicas da Agricultura Familiar nos órgãos e instituições parceiras;

III - desenvolver estudos prospectivos para qualificar as compras públicas da agricultura familiar e a distribuição de alimentos à famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

IV - articular o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar a outras políticas e ações de compras governamentais e privadas com vistas a ampliação das compras públicas da agricultura familiar pelos órgãos federais e estaduais.

V - coordenar e acompanhar a distribuição de alimentos às famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) em situação de insegurança alimentar e nutricional; e

VI - propor normas, instruções e diretrizes concernentes às ações compras públicas e distribuição de alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 37. À Coordenação de Aquisição e Distribuição de Alimentos compete:

I - apoiar no desenvolvimento de estudos prospectivos para qualificar distribuição de alimentos à famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional

II - operacionalizar o acompanhamento da execução de termos de cooperação técnica e instrumentos congêneres, nos assuntos afetos à aquisição e distribuição de alimentos;

III- sistematizar e consolidar as informações referentes ao monitoramento de programas e ações de aquisição e distribuição de alimentos junto às instituições parceiras

IV - subsidiar a elaboração de indicadores para o aprimoramento dos serviços ofertados referentes à aquisição e à distribuição de alimentos quando executados em articulação com a Companhia Nacional de Abastecimento.

Art. 38. À Coordenação de Monitoramento e Apoio à Aquisição e Distribuição de Alimentos compete:

I - apoiar no monitoramento das ações de distribuição de alimentos junto aos entes parceiros

II - assessorar a coordenação geral na definição e implantação de distribuição das cestas de alimentos para as comunidades indicadas; e

III - propor normas, instruções e diretrizes concernentes às ações de aquisição e distribuição de alimentos;

Art. 39. Ao Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares compete:

I - apoiar, desenvolver e implementar ações de formação e educação alimentar e nutricional de forma integrada com a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com as demais ações de segurança alimentar e nutricional;

II - planejar, coordenar e acompanhar a execução de iniciativas de sistemas descentralizados de segurança alimentar e nutricional;

III - fomentar a realização de compras governamentais da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais para o abastecimento de entidades integradas às redes de proteção social e de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional;

IV - apoiar a implantação, estruturação e consolidação de sistemas públicos agroalimentares estaduais, municipais e do Distrito Federal;

V - apoiar ações de agricultura urbana e periurbana para a inclusão social das famílias para fortalecer a segurança alimentar;

VI - apoiar a estruturação de redes de equipamentos públicos para assegurar o direito à alimentação adequada das famílias em situação de insegurança alimentar; e

VII - coordenar as ações de implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - coordenar ações de planejamento, implementação e qualificação de Equipamentos e Serviços que promovam a oferta de alimentação saudável, em articulação com outros programas e ações de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA nos Estados e Municípios;

II - coordenar a gestão e operacionalização de serviços públicos de promoção do acesso a alimentação adequada e saudável implementados no âmbito dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios;

III - acompanhar os serviços públicos ofertados no âmbito dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - articular parcerias com os entes federados visando à implementação, ampliação e operacionalização de equipamentos e serviços públicos para a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável;

V - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes aos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 41. À Coordenação de Apoio aos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - gerenciar ações que promovam a oferta da alimentação adequada e saudável a preços acessíveis ou gratuitos a populações vulneráveis; e

II - apoiar atividades de capacitação no âmbito dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 42. À Coordenação de Apoio à Integração dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compete:

I - acompanhar a instalação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional para alcance da sua funcionalidade.

Art. 43. À Coordenação de Monitoramento dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compete sistematizar e consolidar as informações referentes à implementação das ações e serviços ofertados pelos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional;

I - assessorar a elaboração de indicadores para o aprimoramento dos serviços ofertados pelos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional; e

II - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes aos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional compete:

I - coordenar, articular e supervisionar a implementação de políticas, programas e ações voltados aos processos permanentes de educação alimentar e nutricional, incluindo mobilização, capacitação e formação de profissionais e gestores, nos temas relacionados à promoção da alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada;

II - estimular a sociedade a adotar hábitos alimentares saudáveis e valorizar alimentos regionais, fortalecendo tradições alimentares saudáveis, por meio de ações de formação, informação, educação e de comunicação em nível nacional e local;

III - articular, assessorar e fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para apoiar a implementação das ações de educação alimentar e nutricional, além de produzir informações técnicas e gerenciais relacionadas ao tema;

IV - coordenar a elaboração de metodologias para apoiar o planejamento e a implementação das ações de educação alimentar e nutricional nos municípios em nível local; e

VI - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes à Educação Alimentar e Nutricional.

Art. 45. À Coordenação de Apoio à Educação Alimentar e Nutricional compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral com informações técnicas e gerenciais para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional;

II - apoiar a Coordenação-Geral na articulação intersetorial, com os entes federados e com a sociedade civil para implementar ações, programas e projetos de educação alimentar e nutricional; e

III - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes à Educação Alimentar e Nutricional.

Art. 46. À Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais compete:

I - coordenar a implementação de sistemas locais de abastecimento alimentar que assegurem a soberania e a segurança alimentar e nutricional, em parceira com os entes federados;

II - propor normas técnicas e gerenciais para a gestão de sistemas locais de abastecimento;

III - assessorar na articulação de estudos e pesquisas que contenham informações sobre a organização de Sistemas Públicos Agroalimentares Locais existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal;

IV - elaborar mecanismos e metodologias para apoiar o planejamento, a organização e a implementação de Sistemas Públicos Agroalimentares Locais junto aos entes federados;

V - produzir informações técnicas para auxiliar na gestão dos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais em cooperação com os entes federados;

VI - assessorar o Departamento na articulação intersetorial das ações, programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de incentivo à produção, ao abastecimento local e ao consumo, visando à dinamização dos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais; e

VII - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais.

Art. 47. À Coordenação de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais compete:

I - apoiar a Coordenação-Geral no desenvolvimento de metodologia para implementação de Sistemas Públicos Agroalimentares Locais;

II - prover a Coordenação-Geral com informações técnicas para a gestão dos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais em desenvolvimento;

III - auxiliar a Coordenação-Geral no apoio ao Departamento na articulação intersetorial das ações, programas e políticas de incentivo à produção, abastecimento local e consumo, visando à dinamização dos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais; e

IV - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais.

Art. 48. À Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana compete:

I - coordenar o processo de planejamento, execução e supervisão de programas e projetos de produção e comercialização de alimentos advindos da agricultura urbana e periurbana;

II - coordenar a elaboração de diretrizes operacionais e apoiar o desenvolvimento de programas e ações de agricultura urbana e periurbana nas regiões metropolitanas e cidades de porte médio;

III - coordenar a elaboração de diretrizes operacionais e apoiar o desenvolvimento de programas e ações destinados à implementação de pequenas unidades produtivas urbanas de industrialização de alimentos para o abastecimento, fortalecendo os sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - coordenar as atividades de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana com vistas a impulsionar os sistemas metropolitanos descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional; e

V - coordenar o acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e de instrumentos congêneres referentes à Agricultura Urbana e Periurbana.

Art. 49. À Coordenação de Apoio ao Monitoramento da Agricultura Urbana e Periurbana compete:

I - sistematizar e consolidar as informações referentes ao monitoramento de programas e ações referentes à Agricultura Urbana e Periurbana;

II - subsidiar a elaboração de indicadores para o aprimoramento dos serviços ofertados no âmbito da Agricultura Urbana e Periurbana; e

III - operacionalizar o acompanhamento da execução de convênios e instrumentos congêneres, bem como analisar, sob aspectos técnicos, as prestações de contas referentes à Agricultura Urbana e Periurbana.

Art. 50. Ao Departamento de Mobilidade Social, Micro e Pequenos Negócios para a Segurança Alimentar compete:

I - apoiar, desenvolver e implementar ações para estruturar e fortalecer micro e pequenos negócios por meio de programas governamentais e privados visando a segurança alimentar e renda;

II - promover o trabalho integrado junto a estados, municípios, Distrito Federal, organizações da sociedade civil e cooperativas estimulando e constituindo instrumentos para criação de micro e pequenos negócios,

III - promover ações para melhorar a qualidade dos produtos, com vistas à agregação de valor e à melhoria da renda; e

IV - apoiar, desenvolver e implementar ações junto a instituições públicas e privadas com recursos oriundos de políticas de responsabilidade social e ambiental para potencializar as ações para a segurança alimentar.

Art. 51. À Coordenação-Geral de Micros e Pequenos Negócios para a Inclusão Produtiva compete:

I - apoiar, desenvolver e implementar ações para estruturar e fortalecer micro e pequenos negócios por meio de programas governamentais e privados visando a segurança alimentar e renda;

II - promover o trabalho integrado junto a estados, municípios, Distrito Federal, organizações da sociedade civil e cooperativas estimulando e constituindo instrumentos para criação de micro e pequenos negócios que visem à segurança alimentar e renda;

III - promover ações para melhorar a qualidade dos produtos, com vistas à agregação de valor e à melhoria da renda;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - coordenar, monitorar, analisar e propor a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, e outros instrumentos congêneres, com instituições públicas e privadas, que visem a estruturação e fortalecimento de micro e pequenos negócios visando a segurança alimentar e renda;

V - coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para as atividades voltadas ao desenvolvimento de Micros e Pequenos Negócios para a inclusão produtiva;

VII - criar mecanismos de monitoramento e indicadores de acompanhamento das famílias rurais, beneficiárias dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, para promover a melhoria de sua qualidade de vida;

VIII - estimular o desenvolvimento de micros e pequenos negócios que promovam o associativismo e o cooperativismo entre pequenos produtores, visando a fortalecer a atuação, a qualificação profissional, a melhoria de renda e a qualidade de vida da família rural;

IX - identificar e estimular setores da cadeia produtiva a criar e a participar de projetos que promovam e incentivem a prosperidade dos beneficiários dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional; e

X - manter canais permanentes de comunicação com os beneficiários dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 52. À Coordenação-Geral de Programas para Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental compete:

I - apoiar, desenvolver e implementar ações junto a instituições públicas e privadas com recursos oriundos de políticas de responsabilidade social e ambiental para potencializar as ações para a segurança alimentar.

II - contribuir na formulação de política de responsabilidade social e ambiental de efetivo desempenho no campo e promover a sua integração com outras políticas públicas;

III - promover a sustentabilidade socioprodutiva dos beneficiários dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional e realizar ações nos campos de educação, cidadania, crédito, renda e qualificação rural, articuladas com organizações governamentais e não governamentais;

IV - implementar estudos para o monitoramento e indicadores dos programas governamentais, projetos e ações de responsabilidade social e ambiental;

V - coordenar, monitorar, analisar e propor a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, e outros instrumentos congêneres, com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, que visem o fomento a programas para políticas de responsabilidade social e ambiental;

VI - coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para as atividades voltadas às políticas de responsabilidade social e ambiental; e

VII - propor elaboração de material didático sobre as ações referentes ao tema.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 53. Ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades e projetos das respectivas unidades organizacionais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à formulação e implementação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Secretaria, mediante portaria, ordem de serviço, instrução normativa ou outros atos administrativos correlatos;

V - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, contrato e acordo que envolvam assuntos da Secretaria, consoante com as normas;

VI - coordenar as ações da Secretaria, quando de atuação junto a entidades, organismos e fóruns internacionais;

VII - propor viagens de servidores, colaboradores e convidados da Secretaria, para todo o território nacional e internacional;

VIII - consolidar e submeter à apreciação dos órgãos competentes planos e programas de trabalho, propostas orçamentárias e financeiras, plano plurianual e cronogramas de desenvolvimento técnico e gerencial da Secretaria, supervisionando sua execução; e

IX - praticar os demais atos necessários à gestão da Secretaria e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Ministro.

Art. 54. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - acompanhar diretamente as atividades da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira e da Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, supervisionando os respectivos programas de trabalho e resultados, visando à integração e à potencialização das ações das unidades da Secretaria;

III - praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas funções; e

IV - desempenhar as demais tarefas que lhes forem conferidas pelo Secretário.

Art. 55. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, supervisionar, coordenar e orientar a execução, bem como controlar e avaliar as atividades relativas à gestão interna da Secretaria;

II - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

III - assistir ao Secretário nos assuntos de sua respectiva área de competência;

IV - auxiliar o Secretário no encaminhamento de soluções de problemas de natureza político-administrativa e na confecção de sua agenda de trabalho e de viagens a serviço;

V - cuidar da representação protocolar do Secretário e quaisquer outros encargos protocolares que lhe sejam conferidos;

VI - coordenar, acompanhar e organizar as tarefas da Assessoria Técnica e da Assistência do Gabinete da Secretaria;

VII - organizar e supervisionar a movimentação do expediente e da documentação interna e para o público externo, bem como dar encaminhamento à comunicação administrativa da Secretaria;

VIII - organizar e supervisionar a manutenção das informações institucionais da Secretaria, necessárias à gestão e à organização interna;

IX - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete;

X - praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas funções; e

XI - desempenhar as demais tarefas que lhes forem conferidas pelo Secretário.

Art. 56. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas e de gestão das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados, com foco no atingimento de metas e resultados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência;

IV - praticar os demais atos necessários ao desempenho de suas funções; e

V - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 57. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - planejar, coordenar e orientar a execução, bem como controlar e avaliar as atividades a cargo das unidades administrativas sob sua coordenação;

II - planejar, coordenar e orientar as atividades de planejamento e execução física, orçamentária e financeira;

III - gerenciar, acompanhar e monitorar projetos e demais ações desenvolvidas diretamente ou em parceria com instituições públicas e privadas;

IV - subsidiar a elaboração e/ou produção de materiais técnicos, informativos e/ou educativos referentes as suas competências;

V - proceder ao acompanhamento e às visitas técnicas para verificar a boa e regular aplicação e execução dos recursos públicos sob sua responsabilidade;

VI - gerar informações necessárias aos processos de tomada de decisão e de apoio ao monitoramento às ações de sua competência;

VII - assistir ao Secretário e seu superior hierárquico nos assuntos de suas respectivas áreas de atuação, bem como às autoridades por eles indicadas;

VIII - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IX - cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Secretário, pertinentes a sua área de atuação; e

X - praticar os demais atos necessários ao cumprimento de suas atribuições regimentais, bem como exercer outras atividades que lhes forem conferidas.

Art. 58. Aos Assessores, Assessores Técnicos e Assistentes incumbe assistir ao superior imediato na realização dos trabalhos técnicos e de gestão da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, compete:

I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;

II - apoiar o desenvolvimento de soluções de inteligência em gestão da informação para planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;

III - promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais em todas as esferas de governo;

IV - apoiar os planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações estaduais e municipais de desenvolvimento social e agrário no que concerne:

a) a proposição, a validação, o cálculo e a disseminação de indicadores de monitoramento;

b) a coordenação, a proposição, a validação, a realização e a disseminação de pesquisas de avaliação; e

c) a proposição, a validação, o desenvolvimento e a disseminação de sistemas de gestão de informação.

V - promover a gestão do conhecimento, o diálogo entre as políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes, esferas federativas e outros países; e

VI - difundir, no âmbito das competências do Ministério, os princípios:

a) da formulação estratégica de políticas públicas;

b) dos modelos de gestão voltados para resultados;

c) da transparência, do controle social e da conduta ética na gestão pública;

d) da otimização na alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;

e) dos sistemas de informação e aprendizado necessários à excelência dos processos organizacionai; e

f) das metodologias de avaliação e monitoramento de políticas.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação tem a seguinte estrutura:

1.Gabinete

1.1.Coordenação de Gabinete

2.Coordenação-Geral de Articulação Institucional

2.1.Coordenação de Articulação Institucional

3.Departamento de Avaliação

3.1.Coordenação-Geral de Produção e Gestão de Pesquisas

3.2.Coordenação-Geral de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto

3.2.1.Coordenação de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto

4.Departamento de Monitoramento

4.1.Coordenação-Geral de Produção de Indicadores

4.1.1.Coordenação de Produção de Indicadores

4.2.Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas

4.2.1.Coordenação de Acompanhamento de Programas

5.Departamento de Gestão da Informação

5.1.Coordenação-Geral de Inteligência Informacional

5.1.1.Coordenação de Inteligência Informacional

5.2.Coordenação-Geral de Soluções em Ciência de Dados

6.Departamento de Formação e Disseminação

6.1.Coordenação-Geral de Formação

6.1.1.Coordenação de Formação

6.2.Coordenação-Geral de Disseminação

6.2.1.Coordenação de Disseminação

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, cujos Cargos em Comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4° O Secretário de Avaliação e Gestão da Informação será, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo Secretário-Adjunto da Secretaria.

§ 1º O Chefe do Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Secretário de Avaliação e Gestão da Informação à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades da Secretaria;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário;

IV - assistir ao Secretário em suas funções de representação política, social e administrativa;

V - prestar apoio técnico e coordenar o apoio administrativo, assim como examinar e revisar os atos administrativos encaminhados ao Secretário;

VI - controlar os encaminhamentos com vistas ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações aos órgãos de controle e judiciais;

VII - colaborar na organização, em conjunto com outras unidades da Secretaria, de seminários, palestras e debates sobre temas afetos à sua área de atuação;

VIII - assessorar o Secretário e demais servidores nos assuntos que envolvam missões internacionais, em conjunto com a Assessoria Internacional do Ministério, na condução de assuntos afetos à Secretaria;

IX - elaborar e acompanhar, em conjunto com os Departamentos, a programação e execução de recursos orçamentários da Secretaria; e

X - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse da Secretaria.

Art. 6º À Coordenação de Gabinete compete:

I - coordenar, promover e executar as atividades de comunicação administrativa, administração de pessoal, protocolo, patrimônio e materiais da Secretaria;

II - receber, registrar, controlar a tramitação e a expedição, conservar e reproduzir os documentos;

III - fornecer apoio logístico necessário ao funcionamento da Secretaria;

IV - administrar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito da Secretaria, bem como prestações de contas de viagens;

V - propor medidas de melhoria de processos e redução de custos para a Secretaria; e

VI - executar demais atividades delegadas pela Chefia de Gabinete.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Articulação Institucional compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - apoiar e coordenar a disseminação de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações da Secretaria junto aos seus usuários finais, sejam unidades do Ministério ou usuários externos;

II - apoiar atividades de comunicação e disseminação relacionadas a planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações da Secretaria;

III - apoiar o Gabinete na articulação entre as unidades da Secretaria; e

IV - prospectar parcerias de cooperação técnica no âmbito das competências da Secretaria.

Art. 8º À Coordenação de Articulação Institucional compete auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento e execução das suas atividades.

Art. 9º Ao Departamento de Avaliação compete:

I - propor, coordenar, realizar e disseminar a avaliação de impacto de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;

II - apoiar a formulação, a realização e a disseminação de avaliações de impacto de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

III - oferecer subsídios que orientem a gestão e o desenho de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo; e

IV - validar as pesquisas que tenham por objetivo avaliar os impactos e a execução de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Produção e Gestão de Pesquisas compete:

I - apoiar a articulação institucional para definir pesquisas sobre programas, benefícios, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério;

II - planejar, coordenar, implementar e acompanhar avaliações da execução de programas, benefícios, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério;

III - oferecer subsídios que apoiem a gestão com base nos resultados das avaliações e estudos, gerando conhecimento que seja útil para a adaptação, inovação ou reestruturação de políticas de desenvolvimento social e agrário; e

IV - emitir parecer sobre as pesquisas que tenham por objetivo avaliar a execução de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto compete:

I - apoiar a articulação com outras unidades do Ministério para definir temas e prioridades na avaliação de resultados e impacto dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério;

II - planejar, coordenar, implementar e acompanhar avaliações de resultados e impactos dos programas, benefícios, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

III - oferecer subsídios que apoiem a gestão com base nos resultados das avaliações e estudos, gerando conhecimento que seja útil para a adaptação, inovação ou reestruturação de políticas de desenvolvimento social e agrário, em todas as esferas de governo; e

IV - emitir parecer sobre as pesquisas que tenham por objetivo avaliar os impactos de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério.

Art. 12. À Coordenação de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto compete:

I - auxiliar a Coordenação-Geral no planejamento, coordenação, implementação e acompanhamento de avaliações de programas, benefícios, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério;

II - auxiliar a Coordenação-Geral na proposição e validação de indicadores, metas e objetivos relacionados aos resultados e impactos, benefícios, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério.

Art. 13. Ao Departamento de Monitoramento compete:

I - propor, desenvolver, implementar, apoiar e disseminar metodologias, indicadores e outros instrumentos de monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;

II - apoiar o monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

III - apoiar o dimensionamento de populações elegíveis a programas sociais; e

IV - avaliar os indicadores estatísticos usados para subsidiar a gestão ou para sugerir o desenho de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Produção de Indicadores compete:

I - planejar e gerenciar as ações de monitoramento estatístico da evolução das populações vulneráveis;

II - articular-se com outras unidades do Ministério para definir temas e ações prioritárias de monitoramento estatístico de populações vulneráveis;

III - realizar estudos, produzir e analisar informações para dimensionamento estatístico de público-alvo dos programas, benefícios, serviços e ações de desenvolvimento social e agrário;

IV - identificar parceiros institucionais para execução de estudos de monitoramento estatístico de populações vulneráveis ou elegíveis a programas, benefícios, serviços e ações de desenvolvimento social e agrário; e

V - avaliar e emitir parecer sobre os estudos estatísticos que subsidiem as unidades do Ministério quanto ao dimensionamento das populações vulneráveis.

Art. 15. À Coordenação de Produção de Indicadores compete:

I - acompanhar a evolução dos indicadores, metas e objetivos relacionados ao atendimento do público-alvo nos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério;

II - acompanhar a evolução dos indicadores de monitoramento estatístico da evolução das populações vulneráveis para políticas de desenvolvimento social e agrário; e

III - subsidiar tecnicamente a Coordenação-Geral na realização das ações de sua competência, inclusive na articulação com outras unidades do Ministério.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas compete:

I - planejar e gerenciar as ações de monitoramento estatístico da evolução dos indicadores, metas e objetivos relacionados ao atendimento do público-alvo dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério;

II - articular-se com outras unidades do Ministério para definir temas e ações prioritárias de monitoramento estatístico;

III - planejar e gerenciar estudos que visem a simular os efeitos sobre a dimensão da população elegível de mudanças de regra de programas, benefícios, serviços e ações do Ministério; e

IV - articular-se com outras unidades do Ministério para definir temas e ações prioritárias para a implementação de instrumentos de monitoramento estatísticos dos produtos e resultados dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério; e

V - avaliar e emitir parecer sobre os estudos estatísticos que subsidiem as unidades do Ministério quanto ao dimensionamento das populações elegíveis a programas, benefícios, serviços e ações do Ministério.

Art. 17. À Coordenação de Acompanhamento de Programas compete:

I - acompanhar a evolução dos indicadores de monitoramento estatístico dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério; e

II - subsidiar tecnicamente a Coordenação-Geral na realização das ações de sua competência, inclusive na articulação com outras unidades do Ministério.

Art. 18. Ao Departamento de Gestão da Informação compete:

I - apoiar o desenvolvimento de soluções de inteligência no tratamento da informação para suporte a planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

II - apoiar a elaboração de soluções e sistemas para visualização, manipulação e integração das bases de dados de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

III - disponibilizar bases de dados referentes a planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério, resguardados os aspectos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, bem como restrições administrativas, limitações legais e éticas;

IV - prospectar, explorar, testar, propor e, eventualmente, implantar novas tecnologias para armazenamento, transmissão, recepção, comunicação e disseminação de dados do Ministério;

V - desenvolver instrumentos de suporte automatizado para coleta eletrônica, tratamento, armazenamento, transmissão e disseminação dos dados de pesquisas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VI - armazenar, transmitir e disseminar eletronicamente as publicações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

VII - auxiliar tecnicamente as articulações institucionais que envolvam órgãos estatais e empresas afetas à área de gestão da informação;

VIII - representar institucionalmente o Ministério junto a órgãos do governo e da sociedade civil em assuntos de uso de dados para aprimoramento da gestão e da transparência em políticas públicas;

IX - propor estratégias para a utilização de dados no âmbito do Ministério; e

X - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da informação.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Inteligência Informacional compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e apoiar o desenvolvimento de soluções de inteligência no processo de coleta, organização, análise, tratamento e divulgação de dados para suporte a planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

II - planejar, coordenar, supervisionar e apoiar a elaboração de soluções e sistemas para visualização, manipulação, estruturação e integração das bases de dados de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério, em todas as esferas de governo;

III - planejar, coordenar, supervisionar a promoção de gestão do conhecimento relativo aos sistemas de informação no âmbito do Ministério;

IV - planejar, coordenar, supervisionar a promoção da avaliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão da informação, incorporando ou adaptando tecnologias, metodologias e ferramentas que promovam a qualidade e a produtividade;

V - participar de discussões sobre a definição de políticas, diretrizes e normas relativas à gestão dos recursos de tecnologia da informação, o estímulo ao uso racional dos recursos de TI, a formação de servidores que atuam na área e a proposição de adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de TI no âmbito da gestão da informação;

VI - planejar, coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos, estudos e pesquisas que envolvam tecnologia da informação da Secretaria;

VII - identificar parcerias tecnológicas e propor acordos de cooperação com outras entidades governamentais para o desenvolvimento de tecnologias úteis no contexto de modernização da Secretaria;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar e o estabelecimento de diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação no âmbito da Secretaria;

IX - dar suporte aos projetos de tecnologia da informação e aos procedimentos de gerenciamento de projetos, incluindo a utilização de ferramentas e a integração das práticas de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação no âmbito da Secretaria;

X - subsidiar a alta administração e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na tomada de decisões referentes aos projetos de tecnologia da informação do Ministério;

XI - colaborar com o planejamento estratégico de gestão e de tecnologia da informação e auxiliar a Diretoria de Tecnologia da Informação na implantação de governança na Secretaria;

XII - prospectar, mapear, receber, encaminhar e acompanhar das demandas de TI oriundas das diversas áreas da Secretaria, subsidiando a Diretoria de Tecnologia da Informação, o Comitê Gestor e o Ministério na tomada de decisões sobre assuntos de TI;

XIII - apoiar no planejamento, orientação, execução e controle das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação do Ministério em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação;

XIV - auxiliar na proposição e validação de indicadores no âmbito dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério, em articulação com as áreas de avaliação, monitoramento, capacitação e gestão da informação.

Art. 20. À Coordenação de Tratamento e Análise da Informação e Inteligência Informacional compete:

I - coordenar, supervisionar o processo de coleta, organização, analise e divulgação de dados e informações estatísticas acerca dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério a partir de variáveis e indicadores sociais específicos;

II - coordenar, supervisionar a estruturação de bases de dados específicas e gerais dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério para fins de avaliação, monitoramento e gestão da informação;

III - auxiliar na proposição e validação de indicadores no âmbito dos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério, em articulação com as áreas de avaliação, monitoramento, capacitação e gestão da informação;

IV - coordenar, supervisionar o processo de geração de relatórios para apoiar as atividades de capacitação, avaliação, monitoramento e gestão da informação relativos aos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério, considerando as atividades de levantamento e análise de dados;

V - apoiar análises conjunturais e estruturais, por meio de estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de informações e indicadores que subsidiem as ações de capacitação, monitoramento, avaliação e gestão da informação da Secretaria;

VI - coordenar e supervisionar a verificação a consistência dos dados produzidos a partir dos sistemas de informação dos diversos programas, benefícios, serviços e ações do Ministério; e

VII - coordenar, supervisionar o processo de desenvolvimento de sistemáticas de verificação dos dados para dar publicidade, nas ferramentas informacionais sob gerenciamento e manutenção da Secretaria.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Soluções em ciência de Dados compete:

I - organizar, manter e disponibilizar bases de dados referentes a planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério, resguardados os aspectos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, bem como restrições tecnológicas ou administrativas e limitações legais e éticas;

II - planejar, coordenar, supervisionar o desenvolvimento de ferramentas e sistemas computacionais que apoiem os processos de avaliação, monitoramento e gestão das informações de programas, benefícios, serviços e ações sociais;

III - planejar, coordenar, supervisionar o desenvolvimento de instrumentos de suporte automatizado para coleta eletrônica, tratamento, armazenamento, transmissão e disseminação dos dados de pesquisas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;

IV - planejar, coordenar, supervisionar a gestão a base de dados dos programas e ações sociais disponibilizadas para fins de capacitação, monitoramento, avaliação e gestão de informação;

V - propor estratégias para a utilização de dados no âmbito do Ministério;

VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da informação;

VII - propor diretrizes e implementar a política de gestão da informação no âmbito da Secretaria;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, análises e modelagem de dados e informações no âmbito da Secretaria;

IX - divulgar as ações de TI junto à Diretoria de Tecnologia da Informação, em colaboração com a Assessoria de Comunicação Social;

X - planejar, coordenar, supervisionar implementar procedimentos relativos à estruturação e ao desenvolvimento de sistemas de gestão da informação no âmbito da Secretaria e auxiliar demais órgãos do Ministério na proposição de padrões, normas e procedimentos afetos aos sistemas de informação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XI - acompanhar e subsidiar a operação dos sistemas de informação em produção no âmbito da Secretaria.

Art. 22. Ao Departamento de Formação e Disseminação compete:

I - propor, coordenar e articular a capacitação de agentes públicos e sociais, em todas as esferas de governo, que atuam em planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações do Ministério;

II - apoiar a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais, em todas as esferas do governo, que atuam em planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério;

III - disseminar resultados de pesquisas e metodologias de avaliação e monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério.

IV - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de implementação e de desempenho das políticas e programas de formação continuada; e

Art. 23. À Coordenação-Geral de Formação compete:

I - realizar a articulação com as demais secretarias do Ministério para identificar temas prioritários, definir a modalidade de oferta adequada, a demanda e o público-alvo das ações de formação e capacitação no âmbito das políticas sociais implementadas pelo Ministério;

II - planejar, orientar, executar, acompanhar e avaliar as atividades e ações de formação continuada e capacitações presenciais de agentes públicos e sociais, em todas as esferas do governo, visando à ampliação de sua capacidade para participar dos processos de implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas sociais no âmbito do Ministério;

III - auxiliar as demais unidades do Ministério na definição do conteúdo e propor a metodologia adequada para as ações de formação e capacitação presenciais, bem como realizar o tratamento didático-pedagógico dos materiais instrucionais;

IV - articular parcerias e cooperações técnicas para executar as ações de formação e capacitação presenciais;

V- promover a articulação com a instância responsável pela gestão de recursos humanos do Ministério na proposição de ações de formação e capacitação em temas estratégicos como avaliação, monitoramento, gestão ou implementação de políticas sociais, destinadas a servidores do Ministério; e

VI - monitorar e avaliar a implementação e a efetividade dos cursos presenciais ofertados.

Art. 24. À Coordenação de Formação compete:

I - identificar e analisar as demandas das demais secretarias do Ministério por ações de formação e capacitação presenciais que visem à melhoria da qualidade e da gestão dos programas, benefícios, serviços e ações no âmbito das políticas sociais do Ministério;

II - apoiar a Coordenação-Geral nas ações de formação e capacitação presenciais de agentes públicos e sociais;

III - realizar o tratamento didático-pedagógico dos materiais desenvolvidos e/ou selecionados para que sejam adequados às ações de formação e capacitação, considerando o público-alvo; e

IV - apoiar a articulação de parcerias e cooperações técnicas para executar as ações de formação e capacitação presenciais.

Art. 25. À Coordenação-Geral de Disseminação compete:

I - assessorar no planejamento, orientação, execução, acompanhamento e avaliação das ações de formação continuada e capacitações a distância de agentes públicos e sociais, em todas as esferas de governo, visando à ampliação de sua capacidade para participar dos processos de implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas sociais no âmbito do Ministério;

II - auxiliar as demais secretarias do Ministério na definição do conteúdo e propor a metodologia adequada para as ações de formação e capacitação a distância, bem como desenvolver os materiais instrucionais;

III - realizar a manutenção e gestão dos cursos a distância e do Portal EAD do Ministério;

IV - apoiar a articulação de parcerias e cooperações técnicas para executar as ações de formação e capacitação a distância;

V - implementar ações de monitoramento e avaliação para aferir a efetividade dos cursos as distância ofertados;

VI - promover a disseminação de resultados dos processos de formação, pesquisas e metodologias de avaliação e monitoramento de planos, políticas, programas, projetos, serviços e ações no âmbito das competências do Ministério;

VII - planejar e desenvolver novas formas e ferramentas para disseminação de dados estratégicos produzidos por ações de avaliação e monitoramento de políticas sociais do Ministério; e

VIII - gerir o acervo físico e digital da Biblioteca do MDSA.

Art. 26. À Coordenação de Disseminação compete:

I - apoiar a Coordenação-Geral no desenvolvimento e implementação das ações de formação e capacitação a distância de agentes públicos e sociais;

II - desenvolver o design instrucional e o design gráfico dos cursos a distância;

III - executar a manutenção dos cursos a distância e do Portal EAD do Ministério;

IV - apoiar a articulação de parcerias e cooperações técnicas para executar as ações de formação e capacitação a distância;

V - implementar ações de monitoramento e avaliação para aferir a efetividade dos cursos a distância ofertados; e

VI - apoiar a Coordenação-Geral na implantação de novas ferramentas para disseminação de dados estratégicos produzidos por ações de avaliação e monitoramento de políticas públicas do Ministério, com o objetivo de retroalimentar as políticas sociais desenvolvidas no âmbito do Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 27. Ao Secretário de Avaliação e Gestão da Informação incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Secretaria e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

II - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

III - promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades do Ministério;

IV - assinar contratos, convênios, ajustes e acordos, que envolvam assuntos de competência da Secretaria, após prévia autorização do Ministro de Estado;

V - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o território nacional e internacional;

VI - representar a Secretaria nos assuntos relativos à sua área de competência;

VII - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VIII - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria;

IX - homologar licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

X - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria; e

XI - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da Secretaria.

Art. 28. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 29 Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - organizar a agenda do Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes da Secretaria.

Art. 30. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 31. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas a sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes a sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 32. Ao Assessor, Assessores Técnicos e Assistentes incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano compete:

I - assistir ao Ministro de Estado na formulação e implementação de políticas e programas intersetoriais para a promoção do desenvolvimento humano, em especial para primeira infância, adolescentes, jovens e idosos;

II - planejar, normatizar e coordenar a implementação de políticas, programas e projetos governamentais em nível federal que promovam o desenvolvimento humano, em parceria com os governos estaduais, o Distrito Federal e os municípios;

III - coordenar, supervisionar e acompanhar a implementação do Plano Nacional da Primeira Infância e a consolidação das políticas públicas para a primeira infância em todo o território nacional;

IV - promover integração dos programas sociais do Governo federal com objetivo de promover o desenvolvimento humano; e

V - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de implementação e de desempenho das políticas e programas voltados para o desenvolvimento humano.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano tem a seguinte estrutura:

3.Gabinete

4.Departamento de Atenção à Primeira Infância

4.1.Coordenação-Geral de Atendimento Familiar

5.Departamento de Atenção à Juventude e à Adolescência

5.1.Coordenação-Geral de Proteção Social de Jovens e Adolescentes

6.Departamento de Atenção ao Idoso

6.1.Coordenação-Geral de Cuidado Integral

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, cujos Cargos em Comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º O Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, os Diretores, Coordenadores-Gerais serão, em suas faltas ou impedimentos, substituídos por servidor por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

Parágrafo Único. O Chefe do Gabinete será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades da Secretaria;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário;

IV - assistir ao Secretário em suas funções de representação política, social e administrativa;

V - prestar apoio técnico e coordenar o apoio administrativo, assim como examinar e revisar os atos administrativos encaminhados ao Secretário;

VI - controlar os encaminhamentos com vistas ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações aos órgãos de controle e judiciais;

VII - colaborar na organização, em conjunto com outras unidades da Secretaria, de seminários, palestras e debates sobre temas afetos à sua área de atuação;

VIII - assessorar o Secretário e demais servidores nos assuntos que envolvam missões internacionais, seguindo a orientação da Assessoria Internacional do Ministério, na condução de assuntos afetos à Secretaria;

IX - elaborar e acompanhar, em conjunto com os Departamentos, a programação e execução de recursos orçamentários da Secretaria; e

X - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse da Secretaria.

Art. 6º Ao Departamento de Atenção à Primeira Infância compete:

I - promover a implementação de estratégias nacionais voltadas para a atenção à primeira infância;

II - coordenar com as demais esferas de governo e com a sociedade civil a integração das políticas públicas voltadas para primeira infância nas áreas de educação, saúde, assistência, cultura, desenvolvimento familiar e comunitário;

III - estimular a execução de estudos e pesquisas voltadas para atenção à primeira infância; e

IV - apoiar no âmbito federal o estabelecimento de cooperação científica e tecnológica voltada para o fortalecimento das estratégias de atenção à primeira infância.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Atendimento Familiar compete:

I - gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à primeira infância;

II - monitorar e avaliar as metas e os resultados das ações e dos programas voltados para a primeira infância;

III - promover a articulação intraministerial, bem como com as demais esferas e órgão do governo e com a sociedade civil, a integração das políticas voltadas para a primeira infância nas áreas de educação, saúde, assistência, cultura, cidadania e direitos da criança, desenvolvimento familiar e comunitário;

IV - acompanhar, orientar e apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na gestão das ações e programas voltados para a primeira infância;

V - levantar informações e disponibilizá-las a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para elaboração de indicadores de implementação e de desempenho das políticas e programas voltados para a primeira infância; e

VI - assessorar o Departamento de Atenção à Primeira Infância no processo de formulação, implementação, monitoramento e consolidação as ações e programas voltados à primeira infância.

Art. 8º Ao Departamento de Atenção à Juventude e à Adolescência compete:

I - apoiar a implementação de ações governamentais e não governamentais voltadas para a proteção social dos adolescentes e dos jovens;

II - contribuir para implementação de programas voltados para o desenvolvimento integral dos adolescentes e dos jovens;

III - apoiar e incentivar políticas e programas que criem alternativas de inserção social dos jovens; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - promover a articulação intraministerial e interministerial para implementação das políticas nacionais de atenção aos adolescentes e à juventude.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Proteção Social de Jovens e Adolescentes compete:

I - gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes aos adolescentes e jovens;

II - monitorar e avaliar as metas e os resultados das ações e dos programas voltados para adolescentes e jovens;

III - promover a articulação intraministerial, bem como com as demais esferas e órgão do governo e com a sociedade civil, a integração das políticas voltadas para os adolescentes e jovens;

IV - acompanhar, orientar e apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na gestão das ações e programas voltados para adolescentes e jovens;

V - levantar informações e disponibilizá-las a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para elaboração de indicadores de implementação e de desempenho das políticas e programas voltados para a adolescentes e jovens; e

VI - assessorar o Departamento de Atenção à Juventude e à Adolescência no processo de formulação, implementação, monitoramento e consolidação as ações e programas voltados aos adolescentes e jovens.

Art. 10 Ao Departamento de Atenção ao Idoso compete:

I - coordenar a Política Nacional do Idoso com participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso;

II - promover a articulação intraministerial e interministerial necessária para implementação da política nacional do idoso;

III - coordenar as estratégias nacionais voltadas para criação de incentivos e alternativas de atenção ao idoso.

IV - planejar e implementar estudos levantamentos, pesquisas e publicações sobre situação social do idoso.

Art. 11 À Coordenação-Geral de Cuidado Integral compete:

I - gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à Política Nacional do Idoso;

II - monitorar e avaliar as metas e os resultados das ações e dos programas no âmbito da Política Nacional do Idoso;

III - promover a articulação intraministerial, bem como com as demais esferas e órgão do governo e com a sociedade civil, a integração das políticas voltadas para o idoso;

IV - levantar informações e disponibilizá-las a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação para elaboração de indicadores de implementação e de desempenho das políticas e programas voltados para o idoso;

V - acompanhar, orientar e apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na gestão das ações e programas voltados para atenção ao idoso; e

VI - assessorar o Departamento de Atenção ao Idoso no processo de formulação, implementação, monitoramento e consolidação as ações e programas voltados para atenção ao idoso.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 12. Ao Secretário Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Secretaria e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

II - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

III - promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades do Ministério;

IV - assinar contratos, convênios, ajustes e acordos, que envolvam assuntos de competência da Secretaria, após prévia autorização do Ministro de Estado;

V - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o território nacional e internacional;

VI - representar a Secretaria nos assuntos relativos a sua área de competência;

VII - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

VIII - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria;

IX - homologar licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

X - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria;

XI - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da Secretaria.

Art. 13 Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - organizar a agenda do Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes da Secretaria.

Art. 14 Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 15 Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas a sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes a sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 16. Aos Assessores e Assessores Técnicos incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Inclusão Social e Produtiva compete:

I - planejar, implementar, coordenar, supervisionar e monitorar planos, políticas e programas de inclusão social e produtiva dirigidos ao público beneficiário dos Programas do Ministério;

II - fomentar e acompanhar estratégias, projetos e ações de inclusão social e produtiva, em articulação com as demais unidades do Ministério;

III - articular, planejar, acompanhar e revisar, em conjunto com os demais órgãos do Governo federal, os programas e as ações que contribuam para a implementação do Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva;

IV - promover com as demais esferas de governo, com a sociedade civil e demais instâncias multissetoriais a elaboração e implementação de ações para inclusão social e produtiva voltadas às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade;

V - firmar parcerias para realização de estudos e pesquisas para formulação das políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva do público do Ministério;

VI - incentivar a integração, o protagonismo e a participação do público beneficiário dos Programas do Ministério nos projetos de inclusão social e produtiva; e

VII - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho dos programas e projetos de superação da situação de pobreza, para a realização de monitoramento e avaliação e disseminação de conhecimento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Inclusão Social e Produtiva tem a seguinte estrutura:

1.Gabinete

2.Departamento de Inclusão Produtiva

2.1.Coordenação-Geral de Inclusão Produtiva

2.2.Coordenação-Geral de Projetos

3.Departamento de Gestão e Acesso a Serviços

3.1.Coordenação-Geral de Monitoramento e Acesso a Serviços

3.2.Coordenação-Geral de Capacitação

Art. 3º A Secretaria é dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, cujos Cargos em Comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4° O Secretário de Inclusão Social e Produtiva será, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo Secretário-Adjunto da Secretaria.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades da Secretaria;

III - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades que façam parte do expediente do Secretário;

IV - assistir ao Secretário em suas funções de representação política, social e administrativa;

V - prestar apoio técnico e coordenar o apoio administrativo, assim como examinar e revisar os atos administrativos encaminhados ao Secretário;

VI - controlar os prazos legais para remessa de informações aos órgãos de controle e judiciais;

VII - colaborar na organização, em conjunto com outras unidades da Secretaria, de seminários, palestras e debates sobre temas afetos à sua área de atuação;

VIII - assessorar o Secretário e demais servidores nos assuntos que envolvam missões internacionais, seguindo a orientação da Assessoria Internacional do Ministério, na condução de assuntos afetos à Secretaria;

IX - apoiar as ações da Secretaria, quando da atuação junto aos organismos e fóruns nacionais e internacionais concernentes a projetos de cooperação técnica e acordos de empréstimo, em conjunto com a Diretoria de Cooperação Técnica da Secretaria-Executiva deste Ministério;

X - elaborar e acompanhar, em conjunto com os Departamentos, a programação e a execução de recursos orçamentários da Secretaria; e

XI - elaborar relatórios periódicos de natureza gerencial sobre matérias específicas de interesse da Secretaria.

Art. 6º Ao Departamento de Inclusão Produtiva compete:

I - planejar, promover, coordenar, supervisionar e controlar as ações relativas a políticas públicas para a inclusão produtiva dos beneficiários dos programas do Ministério;

II - promover ações para a inclusão social e produtiva dos beneficiários dos programas do Ministério em conjunto com os demais órgãos do Governo Federal, com os estados, os municípios e o Distrito Federal;

III - incentivar a integração e a articulação de ações de desenvolvimento local, de qualificação profissional, de intermediação de mão-de-obra, de apoio ao empreendedorismo, de apoio a incubadoras de novos negócios, de organização coletiva de empreendimentos e de microcrédito;

IV - promover a articulação de ações voltadas o apoio à produção e comercialização no âmbito da inclusão produtiva rural; e

Art. 7º À Coordenação-Geral de Inclusão Produtiva compete:

I - assessorar no gerenciamento, coordenação e supervisão das ações voltadas à inclusão produtiva;

II - apoiar na articulação da integração de ações voltadas à inclusão produtiva no âmbito do Ministério e interministerial; e

III - propor e articular estratégias para a gestão integrada de ações interfederativas voltadas à inclusão produtiva.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Projetos compete:

I - apoiar no planejamento bem como elaborar e acompanhar projetos e ações de inclusão social e produtiva;

II - propor critérios e mecanismos para a integração de ações voltadas à inclusão produtiva no âmbito do Ministério; e

III - desenvolver estudos e análises para o planejamento de ações de inclusão produtiva.

Art. 9º Ao Departamento de Gestão e Acesso a Serviços compete:

I - articular, coordenar e monitorar gerencialmente as ações de estímulo ao acesso a serviços, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, em consonância com o Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva;

II - gerenciar informações analíticas das ações de implementação e gestão voltadas ao estímulo do acesso a serviços, da inclusão social e da inclusão produtiva urbana e rural;

III - orientar, coordenar e gerir ações de estudos, pesquisas e capacitação no âmbito da implementação e gestão das atividades de acesso a serviços e de inclusão social e produtivas urbana e rural; e

IV - propor e estabelecer modelos de gestão de fluxos e processos no âmbito das atividades da Secretaria.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Monitoramento e Acesso a Serviços compete:

I - auxiliar no monitoramento analítico e apoiar ações de avaliação da implementação e da gestão das ações de inclusão social e produtiva;

II - assessorar na articulação com os órgãos do Governo Federal, com as demais esferas de governo e com a sociedade civil o acesso do público do Cadastro Único, com especial atenção àqueles beneficiários do Programa Bolsa Família, a serviços públicos, no âmbito das políticas de inclusão social e produtiva; e

III - assessorar na articulação e desenvolver parcerias com organizações da sociedade civil, entidades de classe, universidades e outras instituições para o aprimoramento do acesso a serviços.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Capacitação compete:

I - apoiar na articulação, coordenação e gestão das ações de estudos, pesquisas, apoio técnico e capacitação, em consonância com as disposições do inciso III do art. 9°;

II - auxiliar na articulação e desenvolvimento de parcerias com organizações da sociedade civil, entidades de classe, universidades e outras instituições, de forma a operacionalizar as disposições do inciso I deste artigo; e

III - propor modelos de gestão de fluxos e processos, em consonância com as disposições do inciso IV do art. 9°.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 12. Ao Secretário de Inclusão Social e Produtiva incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Secretaria e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

II - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

III - promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades do Ministério;

IV - assinar contratos, convênios, ajustes e acordos, que envolvam assuntos de competência da Secretaria, após prévia autorização do Ministro de Estado;

V - propor viagens de servidores da Secretaria, em objeto de serviço, para todo o território nacional e internacional;

VI - representar a Secretaria nos assuntos relativos à sua área de competência;

VII - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria;

IX - homologar licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

X - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria; e

XI - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da Secretaria.

Art. 13. Ao Secretário-Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário na supervisão e coordenação de suas atividades; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Secretário.

Art. 14. Ao Chefe do Gabinete incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - organizar a agenda do Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete; e

V - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes da Secretaria.

Art. 15. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar relatórios de trabalhos realizados;

III - submeter ao Secretário programas, planos, projetos e relatórios pertinentes à respectiva área de competência; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 16. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - gerir e supervisionar a execução das atividades afetas a sua área de competência;

II - emitir parecer e relatório de trabalho sobre assuntos pertinentes a sua unidade;

III - propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; e

IV - desempenhar outras atividades que lhes forem determinadas pelo superior imediato.

Art. 17. Aos Assessores e Assessores Técnicos incumbe assistir o superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem designadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18°. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pela Secretaria-Executiva.

ANEXO XI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social, tem por competência:

I - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CNAS;

II - dar suporte técnico-operacional para o CNAS, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões do Colegiado;

III - dar suporte técnico-operacional às Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

IV - acompanhar as atividades de capacitação para os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipal da Assistência Social, em conformidade com as diretrizes definidas pelo Colegiado;

V - dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS;

VI - elaborar, em conjunto com as Coordenações, o mapa de deliberações, após as reuniões do Colegiado;

VII - sistematizar e elaborar o planejamento anual e relatórios da Secretaria Executiva e do CNAS;

VIII - providenciar materiais que propiciem acessibilidade aos Conselheiros com deficiência; e

IX - receber e emitir relatórios sobre os serviços de gravação e degravação das reuniões.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social tem a seguinte estrutura:

1. Serviço de Informações de Dados Processuais do CNAS
2. Serviço de Documentação e Arquivo
3. Coordenação de Normas da Assistência Social
4. Coordenação de Política de Assistência Social
5. Coordenação de Financiamento da Assistência Social
6. Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social

Art. 3° A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS será dirigida por Secretário-Executivo do Conselho, as Coordenações por Coordenadores e os Serviços por Chefes, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4° O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS é substituído , nas suas ausências e impedimentos, por servidor por ele indicado à autoridade competente, a fim de que seja designado na forma da legislação específica.

Parágrafo único. Os demais ocupantes dos cargos previstos no art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados à autoridade competente, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DEMAIS UNIDADES

Art. 5º Ao Serviço de Informações de Dados Processuais do CNAS compete:

I - manter banco de dados das entidades e organizações que foram registradas e certificadas no CNAS;

II - emitir pesquisas de histórico referentes às entidades e organizações que foram registradas e certificadas no CNAS, de acordo com normas e critérios estabelecidos pelo CNAS;

III - emitir certidões referentes às entidades e organizações que foram registradas e certificadas no CNAS, relativas a períodos anteriores à edição da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009; e

IV - prestar informações ao público referentes às entidades e organizações que foram registradas e certificadas no CNAS, de acordo com normas e critérios estabelecidos pelo CNAS.

Art. 6º Ao Serviço de Documentação e Arquivo compete:

I - executar e controlar todas as atividades decorrentes do recebimento, movimentação e saída de documentos e processos, atualizando dados no Sistema de Informações do Conselho Nacional de Assistência Social - SICNAS e nos sistemas de gerenciamento de documentos do MDSA;

II - informar o andamento de processos e documentos;

III - guardar e conservar os processos e documentos do CNAS;

IV - emitir relatórios sobre processos, quando solicitados;

V - acompanhar normativas federais relacionadas a sua área de competência, propondo alternativas para modernização e organização do material sob sua guarda.

Art. 7º À Coordenação de Normas da Assistência Social compete:

I - assessorar a Comissão de Normas da Assistência Social para a discussão de matérias afetas a sua área de competência;

II - realizar estudos e desenvolver ações para auxiliar o CNAS na normatização de suas competências;

III - elaborar e revisar propostas de resolução, mediante solicitação do Secretário-Executivo do CNAS;

IV - prestar esclarecimentos e buscar a correta interpretação das resoluções do CNAS e demais atos normativos afetos à atuação do CNAS;

V - elaborar consulta à Consultoria Jurídica do Ministério sobre os assuntos afetos ao CNAS, visando à observância das normas legais e regulamentares;

VI - desempenhar atividades técnicas operacionais relacionadas às ações judiciais contra atos do CNAS, visando à prestação de informações, apresentação de defesa e cumprimento de decisões judiciais, mediante orientação da Consultoria Jurídica do Ministério;

VII - prestar informações sobre processos administrativos que tramitaram no CNAS aos órgãos de fiscalização e controle, órgãos do Poder Judiciário e Advocacia-Geral da União;

VIII - prestar atendimento ao público no que concerne às competências da Coordenação;

IX - acompanhar os atos normativos afetos à assistência social e ao CNAS, propondo alterações para adequação das normas internas à legislação atual;

X - acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à assistência social;

XI - elaborar minutas de resoluções para normatizar as ações da assistência social de competência da Comissão de Normas da Assistência Social;

XII - acompanhar publicações no Diário Oficial da União, no que se refere aos assuntos de interesse do CNAS.

Art. 8º. À Coordenação de Política de Assistência Social compete:

I - assessorar a Comissão de Política da Assistência Social na discussão de matérias afetas a sua área de competência;

II - assessorar o CNAS na avaliação de desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como seus ganhos sociais;

III - assessorar a Comissão de Política da Assistência Social na discussão intersetorial de políticas públicas, em articulação com o Ministério, conselhos setoriais e os conselhos de defesa de direitos;

IV - elaborar materiais técnicos que visem subsidiar o CNAS em suas atribuições;

V - prestar atendimento ao público no que concerne às competências da Coordenação.

VI - levantar dados e informações que subsidiem a Comissão de Política da Assistência Social no acompanhamento da efetivação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS; e

VII - acompanhar as pautas e agendas de discussão da CIT, dos conselhos setoriais e conselhos de defesa de direitos.

Art. 9º. À Coordenação de Financiamento da Assistência Social compete:

I - assessorar a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social na discussão de matérias afetas a sua área de competência;

II - realizar estudos que visem subsidiar o CNAS no acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos da Assistência Social;

III - elaborar a proposta orçamentária referente ao funcionamento do CNAS e reprogramá-la quando necessário;

IV - elaborar termos de referência relativos às Conferências Nacionais de Assistência Social e outros eventos e contratações de serviços pelo CNAS;

V - compor as comissões de gestão dos contratos de serviços pelo CNAS;

VI - elaborar projetos básicos para execução de ações do CNAS, submetendo-os ao Ministério;

VII - prestar atendimento ao público no que concerne às competências da Coordenação;

III - acompanhar a execução orçamentária da Assistência Social, em especial a do Fundo Nacional de Assistência Social e a do Funcionamento do CNAS; e

IX - assessorar no acompanhamento da operacionalização da Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 10. À Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social compete:

I - assessorar a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social para discussão de matérias afetas a sua área de competência;

II - realizar estudos que visem subsidiar o CNAS no acompanhamento do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social;

III - orientar os Conselhos da Assistência Social para que cumpram suas funções de caráter deliberativo do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, permanente e de composição paritária, conforme art. 16 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

IV - propor ações para potencializar a relação entre os Conselhos da Assistência Social, com outros conselhos setoriais de políticas e direitos, com as comissões intergestores e com os poderes constituídos;

V - prestar atendimento ao público no que concerne às competências da Coordenação;

VI - divulgar as pautas, deliberações e ações do CNAS, junto aos Conselhos da Assistência Social, aos Conselhos de Políticas e de Defesa de Direitos, Fóruns da Assistência Social, Frentes Parlamentares, Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social - Fonseas, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Socia - Congemas e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS DF - Fonaceas;

VII - divulgar e orientar os Conselhos da Assistência Social acerca dos instrumentos para informação sobre a gestão e o controle dessa Política Pública e a atualização dos dados dos Conselhos da Assistência Social no Cadastro do Sistema Único da Assistência Social - CadSUAS; e

VIII- atualizar informações acerca da existência e cadastro de Fóruns da Assistência Social.

CAPÍTULO IV

DA ATRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 11. Ao Secretário-Executivo do Conselho incumbe:

I - coordenar, supervisionar, dirigir e estabelecer o plano de trabalho da Secretaria-Executiva do CNAS;

II - propor à Presidência e ao Colegiado a forma de organização e funcionamento da Secretaria-Executiva do CNAS;

III - levantar e sistematizar as informações que permitam ao CNAS tomar as decisões previstas em lei;

IV - coordenar as atividades técnico-administrativas de apoio ao CNAS;

V - assessorar o Presidente, a Presidência Ampliada e as Coordenações das Comissões e Grupos de Trabalho na articulação com os Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas;

VI - assessorar a Presidência Ampliada na preparação das pautas das reuniões;

VII - delegar competências de sua responsabilidade;

VIII - secretariar as reuniões da Plenária;

IX - promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do CNAS;

X - coordenar a sistematização do relatório anual do CNAS;

XI - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social;

XII - zelar pelo cumprimento e atualização do Manual de Procedimentos, detalhando as competências atribuídas no Regimento Interno, remetendo-o posteriormente à Comissão de Normas para análise e devido encaminhamento para aprovação da Plenária;

XIII - assinar certidões sobre a situação dos processos que tramitaram no CNAS;

XIV - assessorar o CNAS na articulação com os órgãos de controle interno e externo; e

XV - expedir atos internos que regulem as atividades administrativas.

Art. 12. Aos Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;

II - assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;

III - opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e

V - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.

Art. 13. Aos Chefes de Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade;

III - elaborar relatórios dos trabalhos realizados; e

IV - praticar os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade.

Art. 14. Ao Assistente e Assistente Técnico incumbe assistir ao superior imediato na realização dos trabalhos da área e exercer outras atividades que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente anexo ao Regimento Interno deste Ministério serão solucionados pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XII

Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS/ FCPE/FG
	5	Assessor Especial	DAS 102.5
	5	Assessor	DAS 102.4
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	7	Assessor Técnico	DAS 102.3
	9	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Agenda	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Apoio Logístico da Agenda	1	Coordenador	DAS 101.3
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assesso-ria	DAS 101.4
Coordenação de Apoio da Assessoria Técnica e Ad-ministrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assesso-ria	DAS 101.4
	8	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assesso-ria	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Assessoria Parlamentar e Federativa	1	Chefe de Assesso-ria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Redação Legislativa da Assessoria Parla-mentar e Federativa	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo da Assessoria Par-lamentar e Federativa	1	Chefe	DAS 101.1
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTER-NO	1	Chefe de Assesso-ria	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Controle Interno I	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Controle Interno II	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executi-vo	NE
	1	Secretário-Executi-vo Adjunto	DAS 101.6
	4	Diretor de Progra-ma	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
	4	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	4	Assistente	DAS 102.2
	3	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	35		FG-1
	10		FG-2
	10		FG-3
Corregedoria	1	Corregedor	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
OUVIDORIA SOCIAL E PREVIDENCIÁRIA	1	Ouvidor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral da Ouvidoria Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral da Ouvidoria Previdenciária	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
DIRETORIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramen-to Acordos de Cooperação Técnica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Execução de Acordos de Co-operação Técnica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Finan-ceira Acordos de Cooperação Técnica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMA-ÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Sistemas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Banco de Dados	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRA-TIVOS	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Subsecretário Ad-junto	DAS 101.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Logística e Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	6	Chefe	DAS 101.2
	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação de Apoio Administrativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Atos Normativos e Judiciais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral Jurídica de Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Contratos, Licitações e Pessoal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Relacionamento com o INSS	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Processo Administrativo Disciplinar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
	6	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Gabinete	1	Chefe	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão e Acompanhamento de Contratos com o Agente Operador	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Administração de Benefícios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão e Análise de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gerenciamento e Produção de Dados	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenacao	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Cooperação e Suporte Operacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisao	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DO CADASTRO ÚNICO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Operacionalização do Cadastro Único	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4

Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Processos de Cadastramento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Integração de Ações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE CONDICIONALIDADES	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Operacionalização das Condicionalidades	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Acompanhamento das Condicionalidades	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Articulação Intersetorial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Integração e Análise de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
	7	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor-Executivo	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Transferências Voluntárias	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de apoio a Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Assistente	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Regulação do SUAS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão Descentralizada e Participação Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Rede e Sistemas de Informações do SUAS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Regulação e Análise Normativa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Benefícios Assistenciais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Gestão da Informação e Controle de Benefícios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Articulação e Ações Intersetoriais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Benefícios Previdenciários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Ações Complementares de Proteção Social Básica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Serviços de Acolhimento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Acesso à Água	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Fomento à Produção para o Autoconsumo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE APOIO À AQUISIÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS AGROALIMENTARES	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL, MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Micros e Pequenos Negócios para a Inclusão Produtiva	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Programas para Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Produção e Gestão de Pesquisas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Desenho de Avaliação e Análise de Impacto	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Produção de Indicadores	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Inteligência Informacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Soluções em Ciência de Dados	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Formação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Disseminação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	1	Secretário	DAS 101.6
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Atendimento Familiar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À JUVENTUDE E À ADOLESCÊNCIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Proteção Social de Jovens e Adolescentes	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO AO IDOSO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Cuidado Integral	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Inclusão Produtiva	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ACESSO A SERVIÇOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Monitoramento e Acesso a Serviços	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Capacitação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretaria-Executiva	1	Secretário-Executivo do Conselho	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
CONSELHO DE RECURSOS DO SEGURO SOCIAL	1	Presidente do Conselho	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Câmara	4	Presidente de Câmara	DAS 101.2
Serviço	4	Chefe	FCPE 101.1
Junta	29	Presidente de Junta	DAS 101.1
	30		FG-1
	6		FG-3

PORTARIA Nº 116, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 6º do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, e considerando o disposto no art. 304 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o inciso I do Parágrafo Único do art. 7º da Lei n.º 13.341, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE RECURSOS DO SEGURO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS, colegiado integrante da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário MDSA, é órgão de controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos processos de interesse dos beneficiários e das empresas, nos casos previstos na legislação.

Parágrafo único: O CRSS tem sede em Brasília DF e jurisdição em todo o Território Nacional.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O CRSS tem a seguinte estrutura:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS:

1. Conselho Pleno;

2. Quatro Câmaras de Julgamento;

2.1. Quatro Serviços de Secretaria de Câmara de Julgamento;

3. Vinte e nove Juntas de Recursos; e

II - ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS:

1. Presidência;

1.1. Serviço de Secretaria do Gabinete da Presidência;

1.2. Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados;

1.3. Assessoria do Gabinete;

2. Coordenação de Gestão Técnica;

3. Divisão de Assuntos Jurídicos;

4. Divisão de Assuntos Administrativos;

§ 1º Os Órgãos Colegiados serão assistidos por Assessoria Técnico - Médica no âmbito do CRSS.

§ 2º As competências e atribuições de Seções, vinculadas as Funções Gratificadas - FG no âmbito do CRSS, em conformidade com o anexo II do Decreto n.º 8.949, de 29 de dezembro de 2016, serão definidas em ato próprio da Presidência do Conselho de Recursos do Seguro Social.

CAPITULO III - DA COMPETÊNCIA

Seção I

Dos Órgãos Julgadores

Art. 3º Ao Conselho Pleno compete:

I - uniformizar, em tese, a jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial, mediante emissão de Enunciados;

II - uniformizar, no caso concreto, as divergências jurisprudenciais entre as Juntas de Recursos nas matérias de sua alçada ou entre as Câmaras de julgamento em sede de Recurso Especial, mediante a emissão de Resolução; e

III - decidir, no caso concreto, as Reclamações ao Conselho Pleno, mediante a emissão de Resolução.

Art. 4º Às Câmaras de Julgamento compete julgar os Recursos Especiais interpostos contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos.

Art. 5º Às Juntas de Recursos compete julgar os Recursos Ordinários interpostos contra as decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários e do Regime Geral de Previdência Social e das empresas; nos processos referentes aos benefícios assistenciais de prestação continuada previstos no art. 20 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e, nos casos previstos na legislação, nos processos de interesse dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social.

Seção II

Dos Órgãos Administrativos

Art. 6º À Presidência do CRSS compete:

I - expedir resoluções, portarias, provimentos, instruções, circulares, certidões e outros atos necessários ao regular andamento do serviço, no âmbito do CRSS;

II - solicitar e acompanhar a elaboração de atos de administração orçamentária e financeira relativos aos recursos destinados à manutenção do CRSS, inclusive a requisição de adiantamento por conta de créditos orçamentários consignados ao Conselho;

III - solicitar à Subsecretaria de Assunto Administrativos do MDSA e ao INSS os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento dos órgãos do CRSS;

IV - comunicar ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário a ocorrência dos casos que impliquem em perda de mandato de Conselheiro ou vacância de cargo em comissão e encaminhar representação sobre quaisquer irregularidades praticadas no âmbito do Conselho, propondo, quando for o caso, a efetivação das medidas cabíveis.

V - fixar a competência das Câmaras e Juntas em razão da matéria.

Art. 7º Ao Serviço de Secretaria do Gabinete da Presidência compete:

I - prestar apoio ao Presidente do Conselho na recepção de documentos, pessoas, telefonemas, correspondências e outros expedientes de apoio;

II - elaborar despachos, documentos e relatórios em assistência ao Gabinete;

III - organizar a agenda de despachos, audiências e entrevistas do Presidente do Conselho;

IV - prover o Gabinete do Presidente do Conselho de material permanente e de consumo necessários;

V - executar os serviços de digitação e reprodução de atos e demais expedientes, bem como os serviços nos sistemas oficiais de transmissão de mensagens e documentos;

VI - executar as atividades de secretaria do Conselho Pleno.

Art. 8º Ao Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados compete:

I - receber, preparar e encaminhar, mensalmente, à Coordenação Geral de Recursos Humanos do CGRH/MDSA, para fins de pagamento, a relação dos valores devidos aos Conselheiros das Câmaras de Julgamento e Juntas de Recursos, a partir das informações relativas ao quantitativo de processos por eles relatados, prestadas pelos respectivos presidentes;

II - formalizar o procedimento para a seleção de conselheiros, instruindo os processos de nomeação e de recondução, segundo os requisitos exigidos, para posterior encaminhamento à Coordenação de Gestão Técnica - CGT;

III - providenciar junto à CGRH/MDSA a documentação para confecção de carteiras funcionais dos Presidentes e Conselheiros das Câmaras de Julgamento e Juntas de Recursos;

IV - fornecer ao Gabinete do Ministro minutas de portarias referentes à nomeação e recondução de Conselheiros;

V - organizar e manter atualizado cadastro de Conselheiros dos órgãos do CRSS, e

VI - gerenciar e analisar as demandas afetas ao sistema eletrônico de recursos, e monitorar a sua evolução, bem como, levar ao conhecimento do presidente do CRSS os problemas de funcionamento e de operação, acompanhados das propostas para solução dos mesmos.

Art. 9º À Coordenação de Gestão Técnica compete:

I - supervisionar, orientar e fiscalizar as atividades funcionais dos órgãos judicantes da estrutura do Conselho;

II - realizar o monitoramento operacional e técnico dos órgãos julgadores do CRSS, acompanhando a movimentação de processos e efetuando inspeções, apresentando relatório circunstanciado e conclusivo ao Presidente do CRSS;

III - proceder a correições ordinárias e extraordinárias nos órgãos julgadores do CRSS;

IV - coordenar e supervisionar a instalação e funcionamento de comissões de sindicância, inquéritos e processos administrativos disciplinares, prestando suporte material e técnico;

V - efetuar a avaliação e acompanhamento do desempenho dos Conselheiros, presidir o Comitê de Avaliação e estabelecer diretrizes e métodos das avaliações de escolha e de desempenho dos Conselheiros;

VI - propor ao Presidente do CRSS a instauração de procedimento para a uniformização em tese de jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial;

VII - autuar, processar e acompanhar os incidentes de Reclamação pelo Descumprimento de Decisão; e

VIII - propor ao Presidente do Conselho a expedição de atos e medidas necessárias ao fiel cumprimento das normas e orientações dos órgãos do CRSS.

Art. 10. À Divisão de Assuntos Jurídicos, ressalvadas as competências da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria jurídica aos órgãos do CRSS, nas matérias que lhe forem submetidas;

II - pronunciar-se a respeito do aspecto jurídico dos atos normativos ou interpretativos, oriundos do CRSS quando da sua elaboração e edição;

III - manifestar-se a respeito de consultas sobre matéria previdenciária e assistencial formuladas pelos órgãos do CRSS;

IV - examinar expedientes e decisões judiciais com vistas a orientar os órgãos do CRSS quanto ao seu fiel cumprimento, sem prejuízo da expedição de ofício à Procuradoria Regional da União e à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, para ciência e adoção das providências cabíveis na esfera judicial;

V - prestar assistência jurídica aos órgãos julgadores em suas atividades, transmitindo-lhes o sentido da jurisprudência administrativa no âmbito do CRSS;

VI - manter cadastro atualizado das decisões dos órgãos julgadores do CRSS e da jurisprudência dominante no Poder Judiciário;

VII - auxiliar as autoridades do CRSS na prestação de Informações em mandado de segurança, bem como acompanhar as ações interpostas em desfavor dos representantes do governo no exercício dos seus mandatos, inclusive dos presidentes dos órgãos julgadores do CRSS.

VIII - propor ao Presidente do CRSS a instauração de procedimento para uniformização em tese de jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial.

Art. 11. À Divisão de Assuntos Administrativos compete:

I - executar atividades de controle de recebimento e remessa de processos, de expedientes, de material, de informática e de patrimônio;

II - providenciar publicações e divulgação dos atos do CRSS, pautas de julgamento e decisões dos órgãos colegiados, inclusive por meio eletrônico;

III - supervisionar as atividades de documentação e de logística necessárias ao CRSS;

IV - acompanhar as atividades de controle orçamentário e financeiro junto ao órgão responsável no MDSA, e manter cadastro atualizado das informações afetas ao CRSS;

V - fornecer ao Gabinete do Ministro minutas de portarias referente à cessão de servidores do INSS e nomeação de funções do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

Art. 12. Aos Serviços e Seções de Secretaria de Câmara de Julgamento e Junta de Recursos compete:

I - dirigir, coordenar e supervisionar os serviços administrativos;

II - assessorar o Presidente, preparando seus despachos e expedientes;

III - examinar, informar e encaminhar os documentos em tramitação no órgão;

IV - supervisionar os procedimentos necessários à preparação de processos para inclusão em pauta, bem como suas devoluções aos órgãos de origem, após o julgamento;

V - preparar a pauta de julgamento;

VI - prestar apoio administrativo às sessões de julgamento;

VII - elaborar quadro demonstrativo de movimento de processos, bem como boletim estatístico mensal relativo ao desempenho do órgão julgador e remessa à Coordenação de Gestão Técnica.

VIII - elaborar o Relatório anual das atividades do órgão; e

IX - providenciar a documentação, controlar a frequência e elaborar a escala de férias dos servidores das respectivas Câmaras ou Juntas.

Art. 13. O coordenador, os chefes de divisão e de serviço serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores indicados pelas respectivas autoridades competentes, a fim de que sejam designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES, CONSELHEIROS E DEMAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Seção I

Das atribuições do Presidente do CRSS

Art. 14. Ao Presidente do CRSS incumbe:

I - dirigir, supervisionar, coordenar e orientar as atividades do Conselho;

II - despachar com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário;

III - sanear ou determinar o saneamento dos processos que contenham falhas de natureza processual;

IV - convocar e presidir as sessões do Conselho Pleno, manter a ordem e a harmonia das sessões, resolver as questões de ordem que lhe forem submetidas pelos Conselheiros, apurar as votações e proclamar os resultados;

V - comunicar ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário a ocorrência dos casos que impliquem em perda de mandato de Conselheiro ou vacância de cargo em comissão e encaminhar representação sobre quaisquer irregularidades praticadas no âmbito do Conselho, propondo, quando for o caso, a efetivação das medidas cabíveis;

VI - convocar suplentes de qualquer Câmara ou Junta para atuar em outro órgão colegiado do CRSS, em caráter temporário ou até o fim de mandato, em atendimento às necessidades dos julgamentos;

VII - representar o Conselho perante autoridades e entidades públicas e privadas;

VIII - propor ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário alteração do Regimento Interno do CRSS;

IX - solicitar ao MDSA e ao INSS os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento dos órgãos do CRSS.

X - comunicar ao órgão de recursos humanos de lotação do servidor em exercício no âmbito do CRSS a conduta passível de aplicação de sanção administrativa, após apuração em sindicância ou processo administrativo disciplinar; ou, comunicar a autoridade competente nas hipóteses em que não seja atribuição do CRSS apurar a falta funcional;

XI - determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar no âmbito do CRSS;

XII - determinar o afastamento preventivo do Conselheiro que tenha incorrido nas hipóteses de perda do mandato, de ofício ou a requerimento do Presidente do órgão julgador a que esteja vinculado o Conselheiro;

XIII - designar e dispensar os ocupantes de funções gratificadas cujo provimento seja de sua alçada;

XIV - decidir, mediante despacho fundamentado, sobre pedidos formulados pelas partes, inclusive em relação à decisão que não conhece a arguição de impedimento de Conselheiro;

XV - decidir sobre conflito de competência estabelecido entre Câmaras de Julgamento ou entre Câmara de Julgamento e Junta de Recursos;

XVI - provocar a uniformização em tese da jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial;

XVII - executar outras atribuições constantes deste Regimento ou determinadas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário;

XVIII- analisar e decidir monocraticamente o Recurso em face do não recebimento do pedido de uniformização pela Presidência do órgão julgador;

XIX - fazer o juízo de admissibilidade dos Embargos de Declaração contra as Resoluções editadas pelo Conselho Pleno, e

XX - fazer o juízo de admissibilidade da Reclamação do Conselho Pleno.

Seção II

Das atribuições dos Presidentes das Câmaras e Juntas

Art. 15. Aos Presidentes de Câmara de Julgamento e Junta de Recursos incumbe:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - coordenar, dirigir, supervisionar e orientar os serviços administrativos e judicantes da Câmara ou Junta;

II - presidir as sessões, com direito a voto de desempate, relatar processos, manter a ordem e a harmonia das sessões, resolver as questões de ordem, apurar as votações e proclamar os resultados;

III - adotar as providências necessárias ao rápido e perfeito julgamento dos processos, inclusive solicitando ao Presidente do CRSS a requisição de servidores para lotação na respectiva Câmara ou Junta;

IV - convocar e dispensar os Conselheiros suplentes;

V - fazer o juízo de admissibilidade do Pedido de Uniformização de Jurisprudência previstos no Regimento do CRSS;

VI - examinar e decidir mediante despacho fundamentado sobre pedidos incidentais formulados pelas partes;

VII - expedir certidões;

VIII - fixar os dias e horários para a realização das sessões ordinárias e convocar as extraordinárias;

IX - adotar medidas efetivas para garantir a celeridade e a eficiência na apreciação dos recursos e documentos, observados as normas gerais expedidas pela Presidência do CRSS;

X - considerar justificadas, ou não, as faltas dos Conselheiros às sessões ordinárias, comunicando ao Presidente do CRSS os casos que configurem falta injustificada;

XI - conceder licença do mandato aos Conselheiros com exercício fixado nos respectivos órgãos julgadores, nos casos de motivo relevante ou de doença ou lesão que acarretem incapacidade, ressalvadas as hipóteses de servidores públicos ativos com regime jurídico próprio e as atribuições do INSS em relação aos benefícios previdenciários devidos aos Conselheiros amparados pelo RGPS;

XII - requerer ao Presidente do CRSS o afastamento preventivo de Conselheiro que tenha incorrido nas hipóteses de perda de mandato;

XIII - suscitar conflito de competência em relação aos processos que tramitam perante seus respectivos órgãos julgadores;

XIV - propor ao Presidente do CRSS a instauração de procedimento para uniformização em tese de jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial;

XV encaminhar à Divisão de Assuntos Administrativos, com no mínimo cinco dias úteis de antecedência ao da sessão, as pautas de julgamento; e

XVI - executar outras atribuições fixadas no Regimento Interno ou determinadas pelo Presidente do CRSS.

Parágrafo único. Além das atribuições previstas no caput, competirá:

I - aos Presidentes das Juntas de Recursos, representá-las perante as autoridades e entidades públicas e privadas, no âmbito de sua jurisdição; e

II - aos Presidentes das Câmaras de Julgamento, decidir monocraticamente, por despacho fundamentado irrecorrível, os conflitos de competência que lhe forem submetidos por Juntas de Recursos.

Seção III

Das atribuições do Conselheiro Relator

Art. 16. Ao Conselheiro relator das Câmaras e Juntas incumbe:

I - presidir e acompanhar a instrução do processo no âmbito do Colegiado, inclusive requisitando diligência preliminar, até sua inclusão em pauta;

II - propor à composição julgadora relevar a intempestividade de recursos, no corpo do próprio voto, quando fundamentadamente entender que, no mérito, restou demonstrada de forma inequívoca a liquidez e a certeza do direito da parte;

III - verificar se as partes foram regularmente cientificadas de todos os atos processuais praticados no curso do processo, a fim de que aos litigantes sejam assegurados o pleno exercício do contraditório e ampla defesa;

IV - solicitar, a qualquer tempo, o pronunciamento técnico da assessoria médica ou jurídica, visando obter subsídios para formar o seu convencimento;

V - retirar de pauta os autos de processo para reexame da matéria controvertida, podendo solicitar instrução complementar;

VI - devolver à Secretaria do respectivo órgão julgador os processos relatados, com observância dos prazos fixados pelo Presidente do CRSS;

VII - apontar a ocorrência de conexão ou de continência, determinando a reunião de processos, mediante referendo do Órgão Colegiado por ocasião da apreciação da matéria;

VIII - declarar-se impedido de participar do julgamento, na forma regimental;

XIX - executar outras atribuições fixadas no Regimento, ou solicitadas pelo Presidente do CRSS, ou ainda pelo Presidente da Câmara ou Junta a que estejam vinculados.

Seção IV

Das atribuições Administrativas dos Dirigentes

Art. 17. Aos Presidentes de Câmara de Julgamento, Juntas de Recursos, Chefes de Divisão e Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades afetas às respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas áreas de atuação, pelo Presidente do CRSS.

CAPÍTULO V - DA COMPOSIÇÃO, DIREÇÃO E MANDATO

Seção I

Da composição e Direção

Art. 18. O CRSS é presidido por um representante do governo com notório conhecimento da legislação previdenciária e assistencial, previamente designado como conselheiro, nomeado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.

Parágrafo Único - O Presidente do CRSS é substituído, nas suas ausências e impedimentos, por um dos Presidentes de Câmara de Julgamento, previamente designado.

Art. 19. O Conselho Pleno será composto pelo Presidente do CRSS, que o presidirá e pelos Presidentes e Conselheiros Titulares das Câmaras de Julgamento.

Parágrafo único. Em caso de ausência ou impedimento, os Presidentes e os Conselheiros titulares serão substituídos, respectivamente, pelos Presidentes substitutos e pelos Conselheiros suplentes designados, no respectivo órgão julgador do CRSS.

Art. 20. As Câmaras de Julgamento e as Juntas de Recursos, presididas e administradas por representante do governo, são integradas por quatro membros, denominados Conselheiros, nomeados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário obedecendo-se a seguinte composição de julgamento:

I - um Conselheiro Presidente da respectiva Câmara ou Junta, que presidirá a composição de julgamento;

II - um Conselheiro representante do governo;

III um Conselheiro representante dos trabalhadores; e

IV - um Conselheiro representante das empresas.

§ 1º Os Presidentes das Câmaras e das Juntas serão substituídos, nas suas ausências e impedimentos, pelo outro Conselheiro titular representante do governo em atividade na respectiva Câmara ou Junta e, caso este também esteja ausente ou impedido, assumirá, interinamente, o Conselheiro representante do governo no efetivo exercício das funções de Conselheiro do CRSS do respectivo órgão julgador.

§ 2º Por razões de eficiência e celeridade, o Presidente do CRSS poderá determinar o funcionamento de composições de julgamento adjuntas em localidades situadas fora do território da sede da Junta de Recursos ou Câmara de Julgamento.

§ 3º Respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, por razões de eficiência e celeridade, o Presidente do CRSS poderá alterar a competência territorial dos órgãos julgadores do CRSS conforme a necessidade do serviço e o volume de processos em trâmite no CRSS.

§ 4º A critério do Presidente da Câmara de Julgamento ou da Junta de Recursos, o Conselheiro do Governo, preferencialmente o titular, poderá presidir as sessões de julgamento, considerando-se a necessidade do serviço e o volume de processos em tramitação no órgão julgador.

SEÇÃO I

DO PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 21. A indicação e escolha dos Conselheiros das Juntas de Recursos e das Câmaras de Julgamento deverão atender aos seguintes critérios:

I - os representantes do governo são escolhidos entre servidores públicos federais ativos ou inativos, preferencialmente do MDSA ou do INSS, com curso superior em nível de graduação concluído, e notório conhecimento de legislação previdenciária e assistencial comprovado, indicados pelo Presidente do CRSS e submetidos à avaliação da Coordenação de Gestão Técnica, que exercerão as atividades pertinentes à função de Conselheiro em caráter de exclusividade, quando ativos, sem prejuízo dos direitos e vantagens do respectivo cargo de origem;

II - os representantes classistas deverão ter escolaridade de nível superior, formação jurídica preferencialmente para as Juntas de Recursos e necessariamente para as Câmaras de Julgamento, com conhecimentos da legislação previdenciária e assistencial, salvo os representantes de trabalhadores rurais, que deverão ter concluído o nível médio, e serão escolhidos dentre os indicados, em lista tríplice, pelas entidades de classe ou centrais sindicais das respectivas jurisdições.

§ 1º Os Conselheiros Presidentes das Juntas de Recursos e das Câmaras de Julgamento serão escolhidos dentre os Conselheiros representantes do governo, ocupando, nesta condição, cargo em comissão, da maneira como dispuser a estrutura regimental do MDSA.

§ 2º Os servidores do INSS poderão ser cedidos para ter exercício no CRSS, sem prejuízo dos direitos e das vantagens do respectivo cargo de origem, mediante ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.

§ 3º É vedada a nomeação ou a recondução de Conselheiro que seja cônjuge, companheiro ou companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de outro Conselheiro em atividade na mesma Junta de Recursos ou Câmara de Julgamento.

§ 4º As propostas de renovação de mandato dos Conselheiros por recondução serão encaminhadas até noventa dias antes do vencimento do prazo do mandato em curso, sendo imprescindível a avaliação técnica quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho.

§ 5º Expirado o prazo do mandato, o Conselheiro poderá continuar no exercício da função pelo prazo máximo de noventa dias, até que seja publicado o ato de recondução ou até a entrada em exercício do Conselheiro designado para ocupar a mesma vaga.

§ 6º Os Conselheiros suplentes das representações de governo e classistas serão convocados para integrar as composições de julgamento em atividade nos casos de renúncia, perda de mandato, licença, vacância e impedimentos legais dos Conselheiros titulares, ou por necessidade de serviço.

§ 7º As indicações de que trata o inciso I do caput serão apresentadas pelo Presidente do INSS, quando se tratar de servidores da Autarquia, pelo Secretário-Executivo e pelo Presidente do CRSS, quando se tratar de servidor do MDSA ou de outro órgão, após avaliação realizada pela Coordenação de Gestão Técnica.

§ 8º Para os fins do disposto no § 7º, o Presidente do CRSS solicitará às autoridades de que trata o parágrafo anterior a cessão de servidores para exercerem a função de conselheiros representantes do governo.

§ 9º A indicação da representação governamental não poderá recair sobre servidores que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar, como acusado, ou que tenham sido punidos.

Art. 22. A escolha de Conselheiros das representações classistas dos trabalhadores e das empresas será realizada em processo formal, observados os seguintes procedimentos:

I - O Presidente do CRSS fará publicar aviso no sítio oficial, contendo as vagas disponíveis nas áreas territoriais de abrangência e os requisitos mínimos exigidos; local e prazo para entrega das indicações do nome dos representantes interessados em integrar o quadro de Conselheiros.

II - As listas tríplices, juntamente com os currículos dos candidatos e demais documentos necessários à instrução do processo, deverão ser encaminhadas ao Presidente do CRSS no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do aviso no sítio oficial.

III - A Coordenação de Gestão Técnica formará um Comitê de Avaliação composto por três membros, o Coordenador da CGT e dois presidentes de órgãos julgadores, sendo estes alternados por períodos pré-estabelecidos. O Comitê será responsável em realizar as avaliações segundo diretrizes que prestigiem a capacidade técnica e experiência profissional dos candidatos, submeter os resultados à aprovação do Presidente do CRSS e garantir a transparência do processo seletivo ou de recondução dos conselheiros.

IV - O presidente do órgão julgador onde será lotado o candidato em avaliação integrará o Comitê de Avaliação nos casos de escolha de Conselheiros.

V - a entidade de classe ou central sindical contemplada com a nomeação de seu representante será excluída do processo de seleção de novos Conselheiros no mesmo órgão julgador, ressalvada a hipótese em que, esgotado todos os procedimentos, nenhuma outra entidade indicar pretendente.

VI - no caso em que o CRSS entender pela recondução ao mandato, a entidade de classe poderá ratificar a indicação do Conselheiro, o que deverá ocorrer somente após a avaliação do presidente do órgão julgador e do Comitê de Avaliação, ficando dispensados os procedimentos dos incisos I e II.

VII - É garantido às representações de classes informações ou esclarecimentos acerca de todo o processo de escolha e recondução de conselheiros, que serão atendidas pela Coordenação de Gestão Técnica.

Parágrafo Único: Os procedimentos de escolha e de recondução dos conselheiros serão realizados em períodos previamente estabelecidos em ato do Presidente do CRSS, com prazo para início a ser considerado:

I - Do ato de publicação das vagas, no caso de escolha de novos conselheiros, ou;

II - Do envio do processo de recondução pelo Presidente do órgão julgador para o Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados, no caso de recondução.

Art. 23. A posse dos Presidentes de Câmara de Julgamento, de Junta de Recursos e a dos representantes governamentais e classistas, efetivos e suplentes, integrantes de Câmara de Julgamento, se dará perante o Presidente do CRSS; e a dos demais representantes governamentais e classistas, ativos e suplentes, integrantes de Junta de Recursos, se dará perante o Presidente da respectiva Junta.

Seção II

Do Mandato

Art. 24 O mandato dos Conselheiros das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos é de dois anos, a contar da data estabelecida no ato de nomeação publicado. Na ausência desta, será considerada a data de publicação no Diário Oficial da União, sendo permitida a recondução, atendidas as condições impostas no Regimento do CRSS.

§ 1º O exercício da função de Conselheiro do CRSS será considerado serviço público relevante, não gerando qualquer espécie de vínculo de natureza empregatícia, estatutária ou contratual, sendo que o mandato não caracteriza relação de trabalho.

§ 2º Os Conselheiros representantes do governo continuarão sendo remunerados pelos órgãos e entidades de origem, enquanto que os representantes classistas de trabalhadores e empresas, bem como os representantes do governo, quando inativos, farão jus ao recebimento de gratificação por processo relatado com voto, na forma prevista no Regulamento próprio.

§ 3º O Conselheiro nomeado deverá tomar posse no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data estabelecida para início de mandato na publicação oficial da sua nomeação, sendo que a perda deste prazo implica em renúncia tácita ao mandato.

§ 4º A troca de titularidade entre Conselheiros dentro do respectivo órgão julgador somente poderá ocorrer mediante justificativa do Presidente da Câmara ou Junta encaminhadas à Coordenação de Gestão Técnica que submeterá à aprovação do Presidente do CRSS, não implicando em renovação de período de mandato.

§ 5º O Conselheiro poderá renunciar voluntariamente ao mandato em curso por motivo de foro íntimo, hipótese em que não será aplicável a penalidade de inabilitação para o exercício da função de Conselheiro que trata o art. 25, § 1º, deste Regimento.

§ 6º Findo o prazo regulamentar do mandato ou em caso de renúncia ao mandato em curso, o Conselheiro deverá restituir, ao respectivo órgão julgador, todos os processos que estejam sob sua responsabilidade, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do protocolo da renúncia ou do término do mandato, sob pena de adoção das providências cabíveis na esfera civil, penal e administrativa.

Art. 25. Compete ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, sem prejuízo dos demais procedimentos e cominações legais, atendendo a solicitação fundamentada do Presidente do CRSS, declarar a perda do mandato do Conselheiro, titular ou suplente, nos casos em que:

I - retiver em seu poder, injustificadamente, os autos de processos que lhe foram distribuídos além dos prazos estabelecidos pelo Presidente do Conselho;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - procrastinar a prática de atos processuais além dos prazos legais ou regimentais estabelecidos;

III - deixar de comparecer às sessões de julgamento, sem motivo justificado.

IV - participar de julgamento em cujo processo deveria saber estar impedido;

V - estar submetido a uma das penalidades disciplinares estabelecidas nos incisos II a VI do caput do art. 127 da Lei nº 8.112/90, ou, a processo criminal;

VI - praticar ilícito.

VII - demonstrar insuficiência de desempenho, quanto aos aspectos quantitativo ou qualitativo, apurada pelo Presidente do órgão julgador ou pela Coordenação de Gestão Técnica;

VIII - exercer atividades incompatíveis com o exercício de suas atribuições, tais como:

a) entrar em exercício em qualquer cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo eletivo;

b) patrocinar, administrativa ou judicialmente, diretamente ou por interposta pessoa, interesse de empresas, segurados ou beneficiários perante a Seguridade Social, ou ainda, participar de sociedade de profissionais que exerçam tais atividades; e

c) exercer outras atividades na iniciativa privada consideradas incompatíveis com a função de Conselheiro do CRSS.

IX - incorrer em falta disciplinar, apurada por sindicância ou processo administrativo disciplinar, pelas seguintes condutas:

a) retardar, sem motivo justificado, o julgamento ou outros atos processuais;

b) praticar, no exercício da função, quaisquer atos de comprovado favorecimento;

c) apresentar, no exercício do mandato ou na vida privada, conduta incompatível com o decoro da função de Conselheiro do CRSS, mediante ações ou omissões; e

d) praticar ilícito administrativo.

§ 1º O Conselheiro do CRSS afastado por qualquer das razões previstas neste artigo, salvo na hipótese da alínea "a" do inciso VIII do caput, ficará inabilitado para o exercício da função de Conselheiro do CRSS pelo prazo de cinco anos, contados da publicação oficial do ato que decidir pela perda do mandato.

§ 2 º Na ocorrência de afastamento preventivo, deverá restituir todos os processos ao respectivo órgão julgador, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da ciência pessoal ou postal que o intimar do afastamento.

§3º O conselheiro que perder o mandato deverá restituir, ao respectivo órgão julgador, todos os processos que estejam sob sua responsabilidade, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data da ciência pessoal ou postal do ato.

§ 4º A não restituição dos processos no prazo assinalado ensejará a adoção das providências cabíveis na esfera civil, penal e administrativa.

§ 5º Na apuração de faltas disciplinares ou ilícitos administrativos aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CAPÍTULO VI - DO PROCESSO

Seção I

Dos Prazos

Art. 26. Os prazos estabelecidos neste Regimento são contínuos e começam a correr a partir da data da ciência da parte, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º O prazo só se inicia ou vence em dia de expediente normal no órgão em que tramita o recurso ou em que deva ser praticado o ato.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente ou em que este for encerrado antes do horário normal.

§ 3º Os prazos previstos neste Regimento são improrrogáveis, salvo em caso de exceção expressa.

§ 4º - Quando o ato for praticado por meio eletrônico para atender a prazo processual, serão considerados tempestivos os transmitidos integralmente até as vinte e quatro horas de seu último dia útil.

Seção II

Das Intimações

Art. 27. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos, termos e decisões do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

Parágrafo único. O interessado poderá praticar os atos processuais pessoalmente ou por intermédio de representante, devidamente constituído nos autos.

Art. 28. A intimação será efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, por meio eletrônico, ou por outro meio que assegure a regularidade da ciência do interessado ou do seu representante, sem sujeição a ordem de preferência.

§ 1º A cientificação será efetuada por meio de edital somente nos casos de interessados indeterminados ou desconhecidos, ou cujo domicílio seja indefinido, entendido este como endereço vago ou incompleto.

§ 2º Considera-se feita a intimação:

I - se pessoal, na data da ciência do interessado ou de seu representante legal ou, caso haja recusa ou impossibilidade de prestar a nota de ciente, a partir da data em que for dada a ciência, declarada nos autos pelo servidor que realizar a intimação;

II - se por via postal ou similar, na data do recebimento aposta no comprovante, ou da nota de ciente do responsável;

III - se por edital, quinze dias após sua publicação ou afixação.

IV - por meio eletrônico, com a confirmação de envio da correspondência eletrônica ao destinatário, fazendo-se a juntada da cópia do comprovante de envio.

§ 3º Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado nos autos pela parte, beneficiário ou representante, cumprindo aos interessados atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§ 4º A intimação será nula quando realizada sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do interessado supre sua falta ou irregularidade.

Seção III

Dos Recursos

Art. 29. Denomina-se Recurso Ordinário aquele interposto pelo interessado, segurado ou beneficiário da Seguridade Social, em face de decisão proferida pelo INSS, dirigido às Juntas de Recursos do CRSS, observada a competência regimental.

Parágrafo único. Considera-se decisão de primeira instância recursal os acórdãos proferidos pelas Juntas de Recursos, exceto em matéria de alçada, na forma definida pelo neste Regimento, hipótese em que a decisão será de única instância.

Art. 30. Das decisões proferidas no julgamento do Recurso Ordinário caberá Recurso Especial dirigido às Câmaras de Julgamento.

§ 1º O INSS recorrerá das decisões das Juntas de Recurso quando:

I - violarem disposição de lei, de decreto ou de portaria ministerial;

II - divergirem de Súmula ou de Parecer do Advogado Geral da União, editado na forma da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

III - divergirem de pareceres da Consultoria Jurídica do MDSA, dos extintos MTPS e MPS ou da Procuradoria Federal Especializada - INSS, aprovado pelo Procurador-Chefe.

IV - divergirem de enunciados editados pelo Conselho Pleno do CRSS e do antigo CRPS;

V - tiverem sido fundamentadas em laudos ou pareceres médicos divergentes emitidos pela Assessoria Técnico-Médica no âmbito do CRSS e pelos Médicos peritos do INSS, ressalvados os benefícios de auxílio-doença e assistenciais nos termos do inciso I do § 2º deste artigo; e

VI - contiverem vício insanável.

§ 2º Constituem alçada exclusiva das Juntas de Recursos, não comportando recurso às Câmaras de Julgamento, as seguintes decisões:

I - fundamentada exclusivamente em matéria médica, e relativa aos benefícios de auxílio-doença e assistenciais;

II - proferida sobre reajustamento de benefício em manutenção, em consonância com os índices estabelecidos em lei, exceto quando a diferença na Renda Mensal Atual - RMA decorrer de alteração da Renda Mensal Inicial - RMI.

§ 3º A interposição tempestiva do Recurso Especial suspende os efeitos da decisão de primeira instância e devolve à instância superior o conhecimento integral da causa.

Subseção I

Das disposições comuns aos recursos

Art. 31. É de trinta dias o prazo para a interposição de recurso e para o oferecimento de contrarrazões, contado da data da ciência da decisão e da data da intimação da interposição do recurso, respectivamente.

§ 1º Os recursos serão interpostos pelo interessado, preferencialmente, junto ao órgão do INSS que proferiu a decisão sobre o seu benefício, que deverá proceder a sua regular instrução com a posterior remessa do recurso à Junta ou Câmara, conforme o caso.

§ 2º O prazo para o INSS interpor recursos terá início a partir da data do recebimento do processo na unidade que tiver atribuição para a prática do ato.

§ 3º Na hipótese de Recurso Ordinário, serão considerados como contrarrazões do INSS os motivos do indeferimento. Em se tratando de Recurso Especial, expirado o prazo para contrarrazões, os autos serão imediatamente encaminhados para julgamento.

§ 4º O órgão de origem prestará nos autos informação fundamentada quanto à data da interposição do recurso, não podendo recusar o recebimento ou obstar-lhe o seguimento do recurso ao órgão julgador com base nessa circunstância.

§ 5º Os recursos em processos que envolvam suspensão ou cancelamento de benefícios resultantes do programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios do Seguro Social, ou decorrentes de atuação de auditoria, deverão ser julgados no prazo máximo de sessenta dias após o recebimento pelo órgão julgador.

§ 6º Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior, o processo será incluído pelo Presidente da unidade julgadora na pauta da sessão de julgamento imediatamente subsequente, da qual participar o Conselheiro a quem foi distribuído o processo.

Art. 32. Quando solicitado pelas partes, o órgão julgador deverá informar o local, data e horário de julgamento, para fins de sustentação oral das razões do recurso.

§ 1º O INSS poderá ser representado, nas sessões das Câmaras de Julgamento, das Juntas de Recursos e do Conselho Pleno do CRSS, pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, sendo facultada a sustentação oral de suas razões, com auxílio de assistentes técnicos do INSS.

§ 2º Até o anúncio do início dos trabalhos de julgamento, a parte ou seu representante poderão formular pedido para realizar sustentação oral presencial ou para apresentar alegações finais em forma de memoriais.

§3º O pedido de inscrição para realização de sustentação oral por videoconferência, quando disponível, deverá ser dirigido à Secretaria do órgão julgador até 72h antes da sessão de julgamento, podendo ser feito por mensagem eletrônica.

§ 4º É facultado ao Presidente do CRSS, por meio de ato próprio e sob coordenação conjunta da Coordenação de Gestão Técnica e Divisão de Assuntos Jurídicos, alterar os procedimentos relativos aos julgamentos em adequação às tendências tecnológicas, desde que em respeito aos princípios da publicidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Art. 33. Admitir ou não o recurso é prerrogativa do CRSS, sendo vedado a qualquer órgão do INSS recusar o seu recebimento ou sustar-lhe o andamento, exceto nas hipóteses expressamente disciplinadas neste Regimento.

§ 1º Não serão conhecidos pelas Câmaras de Julgamento os recursos de competência exclusiva das Juntas de Recursos, observado o disposto no art. 30, § 2º deste Regimento.

§ 2º Em se tratando de recurso firmado pelo próprio segurado ou beneficiário que não seja advogado, o Conselheiro relator do processo deverá identificar, se não for apontada, a norma infringida ou não observada pelo INSS.

Art. 34. O INSS pode, enquanto não tiver ocorrido a decadência, reconhecer expressamente o direito do interessado e reformar sua decisão, observado o seguinte procedimento:

I - quando o reconhecimento ocorrer na fase de instrução do Recurso Ordinário o INSS deixará de encaminhar o recurso ao órgão julgador competente;

II - quando o reconhecimento ocorrer após a chegada do recurso no CRSS, mas antes de qualquer decisão colegiada, o INSS deverá encaminhar os autos ao respectivo órgão julgador, devidamente instruído com a comprovação da reforma de sua decisão e do reconhecimento do direito do interessado, para julgamento do mérito.

III - quando o reconhecimento ocorrer após o julgamento da Junta de Recurso ou da Câmara de Julgamento, o INSS deverá encaminhar os autos ao órgão julgador que proferiu a última decisão, devidamente instruído com a comprovação da reforma de sua decisão e do reconhecimento do direito do interessado, para que, se for o caso, seja proferida nova decisão.

Parágrafo único Na hipótese de reforma parcial de decisão do INSS, o processo terá seguimento em relação à questão objeto da controvérsia remanescente.

Subseção II

Da desistência do recurso

Art. 35. Em qualquer fase do processo, desde que antes do julgamento do recurso pelo órgão competente, o recorrente poderá, voluntariamente, desistir do recurso interposto.

§ 1º A desistência voluntária será manifestada de maneira expressa, por petição ou termo firmado nos autos do processo.

§ 2º Uma vez interposto o recurso, o não cumprimento pelo interessado, de exigência ou providência que a ele incumbiriam, e para a qual tenha sido devidamente intimado, não implica em desistência tácita ou renúncia ao direito de recorrer, devendo o processo ser julgado no estado em que se encontra, arcando o interessado com o ônus de sua inércia.

Art. 36. A propositura, pelo interessado, de ação judicial que tenha objeto idêntico ao pedido sobre o qual versa o processo administrativo importa em renúncia tácita ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

§ 1º Considera-se idêntica a ação judicial que tiver as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido do processo administrativo.

§ 2º Certificada a ocorrência da propositura da ação judicial, os prazos processuais em curso ficam suspensos e o INSS dará ciência ao interessado ou a seu representante legal para que se manifeste no prazo de trinta dias. Expirado o prazo, os autos serão encaminhados para julgamento.

§ 3º Caso o conhecimento da propositura da ação judicial seja posterior ao encaminhamento do recurso ao CRSS e este ainda não tenha sido julgado administrativamente, o INSS comunicará o fato à Junta ou Câmara incumbida de proferir decisão, acompanhado dos elementos necessários para caracterização da renúncia tácita.

§ 4º Na hipótese em que o conhecimento da propositura da ação judicial seja posterior ao julgamento do recurso administrativo, se a decisão administrativa definitiva for favorável ao interessado e não existir decisão judicial transitada em julgado, o INSS comunicará o fato à Procuradoria Federal Especializada para:

I - orientar como proceder em relação ao cumprimento da decisão administrativa; e

II - se for o caso, estabelecer entendimento com o autor da ação judicial objetivando a extinção do litígio.

§ 5º Se o conhecimento da propositura da ação judicial for posterior ao julgamento do recurso administrativo e houver decisão judicial transitada em julgado com o mesmo objeto do processo administrativo, conforme orientação da Procuradoria Federal Especializada, a coisa julgada prevalecerá sobre a decisão administrativa.

Subseção III

Do Processamento do Recurso

Art. 37. Os processos submetidos a julgamento pelo CRSS serão numerados folha a folha, e as peças neles inseridas, a partir do recurso, devem ser digitadas, datadas e assinadas, recusadas as expressões injuriosas ou desrespeitosas, que poderão ser riscadas dos autos pelo Presidente da Câmara ou Junta.

§ 1º O interessado poderá juntar documentos, atestados, exames complementares e pareceres médicos, requerer diligências e perícias e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo até antes do início da sessão de julgamento, hipótese em que será avaliada a necessidade de conferir direito de vista à parte contrária para ciência e manifestação.

§ 2º Os requerimentos de provas serão objeto de apreciação por parte do Conselheiro relator, mediante referendo da composição de julgamento, cabendo sua recusa, em decisão fundamentada, quando se revelem impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

§ 3º É expressamente vedada a retirada dos autos da repartição pelas partes, sendo facultado ao recorrente ou seu representante, ou ainda ao terceiro que comprovar legítimo interesse no processo, a vista dos autos ou o fornecimento de cópias de peças processuais, salvo se o processo estiver com o relator, exigindo-se, para tanto, a apresentação de pedido por escrito assinado pelo requerente, o qual deverá ser anexado aos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, caso não seja possível produzir cópias reprográficas na própria repartição, um funcionário da Secretaria, autorizado pela respectiva chefia, deverá acompanhar o interessado ao local onde as cópias serão extraídas.

§ 5º Os documentos originais apresentados para instrução do processo, quando de natureza pessoal das partes, deverão ser restituídos e substituídos por cópias cuja autenticidade seja declarada pelo servidor processante, devendo ser retida a documentação original quando houver indício de fraude.

§ 6º As Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS e os Carnês de Contribuição serão extratados pelo servidor do INSS responsável pela instrução do processo, que fará anexar aos autos simulação autenticada do tempo de contribuição apurado, inclusive dos dados existentes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e as seguintes informações:

I - na hipótese de aposentadoria por tempo de contribuição ou de aposentadoria especial deverá conter o tempo:

a. apurado até 15 de dezembro de 1998; e, até 28 de novembro de 1999 até a data do requerimento; assim como o tempo adicional referente ao pedágio para aposentadoria proporcional sem direito adquirido antes da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, seguidos do número de contribuições válidas para efeito de carência;

b. apurado até 18/06/15, para fins de verificação da aposentadoria por tempo de contribuição sem o fator previdenciário, e o número de contribuições válidas para efeito de carência; e

II - para os demais casos, conforme as hipóteses, o número de contribuições válidas para efeito de carência, o tempo de contribuição até a data do requerimento para fins de aposentadoria por idade urbana sem considerar a perda da qualidade de segurado, e o número de meses de atividade rural correspondente ao prazo de carência para os benefícios de trabalhadores rurais.

§ 7º Sob nenhum pretexto poderão ser retirados do processo os originais dos atos processuais nele exarados, podendo ser fornecida cópia autêntica ou certidão, para uso do interessado.

Art. 38. Os recursos, após cadastrados, serão distribuídos por ordem cronológica de entrada nas Câmaras ou Juntas, aos conselheiros relatores.

§ 1º As Juntas de Recursos e as Câmaras de Julgamento priorizarão a análise e solução dos seguintes recursos:

I - que tenham como parte beneficiários com idade igual ou superior a sessenta anos; e

II - relativos às prestações de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez e do benefício assistencial de que trata o art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 2º Os Presidentes das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos devem diligenciar no sentido de que haja equidade e proporcionalidade na distribuição dos processos aos Conselheiros em atividade, inclusive quanto à espécie do benefício em discussão e à complexidade da matéria objeto dos processos, priorizando os Conselheiros titulares.

Art. 39. Na distribuição deverá ser observada a ocorrência de conexão e continência de acordo com os seguintes critérios:

I - reputam-se conexos dois ou mais processos de recurso quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir; e

II - haverá continência quando existir identidade de partes e da causa de pedir, mas o objeto de um dos processos de recurso, por ser mais amplo, abrange o do outro.

§ 1º As partes somente poderão alegar a conexão ou a continência até a interposição do recurso ou o oferecimento de contrarrazões.

§ 2º Os órgãos julgadores deverão determinar a reunião dos processos quando for comprovada tempestivamente a ocorrência de conexão ou continência e poderão determinar a juntada de cópias de outros processos para instrução do julgamento nas demais hipóteses em que houver ponto comum nas questões fáticas.

§ 3º Os processos que retornarem de diligência, os referentes à revisão ou a embargos de declaração serão distribuídos ao mesmo relator, salvo, se em licença ou impedido, hipótese em que os processos serão distribuídos a outro conselheiro pertencente à mesma representação.

Art. 40. As partes poderão oferecer exceção de impedimento de qualquer Conselheiro até o momento da apresentação de memoriais ou na sustentação oral.

§ 1º O Conselheiro estará impedido de participar do julgamento quando:

I - participou do julgamento em 1ª instância;

II - interveio como procurador da parte, como perito ou serviu como testemunha;

III - no processo estiver postulando, como procurador ou advogado da parte, o seu cônjuge ou companheiro ou companheira, ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral, até o terceiro grau, inclusive;

IV - seja cônjuge, companheiro ou companheira, parente, consanguíneo ou afim da parte interessada, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

V - for amigo íntimo ou notório inimigo da parte interessada;

VI - tiver auferido vantagem ou proveito de qualquer natureza antes ou depois de iniciado o processo administrativo, em razão de aconselhamento acerca do objeto da causa; e

VII - tiver interesse, direta ou indiretamente, no julgamento do recurso em favor de uma das partes.

VIII - houver proferido a decisão indeferitória no âmbito do INSS.

§ 2º O impedimento será declarado pelo próprio Conselheiro ou suscitado por qualquer interessado, cabendo ao arguido pronunciar-se por escrito sobre a alegação que, se não for por ele reconhecida, será submetida à deliberação do Presidente do CRSS.

§ 3º O Conselheiro que deixar de declarar ou reconhecer seu impedimento, e for considerado impedido por decisão do Presidente do CRSS, poderá ser enquadrado na prática de falta disciplinar grave, sujeitando-se à penalidade de perda do mandato, observado o disposto no art. 25 deste Regimento, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º Se o impedimento for do Presidente da Câmara ou da Junta, assumirá a presidência dos trabalhos o seu substituto.

§ 5º No caso de impedimento do Conselheiro relator, o processo será redistribuído a outro Conselheiro da respectiva Câmara ou Junta, pertencente à mesma representação.

Seção IV

Do Julgamento

Art. 41. Cada sessão de julgamento será identificada por um número em ordem cronológica, renovados anualmente, e observará, para fins de deliberação, o quórum mínimo de três membros, sendo um de cada classe de representação.

Art. 42. Para cada sessão será elaborada pauta de julgamento, sendo os processos incluídos por solicitação do relator.

§ 1º Da pauta de julgamento constará a identificação dos processos a serem apreciados, da seguinte forma:

I - identificação do órgão julgador;

II - dia e hora do início da sessão de julgamento;

III - nome do relator;

IV - nome das partes;

V - número de protocolo dos recursos; e

VI - número de benefício.

§ 2º O número de processos por pauta será fixado por ato do Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social.

Art. 43. As pautas de julgamento das Câmaras de Julgamento e das Juntas de Recursos serão afixadas nas dependências do órgão julgador, em local visível e de fácil acesso ao público, bem como divulgadas na página oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário na rede mundial de computadores - internet, com antecedência mínima de três dias úteis à sessão em que o processo deva ser julgado.

§ 1º Os Presidentes das Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento deverão encaminhar as pautas de julgamento referidas no caput à Divisão de Assuntos Administrativos do CRSS com antecedência mínima de cinco dias úteis ao da respectiva sessão, sob pena de incorrer em falta funcional.

§ 2º A sessão que não se realizar em razão da falta de expediente normal na repartição poderá ser remanejada, por decisão do Presidente do órgão julgador, para o primeiro dia útil subsequente, no horário possível, independentemente de nova divulgação.

§ 3º Cópia do inteiro teor das decisões proferidas pelos órgãos julgadores serão disponibilizados na rede mundial de computadores - internet, nos prazos estabelecidos pelo Presidente do CRSS, acessando-se a página oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, sem prejuízo da ciência do interessado por meio de intimação.

Art. 44. Os órgãos colegiados do CRSS obedecerão à seguinte ordem de trabalho:

I - abertura da sessão;

II - verificação de quórum;

III - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

IV - julgamento dos recursos; e

V - comunicações diversas.

Parágrafo único. Terão prioridade de julgamento na sessão os processos em que houver sustentação oral ou quando a parte estiver presente.

Art. 45. Apregoado o processo, o Presidente do órgão julgador dará a palavra ao Conselheiro relator, que apresentará o seu relatório, após o que será facultada ao recorrente e ao recorrido, sucessivamente, a oportunidade de sustentar suas razões, pelo tempo de até quinze minutos para cada um, nessa ordem, prosseguindo-se o voto.

§ 1º Havendo alegação de incompetência do órgão julgador, conexão, continência ou impedimento, as questões preliminares serão resolvidas antes do julgamento do mérito, devendo constar do voto do Conselheiro relator.

§ 2º O Presidente da Câmara ou Junta poderá, de ofício, ou por provocação de Conselheiro, das partes ou de seus respectivos representantes, desde que haja motivo justificado e relevante, determinar o adiamento do julgamento ou retirada do recurso de pauta.

§ 3º A sessão de julgamento será pública, ressalvado à Câmara ou Junta o exame reservado de matéria protegida por sigilo, admitida a presença das partes e de seus procuradores.

§ 4º O Presidente da Câmara ou da Junta poderá advertir ou determinar que se retire do recinto quem, de qualquer modo, perturbar a ordem, bem como poderá interpelar o orador ou interromper a sua fala, quando usada de modo inconveniente.

Art. 46. Após o voto do relator, os demais Conselheiros poderão usar a palavra e debater sobre questões pertinentes ao processo, proferindo seus votos na seguinte ordem de votação:

I - representante do governo;

II - representante dos trabalhadores;

III - representante das empresas; e

IV - presidente da composição de julgamento.

§ 1º O Conselheiro pode pedir vista dos autos antes de proferir seu voto, observada a ordem de votação, devendo apresentá-la na mesma sessão ou até a sessão de julgamento do mês subsequente.

§ 2º Quando da retomada do julgamento após o pedido de vista, o processo voltará a ser apreciado pelos mesmos integrantes da composição julgadora original, salvo em caso de impossibilidade regulamentar de algum dos Conselheiros.

§ 3º Tornar-se-á relator para o acórdão, o Conselheiro cujo voto divergente seja vencedor.

§ 4º Em caso de empate, o Presidente proferirá voto de desempate.

Art. 47. Os Conselheiros presentes à sessão de julgamento não poderão abster-se de votar, exceto em caso de impedimento, nas hipóteses previstas neste Regimento.

§ 1º Caso haja reconhecimento de impedimento de Conselheiro durante os trabalhos da sessão, o julgamento do processo ficará sobrestado para convocação de Conselheiro suplente para dar continuidade.

§ 2º O Conselheiro, inclusive o relator, poderá modificar seu voto antes da proclamação do resultado final do julgamento.

Art. 48. O relatório, os votos e a decisão final serão transcritos integralmente no processo e deles dar-se-á ciência às partes.

Parágrafo único. Deverão constar dos autos o voto divergente vencido, bem como as declarações de voto.

Art. 49. Na ausência do relator, o processo a ele destinado passará à responsabilidade do suplente convocado, pertencente à mesma representação.

Parágrafo único. O suplente em exercício que iniciar o julgamento, mediante análise do mérito da controvérsia, fica vinculado ao processo até a sua conclusão final, exceto se, por qualquer motivo, for desligado da instância julgadora.

Art. 50. Realizado o julgamento pela Câmara ou Junta, o processo será devolvido ao órgão de origem, para ciência das partes e cumprimento do julgado.

Art. 51. Da sessão será lavrada ata sucinta contendo:

I - número e natureza da sessão;

II - data, hora e local de abertura;

III - verificação de quórum e o nome dos ausentes, se houver;

IV - resultado de matéria administrativa;

V - remissão à pauta, indicando-se quantos processos foram julgados e os retirados de pauta, desde que haja motivo;

VI - os fatos ocorridos na sessão de julgamento, inclusive a presença das partes ou de seus representantes para fins de sustentar suas razões; e

VII - assinatura dos Conselheiros presentes.

Seção V

Das Decisões

Art. 52. As decisões das composições julgadoras serão lavradas pelo relator do processo, redigidas na forma de acórdão, deverão ser expressas em linguagem discursiva, simples, precisa e objetiva, evitando-se o uso de expressões vagas, de códigos, de siglas e de referências a instruções internas que dificultem a compreensão do julgamento.

§ 1º Deverão constar do acórdão:

I - dados identificadores do processo, incluindo nome do interessado ou beneficiário, número do processo ou do recurso, número e espécie do benefício;

II - relatório, que conterá a síntese do pedido, dos principais documentos, dos motivos do indeferimento, das razões do recurso e das principais ocorrências havidas no curso do processo;

III - ementa, na qual se exporá de forma resumida o assunto sob exame e o resultado do julgamento, com indicação da base legal que justifica a decisão;

IV - fundamentação, na qual serão avaliadas e resolvidas as questões de fato e de direito pertinentes à demanda, expondo-se as razões que formaram o convencimento do julgador, sendo vedada a exposição na forma de "considerandos";

V - conclusão, que conterá a decisão decorrente da convicção formada na fundamentação;

VI - julgamento, no qual constará a decisão final da composição julgadora, com o resultado da votação de seus membros; e

VII - os nomes dos Conselheiros participantes e a data de julgamento.

§ 2º As decisões deverão guardar estrita simetria com o pedido formulado e os motivos do indeferimento, devendo se manifestar expressamente sobre cada um dos pedidos.

§ 3º As decisões devem ser precisas, não podendo ficar condicionadas a evento futuro ou incerto.

Art. 53. As decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento e Juntas de Recursos poderão ser de:

I - conversão em diligência;

II - não conhecimento;

III - conhecimento e não provimento;

IV - conhecimento e provimento parcial;

V - conhecimento e provimento; e

VI - anulação.

§ 1º A conversão em diligência não dependerá de lavratura de acórdão e se dará para complementação da instrução probatória, saneamento de falha processual, cumprimento de normas administrativas ou legislação pertinente à espécie e adotará preferencialmente a diligência prévia, sem que haja prejulgamento.

§ 2º É de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias, o prazo para que o INSS restitua os autos ao órgão julgador com a diligência integralmente cumprida.

§ 3º O pedido de prorrogação de prazo de que trata o parágrafo anterior, acompanhado de justificativa, será encaminhado via mensagem de correio eletrônico da previdência social ao Presidente, do órgão julgador que na hipótese de deferimento estabelecerá o prazo final, sem prejuízo das providências cabíveis se houver descumprimento injustificado.

§ 4º A diligência prévia deverá ser requisitada em forma simples e sucinta, pelo relator ou pelo Presidente da instância julgadora, antes da inclusão do processo em pauta.

§ 5º A diligência a ser cumprida diretamente por entidade, órgão ou pessoa estranha ao âmbito de abrangência ou da fiscalização do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário será solicitada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pelo Presidente do CRSS ou, no âmbito de sua jurisdição, pelos Presidentes das Juntas de Recursos.

§ 6º Para efeito do disposto no inciso II, do art. 16, a relevação da intempestividade do recurso não admite realização de diligências para instrução do feito.

§ 7º Em se tratando de matéria exclusivamente médica deverá ser ouvida previamente a Assessoria Técnico-Médica, prestada por servidor lotado na instância julgadora que, na qualidade de perito do colegiado, se pronunciará, de forma fundamentada e conclusiva, no âmbito de sua competência, hipótese em que será utilizado encaminhamento interno por meio de despacho.

§ 8º Nos casos em que a controvérsia for sobre o enquadramento de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, o Conselheiro Relator, mediante despacho fundamentado, poderá submeter os autos à Assessoria Técnico-Médica, hipótese em que restringirá as consultas às situações de dúvidas concretas.

§ 9º De acordo com os votos proferidos, as decisões serão tomadas por unanimidade, por maioria ou por desempate.

§ 10. Ato do Presidente do CRSS trará as definições e critérios de conversão de diligência prévia.

Art. 54. Constituem razões de não conhecimento do recurso:

I - a intempestividade;

II - a ilegitimidade ativa ou passiva de parte;

III - a renúncia à utilização da via administrativa para discussão da pretensão, decorrente da propositura de ação judicial;

IV - a desistência voluntária manifestada por escrito pelo interessado ou seu representante;

V - qualquer outro motivo que leve à perda do objeto do recurso; e

VI - a preclusão processual.

Art. 55. As decisões serão assinadas pelo Conselheiro relator e pelo Presidente do órgão julgador e receberão um número que lhes será atribuído, segundo a ordem cronológica de sua expedição, em série numérica, renovados anualmente.

Seção VI

Do Cumprimento das Decisões

Art. 56. É vedado ao INSS escusar-se de cumprir, no prazo regimental, as diligências solicitadas pelas unidades julgadoras do CRSS, bem como deixar de dar efetivo cumprimento às decisões do Conselho Pleno e acórdãos definitivos dos órgãos colegiados, reduzir ou ampliar o seu alcance ou executá-lo de modo que contrarie ou prejudique seu evidente sentido.

§ 1º É de trinta dias, contados a partir da data do recebimento do processo na origem, o prazo para o cumprimento das decisões do CRSS, sob pena de responsabilização funcional do servidor que der causa ao retardamento.

§ 2º A decisão da instância recursal excepcionalmente poderá deixar de ser cumprida no prazo estipulado no § 1º deste artigo se após o julgamento pela Junta ou Câmara, for demonstrado pelo INSS, por meio de comparativo de cálculo dos benefícios, que ao beneficiário foi deferido outro benefício mais vantajoso, desde que haja opção expressa do interessado, dando-se ciência ao órgão julgador com o encaminhamento dos autos.

§ 3º Na hipótese mencionada no parágrafo anterior, caso o beneficiário não compareça ou não manifeste expressamente sua opção após ter sido devidamente cientificado, o INSS deve manter o benefício que vem sendo pago administrativamente e se exime do cumprimento da decisão do CRSS, desde que esta situação esteja devidamente comprovada nos autos e que seja dada ciência ao órgão julgador por meio do encaminhamento dos autos.

§ 4º A implantação dos acórdãos referentes a recursos envolvendo benefícios de auxílio-doença e assistenciais, de matéria exclusivamente médica, será feita pelo Assistente Técnico-Médico do CRSS por meio do sistema disponibilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

§ 5º Os prazos de implementação no que se refere o parágrafo quarto deste artigo seguirão conforme consta no parágrafo primeiro deste mesmo artigo.

Subseção I

Da Reclamação pelo Descumprimento de Decisão do CRSS

Art. 57. Em caso de não cumprimento de decisão definitiva dos órgãos julgadores do CRSS, no prazo e condições estabelecidos no artigo anterior, é facultado à parte prejudicada formular reclamação, mediante requerimento instruído com cópia da decisão descumprida e outros elementos necessários à compreensão do processo, dirigida ao Presidente do CRSS, a ser processada pela Coordenação de Gestão Técnica.

§ 1º A reclamação poderá ser protocolada junto ao INSS ou diretamente nos órgãos que compõem a estrutura do CRSS, os quais a remeterão, imediatamente, ao órgão responsável pelo seu processamento.

§ 2º Recebida e autuada a reclamação na Coordenação de Gestão Técnica, esta expedirá, de imediato, ofício ou mensagem por meio eficaz de telecomunicação ou via eletrônica, com as devidas cautelas à autenticação da mensagem e do seu recebimento, ao órgão encarregado do cumprimento da decisão, para que informe sobre a situação processual, apresentando, se for o caso, os motivos do não cumprimento do julgado, no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 3º Encerrado o prazo do parágrafo anterior, não havendo resposta ou sendo as justificativas consideradas improcedentes, será expedido ofício firmado pelo Presidente do CRSS à Diretoria de Benefícios do INSS para adoção das medidas cabíveis ao efetivo cumprimento da decisão e, se for o caso, instauração de procedimento administrativo para apuração de falta funcional do servidor responsável pelo retardamento.

§ 4º A Coordenação de Gestão Técnica acompanhará os processos de reclamação até a solução final, mantendo registros em meio físico ou eletrônico de todas as ocorrências, devendo encaminhar relatório anual circunstanciado ao órgão competente de controle interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

CAPÍTULO VII - DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS ÓRGÃOS JULGADORES DO CRSS

Seção I

Dos Embargos de Declaração

Art. 58. Caberão embargos de Declaração em face de acórdão dos órgãos julgadores do CRSS:

I - quando houver obscuridade, ambiguidade ou contradição entre a decisão e os seus fundamentos, ou, quando for omitido ponto sobre o qual deveriam pronunciar- se,

II - para corrigir erro material, entendendo-se como tal, os decorrentes de erros de grafia, numéricos, de cálculos ou, ainda, de outros equívocos semelhantes, que não afetem o mérito do pedido, o fundamento ou a conclusão do voto, bem como não digam respeito às interpretações jurídicas dos fatos relacionados nos autos, o acolhimento de opiniões técnicas de profissionais especializados ou o exercício de valoração de provas.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos pelas partes do processo, mediante petição fundamentada, dirigida à Secretaria do órgão julgador, no prazo de trinta dias contados da ciência do acórdão, excetuando apenas a hipótese prevista no inc. II deste artigo, que poderão ser opostos a qualquer tempo.

§ 2º A oposição dos embargos de declaração interromperá o prazo para cumprimento do acórdão, sendo restituído todo o prazo de trinta dias após a sua solução, salvo na hipótese de embargos manifestamente protelatórios, ocasião em que a decisão deverá ser executada no prazo máximo de cinco dias da ciência do setor responsável pelo cumprimento do acórdão, sob pena de responsabilização funcional do servidor que der causa ao retardamento.

§ 3º Autuado o pedido, o processo será encaminhado ao relator ou ao seu sucessor, ao qual competirá fazer o juízo de admissibilidade dos embargos de declaração, podendo:

I- não conhecer dos embargos de declaração, por decisão monocrática irrecorrível, quando verificar que não foram demonstrados os pressupostos previstos nos incisos do art. 58.

II - conhecer dos embargos de declaração, quando verificar presentes os pressupostos previstos no inciso I do art. 58, submetendo o julgamento ao colegiado; ou

III - conhecer dos embargos de declaração, quando verificar os pressupostos previstos no inc. II do art. 58, submetendo ao Presidente do Órgão Julgador, mediante despacho, as razões para saneamento e reedição do acórdão.

§ 4º Nos embargos de Declaração, via de regra, não há necessidade de se oportunizar a manifestação da parte contrária, salvo nos casos em que a pretensão do embargante, na integração do julgado, implicar na modificação da decisão final, hipótese em que, excepcionalmente, deverá ser oportunizado o oferecimento de contrarrazões ao embargado.

§ 6º Os embargos de declaração opostos tempestivamente nas Juntas de Recursos interrompem o prazo para a interposição de Recurso Especial.

§ 7º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, às decisões em forma de resolução, editadas em casos concretos pelo Conselho Pleno.

§ 8° Os embargos de declaração possuem caráter integrativo da decisão, não acarretando a anulação do acórdão embargado, salvo nas hipóteses de efeito modificativo.

§ 9° Os embargos de declaração terão andamento prioritário nos órgãos do CRSS.

Seção III

Da Revisão de Acórdão

Art. 59. Os órgãos julgadores deverão rever suas próprias decisões, de ofício, ou a pedido, enquanto não ocorrer a decadência de que trata o art. 103-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando:

I - violarem literal disposição de lei ou decreto;

II - divergirem dos Pareceres da Consultoria Jurídica do MDSA, aprovados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, bem como, Súmulas e Pareceres do Advogado-Geral da União, na forma da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

III - divergirem dos Pareceres da Consultoria Jurídica dos extintos MPS e MTPS, vigentes e aprovados pelos então Ministros de Estado da Previdência Social e do Trabalho e da Previdência Social

IV - divergirem de enunciado editado pelo Conselho Pleno; e

V - for constatado vício insanável.

§ 1º Considera-se vício insanável, entre outros:

I - A decisão que tiver voto de Conselheiro impedido ou incompetente, bem como, se condenado por crimes relacionados à matéria objeto de julgamento do colegiado;

II - a fundamentação baseada em prova obtida por meios ilícitos, ou cuja falsidade tenha sido apurada em processo administrativo ou judicial;

III - a decisão decorrer de julgamento de matéria diversa da contida nos autos.

IV - a fundamentação de voto decisivo ou de acórdão incompatível com sua conclusão.

V - a decisão fundada em "erro de fato", compreendendo-se como tal, aquela que considerou fato inexistente, ou, considerou inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o órgão julgador deveria ter se pronunciado.

§ 2º O Conselheiro relator ou, na sua falta, o designado para substituí-lo, deverá reduzir a termo as razões de seu convencimento, e determinar a intimação das partes do processo, com cópia do termo lavrado, para que se manifestem no prazo sucessivo de trinta dias, antes de submeter o seu entendimento à apreciação da unidade julgadora.

§ 3º A Revisão de Oficio terá andamento prioritário nos órgãos do CRSS.

Seção IV

Do Conflito de Competência

Art. 60. Ocorre conflito de competência quando dois ou mais órgãos julgadores se declaram competentes para julgar o mesmo processo, ou quando nenhum deles assuma a competência.

§ 1º Os conflitos de competência entre Juntas de Recursos serão dirimidos pelos Presidentes das Câmaras de Julgamento, segundo distribuição alternada, e nos demais casos, pelo Presidente do CRSS.

§ 2º Em qualquer hipótese o conflito será resolvido por decisão monocrática irrecorrível.

CAPÍTULO VIII - DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO CONSELHO PLENO

Seção I

Da Uniformização em Tese da Jurisprudência

Art. 61. A uniformização, em tese, da jurisprudência administrativa previdenciária poderá ser suscitada para encerrar divergência jurisprudencial administrativa ou para consolidar jurisprudência reiterada no âmbito do CRSS, mediante a edição de enunciados.

§ 1º A uniformização em tese poderá ser provocada pelo Presidente do CRSS, pela Coordenação de Gestão Técnica, pela Divisão de Assuntos Jurídicos, pelos Presidentes das Câmaras de Julgamento ou, exclusivamente em matéria de alçada, por solicitação de Presidente de Juntas de Recursos, ou pela Diretoria de Benefícios do INSS, mediante a prévia apresentação de estudo fundamentado sobre a matéria a ser uniformizada, no qual deverá ser demonstrada a existência de relevante divergência jurisprudencial ou de jurisprudência convergente reiterada.

§ 2º A divergência ou convergência de entendimentos deverá ser demonstrada mediante a elaboração de estudo fundamentado com a indicação de decisórios divergentes ou convergentes, conforme o caso, proferidos nos últimos cinco anos, por outro órgão julgador, composição de julgamento, ou, ainda, por resolução do Conselho Pleno.

§ 3º Elaborado o estudo na forma prevista no § 2º a autoridade competente encaminhará a proposta de uniformização em tese da jurisprudência previdenciária ao Presidente do CRSS que a distribuirá ao relator da matéria no Conselho Pleno.

§ 4º Aplica-se à uniformização em tese da jurisprudência administrativa previdenciária e assistencial, no que couber, o procedimento previsto no artigo 63 deste Regimento.

Art. 62. A emissão de enunciados dependerá da aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho Pleno e vincula, quanto à interpretação do direito, todos os Conselheiros do CRSS.

§ 1º A interpretação dada pelo enunciado não se aplica aos casos definitivamente julgados no âmbito administrativo, não servindo como fundamento para a revisão destes.

§ 2º O enunciado poderá ser revogado ou ter sua redação alterada, por maioria simples, mediante provocação das autoridades de que trata o § 1º do art. 61, sempre precedido de estudo fundamentado, nos casos em que esteja desatualizado em relação à legislação previdenciária; houver equívoca interpretação da norma; ou quando sobrevier parecer normativo ministerial, aprovado pelo Ministro de Estado, nos termos da Lei Complementar nº 73, de 1993, que lhe prejudique ou retire a validade ou eficácia.

Seção II

Do Pedido de Uniformização de Jurisprudência

Art. 63. O Pedido de Uniformização de Jurisprudência poderá ser requerido em casos concretos, pelas partes do processo, dirigido ao Presidente do respectivo órgão julgador, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver divergência na interpretação em matéria de direito entre acórdãos de Câmaras de Julgamento do CRSS, em sede de Recurso Especial, ou entre estes e resoluções do Conselho Pleno; ou

II - quando houver divergência na interpretação em matéria de direito entre acórdãos de Juntas de Recursos do CRSS, nas hipóteses de alçada exclusiva previstas no art. 30, § 2º, deste Regimento, ou entre estes e Resoluções do Conselho Pleno.

§ 1º A divergência deverá ser demonstrada mediante a indicação do acórdão divergente, proferido nos últimos cinco anos, por outro órgão julgador, composição de julgamento, ou, ainda, por resolução do Conselho Pleno.

§ 2º É de trinta dias o prazo para o requerimento do Pedido de Uniformização de Jurisprudência e para o oferecimento de contrarrazões, contados da data da ciência da decisão e da data da intimação do pedido, respectivamente, hipótese em que suspende o prazo para o seu cumprimento.

§ 3º Reconhecida em sede cognição sumária a existência da divergência pelo Presidente do órgão julgador, o processo será encaminhado ao Presidente do Conselho Pleno para que o pedido seja distribuído ao relator da matéria.

§ 4º Do não recebimento do pedido de uniformização pela Presidência do órgão julgador, caberá recurso ao Presidente do CRSS, no prazo de trinta dias da ciência da decisão comprovada nos autos.

§ 5º O pedido de uniformização poderá ser formulado pela parte uma única vez, tratando-se do mesmo caso concreto ou da mesma matéria examinada em tese, à luz do mesmo acórdão ou resolução indicados como paradigma.

§ 6º O Conselho Pleno poderá pronunciar-se pelo não conhecimento do pedido de uniformização, ou pelo seu conhecimento e seguintes conclusões:

I - edição de Enunciado, com força normativa vinculante, quando houver aprovação da maioria absoluta de seus membros e havendo deliberação do colegiado para sua emissão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - edição de Resolução para o caso concreto, quando houver aprovação da maioria simples de seus membros;

§ 7º Proferido o julgamento, caso haja deliberação para edição de enunciado, o Conselheiro responsável pelo voto vencedor deverá redigir o projeto de enunciado, a ser aprovado na mesma sessão ou na sessão ordinária seguinte.

§ 8º O pronunciamento do Conselho Pleno, nos casos de uniformização de jurisprudência, poderá ser adiado, uma única vez, para a sessão seguinte a pedido de, no mínimo, três membros presentes.

§ 9º O pedido de adiamento na forma do parágrafo anterior não impedirá que votem os Conselheiros que se julguem habilitados a fazê-lo.

§ 10. Os Conselheiros que tenham participado do julgamento na Câmara do CRSS não estão impedidos de julgar o pedido de uniformização no Conselho Pleno.

§ 11. Aplica-se ao pedido de uniformização de jurisprudência, no que couber, o disposto no Capítulo VII deste Regimento.

§ 12. No caso de provimento do Pedido de Uniformização de Jurisprudência, o Órgão Julgador do CRSS que proferiu o acórdão infringente deverá revê-lo de ofício, após ser notificado do resultado do julgamento, adequando o julgado à tese fixada pelo Pleno.

Seção III

Da Reclamação ao Conselho Pleno

Art. 64. A Reclamação ao Conselho Pleno poderá ocorrer, no caso concreto, por requerimento das partes do processo, dirigido ao Presidente do CRSS, somente quando os acórdãos das Juntas de Recursos do CRSS, em matéria de alçada, ou os acórdãos de Câmaras de Julgamento do CRSS, em sede de Recurso Especial, infringirem:

I - Pareceres da Consultoria Jurídica do MDSA, aprovados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, bem como, Súmulas e Pareceres do Advogado-Geral da União, na forma da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

II - Pareceres da Consultoria Jurídica dos extintos MPS e MTPS, vigentes e aprovados pelos então Ministros de Estado da Previdência Social e do Trabalho e da Previdência Social;

III - enunciados editados pelo Conselho Pleno.

§ 1º O prazo para o requerimento da Reclamação ao Conselho Pleno é de trinta dias contados da data da ciência da decisão infringente e suspende o prazo para o seu cumprimento.

§ 2º Caberá ao Presidente do CRSS fazer o juízo de admissibilidade da Reclamação ao Conselho Pleno verificando se estão presentes os pressupostos previstos no caput, podendo:

I - indeferir por decisão monocrática irrecorrível, quando verificar que não foram demonstrados os pressupostos de admissibilidade previstos no caput;

II - distribuir o processo ao Conselheiro relator da matéria no Conselho Pleno quando verificar presentes os pressupostos de admissibilidade previstos no caput.

§ 3º Os processos poderão ser preliminarmente submetidos pelo Presidente do CRSS ao órgão julgador que prolatou o acórdão infringente, para facultar-lhe a Revisão de Ofício nos termos do art. 59 deste regimento.

§ 4º O resultado do julgamento da Reclamação pelo Conselho Pleno será objeto de notificação ao órgão julgador que prolatou o acórdão infringente, para fins de adequação do julgado à tese fixada pelo Pleno, por meio da Revisão de Ofício.

Seção IV

Das Disposições Gerais

Art. 65. As reuniões do Conselho Pleno serão abertas por seu Presidente, após verificada a presença de, no mínimo, metade mais um dos seus membros.

§ 1º O Presidente do CRSS designará o relator nos procedimentos aplicáveis ao Conselho Pleno.

§ 2º Após a leitura do relatório e do voto do Conselheiro relator, será iniciado o processo de votação, no qual os conselheiros poderão:

I - acompanhar o relator;

II - divergir do relator; ou

III - pedir vista dos autos.

§ 3º Encerrada a votação, o Presidente do Conselho Pleno proclamará a decisão.

§ 4º O pedido de vista por um dos Conselheiros aproveita aos demais, que deverão apresentar seus votos, caso divirjam do relator, na sessão seguinte, sendo disponibilizadas cópias das principais peças dos autos aos Conselheiros que solicitarem.

§ 5º O Presidente do CRSS proferirá seu voto nas reuniões do Conselho Pleno quando for necessário o desempate e quando for o propositor da uniformização em tese da jurisprudência.

§ 6º Quando a decisão do Conselho Pleno for editada em forma de Resolução para o caso concreto será exigida a maioria simples.

Art. 66. O Presidente do CRSS poderá propor ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário a ampliação do número de composições que atuarão em cada instância julgadora, observando-se o volume de processos existentes, na forma estabelecida pelo § 10, do art. 303 do RPS.

Art. 67. Quando as Câmaras de Julgamento entenderem pela necessidade de anulação do julgamento anterior, poderão devolver os autos à unidade de origem para reexame da matéria e nova decisão sobre o mérito da causa ou, atendendo ao princípio de economia processual, se não houver prejuízo para a instrução da matéria ou para a defesa das partes, poderão, elas próprias, pronunciar-se em caráter definitivo sobre o mérito da controvérsia no âmbito administrativo.

Art. 68. Os pareceres da Consultoria Jurídica do MDSA, quando aprovados pelo Ministro de Estado, nos termos da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, vinculam os órgãos julgadores do CRSS, à tese jurídica que fixarem, sob pena de responsabilidade administrativa quando da sua não observância.

Parágrafo Único: A vinculação normativa a que se refere o caput aplica-se também aos pareceres da Consultoria Jurídica dos extintos MPS e MTPS, vigentes e aprovados pelos então Ministros de Estado da Previdência Social e do Trabalho e da Previdência Social, enquanto não revistos pela atual Consultoria Jurídica do MDSA.

Art. 69. É vedado aos órgãos julgadores do CRSS afastar a aplicação, por inconstitucionalidade ou ilegalidade, de tratado, acordo internacional, lei, decreto ou ato normativo ministerial em vigor, ressalvados os casos em que:

I - já tenha sido declarada a inconstitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta, após a publicação da decisão, ou pela via incidental, após a publicação da resolução do Senado Federal que suspender a sua execução; e

II - haja decisão judicial, proferida em caso concreto, afastando a aplicação da norma, por ilegalidade ou inconstitucionalidade, cuja extensão dos efeitos jurídicos tenha sido autorizada pelo Presidente da República.

Art. 70. Caberá às autoridades do CRSS prestar as informações solicitadas em mandados de segurança impetrados contra os seus atos, com o auxílio institucional da Advocacia Geral da União, bem como, quando necessário, solicitar a inclusão do INSS no feito judicial como litisconsorte passivo necessário, além de:

I - encaminhar à Advocacia-Geral da União as notificações, citações e decisões proferidas pelo Poder Judiciário, dentre elas, concedendo ou negando liminar em mandado de segurança impetrado contra os seus atos, bem assim, as decisões de mérito nos mandados de segurança, no prazo de quarenta e oito horas; e

II - solicitar ao Presidente do CRSS, por intermédio de procedimento próprio, a instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar no âmbito dos respectivos órgãos colegiados.

Art. 71. Nos casos de omissão deste Regimento, aplicam-se sucessivamente, se houver compatibilidade das regras, as disposições pertinentes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil, e da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 72. O fornecimento de instalações físicas, sua manutenção, conservação e adaptação, bem como os demais recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento das atividades das Câmaras de Julgamento e Juntas de Recursos serão assegurados pelo MDSA e pelo INSS, mediante solicitação dos respectivos Presidentes.

§ 1º As Gerências Executivas responsáveis pelo apoio logístico incluirão em suas propostas orçamentárias os recursos necessários destinados aos órgãos julgadores do CRSS.

§ 2º Os servidores públicos cedidos na forma do § 7º do art. 303 do RPS exercerão suas atividades no CRSS sem prejuízo dos direitos e vantagens do respectivo cargo de origem, inclusive quanto aos que vierem a ser atribuídos.

Art. 73. As disposições desse Regimento se aplicam também às composições adjuntas de julgamento.

Art. 74. As normas deste Regimento Interno aplicam-se imediatamente aos processos em curso no Conselho de Recursos do Seguro Social e no INSS, não atingindo os atos processuais já praticados em período anterior a sua vigência e ficando revogadas as disposições em contrário.

CAP. XIX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 75. É assegurada a manutenção dos mandatos dos conselheiros que ainda estão em curso na publicação deste Regimento, mediante avaliação para fins de verificação da habilitação dos conselheiros para o exercício da função em conformidade com as novas diretrizes previstas neste Regimento e ato próprio do CRSS, devendo ser observadas as seguintes condições:

I - Todos os conselheiros com mandatos em curso serão avaliados pela Coordenação de Gestão Técnica, por meio do Comitê de Avaliação, dentro de parâmetros de eficiência, qualidade e quantidade estabelecidos, sendo o resultado destas avaliações consideradas para fins de habilitação para a o exercício da função de conselheiro;

II - As avaliações serão realizadas priorizando os conselheiros que estejam com os mandatos próximos do término, conforme definição em ato do Presidente do CRSS, a fim de assegurar as devidas reconduções;

III - Os procedimentos formais para as avaliações previstas neste artigo são os mesmos estabelecidos para a recondução dos conselheiros previstos neste Regimento.

§ 1º Os Conselheiros habilitados pelo Comitê de Avaliação, terão o mandato renovado por dois anos, em caráter excepcional, a contar da data de publicação da habilitação.

§ 2º É garantida a finalização do mandato, que é de dois anos, àqueles conselheiros que não forem considerados habilitados pelo Comitê de Avaliação.

Art. 76. As alterações de que tratam o inciso II do art. 21 terão o prazo máximo de até 02 (dois) anos para serem plenamente implementadas.

Parágrafo único: É facultado ao Presidente do CRSS realocar os conselheiros representantes de governo e de classes, entre Câmaras de Julgamento, e das Câmaras de Julgamento para as Juntas de Recurso, que não atenderem aos requisitos do inciso II do art. 21, com a finalidade de adequar quantitativos, representações e critério de notório conhecimento, desde que realizados todos os procedimentos previstos para a recondução.

Art. 77 Os procedimentos relativos à escolha ou recondução de conselheiros que já estiverem em curso quando da publicação deste Regimento serão finalizados de acordo com os normativos então vigentes.

Parágrafo Único: O CRSS tem o prazo máximo de 90 (noventa) dias para emissão de ato próprio a fim de disciplinar e complementar internamente as novas diretrizes a serem adotadas para os procedimentos de escolha e recondução de Conselheiros.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 16, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "Telefone Celular do Tipo Smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho".

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000368/2016-37, de 27 de janeiro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 344, de 19 de novembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 5º Fica dispensada a obrigação constante no inciso III deste artigo para as memórias com encapsulamento ePoP (embedded package on package)." (NR)

"Art. 7º .....

II - é valido até 31 de dezembro de 2017 e para uma quantidade de até cem mil unidades por empresa beneficiária/fabricante." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "Telefone Celular do Tipo Smartphone com módulo ou componente semicondutor dedicado de alta integração e desempenho", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52001.000368/2016-37, de 27 de janeiro de 2016, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 343, de 19 de novembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 5º Fica dispensada a obrigação constante no inciso III deste artigo para as memórias com encapsulamento ePoP (embedded package on package)." (NR)

"Art. 7º .....

.....

II - é valido até 31 de dezembro de 2017 e para uma quantidade de até cem mil unidades por empresa beneficiária/fabricante." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 17, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001394/2016-92 e do Parecer nº 10, de 16 de março de 2017, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, decide:

1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de probabilidade de continuação do dumping nas importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias do Chile, e de retomada do dano à indústria doméstica dele decorrente, na hipótese de extinção da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011.

2. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo I.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO I

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

No dia 24 de novembro de 2009, a empresa Salinor - Salinas do Nordeste S.A., doravante também denominada Salinor ou peticionária, protocolou petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, doravante também denominado simplesmente sal grosso, originário da República do Chile, doravante simplesmente Chile, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 3, de 1º de março de 2010, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações para o Brasil de sal grosso do Chile, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendada a abertura da investigação.

Dessa forma, com base no parecer mencionado, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 7, de 11 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 12 de março de 2010.

Posteriormente, por meio do Parecer no 12, de 30 de maio de 2011, constatou-se, preliminarmente, a existência de dumping e de dano decorrente de tal prática, tornando pública a determinação por intermédio da publicação no D.O.U. de 2 de junho de 2011, da Circular SECEX nº 26, de 1o de junho de 2011.

Em 22 de julho de 2011, o fabricante/exportador chileno Sociedad Punta de Lobos S.A. protocolou proposta de compromisso de preços, nos temos do art. 35 do Decreto nº 1.602, de 1995. Essa proposta, efetuados alguns ajustes, deu origem ao termo de compromisso que está em vigor atualmente.

Em 8 de setembro de 2011, foi publicada no D.O.U. a Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, que dispôs sobre a aplicação de medida antidumping definitiva, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), originárias da República do Chile; e homologou o compromisso de preços do exportador chileno.

Cabe ressaltar que a Resolução CAMEX nº 61 foi alterada pela Resolução CAMEX nº 104, de 6 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. em 9 de dezembro de 2013. Essa alteração refere-se somente à denominação da empresa constante do compromisso de preços, que passou de Sociedad Punta de Lobos S.A. para K+S Chile S.A.

1.2. Do compromisso de preços

O compromisso de preços entrou em vigor na data da publicação da Resolução CAMEX nº 61, de 2011, e, assim como o direito antidumping, permaneceu em vigor pelo prazo de até 5 (cinco) anos contados da data dessa publicação.

A condição de venda estabelecida no compromisso de preços foi CFR (Cost and Freight), composto pelo preço de exportação no local do embarque no exterior (FOB Patillos) e pelo frete.

O Porto de Santos foi definido como o porto de desembarque e local de desembaraço da mercadoria.

De acordo com o compromisso de preços, as parcelas que compõem o preço CFR (preço da mercadoria no local de embarque no exterior e frete por tonelada) serão reajustadas semestralmente, sendo: 1) o preço da mercadoria no local de embarque no exterior reajustado pela média da variação percentual da taxa de inflação semestral no Chile (apurado pelo Instituto Nacional de Estatísticas do Chile, conforme IPC - Índice de Preços ao Consumidor) e no Brasil (apurada pelo IGP-DI/FGV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas), calculadas com base nos períodos de seis meses findos em 31 de dezembro ou 30 de junho, observada a fórmula de ajuste constante no compromisso; e 2) o frete por tonelada, reajustado com base na variação percentual semestral do WTI Cushing (Cushing, OK WTI Spot Price FOB, em dólares por barril).

Ademais, ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano, foram recebidos tempestivamente relatórios de vendas do produto objeto da medida e de apuração do frete marítimo incorrido para fins de monitoramento do compromisso de preço, tendo sido inclusive realizada verificação in loco na empresa K+S Chile no período de 20 a 22 de janeiro de 2016.

2. DA REVISÃO

2.1. Da petição

Em 29 de abril de 2016, de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, a Salinor protocolou no Sistema DECOM Digital (SDD), utilizado para as tramitações referentes ao presente processo administrativo, petição para revisão de final de período com o fim de prorrogar a medida antidumping aplicada às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, quando originárias do Chile, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

Após o exame preliminar da petição, em 30 de maio de 2016, solicitaram-se à peticionária, por meio do Ofício no 3.581/2016/CGMC/DECOM/SECEX, informações complementares àquelas fornecidas na petição. Diante do prazo de resposta, a peticionária pediu sua postergação, o que foi concedido em 9 de junho de 2016, observando-se o art. 194 do Decreto nº 8.058, de 2013. A peticionária apresentou tais informações tempestivamente no dia 14 de junho de 2016.

No dia 23 de junho de 2016, foi expedido o Ofício no 03.963/2016/CGMC/DECOM/SECEX, pelo qual se solicitaram novas informações complementares, as quais foram prestadas tempestivamente pela peticionária no dia 29 de junho de 2016.

Em 5 de setembro de 2016, foi solicitada à peticionária a apresentação em base restrita das informações referentes à base de dados para cálculo do valor normal proposto para início da revisão, conforme Ofício nº 6.102/2016/CGMC/DECOM/SECEX. A peticionária apresentou tempestivamente as informações em 6 de setembro de 2016.

2.2. Do início da revisão

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 39, de 5 de setembro de 2016, e tendo sido verificada a existência de elementos suficientes que justificavam a abertura, a revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 56, de 6 de setembro de 2016, publicada no D.O.U. de 8 de setembro de 2016.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, os produtores domésticos do produto similar, o produtor/exportador estrangeiro, o importador brasileiro do produto objeto da revisão, a associação representativa dos produtores brasileiros e o governo do Chile.

Por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, foram identificadas a empresa produtora/exportadora e o importador do produto objeto da revisão durante o período de análise de continuação/retomada de dumping.

Ressalte-se que, em 27 de setembro de 2016, a empresa Refisa Indústria e Comércio Ltda, doravante denominada Refisa, solicitou a habilitação como parte interessada no presente processo de forma tempestiva. Nesse sentido, a empresa indicou que importou categoria de sal contida na mesma NCM do produto objeto desta revisão durante o período de continuação/retomada de dumping.

Ante o exposto, acatou-se a justificativa apresentada, uma vez que o produto importado pela empresa poderia a princípio ser utilizado para produção de produtos químicos. Dessa forma, considerou-se a Refisa como parte interessada na presente revisão, em conformidade com o inciso V do § 2º do art. 45 do regramento nacional de antidumping.

As partes interessadas identificadas encontram-se relacionadas no Anexo I deste parecer.

2.4. Das notificações de início da revisão e da solicitação de informações às partes interessadas

De acordo com o § 2o do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados, além da peticionária, os produtores domésticos do produto similar (Braskem S.A., Dow Química do Nordeste Ltda., Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A e Salina Diamante Branco Ltda), a Associação Brasileira de Extratores e Refinadores de Sal - Abersal, o produtor/exportador chileno K+S Chile S.A., o importador brasileiro do produto objeto da revisão (Unipar Carbocloro S.A.) e o governo do Chile.

Ao produtor/exportador chileno e à representação diplomática do Chile no Brasil foi disponibilizada, por meio de endereço eletrônico, cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à revisão, mediante acesso por senha específica fornecida por meio de correspondência oficial.

Em relação aos produtores domésticos do produto similar, foi encaminhado o ofício nº 4.488/2016/CGMC/DECOM/SECEX à Abersal para obter informação acerca dos produtores nacionais de sal. No entanto, não foi recebida resposta da entidade para fins do início da revisão. Dessa forma, foi realizada nova consulta à associação em tela acerca dos demais produtores de sal grosso por meio do ofício nº 6.113/2016/CGMC/DECOM/SECEX, a qual foi respondida conforme item 2.5.5 deste parecer.

Cumpre ressaltar que foram disponibilizados os questionários do importador, produtor/exportador e de outros produtores nacionais no sítio eletrônico do MDIC, conforme notificações de início da revisão a tais partes interessadas.

Com intuito de obter esclarecimentos sobre o produto objeto da revisão, solicitou-se à empresa Refisa informações acerca de sua lista de produtos importados e comercializados, conforme Ofício no 7.816/2016/CGMC/DECOM/SECEX.

Após as respostas dos questionários do produtor/exportador, do importador e do outro produtor nacional, respectivamente, pelas empresas K+S Chile S.A., Unipar Carbocloro S.A. e Salina Diamante Branco Ltda., foram enviadas a essas partes solicitações para saneamento de pendências formais das respostas aos questionários supracitados.

A posteriori, com base na análise do mérito das respostas aos questionários citados anteriormente, foram enviados igualmente pedidos de informações complementares aos dados submetidos.

2.5. Do recebimento das informações solicitadas

2.5.1. Do importador

Em 18 de novembro de 2016, a empresa Unipar Carbocloro S.A. apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário enviado, após solicitação de prazo para restituição do questionário do importador de forma tempestiva e acompanhada de justificativa, conforme § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em 26 de dezembro de 2016, o importador respondeu tempestivamente ao pedido de saneamento das pendências formais no questionário do importador. Em 16 de janeiro de 2017, apresentou resposta ao pedido de informações complementares ao questionário do importador, após solicitação de dilação de prazo.

2.5.2. Do produtor/exportador

Em 21 de novembro de 2016, o produtor chileno apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário enviado, após solicitação prorrogação de prazo para restituição do questionário do importador de forma tempestiva e acompanhada de justificativa, conforme § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em 21 de dezembro de 2016, o produtor/exportador respondeu tempestivamente ao pedido de saneamento das pendências formais ao questionário. Após pedido de prorrogação para resposta do prazo, o produtor chileno apresentou resposta ao pedido de informações complementares ao questionário do produtor/exportador em 23 de janeiro de 2017.

2.5.3. Dos outros produtores nacionais

Em 18 de novembro de 2016, a empresa Salina Diamante Branco Ltda apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário enviado, após solicitação de prazo para restituição do questionário do produtor nacional de forma tempestiva e acompanhada de justificativa, conforme § 1º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Ademais, em 21 de dezembro de 2016, respondeu tempestivamente ao pedido de saneamento das pendências formais no questionário do produtor nacional. Em 12 de janeiro de 2017, apresentou resposta ao pedido de informações complementares ao questionário do produtor nacional, após solicitação de prorrogação de prazo.

Em 19 de outubro de 2016, o produtor nacional Braskem S.A. informou que optou por não responder o questionário do produtor nacional. Nesse sentido, apresentou tão somente dados de quantidade produzida, de consumo cativo e de vendas residuais no mercado interno. Ademais, foi enfatizado que quase a totalidade da produção é consumida cativamente no processo produtivo da fabricação de cloro e soda.

Os demais produtores nacionais identificados, Dow Química do Nordeste Ltda. e Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A, não apresentaram resposta ao questionário do produtor nacional.

2.5.4. Da outra parte interessada

Em 12 de dezembro de 2016, o importador Refisa protocolou tempestivamente os esclarecimentos sobre o produto importado e comercializado pela empresa. Nessa seara, indicou que o produto comercializado era destinado à ração animal, isto é, consumo animal, não sendo, portanto, produto objeto da revisão.

2.5.5. Da associação representativa

Com intuito de colaboração com o processo, em 19 de setembro de 2016, a Abersal apresentou o sumário mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no período de 2011 a 2013, referente à produção de sal grosso geral sem especificação, contendo dados sobre oferta mundial, produção interna e consumo interno do sal grosso. Destaca-se que no relatório entregue não há discriminação dos produtores nacionais de sal grosso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.6. Das verificações in loco

2.6.1. Da verificação in loco na indústria doméstica

Com base no § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram realizadas verificações in loco nas instalações da peticionária Salinor Salinas do Nordeste S.A., no período de 25 a 29 de julho de 2016, em Macau - RN, após consentimento da empresa conforme correspondência apresentada em 4 de julho de 2016, e no produtor nacional Salina Diamante Branco Ltda., no período de 23 a 27 de janeiro de 2017, em Galinhos - RN, conforme anuência protocolada em 9 de janeiro de 2017, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas no curso da revisão.

Ressalte-se que a verificação in loco na peticionária ocorreu anteriormente ao início da presente revisão, fundamentando-se nos princípios da eficiência, previsto no art. 2o da Lei no 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5o da Constituição Federal de 1988,

Foram cumpridos os procedimentos previstos nos roteiros de verificação, encaminhados previamente às empresas, tendo sido verificados os dados apresentados pela peticionária e pelo produtor nacional.

Foram consideradas válidas as informações fornecidas pelas empresas, depois de realizados os ajustes pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica constantes deste parecer incorporam os resultados das verificações in loco supramencionadas.

2.7. Da solicitação de determinação preliminar e de audiência

Em 13 de dezembro de 2016, o produtor/exportador K+S Chile S.A. solicitou a elaboração de determinação preliminar com vistas a oferecer proposta de compromisso de preço durante o período compreendido entre a data da publicação da determinação preliminar positiva de dumping, de retomada de dano à indústria doméstica e do nexo de causalidade entre ambos, e o encerramento da fase probatória, nos termos do § 6º, art. 67 do Decreto nº 8.058 de 2013.

Ademais, em 8 de fevereiro de 2017, conforme arts. 55 e 94 do regulamento de antidumping, o produtor/exportador chileno requereu tempestivamente a realização de audiência para tratar dos seguintes tópicos:

requisitos necessários à prorrogação dos direitos antidumping em vigor, tendo em vista que a extinção do direito antidumping não levaria à retomada do dumping.

as informações disponibilizadas pela indústria doméstica e metodologias de comparação dos preços praticados pela indústria doméstica e pela K+S, em perspectiva de particularidades do negócio de sal grosso, sobretudo a relevância das despesas de logística se comparadas aos custos de produção, bem como o efeito da adoção de metodologia imprecisa sobre a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping e do dano decorrente dele.

2.8. Dos prazos da revisão

São apresentados na tabela a seguir os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro, bem como a data prevista para realização da audiência mencionada no item anterior. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente revisão:

Disposição legal Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
Art. 55	Realização de audiência	24/04/2017
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão	24/05/2017
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	13/06/2017
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	03/07/2017
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	24/07/2017
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	08/08/2017

Ademais, conforme o disposto no art. 175 do Regulamento Brasileiro, a empresa chilena K+S, bem como o governo do país exportador, serão notificados acerca da intenção de realizar verificações in loco e da data sugerida para realização da visita.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto da revisão

O produto objeto da revisão (objeto do compromisso de preços firmado e de direitos antidumping), conforme consta da Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 8 de setembro de 2011, e da Resolução Camex nº 104, de 6 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U. de 9 de dezembro de 2013, é definido como sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sócio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética).

Ainda de acordo com a Resolução CAMEX nº 61 de 2011, o produto objeto da medida antidumping é o sal-gema, ou sal de rocha, na forma de cristais sólidos brancos, livres da presença de materiais estranhos, constituído principalmente por cloreto de sódio, cuja fórmula química é NaCl, extraído de depósitos localizados na superfície terrestre (minas a céu aberto) ou em jazidas subterrâneas, resultantes de lagos e mares antigos que secaram, e que não seja destinado a consumo animal ou humano.

No caso das jazidas subterrâneas, ocorre a prospecção da mina para identificar nas diversas camadas a composição química do sal, sendo realizada em seguida a sua extração. Após isso, são realizadas operações de lavra em áreas e profundidades previamente definidas. O sal é recolhido por caminhões com caçambas basculantes e depois britado para ser enviado ao porto de embarque. Por meio desse processo, próprio da atividade de mineração, obtém-se o sal-gema.

O sal grosso objeto da medida antidumping é utilizado na produção de:

a) Cloro líquido: utilizado extensivamente na fabricação de PVC, no tratamento de água potável e de piscinas, no tratamento de esgotos, na fabricação de solventes clorados e de agroquímicos e como intermediário na produção de poliuretanos. Também é utilizado na obtenção de diversos produtos químicos, como anticoagulantes, lubrificantes, fluidos para freios, fibras de poliéster, insumos farmacêuticos e outros;

b) Ácido clorídrico: utilizado na fabricação de coagulantes para tratamento de água e esgoto, cloretos e intermediários químicos, aditivos para o setor alimentício e animal e decapagem pela indústria siderúrgica e metalúrgica. Também é utilizado na flotação e no processamento de minérios, na acidificação de poços de petróleo, na regeneração de resinas de troca iônica e na neutralização de efluentes;

c) Hipoclorito de sódio: entre as principais utilizações estão a produção de água sanitária, a desinfecção de água potável e hospitalar, o tratamento de efluentes industriais e de piscinas e o branqueamento de celulose e têxteis;

d) Dicloroetano: matéria-prima básica para a fabricação de PVC, material largamente utilizado na construção civil, na forma de tubos e conexões para água potável e esgoto, e também utilizado na fabricação de embalagens, filmes, plásticos e recobrimento de fios e cabos elétricos, e ainda na indústria automobilística, entre outras aplicações;

e) Soda cáustica: fabricação de celulose, alumínio, fio rayon, sabões e detergentes e intermediários químicos. É também utilizada pela indústria siderúrgica e metalúrgica, na produção de aditivos para o segmento alimentício, na merceirização de têxteis, na regeneração de resinas de troca iônica e na correção de pH em vários processos industriais;

f) Clorato de sódio: principalmente usado para produzir dióxido de cloro para branqueamento de polpa de celulose, mas também usado como herbicida; e

g) Carbonato de sódio (barrilha sintética): importante matéria-prima usada na fabricação de vidro. Também utilizado como insumo na produção de detergente em pó, silicato de sódio e bicarbonato de sódio.

3.2. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da revisão, usualmente classificado no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), descrito como "Outros tipos de sal a granel, sem agregados", sujeitou-se à alíquota do imposto de importação (II) de 4% (quatro por cento) durante todo o período de investigação de continuação/retomada do dano (janeiro de 2011 a dezembro de 2015).

Por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), firmado entre o MERCOSUL e o Chile, incorporado ao ordenamento jurídico nacional por intermédio do Decreto nº 2.075, de 19 de novembro de 1996, publicado no D.O.U. de 20 de novembro de 1996, o produto se beneficia de margem de preferência de 100% na alíquota do II desde 1o de janeiro de 2004.

Além disso, o Quinto Protocolo Adicional do ACE 35, internalizado por intermédio do Decreto nº 2.459, de 19 de janeiro de 1998, publicado no D.O.U. de 20 de janeiro de 1998, isentou do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, as importações beneficiadas pelo referido acordo.

3.3. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil, tal qual definido no item 3.1 deste parecer, é o cloreto de sódio (NaCl) em sua forma cristalina, de origem marinha, obtido por evaporação da água do mar. Há também produção de sal-gema no País, porém exclusivamente para consumo cativo.

O processo produtivo do sal marinho se divide em duas etapas: 1) preparação da salmoura, realizada na área de evaporação, por meio de bombeamento da água do mar para reservatórios, a fim de realizar a evaporação solar; e 2) cristalização, que ocorre em reservatórios constituídos por diques e canais de alimentação e drenagem, onde é mantida camada de sal permanente que forma a base destinada a suportar o peso dos equipamentos de colheita e transporte.

Os cristalizadores, instalações onde se processa a precipitação do sal, são alimentados com a salmoura produzida na área de evaporação. O sal após a colheita passa por um processo de lavagem para retirar insolúveis do sal e baixar os teores dos outros sais, considerados impurezas. Na sequência, o sal é estocado para perder umidade e se tornar adequado às diversas aplicações exigidas pelo mercado.

A colheita de sal grosso é única para todas as finalidades. No entanto, o sal que não seja destinado a consumo humano ou animal difere do sal para consumo humano ou animal em suas características básicas, além do uso, sistema de distribuição e preço.

O sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, é consumido na sua maior parte pela indústria química, mesma destinação do sal-gema extraído no Brasil para consumo cativo, conforme apurado na investigação original.

Ao longo do parecer serão usados os termos:

(1) "sal grosso químico" quando se fizer referência ao sal grosso utilizado na fabricação dos produtos listados no parágrafo 30 do item 3.1 deste parecer, seja no caso do produto objeto da medida antidumping quanto do subgrupo de sal grosso correspondente ao produto similar;

(2) "sal grosso - outros", quando se fizer referência ao subgrupo de sal grosso destinado a outros setores que não a indústria química;

(3) "sal grosso para beneficiamento", quando se fizer referência ao subgrupo de sal grosso utilizado pela indústria doméstica para a produção de sal moído e refinado; e

(4) "sal grosso", quando se fizer referência a volumes ou valores do conjunto mais amplo que engloba os subgrupos (1), (2) e (3) acima, especialmente nos itens 7.3 e 7.4 adiante, relativos respectivamente à produção e ao estoque.

Cabe ressaltar que há uma peculiaridade no que diz respeito aos dados da SDB, a qual diferentemente da Salinor reportou a ocorrência de vendas de sal beneficiado para a indústria química. A empresa não reportou tais vendas como produto similar por entender que efetivamente não se tratava de produto similar, já que o processo de beneficiamento envolve os processos de moagem, adição de produtos químicos e ensacamento. Considerou-se correto o critério adotado pela empresa, de forma que tais vendas foram desconsideradas, a despeito de terem sido realizadas para a indústria química e potencialmente concorrerem no mesmo mercado.

3.4. Da similaridade

O § 1o do art. 9o do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2o do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto da medida antidumping e o produto similar produzido pela indústria doméstica possuem características semelhantes (composição química e características físicas), são destinados aos mesmos usos e aplicações (indústria química, conforme descrito no § 51 do item 3.1) e concorrem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade por se tratarem de produtos homogêneos que concorrem primordialmente quanto ao preço. Apesar de as rotas produtivas do produto objeto da medida antidumping e do produto similar serem diferentes não há prejuízo quanto à similaridade.

Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise precedente, ratifica-se a conclusão alcançada no parecer de início de que o sal grosso produzido pela indústria doméstica destinado às aplicações indicadas no § 51 do item 3.1 é similar ao produto objeto da medida antidumping.

3.5. Das manifestações acerca da similaridade

Em 18 de novembro de 2016, na resposta do questionário, o importador Unipar Carbocloro S.A., alegou distinção entre o produto ofertado pela indústria doméstica e o importado pela empresa no que se refere ao grau de concentração de Bromo (Br). O importador também registrou alto teor de Estrôncio, em aquisições em 2016 de sal grosso da peticionária para fins de teste em seu processo produtivo. Concluiu, dessa maneira, que havia contaminantes que implicavam na modificação de sua planta produtiva para obtenção de seus produtos. Ademais, apontou que:

No processo de fabricação dos produtos ofertados pela empresa em que o sal é utilizado como matéria-prima, quanto menores as concentrações de Bromo, Estrôncio, Cálcio e Magnésio, menor a quantidade de aditivos, menor geração de resíduos e menor o risco de afetar a confiabilidade operacional.

Em 21 de novembro de 2016, o produtor/exportador chileno K+S Chile S.A. alegou, em sua resposta ao questionário do produtor/exportador, diferenças relevantes entre o sal grosso produzido de sua empresa e o produzido no Brasil: além de a quantidade de impurezas presentes no sal químico comercializado pela empresa chilena ser relativamente baixa, a concentração das impurezas seria estável, não se alterando a cada extração.

Dessa forma, a qualidade dos lotes de produção do sal de origem chilena não se alteraria ao longo do tempo, fazendo com que sua a utilização como matéria-prima pela indústria química seja mais fácil, já que não há necessidade de se realizar adaptações constantes no processo produtivo. Em contraste, o sal obtido pela evaporação solar não apresentaria tal vantagem, uma vez que os níveis de outros compostos presentes no sal alteram-se a cada colheita e dependem do clima, do tempo de "descanso do sal", dentre outros fatores.

3.6. Dos comentários

Em relação às alegações de ambas as empresas acerca de diferenças na qualidade entre o sal produzido pelo exportador e o sal produzido pela indústria doméstica, o parecer de encerramento da investigação original concluiu pela possibilidade de substituição do produto importado pelo nacional. À época, em referência ao conceito de similaridade do Acordo Antidumping, concluiu-se que independentemente de o sal ser extraído de mina ou ser de origem marinha, a fórmula química é a mesma.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com relação aos níveis diferentes de impurezas entre o produto chileno e o produto nacional, esse fator não constituiu elemento fundamental para decisão das empresas químicas acerca da aquisição de sal grosso. O sal importado e o nacional prestam-se aos mesmos usos, o que reforça a conclusão de que o produto fabricado no Brasil possui característica muito próxima à do produto importado. Com relação ao teor de bromo, concluiu-se à época que o debate foi centrado em restrições comerciais de um cliente específico da Carbocloro.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica deverá ser interpretado como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico ou, quando não for possível reuni-los em sua plenitude, como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

Segundo a peticionária Salinor, existem outros produtores de sal grosso no Brasil. Além dela, a Braskem S.A., a Dow Química do Nordeste Ltda., a Henrique Lage Salineira do Nordeste S.A e a Salina Diamante Branco Ltda. produzem sal grosso que não seja destinado ao consumo animal, inclusive humano, sendo que a Braskem e a Dow Química produzem sal-gema para consumo cativo.

Conforme mencionado no item 2.5.3 deste parecer, foi encaminhada consulta à ABERSAL solicitando a identificação dos produtores nacionais de sal grosso com suas respectivas quantidades vendidas e produzidas. A associação em tela apresentou relatório do DNPM com base no sumário mineral de sal grosso de 2011 a 2013, no entanto, não identificou os produtores nacionais do produto similar.

Ressalte-se que o produtor nacional de sal grosso Salina Diamante Branco Ltda, doravante denominada SDB, respondeu tempestivamente ao questionário do produtor nacional e às informações complementares, conforme item 2.5.3 deste parecer. Além disso, a empresa em epígrafe teve seus dados validados conforme procedimento de verificação in loco, após realização dos ajustes pertinentes.

Desse modo, para fins de análise da probabilidade de retomada do dano, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de sal grosso da peticionária Salinor e da empresa SDB, as quais responderam por cerca de 30,7 % da produção de sal grosso no país em 2015, conforme dados do relatório do DNPM.

5. DA CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção da medida levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da continuação/retomada do dumping para efeito do início da revisão

Para fins do início desta revisão, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de janeiro a dezembro de 2015. De acordo com os dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, as importações brasileiras de produto objeto da medida, nesse período, somaram 519.790 toneladas.

5.1.1. Do valor normal

Tendo em vista que a peticionária não conseguiu obter informações sobre os preços praticados no mercado interno chileno, optou-se pela utilização das exportações chilenas para o Uruguai como base para o valor normal.

Segundo a peticionária, a escolha do Uruguai decorreu de algumas circunstâncias, dentre elas a rota marítima entre o Chile e o Brasil - a qual seria a mesma realizada para exportações do Chile ao Uruguai - e o alto volume de importações do sal do Chile por este país.

Com efeito, o Uruguai representa o terceiro maior importador de sal de qualidade química do Chile. Esse tipo de sal é o mesmo exportado ao Brasil, que foi o maior importador no período de continuação/retomada de dumping, conforme disponível no sítio eletrônico Urunet Mercosur online (www.urunetmercosuronline.com).

Cumpre destacar que a peticionária não considerou adequado o uso das exportações chilenas de sal grosso para os EUA (o segundo maior importador de sal com qualidade química do Chile) como fonte para obtenção do valor normal, uma vez que o produtor/exportador chileno conta com empresa relacionada neste país. Assim, a peticionária considerou que tais operações pudessem refletir, em grande medida, em transações com preços de transferência.

Para obtenção do valor normal, foram utilizados como fonte os dados divulgados pelo Urunet Mercosur on line, referentes ao ano de 2015, período de análise de continuação/retomada do dumping, em relação ao item tarifário sob o qual o produto se classifica no Chile (2501.00.20), descrito como sal gema, sal de salinas e sal marinho.

Registrou-se, ainda, que os dados apresentados pela peticionária com base no sítio eletrônico supramencionado possuem grau de disponibilidade e desagregação adequados que inclusive permitem identificar o uso do produto exportado para o Uruguai como sal grosso químico.

Assim, com vistas à apuração do valor normal, foram consideradas exclusivamente operações de sal do tipo químico comparáveis com o sal grosso químico exportado do Chile para o Brasil com base no perfil de exportação identificado na base de dados.

Diante do exposto, acatou-se a sugestão interposta pela peticionária e considerou apropriada a escolha das exportações de sal grosso químico do Chile para o Uruguai para fins de apuração do valor normal para o início desta revisão.

Dessa forma, apurou-se o valor normal na condição FOB, obtendo-se a seguinte tabela:

Valor normal - exportações do Chile para Uruguai

País de Exportação	Valor Exportado (US$)	Volume Exportado (t)	Valor Normal (US$/t)
Chile	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	21,99

Assim sendo, para fins de início da revisão, o valor normal de sal grosso apurado do Chile foi de US$ 21,99/t (vinte e um dólares estadunidenses e noventa e nove centavos por tonelada) na condição FOB.

5.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da revisão, é o recebido, ou a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da revisão.

Sendo assim, com base nos dados detalhados de importação fornecidos pela RFB, foram apurados os preços médios das importações brasileiras de sal grosso químico ocorridas entre janeiro e dezembro de 2015 na condição FOB, conforme item 6.1 deste parecer. Ademais, considerou-se que o preço de exportação em base FOB seria comparável ao valor normal apurado conforme item anterior.

Para fins de início da revisão, apurou-se a seguinte tabela para o preço médio de exportação do Chile para o Brasil, na condição de comércio FOB:

Preço de Exportação

País de Exportação	Valor Exportado (US$)	Volume Exportado (t)	Preço de Exportação (US$/t)
Chile	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	18,63

Portanto, com vistas ao início desta revisão, o preço de exportação de sal grosso químico apurado do Chile para Brasil foi de US$ 18,63/t (dezoito dólares estadunidenses e sessenta e três centavos por tonelada), na condição FOB.

5.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Apurou-se a seguinte tabela contendo apuração da margem de dumping absoluta e relativa do Chile para fins de início de revisão.

Margem de Dumping

País	Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
Chile	21,99	18,63	3,36	18,0

5.2. Da continuação/retomada do dumping para efeito da determinação preliminar

Para fins desta revisão, a avaliação de existência de dumping durante a vigência do direito levou em consideração o período de janeiro a dezembro de 2015.

A apuração preliminar da margem de dumping foi fundamentada nas informações prestadas pelo produtor/exportador K+S Chile S.A., doravante denominado K+S, na resposta ao questionário do produtor/exportador e nas informações complementares recebidas. Ressalte-se, ainda, que as informações contidas em tal resposta ainda não foram objeto de verificação in loco. A seguir está exposta a metodologia utilizada para obtenção do valor normal, do preço de exportação e da respectiva margem de dumping do produtor/exportador chileno.

5.2.1. Do valor normal

O valor normal foi apurado preliminarmente com base nos dados reportados pela empresa K+S relativos às vendas do produto similar (139.126 toneladas), em condições comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno chileno, de acordo com o contido no art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013.

Conforme resposta ao questionário do produtor/exportador e às informações complementares, a empresa em tela mencionou que contabilmente [CONFIDENCIAL]. Tendo em visa essa situação, o produtor não apresentou os dados de custos de produção em base mensal, apesar de solicitado reiteradamente. Nesse contexto, conforme artigos 179 a 184 do Regulamento Brasileiro, considerou-se que a totalidade das vendas foi realizada abaixo do custo unitário mensal, nos termos do inciso II do § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em seguida, apurou-se que, do volume total de vendas abaixo do custo, a totalidade das operações superou, no momento da venda, o custo unitário médio anual obtido no período objeto da revisão, para efeitos do § 4o do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013. Dessa forma, todas as transações foram consideradas como realizadas em condições normais de comércio.

Assim sendo, o volume total de vendas no mercado interno do produto similar da empresa chilena (139.126 toneladas) foi considerado como referente a operações mercantis normais e analisado com vistas à determinação preliminar do valor normal. Salienta-se que a totalidade das operações foi destinada a usuários industriais químicos, quais sejam: [CONFIDENCIAL].

Ademais, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 8.058, de 2013, o volume comercializado pela empresa no mercado interno chileno utilizado para cálculo do valor normal foi considerado em quantidade suficiente para a apuração do valor normal, uma vez que foi superior a 5% do volume exportado ao Brasil.

Tendo em vista a necessidade de se realizar comparação no mesmo nível de comércio tanto no mercado interno e nas operações para o Brasil, para fins de justa comparação, foi necessário levar em consideração a logística da cadeia de fornecimento de sal grosso químico no Chile. Dessa forma, preliminarmente, foi considerado na apuração do valor normal e do preço de exportação, como ponto de comparação, o porto de Patillos, uma vez que a totalidade das operações de sal químico, sejam destinadas ao mercado interno ou ao Brasil, sae deste porto.

O valor normal foi calculado a partir do preço faturado reportado, líquido de tributos, tendo sido deduzidos ajustes de preços e despesas de venda, conforme reportado e, em alguns casos, ajustado. Em particular, foram deduzidas: despesas de transporte (frete interno da unidade de produção até armazenagem e da armazenagem para o cliente, conforme cada condição de venda, além de seguro interno da operação), despesas de armazenagem e demais custos relacionados à venda (custo/receita financeiro/a e manutenção de estoques).

Tendo em conta a análise do questionário e das informações complementares, ajustaram-se preliminarmente os valores de custo financeiro e de manutenção de estoque, baseando-se nas informações prestadas pela empresa.

Nesse sentido, quanto ao custo financeiro, constatou-se que a taxa de juros utilizada apresentava discriminação por mercado interno e externo. Dessa forma, optou-se pela taxa média de juros diária das operações independente de tipo de mercado, uma vez que a empresa investigada não logrou demonstrar razoavelmente a adequação e correção da utilização de diferentes taxas de juros nas transações de venda no mercado interno e para o Brasil. Nesse contexto, considerando a fungibilidade do capital de uma empresa, o cálculo do custo financeiro foi ajustado, para fins de determinação preliminar, tendo levado em consideração, tanto nas vendas no mercado interno quanto para as exportações, a taxa de juros média.

Em relação ao custo de manutenção de estoques, optou-se por considerar o valor de giro de estoque médio fornecido na memória de cálculo apresentada em sede de informação complementar com base na taxa média de juros obtida anteriormente. Como o produto fica armazenado após sua produção, esse custo de oportunidade foi atribuído à totalidade das operações, considerando o custo de fabricação da empresa.

O custo total de produção levou em consideração o custo de fabricação, nele computados os custos fixos ([CONFIDENCIAL]) e custos variáveis ([CONFIDENCIAL]), além das despesas gerais, administrativas, financeiras e outras despesas operacionais. Destaca-se que o sal grosso de alta pureza reportado no custo de produção da empresa não foi levado em consideração, tendo em vista não ser produto similar por suas características físicas e químicas.

Seguindo a metodologia anterior, como a empresa não reportou as despesas financeiras e outras despesas operacionais, além de não ter apresentado as despesas gerais e administrativas conforme o solicitado no questionário, concluiu-se preliminarmente por ajustar tais rubricas para fins de apuração do custo total de produção da empresa, observando a discriminação do demonstrativo financeiro da empresa.

Conforme demonstrativo de resultado de exercício de 2015 da K+S, foi obtido percentual do saldo das despesas financeiras da empresa frente ao custo operacionais (equivalente ao custo do produto vendido - CPV) de [CONFIDENCIAL]%. Quanto às outras despesas operacionais, foram deduzidos de tal rubrica os itens relacionados ao [CONFIDENCIAL] e as [CONFIDENCIAL] por não estarem diretamente atreladas ao negócio de sal grosso químico, obtendo-se percentual de [CONFIDENCIAL]% em relação aos custos operacionais. Já em relação às despesas gerais e administrativas, foi considerado o valor do demonstrativo em tela adicionado de depreciação, obtendo-se o percentual de [CONFIDENCIAL]% frente aos custos operacionais. Por fim, os percentuais obtidos foram aplicados ao custo de fabricação da empresa, apurando-se o custo total de produção ajustado.

Ressalte-se que as devoluções em termos de quantidade e de faturamento foram plenamente identificadas nas operações e foram expurgadas da apuração do cálculo do valor normal.

Com vistas à justa comparação, calculou-se o valor normal tendo sido deduzidos dos preços faturados, líquidos de tributos, (i) despesas de transporte conforme condições de venda (frete interno da produção até armazenagem, seguro interno e frete da armazenagem até o cliente) e (ii) despesas de armazenagem e demais custos relacionados à venda, conforme anteriormente explicitado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tendo em vista a ausência de detalhamento adequado e suficiente, concluiu-se, em sede preliminar, que as outras despesas diretas reportadas pela empresa seriam despesas indiretas de venda, uma vez que estariam majoritariamente atreladas à [CONFIDENCIAL] e [CONFIDENCIAL], conforme base de cálculo reportada na resposta ao questionário do produtor/exportador. Dessa forma, preliminarmente, tais despesas foram reclassificadas para despesas indiretas de vendas e foram exclusivamente utilizadas no teste de vendas abaixo do custo, sendo que, para fins de cálculo da margem de dumping, o valor de tais despesas não foi deduzido do valor normal e, devido à justa comparação, tampouco do preço de exportação.

No que tange ao câmbio adotado paras as despesas incorridas internamente tanto no valor normal quanto no preço de exportação, além do custo de produção, a empresa mencionou que mantém sua contabilidade já em dólares estadunidenses, em acordo com a legislação chilena, apresentando inclusive como elemento probatório documento de Certificado del Servicio de Impuestos Internos de Chile com vistas a embasar sua argumentação. Diante disso, aceitaram-se os dados dessas despesas e dos custos de produção diretamente em dólares estadunidenses.

No entanto, nos termos do § 2º do art. 23 do Regulamento Brasileiro, tão somente para os valores de venda líquidos de tributos e de custo financeiro incorridos em moeda local, realizou-se a conversão dos valores de venda em moedas locais para dólares estadunidenses a partir das taxas de câmbio diárias de venda obtidas no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil. Para fins de justa comparação entre o valor normal e o preço de exportação, procedeu-se à análise da flutuação da taxa de câmbio oficial diária em relação à média das taxas de câmbio oficiais diárias dos sessenta dias anteriores, denominada taxa de câmbio de referência. Caso a variação entre a taxa de câmbio diária e a taxa de referência tenha sido superior a mais ou menos dois por cento, esta foi utilizada para fins de conversão dos valores para dólares estadunidenses.

Ante o exposto, o valor normal médio ponderado da K+S no porto em Patillos alcançou US$ 25,05 (vinte e cinco dólares estadunidenses e cinco centavos por tonelada).

5.2.2. Do preço de exportação

O preço de exportação foi apurado com base nos dados fornecidos pela K+S na resposta ao questionário e nas informações complementares, relativos aos preços de venda de todas as transações de exportação para o Brasil do produto objeto da revisão de janeiro a dezembro de 2015.

As exportações da origem objeto da medida antidumping foram realizadas no âmbito do compromisso de preços firmado, totalizando 410.890 toneladas, conforme indicado no item 1.2 deste parecer. Esclarece-se que a diferença entre o volume de exportação do Chile, apresentada no item 6.1 deste parecer, e os dados apresentados pela K+S se deve a operações registradas em 2014, por meio de despacho antecipado do importador.

Além disso, a totalidade das vendas para o Brasil realizada pelo produtor/exportado em tela foi destinada a cliente do tipo usuário industrial químico não relacionado, [CONFIDENCIAL].

Com vistas a proceder justa comparação com o valor normal, de acordo com a previsão contida no art. 22 do Decreto nº 8.058, de 2013, calculou-se o preço de exportação, ajustado de acordo com os termos e condições de venda [CONFIDENCIAL].

Para tanto, dos valores faturados com as vendas para o Brasil do produto objeto da investigação foram deduzidos os montantes reportados e, em alguns casos ajustados, referentes a (i) despesas de transporte (frete internacional do porto de embarque até o porto no Brasil, seguro internacional, manuseio de carga e corretagem), (ii) demurrage incorrido e (iii) outros custos de venda (custo financeiro da operação e custo de manutenção de estoques), obedecendo os mesmos ajustes realizados na apuração do valor normal.

Da mesma forma que no valor normal, o cálculo do custo financeiro foi ajustado, para fins de determinação preliminar, levando em consideração a taxa de juros média, a qual inclusive foi utilizada para o custo de manutenção de estoques.

Conforme já explicitado, para fins de justa comparação, as outras despesas diretas foram reclassificadas como indiretas de venda e não foram deduzidas da apuração do preço de exportação para fins de comparação com o valor normal.

Ante o exposto, o preço de exportação médio ponderado da K+S, na condição FOB Patillos, alcançou US$ 17,35/t (dezessete dólares estadunidenses e trinta e cinco centavos por tonelada).

5.2.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

O art. 26 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a existência de margem de dumping seja apurada com base em comparação entre o valor normal médio ponderado e a média ponderada dos preços de todas as transações comparáveis de exportação; ou os valores normais e os preços de exportação comparados transação a transação; ou ainda entre um valor normal médio ponderado e os preços individuais de exportação, em determinadas situações.

No presente caso, comparou-se o valor normal médio ponderado e a média ponderada do preço de exportação, ambos, líquidos de tributos e ajustados de acordo com os termos e condições de venda FOB Patillos, por nível de comércio e categoria de cliente (usuário final da indústria química). Não foram identificadas outras diferenças além dos termos e condições de venda, nível de comércio e diferenças de tributação - como, por exemplo, volume e características físicas - que pudessem afetar a justa comparação.

As margens preliminares de dumping absoluta e relativa estão explicitadas na tabela a seguir:

Margem de Dumping

País	Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
Chile	25,05	17,35	7,70	44,4

A tabela anterior indica a existência de continuação de dumping nas exportações de sal grosso químico do Chile para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2015.

5.3. Do desempenho exportador do Chile

Com o intuito de avaliar o potencial exportador do Chile, a peticionária apresentou as informações divulgadas pelo principal produtor/exportador, K+S Chile, que indicam que a empresa explora um dos maiores depósitos mundiais de cloreto de sódio a céu aberto, o Salar Grande de Tarapacá, situado a cerca de 90 km de Iquique, no Chile.

A peticionária aduziu que a K+S Chile, em 2014, inaugurou a denominada Planta 4 na Mina del Salar Grande de Tarapacá, "logrando un importante incremento en la producción, debido a las mejoras de los processos y en la molienda." Dessa maneira, concluiu que a empresa teria capacidade imediata para aumentar suas vendas para o Brasil.

Além disso, foram obtidas informações sobre a exploração de sal e os investimentos em infraestrutura realizados pelo produtor/exportador chileno para ampliação de mercados, com base no sítio eletrônico da K+S, disponível em http://www.ks-chile.com/index-page_id-14html, conforme trecho:

Inversiones por US$ 150 milliones ha realizado en Chile la firma germana K+S desde que compraron Sociedad Punta de Lobos (SPL) a José Yuraszeck y otros ejecutivos en 2006. A ocho anos de la operación, la firma europea se prepara para dar el siguiente passo em la región, pero manteniendo a Chile como el centro de gravedad para Latinoamérica y posiblemente Asia.

Según cuenta Mathias Mohr, nuevo CEO de K+S Chile, el país 'tiene um rol central' en el plan al año 2020 que ha trazado la alemana. 'Primero porque Chile es el que tiene la mejor sal en América Latina y nosotros vamos a desarrollar mercados desde aqui. Es uma decisión que hemos tomado', assegura.

Por su parte, Alexa Hergenroether, quien hasta hace poco fuera CEO K + S en el país, añade que 'Chile podría desarollar el negocio aún más, pero también en Sudamérica hay muchas oportunidades de crecimiento.'

Complementando a la ejecutiva, Mark Roberts, miembro del directorio de la alemana, añade que 'hay muchos mercados donde no estamos activos, donde queremos crecer, como Asia (...) Hay aéreas en Norteamérica y Europa donde no estamos activos, incluso em Sudamérica, mercados como Perú y Brasil, donde hay oportunidades para crecer.

Para conseguir su objetivo, la firma ya cuenta con la infraestructura acorde con el desafio. Hace unas semanas inauguraron una nueva planta en las cercanias de Iquique, la que les permitirá elevar su producción desde 6,2 millones de toneladas hasta unos 8 millones de toneladas. Además, sus dos puertos, Patillo I y II, tienen capacidade de embarque de 10 millones de toneladas. 'Como empresas tenemos muy buenas chances de crescer como equipo de sal. Hoy dia Chile está produciendo entre 5 y 6 milliones de toneladas y la capacidade está en 8 milliones, entonces tenemos 2 o 3 millones para crecer en los próximos años', explica Mohr."

Conforme informação anterior, em 2014, a empresa produziu entre 5 e 6 milhões de toneladas de sal, com o potencial de crescimento no curto prazo de 3 milhões de toneladas. Essa capacidade de extração, conjugada com os investimentos em infraestrutura portuária e logística realizados, reforça o grande potencial exportador chileno, como evidenciado em 2015 (9.979,3 mil toneladas).

Ademais, foram obtidos os dados primários de produção e de vendas no mercado externo do produto objeto da revisão, conforme resposta ao questionário do produtor/exportador K+S, conforme tabela que segue:

Produção e Vendas para o mercado externo do Chile (em toneladas)

Período	Produção	Vendas para o mercado externo
P1	100,0	100,0
P2	135,4	128,7
P3	119,1	109,9
P4	90,1	81,8
P5	96,9	87,3

Os dados anteriores que a produção é orientada à exportação, uma vez que cerca de 93% de sua produção é exportada a diferentes mercados, entre eles o Brasil, ao se considerar os dados agregados de P1 a P5. Dessa maneira, infere-se o papel essencial da estrutura logística marinha que a K+S possui por meio de sua subsidiária Empremar S.A., responsável pela navegação no fluxo de vendas do produtor/exportador, conforme resposta ao questionário. Ademais, verificou-se a existência de grande capacidade instalada, equivalente a [CONFIDENCIAL] toneladas por ano na média de P1 a P5, cerca de [CONFIDENCIAL] vezes superior ao mercado brasileiro.

Além disso, registra-se que basicamente não há distinção entre o sal grosso destinado à indústria química e a outros segmentos industriais. Logo, a identificação do produto objeto do direito se faz pelos volumes destinados aos clientes. Portanto, a extração/produção de sal grosso em geral pode ser destinada para finalidade química sem grandes alterações no processo produtivo. Assim sendo, destacam-se a seguir os dados de exportações de sal do Chile para o mundo com vistas a demonstrar o comportamento de suas exportações totais, reflexo da grande capacidade de extração e de exportação desta origem.

	2011	2012	2013	2014	2015
Exportações do Chile para o Mundo (mil toneladas)	100,0	69,5	77,6	113,5	113,6

Dessa forma, infere-se que a origem investigada está preparada em termos comerciais de disponibilidade e de infraestrutura logística para exportações, possuindo capacidade para suprir o mercado brasileiro de sal grosso químico, uma vez que apresenta volume de exportações de sal grosso cerca de nove vezes maior do que o volume do mercado brasileiro de sal grosso químico, considerando que as exportações de sal grosso pudessem ser totalmente de sal do tipo químico, conforme o produto sujeito à medida antidumping.

5.4. Das alterações nas condições de mercado

As partes interessadas não apresentaram qualquer evidência de alteração de mercado. Foi somente ressaltado que as despesas de distribuição representam importante fator para análise do preço do produto e seus reflexos na demanda.

5.5. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Não foram identificadas medidas em vigor contra sal grosso do Chile por parte de outros membros da Organização Mundial do Comércio.

5.6. Da conclusão preliminar sobre continuação/retomada do dumping

A margem de dumping apurada demonstra preliminarmente que os produtores/exportadores chilenos continuaram a praticar dumping nas suas exportações do produto objeto da medida para o Brasil no período de janeiro a dezembro de 2015.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO CONSUMO NACIONAL APARENTE

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o consumo nacional aparente do produto sujeito à medida antidumping. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2011;
P2 - janeiro a dezembro de 2012;
P3 - janeiro a dezembro de 2013;
P4 - janeiro a dezembro de 2014; e
P5 - janeiro a dezembro de 2015.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de sal grosso químico importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item tarifário 2501.00.19, fornecidos pela RFB.

Na NCM sob análise são classificadas importações de outros produtos distintos do produto objeto da medida antidumping. Por esse motivo, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais, de forma a se obter valores referentes ao produto objeto da medida antidumping. Foram desconsideradas as seguintes categorias de produtos:

– sais destinados a consumo humano e animal;
– sais para auxílio para perfuração de petróleo;
– sais para uso em indústria têxtil; e
– sais de qualidade industrial sem agregados, destinados à industrialização ou beneficiamento para posterior comercialização para consumo humano.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes do total de importações de sal grosso químico, após depuração, no período de análise de retomada/continuidade de dano:

Importações (toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

O volume das importações objeto da medida antidumping cresceu de P1 para P2 (+22,4%) e reduziu no período seguinte, de P2 para P3 (-18,3%). Nos demais períodos, as importações apresentaram aumento: P3 para P4 (+2,2%), P4 para P5 (+2,5%). Ao final da série, de P1 a P5, apresentou elevação de 4,8%.

Cumpre destacar que as importações da origem objeto da medida foram realizadas com base no compromisso de preço firmado conforme item 1.2 deste parecer. Além disso, é importante registrar que não houve importações de outras origens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Considerando que o frete e o seguro têm impacto relevante sobre o preço final e a concorrência no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de sal grosso químico no período de investigação de continuação/retomada de dano à indústria doméstica. O valor total, bem como os preços praticados na condição FOB, encontram-se disponíveis no Anexo II deste parecer.

Valor das Importações Totais (mil US$ CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Verificou-se o seguinte comportamento dos valores importados da origem investigada: crescimento de 32,6% de P1 para P2, queda de 18,8% de P2 para P3, aumento de 8,6% de P3 para P4 e redução de 7,7% de P4 para P5. Quando considerado todo o período sob análise (P1 para P5), houve aumento de 8,0%.

Preço das Importações Totais (US$/t CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
Chile	36,1	39,1	38,8	41,3	37,2
Total	36,1	39,1	38,8	41,3	37,2

O preço médio CIF das importações da origem investigada apresentou a seguinte evolução: crescimento de P1 para P2 (+8,3%), queda de P2 para P3 (-0,6%), aumento de P3 para P4 (+6,3%) e redução de P4 para P5 (-9,9%). Ao final da série, de P1 a P5, ocorreu elevação de 3,0%.

Observou-se que o preço médio CIF das exportações chilenas apresentou comportamento delimitado pelo compromisso de preços em vigor, uma vez que o termo firmado estabelece condições específicas na composição do preço do produto objeto da medida antidumping e do frete internacional na composição do preço CFR, conforme item 1.2 deste parecer.

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de sal grosso químico foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno pela indústria doméstica e pelo outro produtor nacional Braskem S.A., bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

Segundo as informações da peticionária, os demais produtores nacionais de sal grosso não estariam destinando sua produção ao mercado de sal grosso químico de modo relevante, tendo em vista que usariam o produto para refino e outros usos. Nesse sentido, não foram disponibilizados os dados de venda do produtor nacional Henrique Lage Salineira do Nordeste S/A.

Mercado Brasileiro (em toneladas)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outro Produtor Nacional	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	-	100,0
P2	106,6	24,5	122,4	-	114,1
P3	99,7	51,2	100,0	-	99,8
P4	99,2	-	102,2	-	100,5
P5	109,2	-	104,8	-	106,9

Observou-se que o mercado brasileiro de sal grosso químico apresentou aumento no período de P1 para P2 (+14,1%), redução de P2 para P3 (-12,6%) e de P3 para P4 (-0,7%), acréscimo de P4 para P5 (+6,4%). Ao analisar o período completo da revisão (P1 a P5), houve aumento do mercado brasileiro de 6,9%.

Ressalte-se que a participação do outro produtor nacional Braskem S.A. é irrisória no mercado brasileiro, apresentando em P1 sua maior participação (0,2%).

6.3. Do consumo nacional aparente

O consumo nacional aparente de sal grosso químico foi obtido com base no somatório das vendas da indústria doméstica, das vendas do outro produtor nacional no mercado interno, das importações brasileiras de sal grosso, conforme já apresentado no item 6.1 deste parecer, e na adição do consumo cativo do produtor nacional Braskem S.A..

Ressalte-se que, para fins de dimensionamento do Consumo Nacional Aparente, não foram disponibilizados os dados de consumo cativo da Dow Química do Nordeste Ltda, outro produtor de sal grosso químico para consumo cativo, conforme informação da peticionária.

Consumo Nacional Aparente (CNA) (em toneladas)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Consumo Cativo	CNA
P1	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0
P2	106,6	24,5	122,4	-	125,8	118,8
P3	99,7	51,2	100,0	-	117,2	106,8
P4	99,2	-	102,2	-	120,1	108,4
P5	109,2	-	104,8	-	123,6	113,6

Observou-se que o CNA apresentou aumento no período de P1 para P2 (+18,8%), redução de P2 para P3 (-10,1%), acréscimos sucessivos de P3 para P4 (+1,5%) e de P4 para P5 (+4,8%). Ao analisar o período completo da revisão (P1 a P5), houve decréscimo de CNA de 13,6%.

6.4. Da evolução das importações

6.4.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de sal grosso químico.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (%)

Período	Mercado Brasileiro (t)	Importações Origem Investigada (t)	Participação Origem Investigada (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	114,1	122,4	107,3
P3	99,8	100,0	100,2
P4	100,5	102,2	101,7
P5	106,9	104,8	98,0

Observou-se que a participação das importações objeto da medida antidumping no mercado brasileiro aumentou de P1 para P2 (+3,5 p.p.) e de P3 para P4 (+0,7 p.p.). Por outro lado, essa participação apresentou queda de P2 para P3 (-3,4 p.p.) e de P4 para P5 (-1,8 p.p.). Ao se considerar a totalidade do período de retomada/continuação de dano, constatou-se redução de 1,0 p.p.

6.4.2. Da participação das importações no consumo nacional aparente

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no consumo nacional aparente de sal grosso químico.

Participação das Importações no CNA (%)

Período	CNA (t)	Importações Origem Investigada (t)	Participação Origem Investigada (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	118,8	122,4	103,1
P3	106,8	100,0	93,7
P4	108,4	102,2	94,3
P5	113,6	104,8	92,2

Observou-se que a participação das importações objeto da medida antidumping no CNA cresceu de P1 para P2 (0,9 p.p.) e de P3 para P4 (+0,2 p.p.). Por outro lado, essa participação apresentou queda de P2 para P3 (-2,7 p.p.) e de P4 para P5 (-0,6 p.p.). Ao se considerar a totalidade do período de retomada/continuação de dano, constatou-se redução no CNA de 2,2 p.p.

6.4.3. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir indica a relação entre o volume total importado de sal grosso químico da origem investigada e a produção nacional de sal grosso. Cabe ressaltar a particularidade do produto similar, uma vez que a produção de sal grosso se refere a todos os usos, sendo que o destino da produção é definido posteriormente a esta etapa, isto é, o uso é definido na venda de sal grosso.

Relação entre Importações da Origem Investigada e a Produção Nacional (%)

Período	Produção Indústria Doméstica (t)	Produção Outras Empresas (t)	Produção Nacional (t)	Importações Origem Investigada (t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	146,8	125,5	140,3	122,4	87,3
P3	147,7	117,0	138,4	100,0	72,3
P4	137,4	119,8	132,0	102,2	77,4
P5	149,0	123,3	141,2	104,8	74,2

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de sal grosso cresceu somente de P3 para P4 (+1,1 p.p). Dessa forma, nos demais períodos, foi registrado comportamento de queda: de P1 para P2 (-2,8 p.p.), de P2 para P3 (-3,2 p.p.), de P4 para P5 (-0,7 p.p.) e, ao longo do período de análise, de P1 para P5 (-5,6 p.p.).

6.5. Da conclusão preliminar a respeito das importações

Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

a) As importações de sal grosso químico originárias do Chile, consideradas na análise de continuação ou retomada do dano, apresentaram crescimento em todos os períodos, com destaque para a transição de P1 para P2 (22,4%) e de P1 para P5 (4,8%), ressalvando apenas o período de P2 para P3, que registrou redução (-18,3%).

b) Observou-se elevação de 3,0% do preço ao longo do perídodo de análise de retomada/continuação de dano (P1 para P5), muito embora na transição de P4 para P5 tenha se constatado a maior retração do preço CIF (-9,9%); e

c) As participações das importações sujeitas à medida antidumping em relação ao mercado brasileiro apresentaram aumento mais significativo de 3,5 p.p. de P1 a P2, e quedas de P1 a P5 (-1,0 p.p.) e de P4 a P5 (-1,8 p.p.).

Dessa forma, com exceção de P2, em que atingiram a maior parcela do mercado brasileiro, isto é, 51,8% de participação, as importações do Chile apresentaram certa estabilidade em relação ao mercado brasileiro variando de 49,1% a 47,3%.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica corresponde ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2011;
P2 - janeiro a dezembro de 2012;
P3 - janeiro a dezembro de 2013;
P4 - janeiro a dezembro de 2014; e
P5 - janeiro a dezembro de 2015.

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

Para fins de análise de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica, conforme apontado no item 4 deste parecer, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pela Salinor e a SDB. Além disso, foram considerados os dados referentes à quantidade produzida, vendida e consumida cativamente pelo outro produtor nacional Braskem S.A, para fins de composição do mercado brasileiro e consumo nacional aparente.

Foram realizados ajustes nos dados reportados pela Salinor e SDB e na resposta ao pedido de informações complementares tendo em conta os resultados das verificações in loco. Os ajustes necessários, bem como os elementos que os motivaram, encontram-se explicitados nos relatórios de verificação in loco, juntados aos autos do processo desta revisão.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional os valores correntes foram corrigidos com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem - IPA-OG, constante do Anexo III.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste parecer.

O resumo dos indicadores da indústria doméstica avaliados, em valores monetários atualizados, cujas análises encontram-se descritas nos itens a seguir, encontra-se no Anexo IV deste parecer.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de sal grosso químico de fabricação própria, líquidas de devoluções:

Vendas da Indústria Doméstica (em toneladas)

	Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	%	Vendas no Mercado Externo (t)	%
P1	100,0	100,0	100,0	-	-
106,6	106,6	P2 100,0	-	-	
99,7	99,7	P3 100,0	-	-	
99,2	99,2	P4 100,0	-	-	
109,2	109,2	P5 100,0	-	-	

Pelos dados constantes na tabela acima, observa-se que não houve exportações de sal grosso químico pela indústria doméstica ao longo do período de análise de retomada/contiuação de dano.

Com relação ao volume de vendas de sal grosso químico destinado ao consumo no mercado interno no Brasil, observou-se aumento de 6,6% de P1 a P2, queda de 6,4% de P2 a P3, redução de 0,5% de P3 a P4 e aumento de 10,1% de P4 a P5. De P1 a P5, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou aumento de 9,2%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	106,6	114,1	93,4
P3	99,7	99,8	99,9
P4	99,2	100,5	98,7
P5	109,2	106,9	102,2

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de sal grosso químico diminuiu 3,4 p.p. de P1 a P2, aumentou 3,4 p.p. de P2 a P3, diminuiu 0,6 p.p. de P3 a P4 e aumentou 1,8 p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de 1,2 p.p.

7.3. Da participação do volume de vendas no consumo nacional aparente

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao consumo nacional aparente.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no consumo nacional aparente

	Vendas no Mercado Interno (t)	Consumo Nacional Aparente (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	106,6	118,8	89,7
P3	99,7	106,8	93,4
P4	99,2	108,4	91,5
P5	109,2	113,6	96,1

A participação das vendas da indústria doméstica no consumo nacional aparente de sal grosso químico diminuiu 3,2 p.p. de P1 a P2, aumentou 1,1 p.p. de P2 a P3, diminuiu 0,5 p.p. de P3 a P4 e aumentou 1,4 p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se redução nessa participação de 1,2 p.p.

7.4. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Pelo fato de o destino da produção ser definido apenas a posteriori, os volumes de produção informados na tabela adiante se referem ao sal grosso (para quaisquer finalidades). Dessa forma, a produção é única e agrega o sal grosso químico, o sal grosso - outros e o sal grosso para beneficiamento, conforme descrição no item 3.4 deste parecer.

Ademais, cumpre destacar que para a indústria salineira não se aplica o conceito de capacidade efetiva ou nominal, uma vez que a capacidade está relacionada apenas à extração.

No cálculo da capacidade instalada, a Salinor baseou-se na capacidade de extração do sal grosso a partir da área de cristalização. A metodologia apresentada, validada na verificação in loco, consistiu na multiplicação da área total dos cristalizadores pela produtividade de [CONFIDENCIAL] por hectare por ano.

Para o cálculo da capacidade instalada da SDB, procedeu-se da mesma maneira que a peticionária, a partir da capacidade de extração das áreas de cristalização, Dessa forma, converteu-se inicialmente a área dos cristalizadores de hectares pa ra m2 (1 ha = 10.000 m2) e multiplicou pela média da espessura do crescimento anual da lâmina de sal das salinas. O valor resultante foi então multiplicado pela densidade de sal (1,2 t/m3) e foi reduzido de um fator de perda de [CONFIDENCIAL], baseado na experiência da empresa.

A tabela a seguir resume os dados de produção, capacidade de extração e grau de ocupação da indústria doméstica.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação

	Capacidade Instalada (t)	Produção (Sal grosso) (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	146,8	146,8
P3	114,7	147,7	128,8
P4	114,7	137,4	119,8
P5	114,7	149,0	129,9

A capacidade instalada apresentou modificação apenas de P2 para P3, quando cresceu 14,7%, devido à expansão da área de cristalizadores.

A produção da indústria doméstica de sal grosso apresentou o seguinte comportamento: aumentos de P1 para P2 e de P2 para P3, de 46,8% e de 0,6% respectivamente, queda de 7,0% de P3 para P4, e elevação de 8,5% de P4 para P5. Ao longo de todo período, constatou-se aumento na produção de sal grosso de 49,0%.

O grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica aumentou 27,6 p.p. de P1 para P2, registrou quedas subsequentes de 10,6 p.p. de P2 para P3 e de 5,3 p.p. de P3 para P4, seguidas de elevação de 6,0 p.p. de P4 para P5. Já de P1 para P5, constatou-se aumento de 17,7 p.p.

7.5. Dos estoques

O quadro a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando em P1 o estoque inicial de sal grosso de 576.228 t, conforme descrição no item 3.4 deste parecer. Da mesma forma, para os dados de produção, aquisição no mercado interno, outras entradas/saídas e estoque final, foram considerados os montantes referentes a sal grosso, os quais englobam (1) sal grosso químico, (2) sal grosso - outros e (3) sal grosso para beneficiamento.

Estoque Final (em toneladas)

	SAL GROSSO		Sal grosso químico (produto similar)	Sal grosso - outros		Sal grosso transferido para benef.	SAL GROSSO	
	Produção	Aquisições internas/ importações	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado externo		Outras Entradas e Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	146,8	95,3	106,6	91,3	30,3	97,5	(27,7)	389,8
P3	147,7	91,5	99,7	77,6	105,8	96,6	56,7	614,6
P4	137,4	91,4	99,2	85,5	169,1	91,8	(91,7)	701,3
P5	149,0	533,5	109,2	50,3	179,4	96,0	791,3	846,4

Cabe ressaltar que, quanto aos dados da peticionária, o item "Outras Entradas/Saídas" foi calculado por diferença, uma vez que o sistema não permite totalizar em bases anuais esse montante. Ainda, o volume adquirido de sal grosso no mercado interno em P5 foi revendido no mercado externo e está incluído dentro de Outras Entradas e Saídas.

O estoque final de sal grosso apresentou aumentos em todos os períodos: 289,8% de P1 para P2, 57,7% de P2 para P3, 14,1% de P3 para P4, e 20,7% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de revisão (P1 a P5), o volume do estoque final da indústria doméstica cresceu 746,4%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de revisão, relativo a sal grosso.

Relação Estoque Final/Produção (em toneladas)

	Estoque Final (t)	Produção (t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	389,8	146,8	26,6
P3	614,6	147,7	41,6
P4	701,3	137,4	51,1
P5	846,4	149,0	56,8

A relação estoque final/produção aumentou em todos os períodos. Os valores das variações registradas foram de +28,3 p.p em P2, +25,8 p.p. em P3, +16,1 p.p em P4 e +9,8 p.p. em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Avaliando-se os extremos da série (de P1 para P5), a relação estoque final/produção registrou aumento de 80,0 p.p.

7.6. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

De forma a se apurar o número de empregados relativo ao produto similar (sal grosso químico), para as áreas de produção, administração e vendas, efetuou-se rateio com base no percentual da quantidade vendida de sal grosso químico em relação à produção total de sal grosso. Assim, ao número total de empregados dessas áreas, aplicaram-se os percentuais de venda de sal grosso químico em relação à produção total de sal grosso.

Nú mero de Empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	84,0	72,4	91,7	86,7
Administração e Vendas	100,0	89,2	90,8	101,5	95,4
Total	100,0	85,4	77,2	94,3	89,0

Observou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção registrou diminuição de 16,0% de P1 a P2 e de 13,8% de P2 a P3, seguindo-se aumento de 26,7% de P3 a P4 e diminuição de 5,4% de P4 a P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, o número de empregados ligados à produção diminuiu 13,3%.

Em relação aos empregados envolvidos nos setores administrativo e de vendas houve diminuição em P2 (-10,8%), seguida de aumentos em P3 (+1,7%) e P4 (+11,9%) e diminuição em P5 (-6,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. O número de empregados desses setores variou negativamente em 4,6%, de P1 para P5.

Em relação ao número total de empregados houve diminuição em P2 (-14,6%) e em P3 (-9,5%), aumento em P4 (+22,1%) e diminuição em P5 (-5,6%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. O número total de empregados variou negativamente em 11,0%, de P1 para P5.

Produtividade por Empregado (em toneladas)

	Número de empregados envolvidos na linha de produção	Produção	Produção por empregado envolvido na linha da produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	84,0	106,6	126,9
P3	72,4	99,7	137,8
P4	91,7	99,2	108,2
P5	86,7	109,2	125,9

Para fins da produtividade por empregado na tabela anterior, considerou-se a coluna produção como a quantidade vendida do sal grosso químico (produto similar).

A produtividade por empregado ligado à produção apresentou queda apenas de P3 para P4 (-21,5%). Nos demais períodos os incrementos foram de 26,9% em P2, de 8,6% em P3 e de 16,4% em P5, sempre em relação ao período anterior. Assim, considerando-se todo o período de revisão (de P1 para P5), a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 25,9%.

Massa Salarial (mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	94,0	84,8	105,3	96,3
Administração e Vendas	100,0	82,8	73,3	83,1	76,5
Total	100,0	87,0	77,6	91,5	84,0

Na apuração da massa salarial para as áreas de produção, de administração e de vendas, utilizou-se o mesmo critério de rateio adotado no cálculo do número de empregados referente a tais áreas.

A massa salarial dos empregados da linha de produção reduziu em P2 (-6,0%) e em P3 (-9,8%), aumentou em P4 (+24,1%) e reduziu em P5 (-8,5%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve redução de 3,7%.

A massa salarial dos empregados ligados a administração e vendas reduziu em P2 (-17,2%) e em P3 (-11,5%), aumentou em P4 (+13,4%) e reduziu em P5 (-7,9%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve redução de 23,5%.

Dessa forma, considerando o período completo da série (de P1 para P5), a massa salarial total registrou redução de 16,0%.

7.7. Do Demonstrativo de Resultado

7.7.1. Da receita líquida

Dessa forma, para fins de determinação preliminar, foram considerados os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno deduzidos dos valores de despesas de distribuição, quais sejam: frete terrestre, frete barcaça, frete marítimo, despesas no terminal de Termisa e despesas de armazenagem em Santos. Conforme realizado na investigação original e confirnado na verificação in loco na peticionária, observou-se que há elevadas despesas de distribuição por via marítima do Terminal de Areia Branca (Termisa), no Rio Grande do Norte, até o terminal portuário de Santos (São Paulo), principal mercado de destino do produto similar.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (m il reais atualizados)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% total	Valor	% total
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]	-	[CONF.]
P2	[CONF.]	112,3	[CONF.]	-	[CONF.]
P3	[CONF.]	108,5	[CONF.]	-	[CONF.]
P4	[CONF.]	94,1	[CONF.]	-	[CONF.]
P5	[CONF.]	111,9	[CONF.]	-	[CONF.]

Por não ter havido exportações, a receita líquida total da indústria doméstica foi obtida apenas a partir das vendas de sal grosso químico no mercado interno. A receita líquida total aumentou 12,3% de P1 para P2, diminuiu 3,4% de P2 para P3 e 13,2% de P3 para P4 e aumentou 18,8% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de revisão (de P1 para P5), a receita líquida total cresceu 11,9%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.7.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas nos itens 7.6.1 e 7.1 deste parecer.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (em reais corrigidos/t)

	Preço no Mercado Interno	Preço no Mercado Externo
P1	100,0	-
P2	105,4	-
P3	108,8	-
P4	94,9	-
P5	100,0	-

O preço do produto similar doméstico no mercado interno apresentou aumentos de 5,4% de P1 para P2 e de 3,2% de P2 para P3, seguido por diminuição de 12,8% de P3 para P4 e aumento de 7,9% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série (de P1 para P5), o preço médio no mercado interno aumentou 2,4%.

7.7.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir exibem a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de sal grosso químico no mercado interno.

Para fins de apuração dos demonstrativos de resultados não foram consideradas as despesas e receitas não atreladas ao negócio principal da indústria doméstica, conforme resultados das verifificações in loco. Assim sendo, não foram utilizadas as seguintes rubricas para Salinor: resultado de equivalência patrimonial, lucro na venda dos ativos fixos, receitas diversas e receita de aplicações financeiras.

No caso da SDB, não foram consideradas as rubricas relacionadas às provisões em geral, tais como: devedores duvidosos, salários, décimo terceiro, férias, INSS e FGTS. Além disso, foram retiradas as rubricas de ganhos com aplicação financeira, juros sobre capital próprio, receitas e custos com alienação do imobilizado e outras receitas relacionados a vendas de subprodutos.

Demonstraçã o de Resultados (e m mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	112,3	108,5	94,1	111,9
CPV	100,0	66,2	65,2	79,3	76,5
Resultado Bruto	100,0	170,0	162,6	112,6	156,0
Despesas Operacionais	100,0	135,2	119,8	100,1	127,0
Despesas gerais e administrativas	100,0	136,7	113,0	105,6	110,2
Despesas com vendas	100,0	104,8	55,4	97,5	86,0
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	269,5	660,1	2.416,3	7.460,2
Outras despesas (receitas) operacionais. (OD)	100,0	112,6	187,8	(54,1)	57,1
Resultado Operacional	(100,0)	(4,0)	42,2	(52,5)	(17,4)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(0,3)	50,5	(19,5)	82,7
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	65,3	189,7	(62,5)	164,4

Margens de Lucro (e m %)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	151,3	149,9	119,6	139,5
Margem Operacional	(100,0)	(3,5)	38,9	(55,8)	(15,5)
Margem Operacional (exceto RF)	(100,0)	(0,3)	46,5	(20,7)	73,9
Margem Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	58,1	174,8	(66,4)	147,0

Para fins de rateio das despesas operacionais relativas às vendas do sal grosso químico no mercado interno para indústria doméstica, foram utilizadas duas formas de cálculo em função do detalhamento dos centros de custos de sal grosso:

(1) Quando havia centros de custo para sal grosso, levou-se em consideração a proporção da quantidade vendida do produto similar (sal grosso químico) em relação ao somatório de quantidades vendidas de sal grosso químico e de sal grosso - outros. Essa metodologia foi aplicada apenas a uma parte das contas da rubrica despesas de vendas da peticionária.

(2) Na inexistência de centros de custo, utilizou-se a proporção das quantidades vendidas do produto similar (sal grosso químico) em relação ao somatório de quantidades vendidas de sal grosso químico, de sal grosso - outros e a quantidade transferida para beneficiamento. Essa metodologia foi aplicada a uma parte das contas da rubrica despesas de vendas e às demais rubricas de despesas da peticionária, enquanto que para SDB todas as despesas operacionais foram rateadas segundo essa metodologia, conforme ajuste realizado para fins de homogeneização dos dados da indústria doméstica.

Cabe ressaltar que no item (2) anterior a quantidade transferida para beneficiamento foi usada como proxy da quantidade vendida de sal beneficiado (que engloba sal moído e sal refinado). Ainda, as formas de cálculo apresentadas anteriormente foram ajustadas em relação à metodologia original das empresas, para fins de homogeneização de dados e correções de metodologia de rateio.

O resultado bruto com a venda de sal grosso químico no mercado interno apresentou aumento de 70,0% de P1 a P2, seguido por diminuições de 4,3% de P2 a P3 e de 30,7% de P3 a P4 e aumento de 38,5% de P4 a P5. Ao se observar os extremos da série, o resultado bruto verificado em P5 foi 56,0% maior do que o resultado bruto verificado em P1.

A margem bruta da indústria doméstica apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2, seguido de diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4, e aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Considerando-se os extremos da série, a margem bruta obtida em P5 aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. com relação a P1.

Salvo em P3, quando a indústria doméstica operou com lucro operacional, em todos os demais períodos operou com resultados negativos. Para o período de P1 a P5, a indústria doméstica registrou melhora (redução do resultado negativo) de 82,6% no seu resultado operacional.

De maneira semelhante, a margem operacional foi positiva apenas em P3. Ao se considerar todo o período analisado (P1 a P5), a indústria doméstica apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras, observou-se resultados positivos em P3 e P5 e resultados negativos nos demais períodos. Considerando-se o período P1 a P5, verificou-se que o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 182,7%.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, redução de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Quando se considera os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P5.

Ao se levar em conta o resultado operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas, observou-se resultados positivos em P2, P3 e P5 e resultados negativos nos demais períodos. Verificou-se que o resultado operacional apresentou aumento de 264,4% no período de P1 a P5.

Em relação à margem operacional sem receitas e despesas financeiras e sem outras despesas, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P2 e de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Quando se considera os extremos da série, observou-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 a P5.

Demonstração de Resultados Unitária (em reais atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	105,4	108,8	94,9	102,4
CPV	100,0	62,1	65,4	79,9	70,1
Resultado Bruto	100,0	159,5	163,1	113,5	142,8
Despesas Operacionais	100,0	126,9	120,1	100,8	116,3
Despesas gerais e administrativas	100,0	128,2	113,3	106,4	100,9
Despesas com vendas	100,0	98,3	55,5	98,3	78,7
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	252,9	662,1	2.435,2	6.828,9
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	105,7	188,3	(54,5)	52,2
Resultado Operacional	(100,0)	(3,7)	42,3	(53,0)	(15,9)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(0,3)	50,6	(19,6)	75,7
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	61,3	190,3	(63,0)	150,5

Verificou-se que o CPV unitário diminuiu em P2 (-37,9%), cresceu em P3 (5,2%) e em P4 (+22,3%), e caiu em P5 (-12,4%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando os extremos da série, o CPV unitário diminuiu 29,9%.

Com relação ao resultado bruto unitário, verificaram-se aumentos de +59,5% de P1 a P2 e de +2,3% de P2 a P3, queda de -30,4% de P3 a P4 e aumento de +25,8% de P4 a P5. De P1 para P5, o indicador apresentou aumento de 42,9%.

Em relação às despesas operacionais unitárias, observou-se aumento de 26,9% de P1 para P2, quedas de -5,3% de P2 a P3 e de -16,0% de P3 a P4, e crescimento de 15,3% de P4 a P5. Com efeito, as despesas operacionais por tonelada aumentaram 16,2% de P1 para P5.

Considerando o CPV e as despesas operacionais, ambos unitários e tomados em conjunto, observou-se reduções em P2 (-5,3%), em P3 (-1,9%) e em P4 (-2,6%), e crescimento em P5 (3,1%), sempre em relação ao período imediatamente anterior. Considerando-se os extremos da série (P1 a P5), houve queda de 6,7%.

O resultado operacional unitário apresentou resultado positivo apenas em P3, e resultados negativos nos demais períodos. Considerando-se o período total (P1 a P5), houve melhora de 84,2% no resultado operacional unitário.

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro apresentou resultados positivos em P3 e P5, e resultados negativos nos demais períodos. Cabe ressaltar que esse índice passou de um resultado negativo em P1 ([CONFIDENCIAL]) para um resultado positivo em P5 ([CONFIDENCIAL]).

O resultado operacional unitário excluindo-se o resultado financeiro e outras despesas e outras receitas registrou valores negativos em P1 e P4, e resultados positivos nos demais períodos. Cabe destacar que esse índice passou de um resultado negativo em P1 ([CONFIDENCIAL]) para um resultado positivo em P5 ([CONFIDENCIAL]).

7.8. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.8.1. Dos custos

A tabela a seguir apresenta o custo do produto vendido de sal grosso químico pela indústria doméstica.

Custo Produto Vendido (em R$/t atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
1.Utilidades	100,0	87,0	83,0	99,5	106,7
1.1 Energia Elétrica	100,0	100,9	85,9	108,9	119,1
1.2 Combustível	100,0	75,3	80,5	91,6	96,2
2. Outros insumos	100,0	64,9	10,4	33,0	67,1
2.1 Embalagem	100,0	64,9	10,4	33,0	67,1
3. Mão de obra direta	100,0	87,4	86,4	102,2	85,0
4. Custos Fixos	100,0	80,0	79,8	94,2	82,1
4.1 Depreciação	100,0	74,2	82,9	81,0	64,5
4.2 Manutenção	100,0	73,7	74,5	85,6	80,4
4.3 Mão de obra indireta	100,0	88,5	84,5	107,7	89,4
5. Variação de Estoque	100,0	(228,4)	(154,0)	(146,3)	(167,4)
Custo de Produto Vendido (1+2+3+4+5)	100,0	62,1	65,4	79,9	70,1

Ressalte-se que foram retificados os custos do produto vendido da peticionária em relação aos dados apresentados no início da revisão para inclusão da variação de estoque no total agregado na apuração.

Assim sendo, em função do volume produzido do produto similar ter sido apurado a partir das vendas, foi acrescida a linha de variação de estoques de modo a se obter o custo do produto vendido do produto similar. Dessa forma, o resultado constante na linha do Custo do Produto Vendido é o mesmo constante na linha de CPV da Demonstração de Resultados Unitária do item 7.7.3.

Para fins de rateio do custo do produto vendido no mercado interno relativo ao sal grosso químico, foram utilizadas duas formas de cálculo em função do detalhamento de centros de custos de sal grosso:

(1) Quando havia centros de custos para sal grosso, levou-se em consideração a proporção da produção (equivalente a vendas, conforme explicado anteriormente) do produto similar (sal grosso químico) em relação à produção total de sal grosso. Foram apropriadas, segundo essa metodologia, as contas de [CONFIDENCIAL].

(2) Na inexistência de centros de custo, utilizou-se a proporção das vendas do produto similar (sal grosso químico) em relação à soma da produção total de sal grosso e da transferência para beneficiamento. Esta metodologia foi utilizada para os elementos de custo [CONFIDENCIAL].

Cabe ressaltar que a metodologia apresentada anteriormente foi a apresentada pela peticionária, a qual foi considerada apropriada, visto que o processo de beneficiamento gera custos adicionais em relação ao sal grosso. No caso da SDB, os dados de custos foram baseados nos dados de produção e de venda verificados.

O custo do produto vendido do produto similar apresentou queda de 37,9% de P1 para P2, aumentos de 5,2% de P2 para P3 e de 22,3% de P3 para P4, seguido de redução de 12,4% de P4 para P5. Dessa forma, considerando-se os extremos da série, observou-se queda de 29,9% do custo do produto vendido do produto similar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.8.2. Da relação custo do produto vendido/preço

A relação entre o custo do produto vendido e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de revisão, referente ao sal grosso químico.

Relação do Custo do Produto Vendido no Preço de Venda

	Custo de Produto Vendido - R$ atualizados/(t)	Preço de Venda no Mercado Interno - R$ atualizados/(t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	62,1	105,4	58,9
P3	65,4	108,8	60,1
P4	79,9	94,9	84,3
P5	70,1	100,0	68,4

Observou-se que a relação custo do produto vendido/preço diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p de P1 a P2, cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 a P4, e reduziu [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período (P1 a P5), a relação custo do produto vendido/preço diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p.

7.9. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica. Cabe destacar que os valores se referem ao fluxo de caixa das empresas como um todo e não especificamente ao produto similar.

Fluxo de Caixa

Em mil reais atualizados

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	100,0	30,3	26,4	(57,1)	(14,6)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(100,0)	(57,8)	(81,2)	(36,4)	(178,6)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	(100,0)	(78,5)	20,0	85,1	122,9
Caixa Líquido Gerado nas Atividades das Empresas	(100,0)	(218,5)	17,2	(19,1)	5,4

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades das empresas apresentou valores negativos em P2 e em P4, e valores positivos nos demais períodos. Considerando o período total de retomada/continuação de dano (P1 a P5), observou-se que esse índice passou de um resultado negativo ([CONFIDENCIAL]) para um resultado positivo ([CONFIDENCIAL]).

7.10. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado na petição de início da investigação e na resposta ao questionário do outro produtor nacional, relativos respectivamente à Salinor e à SDB, considerando as empresas como um todo e não especificamente o produto similar.

Retorno sobre o investimento (em mil reais atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	46,9	(27,3)	(8,8)	(58,5)
Ativo Total (B)	100,0	92,0	102,8	114,6	139,1
Retorno sobre o Investimento Total (A/B) (%)	100,0	51,0	(26,6)	(7,7)	(42,1)

Observou-se que a taxa de retorno sobre investimentos foi positiva em P1 e P2, e negativa nos demais períodos. Dessa forma, a empresa apresentou crescimento desse índice apenas de P3 para P4 (+[CONFIDENCIAL] p.p.). Nos demais períodos, registraram-se reduções: P2 (-[CONFIDENCIAL] p.p.), P3 (-[CONFIDENCIAL] p.p.) e P5 ([CONFIDENCIAL] p.p.), sempre em relação ao período anterior. Ao se considerar os extremos da série, o retorno dos investimentos constatado em P5 foi inferior ao retorno verificado em P1 em [CONFIDENCIAL] p.p.

7.11. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para o produto similar. Os dados aqui apresentados foram calculados com base nas demonstrações financeiras relativas ao período de investigação.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	98,8	63,7	53,7	47,4
Índice de Liquidez Corrente	100,0	96,5	86,9	47,9	45,9

O índice de liquidez geral apresentou queda (-52,5%) ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano (P1 a P5). No entanto, apesar das reduções constantes desse período, é possível inferir que a empresa não enfrentou dificuldades na captação de recursos ou investimentos.

O índice de liquidez corrente apresentou mesmo comportamento que o índice de liquidez geral, com redução desse indicador em 54,1%, de P1 a P5. Assim, da mesma forma que o índice anterior, é possível manter o entendimento de que a indústria doméstica não enfrentou dificuldades na captação de recursos ou investimentos.

7.12. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica cresceu 9,2% de P1 a P5, frente uma expansão do mercado brasileiro de 6,9% no mesmo intervalo. Dessa forma, a parcela da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou 1,2 p.p., de 51,5% em P1 para 52,7% em P5.

7.13. Conclusão preliminar acerca dos indicadores de dano da indústria doméstica durante a vigência do direito

Da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se que o volume de vendas internas de sal grosso químico cresceu 9,2% de P1 para P5 e 10,1% de P4 para P5, enquanto o mercado brasileiro de sal grosso químico cresceu 6,9% de P1 para P5 e 6,4% de P4 para P5. Com isso, a participação de tais vendas nesse mercado aumentou 1,2 p.p. de P1 para P5 e 1,8 p.p. de P4 para P5.

A indústria doméstica expandiu sua capacidade de produção de sal grosso em 14,7%, no período de P1 a P5, e a produção de sal grosso aumentou 49,0%, refletindo no crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. no grau de ocupação, nesse mesmo intervalo. Por outro lado, o volume de sal grosso em estoque teve aumento de 746,4% de P1 para P5 e de 20,7% de P4 para P5.

Ainda em relação às vendas internas, verificou-se que, de P1 para P5, a receita líquida cresceu de forma mais acentuada (+11,9%) do que o volume vendido (+9,2%), devido ao aumento do preço médio (+2,4%) de tais vendas nesse mesmo intervalo. Igualmente, de P4 para P5, a receita líquida nas vendas internas aumentou (+18,8%) em proporção maior que a quantidade vendida (+10,1%), em função de o preço médio das vendas internas ter apresentado aumento (+7,9%).

A relação custo do produto vendido / preço apresentou melhora de P1 a P5 ([CONFIDENCIAL] p.p). Com isso, em P5, os resultados bruto e operacional unitários aumentaram em relação a P1, respectivamente 42,9% e 84,2% em módulo, assim como as margens bruta e operacional, que apresentaram aumentos equivalentes a [CONFIDENCIAL] p.p e [CONFIDENCIAL] p.p. respectivamente.

Na comparação de P4 a P5, a relação custo/preço apresentou um desempenho positivo ([CONFIDENCIAL] p.p.). Dessa forma, o resultado bruto e o resultado operacional unitários de P5 em relação a P4 cresceram 25,8% e 70,1%, respectivamente, assim como as margens de lucro bruta e operacional - respectivamente [CONFIDENCIAL] p.p e [CONFIDENCIAL] p.p.

Com relação ao resultado operacional exceto resultado financeiro, de P1 para P5 ocorreu aumento de 182,7% em módulo, tendo a margem operacional exceto resultado financeiro apresentado aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. Na comparação de P4 para P5, houve aumento do resultado operacional exceto resultado financeiro de 524,3% e aumento na margem operacional exceto resultado financeiro de [CONFIDENCIAL] p.p.

No período completo de análise de dano (P1 a P5), foram observados efeitos positivos da aplicação da medida antidumping: crescimento das vendas e da participação no mercado interno de sal grosso químico, expansão da capacidade de produção de sal grosso, aumento da produtividade por empregado, além de melhoria da rentabilidade.

8. DA CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Para fins de análise de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica, foram levados em consideração dados dos produtores domésticos Salinor e SDB, conforme resultados dos procedimentos de verificação in loco em ambas empresas.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Em face do exposto no item 7 deste parecer, concluiu-se que, ao longo da vigência da medida antidumping, os indicadores da indústria doméstica melhoraram paulatinamente. De P1 para P5, verificou-se que as vendas da indústria doméstica aumentaram 9,2%. Os indicadores da indústria doméstica apresentaram melhora no período, sendo que de P4 para P5 o preço subiu 7,9%, frente a uma redução de 12,4% dos custos de produção.

Nessa linha, no que diz respeito aos indicadores financeiros, verificou-se que a indústria doméstica teve melhora em seus resultados e suas margens brutas em razão da melhora na relação custo/preço, além de ter apresentado resultado operacional desconsiderando o resultado financeiro e/ou as outras despesas/receitas operacionais positivo em P5.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Ante o exposto no item 6 supra, concluiu-se, para fins de determinação preliminar, que durante o período de vigência da medida antidumping, as importações de sal grosso químico originárias do Chile, apesar de aumentarem em termos absolutos, diminuíram em relação à produção e ao consumo nacional aparente. Em termos absolutos, o exportador chileno exportou 519.790 t de sal grosso químico em P5 (janeiro a dezembro de 2015), sendo que exportava 496.124 t em P1 (janeiro a dezembro de 2011), o que representou aumento de 4,8%. Já a representatividade das importações originárias do Chile no mercado brasileiro caiu: passou de 48,3% em P1 para 47,3% em P5. Essa tendência de queda também foi observada na relação entre as importações sujeitas ao direito e a produção nacional, que passou de 21,6% em P1 para 16,0% em P5.

Cabe ressaltar que o volume exportado pelo Chile para o mundo, de pouco menos de dez milhões de toneladas, conforme detalhado no item 5.3 deste Parecer, equivale a nove vezes o mercado brasileiro de P5, que é de pouco menos de 1,1 milhão de toneladas. Dessa forma, pode-se inferir que, caso a medida antidumping seja extinta, muito provavelmente o dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping, verificado na investigação original, será retomado.

8.3. Do preço provável das importações com objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações sujeitas ao direito sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no §2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços com indícios de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações objeto da medida antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado do Chile, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF em dólares estadunidenses, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. Em seguida utilizou-se a taxa de câmbio informada nesses dados para se obter o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais.

Em seguida, foram adicionados os valores das despesas de internação, apurados aplicando-se o percentual de 25,5% sobre o valor CIF de cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB. O percentual das despesas de internação foi obtido com base em dados coletados no âmbito desta revisão.

Cabe ressaltar que, apesar de o Imposto de Importação aplicável ser de 4%, por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35) firmado entre o MERCOSUL e o Chile, o produto se beneficia de margem de preferência de 100% na alíquota do referido imposto desde 1º de janeiro de 2004. Além disso, o Quinto Protocolo Adicional do ACE 35 isentou do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM as importações beneficiadas pelo referido acordo. Por fim, os preços internados do produto originário do Chile foram atualizados com base no IPA-OG-PI, a fim de se obter os valores presentes em reais e compará-los com os preços da indústria doméstica, também atualizados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os preços da indústria doméstica foram obtidos a partir de dados dos produtores domésticos Salinor e SDB, validados por procedimentos de verificação in loco. Deve-se destacar que aos preços da indústria doméstica ex fabrica foram acrescidas despesas de distribuição, conforme metodologia adotada na investigação original. Pelo fato de que tais despesas para trazer o produto similar das salinas até o principal mercado consumidor - localizado em São Paulo - são muito significativas frente ao preço ex fabrica, o acréscimo daquelas tem o fim de permitir a justa comparação entre os preços do produto nacional e do importado, já que impactam diretamente a escolha do fornecedor pelo importador.

Assim sendo, consideraram-se os preços da indústria doméstica líquidos de tributos, acrescidos desses tipos de despesas, as quais incluem: frete terrestre, frete barcaça, frete marítimo, despesas em Termisa e despesas de armazenagem.

A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de revisão.

Comparação entre os preços do produto com indícios de dumping e do produto similar nacional

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF US$/(t)	100,0	108,3	107,6	114,4	103,0
Taxa de câmbio	1,6492	1,9360	2,1387	2,3198	3,1640
CIF R$/(t)	100,0	127,1	139,6	160,9	197,7
Imposto de Importação R$/(t)	-	-	-	-	-
AFRMM R$/(t)	-	-	-	-	-
Despesas de Internação R$/(t)	100,0	127,1	139,6	160,9	197,7
CIF Internado R$/(t)	100,0	127,1	139,6	160,9	197,7
CIF Internado R$ atualizados/(t)	100,0	121,7	125,7	138,0	161,6
Preço Ind. Doméstica ex fabrica R$ atualizados/(t)	100,0	105,4	108,8	94,9	102,4
Despesas de Distribuição R$ atualizados/(t)	100,0	96,1	104,6	105,8	96,7
Preço ID + Despesas de distribuição R$ atualizados/(t)	100,0	99,5	106,1	101,9	98,7
Subcotação R$ atualizados/(t)	100,0	38,1	52,2	2,5	(74,3)

Ressalte-se a particular relevância das despesas de distribuição frente ao preço da indústria doméstica, assim como ocorre nas importações. A rubrica representou em média 63,8% do preço total da indústria doméstica ao longo do período de análise de retomada/continuação de dano.

Ao analisar a tabela, constatou-se que, durante o período de revisão, o preço médio CIF internado (R$/t) no Brasil do produto importado da origem objeto da medida antidumping esteve subcotado de P1 a P4 em relação ao preço da indústria doméstica entregue em São Paulo. Adicionalmente, nota-se depressão dos preços ex fabrica da indústria doméstica de P3 a P4, bem como de supressão de preços de P2 para P3 e de P3 para P4, uma vez que os aumentos de custo não foram acompanhados de aumento de preços equivalentes, deteriorando a relação custo/preço.

Observa-se, ainda, que apesar de o preço CIF em US$/t das importações objeto da medida ter apresentado diminuição de 9,9% de P4 a P5, o preço CIF em R$/t apresentou aumento de 22,9% no mesmo período, o que se deveu à desvalorização do real em relação ao dólar de 36,4% de P4 a P5.

Ressalte-se que o preço de importação apresentado na tabela anterior reflete os efeitos do compromisso de preço estabelecido. Dessa forma, para complementar a avaliação dos efeitos do provável preço do produto objeto da revisão, foram analisados os destinos e os preços das exportações de sal grosso químico do Chile em P5 a partir de informações obtidas pela peticionária no sítio uru-netmercosuronline.com, os quais estão dispostos na tabela abaixo. Para fins de comparação, o preço FOB médio das exportações de sal químico do Chile para o Brasil no mesmo período foi 18,63 US$/t, conforme Anexo III.

Preços FOB e destino das exportações chilenas de sal químico em P5

Destino	Volume exportado (t)	Preço FOB (US$/t)
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Pode-se observar que os preços FOB variaram entre US$ 13,73 e 21,99 por tonelada. Observou-se, ainda, que os preços das exportações da K+S para o Brasil, ao longo do período de revisão, estiveram sempre muito próximos ao piso estabelecido pelo compromisso de preços e foram realizados a preço de dumping. Deve-se ter em mente que a função do compromisso de preços é apenas estabelecer um valor mínimo, ou seja, não há impedimentos à empresa signatária do compromisso de realizar exportações para o Brasil a preços superiores ao compromissado. Ademais, o fato de que foram praticados para outros destinos preços inferiores ao das exportações para o Brasil - e em quantidades significativamente inferiores às adquiridas pelo único importador brasileiro - permite inferir que, na ausência do compromisso de preço, existe a probabilidade de que o preço de exportação para o Brasil seja reduzido, especialmente considerando-se a representatividade das aquisições do referido importador, responsável por praticamente metade da demanda existente no mercado brasileiro, o que aparentemente indica a existência de um significativo poder de barganha.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2o e no § 3o do art. 30.

Assim, buscou-se avaliar, inicialmente, o impacto das importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Conforme já analisado, constatou-se que a aplicação da medida antidumping levou à melhora paulatina dos indicadores da indústria doméstica, apesar de as importações do produto objeto da medida antidumping terem apresentado aumento de 4,8% ao longo do período de vigência do direito. Verificou-se que a indústria doméstica apresentou crescimento das vendas e da participação no mercado interno de sal grosso químico, expansão da capacidade de produção de sal grosso, aumento da produtividade por empregado, além de melhoria da rentabilidade, apesar de certos indicadores financeiros continuarem negativos em determinados períodos. Desse modo, conclui-se, preliminarmente, que os indicadores da indústria doméstica apresentaram um quadro geral de melhora, não se podendo atribuir deterioração de indicadores às importações objeto da medida ao longo do período de revisão.

No entanto, ao se examinar o potencial exportador do Chile, explicitado no item 5.3 supra, pode-se inferir que, caso a medida antidumping seja extinta, muito provavelmente o dano à indústria doméstica decorrente da prática de dumping, verificado na investigação original, será retomado.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

O mercado brasileiro expandiu-se em 6,9% de P1 a P5. Presumindo-se a mesma taxa de expansão para os próximos cinco anos, tem-se ao final do período um consumo interno de pouco menos de 1,2 milhões de toneladas. Tal consumo permanecerá bem inferior à capacidade produtiva e ao potencial exportador do Chile, estimado em pouco menos de dez milhões de toneladas em 2015. Isso demonstra que o direcionamento de uma pequena parcela desse potencial exportador para o Brasil muito provavelmente seria suficiente para levar à retomada do dano à indústria doméstica caso o direito fosse extinto.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Sobre este ponto, cabe ressaltar que não houve importações de sal grosso químico oriundas de outras origens.

Adicionalmente, não foram observados progressos tecnológicos ou impactos de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos - já que a alíquota efetiva do imposto de importação para o produto objeto da medida antidumping se manteve em zero durante todo o período de revisão, por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35. Ademais, tampouco se observaram práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e à concorrência entre eles. Da mesma forma, não houve contração na demanda, além do fato de a aquisição de produto no mercado interno pela indústria doméstica ter ocorrido em apenas um período e sem impacto significativo. Ainda, o consumo cativo da Braskem se manteve estável. Cabe ressaltar que não foram disponibilizados os dados de consumo cativo da Dow Química do Nordeste Ltda, outro produtor de sal grosso químico para consumo cativo, conforme informação da peticionária.

Finalmente, a indústria doméstica não exportou de P1 a P5, o que demonstra a inexistência de impactos no comportamento dos custos fixos de produção e nos volumes vendidos no mercado interno pela indústria doméstica em decorrência de suas exportações.

Ante o exposto, se concluiu, preliminarmente, que, caso a medida antidumping não seja renovada, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto da medida antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações.

8.7. Da conclusão preliminar sobre continuação ou retomada do dano

Concluiu-se, preliminarmente, que há indícios suficientes de que, caso a medida antidumping não seja prorrogada, as exportações do Chile para o Brasil do produto objeto desta revisão, realizadas provavelmente a preços de dumping e subcotados em relação aos do similar nacional, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo. Isso, muito provavelmente, levaria à retomada do dano à indústria doméstica, considerando ainda as elevadas capacidades de produção e de exportação chilenas.

9. DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

Consoante a análise precedente, ficou determinado, preliminarmente, haver indícios de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação do dumping e à retomada do dano dele decorrente, sobretudo em razão do potencial exportador chileno.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 23, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.011077/2016-00, e no processo MDIC nº 52001.001920/2016-12, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.005.845/0007-28, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho para Leitura de Cartões e Validação de Dados.	CCIT 4.0 CCIT 3.5
Unidade de Processamento Externa UPEX.	Unidade de Processamento Externa UPEX V3000M - SEM DVR. Unidade de Processamento Externa UPEX V4000 - SEM DVR.
Validador eletrônico acoplado a catraca.	CCIT GATE TACOM, GATE TACOM COM CCIT 3.13 E RECOLHEDOR DE CARTOES, GATE TACOM COM CCIT 4.0 E RECOLHEDOR DE CARTOES.
Leitor de cartões PDV / PDA.	PDV V5.3 - CCL, PDV V4.0L - CCL, PDA V5.3 - CCL, PDA SERIAL V4.0.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 24, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.011727/2017-90, e no processo MDIC nº 52001.100140/2017-27, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Sanmina-SCI do Brasil Integration Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 01.498.525/0001-61, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, placa principal, para equipamento para leitura e validação de cartões inteligentes (smartcard)	BD5065
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, com a função de antena e indicação de LEDs, para equipamento para leitura e validação de cartões inteligentes (smartcard)	BD5066
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, com a função de interface de display, para equipamento para leitura e validação de cartões inteligentes (smartcard)	BD5067
Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, com a função de fonte de alimentação, para equipamento para leitura e validação de cartões inteligentes (smartcard)	BD5068

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 010, de 08 de janeiro de 2002.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 25, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.012224/2017-31, e no processo MDIC nº 52001.100141/2017-71, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Produza Indústria, Comércio, Serviços em Eletrônica S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.637.852/0001-69, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Aparelho coletor e emissor de sinais de telemetria, com capacidade de transmissão de dados via rede celular.	TLM9500

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 1171, de 29 de outubro de 2014.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 26, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.011698/2017-66, e no processo MDIC nº 52001.100139/2017-01, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa OKI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº16.564.682/0001-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Cartucho de cilindro de imagem para impressora a diodo emissor de luz (LED).	43979001BR; 44494201BR.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 1035, de 03 de outubro de 2013.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 27, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº01250.005675/2017-12, e no processo MDIC nº52001.100101/2017-20, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº04.854.120/0002-98, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Detector de fluxo de sementes para plantadeiras com uso de luz infravermelha, baseado em técnica digital.	AKK25356.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 810, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.037, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2016, 06/12/2016, 25/01/2017, 08/02/2017 e 08/03/2017, e na reunião extraordinária realizada em 22/11/2016.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 09/11/2016, 06/12/2016, 25/01/2017, 08/02/2017 e 08/03/2017, e na reunião extraordinária realizada em 22/11/2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.011312/2016-02
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil - Canoas (RS)
Título: Piscina Semiolímpica Aquecida e Coberta para Práticas Esportivas e Sociais
Registro: 02RS046452009
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 90.811.357/0001-42
Cidade: Canoas UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.113.327,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0479 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 117218-2
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.010314/2016-76
Proponente: Associação Brasileira de Regatas da Classe Carabelli C30
Título: Carabelli 30 - Competições
Registro: 02SP154922016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 21.316.152/0001-78
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.008.520,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6999 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11311-5
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58000.010777/2016-38
Proponente: Associação Desportiva de Futsal Tubaronense
Título: ADFT Futsal Categorias de Base - Ano 2
Registro: 02SC139892014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.087.031/0001-70
Cidade: Tubarão UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 408.216,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0201 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59018-5
Período de Captação até: 31/12/2018
4 - Processo: 58000.011012/2016-15
Proponente: ASPA Associação de Pais e Amigos do Basquete de Franca
Título: Basquete Para Vida
Registro: 02SP019912008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 02.939.917/0001-81
Cidade: Franca UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 372.685,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6906 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23828-7
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.002090/2015-41
Proponente: Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul
Título: Esporte Social
Valor autorizado para captação: R$ 444.706,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1111 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24748-0
Período de Captação até: 31/12/2017
2 - Processo: 58701.003384/2015-90
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Salão
Título: Desenvolvimento do Futsal Brasileiro
Valor autorizado para captação: R$ 583.141,09
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0675 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58607-2
Período de Captação até: 31/12/2017
3 - Processo: 58701.004166/2015-72
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Salão
Título: Estrutura de Competição Nacional e Internacional
Valor autorizado para captação: R$ 2.249.272,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0675 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58610-2
Período de Captação até: 31/12/2017
4 - Processo: 58701.003611/2015-87
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol de Salão
Título: Superliga de Futsal 2016
Valor autorizado para captação: R$ 359.788,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0675 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58608-0
Período de Captação até: 31/12/2017
5 - Processo: 58701.003491/2015-18
Proponente: Liga Desportiva ADESC
Título: Academias - Saúde do Motorista
Valor autorizado para captação: R$ 365.193,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3692 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17904-3
Período de Captação até: 31/12/2017

AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

PORTARIA Nº 8, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Altera a Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, que instituiu a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico da ABCD - CAUT e deu providências.

A SECRETÁRIA NACIONAL SUBSTITUTA DA AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM - ABCD, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 48-B, inciso IV, da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, tendo em vista o disposto no art. 2º, itens 21 e 23, art. 4º, item 3 do e nos art. 3º e 5º da Convenção Internacional Contra Dopagem no Esporte, promulgada pelo Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008, das competências definidas nos itens 1.0 e 5.0 do Padrão Internacional para Autorização de Uso Terapêutico da Agência Mundial Antidopagem e no art. 4º, item 4.4 do Código Mundial Antidopagem, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Instituir, no âmbito da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico ABCD - CAUT ABCD, composta de até 20 (vinte) membros médicos, com experiência na assistência e tratamento de atletas e conhecimento profundo e notório de medicina clínica, esportiva e do exercício físico"

Art. 2º fica revogado o parágrafo único do art. 7º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015.

Art. 3º O § 1º do art. 8º da Portaria nº 5, de 3 de julho de 2015, passará a vigorar com a seguinte redação:

"É impedido para a análise de solicitação de Autorização de Uso Terapêutico, o membro que tenha relação médico-paciente com o solicitante ou ainda seja cônjuge, parente, consangüíneo ou afim, do solicitante, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau"

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIBELE REGINA LUZ GRECCO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CNPJ nº 33.657.248/0004-21
NIRE nº 5350000037-2

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2017

Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976

I - DATA, HORA E LOCAL: Assembleia realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, às 16 horas, na sede social da Empresa, localizada na Quadra SCS, Quadra 9, BLOCO A, TORRE "C", EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE, ASA SUL, CEP 70308-200, BRASÍLIA, DF. II - PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO: Estava presente a Senhora Liana do Rêgo Motta Veloso, Procuradora da Fazenda Nacional, representando a União Federal, designada pela Portaria nº 957, de 05.10.2016, conforme atesta o registro e a assinatura no Livro de Presença de Acionistas, convocada por meio do Ofício 010/2017-BNDES GP, de 02.02.2017.

A Assembleia foi presidida pelo Diretor do BNDES Marcelo de Siqueira Freitas, designado pela Portaria PRESI nº 025/2017-BNDES, de 15.02.2017. Presente também o Presidente do Conselho Fiscal do BNDES Vinícius Mendonça Neiva. III - MESA: Presidente da Assembleia: Marcelo de Siqueira Freitas Representante da União: Liana do Rêgo Motta Veloso Presidente do Conselho Fiscal: Vinícius Mendonça Neiva Secretária: Maria Leda Montes de Vasconcelos IV - ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberação sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social do BNDES. V - DELIBERAÇÃO ADOTADA: Foi aprovada, sem objeção, com base no despacho do Ministro de Estado da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles (Processo nº 10951-000072/2017-18), a proposta apresentada, com as sugestões da Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, passando a partir da data desta Assembleia Geral Extraordinária ter a seguinte redação: ESTATUTO SOCIAL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES CAPÍTULO I DA NATUREZA, FINALIDADE, SEDE E DURAÇÃO Art. 1º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Parágrafo único. O BNDES fica sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Art. 2º O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional, podendo, para o cumprimento de seu objeto social, instalar e manter, no país ou no exterior, escritórios, representações ou agências e constituir subsidiárias. Art. 3º O BNDES é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País. Art. 4º O BNDES exercitará suas atividades, visando a estimular a iniciativa privada, sem prejuízo de apoio a empreendimentos de interesse nacional a cargo do setor público. Art. 5º O prazo de duração do BNDES é indeterminado. CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DOS RECURSOS - Art. 6º O capital social do BNDES é de R$ 36.340.506.458,95 (trinta e seis bilhões, trezentos e quarenta milhões, quinhentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos), dividido em 6.273.711.452 (seis bilhões, duzentos e setenta e três milhões, setecentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e duas) de ações nominativas, sem valor nominal. § 1o O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado previsto no art. 7º, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: I - incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; II - incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; III - incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme estabelecido no art. 40; IV - mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo. § 2o A totalidade das ações que compõem o capital do BNDES é de propriedade da União. Art. 7º O capital autorizado do BNDES é de R$ 100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais). Parágrafo único. O capital autorizado do BNDES poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas. Art. 8º Constituem recursos do BNDES: I - os de capital, resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos; II - as receitas operacionais e patrimoniais; III - os oriundos de operações de crédito, assim entendidos os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela entidade; IV - as doações de qualquer espécie; V - as dotações que lhe forem consignadas no orçamento da União; VI - a remuneração que lhe for devida pela aplicação de recursos originários de fundos especiais instituídos pelo Poder Público e destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social; VII - os resultantes de prestação de serviços. CAPÍTULO III DAS OPERAÇÕES Art. 9º O BNDES, diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias, agentes financeiros ou outras entidades, exercerá atividades bancárias e realizará operações financeiras de qualquer gênero, relacionadas com suas finalidades, competindo-lhe, particularmente: I - financiar, nos termos do art. 239, § 1º, da Constituição da República, programas de desenvolvimento econômico, com os recursos do Programa de Integração Social - PIS, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; e II - promover a aplicação de recursos vinculados ao Fundo de Participação PIS-PASEP, ao Fundo da Marinha Mercante - FMM e a outros fundos especiais instituídos pelo Poder Público, em conformidade com as normas aplicáveis a cada um. § 1º Nas operações de que trata este artigo e em sua contratação, o BNDES poderá atuar como agente da União, de Estados e de Municípios, assim como de entidades autárquicas, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações públicas e organizações privadas. § 2º As operações do BNDES observarão as limitações consignadas em seu orçamento global de recursos e dispêndios. Art. 10. O BNDES poderá também: I - contratar operações, no País ou no exterior, com entidades estrangeiras ou internacionais, sendo lícita a aceitação da forma e das cláusulas usualmente adotadas nos contratos internacionais, inclusive o compromisso de dirimir por arbitramento as dúvidas e controvérsias; II - financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País; III - financiar e fomentar a exportação de produtos e de serviços, inclusive serviços de instalação, compreendidas as despesas realizadas no exterior, associadas à exportação; IV - efetuar aplicações não reembolsáveis em projetos ou programas de ensino e pesquisa, de natureza científica ou tecnológica, inclusive mediante doação de equipamentos técnicos ou científicos e de publicações técnicas a instituições que se dediquem à realização dos referidos projetos ou programas ou tenham dele recebido colaboração financeira com essa finalidade específica; V - efetuar aplicações não reembolsáveis, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social, nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social, bem como projetos de natureza cultural, observadas as normas regulamentares expedidas pela Diretoria; VI - contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do País; VII - realizar, como entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional, quaisquer outras operações no mercado finan-

ceiro ou de capitais, em conformidade com as normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional; e VIII - utilizar recursos captados no mercado externo, desde que contribua para o desenvolvimento econômico e social do País, para financiar a aquisição de ativos e a realização de projetos e investimentos no exterior por empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil, bem como adquirir no mercado primário títulos de emissão ou de responsabilidade das referidas empresas. Parágrafo único. Nos casos de garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior, na forma do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, o BNDES, atendidas as condições nele fixadas, prestará a garantia na qualidade de agente financeiro da União, fiscalizando a execução do contrato. Art. 11. Para a concessão de colaboração financeira, o BNDES procederá: I - ao exame técnico e econômico-financeiro de empreendimento, projeto ou plano de negócio, incluindo a avaliação de suas implicações sociais e ambientais; II - à verificação da segurança do reembolso, exceto nos casos de colaboração financeira que, por sua natureza, envolva a aceitação de riscos naturais ou não esteja sujeita a reembolso, na forma dos incisos IV, V e VI do art. 10; e III - à apuração da eventual existência de restrições à idoneidade da empresa postulante e dos respectivos titulares e administradores, a critério do BNDES. Parágrafo único. A colaboração financeira do BNDES será limitada aos percentuais que forem aprovados pela Diretoria para programas ou projetos específicos. CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL Art. 12. A Assembleia Geral do BNDES será convocada por deliberação do Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou pela União. Art. 13. A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano na forma da lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses do BNDES exigirem, observados os aspectos legais relativos às convocações e deliberações. § 1º Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do BNDES, ou, na sua ausência, por Diretor por ele designado. § 2º Os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles, deverão comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pela União. Art. 14. Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: I - aprovação do Relatório Anual da Administração do BNDES, e das demonstrações financeiras que contenham proposta de destinação do resultado e criação de reservas; II - alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas diretas; modificação do seu capital social; renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas diretas; e venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas diretas; III - transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação do BNDES, observada a legislação aplicável, especialmente o disposto no art. 37, inciso XIX, da Constituição da República; IV - permuta de ações ou outros valores mobiliários de emissão das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, controladas direta ou indiretamente pela União; V - alteração do capital social e do estatuto social; VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; VII - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração; VIII - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; IX - fixação do montante da remuneração dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, observadas as normas legais aplicáveis; X - autorização para o BNDES mover ação de responsabilidade civil contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; XI - outros assuntos que forem incluídos na ordem do dia do instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais". CAPÍTULO V DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 15. O órgão de orientação superior do BNDES é o Conselho de Administração, composto por onze membros, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo: I - sete membros, entre eles o Presidente do Conselho, dos quais quatro serão indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Trabalho, da Fazenda, das Relações Exteriores e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e os demais pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; II - um representante dos empregados do BNDES escolhido dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, na forma da legislação aplicável; III - três membros independentes, na forma prevista pela Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, indicados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. § 1º Os membros do Conselho de Administração do BNDES serão eleitos pela Assembleia Geral, a quem competirá designar seu Presidente, e terão prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, contados da data da investidura, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. § 2º O membro do Conselho de Administração que houver sido reconduzido três vezes consecutivas, poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, dois anos do término de seu último prazo de gestão. § 3º. Os Conselheiros de Administração serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo Colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação. § 4º Na hipótese de recondução, o prazo do novo mandato conta-se da data do término da gestão anterior. § 5º Findo o prazo de gestão, o membro do Conselho de Administração permanecerá no exercício do cargo até a nomeação de substituto. § 6º Em caso de vacância no curso da gestão dos membros do Conselho de Administração, o presidente do Colegiado deverá dar conhecimento ao órgão representado, a quem compete designar o substituto, que será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. § 7º O substituto eleito pela Assembleia Geral para preencher cargo vago complementará o prazo de gestão do substituído.§ 8º Em caso de vacância no curso da gestão do representante dos empregados, a designação de que trata o § 6º recairá sobre o segundo colocado mais votado, que completará o prazo de gestão. § 9º A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, observadas as normas legais aplicáveis, e o seu pagamento será mensal. § 10 Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função. § 11 A Assembleia Geral designará, dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na forma do inciso I deste artigo, o substituto do Presidente do Conselho de Administração, nos casos de ausência ou impedimento temporários. § 12 Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, será considerada vaga a função do membro do Conselho de Administração que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas no intervalo de um ano, salvo as hipóteses de força maior ou caso fortuito. § 13 A indicação dos membros do Conselho de Administração do BNDES mencionados no presente artigo observará ao disposto na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais normativos aplicáveis. § 14 É vedada a recondução de membro do Conselho de Administração que não tenha participado de nenhum dos treinamentos anuais disponibilizados pelo BNDES acerca dos temas previstos no artigo 42 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Art. 16. Sem prejuízo de outras competências legais, especialmente as previstas no art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, compete ao Conselho de Administração: I - opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; II - aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do Banco e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do Banco; III - definir os assuntos e valores para alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria quanto aos limites de endividamento do BNDES; IV - aprovar o Programa de Dispêndios Globais e acompanhar a sua execução; V - apreciar os relatórios anuais de auditoria e as informações sobre os resultados da ação do BNDES, bem como sobre os principais projetos por este apoiados; VI - manifestar-se trimestralmente sobre as demonstrações financeiras, propondo a constituição de reservas, e sobre a destinação dos resultados, quando houver; VII - manifestar-se sobre o aumento do capital do BNDES, inclusive mediante incorporação de reservas de capital e lucros, a ser deliberado pela Assembleia Geral; VIII - autorizar a criação, extinção, associação, fusão ou incorporação de empresas subsidiárias, para a realização de serviços auxiliares ou para a execução de empreendimentos cujos objetivos estejam compreendidos na área de atuação do BNDES; IX - decidir sobre os vetos do Presidente do BNDES às deliberações da Diretoria; X - nomear e destituir os titulares da Área de Auditoria Interna, por proposta do Presidente do BNDES, após aprovação da Controladoria Geral da União; XI - aprovar políticas gerais da empresa, inclusive de governança corporativa; XII - aprovar e revisar, anualmente, as Políticas Corporativas de Gestão de Riscos; XIII - estabelecer a Política de Porta Vozes visando à eliminação do risco de contradição entre informações de diversas áreas do BNDES e as dos executivos desta Instituição; XIV - aprovar a Política de desmobilização do BNDES no intuito de verificar a existência de ativos não de uso próprio do BNDES e avaliar a necessidade de mantê-los, à exceção dos bens adquiridos em decorrência de suas atividades operacionais, na forma do arts. 9º e 10 deste Estatuto; XV - aprovar os orçamentos de investimentos e administrativos, inclusive de custeio, anuais e plurianuais; XVI - fixar a Política de Divulgação de Informações e a Política de Transações com Partes Relacionadas; XVII - aprovar e revisar periodicamente as Políticas e os Programas relativos à Conformidade e Integridade, bem como as metas de desempenho empresarial vinculadas ao planejamento estratégico, observando as disposições estatutárias ou legais; XVIII - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do BNDES e suas subsidiárias; XIX - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposto o BNDES, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XX - manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional, apontadas em relatório elaborado anualmente pela Área de Integridade e Gestão de Riscos; XXI - eleger e destituir os membros da Diretoria do BNDES; XXII - avaliar os diretores e demais membros estatutários do BNDES, com exceção dos membros do Conselho Fiscal, individual e coletivamente, de forma anual, na forma da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade; XXIII - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas e código de ética; XXIV - aprovar e acompanhar o plano de negócios e a estratégia de longo prazo, que deverão ser apresentados pela Diretoria do BNDES, promovendo anualmente uma análise do atendimento das metas e resultados de sua execução, devendo publicar suas conclusões no sítio eletrônico do BNDES e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, desde que não contenham informações de natureza estratégica, nos termos da lei. XXV - nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Elegibilidade; XXVI - solicitar que a Área de Auditoria Interna proceda à verificação periódica das atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios do BNDES e suas subsidiárias, abrangendo um ou mais temas dentre os seguintes: a) política de investimentos e sua gestão; b) processos de concessão de benefícios; c) metodologia utilizada no cálculo atuarial, custeio, consistência do cadastro e aderência das hipóteses; d) procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade; e) despesas administrativas; f) estrutura de governança e de controles internos da entidade; e g) recolhimento das contribuições dos patrocinadores e participantes em relação ao previsto no plano de custeio. XXVII - apreciar o relatório sobre a auditoria interna referida no inciso XXVI, e encaminhá-lo, em até 30 (trinta) dias, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001; XXVIII - subscrever a carta anual com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, nos termos do artigo 8º, inciso I, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; XXIX - avaliar, em conjunto com a Diretoria, os riscos no âmbito da organização, desenvolvendo uma visão de riscos de forma consolidada; XXX - dirimir questões em que não haja previsão estatutária, aplicando, subsidiariamente, a Lei n° 6.404, de 1976; XXXI - apreciar o relatório semestral sobre a entidade fechada de previdência complementar e seus planos de previdência, que deverá ser encaminhado, em até 30 (trinta) dias, ao órgão responsável pela supervisão, coordenação e governança do BNDES, para conhecimento, e à PREVIC, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, com destaque para: a) a aderência dos cálculos atuariais; b) a gestão dos investimentos; c) a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos; d) o gerenciamento dos riscos; e e) a efetividade dos controles internos. XXXII - aprovar a criação de comitês de assessoramento para apoiar as atividades do Conselho; XXXIII - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei n.6.404/1976; XXXIV - realizar uma autoavaliação anual do desempenho do Colegiado; XXXV - manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral; XXXVI - aprovar e fiscalizar o cumprimento pela Diretoria do BNDES do compromisso assumido nos termos do artigo 18, §10, deste Estatuto; XXXVII - aprovar e divulgar o Código de Conduta e Integridade do BNDES e suas subsidiárias, conforme previsto na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016; XXXVIII - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos; XXXIX - aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria; e XL - manifestar-se sobre a remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria. Parágrafo único. Em caso de conflito de interesses, os membros do Conselho de Administração deverão se abster das discussões e deliberações sobre a matéria, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse. Art. 17. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. § 1o O Conselho somente deliberará com a presença de, pelo menos, seis de seus membros. § 2º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos e registradas em atas, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade. § 3º Fica facultada eventual participação de conselheiro na reunião, por videoconferência ou outro meio de comunicação certificado que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. §4º Ao Presidente do BNDES será facultado acompanhar as reuniões do Conselho de Administração, sempre que entender pertinente. CAPÍTULO VI DA DIRETORIA Art. 18. O BNDES será administrado por uma Diretoria composta pelo Presidente e por oito Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração, e demissíveis ad nutum. § 1º O prazo de gestão do Presidente e dos Diretores será unificado, com duração de dois anos, e serão permitidas três reconduções consecutivas. § 2º Observado o disposto no art. 35 deste Estatuto, a remuneração dos membros da Diretoria será submetida à apreciação do Conselho de Administração do BNDES e fixada pela Assembleia Geral. § 3º A investidura dos membros da Diretoria far-se-á mediante assinatura em livro de termo de posse, iniciando-se o prazo de gestão a partir desta data. §4o A indicação dos membros da Diretoria do BNDES, inclusive do Presidente, observará ao disposto na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais normativos aplicáveis. § 5o Os membros da Diretoria não podem ter sido administradores, nos dois anos que antecedem a eleição, de sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial, salvo nos casos em que o exercício de tal função decorreu de indicação feita pelo BNDES para atuar a seu serviço ou de suas subsidiárias. §6º Em caso de impedimento ou afastamento temporário, serão substituídos: I - o Presidente: Até 30 (trinta) dias consecutivos, por Diretor a ser designado pelo Presidente do BNDES; Além de 30 (trinta) dias consecutivos, por quem, na forma da lei, seja escolhido pelo Conselho de Administração; II - Cada Diretor, por outro Diretor, designado pelo Presidente do BNDES, em caráter cumulativo, sem acréscimo de remuneração. § 7º Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, será considerada vaga a função do membro da Diretoria que dela se afastar, sem causa formalmente justificada, por mais de trinta dias consecutivos, salvo as hipóteses de força maior ou caso fortuito. § 8o O membro da Diretoria eleito na forma do caput deste artigo, que houver sido reconduzido três vezes consecutivas, poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, dois anos do término de seu último prazo de gestão. § 9º É vedada a recondução de membro da Diretoria que não tenha participado de nenhum dos treinamentos anuais disponibilizados pelo BNDES acerca dos temas previstos no artigo 42 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 10 É condição para investidura em cargo de diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento. Art. 19. Compete à Diretoria: I - aprovar, em harmonia com a política

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

econômico-financeira do Governo Federal e com as diretrizes do Conselho de Administração: a) as linhas orientadoras da ação do BNDES; e b) as normas de operações e de administração do BNDES, mediante expedição dos regulamentos específicos; II - apreciar e submeter ao Conselho de Administração o Programa de Dispêndios Globais e aprovar o orçamento gerencial do BNDES e das suas subsidiárias, que reflete o fluxo financeiro do período; III - aprovar as normas gerais de administração de pessoal, inclusive as relativas à fixação do quadro; IV - aprovar a organização interna do BNDES e a respectiva distribuição de competência, bem como a criação de escritórios, representações e agências; V - deliberar sobre operações de responsabilidade de um só cliente ou sobre limites de crédito para determinado grupo econômico, situadas no respectivo nível de alçada decisória por ela estabelecido; VI - autorizar aplicações não reembolsáveis, para os fins previstos nos incisos IV, V e VI do art. 10; VII - autorizar a contratação de obras e serviços e a aquisição, locação, alienação e oneração de bens móveis, imóveis e valores mobiliários, bem como a renúncia de direitos, transações e compromisso arbitral, situados no respectivo nível de alçada decisória por ela estabelecido, podendo estabelecer normas e delegar poderes; VIII - autorizar a emissão das demonstrações financeiras, inclusive as trimestrais, propondo a constituição de reservas e a destinação de resultados, quando houver, submetendo-as à manifestação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, e, quando necessário, à deliberação da Assembleia Geral; IX - autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para o BNDES, podendo estabelecer normas e delegar poderes, quando estes instrumentos possuírem natureza exclusivamente administrativa; X - pronunciar-se sobre todas as matérias que devam ser submetidas ao Conselho de Administração; XI - conceder férias, limitadas a 30 dias anuais, e as licenças estabelecidas na forma do art. 35, deste Estatuto, aos membros da Diretoria; XII - acompanhar a implementação do plano de ação para correção de eventuais irregularidades encontradas quando da realização da auditoria de que trata o art. 16, inciso XXVI, deste Estatuto, devendo ser dado conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade fechada de previdência complementar, bem como ao Conselho de Administração do BNDES, que será a instância interna responsável por verificar a efetividade do plano, assessorada pela estrutura interna de supervisão; XIII - determinar, no âmbito da Organização Interna Básica, a(s) Unidade(s) Fundamental(ais) responsável(eis) por fornecer orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pela patrocinadora aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade fechada de previdência complementar; XIV - apresentar relatório semestral ao Conselho de Administração sobre a entidade fechada de previdência complementar e seus planos de previdência, com destaque para: a) a aderência dos cálculos atuariais; b) a gestão dos investimentos; c) a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos; d) o gerenciamento dos riscos; e e) a efetividade dos controles internos. XV - apresentar, até a última reunião ordinária do ano do Conselho de Administração: plano de negócios para o exercício anual seguinte; b) estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos. XVI - aprovar, revisar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, as Políticas Corporativas de Gestão de Riscos; XVII - manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional, apontadas em relatório elaborado anualmente pela Área de Integridade e Gestão de Riscos; XVIII - estabelecer métricas para a gestão de riscos, considerada sua integração ao planejamento estratégico do BNDES; XIX - fomentar a cultura de gestão de riscos, a cultura de gestão por processos e a integração das práticas de gestão de riscos aos negócios e aos objetivos estratégicos do BNDES; XX- aprovar e revisar periodicamente as Políticas e os Programas relativos à Conformidade e Integridade, submetendo-os à deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições estatutárias ou legais; XXI - monitorar o cumprimento da Política e dos Programas relativos à Conformidade e Integridade; XXII - indicar o representante do BNDES nas Assembleias Gerais da FINAME e da BNDESPAR; e XXIII - propor ao Conselho de Administração a aprovação do Código de Conduta e Integridade do BNDES e de suas subsidiárias. Parágrafo único. A Diretoria do BNDES poderá delegar a um Diretor a aprovação de operações de responsabilidade de um só cliente, cujo valor esteja contido no limite de crédito previamente aprovado para o respectivo grupo econômico, na forma do inciso V do caput. Art. 20. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do BNDES, deliberando com a presença de, pelo menos, cinco de seus membros. § 1º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e registradas em atas, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade. § 2º O Presidente poderá vetar as deliberações da Diretoria, submetendo-as ao Conselho de Administração. § 3º Em caso de conflito de interesses, os membros da Diretoria deverão se abster das discussões e deliberações sobre a matéria, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse. § 4º Fica facultada eventual participação de membro da Diretoria na reunião, por videoconferência ou outro meio de comunicação certificado que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. Art. 21. Compete ao Presidente: I - representar o BNDES, em juízo ou fora dele, podendo delegar essa atribuição, em casos específicos, e, em nome da entidade, constituir mandatários ou procuradores; II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; III - administrar e dirigir os bens, serviços e negócios do BNDES, e decidir, por proposta dos responsáveis pelas respectivas áreas de coordenação, sobre operações de responsabilidade de um só cliente situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pela Diretoria, podendo delegar esta atribuição a dois Diretores; IV - superintender e coordenar o trabalho das unidades do BNDES, podendo delegar competência executiva e decisória e distribuir, entre os Diretores, a coordenação dos serviços do BNDES, designando, dentre os membros da Diretoria, o Diretor estatutário que liderará a Área de Integridade e Gestão de Riscos, nos termos do art. 36; V - baixar normas necessárias ao funcionamento dos órgãos e serviços do BNDES, de acordo com a organização interna e a respectiva distribuição de competência estabelecidas pela Diretoria; VI - admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as normas e critérios previstos em lei e aprovados pela Diretoria, podendo delegar esta atribuição no todo ou em parte; VII - autorizar a contratação de obras e serviços e a aquisição, locação, alienação e oneração de bens móveis e imóveis, exceto valores mobiliários, situadas no respectivo nível de alçada decisória estabelecido pela Diretoria, podendo estabelecer normas e delegar poderes; VIII - enviar ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no prazo legal, para seu exame e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, a prestação de contas anual dos administradores do BNDES e as demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior, acompanhadas dos pronunciamentos do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração; IX - enviar às autoridades competentes, nos prazos regulamentares, dados sobre matéria orçamentária e outras informações sobre o andamento dos trabalhos do BNDES e de suas operações; X - submeter, no prazo regulamentar, ao órgão competente do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Programa de Dispêndios Globais do BNDES; XI - submeter, semestralmente, à Presidência da República, por intermédio do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os balancetes do PIS-PASEP, assim como a relação geral das aplicações dos recursos desse fundo; XII - redistribuir as tarefas entre os membros da Diretoria, nos impedimentos temporários destes, e designar os membros da Diretoria nos casos de vacância, até o preenchimento da vaga pelo Conselho de Administração; XIII - apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração relatório das atividades do BNDES; e XIV - atuar como principal responsável pela formulação da estratégia da organização e da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão. Art. 22. A cada Diretor compete: I - coadjuvar o Presidente na direção e coordenação das atividades do BNDES; II - participar das reuniões da Diretoria, concorrendo para assegurar a definição de políticas pelo BNDES e relatando os assuntos da respectiva área de coordenação; III - exercer as tarefas de coordenação que lhe forem atribuídas pelo Presidente; e IV - exercer as funções executivas e decisórias que lhe forem delegadas pelo Presidente ou pela Diretoria. Art. 23. Os contratos que o BNDES celebrar ou em que vier a intervir e os atos que envolvam obrigações ou responsabilidades por parte do Banco, inclusive os de caráter administrativo, serão assinados: I - pelo Presidente, em conjunto com um Diretor, quando importem compromisso de valor equivalente a montante situado dentro do nível de alçada decisória da Diretoria, ou quando correspondam às aplicações não reembolsáveis previstas nos incisos IV, V e VI do art. 10; II - pelo Presidente, isoladamente, ou por dois Diretores, em conjunto, quando importem compromisso de valor equivalente a montante situado abaixo do nível de alçada decisória da Diretoria. § 1º Os documentos previstos neste artigo poderão ser assinados por um ou mais procuradores, constituídos para essa expressa finalidade, pelo Presidente em conjunto com um Diretor, nos casos do inciso I, e pelo Presidente, isoladamente, ou por dois Diretores, para os fins do inciso II. § 2o Poderá ser delegada a assinatura dos contratos administrativos que estejam situados no nível de alçada decisória do Presidente, conforme inciso VII do art. 21. § 3o Os títulos ou documentos emitidos em decorrência de obrigações contratuais, bem como os cheques e outras obrigações de pagamento serão assinados pelo Presidente, que poderá delegar esta competência. § 4o Na hipótese de delegação da competência referida no § 3o, os títulos, documentos, cheques e outras obrigações deverão conter, pelo menos, duas assinaturas. CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL Art. 24. O Conselho Fiscal do BNDES será composto de três membros e três suplentes, todos com prazo de atuação unificado de dois anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas, sendo dois membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e um membro efetivo e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, eleitos pela Assembleia Geral, em quaisquer dos casos. § 1º O membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda e seu suplente deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública Federal. § 2º A investidura dos membros do Conselho Fiscal dar-se-á no momento da eleição pela Assembleia Geral, independentemente da assinatura em livro de termo de posse. § 3º O prazo de atuação contar-se-á a partir da eleição pela Assembleia Geral. § 4º Findo o prazo de atuação, o membro do Conselho Fiscal permanecerá no exercício do cargo até a eleição do substituto. § 5º Na hipótese de recondução, o novo prazo de atuação contar-se-á a partir do término do prazo anterior. § 6º Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, será considerada vaga a função do membro do Conselho Fiscal que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas no intervalo de um ano, salvo as hipóteses de força maior ou caso fortuito. § 7º A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, observadas as normas legais aplicáveis, será fixada pela Assembleia Geral, e será equivalente a dez por cento da remuneração média mensal da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. § 8º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas as suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função. § 9º Os honorários e o reembolso das despesas de locomoção e estada só serão devidos ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparecer à reunião do Conselho, conforme registro em ata, nos casos de ausência do membro titular. § 10 O membro do Conselho Fiscal que houver sido reconduzido duas vezes consecutivas poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, dois anos do término de seu prazo de atuação. § 11 É vedada a recondução de membro do Conselho Fiscal que não tenha participado de nenhum dos treinamentos anuais disponibilizados pelo BNDES acerca dos temas previstos no artigo 42 do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 12 A indicação dos membros do Conselho Fiscal do BNDES observará ao disposto na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais normativos aplicáveis. Art. 25 Sem prejuízo das competências previstas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, compete ao Conselho Fiscal: I - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; II - analisar as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; III - examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais do BNDES e as de encerramento do exercício social dos fundos e programas por ele operados ou administrados, manifestando sua opinião, inclusive sobre a situação econômico-financeira do BNDES; IV - denunciar, por quaisquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do BNDES, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis; V - opinar sobre as propostas de: a) destinação do resultado líquido; b) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio; c) modificação de capital; d) constituição de fundos, reservas e provisões; e) absorção de eventuais prejuízos com as reservas de lucros; e f) planos de investimento ou orçamento de capital; VI - avaliar os relatórios periódicos relacionados com os sistemas de controles internos do BNDES; VII - reunir-se, ao menos trimestralmente, com o Comitê de Auditoria para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; VIII- adotar plano de trabalho anual, o qual deve conter matérias relacionadas à função fiscalizatória do Colegiado, de caráter geral e específico da empresa, devendo ser aprovado até o mês de maio de cada ano; IX - realizar uma autoavaliação anual do desempenho do Colegiado, levando-se em conta a execução do plano de trabalho, até o mês de março do exercício seguinte à aprovação do plano de trabalho; X - exercer as demais atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização, consoante a legislação vigente. § 1º. Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento. § 2º O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, solicitará aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, e a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. § 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pelo Conselho de Administração, nos casos previstos em lei. § 4º Em caso de conflito de interesses, os membros do Conselho Fiscal deverão se abster das discussões e deliberações sobre a matéria, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse. § 5º Ficará facultada eventual participação de membro do Conselho Fiscal na reunião, por videoconferência ou outro meio de comunicação certificado que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. CAPÍTULO VIII DO COMITÊ DE AUDITORIA Art. 26. O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, designados pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes, sendo um de seus membros integrante do Conselho de Administração da BNDESPAR. § 1o A designação dos membros do Comitê de Auditoria observará as regras previstas na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como as adotadas pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, concernentes às condições para o exercício do respectivo mandato. § 2o Os membros do Comitê de Auditoria terão mandato de 02 (dois) anos, não coincidente para cada membro, ressalvada a existência de norma em sentido diverso emitida por órgão supervisor do Sistema Financeiro Nacional, podendo cessar, a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta, com voto justificado, do Conselho de Administração, permitida uma reeleição. § 3º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral do BNDES em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais. § 4º Caso o integrante do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração do BNDES ou de suas ligadas, deverá optar pela remuneração de membro do referido Comitê. § 5º É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. Art. 27. O Comitê de Auditoria reportar-se-á ao Conselho de Administração e será único para o BNDES e suas subsidiárias. Parágrafo único. O funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado em regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração do BNDES. Art. 28. São atribuições do Comitê de Auditoria: I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente para o BNDES e suas subsidiárias; II - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios de administração e parecer do auditor independente relativos ao BNDES e suas subsidiárias; III - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, incluindo-se a verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao BNDES e suas subsidiárias, além de seus atos normativos internos; IV - avaliar o cumprimento, pela administração do BNDES e de suas subsidiárias, das recomendações feitas pelo auditor independente ou pelo auditor interno; V - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao BNDES e suas subsidiárias, incluídos seus atos normativos internos, prevendo procedimentos específicos para proteção do prestador e da confiden-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cialidade da informação; VI - recomendar à Diretoria do BNDES e de suas subsidiárias correções ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VII - reunir-se, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria do BNDES e de suas subsidiárias, com a auditoria independente e com a auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; VIII - reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração do BNDES e de suas subsidiárias, por solicitação desses órgãos estatutários, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; IX - elaborar, anualmente, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, a ser submetido aos Conselhos de Administração e Fiscal do BNDES e de suas subsidiárias, com informações sobre as atividades, resultados, conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria, registrando eventuais divergências significativas entre Administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras, contendo, ainda, as seguintes informações: a) atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período; b) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do BNDES e de suas subsidiárias, observado o disposto na legislação vigente e destacando as deficiências identificadas; c) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria do BNDES e de suas subsidiárias, destacando as que não foram acatadas, acompanhadas das respectivas justificativas; d) avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e normativos internos, aplicáveis ao BNDES e suas subsidiárias, destacando as deficiências identificadas; e) avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, destacando as deficiências identificadas; X - manter à disposição do Banco Central do Brasil e dos Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias o Relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração; XI - publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, destacando as principais informações contidas nesse documento; XII - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades do BNDES e de suas subsidiárias; XIII - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras do BNDES e de suas subsidiárias; XIV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pelo BNDES e por suas subsidiárias; XV- avaliar e monitorar exposições de risco do BNDES e de suas subsidiárias, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a) remuneração da Administração; b) utilização de ativos do BNDES e de suas subsidiárias; c) gastos incorridos em nome do BNDES e de suas subsidiárias; XVI - avaliar e monitorar, em conjunto com a Administração e a Área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas; XVII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelo BNDES e por suas subsidiárias; XVIII - comunicar ao Banco Central do Brasil e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade do BNDES e de suas subsidiárias ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis; XIX - elaborar e encaminhar, anualmente, para deliberação dos Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias, até o final do terceiro trimestre, proposta de implementação dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna - PAINT; XX - monitorar a implementação das medidas determinadas pelos órgãos reguladores e de controle; XXI - avaliar e informar aos Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias sobre eventuais divergências entre a auditoria independente e as Diretorias das referidas sociedades, relativas às demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros; XXII - avaliar a efetividade da Ouvidoria do BNDES e seus relatórios de atividades; XXIII - assessorar os Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização; e XXIV - outras que vierem a ser fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, ou pelos Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias. § 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões dos Conselhos de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT. § 2º O BNDES fornecerá apoio administrativo ao Comitê de Auditoria e disponibilizará meios para que receba denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. § 3° O Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, quatro reuniões mensais, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. § 4° O BNDES deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria. § 5° Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo do BNDES ou de suas subsidiárias, poderá apenas ser divulgado o extrato da ata. § 6° A restrição prevista no § 5° não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria, observada a transferência do sigilo. CAPÍTULO IX DO COMITÊ DE ELEGIBILIDADE Art. 29. O Comitê de Elegibilidade será composto pelos mesmos membros que integram o Comitê de Auditoria, designados pelo Conselho de Administração, sem remuneração adicional. §1º Compete ao Comitê de Elegibilidade: I - auxiliar o acionista controlador na indicação dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal do BNDES e de suas subsidiárias, inclusive por meio da verificação do cumprimento dos critérios previstos na Lei nº 13.303/2016 e em outros normativos aplicáveis; II - verificar a conformidade do processo de avaliação dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal do BNDES e suas subsidiárias, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016; III - prestar apoio metodológico e procedimental aos Conselhos de Administração na avaliação do desempenho de Diretores e membros estatutários, na forma do artigo 16, inciso XXII; e IV - comunicar ao acionista controlador e aos Conselhos de Administração do BNDES e de suas subsidiárias o resultado de suas avaliações. § 2º As atas das reuniões do Comitê de Elegibilidade, realizadas com o intuito de verificar o cumprimento dos requisitos definidos na política de indicação, com o registro de eventuais manifestações divergentes dos membros do Comitê, deverão ser divulgadas. CAPÍTULO X DA OUVIDORIA Art. 30. A Ouvidoria do BNDES atuará como principal canal de denúncia, comunicação e intermediação entre as empresas que constituem o Sistema BNDES e a sociedade, bem como seu público interno, inclusive para a mediação de conflitos. § 1o A função de Ouvidor será desempenhada por empregado que compõe o quadro permanente de pessoal do BNDES ou de suas subsidiárias, mediante comissão compatível com as atribuições da Ouvidoria, que exercerá mandato pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, sendo designado e destituído, a qualquer tempo, pelo Presidente do BNDES. § 2o A função de Ouvidor deverá ser de tempo integral e dedicação exclusiva, não podendo o empregado desempenhar outra atividade no BNDES ou em suas subsidiárias. Art. 31. A Ouvidoria do BNDES terá sua estrutura organizacional proposta na forma do art. 42, sendo-lhe conferidas, além das previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Ouvidoria pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as seguintes atribuições: I - prestar atendimento de última instância às reclamações, solicitações e dúvidas dos cidadãos e usuários de produtos e serviços do Sistema BNDES, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado por seus canais e quaisquer outros meios de atendimento; II - atuar como canal de comunicação entre as empresas do Sistema BNDES e os seus cidadãos e usuários de produtos e serviços do Sistema BNDES, inclusive na mediação de conflitos; e III - informar ao Conselho de Administração a respeito das atividades da Ouvidoria, propondo a ele e à Diretoria do BNDES medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas, em decorrência da análise de reclamações recebidas. Art. 32. A Ouvidoria deve realizar as seguintes atividades: I - atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos cidadãos e usuários de produtos e serviços do Sistema BNDES; II - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; IV - manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e V - elaborar e encaminhar à Àrea de Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. Art. 33. O BNDES deverá criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, única para o BNDES e suas subsidiárias, assegurando o seu acesso às informações necessárias ao exercício de suas atividades. CAPÍTULO XI DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO Art. 34. O Comitê de Remuneração será integrado por três membros, com prazo de gestão de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, sem remuneração. § 1o Os integrantes do Comitê serão nomeados pelo Conselho de Administração e só poderão ser destituídos, antes do término do prazo de gestão, mediante decisão motivada daquele órgão. § 2o Pelo menos um dos 3 (três) membros do Comitê de Remuneração não deve ser membro do Conselho de Administração ou da Diretoria do BNDES. § 3o O anterior ocupante do cargo só será nomeado novamente para compor o Comitê de Remuneração após o decurso de, no mínimo, três anos da sua destituição. § 4o A investidura dos membros do Comitê de Remuneração far-se-á mediante registro na ata da primeira reunião que se realizar após a nomeação. § 5º Os integrantes do Comitê de Remuneração deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração de administradores. § 6º Além das hipóteses de morte, renúncia ou destituição pelo Conselho de Administração, será considerado vago o cargo de membro do Comitê de Remuneração que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas no intervalo de 1 (um) ano, salvo motivo de força maior ou caso fortuito. § 7o O Comitê de Remuneração reunir-se-á pelo menos uma vez a cada noventa dias, com a presença de todos os seus membros, e terá o seu funcionamento e atribuições regulados em regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. §8º O Comitê de Remuneração se reportará ao Conselho de Administração do BNDES e será único para o BNDES e suas subsidiárias. Art. 35 Compete ao Comitê de Remuneração: I - elaborar a política de remuneração de administradores do BNDES e de suas subsidiárias, propondo aos respectivos Conselhos de Administração e às Assembleias Gerais as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de quaisquer benefícios e vantagens que lhes sejam atribuíveis, atendidos os requisitos previstos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores do BNDES e de suas subsidiárias; III - revisar anualmente a política de remuneração de administradores do BNDES e de suas subsidiárias, recomendando aos respectivos Conselhos de Administração e às Assembleias Gerais sua correção ou aprimoramento; IV - propor aos respectivos Conselhos de Administração e às Assembleias Gerais os montantes da remuneração global dos administradores; V - avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores do BNDES e suas subsidiárias; VI - analisar a política de remuneração dos administradores do BNDES e suas subsidiárias em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; VII - zelar para que a política de remuneração dos administradores do BNDES e de suas subsidiárias esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do BNDES e com o disposto nas normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional; VIII - solicitar às Diretorias do BNDES e de suas subsidiárias, ou a qualquer de seus membros, esclarecimentos para fins de elaboração e revisão da política de remuneração de seus administradores; IX - elaborar, até 31 de março de cada ano, o "Relatório do Comitê de Remuneração", nos termos especificados nas normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional; e X - divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores do BNDES e de suas subsidiárias. CAPÍTULO XII DA ÁREA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS Art. 36. A Área de Integridade e Gestão de Riscos será única para o BNDES e suas subsidiárias, reportar-se-á ao Presidente do BNDES e será liderada pelo Diretor estatutário por ele indicado. § 1º A Área de Integridade e Gestão de Riscos poderá reportar-se diretamente ao Conselho de Administração na hipótese prevista no artigo 9º, § 4º, da Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016, e em outros normativos externos ou internos. § 2º O BNDES deverá criar condições adequadas para o funcionamento e independência da Área de Integridade e Gestão de Riscos e assegurar o seu acesso às informações necessárias ao exercício de suas atividades. Art. 37. A Área de Integridade e Gestão de Riscos terá sua estrutura organizacional proposta na forma do art. 41, sendo-lhe conferidas, entre outras, as seguintes atribuições: I - definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade e Integridade para o BNDES e suas subsidiárias; II - monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição fixados pelo BNDES; III - monitorar o consumo de capital regulatório sensibilizado pelos potenciais riscos de crédito, mercado e operacional, com o objetivo de garantir a aderência às normas vigentes; IV - propor ações de melhorias nas Políticas de Gestão de Riscos e nas Políticas, Regras e Parâmetros de Crédito, Provisão e Operações Financeiras, nas suas respectivas instâncias, quando da identificação de tendências de materialização dos riscos que comprometam os níveis de capital, bem como os resultados estimados do BNDES e suas subsidiárias; V - garantir a regularidade da disseminação das informações e dos indicadores relevantes à gestão de riscos para a Diretoria e o Conselho de Administração; VI - garantir a formatação e a entrega de informações em Relatórios a órgãos externos, visando atender às práticas recomendadas nos Acordos de Basiléia; VII - definir e submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração propostas de Políticas de Gestão de Risco, em especial de Crédito, de Mercado e Liquidez e Operacional; de Gestão de Continuidade de Negócios, de Controles Internos e de Conformidade e Integridade; VIII - avaliar a qualidade dos controles internos existentes no BNDES e em suas subsidiárias, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento, de forma a evitar conflitos de interesses e fraudes; IX - disseminar cultura de controles internos, de gestão de riscos e de Conformidade e Integridade no âmbito do BNDES e suas subsidiárias; X - desenvolver e monitorar o Programa de Integridade do BNDES e de suas subsidiárias; XI - elaborar relatórios trimestrais de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria, nos termos de regulamentação interna; XII - comunicar à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis ao BNDES e suas subsidiárias, nos termos de regulamentação interna; XIII - reportar para a Diretoria e para o Conselho de Administração as principais deficiências encontradas no ambiente de riscos e controles do BNDES e de suas subsidiárias, assim como as ações implementadas para a correção dessas deficiências; XIV - planejar, organizar, coordenar e executar outras atividades que lhe forem atribuídas pela autoridade superior a que estiver vinculada; e XV - elaborar o Código de Conduta e Integridade do BNDES e suas subsidiárias. CAPÍTULO XIII DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DOS LUCROS Art. 38. O exercício social do BNDES coincidirá com o ano civil. Art. 39. O BNDES levantará demonstrações financeiras e procederá à apuração do resultado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício. Parágrafo único. Na demonstração financeira de 31 de dezembro será registrada a proposta de destinação do resultado, conforme estabelecido no art. 40, de acordo com o §3º do art. 176 da Lei nº 6.404, de 1976. Art. 40. A Diretoria proporá a destinação do lucro líquido do exercício, após absorção de prejuízos acumulados, para manifestação do Conselho de Administração, e posterior aprovação pela Assembleia Geral do BNDES, observadas as seguintes condições: I - Reserva Legal: 5% (cinco por cento), até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; II - constituição das Reservas previstas nos arts. 195, 195-A e 197 da Lei no 6.404, de 1976, se for o caso; III - pagamento de dividendos: mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) calculado com base no lucro líquido ajustado, nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976; IV - constituição de Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares, cujo valor corresponderá à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado nos termos do inciso III deste artigo; e V - constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, com a finalidade de as-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

segurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso III deste artigo. § 1º Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurado na forma prevista neste artigo, integrando a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação pertinente. § 2º O valor dos juros pagos ou creditados na forma do § 1º não poderá ultrapassar o montante destinado ao pagamento dos dividendos, do qual será deduzido. § 3o O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de capital, nessa ordem, sendo facultada a redução do capital social até o montante do saldo remanescente, na forma prevista no art. 173 da Lei nº 6.404, de 1976. § 4º As demonstrações contábeis deverão ser apreciadas pelo Conselho de Administração e examinadas pelo Conselho Fiscal, até o dia 31 de março de cada ano, e submetidas, no prazo de trinta dias, aos órgãos competentes, devendo a decisão ser devidamente publicada e arquivada. § 5º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou da deliberação da Assembleia Geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação. § 6º A reserva prevista no inciso IV do caput tem por finalidade assegurar recursos para remuneração adicional à União e seu saldo poderá ser distribuído antes de alcançar o limite de que trata o §7º, desde que preservados os limites prudenciais e corporativos mínimos de capital previstos na Política de Dividendos do BNDES. § 7º A reserva prevista no inciso IV do caput estará limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social. § 8º Atingido o limite previsto no § 7º do caput, o Conselho de Administração encaminhará para a deliberação da Assembleia Geral proposta de destinação do saldo da reserva para o pagamento de dividendos ou, na impossibilidade, para o aumento do capital social, em conformidade com a Política de Dividendos. § 9º O saldo da reserva prevista no inciso V do caput será incorporado ao capital social, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, a ser convocada para se realizar no mesmo dia em que se realizar a Assembleia Geral Ordinária para aprovar a destinação do resultado do exercício. § 10 Poderá ser autorizada a antecipação, por deliberação do Conselho de Administração, da destinação do resultado do exercício com base em apuração de resultado positivo em balanço semestral, na forma de antecipação de juros sobre capital próprio, conforme previsto em lei e observados os mesmos parâmetros para a distribuição de dividendos obrigatórios e complementares prescritos nos incisos III e IV deste artigo. CAPÍTULO XIV DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DO PESSOAL Art. 41. A estrutura organizacional do BNDES e a respectiva distribuição de competência serão estabelecidas pela Diretoria, mediante proposta do Presidente do Banco. Parágrafo único. O órgão de auditoria interna do BNDES vincula-se diretamente ao Conselho de Administração. Art. 42. Aplica-se ao pessoal do BNDES o regime jurídico estabelecido pela legislação vigente para as relações de emprego privado. § 1º O ingresso do pessoal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas expedidas pela Diretoria. § 2º A cessão ao BNDES de servidores da Administração Pública direta ou indireta far-se-á de acordo com as peculiaridades de cada caso, observado o disposto na legislação pertinente. Art. 43. Os cargos comissionados do BNDES, até o nível máximo de Superintendente ou equivalente, serão preenchidos por empregados integrantes do seu quadro permanente de pessoal ou de suas subsidiárias. Parágrafo único. As designações do Chefe de Gabinete da Presidência, dos chefes de departamento, limitados à sede social do BNDES, às suas representações ou às suas subsidiárias e representações situadas no exterior, e dos assessores e secretários do Presidente e da Diretoria poderão recair sobre pessoas não integrantes do quadro permanente de pessoal do BNDES ou de suas subsidiárias, estes limitados a até dois por cento do quantitativo total de pessoal do BNDES e de suas subsidiárias. CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS Art. 44. O BNDES observará as normas gerais orçamentárias e contábeis expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem prejuízo do cumprimento de dispositivos legais aplicáveis às empresas públicas nas áreas orçamentária e contábil. Art. 45. O BNDES poderá destinar recursos para a constituição de fundos específicos que tenham por objetivo precípuo apoiar, em conformidade com o regulamento aprovado pela Diretoria, o desenvolvimento de iniciativas concernentes aos estudos, programas e projetos de que tratam os incisos IV, V e VI do caput do art. 10. Parágrafo único. Os fundos a que se refere o caput serão constituídos de: I - dotações consignadas no orçamento de aplicações do BNDES, correspondentes a até dez por cento do seu lucro líquido no ano anterior e limitadas a um e meio por cento do seu patrimônio líquido deduzido o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, proveniente de ganhos e perdas não realizados, apurados pela avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda"; e II - doações e transferências efetuadas ao BNDES para as finalidades previstas no caput. Art. 46. O BNDES assegurará aos empregados, administradores, e integrantes do Conselho Fiscal, dos Comitês de Auditoria, de Remuneração e de Elegibilidade, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da empresa, a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função. § 1o O BNDES poderá manter, na forma e extensão definida pela Diretoria, observado o disposto no caput, contrato de seguro permanente em favor das pessoas mencionadas, para resguardá-las de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandadas judicial ou administrativamente. § 2o Se alguma das pessoas mencionadas no caput for condenada, por decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto, deverá ressarcir o BNDES de todos os custos e despesas com a assistência jurídica, nos termos da lei. § 3o A Diretoria regulamentará a forma, as condições e os limites para a concessão da assistência jurídica. Art. 47. O BNDES submeterá à prévia anuência do Ministério da Fazenda a assinatura de acordos de acionistas ou renúncia de direitos neles previstos, ou, ainda, assunção e quaisquer compromissos de natureza societária referentes ao disposto no art. 118 da Lei nº 6.404, de 1976. Art. 48. As controvérsias, disputas e divergências relacionadas às atividades, contratos e acordos do BNDES de qualquer natureza poderão ser submetidas à conciliação, mediação, arbitragem e outros mecanismos alternativos de solução consensual de conflitos, por decisão da instância competente, de acordo com os arts. 19, 21, 22 e 23 deste Estatuto. § 1º A conciliação, a mediação e a arbitragem serão realizadas no Brasil, em língua portuguesa e observando-se a legislação pertinente, em especial, Lei 9.307, de 1996, e Lei 13.140, de 2015, ressalvados os casos envolvendo controvérsias, disputas e divergências internacionais. § 2º As controvérsias, disputas e divergências envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e respectivos órgãos, fundações, autarquias e empresas estatais sob sua supervisão ou controle, serão preferencialmente solucionadas por meio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia Geral da União. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e deliberada a lavratura da Ata.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Presidente da Assembleia Geral Extraordinária

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Representante da União

VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA
Presidente do Conselho Fiscal

MARIA LEDA MONTES DE VASCONCELOS
Secretária

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 20 de março de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0072/2017 de 15/03/2017, 0073/2017 de 16/03/2017 e 0074/2017 de 17/03/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039000978201754 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JARLE RUNE ANGELSHAUG Data Nascimento: 08/10/1961 Passaporte: 30394033 País: NORUEGA Mãe: INGEBJORG ANGELSHAUG Pai: RASMUS ANGELSHAUG; Processo: 47039001709201713 Empresa: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luis Cuevas Rodriguez Data Nascimento: 28/11/1972 Passaporte: I753100 País: CUBA Mãe: Gloria Dolores Rodriguez Pai: Luis Cuevas; Processo: 47039001710201730 Empresa: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yunier Sarmiento Ramirez Data Nascimento: 19/02/1982 Passaporte: J220883 País: CUBA Mãe: Beatriz Ramirez Pai: Augusto Sarmiento; Processo: 47039001729201786 Empresa: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francesco Cibò Data Nascimento: 25/10/1972 Passaporte: YA5136713 País: ITÁLIA Mãe: Lia Scriboni Pai: Roberto Cibò; Processo: 47039001824201780 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QINGCHI JIN Data Nascimento: 09/05/1976 Passaporte: E92885300 País: CHINA Mãe: LANXIANG HE Pai: ZHAOSHEN JIN; Processo: 47039001827201713 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MINGHAO LEI Data Nascimento: 06/02/1989 Passaporte: E33761635 País: CHINA Mãe: CHANZHEN XU Pai: YINZHU LEI; Processo: 47039001828201768 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHAOQIANG LIU Data Nascimento: 19/12/1975 Passaporte: G34020832 País: CHINA Mãe: CHENGJUN LI Pai: XUEMING LIU; Processo: 47039001831201781 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZUOBAO SHI Data Nascimento: 07/06/1988 Passaporte: E77076333 País: CHINA Mãe: GAILAN DU Pai: YANLAI SHI; Processo: 47039001840201772 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZAIYUN YANG Data Nascimento: 07/01/1990 Passaporte: E36065289 País: CHINA Mãe: YANGHUA CHU Pai: RANZHU YANG; Processo: 47039001842201761 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YANXIAO GUO Data Nascimento: 13/03/1990 Passaporte: E91570493 País: CHINA Mãe: FENGMIN LIN Pai: KEHUAI GUO; Processo: 47039001845201703 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JING WANG Data Nascimento: 02/04/1977 Passaporte: E92896448 País: CHINA Mãe: ZHAOYING GAO Pai: QINGKE WANG; Processo: 47039001847201794 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHANGSHENG SHAO Data Nascimento: 15/05/1993 Passaporte: E93181830 País: CHINA Mãe: YANLING GUO Pai: HANQUN SHAO; Processo: 47039001850201716 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIANG YANG Data Nascimento: 15/03/1987 Passaporte: E93163131 País: CHINA Mãe: HONGPING ZHANG Pai: WEITONG YANG; Processo: 47039001852201705 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WENFENG WANG Data Nascimento: 18/08/1988 Passaporte: E82049081 País: CHINA Mãe: SHURONG JIAO Pai: FUYE WANG; Processo: 47039001855201731 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QIZHUANG ZHENG Data Nascimento: 28/05/1990 Passaporte: E56377663 País: CHINA Mãe: JIRONG ZHONG Pai: ZHONGWU ZHENG; Processo: 47039001856201785 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAICHAO WU Data Nascimento: 01/06/1985 Passaporte: E93908426 País: CHINA Mãe: YUMEI WANG Pai: GUANGHUA WU; Processo: 47039001857201720 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JINGCHENG LAN Data Nascimento: 16/06/1985 Passaporte: PE0721874 País: CHINA Mãe: CHUNFENG DU Pai: JUNLIANG LAN; Processo: 47039001894201738 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YIN CHEN Data Nascimento: 21/08/1986 Passaporte: E78953459 País: CHINA Mãe: YIPING WU Pai: CHUANHONG CHEN; Processo: 47039001899201761 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHONGTAI ZHANG Data Nascimento: 17/01/1971 Passaporte: G34023160 País: CHINA Mãe: LANFANG WANG Pai: ANJU ZHANG; Processo: 47039001900201757 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHEN ZHAO Data Nascimento: 12/12/1988 Passaporte: E74923073 País: CHINA Mãe: QINGYUN LI Pai: CHANGQI ZHAO; Processo: 47039001901201700 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUOJIANG ZHOU Data Nascimento: 14/11/1973 Passaporte: G42527696 País: CHINA Mãe: XINTING YU Pai: GONGTING ZHOU; Processo: 47039001903201791 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIJUN ZHANG Data Nascimento: 04/04/1967 Passaporte: E91578027 País: CHINA Mãe: ZHAORONG WU Pai: Não informado; Processo: 47039001904201735 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WEI LI Data Nascimento: 22/02/1967 Passaporte: E22805708 País: CHINA Mãe: SHIE YAN Pai: Não informado; Processo: 47039001905201780 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIANG ZHANG Data Nascimento: 17/06/1987 Passaporte: E92898948 País: CHINA Mãe: WEIZHEN RAN Pai: HANSHUI ZHANG; Processo: 47039001911201737 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUN WU Data Nascimento: 02/11/1973 Passaporte: PE0924869 País: CHINA Mãe: YANRONG WANG Pai: YUCHEN WU; Processo: 47039000744201715 Empresa: EL YAMANI & IBRAHIM LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zaki El Yamani Data Nascimento: 10/06/1980 Passaporte: RL 2484229 País: LÍBANO Mãe: Hala El Yamani Pai: Mohamad El Yamani; Processo: 47039000979201707 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN STANISLAS MARIE BRUNET-LECOMTE Data Nascimento: 11/04/1983 Passaporte: 13AI39751 País: FRANÇA Mãe: EMMANUELLE MARIE CHARLET BRUNET-LECOMTE Pai: HENRI JEAN PAUL BRUNET-LECOMTE; Processo: 47039001420201796 Empresa: INDUSTRIA DE BOLSAS TONIN DO NORDESTE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMONE CASIMIRO CARLESSI Data Nascimento: 28/06/1981 Passaporte: YA6206064 País: ITÁLIA Mãe: SILVANA BARANZONI Pai: GIUSEPPE CARLESSI; Processo: 47039001517201707 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC HAAN Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: 14AF51130 País: FRANÇA Mãe: GABY ASCUI Pai: ANDRÉ HAAN; Processo: 47039001588201700 Empresa: INSTITUTO EDUCACIONAL SOKA DO BRASIL - IESB Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA FERNANDA SANCHEZ ANTONETTI Data Nascimento: 20/05/1981 Passaporte: 081911248 País: VENEZUELA Mãe: VIOLETA ANTONETTI BOADA Pai: CARLOS JOSÉ SANCHEZ ROJAS; Processo: 47039001662201780 Empresa: CONSORCIO ALUMINI-ICSK-FJEPC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUIHUANG LIU Data Nascimento: 23/10/1983 Passaporte: E 86999289 País: CHINA Mãe: YUEHUA LIU Pai: SHUNLONG LIU; Processo: 47039001704201782 Empresa: HIMAFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO DOS SANTOS FONSECA REDUTO MONTEIRO Data Nascimento: 05/02/1974 Passaporte: M734195 País: PORTUGAL Mãe: MARIA AUGUSTA DOS SANTOS FONSECA MONTEIRO Pai: JOSÉ REDUTO MONTEIRO; Processo: 47039001703201738 Empresa: ALVAREZ & MARSAL REESTRUTURACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN RAYMOND JEAN FRANCOIS MUNIER Data Nascimento: 14/02/1984 Passaporte: 11CK62332 País: FRANÇA Mãe: MARIE YVONNE MUNIER Pai: JEAN-FRANCOIS MUNIER; Processo: 47039001714201718 Empresa: AGENCIA JUDAICA DE INTERCAMBIO CULTURAL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NOFAR COHEN Data Nascimento: 15/05/1991 Passaporte: 13548457 País: ISRAEL Mãe: Mazal Cohen Pai: Shmuel Cohen; Processo: 47039001806201706 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stephan Benthe Data Nascimento: 18/01/1973 Passaporte: C1XC8ZY6W País: ALEMANHA Mãe: Margarete Benthe Pai: Gerd-Peter Benthe; Processo: 47039001808201797 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ano(s) Estrangeiro: AMARNATH THANARAJ Data Nascimento: 11/02/1987 Passaporte: G9532136 País: ÍNDIA Mãe: INDIRA Pai: THANARAJ; Processo: 47039001809201731 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SRINIVAS RAGHAVAN RAVINUTALA Data Nascimento: 28/01/1986 Passaporte: N7746803 País: ÍNDIA Mãe: ADI LAKSHMI RAVINUTALA Pai: VENKATAPPAIAH RAVINUTALA; Processo: 47039001882201711 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN FACUNDO KLEIN Data Nascimento: 01/12/1981 Passaporte: AAB662276 País: ARGENTINA Mãe: MARIA ALEJANDRA DEL LUJÁN KLEIN Pai: OMAR ABEL SCHIL; Processo: 47039001883201758 Empresa: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI UHATA Data Nascimento: 22/07/1974 Passaporte: TK2025581 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO UHATA Pai: YOSHIAKI UHATA; Processo: 47039001944201787 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEATHER RASAMEETHAM Data Nascimento: 29/10/1990 Passaporte: 445684222 País: EUA Mãe: BARBARA DEAN ALEXANDER Pai: SOMKID RASAMEETHAM; Processo: 47039001943201732 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMY MARIE CIGAINERO Data Nascimento: 03/02/1978 Passaporte: 451848382 País: EUA Mãe: NORMA SUE CROSNOE Pai: JERRY ANTHONY CIGAINERO; Processo: 47039001923201761 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ANTONIO D'ALMEIDA Data Nascimento: 31/07/1964 Passaporte: 488253069 País: EUA Mãe: VIRGINIA MARIA D'ALMEIDA Pai: CARLOS ANTONIO D'ALMEIDA.

Temporário - Com Contrato - RN 121 - Resolução Normativa, de 08/03/2016:

Processo: 47039002120201724 Empresa: ESPORTE CLUBE SANTO ANDRE Prazo: 18 Mês(es) Estrangeiro: Daniel Isaac Navas Escoto Data Nascimento: 12/05/1998 Passaporte: E960820 País: HONDURAS Mãe: Nadia Yael Escoto Garcia Pai: José Isacc Navas Baca; Processo: 47039002157201752 Empresa: BATATAIS FUTEBOL CLUBE Prazo: 10 Mês(es) Estrangeiro: JAEWOO PARK Data Nascimento: 26/01/1993 Passaporte: M93393206 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Bok Sun Kang Pai: Jong Yun Bak.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039002205201711 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dominique, Jacques, François-Louis Lelouey Passaporte: 09PV86249; Processo: 47039002207201700 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tristan, Marie, Morgann CHAURIS Passaporte: 16AF63692; Processo: 47039002208201746 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jérôme, Jean, René PETITBOIS Passaporte: 17AC84739; Processo: 47039002238201752 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stéphane, Jöel, Claude BOURDON Passaporte: 12AK45589; Processo: 47039002242201711 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bernard Le Roy Passaporte: 10AD85011; Processo: 47039002245201754 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antoine Sylvain Jacques Lefillastre Passaporte: 17AA58066; Processo: 47039002247201743 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sébastien, David Yvon Roulland Passaporte: 10AP51690; Processo: 47039002248201798 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jérôme, Nicolas OCANA de SENTUARY Passaporte: 14CV13852.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039001506201719 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NG WEY BOON Passaporte: E4295555F; Processo: 47039001737201722 Empresa: OSSA BRASIL EN E OBRAS SUBTERRANEAS LTDA Prazo: até 03/09/2017 Estrangeiro: ARTUR PIOTR ZAWIEJA Passaporte: ED4196441; Processo: 47039001129201718 Empresa: SOLLUTION ROBOTICS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Javier Quintanal Iriarte Passaporte: AAK050965; Processo: 47039001273201754 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRADLEY THOMAS BENOIT Passaporte: 453823035; Processo: 47039001279201721 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACOB MICHAEL FANGUE Passaporte: 506485715; Processo: 47039001428201752 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOHAMED SABER HADAD MOHAMED ABOUHUSSIEN Passaporte: A19558268; Processo: 47039001640201710 Empresa: SOBRAL I SOLAR ENERGIA SPE LTDA. Prazo: até 25/01/2018 Estrangeiro: Fernando Luis Colon Laborde Passaporte: 484827069; Processo: 47039001641201764 Empresa: SOBRAL I SOLAR ENERGIA SPE LTDA. Prazo: até 25/01/2018 Estrangeiro: Francisco Jose Gay Rodriguez Passaporte: AAA721365; Processo: 47039001642201717 Empresa: SOBRAL I SOLAR ENERGIA SPE LTDA. Prazo: até 25/01/2018 Estrangeiro: Ruben Dario Aleman Motoa Passaporte: AR524463; Processo: 47039001715201762 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEKAR KRISHNASAMY Passaporte: K5814109; Processo: 47039001716201715 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GLADWYN DSOUZA Passaporte: N7675956; Processo: 47039001718201704 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARVIN ANDAL SARMIENTO Passaporte: EB7082496; Processo: 47039001719201741 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AMANTE BUENVIAJE ILAGAN Passaporte: EB9729018; Processo: 47039001721201710 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAYARAMAN RENGASAMY Passaporte: N9527201; Processo: 47039001722201764 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JERRY BAES GERONA Passaporte: EB8731982; Processo: 47039001723201717 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROYBEN MANEJA LIDAY Passaporte: EC6939413; Processo: 47039001724201753 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSELITO CABAGUIO SALINAS Passaporte: P1883460A; Processo: 47039001726201742 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TEDDY IMPERIAL GARCIA Passaporte: EC0724510; Processo: 47039001727201797 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOEY DEL MUNDO ADAJAR Passaporte: EB9960692; Processo: 47039001885201747 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SELVAKUMAR JAYARAMAN Passaporte: L0069368; Processo: 47039001893201793 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QUA BOON KENG Passaporte: E5335393J; Processo: 47039001895201782 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARULBERCHMANS RAJU Passaporte: L0070704; Processo: 47039001896201727 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REY TULIAO LUCES Passaporte: EB8502881; Processo: 47039001908201713 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUPRAMANIYAN NATARAJAN Passaporte: K0874132; Processo: 47039001910201792 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAN CHUAN SHIN Passaporte: E5621275J; Processo: 47039001912201781 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THENNAVAN RAMASAMY Passaporte: K0713557; Processo: 47039001913201726 Empresa: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TEO TECK HEE Passaporte: E3041117H.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041000646201721 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: CRAIG THOMAS FORSTER Passaporte: 720083805 Estrangeiro: Colin Ian Thomson Passaporte: 099094450 Estrangeiro: DENIS ANAK TAMAN Passaporte: K27193590 Estrangeiro: DENNIS MARCO LITERAL GARCES Passaporte: EC7982987 Estrangeiro: ERIK SEBASTIAN ROBERS Passaporte: NS8DP95K3 Estrangeiro: FEIJO VAN DER MEIJDEN Passaporte: NY4JK2PF2 Estrangeiro: HUBERT SANGREO NAZARENO Passaporte: EB9093610; Processo: 47041000703201771 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 15/07/2018 Estrangeiro: KAMIL KRZEMIEN Passaporte: AU8211046; Processo: 47041000747201700 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ MICHAL NOWAK Passaporte: EA2409687; Processo: 47041000749201791 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Andrzej Olszewski Passaporte: EK4950956; Processo: 47041000784201718 Empresa: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: até 24/02/2018 Estrangeiro: Ignotas Macius Passaporte: 22523014 Estrangeiro: Ivica Kusanovic Passaporte: 032074478 Estrangeiro: Maciej Aleksander Nowak Passaporte: ED2921243 Estrangeiro: Victor Konichenko Passaporte: 729300006 Estrangeiro: Zdravko Kostadinov Kolev Passaporte: 382305999; Processo: 47041000791201710 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 12/06/2017 Estrangeiro: RODERICK BRUCAL BUNQUIN Passaporte: EC7403941; Processo: 47041000827201757 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tracey Francis Daigle Passaporte: 446507972; Processo: 47041000830201771 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Joebert Coutinho Passaporte: J9747409; Processo: 47041000842201703 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Errikos Mas Passaporte: AN0545831 Estrangeiro: Joel Macadaeg Fernandez Passaporte: EC0545929 Estrangeiro: Lino Jardeleza Marquez Passaporte: EC0072633; Processo: 47041000843201740 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: Rajendra Kumar Kaler Passaporte: H5913698; Processo: 47041000844201794 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jorge José Filipe Arez Passaporte: N917206; Processo: 47041000845201739 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/01/2018 Estrangeiro: Chetankumar Manilal Tandel Passaporte: J4305366; Processo: 47041000846201783 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Viktor Zamota Passaporte: EX034694; Processo: 47041000848201772 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: TOM SPERNA WEILAND Passaporte: NPB896255; Processo: 47041000849201717 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/02/2018 Estrangeiro: ROBIN GABRIEL ARKENSTEIJN Passaporte: NM6R113J4; Processo: 47041000850201741 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: JOHN EJSING Passaporte: 206004400; Processo: 47041000851201796 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 23/07/2017 Estrangeiro: Evgeni Antonov Evstatiev Passaporte: 382585036; Processo: 47041000852201731 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: AUDRIUS LIAUCYS Passaporte: 23559296; Processo: 47041000853201785 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2017 Estrangeiro: Jonfer Celindro Ardina Passaporte: EC4989375 Estrangeiro: Nelson Gimeno Flores Passaporte: EC6452106; Processo: 47041000854201720 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: MINDAUGAS GEDMINTAS Passaporte: 22704161; Processo: 47041000855201774 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vladimir Eremeev Passaporte: 730673282; Processo: 47041000856201719 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Estrangeiro: Jaiprakash Yadav Passaporte: Z3144165; Processo: 47041000857201763 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vladimir Shugalo Passaporte: 516415068; Processo: 47041000858201716 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Jérôme Jacques Jaouen Passaporte: 13AV46470; Processo: 47041000859201752 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2017 Estrangeiro: Florante Suson Passaporte: EC6430367; Processo: 47041000860201787 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Raphaelle Valérie Morgane Gac Passaporte: 17FV00046 Estrangeiro: Victor Pierre Michel Marais Passaporte: 10CZ93323; Processo: 47041000865201718 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 10/01/2018 Estrangeiro: ANTONIO CORVINO Passaporte: AA5289378 Estrangeiro: GIOVANNI AMBROSINO Passaporte: YA8369261 Estrangeiro: GIUSEPPE ABBRUZZESE Passaporte: AA3053140 Estrangeiro: ILLIA KOMIAGIN Passaporte: EH624232 Estrangeiro: MARIO URAS Passaporte: AA3515504 Estrangeiro: NICOLAE-SORIN ILISEI Passaporte: 052742164 Estrangeiro: OLEKSANDR IVANCHENKO Passaporte: ET262613 Estrangeiro: PASQUALE ESPOSITO Passaporte: AA3331478 Estrangeiro: VICENTIU BOGDAN COVASNEANU Passaporte: 15310117 Estrangeiro: WARDEN BEN HADJ YOUSSEF Passaporte: YA5202530; Processo: 47041000861201721 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/12/2017 Estrangeiro: Michael Parreno Angelo Passaporte: EC6734035; Processo: 47041000862201776 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2017 Estrangeiro: Vikash Kumar Rathore Passaporte: J3651435; Processo: 47041000864201765 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Efstathios Grivos Passaporte: AN0840041; Processo: 47041000863201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Robert Joseph Daigle Jr Passaporte: 508996153; Processo: 47041000866201754 Empresa: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Trevor Terence Brand Passaporte: M00055814; Processo: 47041000867201707 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: EGBERT BLOMMAERT Passaporte: NU27C8064 Estrangeiro: JOHANNES ARNOLDUS ANTONIUS VAN DELFT Passaporte: BW020CBK6 Estrangeiro: MARCO MUETSTEGE Passaporte: NM7R418L5 Estrangeiro: SANDER STEEL Passaporte: EK252726 Estrangeiro: VICTOR FREDERIC KNUST Passaporte: NW4BB19K5; Processo: 47041000868201743 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: Armand Oscar Esser Passaporte: BWKOFD797 Estrangeiro: DANIEL ANAK MATHEW AMIT Passaporte: K27542066 Estrangeiro: GISCARD CALIMAG ALLAM Passaporte: P0264015A Estrangeiro: KOH TAT KIM Passaporte: A32399169 Estrangeiro: Minggu Anak Francis Esun Passaporte: K27937874; Processo: 47041000869201798 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: ALEXANDER CHARLES BERNHARDT DE VRIES Passaporte: 209144132 Estrangeiro: FERNANDO DE LA GARZA Passaporte: 529546106 Estrangeiro: Fandi Anak Chipping Passaporte: K37313705 Estrangeiro: MAARTEN HENDRIK VERWEEL Passaporte: PT9132478 Estrangeiro: MATKO MORIC Passaporte: 220917137 Estrangeiro: SHAUN JAMES MACLEAN Passaporte: 508916925; Processo: 47041000870201712 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 10/01/2018 Estrangeiro: ANTONIO UNGARO Passaporte: AA2761104 Estrangeiro: CATALIN SAMOILA Passaporte: 14708261 Estrangeiro: FLORIN ROMAN Passaporte: 14858561 Estrangeiro: FRANCESCO PENNA Passaporte: YA9202977 Estrangeiro: KYRYLO VYSHNIAKOV Passaporte: EP718991 Estrangeiro: LAURENTIU VLAD Passaporte: 14678653 Estrangeiro: MARIO PELLEGRINO Passaporte: YA1337078 Estrangeiro: SALVATORE SASSO Passaporte: YA9255264 Estrangeiro: TOMMASO CIAMPOLI Passaporte: YA3717432 Estrangeiro: TONI ZIKOVIC Passaporte: AA3046811; Processo: 47041000872201710 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Dimitrios Tsirigotis Passaporte: AN3847661; Processo: 47041000873201756 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jeffery Eugene Noel Passaporte: 487324105; Processo: 47041000875201745 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ryszard Jozef Howsa Passaporte: EH7342443; Processo: 47041000874201709 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kevin Devon O`Neal Passaporte: 454576354; Processo: 47041000876201790 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shawn James Mulley Passaporte: 432557165; Processo: 47041000878201789 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danny Wayne McKnight Passaporte: 522687864; Processo: 47041000880201758 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Eirik Angell Passaporte: 30724018; Processo: 47041000881201701 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emil Wallmann Passaporte: 29026594; Processo: 47041000882201747 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONNIE IAN TODD Passaporte: 502714078; Processo: 47041000883201791 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE

INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: JAKOB MARCUS DORLAND Passaporte: NX88OFPK4 Estrangeiro: SIEGFRIED WILHELM MARTINEZ Passaporte: NSFF0FLB0; Processo: 47041000884201736 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 20/06/2017 Estrangeiro: Mahendra Bhimji Fulbariya Passaporte: N5066686; Processo: 47041000885201781 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dan Kevin Kristiansen Passaporte: 27755565; Processo: 47041000887201770 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hongbing Fan Passaporte: E44087404 Estrangeiro: Huabin Shi Passaporte: PE1053958 Estrangeiro: Zhongqiang Hu Passaporte: PE0943825; Processo: 47041000886201725 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Ariel Duazo Fadol Passaporte: P1465349A; Processo: 47041000888201714 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL STEPHEN SENIOR Passaporte: 529154263; Processo: 47041000892201782 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/08/2017 Estrangeiro: PATRICK JOHN ALEXANDER GALBRAITH Passaporte: 652719417; Processo: 47041000890201793 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 10/01/2018 Estrangeiro: ANIELLO TRAPANESE Passaporte: AA3995238 Estrangeiro: ANTONIO ARMONIA Passaporte: YA6428076 Estrangeiro: CARMELO MESSINA Passaporte: YA2261655 Estrangeiro: CIRO CORVINO Passaporte: YA6188179 Estrangeiro: DANIEL-FLORENTIN SARPE Passaporte: 052756900 Estrangeiro: DOMENICO SACCO Passaporte: AA5059636 Estrangeiro: FABIO FATUZZO Passaporte: AA2702382 Estrangeiro: FRANCESCO ABAZIA Passaporte: YA7981405 Estrangeiro: FRANCESCO DE VITA Passaporte: YA4728692 Estrangeiro: GENNARO CIBELLI Passaporte: YA3053817 Estrangeiro: GENNARO VITIELLO Passaporte: YA0533085 Estrangeiro: GIANLUCA BIONDI Passaporte: YA0984146 Estrangeiro: GIANNI MATTONE Passaporte: YA3772966 Estrangeiro: GIOVANNI LUCIDO Passaporte: AA5051005 Estrangeiro: GIOVANNI SARDELLA Passaporte: AA3962895 Estrangeiro: MARICEL CIOBEICA Passaporte: 13676199 Estrangeiro: MARINO PETROVIC Passaporte: YA1743849 Estrangeiro: MATTEO DELRE Passaporte: AA5137257 Estrangeiro: MAURO MOZZILLO Passaporte: YA2175235 Estrangeiro: NICOLAE DUMITRU Passaporte: 054333908 Estrangeiro: OLEGS MAHINS Passaporte: LV5001881 Estrangeiro: OMAR SPADOLA Passaporte: YA8743276 Estrangeiro: RAFFAELE MARTORANA Passaporte: YA7812206 Estrangeiro: SALVATORE ALEX MARINO Passaporte: YA8458405 Estrangeiro: SALVATORE VITIELLO Passaporte: YA9889283 Estrangeiro: TEODORO TERRACCIANO Passaporte: YA9508435; Processo: 47041000889201769 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 05/05/2018 Estrangeiro: LUCA RAGGI Passaporte: YA7175138; Processo: 47041000894201771 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: FLEMMING BANG Passaporte: 209372855.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039001224201711 Empresa: ZODIO BRASIL COMERCIO DE ACESSORIOS UTENSILIOS DOMESTICOS E ALIMENTOS S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARGAUX AUDREY DELABIE Passaporte: 10AD82663; Processo: 47039002054201792 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL MEDINA RODRIGUEZ Passaporte: 056609060; Processo: 47039002056201781 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL DAVID LEYVA GARCIA Passaporte: 065381795; Processo: 47039002127201746 Empresa: BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAHIRO IWADO Passaporte: TR7643643; Processo: 47039002151201785 Empresa: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KAREN LIZBETH RODRIGUEZ GARCIA Passaporte: G14507588; Processo: 47039002153201774 Empresa: SKADDEN, ARPS, SLATE, MEAGHER & FLOM CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO VILLALOBOS RAMOS Passaporte: E13917054; Processo: 47039002152201720 Empresa: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLARISSA LUZ CERVANTES ALMADA Passaporte: G18667459.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039001962201769 Empresa: BENEDICTO ABEL TRACA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JUMA SALVADOR CAPELA Passaporte: 12AC64206 Valor Total do Evento (R$): 1800.00; Processo: 47039002101201706 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Amélie Manon Belin Passaporte: 13BB14564 Valor Total do Evento (R$): 103950.00 Estrangeiro: Ayako Matsunaga Passaporte: TK3165932 Estrangeiro: Blandine Marte Raymonde Chemin Passaporte: 14AC20630 Estrangeiro: Chouchane Ossana Siranossian Passaporte: 16CT79390 Estrangeiro: Christian Norbert Staude Passaporte: C4TY6J9FC Estrangeiro: David Glidden Passaporte: GA325824 Estrangeiro: Emily Charlotte Robinson Passaporte: 540607081 Estrangeiro: Jon Olaberria Lopez-Quintana Passaporte: XDA963016 Estrangeiro: Josep Casadella Cunillera Passaporte: PAD343695 Estrangeiro: Jérôme Huille Passaporte: 14DP19287 Estrangeiro: Karine Virginie Crocquenoy Passaporte: 13BD10688 Estrangeiro: Laura Helene Duthuillé Passaporte: 11CK41775 Estrangeiro: Laurence Claire Martinaud ép Nael Passaporte: 15DF00681 Estrangeiro: Lilya Slavny Passaporte: 21683083 Estrangeiro: Lucien Marie Philippe Pagnon Passaporte: 16CC32836 Estrangeiro: Maria Françoise Mosconi Passaporte: 13AF08574 Estrangeiro: PHILIPPE BERNARD JAROUSSKY Passaporte: 13FV32311 Estrangeiro: Paul-Marie Beauny Passaporte: 14DH24466 Estrangeiro: Pierre Eric Nimylowycz Passaporte: 11CA33698 Estrangeiro: Rachel Claire Rowntree Passaporte: 521159483 Estrangeiro: Takashi Watanabe Passaporte: TR5388274; Processo: 47039002106201721 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMINE ABBAS Passaporte: 13BF76411 Valor Total do Evento (R$): 152425.00 Estrangeiro: LAURENT JOSEPH ATTAL Passaporte: 15FV12835; Processo: 47039002155201763 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL ENRIQUE GOMEZ Passaporte: 545819537 Valor Total do Evento (R$): 28350.00; Processo: 47039002156201716 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPH LIEBING Passaporte: C5HTL0NXK Valor Total do Evento (R$): 44100.00 Estrangeiro: JONAS JOHANNES KOPINSKI Passaporte: C6HMVR6JG; Processo: 47039002163201718 Empresa: CACA PRATES EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA - ME Prazo: 25 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Laing Passaporte: 511301256 Valor Total do Evento (R$): 5700.00 Estrangeiro: David Michael Geggus Passaporte: 508936616 Estrangeiro: Jeffrey Paul Geggus Passaporte: 525589883 Estrangeiro: Vincent Stanley Riordan Passaporte: 513053343; Processo: 47039002162201765 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS JOSEPH FERRER Passaporte: 548460791 Valor Total do Evento (R$): 28350.00; Processo: 47039002164201754 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO TORRES VARELA Passaporte: XDC183426 Valor Total do Evento (R$): 43240.00; Processo: 47039002166201743 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANIL YADAV Passaporte: BNLC653B8 Valor Total do Evento (R$): 28350.00 Estrangeiro: FEDDE JOLNER LE GRAND Passaporte: BJ97PHB69; Processo: 47039002167201798 Empresa: METROPOLITANA GESTAO CULTURAL - EIRELI - ME Prazo: 50 Dia(s) Estrangeiro: CECILIA FERNANDA MOYA RIVERA Passaporte: F14042307 Valor Total do Evento (R$): 11700.00 Estrangeiro: MARÍA JOSE JAÑA ZÚÑICA Passaporte: F12038010 Estrangeiro: PEDRO SEPÚLVEDA CRUZ-COKE Passaporte: F10352310; Processo: 47039002168201732 Empresa: DIOGO ANDRADE TELES Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Yedidia Yosef Ezra Passaporte: 10941291 Valor Total do Evento (R$): 12000.00; Processo: 47039002169201787 Empresa: WARUNG PROMOCOES E EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: GUY MANZUR Passaporte: 29035442 Valor Total do Evento (R$): 16300.00; Processo: 47039002170201710 Empresa: WARUNG PROMOCOES E EVENTOS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PATRICE LIBAAN BAUMEL Passaporte: C4VRR063W Valor Total do Evento (R$): 19500.00; Processo: 47039002171201756 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: CRISTIANO GABRIELE GUALCO Passaporte: YA2095798 Valor Total do Evento (R$): 4950.00; Processo: 47039002172201709 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: SIMONE GRAMAGLIA Passaporte: YA3733048 Valor Total do Evento (R$): 4950.00; Processo: 47039002177201723 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALLEN JAVIER TAGLE Passaporte: 442710875 Valor Total do Evento (R$): 27562.50 Estrangeiro: CARMINE CONTE Passaporte: YA6552962 Estrangeiro: ELIOT PAULINA SUMNER Passaporte: 537089610 Estrangeiro: MATTEO MILLERI Passaporte: YV0590884; Processo: 47039002201201724 Empresa: GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANISIA MOERMAN Passaporte: EM660252 Valor Total do Evento (R$): 70000.00 Estrangeiro: DAVID MICHAEL GUENETTE Passaporte: HK981621 Estrangeiro: SAUL STACEY WILLIAMS Passaporte: 435528801 Estrangeiro: THAVUIS AJABU COUSIN-BECK Passaporte: 434317529; Processo: 47039002183201781 Empresa: TOP CAT PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS, ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANNE HASLAM Passaporte: 761312671 Valor Total do Evento (R$): 58460.00 Estrangeiro: CHARLES THOMAS DESCARFINO Passaporte: 555659787 Estrangeiro: DAVID MICHAEL NEWMAN Passaporte: 531162038 Estrangeiro: DAVID PAUL TESAR Passaporte: 469317082 Estrangeiro: DENIM BRIDGES Passaporte: 707544933 Estrangeiro: LEONARD TRAVERSA Passaporte: AA3736784 Estrangeiro: MARK LAMPARIELLO Passaporte: 545580815 Estrangeiro: THOMAS GERARD BRISLIN Passaporte: 462322114; Processo: 47039002188201711 Empresa: TOP CAT PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS, ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID FRANCIS HONE Passaporte: 518780776 Valor Total do Evento (R$): 47400.00 Estrangeiro: DENNIS ARNOLD DREW III Passaporte: 550605984 Estrangeiro: ERIC THOMAS CLAUSS Passaporte: 438245122 Estrangeiro: INGA ANITRA YANOSKI Passaporte: 461611154 Estrangeiro: JEFFREY OWEN ERICKSON Passaporte: 557641948 Estrangeiro: JEROME STANLEY AUGUSTYNIAK Passaporte: 543195149 Estrangeiro: JOHN COSMO LOMBARDO Passaporte: 444909082 Estrangeiro: MARIA KUCHERENKO Passaporte: 531055487 Estrangeiro: MARY JEANNE RAMSEY Passaporte: 468290489 Estrangeiro: RILEY STEVEN GUSTAFSON Passaporte: 475717035 Estrangeiro: RYAN JOSEPH ANKENBAUER Passaporte: 493806526 Estrangeiro: SCOT DOUGLAS BARTON Passaporte: 469265432 Estrangeiro: STEVEN EDWIN GUSTAFSON Passaporte: 549447753; Processo: 47039002192201771 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DEVON JAMES STEWART Passaporte: 548460688 Valor Total do Evento (R$): 17000.00 Estrangeiro: NICOLA AL MODABER Passaporte: 720034917; Processo: 47039002241201776 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARCEL HEINZ KASKELINE Passaporte: C3J1ZLFHR Valor Total do Evento (R$): 17649.00; Processo: 47039002206201757 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: PAOLO ANDREOLI Passaporte: YA4450058 Valor Total do Evento (R$): 4950.00; Processo: 47039002209201791 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: GIOVANNI SCAGLIONE Passaporte: AA1986428 Valor Total do Evento (R$): 4950.00; Processo: 47039002224201739 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Cornelius Tilman Rambadt Passaporte: C6XTM9X6T Valor Total do Evento (R$): 31500.00 Estrangeiro: KEVIN RICHARD RUSSELL Passaporte: 505600564 Estrangeiro: LOLL HORST Passaporte: C2JXZTX00 Estrangeiro: MARC BRUNKHARDT Passaporte: C5N7677YT Estrangeiro: MATTHIAS PAUL ROHR Passaporte: C4FRCTXYT Estrangeiro: MICHAEL MAINX Passaporte: C8X6W5PCO Estrangeiro: MICHAEL SCHWEIZER Passaporte: C97W64TMO Estrangeiro: PETER BENNO SCHOROWSKY Passaporte: C4YLX3J37 Estrangeiro: PETER JOACHIM FALKE Passaporte: C8RZZ9752 Estrangeiro: STEPHAN WEIDNER Passaporte: C4V81XH9T; Processo: 47039002227201772 Empresa: SALT CONTEUDO ARTISTICO LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MAURICE FRANKLIN FULTON Passaporte: 465008909 Valor Total do Evento (R$): 11550.00; Processo: 47039002240201721 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TUCKER RAYMOND HALPERN Passaporte: 479616806 Valor Total do Evento (R$): 3110.00; Processo: 47039002243201765 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SOPHIE ELLEN HAWLEY-WELD Passaporte: 488715510 Valor Total do Evento (R$): 3110.00; Processo: 47039002246201707 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL MADDEN Passaporte: 546193195 Valor Total do Evento (R$): 3110.00; Processo: 47039002251201710 Empresa: THE WEEK ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: FRANK THOMAS KNEBEL-JANSSEN Passaporte: C3JPRZX56 Valor Total do Evento (R$): 10000.00.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039001010201745 Empresa: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DEOLINDO NUNES DE BARROS Data Nascimento: 17/04/1975 Passaporte: J316669 País: CABO VERDE Mãe: ROSALINA NUNES TAVARES Pai: BENVINDO LANDIM DE BARROS.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039001680201761 Empresa: DREES & SOMMER DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SIMON MARTIN GIRNTKE Passaporte: C5NHY6P47; Processo: 47039001783201721 Empresa: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACAO E POTENCIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Luís Henrique Marcelino Alves Delgado Passaporte: P068457; Processo: 47039001784201776 Empresa: POWER SOLUTIONS BRASIL SISTEMAS DE AUTOMACÃO E POTENCIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Paulo Jorge Rabaça Vaz Passaporte: M068388; Processo: 47039001974201793 Empresa: AMCEL - AMAPA FLORESTAL E CELULOSE S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: YUJI NARUSE Passaporte: TK5833830 Estrangeiro: YUJI NARUSE Passaporte: TK5833830; Processo: 47039001989201751 Empresa: AZUMA KIRIN INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEITA WADA Passaporte: TK3646701; Processo: 47039002004201713 Empresa: MITSUBISHI INDUSTRIAS PESADAS DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHINGO UEDA Passaporte: TK9315548 Estrangeiro: SHINGO UEDA Passaporte: TK9315548; Processo: 47039002044201757 Empresa: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JESUS ENRIQUE BOSQUE ZANCAJO Passaporte: AAF853466; Processo: 47039002095201789 Empresa: GAS NATURAL SAO PAULO SUL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Eduardo Cardenal Rivera Passaporte: AAI514303.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039000478201712 Empresa: DELEBRO CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JUAN CRUZ SAN MARTIN AGUADO Passaporte: PAA 476940; Processo: 47039000489201701 Empresa: DELEBRO CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE IGNACIO GIL VALGAÑON Passaporte: AAG653096.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038028360201688 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Romeo Mabida Zurita RNE: V723331-N Prazo: até 03/11/2017; Processo: 47038028362201677 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Ioannis Voxakis RNE: V803049-L Prazo: até 03/11/2017; Processo: 47038000171201721 Requerente: GOLAR SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA Estrangeiro: Alberto Jr. Maldo Lanugan RNE: G118638-T Prazo: até 04/09/2017; Processo: 47038000302201771 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Jose Limbaring Dizon RNE: G137462-X Prazo: até 29/01/2018; Processo: 47038000404201796 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Jun Ybanez Santos RNE: G148384-G

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000406201785 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Clive Joaquim da Cunha RNE: G155015-J Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000407201720 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Domingo Estantilla Padua RNE: G172969-0 Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000408201774 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Igor Pivcevic RNE: G145196-W Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000409201719 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Jeanesis Odiada Condez RNE: G145202Q Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000410201743 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Magno Natalaray Mabanes RNE: G148325-W Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000411201798 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Praveen Narwal RNE: G145187-X Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000412201732 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Simranjit Singh RNE: G151128-Q Prazo: até 18/02/2018; Processo: 47038000722201757 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Rene Anima Santolorin Prazo: até 29/01/2018; Processo: 47038000736201771 Requerente: GOLAR SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA Estrangeiro: Feri Hariyanto RNE: V655434-T Prazo: até 04/09/2017; Processo: 47038000738201760 Requerente: CIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL Estrangeiro: Ashok Kumar Ramesh Chandra Choudhary RNE: V828982-0 Prazo: até 15/06/2017; Processo: 47038000739201712 Requerente: SAPURA NAVEGAÇÃO MARITIMA S.A Estrangeiro: ALASTAIR MACLEAN RNE: V146229-1 Prazo: até 09/03/2019; Processo: 47038000744201717 Requerente: SEADRILL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Jim Chee Siang Prazo: até 26/04/2018; Processo: 47038000745201761 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ALEXANDRE RODRIGUES RNE: V581503-8 Prazo: até 01/04/2019; Processo: 47038000746201714 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Adi Arman RNE: G122456-M Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000747201751 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Alex Soosiah RNE: G093537-J Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000748201703 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Antonio Pranjic RNE: G095688-P Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000749201740 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Avijit Bonnerjee RNE: G092666-D Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000751201719 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Lloyd Dean Greer RNE: V125758-J Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000750201774 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Benny John Davis RNE: G125107-W Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000752201763 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: David Buchan RNE: G181265-Z Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000753201716 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Deepak Velandy RNE: G095512-P Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000754201752 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Gregory Clayton Maxey RNE: G237829-8 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000755201705 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Josip Dujmovic RNE: G125073-N Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000757201796 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Nikica Kruzic RNE: G092395-I Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000758201731 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Ivan Paladin RNE: G105044-5 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000759201785 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Jean-Louis Daniel Lafont RNE: V132199-1 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000761201754 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: VIKAS BAPU MANE RNE: V392475-R Prazo: até 12/06/2017; Processo: 47038000762201707 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: John Carroll Toms RNE: V379123-Z Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000763201743 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Mohamed Hosny Said Elfeky RNE: G095590-5 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000765201732 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Kevin Joseph Clifton Rose RNE: G092568-D Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000764201798 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Stephen Alexander Smith RNE: G307890-G Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000766201787 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Sanjin Rukavina RNE: G092588-7 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000768201776 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Nenad Nerat RNE: G092386-J Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000767201721 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Robert Alexander Paterson RNE: G095594-Y Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000769201711 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Rimau Anak Tengoling RNE: G093752-F Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000770201745 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Graeme Jonathan Harms RNE: G092663-J Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000771201790 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Ricky McNeal Walley RNE: G125097-9 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000772201734 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Raphael Varghese Chembakassery RNE: V850618-U Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000773201789 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Paulus Bernardus Arkes RNE: V170342-8 Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000774201723 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Przemyslaw Markowski RNE: G104534-U Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000775201778 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Packiaseelan Gnanamony RNE: G094703-N Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000776201712 Requerente: TRANSOCEAN SERVIÇOS PETROLIFEROS LTDA Estrangeiro: Praveen Chidanand Pattar RNE: G093546-I Prazo: até 30/12/2017; Processo: 47038000777201767 Requerente: SEADRILL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Edward Casimir Isaacs Prazo: até 21/06/2018; Processo: 47038000778201710 Requerente: SEADRILL SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA Estrangeiro: Alexander Frank Ellington RNE: V808576A Prazo: até 26/04/2018; Processo: 47038000779201756 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Sadam Balyang Balladao RNE: G165466-H Prazo: até 24/11/2017; Processo: 47038000800201713 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ANDRII KÁLIUZHNYI RNE: G143722-A Prazo: até 24/02/2018; Processo: 47038000780201781 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Ronel Aliocod Claveria Prazo: até 24/11/2017; Processo: 47038000781201725 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Cristopher Gascon Dayagan RNE: G165438-M Prazo: até 24/11/2017; Processo: 47038000783201714 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Rene Langamin Clavecilla RNE: G016748-2 Prazo: até 09/03/2019; Processo: 47038000782201770 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Rovil Carmen Escaño RNE: G152816-0 Prazo: até 24/11/2017.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47038000167201763 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: AYE CHO RNE: G267397-U Prazo: até 27/05/2018; Processo: 47038000175201718 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ZHI CAI RNE: G267383-4 Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000176201754 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: WEIJUN ZHANG RNE: G281082-0 Prazo: até 02/07/2018; Processo: 47038000177201707 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JIAZHE WANG RNE: G267238-D Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000178201743 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CHUNLI YUAN RNE: G267234-L Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000179201798 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: CHANGPING HAN RNE: G267384-2 Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000180201712 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: LIU JUNMENG RNE: G266527-B Prazo: até 25/04/2018; Processo: 47038000182201710 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: YONGGANG CAO RNE: G267283-8 Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000183201756 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MUHUA LI RNE: G281063-3 Prazo: até 02/07/2018; Processo: 47038000184201709 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ARCHIMEDES LICUDINE PADILLA RNE: G263259-P Prazo: até 27/05/2018; Processo: 47038000185201745 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: RONGHE DONG RNE: G267413-L Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000186201790 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: DAOGUANG WANG RNE: G267406-I Prazo: até 28/05/2018; Processo: 47038000209201766 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: TOMOYA TSUJI RNE: G188895-4 Prazo: até 26/01/2018; Processo: 47038000320201752 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Estrangeiro: SASCHA KONRAD EUBEL RNE: G221877-X Prazo: até 06/08/2017; Processo: 47038000321201705 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Estrangeiro: RALPH FRIEDRICH GUNTER LUDICKE RNE: G221840-J Prazo: até 06/08/2017; Processo: 47038000468201797 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: MARIO JOSEPH SCHIEDA RNE: G190267-0 Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000514201758 Requerente: SIEMENS LTDA Estrangeiro: DENNIS JEREMY SCHÄRLING RNE: G180049-9 Prazo: até 21/01/2018; Processo: 47038000526201782 Requerente: SEPCO1 CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: FANQIANG MENG RNE: G026541-I Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000555201744 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA Estrangeiro: MINSOO MOK RNE: G235312-I Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000560201757 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA Estrangeiro: DOMENICO CARNUCCIO RNE: G236947-7 Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000563201791 Requerente: BHS - BRAZILIAN HELICOPTER SERVICES TAXI AEREO S.A. Estrangeiro: ROBERT WESLEY CHAPMAN RNE: V455995-3 Prazo: até 20/06/2018; Processo: 47038000590201763 Requerente: GERDAU ACOMINAS S.A. Estrangeiro: MARK JAMES HULLEY RNE: G231711-0 Prazo: 4 Mês(es); Processo: 47038000589201739 Requerente: GERDAU ACOMINAS S.A. Estrangeiro: MARK FOSTER RNE: G2419663-S Prazo: 4 Mês(es); Processo: 47038000591201716 Requerente: TECH MAHINDRA SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA Estrangeiro: SAMEER VILAS KULKARNI RNE: G246740-N Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000598201720 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JOEL BRIONES GARCIA RNE: G036896-C Prazo: até 07/03/2018; Processo: 47038000599201774 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MARCELINO BRIONES GARCIA RNE: V691753-9 Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000600201761 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JOHNDY VALIENTE JAUD RNE: G189748-C Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000601201713 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MICHAEL BONCAN MAGADIA RNE: G184607-I Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000605201793 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: ROGENE CARMELOTES MELGAR RNE: V833775-B Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000606201738 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: RESTY GARCIA DEL ROSARIO RNE: G030303-L Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000608201727 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: MD MAMUNUR RASHID RNE: G251511-K Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000609201771 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: SATHISH SELLAPERUMAL RNE: G195502-L Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000611201741 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: JOEL TORINO RAYOS RNE: G189079-T Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000613201730 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: PAUL STURMAN RNE: G174137-Z Prazo: 1 Ano(s); Processo: 47038000624201710 Requerente: DELTA FOODS BRASIL - COMERCIALIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Estrangeiro: JOSÉ MANUEL COSTA ANTUNES RNE: G243116-M Prazo: 1 Ano(s).

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) ANDERS OPEDAL exercer concomitantemente o cargo de Presidente na empresa: STATOIL DO BRASIL LIMITADA Processo: 47039.001377/2017-69, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.010164/2016-47.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) DUARTE NUNO VIANA DE OLIVEIRA BRAGA exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa: SPE ECB ME ENERGIA S/A Processo: 47039.001473/2017-15, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.024412/2012-86.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) PAULO ALEXANDRE COELHO ABRANCHES exercer concomitantemente o cargo de Direção na empresa PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA Processo: 47039.001476/2017-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002431/2015-21.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Estrangeiro(a) MAURIZIO MONDANI exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na empresa CPM BRAXIS TECNOLOGIA LTDA. Processo: 47039.001536/2017-25, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008078/2016-74.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do Processo de nº. 47039.001010/2017-45, Requerente: UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, Estrangeiro: DEOLINDO NUNES DE BARROS, Passaporte: J316669, publicado no DOU nº. 52, de 16/03/2017, Seção 1, Página 103.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039010276201606 Empresa: INGLES EASY CURSO E TREINAMENTOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Timothy Collin Anderson Passaporte: 514950577; Processo: 47039000973201721 Empresa: TRATORIA LOCACOES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Davide Pagani Passaporte: YA3098573; Processo: 47039001068201799 Empresa: DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMERCIO E SERVICOS EM SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BAOCHAO LI Passaporte: E67330042; Processo: 47039001332201794 Empresa: DNA TRADE MARKETING EIRELI - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADAM KAROL NAJBAR Passaporte: EF9504645; Processo: 47039001804201717 Empresa: J ALBERTO MACHADO FREIRE - EPP Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: ANTONIO ROBLES BELIJAR Passaporte: AAJ845924S; Processo: 47041000453201770 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2017 Estrangeiro: Emerico Briones Gepilano Passaporte: P0332237A Estrangeiro: Pablo Jr. Valmonte Saluta Passaporte: EB9539863.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038028451201613 Requerente: COMITE OLIMPICO BRASILEIRO Estrangeiro: JESUS TOMAS MORLAN FARINA Prazo: até 31/12/2017; Processo: 47038028029201668 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Muhamad Yamin RNE: V750566U Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028031201637 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Dwi Haryanto Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028032201681 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Hasdin Ramli Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028034201671 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Herman Syam Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028037201612 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Amiluddin Bin Amin Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028039201601 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Carlito Tejada Dalisay Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028046201603 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Sadiq Subair Rumpa RNE: G235876-9 Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028047201640 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Suhaepi Djako RNE: G174861A Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028048201694 Requerente: PETRO-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Syarif Madjaming RNE: G174884-Z Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028049201639 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Dimitrios Geralis RNE: G258634-6 Prazo: até 08/04/2017; Processo: 47038028587201623 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Mulyono Kambali Kamun RNE: V711966-X Prazo: até 30/10/2017; Processo: 47038000056201757 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Priyank Dwivedi RNE: G145149-4 Prazo: até 10/07/2017; Processo: 47038000057201700 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Ramyaga Ramdaver Upadhyay Prazo: até 10/07/2017; Processo: 47038000127201711 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS Estrangeiro: Byron Corpuz Claro RNE: G244257-0 Prazo: até 09/03/2017; Processo: 47038000157201728 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: HONGXIANG WANG RNE: G266529-7 Prazo: até 27/05/2018; Processo: 47038000161201796 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: YANG YU RNE: G263264-W Prazo: até 27/05/2018; Processo: 47038000168201716 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: DAN WANG RNE: G281054-4 Prazo: até 03/07/2018; Processo: 47038000181201767 Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: YONGZENG HAN RNE: G267240-Q Prazo: até 28/05/2018.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 52 de 16/03/2017, Seção 1, pág. 102, Processo: 47039.001140/2017-88, onde se lê: Passaporte: BD4880265, leia-se: Passaporte: 508039371.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 604, DE 13 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.° 0793469, concedida ao empregador REDE DE SUPERMERCADOS PASSARELLI LTDA, CNPJ n.º 05.999.649/0001-81, endereço indefinido, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada do referido Programa, do período de 01 de março de 2009 a 30 de novembro de 2012, conforme disposto no Processo n.º 35372.000974/2006-43.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

PORTARIA Nº 605, DE 13 DE MARÇO DE 2017

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.° 0677256, concedida ao empregador ITUIUTABA BIONERGIA LTDA, CNPJ 08.164.344/0001-48, estabelecido na Fazenda Recanto, s/n, zona rural, Ituiutaba/MG, CEP: 38.300-898, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada do referido Programa, do período de 01 de janeiro de 2010 a 30 de novembro de 2010, conforme disposto no Processo n.º 47749.002465/2010-03.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, resolve:

Nº 876 - Revogar a Autorização Definitiva de Funcionamento e o Certificado de Atividade Aérea do AEROCLUBE DE PELOTAS, situado à Av. Zeferino Costa, nº 1300 - Três Vendas, em Pelotas - RS, CEP: 96070-480. Processos nºs 00068.004214/2013-01 e 00068.005343/2012-28.

Nº 878 - Suspender cautelarmente a homologação dos cursos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Grupo Motopropulsor e Aviônicos - MMA-GMP e MMA-AVI - da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL ELITE, situada à Rua Francisco Santos, nº 500, sala 309, Estação, em São Pedro da Aldeia - RJ, CEP: 28940-000, até que sejam corrigidas as inconformidades identificadas no processo. Processo nº 00065.507801/2016-12.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 929, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.102042/2016-03, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial Avião - PC-A, Voo por Instrumentos - IFR, Piloto Privado Helicóptero - PP-H e Instrutor de Voo de Helicóptero - INV-H do AEROCLUBE DE MONTENEGRO, situado no Aeródromo Municipal de Montenegro s/nº, Aeroporto, em Montenegro - RS, CEP: 95780-000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigar na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212 de 19 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 945 - Suspender cautelarmente o Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2002-12-0CBT-01-01, emitido em 21 de dezembro de 2006, em favor da sociedade empresária GLOBAL TÁXI AÉREO LTDA., determinada nos termos da decisão comunicada à interessada em 17 de março de 2017. Processo nº 00066.500494/2017-10.

Nº 947 - Suspender cautelarmente o Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-04-0CCF-03-01, em favor da sociedade empresária ORM AIR TÁXI AÉREO LTDA., determinada nos termos da decisão comunicada à interessada em 17 de março de 2017. Processo nº 00058.509689/2016-43.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 949, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212 de 19 de janeiro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), e considerando o que consta do processo nº 00065.512695/2017-70, resolve:

Art. 1º Cassar o Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-10-OCCR-02-00, emitido em favor da sociedade empresária SÃO CONRADO TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.317, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.007295/1993, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter especial e de emergência, com base no § 1º do art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, combinado com os incisos I do art. 28 da norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ/2014, à empresa ULTRAFÉRTIL S.A., CNPJ/MF nº 02.476.026/0001-36, para a realização de testes de comissionamento das instalações dos armazéns de grãos e açúcar e do berço 3 de atracação do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio de Mesquita - TIPLAM, Terminal de Uso Privado - TUP de sua titularidade, localizado no município de Santos/SP, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente decisão.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que acompanhe a realização das operações autorizadas na presente deliberação.

Art. 3º Ressaltar que a autorização ora deferida não desonera a empresa ULTRAFÉRTIL S.A. do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente ao qual a instalação portuária está jurisdicionada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.318, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001181/2014-99, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Recomendar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA a aprovação dos novos investimentos que não foram previstos originalmente no Contrato de Arrendamento n° 16/96, celebrado entre a ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISO DO SUL - APSFS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.131.268/0001-90, e a empresa TERMINAL SANTA CATARINA S.A. - TESC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.115.535/0001-70, nos termos do que estabelece o inciso V art. 2º do Decreto nº 8.033/2013.

Art. 2º Reconhecer a possibilidade de prorrogação antecipada do instrumento contratual acima referenciado, nos termos do caput do art. 57 da Lei nº 12.815/2013, tendo em vista que os novos investimentos projetados para o terminal não serão amortizados na vigência do primeiro período contratual.

Art. 3º Considerar que os valores residuais não amortizados ao final do contrato não serão objeto de indenização em favor da arrendatária.

Art. 4º Determinar o encaminhamento dos autos à Secretaria de Políticas Portuárias - SPP/MTPA, com a comunicação acerca do contido na presente Deliberação, para fins de adoção das providências cabíveis no âmbito de sua competência frente à legislação de regência, conforme determinação do § 5º do art. 14 da Portaria SEP/PR nº 349/2014.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.319, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50310.002444/2013-87, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo Contencioso nº 50310.002444/2013-87, instaurado em desfavor da empresa CARGILL AGRÍCOLA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.498.706/0294-81, em razão da ausência de materialidade e autoria das infrações previstas nos incisos XXIII e XXV, do art. 18, da norma aprovada pela Resolução nº 1.660-ANTAQ, de 8 de abril de 2010, à época em vigor.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.320, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50306.000462/2014-74 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Julgar insubsistente o Auto de Infração nº 000577-0, lavrado em 18/03/2014, pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência, em desfavor do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, CNPJ 04.892.707/0001-00, determinando o arquivamento dos autos, sem aplicação de quaisquer penalidades.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.321, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50305.001249/2013-17, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aplicar a penalidade de multa pecuniária à Companhia Docas do Pará - CDP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.933.552/0001-03, no valor total de R$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta reais), na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, sendo:

I - R$ 7.425,00 (sete mil quatrocentos e vinte e cinco reais) pela infração tipificada no inciso LI art. 13 da Norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, à época em vigor, consubstanciada no fato de deixar de observar e de fazer observar as regras e procedimentos para licitação e contratação de arrendamentos;

II - R$ 37.125,00 (trinta e sete mil cento e vinte e cinco reais) pela infração tipificada no inciso LIV art. 13 da Resolução nº 858-ANTAQ, de 2007, consubstanciada no fato deixar de cumprir e de fazer cumprir as leis, as normas e regulamentos, e as cláusulas do contrato de concessão, do convênio de delegação e da autorização.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.322, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50314.002673/2014-42 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Julgar subsistente o Auto de Infração nº 001208-4 quanto à prática da infração tipificada no inciso XIV, do art. 34, da Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 2014, para aplicar à COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - CESA, inscrita no CNPJ sob o nº 92.952.043/0001-95, na forma do art. 78-A, inciso II da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), vez que comprovada nos autos que esta explora área com 21.500,00m², localizada dentro da poligonal do porto organizado de Porto Alegre, sem prévio procedimento licitatório.

Art. 2º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para que a CESA desocupe as áreas públicas de que trata o artigo anterior ou regularize a ocupação, mediante instrumento contratual válido para o caso concreto, previsto na Resolução Normativa Nº 7, de 30 de maio de 2016, sob pena de interdição.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.324, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.012452/2016-01 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da Instalação de Apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.172.647/0001-05, domiciliada na Rua Nelson Rodrigues, nº 100, Lote 02, Compensa III - Manaus/AM, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.326, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009723/2016-33 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da Instalação Portuária de titularidade da empresa 3R COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E POR NAVEGAÇÃO DE CARGAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.082.84810001-19, domiciliada na Rua da Serraria, nº 39 A, Colônia Oliveira Machado - Manaus/AM, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.327, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.013208/2016-58 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da Instalação de Apoio de titularidade da empresa TRAIRI COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.811.052/0004-41, localizada na Av. Padre Agostinho Caballero Martin, nº 2.101, Compensa - Manaus/AM, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 10/10/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.329, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.011254/2016-12, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a desincorporação física e contábil, com posterior doação em favor do Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR, dos bens móveis pertencentes à União, sob guarda e responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.621.439/0001-91, elencados no Termo de Vistoria nº 02/2016, consoante previsto na Resolução nº 443-ANTAQ, de 7 de junho de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.330, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001713/2017-31 e tendo em vista o que foi deliberado na 419ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 17 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido no art. 18 da Resolução Normativa nº 13/2016-ANTAQ, que dispõe sobre o registro de instalações de apoio ao transporte aquaviário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DO GERENTE
Em 20 de março de 2017

Nº 36 - Processo nº 50309.002253/2015-16. Empresa: M Dias Branco S.A. indústria e Comércio de Alimentos, CNPJ nº 07.206.816/0024-01. Objeto e Fundamento Legal: Conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada no inciso VIII do art. 34 da Resolução 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO DO CHEFE
Em 13 de janeiro de 2017

Nº 6 - Processo nº 50300.005234/2016-11. Empresa Penalizada: Tarcyane R Barbosa - EPP, CNPJ nº 13.716.744/0001-59. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 978,66; pelo cometimento das infrações capituladas nos incisos III, VIII e XIX, do art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ, de 23/11/2007.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO
Em 20 de março de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 1, de 5 de janeiro de 2017, na legislação de regência, e considerando o que consta do Processo no 50300.012434/2016-11, informa que foi publicado no sítio eletrônico da ANTAQ os Comunicados Relevantes nºs 02 e 03/2017, acerca do Edital do Leilão no 1/2017-ANTAQ.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 31, DE 16 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.151200/2017-13, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à construção de desvio ferroviário, pela Fibria Celulose S.A., no km 11+885 m da malha concedida à América Latina Logística Malha Norte S.A. - ALLMN, no município de Aparecida do Taboado/MS.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 32, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.138031/2017-26, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à travessia aérea de linha de transmissão de energia elétrica, no km 952+270 m da malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, pela empresa Belo Monte Transmissora de Energia SPE S/A - BMTE, no município de Patrocínio/MG.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECISÃO DE 20 DE MARÇO DE 2017

Processo n°. 50604.000495/2015-31 - INTERESSADO: Maia Melo Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 08.156.424/0001-51. Contrato: TT-136/2001. ASSUNTO: Recurso Administrativo.
DECISÃO: CONHEÇO DO RECURSO ADMINISTRATIVO (fls. 752/760), por sua tempestividade e no mérito DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO, para convalidar os trabalhos da Comissão, acatar a conclusão da Nota Técnica, anular as notificações das empresas e expedir novamente nos termos da Lei nº 9.784/99, artigo 44, instituir Comissão Técnica Mista e, abster-se de cobrar a referida GRU, nos termos do Parecer nº 00141/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 211ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2017

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Aprovação da ata da 210ª Sessão Ordinária.

b) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) - Comunicados:
1 - Corregedoria do MPT.
2 - Ouvidoria do MPT.
3 - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
2ª Parte - Ordem do Dia.
Parte I - Processos Físicos.
Procedimentos disciplinares.
01 - Processo CSMPT nº 2.00.000.038156/2013-85.
Interessado: Corregedoria do MPT.
Acusado: Membro do MPT.
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
02 - Processo CSMPT nº 2.00.000.027378/2016-15.
Interessado: Corregedoria do MPT
Indiciado: Membro do MPT.
Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar.
Relator: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.
Processos adiados.
03 - Processo CSMPT nº 2.13.000.000294/2016-86.
Interessado: Paulo Germano Costa de Arruda - Procurador-Chefe da PRT da 13ª Região.
Assunto: Consulta sobre a legalidade das desonerações de atribuições de que tratam a Portaria PGT nº 971/2015 e o Ofício Circular nº 021/2015-GAB/VICE.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
Revisor: Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto.
Decisão anterior: Retirado de pauta, a pedido da Conselheira Relatora. Ausentes, momentânea e justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 205ª Sessão Ordinária, 25/08/2016.
Decisão anterior: Após votar a Conselheira relatora pelo conhecimento da consulta unicamente no tocante à interpretação do artigo 3º, § 7º , da Resolução CSMPT nº 86/2009 do CSMPT, entendendo a esse respeito, que cabe ao Procurador-Geral do Trabalho - ou à Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, nas hipóteses em que atuar por delegação, nos termos da Portaria PGT nº 372/2007 - definir os critérios e os limites da desoneração de atribuições relacionadas à atuação como órgão agente de membro designado para exercer o encargo de Coordenador Nacional de Coordenadoria Nacional Temática ou para compor a Comissão de Planejamento e Gestão Estratégica, e do voto do Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto (revisor) no sentido de conferir a interpretação de que a Portaria PGT nº 971/2015 ao estabelecer critérios ampliativos para Órgãos Agentes desbordou os limites da Resolução CSMPT nº 86/2009, pediu vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. A Conselheira Sandra Lia Simón e o Presidente Ronaldo Curado Fleury anteciparam voto acompanhando a Conselheira relatora. A Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano declarou impedimento. Os demais aguardam. A Conselheira Edelamare Barbosa Melo requereu o áudio referente ao presente processo. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. CSMPT, 206ª Sessão Ordinária, 29/09/2016.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira vistora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 207ª Sessão Ordinária, 27/10/2016.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira vistora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 208ª Sessão Ordinária, 24/11/2016.
Decisão: Renovou pedido de vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 209ª Sessão Ordinária, 15/12/2016.
Decisão: Após votar a Conselheira Edelamare Barbosa Melo (vistora) no sentido do arquivar a consulta em razão da perda do objeto, o julgamento foi adiado para próxima sessão. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. CSMPT, 210ª Sessão Ordinária, 23/02/2017.
04 - Processo CSMPT nº 2.02.000.029271/2015-56.
Interessado: Marco Antônio Ribeiro Tura - Procurador do Trabalho.
Assunto: Solicitação de pronunciamento acerca da vigência e da eficácia da Resolução CSMPT nº 64, de 26/04/2007.
Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.
Revisor: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.
Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheiro Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. CSMPT, 210ª Sessão Ordinária, 23/02/2017.
Outros processos desta Sessão.
05 - Processo CSMPT nº 2.01.000.008436/2016-74.
Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região.
Assunto: Requerimento para fixação de limites de distribuição semanal de processos judiciais.
Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.
Revisora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
06 - Processo CSMPT nº 2.00.000.026561/2016-01.
Interessado: Thiago Gurjão Alves Ribeiro - Procurador do Trabalho
Assunto: Acompanhamento de afastamento do País, para participar da Missão de Cooperação Sul-Sul - Brasil/Peru.
Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.
Revisora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
Parte II - Processos Eletrônicos.
Processo adiado.
07 - PGEA CSMPT nº 000946.2017.00.900/3.
Interessado: Thiago Gurjão Alves Ribeiro - Procurador do Trabalho.
Assunto: Convite da OIT ao Dr. Thiago Gurjão para participar de workshop da Aliança 8.7, na Inglaterra, dias 1 a 3/2/17. (Ad referendum do CSMPT).
Relatora: Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. CSMPT, 210ª Sessão Ordinária, 23/02/2017.
Outros processos desta Sessão
08 - PGEA CSMPT nº 000005.2017.98.900/4.
Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.
Assunto: Aprovação da lista de antiguidade dos Membros do MPT, apurada até 31/12/2016.
Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.
09 - PGEA CSMPT nº 003411.2017.00.900/4
Interessado: Maurício Coentro Pais de Melo - Procurador do Trabalho
Assunto: Requerimento para afastamento para frequentar o Curso de Altos Estudos em Direito e Processo do Trabalho em Berlin, Alemanha
Relator: Conselheiro Ricardo José Macedo de Britto Pereira.
10 - PGEA CSMPT nº 002917.2017.00.900/5 - (Ad referendum da Portaria 323/2017).
Interessada: Márcia Cristina Kamei Lopez Aliaga - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Afastamento para representar o Ministério Público do Trabalho no seminário promovido pelo Parliamentary Asbestos Sub-Group na House Of Commons do Parlamento Inglês e exposição sobre o Banimento do Amianto no Brasil, no Parlamento Escocês.
Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo
11 - PGEA CSMPT nº 000828.2017.00.900/3
Interessada: Tatiana Lima Campelo - Procuradora do Trabalho
Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado no curso "Trabalho, Saúde e Ambiente", na Fundação Jorge Duprat Figueiredo - FUNDACENTRO.
Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo
12 - PGEA CSMPT nº 000344.2017.02.900/5
Interessado: Miron Tafuri Queiroz - Procurador do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", a ser realizado na Università degli Studi di Roma Tor Vergata - Roma/Itália.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
13 - PGEA CSMPT nº 003127.2017.00.900/1. (Ad referendum do CSMPT - Portaria 323/2017).
Interessados: Rafael de Araújo Gomes e Thiago Gurjão Alves Ribeiro - Procuradores do Trabalho.
Assunto: Afastamento para participar do evento "Breaking the Financial Chains: Disrupting Financial Flows associated with Slavery, Human Trafficking and Forced Labour", workshop realizado pela United Nations University, em Connecticut/Estados Unidos.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
14 - PGEA CSMPT nº 002047.2017.00.900/9
Interessado: Ricardo José Macedo de Britto Pereira - Subprocurador-Geral do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para frequentar o curso de Master of Law na Universidade de Syracuse no Estado de Nova Iorque, EUA.
Relator: Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho.
15 - PGEA CSMPT n° 002444.2017.00.900/1.
Interessado: Francisco Marcelo Almeida Andrade - Procurador do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso "O Trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", a ser realizado na Università degli Studi di Roma Tor Vergata, Roma/Itália.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
16 - PGEA CSMPT n° 000042.2017.98.900/8.
Interessado: Jaime José Bilek Iantas - Procurador Regional do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso "O Trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos", a ser realizado na Università degli Studi di Roma Tor Vergata, Roma/Itália.
Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.
17 - PGEA CSMPT nº 002923.2017.00.900/0.
Interessado: Ministério Público do Trabalho - MPT.
Assunto: Ofício nº 02/2017 - GAB/RJMPB - Solicita verificar a possibilidade de submeter ao CSMPT a indicação do terceiro membro integrante das Subcâmaras de coordenação e Revisão, nos termos da Resolução nº 130 do CSMPT.
18 - PGEA CSMPT nº 000014.2017.09.900/1
Interessada: Mariane Josviak - Procuradora Regional do Trabalho.
Assunto: Requerimento para afastamento para frequentar o Curso de Altos Estudos em Direito e Processo do Trabalho em Berlin, Alemanha.
Relator: Conselheiro Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas.
Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 169, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre o registro de dados e a inserção de documentos, em solução corporativa de tecnologia da informação de apoio à gestão contratual, relativos aos contratos celebrados no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso XXXIV do art. 28 do Regimento Interno do TCU,
considerando que a Administração Pública deve observar os princípios de eficiência e publicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988;
considerando os dispositivos de transparência e de acesso a informação estabelecidos pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
considerando o regramento do acesso à informação no âmbito do Tribunal contido na Resolução-TCU nº 249, de 2 de maio de 2012, em especial no art. 8º, § 2º;
considerando a importância da plena utilização de solução corporativa de tecnologia da informação (TI) de apoio à gestão dos contratos celebrados pelo TCU;
considerando que, para o bom funcionamento da solução corporativa de TI de apoio à gestão contratual do TCU, é imprescindível a adequada e tempestiva alimentação de dados pelas unidades responsáveis; e
considerando os estudos e os pareceres constantes do processo nº TC-003.574/2017-2, resolve:
Art. 1º O registro de dados e a inserção de documentos em solução corporativa de tecnologia da informação (TI) de apoio à gestão contratual, relativos aos contratos celebrados no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU), dar-se-á conforme o disposto nesta Portaria, observada a legislação de regência.
Art. 2º A solução corporativa de TI de apoio à gestão contratual do TCU denomina-se sistema Contrata.
Parágrafo único. Na hipótese de substituição do sistema Contrata por outro de finalidade similar, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nesta Portaria.
Art. 3º É obrigatório o registro de dados e a inserção de documentos no sistema Contrata, bem como dos respectivos termos aditivos, apostilamentos e rescisões, sempre que houver a formalização dos termos a seguir:
I - contrato, inclusive emergencial;
II - registro de preços;
III - cessão de uso;
IV - convênio;
V - comodato;
VI - credenciamento; e
VII - acordo de cooperação técnica, quando cabível.
Parágrafo único. O prazo máximo para atendimento ao disposto no caput é de quinze dias corridos, contados da data de assinatura do termo ou da produção da informação passível de inserção no sistema.
Art. 4º É facultado às unidades fiscalizadoras, bem como ao Instituto Serzedêllo Corrêa (ISC), realizar o registro de dados e a inserção de documentos no sistema Contrata de contratações formalizadas exclusivamente por meio de nota de empenho.
§ 1º Entende-se por unidade fiscalizadora a unidade do TCU responsável por acompanhar a execução contratual e atestar a execução de serviços e/ou o fornecimento de bens contratados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017032100094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Para efetuar o registro e a inserção de que trata o caput, o fiscal deverá solicitar perfil específico à Diretoria de Gestão Contratual da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Dicad/Selip) ou à Secretaria de Gestão de Soluções de TI para a Administração (Seadmin).

Art. 5º Os procedimentos de registro e inserção devem cumprir as regras previstas nesta Portaria, em especial aquelas indicadas nos artigos 6º e 7º.

Art. 6º Deverão ser incluídos no sistema Contrata arquivos digitais de todos os documentos importantes relativos aos termos contratuais de qualquer espécie, tais como:

I - termo contratual assinado;

II - edital de licitação;

III - autorização de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e respectivo projeto básico;

IV - proposta da contratada, incluindo a planilha de preços, quando existir;

V - nota de empenho;

VI - extrato de publicação inerente ao termo contratual no Diário Oficial da União (DOU);

VII - garantias de execução contratual;

VIII - termos aditivos;

IX - apostilamentos; e

X - rescisões contratuais.

§ 1º Incumbe à Dicad/Selip o registro e a inserção de informações relativos a termos firmados na Sede do TCU, bem como aqueles firmados com as Secretarias de Controle Externo nos Estados abrangidos pela centralização administrativa, nos termos da Portaria-TCU nº 56, de 23 de fevereiro de 2011.

§ 2º Para os termos firmados com o ISC e demais unidades não listadas no parágrafo anterior, a responsabilidade pelo registro e inserção das informações no sistema Contrata recai sobre a unidade responsável pela formalização do termo contratual.

Art. 7º Às unidades fiscalizadoras incumbe incluir no sistema Contrata, entre outras, as informações sobre:

I - notas de empenho relativas ao termo contratual;

II - ocorrências relevantes, tais como data de aceite definitivo, data de término de garantia e de suporte técnico;

III - números dos processos de fiscalização e pagamento, de documentação trabalhista e de aplicação de sanção; e

IV - colaboradores e terceirizados vinculados ao contrato.

Parágrafo único. Informações e documentos atinentes às aplicações de sanção e aos termos de recebimento definitivo de bens ou serviços que alterem a vigência final do contrato serão incluídos exclusivamente pela Dicad/Selip.

Art. 7º Compete à Dicad/Selip, com apoio da Seadmin, se necessário, orientar as unidades quanto às regras de negócio inerentes ao uso do sistema Contrata.

Art. 8º O disposto nesta Portaria aplica-se também:

I - aos termos contratuais vigentes na data de publicação do presente normativo; e

II - aos termos contratuais encerrados no período compreendido entre janeiro de 2012 e a data de publicação do presente normativo, em observância ao disposto no art. 7º, VI da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 9º Cabe ao Secretário-Geral de Administração dirimir os casos omissos do presente normativo, bem como editar as normas necessárias à operacionalização desta Portaria.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria-TCU nº 336, de 10 de dezembro de 2014.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

FELICIO RIBAS TORRES
Secretário-Geral da Presidência
Substituto

DELENDA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Secretária-Geral de Administração
Substituta

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 17 de março de 2017

Ratificação de Despesa - P.A nº 248-2017

Ratifico a inexigibilidade de licitação relativa à contratação da empresa Leme Consultoria em Gestão de RH Ltda., CNPJ nº 07.955.535/0001-65, no valor de R$ 33.288,30, para a prestação de serviços de consultoria e capacitação em Gestão de Pessoas por Competência, coaching para elaboração de PDIs e Desenvolvimento de ocupantes das funções gerenciais lotados no interior do estado.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.142, DE 17 DE MARÇO DE 2017

Altera as Resoluções CFMV nº 677, de 14 de dezembro de 2000, nº 870, de 10 de dezembro de 2007, e nº 672, de 16 de setembro de 2000.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do §1º, artigo 2º, da Resolução CFMV nº 677, publicada no DOU de 17/1/2001 (Seção 1, pg.52), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º A Placa será confeccionada com os seguintes dizeres: 'O Conselho Federal de Medicina Veterinária outorga o Prêmio Professor Paulo Dacorso Filho - (ano) ao (nome do agraciado) pelos relevantes serviços prestados à Ciência Veterinária e ao desenvolvimento agropecuário do país, conforme o caso, gravados em placa de aço inox AISI 304 escovado com polimento, medindo 20,5 x 14,5cm, 03mm de espessura, em foto corrosão, letras em tinta epóxi, em baixo relevo, imagens em baixo relevo pintadas nas cores padrão, impressão em cores 4/0, policromia, marca d'água no canto direito, acoplada em acrílico cristal, medindo 23 x 17cm, espessura 6mm (conforme arte), entregue com estojo próprio de 25 x 19cm estojo móvel para placa, na cor externa preta, com berço (interior) aveludado ou em feltro em preto'".

Art. 2º Alterar a redação do §1º, artigo 2º, da Resolução CFMV nº 870, publicada no DOU de 31/12/2007 (Seção 1, pg.137), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§1º A Placa será confeccionada com os seguintes dizeres: 'O Conselho Federal de Medicina Veterinária outorga o Prêmio Professor Octávio Domingues - (ano) ao (nome do agraciado) pelos relevantes serviços prestados à Zootecnia e ao desenvolvimento agropecuário do país, conforme o caso, gravados em placa de aço inox AISI 304 escovado com polimento, medindo 20,5 x 14,5cm, 03mm de espessura, em foto corrosão, letras em tinta epóxi, em baixo relevo, imagens em baixo relevo pintadas nas cores padrão, impressão em cores 4/0, policromia, marca d'água no canto direito, acoplada em acrílico cristal, medindo 23 x 17cm, espessura 6mm (conforme arte), entregue com estojo próprio de 25 x 19cm estojo móvel para placa, na cor externa preta, com berço (interior) aveludado ou em feltro em preto'"

Art. 3º Alterar o Anexo 2 da Resolução CFMV nº 672, publicada no DOU de 6/3/2001 (Seção 1, pg.54/55), conforme Anexo desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do CFMV

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

ANEXO 2

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE _____
CRMV-_____
AUTO DE INFRAÇÃO N°_____/ _____

No dia ___ de _____ de 20___, às __h, eu, _____, fiscal do CRMV-___, matrícula nº _____, autuei a pessoa física/pessoa jurídica abaixo identificada, que tem como sócio proprietário, _____, residente e domiciliado no(a) _____, na cidade de _____, UF __.

Identificação do Autuado:

Nome: _____ CPF ou CNPJ/MF: _____RG ou Inscrição Estadual: _____ CRMV-____ nº:_____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____UF:_____CEP: _____
Telefone:( ) _____-_____ E-mail:_____
Nome do assinante: _____Cargo:_____
CPF/MF: _____ RG n°:_____
Descrição dos fatos:
_____

( )Lei Federal nº 5.517, de 23/10/1968: ( ) art. 5°, alínea _____; ( ) art.6°, alínea _____; ( ) art.16,alínea f, _____, ( )art.27; ( ) art. 28;
( ) Decreto-Lei nº 467, 13/02/1969, art.1º, par. único, art. 2º e art. 8º c/c Decreto nº 5.053, 22/04/ 2004 , art.18 §1º, II.

Resolução CFMV nº _____,de ____, art(s). _____,§§_____, inciso(s)_____, alínea(s)_____
Resolução CFMV nº _____,de ____, art(s). _____,§§_____, inciso(s)_____, alínea(s)_____
Resolução CFMV nº _____,de ____, art(s). _____,§§_____, inciso(s)_____, alínea(s)_____
Resolução CFMV nº _____,de ____, art(s). _____,§§_____, inciso(s)_____, alínea(s)_____
Resolução CFMV nº _____,de ____, art(s). _____,§§_____, inciso(s)_____, alínea(s)_____
Outras normas _____

Intimação:

Fica o autuado intimado a, no prazo de 30 (trinta) dias,regularizar a infração acima apontada OU, querendo, apresentar defesa administrativa.

Regularizada a infração, deve o estabelecimento, dentro do prazo acima citado, protocolar no CRMV o(s) documentos que comprovem a regularização.

Regularizada a infração ou acolhida a defesa, será este auto de infração considerado insubsistente e arquivado.

Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a regularização ou oferecimento de defesa, será lavrado o competente auto de multa.

Para constar, lavrei este auto de infração em 2 (duas) vias, ficando a segunda via com o autuado.

( ) Certifico e dou fé que o autuado se negou a assinar o Auto de Infração e/ou a receber a sua via.

Cidade/UF, __ de _____ de 20_____.

_____
Fiscal/Matrícula

_____
Responsável pelo Estabelecimento Fiscalizado
Testemunhas:
Nome: _____ CPF/MF: _____
Nome: _____ CPF/MF: _____

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

ACÓRDÃO

Processo CFN nº 73/2016. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 15/3/2017. Relatora: Conselheira Sônia Regina Barbosa. Recorrido: V.L.A.C. Origem: CRN-2. Decisão: Conhecimento e Não Provimento do Recurso. Suspensão do exercício profissional pelo período de 3 (três) anos. Decisão por unanimidade de votos.

Brasília, 15 de março de 2017.
ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA

DECISÃO Nº 39, DE 7 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a criação do cargo de ouvidoria Geral do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, juntamente com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 5.905/1973, tendo em vista a deliberação do Plenário em sua 716ª Reunião Ordinária de Plenária realizada em 06 de março de 2017, e CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Enfermagem é autarquia, instituída através da Lei Federal nº 5.905/73 de 12 de julho de 1973; CONSIDERANDO a Resolução Cofen Nº 373/2011, que instituí a Ouvidoria Geral, visando controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, das unidades integrantes do Conselho Federal de Enfermagem e dos Conselhos Regionais de Enfermagem, na forma definida nessa Resolução. CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no art. 37 da Constituição Federal, "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência"; CONSIDERANDO a necessidade de Ouvir, acompanhar e responder às demandas e apresentar à Direção a fim de facilitar o diálogo do cidadão-usuário com o Sistema COFEN/Conselhos Regionais e buscar a excelência no atendimento ao cidadão-usuário buscando sempre oferecer um serviço de qualidade; CONSIDERANDO a deliberação da 716ª Reunião Ordinária de Plenária realizada em 06 de março de 2017, e decidem:

Art. 1º - Fica instituída a Ouvidoria Geral, vinculada a Diretoria do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, com o objetivo de: I - promover a coparticipação da sociedade na missão de controlar a Administração Pública, garantindo maior transparência das ações do COREN-PB; II - receber, registrar e analisar as sugestões, reclamações, críticas, elogios, informações e esclarecimentos a respeito ao funcionamento e aos serviços prestados pelo COREN-PB, propondo a Diretoria as medidas cabíveis; III - receber, analisar e identificar a pertinência das solicitações, localizando a área competente e requisitando esclarecimentos e soluções aos usuários; IV - elaborar relatórios semestrais e anuais sobre as atividades da Ouvidoria Geral, encaminhando-os ao Controlador Geral e Presidência; V- responder ao cidadão e aos demais interessados, ágil e objetivamente, os resultados das demandas encaminhadas à Ouvidoria Geral, incluídas as providências adotadas; VI - propor a Diretoria, ações visando ao aperfeiçoamento e à eficiência dos serviços prestados; VII - manter controle, acompanhar e requisitar das unidades competentes informações sobre as providências adotadas quanto às demandas registradas na Ouvidoria Geral; VIII - implementar programas e ações que visem assegurar um canal eficaz de comunicação com a sociedade; IX - propor a realização de seminários e cursos sobre assuntos relativos ao controle social, tendo em vista as demandas recebidas; X - divulgar os serviços prestados pela Ouvidoria Geral, os resultados alcançados, as formas de acesso, além de sua importância como instrumento de controle social; XI - verificar se o processo anteriormente assinalado se encontra devidamente retificado e aprimorado, prestando todas as informações às instâncias superiores.

Art. 2º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e de sua publicação na Imprensa Oficial, revogando as disposições em contrário.

RONALDO MIGUEL BESERRA
Presidente do Conselho

BETÂNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 126/2016

PED 50/2015; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento28/11/2016; ex officio; Representado: J.K.V.; Resultado: procedência; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denúncia ex officio, por inadimplência de pessoa física. infringência à Lei Federal 6316/75 em seus Art. 15, Art. 16, Incisos I e Vi. Resolucão Coffito 424/13, Art. 29. profissional que no curso do processo ético disciplinar não apresenta manifestações ou justificativas, deixando de honrar com suas obrigações. pena: suspensão de 10 (dias), prorrogáveis até a efetiva quitação dos débitos.

ACÓRDÃO Nº 138/2016

PED 04/2016; Relator Dr. Milton Carlos Mariotti; Data de julgamento 28/11/2016; ex officio; Representado: F.B.; Resultado: procedência; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denunciado pelo CREFITO -8 por inadimplência de pessoa física. Procedência Total. Infringência à Lei Federal 6316/75, Art. 15º; Resolução Coffito Número 424/13, Art. 29º. Pena: Repreensão.

ACÓRDÃO Nº 140/2016

PED 31/2014; Relator Dr. Milton Carlos Mariotti; Data de julgamento 28/11/2016; ex officio; Representado: A.M.S.P.; Resultado: procedência; Ementa: Profissional Fisioterapeuta, Denunciado pelo CREFITO-8 por inadimplência de pessoa física. procedência total. INfringência à Lei Federal 6316/75, Art. 15º; Resolução Coffito Número 424/13, Art. 29º. Pena :Repreensão.

ACÓRDÃO Nº 156/2016

PED 12/2014; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 24/10/2016; ex officio; Representado: F.L.P.B.; Resultado: procedência; Ementa: Profissional Fisioterapeuta Denunciada Pelo Departamento de Fiscalização do CREFITO-8, por inadimplência de pessoa física, procedência total. infringência à Lei Federal 6316/75, Cap. III, Art. 15º e Cap. IV, Art. 16º, Incisos V, VI, VII e VIII; Código de éTica Profissional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, Resolução Coffito 424/13, ART. 29. PENA: suspensão de 30 dias, prorrogáveis até a quitação total do débito.

ACÓRDÃO Nº 161/2016

PED 45/2016; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento 28/11/2016; ex officio; Representado: J.A.D.M.; Resultado: procedência; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denúncia ex officio por inadimplência de pessoa física. profissional que no curso do processo ético disciplinar não apresenta manifestações ou justificativas, apenas solicitando parcelamento de seus débitos, porém sem honrar integralmente com suas obrigações. procedência. infringência à Lei Federal 6316/75 Em Seu Art. 16, Incisos I e Vi. Resolucão Coffito 424/13, Art. 29. Pena: Suspensão de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva quitação dos débitos.

